



Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Secretário Municipal de Cultura
Emilio Kalil

Diretora do Arquivo Geral da Cidade
Beatriz Kushnir

Gerente de Pesquisa
Sandra Horta

Revisão
Claudia Boccia e Beth Cobra

Projeto gráfico
www.ideiad.com.br

Estagiários
Tatiana Lomba
João Bernardo Muller

Capa
Fusão de imagens, tendo ao centro o
Paço Municipal. Foto de Augusto Malta, s/d -
AGCRJ
Uma das localizações do Arquivo da Cidade
foi neste prédio da Prefeitura, demolido para a
abertura da avenida Presidente Vargas

Fernandes, Maria Celia

F363a Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca / Maria Celia Fernandes. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. p. : 384. ISBN 978-85-88530-08-9

1. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – História.
2. Arquivo da Cidade – Rio de Janeiro (RJ). I. Título.

CDU 930.25(815.3)

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

A TRAVESSIA DA "ARCA GRANDE E BOA" NA HISTÓRIA CARIOCA

MARIA CELIA FERNANDES

RIO DE JANEIRO

2011



Patrocínio:



Sumário

APRESENTAÇÃO	7
Emilio Kalil – Secretário Municipal de Cultura	
O TESTEMUNHO COLHIDO A <i>POSTERIORI</i>, UMA CONTRIBUIÇÃO À TRAJETÓRIA DO AGCRJ	9
Beatriz Kushnir – Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	27
1.1. A “arca grande e boa”: as origens o Arquivo da Câmara Municipal	27
1.2. A “arca grande e boa” da Câmara na expansão urbana do século XVII	36
1.3. Dos saques franceses ao incêndio, um período conturbado na história do Arquivo da Câmara Municipal	43
1.4. O Arquivo do Senado da Câmara na Corte joanina	53
1.5. O ilustre Arquivo da ilustríssima Câmara da Corte Imperial	58
CAPÍTULO 2 – O ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL (1889-1934)	91
2.1. O Arquivo Municipal do Conselho de Intendência (1889-1892)	91
2.2. O Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal (1893-1934)	104
CAPÍTULO 3 – AS TRAVESSIAS DO ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL NA ERA VARGAS (1934-1945)	185
3.1. As instáveis travessias do Arquivo Geral pela Prefeitura do Distrito Federal (1934-1940)	185
3.2. A grande travessia do Arquivo do Distrito Federal rumo à Educação e à Cultura (1940-1945)	207
CAPÍTULO 4 – O ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL NA CIDADE DEMOCRÁTICA (1946-1960)	223
4.1. O Arquivo Geral na volta à democracia (1946-1955)	223
4.2. O Arquivo Geral nos “anos dourados” da Cidade-Capital (1956-1960)	240
CAPÍTULO 5 – O ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DA GUANABARA (1960-1975)	247
5.1. Um histórico Arquivo de um novo estado (1960-1964)	247
5.2. A tenaz resistência do Arquivo Histórico (1964 1979)	256
CAPÍTULO 6 – O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1979-2008)	269
6.1. A construção do Arquivo Geral da Cidade do Rio Janeiro (1979-2000)	269
6.2. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro no século XXI	324

CONCLUSÃO	341
AGRADECIMENTOS	345
BIBLIOGRAFIA	347
FONTES DOCUMENTAIS	351
ANEXOS	
Períodos, denominações, vinculações administrativas e endereços institucionais	355
Relação de Dirigentes	356
Organogramas	357
FOTOGRAFIAS	371

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura do Rio e a Secretaria Municipal de Cultura cumprem a prazerosa tarefa de apresentar ao público uma obra que agradará a todos os amantes da Cidade do Rio de Janeiro – um estudo que recupera parte da memória de uma urbe singular no contexto da nação.

Capital do Brasil desde 1763 até a transferência do Distrito Federal para Brasília – acontecimento que certamente imprimiu uma moeda na autoestima da cidade, mas não impediu-a de prosseguir no seu caminho de criadora e difusora de uma rica cultura, de comportamentos, modas e costumes – o Rio de Janeiro tem espelhado nos documentos do seu arquivo episódios marcantes de sua trajetória, como um importante polo catalizador do cenário nacional.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro cumpre mais uma etapa em sua consolidação como uma das mais tradicionais e fascinantes instituições de memória do país, tratando e organizando uma documentação que começou a ser acumulada desde a fundação da cidade, em 1565, tornando-a acessível a pesquisadores, estudantes e cidadãos do Brasil e do exterior, estabelecendo um diferencial como a primeira instituição arquivística a escrever e publicar sua própria história, apresentando uma política pública clara e efetiva na preservação do patrimônio cultural carioca, auxiliando a Prefeitura nos seus trabalhos de administrar e cuidar da cidade.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca, mais do que um título que enriquece a literatura especializada sobre o Rio de Janeiro, constitui um tributo a todos os funcionários e dirigentes do órgão que, no passar dos séculos, entenderam a importância de guardar, preservar, tratar e dar acesso aos documentos produzidos pelos administradores do Rio de Janeiro, garantindo para as gerações que os sucediam o conhecimento do que se passara no tempo por eles vivido.

Emilio Kalil

Secretário Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro

O TESTEMUNHO COLHIDO A POSTERIORI, UMA CONTRIBUIÇÃO À TRAJETÓRIA DO AGCRJ

BEATRIZ KUSHNIR¹

Acessíveis ou fechados, os arquivos são o sintoma de uma falta, e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar supri-la, em se inscrever num processo de conhecimento, quanto em tentar exprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado.

(Henry Rousso, “O Arquivo ou o indício de uma falta”).

O presente texto que chega ao público leitor é fundamentalmente um anseio de produzir *vestígios* e de demarcar *uma primeira leitura* sobre os rumos de uma instituição. A ausência de *uma* “História do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro” dificultava-me a formulação de um diagnóstico, quando assumi a Direção do AGCRJ, em abril de 2005, bem como o estabelecimento de metas e diretrizes.

Encontrei a preciosa iniciativa do *Boletim Informativo do AGCRJ*, uma publicação trimestral, que se iniciou em maio de 1979 – concomitante à inauguração do novo prédio do Arquivo da Cidade – e que perdurou até 1982, completando onze números.

Ao reformularmos as estratégias e orientações, solicitei à então equipe da Gerência de Pesquisa que individualmente me propusesse projetos e incumbi pessoalmente a historiadora Maria Célia Fernandes, lotada na instituição, de elaborar esta narrativa. Para tal, o AGCRJ forneceu o apoio necessário, deslocando-a apenas para esta função, desde 2005 até o ano de 2010, como também disponibilizou estagiários que a auxiliassem no processo de pesquisa.

Par e passo a este esforço, outras prospecções sobre os caminhos do Arquivo da Cidade vêm sendo elaboradas. Ao retomarmos a publicação da *Revista do Arquivo*, em 2006, a historiadora e diretora da Gerência de Pesquisa, Sandra Horta, elaborou um artigo mapeando os dois momentos anteriores deste periódico.² Igualmente, encontra-se no prelo, para publicação neste ano, um livro com depoimentos orais dos diretores da instituição, a partir de 1979, e dos responsáveis, técnicos e políticos, pela construção do prédio – o primeiro, na cidade e no país, projetado para abrigar um conjunto documental de cunho histórico.

É oportuno destacar que o edifício projetado não seguiu qualquer diretriz e/ou especificidade que se esperava de uma construção para guarda de acervo, em um país de clima tropical. Tais especificações não

¹ Diretora-Geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Doutora em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Possui Pós-doutoramento (Júnior) junto ao Cemi/Unicamp (2005), e Pós-doutoramento (Sênior) junto ao Departamento de História/UFF (2007-2008). É Professora Convidada do Departamento de História/Unicamp e Professora visitante junto ao Departamento de História/UFF.

² Sandra Horta, “A Revista do Arquivo do Distrito Federal”. *Revista Cidade Nova*, nº 1, 2007, pp. 97-113.

estavam consolidadas à época, como ainda não estão. Por todos estes desafios, a edificação deve ser considerada como um marco histórico, político e técnico, já que tem respondido bem às suas finalidades.

Refletir sobre as trajetórias do AGCRJ no âmbito de um conjunto de iniciativas – publicações e ações de mapeamento e gestão do acervo da instituição e da Prefeitura do Rio –, objetiva redesenhar os caminhos que nos trouxeram até a presente conjuntura. Deste modo, as narrativas sobre o AGCRJ não são produções oficiais, acrílicas, da mesma forma que esta não é uma análise definitiva. Isto porque, felizmente, é impossível nos depararmos com a *verdade do passado*.

Assim, pode-se perceber que as finalidades destas diversas ações instituídas pelo Arquivo da Cidade centram-se no fomento também no campo da administração municipal, dos debates acerca do *lugar*, das *funções* e das *necessidades* dos Arquivos Públicos. Neste sentido, é fundamental conseguirmos difundir, no plano das ideias e das atitudes, o caráter probatório e o manancial para as pesquisas acadêmicas, que os documentos dos Arquivos Públicos proporcionam, temática em voga no momento presente, às vésperas da votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 41, de 2010.³ De autoria do Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), o PLC 41/2010 propõe regular o “acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991”. (http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=96674).

Compreende-se, portanto, que *arquivos*, *cidadãos* e *pesquisadores* estão enlaçados, a partir do século 19, com o desenvolvimento do método crítico do *fazer História*; de modo que a centralidade que o primeiro passa a ocupar na historiografia impõe e atualiza frequentemente o debate em pauta. Da mesma forma, o estímulo por localizar os *vestígios* institui a categoria da sua produção, o que também instaura uma demanda pelas definições de *acervos*.

A História Oral confronta e estabelece um diálogo constante com o que Henry Rousso designou como “os vestígios vivos do passado – a memória dos atores”, que transformou de muitas maneiras a demanda clássica sobre a concepção de *Arquivo*. Assim, no calor desta hora, no processo de disputas sobre o acesso à informação – enquanto dados tangíveis –, é impossível igualmente desconhecer e relegar a ampliação e o esgarçamento que veem configurando estes *vestígios do passado*.

Salvaguardados ou sobreviventes, os documentos – sejam originais ou reconstituições –, em suporte de papel – como escritos e/ou desenhos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, e/ou eletrônicos, é o olhar do pesquisador, na sua opção consciente de escolha, que “decide [erigi-los] em elementos comprobatórios da informação, a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna”.⁴

O que o leitor encontrará neste primeiro exercício reflexivo sobre as quase doze décadas do AGCRJ enquanto uma instituição do Poder Executivo municipal de uma cidade/capital, como o Rio de Janeiro, é um mergulho nos “quilômetros lineares” de documentos, para usar uma expressão dos arquivistas. Ou seja, um cotejar com o que existiu de latente, porque produzido na contemporaneidade dos fatos. O texto deste livro, não obstante, pode ser apreendido do mesmo modo, como um depoimento *a posteriori*, mas não é, espero, um *vestígio induzido*, consciente e voluntário do passado.

Neste sentido, as páginas que reconstroem a narrativa republicana desta instituição não são a etapa final de uma análise. O narrado nada mais é do que a expressão do que se acumulou, ou não. E como

³ De autoria do Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), o PLC 41/2010 propõe regular o “acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991”. (http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=96674).

⁴ Rousso, H. “O arquivo ou o indício de uma falta”. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 9, N° 17, 1996.

arquivos não falam, o que o texto expõe são as respostas às perguntas formuladas, a interrogação do presente ao passado.

Assim, o intuito da direção-geral do AGCRJ ao encomendar este trabalho foi o de desnudar o hiato entre o exposto nos documentos administrativos e a construção de uma primeira leitura interpretativa e generalista desta trajetória. Esta lacuna, que Rousso denomina de *abismo*, precisa ser apreendida como irremediável, já que estará “sempre presente na consciência, pois assinala a distância irreduzível que nos separa do passado, essa ‘terra estrangeira’”. E como só se viaja ao exterior de posse de nossos passaportes, sem os documentos preservados – esses salvo-condutos –, estaremos condenados a não conhecê-lo. Será, portanto, nos encontros e desencontros pela posse destes *vistos* que poderemos refazer narrativas – “errar por meio das palavras alheias” – das respostas eternamente refeitas às questões elaboradas –, para retomar a feliz expressão de Arlette Farge.⁵

Imbuídos da militância da preservação, espero que continuemos com a missão de rastrear, produzir e salvaguardar esses *vestígios*.

Por fim, e certamente o momento mais importante, é o de saldar dívidas, agradecendo. A intenção e a encomenda da Direção do AGCRJ só pôde vir a público pelo apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que custeou todo o processo de editoração e impressão deste volume, fazendo desta uma edição não autoral, mas institucional. Apesar da fragilidade que nos impõe o eterno recorrer às linhas de fomento, é fundamental sublinhar a importância – crescente – de sua participação no suporte às instituições de memória no país.

Gostaria, igualmente, de destacar o que significou a leitura atenta e precisa do Prof. Dr. Paulo Knauss, a quem agradeço por se dispor ao trabalho solidário de parecerista-crítico. Sua ponderação ao texto nos trouxe alento ao concluir que “a publicação do livro será uma iniciativa pioneira e especial que certamente chamará a atenção dos estudiosos do mundo dos arquivos”. Torçamos para que sim.

Gostaria de destacar fortemente o esforço incansável da Gerente de Pesquisa do AGCRJ, Sandra Horta, que executou tarefas administrativas e acadêmicas por paixão ao projeto. Parceira constante das ideias da direção do AGCRJ, sua vitalidade e seu compromisso deveriam ser exemplos menos raros e mais seguidos. Da mesma forma, a atuação tranquila e delicada da chefe da Biblioteca, Valéria Freitas, no momento de finalização deste livro, deve ser ressaltado. Igualmente dedicados e competentes foram os trabalhos de copydesk de Claudia Boccia e Beth Cobra, e a arte de Fernando Vasconcelos, da IdeiaD.

Assim, só nos resta desejar, contribuindo, uma vida longa ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro!

Rio de Janeiro, Cidade Nova, janeiro de 2011.

⁵ Arlette Farge, *Le goût de l'archive*, Paris, Seuil, 1989, p. 147 (este livro foi traduzido para o português com o título *O sabor do Arquivo*, São Paulo, EdUSP, 2010).

INTRODUÇÃO

Há sempre bons motivos para se reconstituir a trajetória de uma instituição com uma longa e produtiva história, problematizando suas estruturas e suas formas de organização e de funcionamento, revelando as suas características particulares e seus problemas, destacando os seus principais sujeitos e atores sociais. Especialmente se tratando de uma instituição tradicional, uma das mais antigas do gênero em funcionamento contínuo no Brasil, como o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, com uma ampla folha de serviços prestados às sociedades carioca e brasileira.

Portanto, foi com prazer, mas também com grande preocupação, que recebi a tarefa de pesquisar e escrever uma história do Arquivo da Cidade, uma instituição que atravessou os 446 anos do Rio de Janeiro, funcionando de forma contínua e permanente, detendo a custódia de um acervo documental de inestimável valor histórico e probatório, pois possibilita a reconstituição não apenas da organização política e administrativa da cidade do Rio de Janeiro, mas também da sua história social, demográfica, econômica e cultural.

A rica documentação arquivada no órgão compreende diversas modalidades, desde as tradicionais, como a textual manuscrita e impressa, a iconográfica e a cartográfica, até as modernas audiovisuais e virtuais, que compreendem discos, fitas gravadas, filmes, CDs, DVDs e arquivos informatizados *on-line*. Esta documentação registra as grandes transformações e rupturas que ocorreram no espaço urbano, nas estruturas de governo e de administração da cidade, no solo, no relevo, na hidrografia, no clima e nas atividades desenvolvidas pela população carioca, informando sobre o cotidiano da urbe e dos seus habitantes, a ocupação e a expansão do território urbano, o traçado e o prolongamento dos logradouros, o abastecimento de água e de alimentos, os transportes e os serviços públicos, como a saúde, o saneamento, a assistência e a instrução.

Os documentos arquivados fornecem dados fundamentais sobre a regulamentação de profissões e atividades econômicas, o provimento de cargos públicos e as competências e atribuições dos governantes e funcionários municipais, desde a época da fundação da cidade, no século XVI, até a época atual, no século XXI, demonstrando a continuidade e a permanência de valores, tradições e práticas que marcaram a evolução da instituição arquivística municipal e dos seus dirigentes, mas também dos governadores e dos agentes sociais que atuaram na vida pública da cidade.

Além disto, a documentação também ilustra o cotidiano dos homens e das mulheres cariocas, destacados ou comuns, de diversas épocas, que compartilharam entre si experiências, ideias e costumes, estabelecendo alianças e pactos ou vivenciando conflitos e antagonismos que caracterizam a história cidadina, desde as lutas iniciais pela conquista da terra, a fixação dos primeiros moradores da cidade, a montagem do governo

municipal e a distribuição de sesmarias, no período colonial, passando pelas alianças, tensões e lutas que marcaram as relações entre a população e seus governantes, bem como as mudanças, reformas e permanências que marcaram o período monárquico, até alcançar os tempos republicanos, desde a Proclamação da República até a contemporaneidade, na qual a cidade do Rio de Janeiro se insere no atual processo de mundialização econômica, social e cultural em curso, que está promovendo mudanças profundas na sua economia e na sua vida cotidiana, social, política e cultural.

Assim, a documentação arquivada, além de expressar as determinações legais e políticas adotadas pelos governantes da cidade em relação à sua administração e ao órgão arquivístico municipal, registra também as tradições, os costumes, as festas, as comemorações populares, as solenidades oficiais, as reivindicações, as lutas e os conflitos, os pactos e as alianças que caracterizam o cotidiano da população carioca nos mais de quatro séculos de existência da municipalidade.

Considerando a riqueza desta documentação e a importância do Arquivo da Cidade na preservação das fontes documentais de caráter administrativo, político, social e cultural da história carioca, o projeto de pesquisa que embasou este livro se dividiu em duas grandes etapas. A primeira etapa constituiu-se do levantamento, seleção, análise e processamento dos dados referentes à evolução do Arquivo nos diversos contextos políticos, administrativos e culturais em que se inseriu durante a sua longa trajetória histórica, desde o período colonial até o começo do século XXI. Estes dados foram coletados, selecionados e analisados, a partir de uma vasta pesquisa nas fontes primárias disponíveis nos acervos da instituição, compreendendo os documentos manuscritos e impressos, as coleções de Leis, Decretos e outros Atos administrativos, relatórios, exposições, pareceres, projetos e os diversos organogramas e fotografias que foram utilizados no trabalho. Para embasar historicamente a pesquisa recorri a uma vasta bibliografia, fundamentando a narrativa que construí sobre o Arquivo da Cidade e suas relações com a sociedade em que se inseriu através do tempo. A segunda etapa compreendeu a elaboração da narrativa da longa travessia desta instituição de arquivo, sistematizando as conclusões das pesquisas e análises realizadas, estabelecendo relações entre o Arquivo Municipal, seus principais dirigentes e os diversos órgãos e autoridades da administração municipal, aos quais esteve diretamente ligado durante a sua trajetória. Esta narrativa identifica as diversas e especializadas funções que o órgão desempenhou durante a sua quatrocentona história, determinando as suas diferentes fases, as principais mudanças pelas quais passou, apontando as dificuldades e barreiras que enfrentou para exercer plenamente as suas atribuições e competências e as funções principais que desempenhou, tais como, a guarda e a preservação da documentação pública emanada das diversas repartições que constituíram o governo local, tanto a de natureza “administrativa”, quanto a de caráter “histórico”.

Com o objetivo de tornar compreensíveis as vicissitudes que a respeitável instituição enfrentou para desempenhar suas funções, a narrativa busca articular sua evolução, no tempo e no espaço, à história administrativa e política da cidade e do país. Por isto, analisa a inserção do Arquivo na estrutura político-administrativa municipal, desde o período colonial até a atualidade, sem perder de vista os processos mais amplos ocorridos na cidade e no país, procurando focar as relações de poder e de força entre os grupos e indivíduos que se enfrentaram, nos diversos contextos histórico-culturais nos quais tais processos se desenrolaram. Tais relações influíram decisivamente na atuação dos principais atores sociais que desempenharam funções dirigentes no governo municipal e, conseqüentemente, no Arquivo da Cidade.

Deste modo, pretende determinar o papel social e cultural que o Arquivo da Cidade exerceu, nas diferentes fases da sua história, nas quais atuou como uma agência altamente especializada da administração municipal, buscando reconstituir a trajetória do Arquivo da Cidade no contexto da história da administração municipal. Demarca as mais importantes mudanças e inflexões por que passou, desde a criação da “arca grande e boa”, na época da fundação da cidade, no século XVI, até o momento em que, assumiu o papel de órgão central

da Rede Municipal de Arquivos Públicos e Privados, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura, no começo do século XXI.

Portanto, mapeou as principais fases da história do Arquivo do Rio de Janeiro, desde a sua criação como repartição da Câmara Municipal, detectando as articulações que manteve com os demais órgãos do governo local, do governo estadual e federal. Procurou identificar os seus dirigentes mais importantes e as relações institucionais que desenvolveu com as demais instâncias e com os demais agentes do poder municipal e com os sucessivos governantes e dirigentes da cidade do Rio de Janeiro, desde a sua criação, em 1565, até a gestão administrativa municipal que se encerrou em 2008. Assinala as alterações, continuidades e rupturas que marcaram a sua história e identificou as características marcantes das políticas adotadas em relação à documentação produzida pela administração pública municipal, em seus diferentes escalões, caracterizando a cultura política dominante em relação ao patrimônio documental da municipalidade.

Procurou estabelecer linhas de comunicação entre o presente e o passado, desde as origens do Arquivo, quando vigorava a política de sigilo portuguesa, até a adoção das orientações democráticas, implantadas no começo dos anos noventa do século XX, quando foram promulgadas as primeiras Leis de Arquivo no país, franqueando e regulamentando o acesso à documentação pública para todos os cidadãos.

É importante destacar que, desde a fundação da cidade e do governo local, no período colonial, o Arquivo da Câmara foi o depositário não apenas da documentação produzida pelos camaristas e pelas demais repartições da municipalidade, mas também foi encarregado de guardar, zelar e conservar os documentos emanados do governo da capitania do Rio de Janeiro, do Governo Geral e do Vice-Reino do Estado do Brasil e até da Coroa portuguesa e dos seus órgãos metropolitanos.

No período imperial, da Independência do país até a queda da monarquia com a Proclamação da República, o Arquivo da Câmara acumulou a maior parte da documentação produzida pela municipalidade, de inegável valor para a história brasileira. Esta documentação, representada especialmente pelos Livros de Autos de Vereanças, expressa a participação determinante dos representantes cariocas em momentos decisivos da formação e da evolução da nação. Assim, na documentação arquivada pelo Arquivo da Câmara, destaca-se o Livro de Autos de Vereanças, no qual a célebre sessão do dia 9 de janeiro de 1822, presidida por José Clemente Pereira, foi registrada, assinalando a decisiva atuação dos camaristas cariocas no processo de Independência do Brasil.

O “Auto do Fico”, título pelo qual ficou conhecido este documento, registrou a deliberação dos edis cariocas de encaminharem ao príncipe regente, D. Pedro, tanto a sua própria petição, quanto as petições que receberam dos representantes de municípios paulistas, mineiros e até gaúchos, solicitando que Sua Alteza Real permanecesse no Reino do Brasil, episódio que ficou conhecido como o Dia do Fico. Este documento, produzido pelos camaristas cariocas, não deve ser confundido com o Ato do Fico, documento que expressou a determinação do príncipe regente em permanecer no Brasil e que está depositado no Arquivo Nacional.

Outro conjunto documental, sob a guarda do Arquivo Municipal, que atesta a participação dos representantes cariocas em outro momento crucial da história nacional, é o Termo de Reconhecimento do Governo Republicano Provisório pela Câmara Municipal, datado de 16 de novembro de 1889. Este documento expressa a adesão da edilidade carioca à recém-proclamada República e contém uma especial relevância na legitimação do novo regime. Outros conjuntos documentais de importância nacional que estão depositados no Arquivo da Cidade são constituídos pela coleção sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) e pela coleção do destacado político Saldanha Marinho, presidente do Partido Republicano Fluminense (PRF), o primeiro a se constituir no país, em 1870. No começo do período republicano, os acervos documentais do Arquivo da Câmara Municipal foram transferidos para o Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal. O Arquivo

da Prefeitura da cidade passou a recolher e a guardar, especialmente, a documentação produzida e acumulada pela administração pública municipal.

Contudo, o Arquivo da Cidade também mantém, sob sua custódia, importantes coleções de documentos de instituições privadas, como a empresa têxtil Nova América e a agência Lux, e coleções documentais de personalidades da história da cidade, que se projetaram em termos nacionais, como os prefeitos Pereira Passos e Marcos Tamoyo e os governadores Carlos Lacerda e Antônio Chagas Freitas.

No decorrer do longo período de duração do Arquivo da Câmara e, a seguir, do Arquivo da Prefeitura, em razão de guardarem e preservarem a documentação oficial relativa à história e à administração da cidade do Rio de Janeiro, estabeleceu-se uma relação indissolúvel e inseparável entre a história da cidade e a destes Arquivos, que se tornaram indiscutivelmente “lugares da memória”.⁶

Esta relação determina que a história do Arquivo da Cidade não possa ser desligada ou dissociada do contexto sociopolítico e cultural, de âmbito regional e nacional, no qual se desenvolveu a sua trajetória institucional, na estrutura administrativa da municipalidade.

Além disto, a documentação do Arquivo Municipal registra também a permanente intervenção dos governos centrais na vida da municipalidade, desde a monarquia portuguesa, no período colonial, passando pela monarquia brasileira, no período imperial, alcançando os atos do Executivo federal, no período republicano. A interferência destes poderes no âmbito municipal manifesta-se tanto em aspectos administrativos e políticos, como em assuntos financeiros, econômicos e culturais, refletindo-se na natureza e no caráter da documentação arquivada no órgão.

Na trajetória de longa duração do Arquivo Municipal, a narrativa se concentrou no período mais recente da sua história. Este período foi inaugurado com a transferência definitiva do Arquivo da Câmara Municipal para o âmbito da Prefeitura do Distrito Federal. Tal transferência foi consolidada legalmente, com a instituição da Diretoria Geral de Arquivo na estrutura da administração do então Distrito Federal, pelo Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893. Este documento pode ser encarado como um verdadeiro ato de criação do Arquivo no âmbito do Poder Executivo municipal.

Neste momento, o Arquivo da Cidade ocupou uma posição no primeiro escalão da estrutura administrativa local, com um *status* equivalente ao de uma secretaria municipal atual. Entretanto, permaneceu nesta posição destacada por um curto período. As mudanças que se seguiram levaram o órgão a ocupar um *status* cada vez mais periférico na estrutura administrativa, ainda que sempre tenha se mantido no âmbito do Poder Executivo municipal. Esta periferação que, aliás, o Arquivo da Cidade compartilha com os demais arquivos públicos brasileiros, provocou uma duradoura invisibilidade social e política da instituição na sociedade e até na própria administração municipal. No século XX, essa situação do Arquivo da Cidade causou grandes dificuldades para que pudesse desempenhar com mais produtividade, continuidade e eficiência as suas vastas funções especializadas, pois foi afastado dos centros decisórios das políticas oficiais, adotadas em relação à gestão e à preservação da documentação produzida pela Prefeitura municipal.

Assim, a narrativa aponta as dificuldades e as lutas que os dirigentes e funcionários do Arquivo empreenderam para resistir ao descaso e à omissão das autoridades governamentais que, na maior parte do longo período estudado, descuidaram-se ou omitiram-se em dotar um dos mais antigos órgãos da administração municipal em funcionamento contínuo, das mais elementares condições financeiras, humanas e técnicas, que possibilitassem o cumprimento eficaz de suas funções e garantissem a sua atualização e a sua modernização no campo arquivístico.

⁶ O conceito de “lugares de memória” foi elaborado e empregado por Pierre Nora, na obra *Les lieux de mémoire*, que dirigiu e editou entre 1984 e 1993, em Paris.

O teor da narrativa se fundamenta, predominantemente, na análise da legislação municipal referente à organização das estruturas administrativas, sobretudo, a relativa ao Arquivo da Cidade, pois elas representam não apenas as deliberações oficiais adotadas pelos gestores dos diferentes níveis do governo municipal, mas expressam as políticas, diretrizes e orientações adotadas em relação ao órgão e às suas finalidades, competências e atribuições, informando sobre as culturas políticas que orientaram as ações e iniciativas voltadas para a documentação produzida e arquivada, por parte dos diversos agentes públicos envolvidos na tomada de decisões no âmbito municipal.

Esta legislação foi consultada principalmente nos *Boletins da Câmara Municipal*, nos *Boletins da Intendência Municipal*, nos *Boletins da Prefeitura do Distrito Federal*, nas *Coletâneas de Leis Municipais* e nos *Diários Oficiais* relativos à cidade do Rio de Janeiro, inclusive os referentes ao extinto Estado da Guanabara, que se encontravam disponíveis nos acervos do Arquivo Geral da Cidade, indicados nas fontes consultadas. A legislação municipal, publicada nas obras citadas, constituiu-se na principal fonte de pesquisa deste trabalho, fornecendo informações sobre a estrutura jurídica e legal que fundamentou a organização e o funcionamento do órgão nas suas diferentes fases.

As principais referências bibliográficas se constituíram de algumas obras historiográficas que tratam da história administrativa, como a obra coordenada pela historiadora Graça Salgado⁷ e algumas que analisam as instituições culturais e sua organização, como a tese de doutorado da historiadora Celia Maria Leite Costa⁸ e o livro do historiador Manoel Luiz Guimarães Salgado⁹.

A análise acurada da legislação referente ao município do Rio de Janeiro revelou os embates políticos e ideológicos que colocaram em confronto ou em sintonia a instância da administração municipal - a Câmara Municipal -, e o governo português, no período colonial, a monarquia, no período imperial, e a Prefeitura da Cidade e o governo federal, no período republicano.

Estes conflitos ou alinhamentos foram causados pela permanente intervenção das instâncias superiores de poder sobre a organização e o funcionamento do governo local, desde a época em que a cidade do Rio de Janeiro tornou-se sede do Vice-Reino do Estado do Brasil, em 1763. Esta situação sofreu uma inflexão profunda quando a cidade deixou de ser a Capital Federal do país, com a transferência do Distrito Federal para Brasília, em 1960, e finalmente, quando perdeu o *status* especial, de cidade-estado, que ocupou na federação, no período entre 1960 e 1975, e que se encerrou com a “fusão” do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro. Estes dois processos, a transferência do Distrito Federal e a transformação da cidade em capital do Estado do Rio de Janeiro, ocorridos, a partir da década de 1960, entretanto, não conseguiram eliminar a posição destacada que o Rio de Janeiro ocupou e ocupa até hoje no conjunto do país, mantendo a capitalidade de fato que exerce sobre as demais cidades e regiões brasileiras.

Desde o período colonial até a atualidade, a história do governo da cidade do Rio de Janeiro foi marcada pela posição ambígua do município na estrutura de poder do Estado a que estava subordinada e pela superposição de órgãos e serviços de âmbito central ou federal aos da esfera administrativa local. Esta situação ambígua e de superposição impôs subordinações e dependências que limitaram o exercício da autonomia política e administrativa da municipalidade e dos seus administradores. Estas características perpassam toda a legislação implantada na administração do município do Rio de Janeiro, desde o período colonial até a República, expressando-se também nas Leis, Decretos e Regimentos que regularam a estrutura e o funcionamento do Arquivo da Cidade, como órgão do poder público local.

⁷ Cf. SALGADO, G. (Coord.), 1985.

⁸ Cf. COSTA, C. M. L., 1997.

⁹ Cf. GUIMARÃES, M. L. S., 1988.

No período republicano, de 1889 a 1960, no espaço geopolítico da cidade do Rio de Janeiro, funcionaram, concomitantemente, instituições federais, como o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, a Presidência da República, os Ministérios Federais, o Supremo Tribunal Federal e os órgãos municipais, como a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Os poderes federais interferiram na organização e no funcionamento político-administrativo do município, restringindo a autonomia do governo local e até concorrendo com ele, no desempenho de suas funções e competências.

A onipresença permanente do governo federal sobre os poderes municipais e sobre os municípios cariocas atingiu o ápice em 1975, com a imposição da unificação do Estado da Guanabara, ente federativo criado após a transferência do Distrito Federal para Brasília, em 1960, com o antigo Estado do Rio de Janeiro. Esta decisão, urdida nos gabinetes fechados dos generais militares que governavam o país, desde o golpe de Estado de 1964, foi tomada sem consulta aos cariocas e sob forte censura à imprensa e aos debates, impondo-se como fato consumado aos governantes e à opinião pública carioca.

Cabe destacar, portanto, em decorrência desta permanente interferência federal sobre os negócios municipais, que os sucessivos prefeitos que ocuparam o Executivo municipal, durante a maior parte do período republicano, foram encarados como interventores do poder federal, pois eram escolhidos e nomeados pelos presidentes da República, com base em critérios de confiança pessoal, sem levar em conta a sua representatividade junto aos cidadãos cariocas, que não detinham o direito de elegê-los.

Durante a chamada Era Vargas (1930-1945), o relativo federalismo implantado pela República oligárquica (1894-1930) foi substituído por uma forte tendência centralizadora no Estado brasileiro. Esta tendência se tornou hegemônica e foi fortalecida durante os períodos das ditaduras de Vargas (1937-1945) e dos militares (1964-1985). Durante os períodos do seu predomínio, a centralização política produziu uma inflexão decisiva na estrutura de dominação da República brasileira, pois alterou significativamente o arcabouço jurídico e legal do país e, conseqüentemente, do município carioca, redefinindo as finalidades, o funcionamento e as competências das suas estruturas político-administrativas.

A administração pública brasileira assumiu novos padrões de organização e de racionalidade, especialmente, após a reforma administrativa implantada pelo governo Vargas e, especialmente, depois da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 30 de julho de 1938, obedecendo ao disposto no artigo Nº 67, da Constituição de 1937. O DASP promoveu a análise da situação administrativa do país e pôs em prática a reforma de suas estruturas, do seu funcionamento e dos seus quadros, com o objetivo de realizar as mudanças que fossem necessárias para uma maior racionalidade econômica e para desenvolver a eficiência técnica, implantando novos métodos para a contratação de servidores públicos e para a aquisição de material no serviço público. Outras funções que o DASP desempenhou foram auxiliar o presidente da República no exame de projetos de lei submetidos à sua sanção, inspecionar e supervisionar o funcionamento dos serviços públicos federais e apresentar relatórios anuais das suas atividades. Apesar dos esforços empreendidos pelo DASP e pelos órgãos similares, criados nos estados e no Distrito Federal, não se conseguiu eliminar o clientelismo e o coronelismo que marcam as estruturas de poder do Estado brasileiro.¹⁰

Na conjuntura marcada pela implantação do Estado Novo, a legislação do Distrito Federal foi alterada diversas vezes por leis e decretos-lei baixados pelo governo federal, modificando a configuração e a forma deste ente federativo, a sua estrutura organizacional e o seu funcionamento, mudando a vinculação administrativa, a organização e as funções dos órgãos municipais, inclusive do Arquivo da Cidade, cujas vinculações, competências e atribuições foram alteradas e regulamentadas por diversos atos legais emitidos pelo chefe do Executivo federal neste período.

¹⁰ Cf. NEVES, G. P. dos.; *et alii*, 2002, p. 319-320.

Entretanto, não foi apenas sob o Estado Novo que a Prefeitura do Distrito Federal passou por sucessivas alterações legais e organizacionais. Desde o começo do período republicano, especialmente entre 1892 e 1960, na administração municipal foram promovidas diversas mudanças na administração municipal: as designações, as funções e as atribuições das repartições e agências municipais foram alteradas diversas vezes, inclusive as do Arquivo da Cidade, que transitou por diversas repartições, sempre mantendo uma posição subalterna e periférica na estrutura do Poder Executivo da cidade. Atos legais, baixados no âmbito do Executivo ou do Legislativo municipais, como Leis, Decretos, Resoluções, Regimentos e Portarias, também alteraram a forma de organização e o funcionamento das repartições e agências da Prefeitura e a atuação dos agentes municipais, inclusive as do Arquivo Geral e dos seus servidores.

Infelizmente, não tive acesso a repertórios legislativos que abarcassem o conjunto da legislação relativa ao município do Rio de Janeiro, não tendo condições, assim, de realizar um levantamento mais sistemático dos atos legais vigentes no âmbito da administração da cidade durante o período republicano. Não tive acesso e não pude consultar nem mesmo o conjunto da legislação referente à organização e ao funcionamento do Poder Executivo municipal, especialmente em determinados períodos, como o que abarca o fim da década de 1950 e a década de 1960. A dificuldade de acesso e de consulta aos repertórios legislativos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais dificultou a coleta de dados relativos às Leis, Decretos e Regulamentos que estabeleceram a estrutura e o funcionamento dos órgãos da administração municipal e, conseqüentemente, do Arquivo da Cidade, especialmente no referido período.

Não foi possível consultar, de forma metódica e sistemática, a legislação publicada oficialmente a partir dos anos 1940, pois o Arquivo Geral não dispunha da coleção completa dos *Diários Oficiais do Distrito Federal*, nos quais foi publicada a legislação municipal. Durante a realização deste trabalho, não consegui localizar estas publicações em outras instituições da cidade, como a Biblioteca Pública do Estado, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. Portanto, como as coleções de Leis municipais disponíveis no acervo institucional estavam incompletas, o trabalho que realizei deixou lacunas, sobretudo, na história administrativa e política do município e, em menor grau, do próprio Arquivo da Cidade, no período compreendido entre o final da década de 1950 e a década de 1960.

Contudo, com os dados obtidos na legislação disponível, foi possível reconstituir, de modo genérico, o arcabouço jurídico que formatou a estrutura organizacional da Prefeitura e do Arquivo da Cidade no período republicano, entre 1892 e 2008, assinalando as mudanças e as permanências que marcaram a trajetória do Poder Executivo municipal e do Arquivo da Cidade, reconstruindo a ordem jurídico-institucional que regulou os seus funcionamentos, desde o fim do século XIX até o início do século XXI. Entretanto, reconheço que permaneceram, em uma zona de sombra e de esquecimento, muitas práticas e valores que sobreviveram às mudanças político-administrativas instituídas pelas sucessivas Leis, Decretos e Regulamentos que regeram a organização e o funcionamento do Arquivo da Cidade. Aliás, fato que caracteriza o fazer da História, sempre marcado pelo movimento pendular de memória-esquecimento. Não foi possível reconstituir as práticas e rotinas, concretas e cotidianas, que marcaram o funcionamento do Arquivo da Cidade, pois não tive acesso a fontes que tratassem desses aspectos da extensa travessia do órgão pela história da municipalidade. Estes aspectos não abordados se constituem em lacunas que podem dificultar uma compreensão mais profunda da trajetória da instituição. Espero que futuras pesquisas e obras historiográficas possam preenchê-las com novos dados, recolhidos em documentos que não consultei.

Destaco, porém, que estas lacunas decorrem não apenas da falta de informações relativas à legislação, mas, sobretudo, do fato de, nas estruturas administrativas, apesar das alterações promovidas, por algum tempo sobreviverem velhas práticas e antigos valores, como o apadrinhamento e o clientelismo, mas também por causa da resistência dos antigos funcionários pelas rotinas administrativas mais eficientes e inovadoras, pelas normas técnicas mais atualizadas e pela novas tecnologias. Não é incomum também que novos

dirigentes e funcionários desprezem o trabalho e a experiência das gerações mais antigas, promovendo mudanças e inovações que rompem com a continuidade do trabalho técnico que era desenvolvido na documentação da instituição, sem resultados práticos satisfatórios.

De um lado, os antigos valores e práticas que atravessam o tempo e se conservam resistentes, se impõem pela inércia e pela tradição, mesmo quando são adotados formalmente novos critérios de contratação de pessoal, mais impessoais e republicanos, como os concursos públicos e a promulgação de Leis e Decretos que estabeleçam critérios mais eficazes para a organização e o funcionamento do aparelho administrativo, e no caso dos arquivos, para o tratamento da massa documental que acumulam. Por outro lado, há mudanças abruptas, como os cortes orçamentários, que extinguem órgãos, funções e cargos, em momentos de crise. Ocorrem também alterações ou substituições nas direções e nas equipes técnicas dos órgãos públicos que interrompem os processos e os procedimentos técnicos que estavam se desenvolvendo, sem considerar as necessidades concretas dos serviços públicos e dos cidadãos.

Outra limitação a ser destacada neste livro é o reconhecimento de que o arcabouço jurídico instituído pela legislação federal e municipal, em relação à estrutura político-administrativa da Prefeitura, inclusive do Arquivo da Cidade, informa, sobretudo, os aspectos legais e formais da organização e do funcionamento dos poderes e dos órgãos municipais. A legislação não fornece dados sobre as formas de funcionamento e de relacionamento cotidianas e concretas e sobre as práticas e rotinas adotadas, de fato, pelas diversas instâncias que compõem a administração municipal.

Na tentativa de superar este limite, busquei consultar outras fontes documentais, analisando os depoimentos e os relatos dos dirigentes do Arquivo da Cidade e de alguns secretários, dirigentes e servidores municipais, através de suas correspondências com seus superiores, para os períodos mais antigos, e pelas entrevistas gravadas, desenvolvidas e coordenadas pela historiadora Sandra Horta Marques da Costa, gerente de Pesquisa, que enfocaram o período mais recente da história do órgão (1979-2008).¹¹

Analisei também mensagens de vários prefeitos ao Legislativo municipal, nas quais foram feitas menções ao Arquivo Geral; diversos relatórios dos seus dirigentes e dos seus superiores, livros de atas de reuniões de comissões e de grupos de trabalho que apresentaram diversos projetos de atividades e de tratamento da documentação arquivada, especialmente o livro de atas do grupo de trabalho encarregado de elaborar e acompanhar o projeto de construção do prédio sede do AGCRJ, que funcionou entre 1976 e 1979. Consultei ainda termos de recolhimento de documentação proveniente de outras repartições, livros de termos de posse de autoridades municipais, atos de investidura de dirigentes e funcionários, relações de pessoal lotado no órgão, projetos de políticas municipais de arquivos, propostas e projetos de construção de nova sede, entre outros documentos. Além disso, procurei me informar por meio da leitura de inúmeros artigos e matérias, publicados em diversos jornais e revistas, nos quais foram abordados a história, as atividades e os eventos promovidos pelo Arquivo da Cidade, nas diferentes fases da sua história mais recente.

Entretanto, a ênfase do trabalho recaiu sobre a reconstituição das estruturas político-administrativas que regeram a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, especialmente daquelas nas quais o Arquivo da Cidade se inseriu, a partir de suas bases legais, ou seja, a partir da legislação referente à organização e ao funcionamento da estrutura administrativa municipal, desde a criação do Distrito Federal, em 1892, quando foi promulgada a sua primeira Lei Orgânica, no período republicano, até o fim da gestão do prefeito César Maia, em 2008, na primeira década do século XXI. Este período histórico foi o alvo privilegiado da investigação e da narrativa aqui desenvolvida, pois nele se desenrola a parte menos estudada e menos conhecida da história do Arquivo Municipal.

¹¹ Estas entrevistas serão brevemente publicadas no livro intitulado *Memórias do Rio. O Arquivo da Cidade na sua trajetória republicana*, organizado pelas historiadoras Beatriz Kushnir e Sandra Horta.

É importante esclarecer, entretanto, que a legislação municipal constituiu-se na principal fonte documental analisada para reconstituir, da melhor maneira possível, a trajetória institucional do órgão na Prefeitura da cidade. Nesta legislação, destaquei as sucessivas Leis Orgânicas que estabeleceram a estrutura e o funcionamento dos poderes municipais, as Leis, Decretos, Regulamentos e Portarias que reorganizaram a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, suas repartições de primeiro, segundo e até terceiro escalão, especialmente, aqueles aos quais o Arquivo da Cidade esteve subordinado.

A hipótese central que guiou este trabalho afirma que a posição subalterna e periférica que o Arquivo da Cidade ocupou, durante a maior parte do período republicano, na estrutura da administração municipal, manteve o órgão afastado do centro decisório das políticas referentes à produção, ao recolhimento, à guarda e à preservação da documentação pública dos sucessivos governos da cidade. Destaca que a posição periférica do Arquivo da Cidade na administração municipal reduziu o seu papel ao de um órgão meramente executivo, sem competência para elaborar, implantar, orientar e supervisionar políticas de avaliação, recolhimento e preservação da documentação produzida pelos vários órgãos e repartições municipais.

Deduzi, com base nas informações obtidas, que o Arquivo da Cidade permaneceu exercendo, desde a década de 1960 até o início do século XXI, apenas funções de guarda, tratamento e preservação de documentos de valor permanente, sem autoridade para gerir, orientar e supervisionar a identificação, a avaliação e o recolhimento ou o descarte dos documentos de valor corrente e intermediário, produzidos na órbita do Executivo municipal. Situação que se refletiu até na nova denominação que recebeu, na década de 1960: Serviço de Arquivo Histórico. Desde essa época até o começo do século XX, passou a funcionar como um arquivo histórico do século XIX e não como um órgão central de consulta, recolhimento e preservação de documentos fundamentais para informar o governo municipal nas suas tomadas de decisão. Entre 1960 e 1979, perdeu até a reconhecida denominação de Arquivo Geral, tornando-se apenas um mero serviço, vinculado à Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento Geral de Cultura, da Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Neste período, foi encarregado de guardar e preservar apenas os documentos de valor permanente, emanados das repartições do governo estadual. A documentação corrente e intermediária, produzida pela administração do Estado da Guanabara e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, passou a ser gerida e tratada por órgãos voltados para a gestão de documentos “administrativos”, instituídos na Secretaria de Administração. Portanto, na maior parte do tempo em que passou a funcionar no âmbito do Executivo municipal, o Arquivo da Cidade não dispôs de autonomia administrativa, orçamentária e técnica para orientar e coordenar uma política municipal de arquivos, até porque inexistia uma legislação municipal e, até mesmo nacional, que respaldasse a implantação de tal política. A falta de uma política voltada para a gestão e a preservação do patrimônio documental produzido no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nas suas três fases (corrente, intermediária e permanente) resultou na dispersão, na perda e até na eliminação de documentos produzidos pela administração pública municipal, de forma aleatória e sem critérios.

Em decorrência desta posição subalterna e periférica que o Arquivo da Cidade ocupou na administração municipal, por um período tão longo, ocorreu uma defasagem no seu funcionamento que alcançou suas dimensões organizacional, legal, científica, técnica e de recursos humanos. Esta defasagem até hoje impede o exercício pleno das funções especializadas que o órgão deve desempenhar na gestão, no tratamento e na preservação da documentação pública municipal, na prestação de informações relevantes aos administradores e na comprovação de direitos dos cidadãos cariocas.

Conforme dados obtidos nas fontes consultadas, comprova-se que, desde 1945, o recolhimento de documentos ao Arquivo da Cidade foi cada vez mais reduzido, em virtude da falta de espaço físico nas suas instalações para arquivá-los e tratá-los tecnicamente de forma adequada. Este fato provocou a dispersão, a

perda e até o descarte da documentação produzida pelas diversas repartições municipais, sem uma prévia avaliação da sua natureza e do seu valor.

A situação precária das instalações do Arquivo da Cidade complicou-se especialmente depois de 1964, quando o órgão foi transferido para um prédio, nas proximidades da Quinta da Boa Vista, pertencente à Secretaria de Educação e Cultura, totalmente desprovido de condições físicas e infraestruturais que garantissem o tratamento e a preservação adequadas da documentação arquivada.

O Serviço de Arquivo Histórico passou a funcionar no andar superior de uma oficina de marcenaria e da gráfica estadual. Seus depósitos e demais dependência funcionaram, com as janelas abertas para a poluição ambiental, sem refrigeração e sem controle de umidade, sujeito a bruscas variações de temperatura. Além disto, havia a permanente ameaça de incêndios no local, em razão do acúmulo de material altamente inflamável nas oficinas e no seu entorno.

Além do mais, desde a década de 1960, até o início do século XXI, o Arquivo da Cidade, fosse por causa das péssimas condições das suas instalações, fosse pela falta de políticas públicas voltadas para a documentação oficial, deixou de funcionar como o órgão central da Rede de Arquivos Municipais, perdendo autoridade para ordenar direta ou indiretamente a avaliação, o recolhimento e o tratamento da documentação produzida pelo conjunto da administração pública da cidade. Estes procedimentos passaram a ser realizados no âmbito da Secretária de Administração, sem que o Arquivo fosse sequer consultado sobre os critérios e orientações adotados nos processos de avaliação da documentação produzida pelas demais secretarias e repartições estaduais ou municipais.

Uma das mais funestas consequências desta situação foi o não recolhimento da massa documental de valor permanente, produzida pelo conjunto dos órgãos que constituíram a administração da cidade-estado ou da cidade-capital estadual, no então denominado Arquivo Histórico. Esta documentação, em certos casos, passou a ser depositada em Arquivos Gerais criados nas repartições do primeiro escalão administrativo, como as Secretarias de Educação, de Administração e de Obras Públicas, não sendo avaliadas, selecionadas e preservadas por um órgão que centralizasse as orientações e os critérios adotados para abordar e tratar a massa documental.

Para demarcar as mudanças e permanências que ocorreram na história institucional, estabeleci uma periodização na história do Arquivo Geral que a dividiu em seis fases distintas. A primeira fase ocorreu entre 1893 e 1934, sendo marcada pela instituição do Arquivo Geral na estruturação organizacional da Prefeitura da cidade. No começo dessa fase, o órgão experimentou um breve momento de maior autonomia, quando funcionou como uma Diretoria Geral vinculada diretamente à Prefeitura, gozando de uma posição equivalente a de uma secretaria municipal atual.

Entretanto, a partir de 1900, foi subordinado à Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, como uma simples seção, permanecendo nesta posição até 1919 quando, na gestão do prefeito Paulo de Frontin, tornou-se um órgão autônomo. Todavia, ainda naquele mesmo ano, na gestão do prefeito Sá Freire, voltou a integrar a Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, como uma mera seção.

A segunda fase se iniciou em 1934 e terminou em 1940, um curto período em que o Arquivo Geral foi subordinado sucessivamente à recém-criada Diretoria de Patrimônio, Arquivo e Estatística, como uma das suas seções e à Diretoria Geral do Interior e Segurança, na gestão do prefeito Pedro Ernesto Batista, e depois da extinção da referida Diretoria Geral, à Diretoria do Interior, na administração de Henrique Dodsworth.

A mudança promovida pela reunião das Diretorias Gerais de Patrimônio e de Estatística e Arquivo, ocorrida em 1934, de certa forma representou um reconhecimento do valor patrimonial da documentação pública municipal. Logo a seguir, o órgão foi transferido para uma esfera mais política do governo municipal, na qual permaneceu até 1940. Esta fase é assinalada por essas bruscas alterações nas vinculações do Arquivo

da Cidade, mas não causaram grandes interrupções na continuidade dos trabalhos que o órgão desenvolvia, porque suas funções foram mantidas e suas rotinas habituais continuaram a ser executadas.

A terceira fase começou em 1940, quando o Arquivo Geral foi transferido para o âmbito da Secretaria Geral de Educação e Cultura, ainda na gestão do prefeito Henrique Dodsworth. Nesta Secretaria, passou a integrar os sucessivos departamentos criados para tratar o patrimônio bibliográfico, documental e museológico da municipalidade. Esta fase foi decisiva para a história do Arquivo da Cidade, pois o enquadrou no campo da educação e da cultura, onde suas finalidades e funções puderam desenvolver-se mais amplamente. A terceira fase terminou em 1960, quando foi instituído o Estado da Guanabara.

A quarta fase começou em 1960 e terminou em 1979, período em que o Arquivo Municipal exerceu apenas as funções de um “arquivo histórico”, responsável somente pela guarda e preservação de documentos de valor permanente, perdendo inclusive a sua tradicional denominação de Arquivo Geral. Foi um período extremamente difícil na trajetória do órgão, que sofreu duas mudanças de localização sucessivas e passou a funcionar precariamente instalado em dependências desapropriadas e até perigosas para os seus acervos documentais. O Arquivo Municipal sobreviveu graças à obstinada resistência da sua equipe de profissionais, que se dedicaram a zelar e a preservar a documentação arquivada, nas condições ambientais extremamente desfavoráveis em que o órgão funcionou até a sua transferência para o seu prédio-sede, inaugurado em 1979, na Cidade Nova.

A quinta fase começou em 1979, tendo como marco inicial a transferência do Arquivo da Cidade para o seu prédio-sede, especialmente construído para abrigá-lo, na rua Amoroso Lima, nº 15. Esta edificação foi inaugurada em 14 de março, último dia da gestão do prefeito Marcos Tamoyo. Nesta fase, recuperou suas funções mais amplas e sua denominação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Daí em diante, o AGCRJ atravessou momentos de altos e baixos, mas ganhou grande visibilidade na sociedade, pois foi o primeiro arquivo da América do Sul a ter uma sede projetada especialmente para atender suas finalidades. Esta fase se encerrou no início do século XXI, quando assumiu novas funções, em decorrência da promulgação da legislação municipal relativa à política de arquivos públicos e privados.

A sexta fase, atual, iniciou-se em 2002. É bastante promissora para a benemérita instituição, pois com a promulgação da legislação referente à Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, o Arquivo Geral da Cidade passou a desfrutar de melhores condições jurídicas e administrativas para desempenhar funções mais amplas, alargando suas competências e atribuições, com base legal e de forma mais contínua e sistemática. Em decorrência da legislação municipal de arquivos, o Arquivo Geral da Cidade passou a controlar e a supervisionar legalmente as políticas de gestão e de preservação do patrimônio documental e o sistema de memória da municipalidade, assumindo o papel de órgão central da Política Municipal de Arquivos. Contudo, ainda está lutando para ampliar o seu prestígio institucional junto à administração municipal, à comunidade arquivística nacional e internacional, à comunidade acadêmica e aos municípios em geral.

É importante destacar que, atualmente, os pesquisadores e os cidadãos cariocas contam com uma instituição apta e capaz de fornecer subsídios para suas investigações científicas e para a comprovação dos seus direitos. Entretanto, o Arquivo Geral da Cidade ainda enfrenta barreiras para exercer plenamente suas funções, como a crônica falta de funcionários especializados, que mantém os seus quadros técnicos bastante desfalcados.

Não posso concluir esta introdução sem registrar que este livro é um resultado do grande esforço de investigação coletiva, empreendido por várias gerações de pesquisadores que desenvolveram suas atividades no Arquivo da Cidade, sempre buscando conhecer, organizar e preservar sua história e suas finalidades. Aos colegas dos quais recebi inúmeras contribuições e orientações, manifesto, mais uma vez meu reconhecimento e meus sinceros agradecimentos.

A organização do livro obedece à ordem cronológica dos acontecimentos e às divisões administrativas, temporais e espaciais das diferentes estruturas às quais o Arquivo da Cidade esteve vinculado na administração municipal. Desta forma, foi abordada a evolução histórica do órgão e foram identificadas as suas principais fases e destacadas as inflexões decisivas que marcaram sua trajetória. As funções, competências e atribuições que desempenhou e desempenha foram descritas, determinando a posição que ocupou e ocupa na estrutura organizacional municipal durante a sua longa trajetória histórica.

Espero ter elaborado uma fonte de consulta destinada, especialmente, ao público interessado em subsídios para a história política e administrativa do município do Rio de Janeiro, dos seus governantes e de suas instituições políticas e culturais, principalmente as das suas instituições de arquivo, descrevendo os traços gerais que configuraram e orientaram o desenvolvimento da cidade, do Poder Executivo municipal, dos seus órgãos dirigentes e de algumas repartições municipais. Desta forma, pretende contribuir para subsidiar outras investigações históricas, voltadas para os ordenamentos jurídico-administrativos municipais, cujos processos decisórios são tão difíceis de serem capturados pelas análises históricas. Todavia, seu conteúdo procura traçar uma visão panorâmica do desenvolvimento urbano da cidade, nos seus aspectos sociais, políticos e culturais, que provavelmente interessará a todos aqueles e aquelas que querem conhecer a história da Cidade Maravilhosa, do seu governo e de uma das suas mais tradicionais instituições culturais. O Arquivo Geral da Cidade é certamente um tema que pode despertar o interesse das novas gerações de profissionais e estudantes que se dedicam aos estudos históricos e às ciências voltadas para a documentação e também ao público em geral, interessado na história da cidade.

A grande continuidade temporal da massa documental depositada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e a heróica resistência dessa instituição, que atravessou mais de quatro séculos da história carioca e sofreu alterações de denominação, de subordinação político-administrativa, de posição institucional e de localização física e a sua árdua travessia na história da cidade do Rio de Janeiro, marcada por vicissitudes diversas, mas também por conquistas importantes justificam a produção de uma narrativa histórica que extrapola a instituição do Arquivo Geral da Cidade na estrutura da Prefeitura municipal, em 1893, e remonta às suas origens, nos primórdios da fundação da “heróica e leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, no século XVI. Espero ter conseguido traçar as linhas gerais desta longa travessia do Arquivo Municipal, sem perder o foco principal da análise e sem cansar demasiadamente os leitores que se aventurarem a enfrentar a leitura desta narrativa histórica.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PARTAMENTO GERAL DE CULTURA

CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO DE SERVIÇOS
CORRELADOS E
INTERMEDIÁRIO

SERVIÇO DE
DOCUMENTAÇÃO

SERVIÇO DE APOIO
ADMINISTRATIVO

SEÇÃO DE ARQUIVOS
E INTERMEDIÁRIA

SEÇÃO DE ARQUIVOS
COMPLEMENTARES

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
CARTOGRAFICA, ICONOGRAFICA
E FOTOGRAFICA

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO BIBLIOTECARIA
E HERALDICA

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
ESCRITA

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
E XEROX

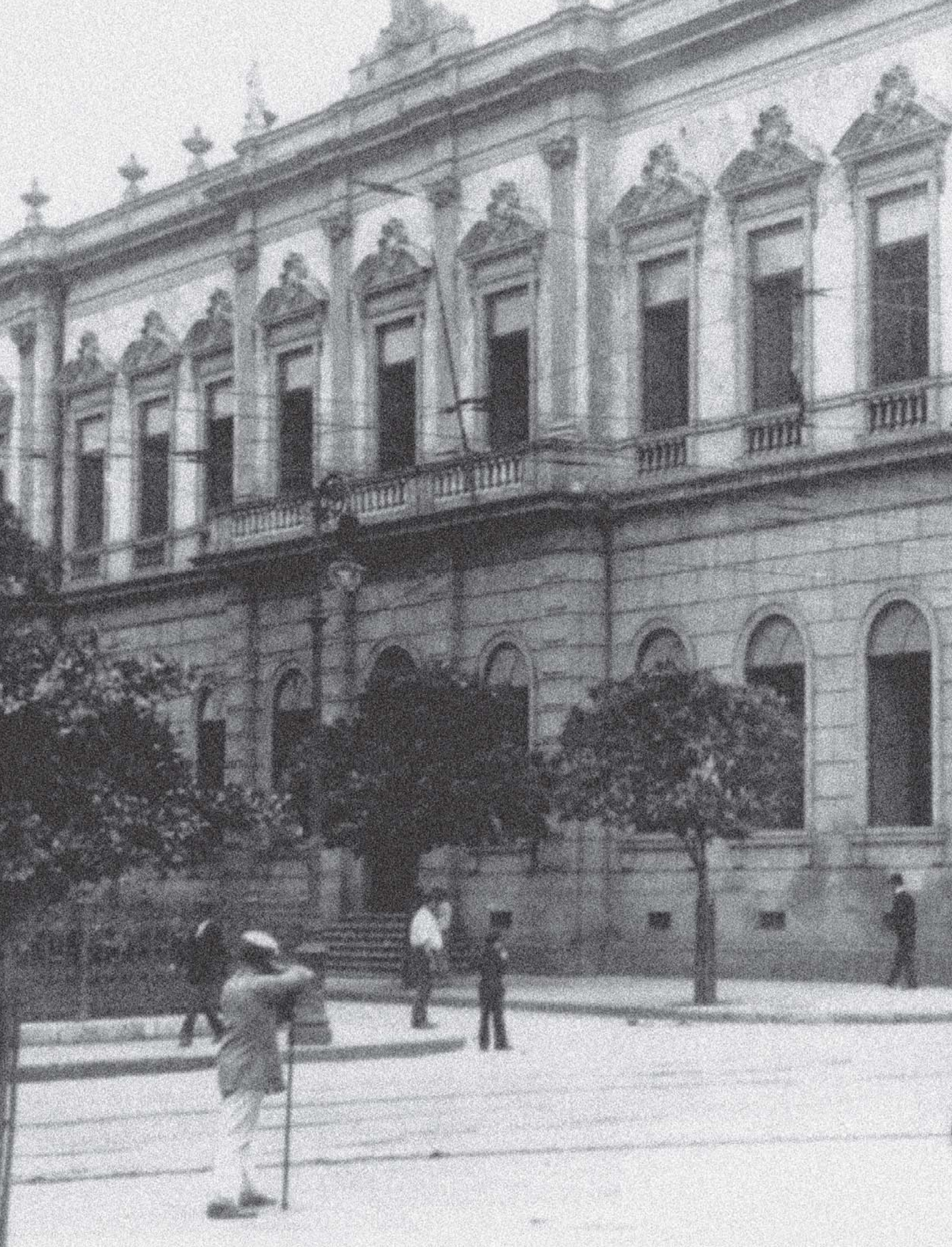
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
E REPRODUÇÃO

SEÇÃO DE PORTARIA
E ZELADORIA

SEÇÃO DE PROTOCOLO E
EXPEDIENTE

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
E MATERIAIS





CAPÍTULO 1

O ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1565-1889)

1.1. A “ARCA GRANDE E BOA”: AS ORIGENS DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL

O Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro é uma das instituições de arquivo mais antigas do país, possuindo uma longa trajetória, cuja origem remonta às primícias da história da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na época da sua fundação, em 1º de março de 1565, quando Estácio de Sá lançou o marco de fundação da cidade, na península à entrada da baía de Guanabara, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, no atual bairro da Urca. A seguir, instalou o pelourinho, como símbolo das atribuições judiciais da municipalidade, começando a ocupação e o povoamento do Rio de Janeiro. E, como era determinado pela legislação em vigor em Portugal, Estácio de Sá instituiu o Regimento e o Foral da municipalidade, que regulamentaram os seus deveres e privilégios e os direitos e deveres dos seus povoadores. Assim, lançou as bases do governo local e produziu os primeiros documentos da história da cidade.

Neste momento inaugural da história carioca, o capitão-mor Estácio de Sá nomeou as autoridades e os oficiais que formaram o núcleo inicial do governo local. Assim, com as cerimônias usuais e costumeiras no Reino português, empossou nos seus respectivos cargos João Prosse, procurador; Pedro Martins Namorado, juiz ordinário; Antônio Martins, meirinho; Pedro Costa, tabelião; Francisco Dias Pinto, alcaide-mor; Francisco Fernandes, alcaide-pequeno; e Batista Fernandes, porteiro e pregoeiro do Conselho ou Câmara Municipal,¹² instituição cuja existência embrionária é referida em documentos da época. Estes atos de Estácio de Sá, exercidos de acordo com os poderes a ele delegados pela Coroa portuguesa, comprovam as suas qualidades de fundador e de primeiro governador do Rio de Janeiro. Ao fundar o primeiro núcleo de povoamento português nas terras cariocas com o título de cidade, o sobrinho do então governador-geral Mem de Sá valeu-se das prerrogativas de soberania que lhe foram delegadas pela Coroa portuguesa, conferindo ao Rio de Janeiro uma maior autonomia administrativa e judiciária do que as concedidas a uma simples vila ou a uma singela povoação.

O Rio de Janeiro, ao obter desde sua fundação o título de cidade, incorporou um caráter de excepcionalidade e de importância que a luta pela conquista do seu território aos franceses e aos seus aliados tupinambá, os tamoios, somente justificou. Sua posição estratégica no Atlântico Sul, como porto de reabastecimento das frotas da “carreira das Índias” e de partida das expedições destinadas ao extremo sul do continente americano, é outro fator que explica a sua fundação como cidade.

Entretanto, apenas em 1567, ocorreu a primeira eleição para o Conselho ou Câmara Municipal. Os primeiros munícipes, que participaram da conquista do território e da fundação da municipalidade, elegeram seus representantes para mandatos de um ano de duração, constituindo o órgão colegiado que passou a exercer o governo local.

O Conselho ou Câmara Municipal foi uma das instituições portuguesas transplantadas para as colônias de ultramar, exercendo o seu poder sobre o território do município ou termo, a menor unidade da administração lusitana. Na administração colonial, ao poder da Câmara Municipal se sobrepuseram os poderes do governador e capitão-mor da capitania do Rio de Janeiro; do governador-geral do Estado do Brasil; e, evidentemente, da Coroa lusa. A instância intermediária entre o poder local e o Governo Geral era a capitania, cujo governo era exercido pelo capitão-governador, auxiliado por vários oficiais, aos quais eram delegadas distintas atribuições administrativas, judiciárias, de segurança e defesa. As Ordenações do Reino¹³, legislação em vigor em Portugal, regulamentaram a organização e o funcionamento da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de outras cidades coloniais.

No período colonial, a ordenação jurídica portuguesa determinou que a Câmara Municipal exercesse funções administrativas, políticas, legislativas, judiciais, fazendárias e policiais, já que não houve uma nítida separação de poderes, nem uma clara discriminação das suas competências, não existindo uma distinção entre as suas diversas atribuições. Além das Ordenações, outras leis, de caráter local, foram instituídas no decorrer do período colonial, para dar suporte legal à organização e ao funcionamento da municipalidade carioca, como as posturas e os alvarás municipais.

As Ordenações do Reino estabeleceram o sistema de escolha dos camaristas por meio de eleições indiretas, das quais participaram, como eleitores e candidatos aos cargos, apenas os “homens bons”¹⁴, de cada municipalidade. No caso do Rio de Janeiro, inicialmente, foram considerados “homens bons” apenas aqueles que haviam lutado pela conquista e ocupação do território da cidade, ou seja, os fundadores do Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, porém, outros membros da aristocracia rural carioca também puderam participar das eleições dos seus representantes no governo local.

Durante a maior parte do período colonial, as eleições da municipalidade foram realizadas a cada três anos, elegendo os que, durante um ano, alternadamente, ocupariam os cargos de juízes ordinários, vereadores, procurador e tesoureiro na Câmara Municipal. Os membros da Câmara Municipal desempenhavam funções específicas no governo da cidade e não recebiam um ordenado para servir à municipalidade, pois participar do governo local era considerado uma honra e um sinal de distinção social importante, em uma sociedade tão estratificada e hierarquizada, como era a sociedade carioca do “antigo regime”. Como forma de remuneração simbólica pelos serviços prestados, os camaristas recebiam uma pequena quantidade de cera para fazer velas. Da sua fundação até o fim do século XVII, a Câmara Municipal foi composta por dois juízes ordinários, sendo que um deles, alternadamente, ocupava o cargo de presidente do órgão; por um procurador, por três vereadores, por um tesoureiro e por um juiz de órfãos.

Assim, os dois juízes ordinários, eleitos pelos munícipes ilustres, ocupavam alternadamente o principal cargo do poder local, exercendo tanto atribuições judiciárias, ao aplicar as leis no âmbito local, em crimes de pequena alçada, pois a Câmara Municipal funcionava como um tribunal de primeira instância, quanto desempenhavam competências político-administrativas, ao fiscalizar e controlar as atividades dos demais oficiais que serviam ao governo local. Os três vereadores deveriam estabelecer os impostos, submeter à sua atenta vigilância os oficiais que serviam à municipalidade e também fiscalizar a aplicação da justiça pelos juízes ordinários. Além disto, exerciam a competência normativa ou legislativa de elaborar leis, alvarás, editais, posturas e demais atos legais, vigentes no âmbito municipal. O procurador deveria zelar pelos bens da municipalidade e fiscalizar as prestações de contas das autoridades municipais, submetendo-as ao provedor da capitania. O tesoureiro foi encarregado de auxiliar o procurador, arrecadando e controlando as rendas e os impostos locais e organizando a Fazenda da Câmara.

Provavelmente, o ofício de juiz de órfãos foi criado na capitania do Rio de Janeiro, em meados do século XVII¹⁵. Uma Carta Régia, de 21 de janeiro de 1694, registrou a existência desse magistrado, separado do juiz ordinário, na Câmara do Rio de Janeiro. O juiz de órfãos era provido diretamente pelo rei por um período

de três anos. O juiz de órfãos exerceu diversas incumbências em relação aos órfãos e aos seus bens e rendas. Anualmente, as prestações de contas dos camaristas eram submetidas à apreciação do provedor da capitania, o qual poderia aceitá-las ou rejeitá-las. Se a sua contabilidade não fosse aceita pelo provedor, os edis eram obrigados a restituírem à Fazenda municipal o valor que fora considerado dispêndio ilegal. Apenas dois terços das rendas obtidas pertenciam à Câmara Municipal, sendo o restante destinado, obrigatoriamente, à defesa e à segurança da cidade.

Sob a direção dos camaristas, eleitos pelos “homens bons” cariocas, também atuavam na Câmara Municipal os juizes de vintena, almotacés, quadrilheiros, meirinhos, alcaldes-pequenos, tabeliães e escrivães, que constituíam os seus oficiais superiores. Diversos funcionários subalternos, nomeados pelos edis, ou providos diretamente pela Coroa, pelo governador-geral ou pelo capitão-mor da capitania, também serviam ao governo local, como os porteiros, pregoeiros, carcereiros, fiscais e guardas municipais, cujas funções eram de auxiliar os oficiais superiores a cumprir as suas diversas atribuições.

A Câmara Municipal, no exercício do governo local, desempenhou várias funções, tais como a concessão de terras públicas, a administração dos bens da municipalidade, a aplicação da legislação vigente na instância municipal, atuando como um tribunal de pequenas causas. Foi responsável pela abertura, o prolongamento e o calçamento de ruas e logradouros, pelo saneamento de lagos e pântanos, pelo policiamento e o combate ao crime, pela cobrança das multas por infrações às leis e posturas municipais, pela coleta e arrecadação de impostos e taxas que formavam parte das rendas municipais, pela regulamentação do exercício de profissões e ofícios e do comércio, pelo financiamento da defesa e da segurança da municipalidade e dos seus municípios, zelar pela preservação dos patrimônios territorial, imóvel e móvel da municipalidade, pela manutenção do pelourinho, das fortificações e organizar as milícias encarregadas da segurança e da defesa da cidade, bem como criar e administrar as prisões.

Em decorrência das atribuições que os camaristas exerceram na defesa e na segurança da cidade coube a eles escolher o capitão-mor e os sargentos-mores das companhias das Ordenanças e outros postos de oficiais dos corpos militares, encarregados da defesa e da segurança da cidade. Como também agiram na repressão e na punição dos criminosos e infratores, supervisionaram os oficiais que atuavam na cadeia, instalada no andar térreo da Casa do Conselho. Além disso, nomeavam os almotacés, funcionários encarregados de fiscalizar o abastecimento de gêneros alimentícios e as obras da municipalidade. A Câmara Municipal desempenhou também as competências de arrecadar e transferir os impostos ordinários e extraordinários ¹⁶ devidos à capitania do Rio de Janeiro e à Coroa lusa

É importante destacar que no Rio de Janeiro, como de resto em toda a América portuguesa, as relações entre as instituições de governo e entre os governantes e governados eram fortemente influenciadas pelo patrimonialismo dos Estados ibéricos. Este fenômeno, portanto, caracterizou a indistinção entre as esferas pública e privada nas mentalidades e nas práticas dos cariocas, desde os primórdios da história da cidade.

Assim, as relações entre governantes e governados e entre os poderosos locais e seus protegidos e apadrinhados, desde os primórdios da vida da cidade, foram marcadas pelo patrimonialismo, pelo clientelismo e pelo compadrio. Com efeito, numerosas deliberações da Câmara Municipal beneficiaram as mais poderosas e tradicionais famílias da capitania, cujos interesses particulares eram assumidos pelos camaristas como representativos do bem-comum. Contudo, apesar do predomínio das relações patrimonialistas e clientelistas, houve momentos em que os camaristas atuaram como leais defensores dos direitos da municipalidade, enfrentando as oligarquias dominantes que pretendiam sobrepor-se às leis vigentes. Os camaristas entraram em conflito com as poderosas ordens religiosas, como as dos jesuítas, beneditinos e carmelitas, especialmente nas questões relativas à posse e à propriedade de terras públicas e à cobrança de foros e laudêmios.

No decorrer do período colonial, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro teve, muitas vezes, uma prática diferente das determinadas pelas Ordenações do Reino, em razão das particularidades da sociedade carioca, atuando em consonância com os padrões costumeiros predominantes entre os seus munícipes. Assim, na cidade do Rio de Janeiro, bem como em outras municipalidades da Colônia, o cargo de procurador da Câmara Municipal assumiu grande importância, porque os súditos coloniais tiveram no procurador um autêntico advogado nato, um defensor tenaz e corajoso dos seus direitos e interesses, diferentemente do previsto pela ordenação legal vigente ¹⁷.

Nas colônias ultramarinas portuguesas, mesmo a qualificação de “homem bom” foi empregada de forma diferente daquela que vigorava no Reino, pois mesmo os cidadãos que exerciam ofícios mecânicos e atividades comerciais, ao longo do período colonial, foram incluídos nessa categoria e participaram das eleições para a Câmara Municipal, como eleitores e candidatos. Fato que também ocorreu na Câmara Municipal carioca.

Em julho de 1565, o governador e capitão-mor Estácio de Sá, usando as prerrogativas que recebera do rei de Portugal, distribuiu as duas primeiras sesmarias da capitania do Rio de Janeiro. A primeira, mais extensa, medindo duas léguas em quadra, foi concedida, em 1º de julho de 1565, atendendo a uma petição, assinada pelo padre Gonçalo de Oliveira, aos jesuítas, membros da Companhia de Jesus ¹⁸, protagonistas dos acontecimentos que resultaram na fundação da cidade.

A segunda sesmaria foi doada por Estácio de Sá à municipalidade, em 16 de julho de 1565, acolhendo uma petição assinada pelos primeiros conquistadores e povoadores, que solicitaram a demarcação das terras do rossio da cidade e o estabelecimento do seu termo (município). O termo da cidade era o espaço reservado para as edificações urbanas, sobre o qual se estabeleceu a jurisdição da Câmara Municipal. O rossio era formado pelas terras de uso comum dos munícipes, como as pastagens e os terrenos baldios. A sesmaria doada à Câmara Municipal compreendeu uma légua e meia de testada, começando nas terras planas, ao longo da costa. Estendeu-se por duas léguas, até o sertão, região que ainda era controlada pelos tamoios e franceses. A existência dessas duas sesmarias limítrofes provocou numerosos conflitos entre os padres jesuítas e a Câmara Municipal, vizinhos lindeiros que se confrontaram durante todo período colonial, reivindicando e disputando a posse de terras dentro e fora dos limites dessas sesmarias.

Em cerimônia pública e solene, realizada em agosto de 1565, João Prose, o primeiro procurador da cidade, tomou posse oficialmente da sesmaria doada à Câmara Municipal, em nome dos primeiros povoadores e moradores da cidade. Nesta cerimônia, o procurador recebeu terra, erva e pedra, das mãos do meirinho Antônio Martins, como símbolos do patrimônio da municipalidade, e o governador Estácio de Sá incumbiu esse oficial de registrar, no cartório do 1º Ofício de Notas da cidade, a Carta de Doação da sesmaria da Câmara Municipal.

A concessão desta sesmaria à municipalidade constituiu a base do patrimônio municipal, que foi acrescido depois com outros bens imóveis e móveis e pelas rendas arrecadadas com o pagamento de foros, laudêmios, taxas e impostos cobrados aos habitantes da cidade.

Conforme determinava a ordenação legal portuguesa em vigor, a cidade deveria obrigatoriamente ser instalada na circunscrição do termo da sesmaria da Câmara Municipal, em um terreno apropriado para a sua construção. Este terreno deveria ser dotado de uma fortaleza e de um bom porto, em “sítio sadio, com bons ares e boas nascentes de água”. Entretanto, apesar dessas recomendações fazerem parte das determinações régias recebidas pelo capitão-mor e governador Estácio de Sá, o local no qual a cidade foi fundada, nas proximidades do morro do Pão de Açúcar, era um espaço bastante exíguo, desprovido de água potável e muito vulnerável aos frequentes ataques dos tamoios e dos franceses. Este núcleo inicial da cidade, porém, conseguiu resistir por dois anos aos ataques que sofreu e até se expandiu em direção aos atuais bairros do Flamengo e de Botafogo, onde surgiram chácaras e fazendas dos seus primeiros moradores.

Ainda em 1565, depois de a Câmara Municipal ter recebido o título de concessão da sua primeira sesmaria, Estácio de Sá distribuiu as primeiras cartas forais para os conquistadores que o auxiliaram na fundação da cidade e estavam dispostos a povoar e a cultivar as vastas sesmarias que lhes foram doadas em toda a extensão da baía de Guanabara e nas suas maiores ilhas. Contudo, as informações que dispomos sobre a doação de sesmarias aos primeiros povoadores são incompletas e imprecisas, pois o segundo Livro de Registro das suas escrituras, que abarcava o período entre 1º de julho de 1565 e 11 de novembro de 1566, desapareceu, possivelmente consumido no incêndio que destruiu parte dos papéis do Arquivo da Câmara, em 1790.

Conforme as Ordenações do Reino, o primeiro escrivão da Câmara Municipal, Diogo de Oliveira, foi incumbido de registrar em livros próprios e de guardar em uma “arca grande e boa” as cartas de doação de sesmarias concedidas por Estácio de Sá aos jesuítas, à municipalidade e aos primeiros povoadores; as cartas forais; os termos de provimento dos camaristas municipais; as provisões civis dos porteiros, pregoeiros, alcaides, carcereiros, tabeliães, escrivães, ouvidores, provedores da Fazenda e dos demais oficiais da municipalidade. Esta “arca grande e boa” é a origem do Arquivo da Câmara Municipal.

Como era determinado pelas Ordenações do Reino, coube, ainda, ao escrivão da Câmara Municipal lançar, nos respectivos Livros de Registros os autos, os alvarás, os editais e todos os atos expedidos pelos camaristas, pelo governador da capitania, pelo governador-geral e pela Coroa, que fossem relativos à municipalidade. Na “arca grande e boa”, o escrivão também deveria guardar as Provisões eclesiásticas; as Posturas Municipais, os Livros de Tombos dos bens municipais; os Livros de Privilégios, os Livros de Escrituras e dos Registros de Infrações às Posturas, bem como os Livros de Atas das reuniões dos camaristas, os Anais da Câmara e as demais escrituras produzidas no curso das atividades da Câmara Municipal.

O escrivão da Câmara Municipal recebeu a incumbência de zelar pela guarda e conservação de todos os documentos que, com o passar do tempo, foram constituindo os fundos arquivísticos daquela instituição. Também foi encarregado de guardar uma das três chaves da “arca grande e boa” ou “arca forte”, e também de auxiliar o ouvidor e os juízes ordinários nas funções de Justiça, nos impedimentos do procurador. Portanto, desde a criação da cidade do Rio de Janeiro, a sua Câmara Municipal foi dotada de um oficial encarregado de escrever, ler, publicar, guardar e conservar a documentação produzida e acumulada pela municipalidade. Este oficial – o escrivão -¹⁹ exerceu suas funções, em relação à documentação produzida pelos camaristas e pelas repartições da municipalidade, com relativa autonomia e independência durante o período colonial, ainda que procedesse à guarda e à conservação da documentação arquivada, de forma muito irregular, desordenada e sem método de organização. Além disso, em virtude da posição proeminente que a cidade do Rio de Janeiro ocupou no Império português, desde sua fundação, o escrivão da Câmara Municipal carioca também foi incumbido de guardar os atos e os documentos provenientes dos governadores-gerais e, mais tarde, dos vice-reis do Estado do Brasil, da Coroa e dos órgãos metropolitanos, referentes à municipalidade carioca, durante todo período colonial.

Assim, desde a prisca época da fundação da cidade até a Independência do Brasil, o Arquivo da Câmara incorporou documentos não apenas produzidos pelo governo municipal, mas, também, os emanados de outras esferas do aparelho de Estado português. Por isto, a documentação sob sua custódia possui abrangência, relevância e natureza mais amplas do que são comuns em arquivos municipais, geralmente depositários de uma documentação de caráter local. Os documentos do Arquivo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no período colonial e no imperial, e do Arquivo da Prefeitura da Cidade, que herdou aquela documentação no período republicano, extrapolam a esfera municipal, abarcando questões de âmbito regional, nacional e até internacional, pois a cidade desempenhou um papel estratégico para a manutenção do vasto Império lusitano, depois, do Estado Imperial e do Estado Republicano brasileiros. A rica documentação arquivada, portanto, expressa a capitalidade²⁰, ou seja, a condição de cidade-capital e de

centro de articulação política que exerceu, desde a sua fundação até a década de 1960, no século XX, como cidade-capital da Colônia, do Império e da República.

Segundo André Nunes de Azevedo ²¹, o conceito de capitalidade expressa um fenômeno urbano, que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica cosmopolita e universalista em uma cidade que centraliza e difunde essas orientações para fora do seu território geográfico. A constituição desta esfera simbólica decorre da maior abertura da cidade para novas ideias, novos valores e novas práticas, resultando no desenvolvimento do cosmopolitismo e da capacidade da cidade de operar sínteses, modificando e adaptando os valores, as ideias e as práticas que recebe.

A capitalidade transforma a cidade em um espaço de consagração de fatos políticos e culturais de um país, tornando-a uma referência para as demais que recebem sua influência, evoluindo ao apreender e assimilar novas experiências e novas ideias, que passam a constituir a sua tradição urbana. No caso da cidade do Rio de Janeiro sua capitalidade se manifesta na natureza e no caráter da documentação acumulada no Arquivo da Câmara Municipal, no período colonial e no período monárquico imperial. E, no Arquivo da Prefeitura da Cidade, no período republicano. As características especiais e particulares da documentação arquivada por esses sucessivos órgãos de arquivo distinguem seus documentos dos demais recolhidos e preservados por outros arquivos municipais do país, constituindo registros de fatos determinantes, não apenas da história da formação social carioca e fluminense, mas também da brasileira.

Em decorrência da capitalidade que a cidade do Rio de Janeiro exerceu sobre outras cidades e regiões, a sua evolução histórica é marcada por uma intervenção constante e permanente dos poderes centrais na organização, no seu funcionamento político-administrativo e na sua vida social, econômica e cultural. Esta intervenção é resultado da posição proeminente que o município do Rio de Janeiro desempenhou na história brasileira. Assim, desde os primeiros tempos da história carioca, a intervenção do Estado português sobre a cidade pode ser notada na documentação arquivada pelo governo local. As primeiras manifestações desta intervenção ocorreram depois que o governador-geral Mem de Sá aportou na cidade, no começo de janeiro de 1567.

Neste contexto, dois fatos atestam a intervenção do governador-geral Mem de Sá sobre a cidade. O primeiro é representado pela aquisição da capitania do Rio de Janeiro pela Coroa portuguesa, transformando-a em uma capitania real, em 4 de março de 1567, depois da morte de Estácio de Sá e da expulsão dos franceses da baía da Guanabara. O segundo fato é a ordem que Mem de Sá baixou, acumulando as funções de governador-geral e de governador da capitania, ainda em 1567, para se proceder à transferência da sede da cidade e das suas autoridades civis, militares e eclesíásticas do primeiro núcleo de povoamento, a chamada Cidade Velha, para o morro do Descanso, depois denominado de morro do Castelo, pois nele foi construída a fortaleza de São Januário.

As razões da mudança de localização da cidade foram estratégicas e sanitárias. A altitude de 60 metros do morro protegeu a nascente cidade dos seus inimigos franceses e tamoios e dos miasmas dos brejos e manguezais vizinhos, estabelecendo-a em local mais seguro e saudável, ainda que cercado de pântanos e lagoas que se espalhavam na planície. O núcleo urbano inicial foi paulatinamente abandonado, mas alguns moradores permaneceram, estabelecendo-se em chácaras e lavouras nas suas proximidades. No morro do Castelo, depois da realização das novas cerimônias de fundação da cidade, por ordem de Mem de Sá, foram sendo construídos vários prédios de “pedras e telhas” para abrigar as autoridades governamentais e os primeiros moradores. Dentre as edificações erguidas no morro do Castelo destacaram-se o forte de São Januário, origem de um antigo nome do monte, os Armazéns Reais, a cadeia, o seminário e a igreja dos jesuítas, a Sé-catedral do Rio de Janeiro, dedicada a São Sebastião, padroeiro da cidade, e a Casa da Câmara ou do Conselho.

Em 1568, na Sé-catedral de São Sebastião, no morro do Castelo, foram depositados os restos mortais de Estácio de Sá, morto em 1567, e foi restabelecido o marco de fundação da cidade, local onde permaneceram

até o desmonte do morro, em 1922. Atualmente, o túmulo do primeiro governador do Rio de Janeiro e o marco de fundação da cidade encontram-se depositados na basílica de São Sebastião, localizada na rua Haddock Lobo, administrada pelos frades capuchinhos. Nesse morro também foi erguido, por ordem de Mem de Sá, o prédio destinado à Câmara Municipal. Este órgão colegiado foi instalado em uma casa “assobradada, telhada e grande”, que dividiu com a cadeia pública, conforme estabelecia o costume português na época. Assim, os camaristas instalaram-se no andar superior e a cadeia no térreo deste edifício, ocupado, a partir de agosto de 1567, por Mem de Sá.

Mem de Sá também ordenou a abertura de ruas e da praça central no outeiro, dando origem à “cidade alta”, típica de outras fundações portuguesas. Regulamentou o comércio, concedeu numerosas sesmarias e nomeou o primeiro ouvidor da comarca, Cristóvão Monteiro, e outros oficiais maiores, consolidando o aparelho administrativo instituído em 1565, e atuando, de fato, como governador da capitania. Em junho de 1568, antes de voltar à cidade de Salvador, na Bahia, sede do Governo Geral, Mem de Sá designou, em nome do rei de Portugal, outro seu sobrinho, Salvador Correia de Sá, como governador e capitão-mor da capitania do Rio de Janeiro e, na qualidade de governador-geral da Colônia, em 16 de agosto de 1567, Mem de Sá emitiu a Carta de Confirmação da Doação da sesmaria concedida, por Estácio de Sá, à municipalidade, ampliando-a com a concessão de mais seis léguas de terra em quadra e dando origem a uma segunda sesmaria da Câmara Municipal.

Assim, cumpriu uma exigência estabelecida pelas Ordenações do Reino, que determinavam tal procedimento por parte de uma autoridade superior a do poder concedente inicial. A Carta de Confirmação da doação da sesmaria da Câmara Municipal foi assinada pelos primeiros povoadores, entre os quais se encontrava Pedro da Costa, o primeiro escrivão da cidade. A Carta foi registrada no cartório do 1º Ofício de Notas, criado em setembro de 1565. Desta forma, o governador-geral delimitou o território para o estabelecimento da cidade e aumentou o patrimônio territorial da Câmara Municipal. Entretanto, Mem de Sá, já neste momento inaugural da história urbana carioca, foi forçado a alterar o rumo dos limites da sesmaria da municipalidade, para beneficiar os primeiros povoadores da capitania. Estes povoadores, anteriormente, já haviam recebido Cartas de doação de sesmarias de Estácio de Sá, em áreas fronteiriças às das terras públicas municipais, cujos limites também não foram estabelecidos na Carta de confirmação da sesmaria.

Salvador Correia de Sá, segundo governador da capitania do Rio de Janeiro, consolidou a dominação política da sua família, expandindo a sua influência sobre o território e o governo da capitania do Rio de Janeiro, por três gerações consecutivas, estabelecendo vastas sesmarias que extrapolaram o território municipal. Seus descendentes exerceram diversas funções eminentes no governo da capitania. Nos séculos XVI e XVII, os Correia de Sá ocuparam importantes cargos públicos, entre os quais se destacaram os de governadores, procuradores e ouvidores, nos séculos XVI e XVII.

O domínio da família Correia de Sá sobre os altos cargos do governo do Rio de Janeiro atesta o caráter patrimonialista do Estado português e a sua forte intervenção nos negócios da municipalidade, pois os membros desta família governaram a capitania como se fosse um feudo da sua linhagem. Em decorrência deste fenômeno, a Câmara Municipal, apesar de ter recebido oficialmente as Cartas de Doação e de Confirmação das suas sesmarias, desde o início da colonização da cidade, enfrentou sérias dificuldades para garantir a posse de suas terras e para arrecadar os seus direitos foreiros, pois se confrontou especialmente com os jesuítas e com os poderosos senhores de terras locais que, muitas vezes, se estabeleceram nas terras da municipalidade como intrusos, recusando-se a reconhecer os direitos do poder municipal sobre as terras que ocupavam ilegalmente, resistindo à sua demarcação, ao seu tombamento e à cobrança de foros e laudêmios.

Neste contexto, marcado pelas constantes disputas entre os camaristas, os membros das ordens religiosas e os senhores de terras, destacou-se o polêmico caso da Câmara Municipal com a Companhia de Jesus, que

se estendeu até o século XIX, girando em torno dos limites das duas sesmarias, que eram fronteiriças. Desde o século XVII, a edilidade procurou demarcar e tombar as suas terras vizinhas às dos jesuítas, reivindicando seus direitos de arrendamento. Os jesuítas, por sua vez, contestaram os direitos reivindicados pelos camaristas sobre as terras nas fronteiras da sesmaria doada por Mem de Sá à municipalidade.

Entretanto, desde o fim do século XVI, o Rio de Janeiro, como cidade portuária, privilegiada por sua posição estratégica no Império português, diferenciou-se das demais cidades coloniais, tornando-se a mais importante da região meridional da Colônia, pois desenvolveu uma vocação mercantil e atlântica, que a interligou aos grandes circuitos comerciais internacionais. Ao mesmo tempo, a cidade constituiu-se em uma área de produção agrícola, habitada por colonos que produziam uma riqueza que passava por fora dos mecanismos de controle do sistema colonial português e que assumiram uma posição especial neste sistema.

A população cresceu e a cidade se estendeu pela planície que existia entre os morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição, que foram interligados pelas primeiras ruas, como as ladeiras da Misericórdia e da Ajuda. Estas ladeiras desceram o morro do Castelo, se prolongaram pela região portuária e alcançaram os três morros, desenhando um quadrilátero na várzea, no qual a “cidade baixa” se estabeleceu e se desenvolveu. Portanto, no final do século XVI, o centro urbano já havia se deslocado para a região portuária e comercial. Em torno do quadrilátero formado entre os morros que cercavam a região central, nas terras entre o litoral e as montanhas, foram se instalando os sobrados, as casas comerciais, os mascates e ambulantes, as oficinas e as repartições governamentais.

Ao mesmo tempo, as chácaras e as fazendas se espalharam pelos seus arredores, expandindo a colonização da capitania, através do desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris que foram ocupando o recôncavo carioca, como a plantação de cana-de-açúcar e de mandioca e a criação de gado.

Ao término do século XVI, o Rio de Janeiro já havia ampliado as suas transações mercantis não apenas com o interior do recôncavo carioca e com os comerciantes reinóis, mas também com mercadores, de diversas nacionalidades, que atuavam no seu porto, desenvolvendo um diversificado comércio com várias regiões do mundo, através do Atlântico Sul, transformando-se em “uma cidade aberta para o mundo”, como escreveu o historiador Antônio Edmilson Martins.²²

Desde os primórdios da sua história, a cidade teve o seu desenvolvimento vinculado ao comércio atlântico, às suas trocas, aos seus fluxos e refluxos. A dinâmica da vida urbana carioca, na maior parte da sua evolução, foi determinada pelo porto da cidade, espaço privilegiado de circulação de mercadorias, de homens, de ideias e de bens simbólicos. Assim, o Rio de Janeiro, ao acumular as condições de cidade portuária e de cidade-capital, tornou-se um *locus* de convivência de diversas culturas e um centro de formulação de políticas inovadoras, no âmbito do Império português ultramarino.

No seu porto desembarcavam pessoas, mercadorias, costumes e ideias provenientes de diversas regiões do mundo. As “novidades” eram adquiridas, assimiladas e divulgadas pelos diversos segmentos da população, possibilitando o precoce desenvolvimento de um cosmopolitismo e de um aguçado espírito autonomista entre os munícipes cariocas. Estas concepções se manifestaram em diversos momentos da história da cidade, favorecendo a adoção de novos hábitos e de novas ideias e dificultando a dominação da cidade e dos seus habitantes pelos colonizadores portugueses.

A cidade também se expandiu pelo seu entorno, ocupando as áreas litorâneas da baía de Guanabara e avançando sobre novos territórios no interior. Esta expansão tornou o Rio de Janeiro a base principal da ocupação de um vasto território, no qual se estabeleceram as unidades produtivas que abasteceram a cidade com alimentos, fortalecendo sua autonomia.

Em termos políticos e administrativos, em diferentes momentos, a capitania do Rio de Janeiro funcionou como sede da Repartição do Governo-Geral do Sul. Este fato estendeu a jurisdição dos seus capitães-

governadores sobre as capitanias de São Vicente e do Espírito Santo. Nestes momentos, o Rio de Janeiro como sede da Repartição do Governo-Geral do Sul consolidou a posição metropolitana da cidade no Império português. A primeira vez que a cidade exerceu essa função foi durante o governo de Antônio Salema (1575-1577).²³ O objetivo desta medida adotada pelo rei D. Sebastião, por intermédio de uma Carta Régia, foi viabilizar e garantir a conquista e a organização administrativa da região meridional dos domínios portugueses na América, expulsando os franceses que ainda resistiam em Cabo Frio, onde haviam construído um forte. Pretendeu também expandir os domínios portugueses para o extremo sul da América, alcançando a região platina, onde já se desenvolvia o contrabando de escravos e de prata com os domínios espanhóis.

Assim, no final do século XVI, durante o segundo governo de Salvador Correia de Sá (1577-1598), mesmo após a extinção da Repartição do Sul, o Rio de Janeiro continuou a funcionar como a metrópole da região meridional da Colônia, em razão da posição estratégica que ocupava na navegação para o Sul e para o Oriente, oferecendo às frotas lusas excelentes condições de abastecimento, abrigo e segurança, além de ser o centro de resistência contra os ataques externos e o foco de expansão da colonização para a região fluminense e para o interior do território colonial.

Durante o século XVI, porém, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro funcionou precariamente. Por isto, produziu uma documentação irregular e dispersa, que, desordenadamente, foi sendo depositada na sua “arca grande”. Francisco Salles de Macedo²⁴, dirigente do Arquivo do Geral no início do regime republicano, não encontrou registros que comprovassem a adoção de cuidados especiais em relação à documentação da municipalidade por parte dos presidentes, vereadores ou escrivães do órgão, nessa época inicial da história carioca.

Contudo, até o final do século XVII, os camaristas cariocas desfrutaram de uma ampla autonomia política e administrativa, condição que lhes teria permitido melhorar o controle que deveriam estabelecer sobre a documentação da municipalidade. Nesse período, as atribuições dos edis eram amplas e variadas, compreendendo desde as funções legislativas locais às competências administrativas, fiscais, policiais e judiciais. Seus juízes, procuradores e vereadores puderam exercer suas funções com elevado grau de independência e liberdade, graças ao prestígio que desfrutavam junto às autoridades governamentais superiores.

Durante a União das Coroas Ibéricas (1580-1640)²⁵, a capitania do Rio de Janeiro desempenhou um papel estratégico na manutenção do Império português, não apenas na América, mas também na Ásia, na África e especialmente em Angola, pois os colonos e colonizadores cariocas empenharam-se na luta contra os invasores franceses e holandeses, que realizaram incursões e se estabeleceram em várias regiões do vasto império luso-espanhol.

Angola, colônia portuguesa da qual provinha a maioria dos escravos desembarcados no porto da cidade do Rio de Janeiro, foi invadida e ocupada pelos holandeses. A retomada do domínio português sobre o território angolano foi obtida graças à ação dos munícipes cariocas, que financiaram uma expedição, sob a direção do então governador da capitania, Salvador Correia de Sá e Benevides (1637-1642). Esta expedição expulsou os invasores batavos da colônia africana e restabeleceu o fluxo de escravos para o porto carioca. Este processo de reconquista de Angola foi abordado na obra do historiador inglês Charles Boxer, intitulada *Salvador Correia de Sá e sua luta pelo Brasil e Angola*.²⁶

Neste período, a autonomia política da cidade do Rio de Janeiro se ampliou, pois o poder metropolitano sobre o território colonial enfraqueceu, devido ao domínio espanhol sobre Portugal e à invasão e à ocupação das capitanias do Nordeste pelos holandeses. O desenvolvimento da cidade possibilitou um avanço da colonização portuguesa no sul e no centro da América portuguesa, com o estabelecimento de relações dos colonizadores do Rio de Janeiro com as áreas de comércio espanhol na região platina e a fundação das colônias de Sacramento e Laguna, no extremo sul.

A posição estratégica da cidade do Rio de Janeiro aumentou a influência do governo local junto ao Governo-Geral da Colônia e possibilitou o fortalecimento da Câmara Municipal, limitando a intervenção dos colonizadores nas esferas privadas da economia e da sociedade e aumentando a autoridade dos camaristas cariocas, em relação aos negócios da municipalidade, defendendo os interesses dos colonos.

Nessa época, o Rio de Janeiro passou a ocupar posição proeminente na administração colonial e no Império português, desenvolvendo a sua capitalidade. O enraizamento dos interesses privados dos colonos na cidade e o crescimento do prestígio do governo local viabilizaram a constituição de um espaço público no âmbito urbano, resultando no crescente prestígio da sua Câmara Municipal, que passou a deliberar sobre uma gama mais ampla de assuntos. Em consequência, a documentação produzida pelos camaristas enriqueceu-se e diversificou-se e passou a ser depositada e guardada em uma repartição que veio a constituir o Arquivo da Câmara, sob a responsabilidade do seu escrivão.

Entre 1580 e 1640, várias modificações, na organização jurídica e política colonial, foram promovidas pela Coroa. O objetivo dessas modificações foi adaptar sua estrutura e seu funcionamento às mudanças políticas, sociais e econômicas em curso na Metrópole. Entre as mudanças introduzidas, destacaram-se as que estabeleceram duas novas divisões administrativas na Colônia portuguesa da América, ainda que o Governo Geral do Estado do Brasil, sediado em São Salvador, na capitania real da Bahia, tenha sido mantido.

A primeira divisão administrativa recriou, em janeiro de 1608, a Repartição do Governo do Sul, sediada na capitania do Rio de Janeiro. Esta Repartição, independente do Governo-Geral do Estado do Brasil, foi subordinada diretamente ao governo de Lisboa, sendo composta pelas capitanias do Rio de Janeiro, de São Vicente e do Espírito Santo. A segunda divisão administrativa foi instalada com a criação do Estado Geral do Grão-Pará e Maranhão. Este Estado foi composto pelas capitanias do Ceará, do Maranhão, do Piauí e do Grão-Pará e foi subordinado diretamente ao governo metropolitano, sendo autônomo em relação ao Governo Geral do Estado do Brasil.

Para administrar a Repartição do Sul, as autoridades metropolitanas criaram o cargo de governador e capitão-geral e nomearam Francisco de Souza para exercê-lo. Este governador recebeu o mesmo poder, alçada e jurisdição do governador e capitão-geral do Estado do Brasil, atuando de forma independente daquele governador-geral em relação à Justiça, à Fazenda e à defesa das capitanias sob a jurisdição da Repartição do Sul. Após sua nomeação, a jurisdição desta Repartição foi ampliada para as minas que viessem a serem descobertas em todo o território da Colônia portuguesa na América.

Entretanto, assim como a primeira, a segunda Repartição do Governo do Sul durou pouco tempo, sendo extinta em 1612, quando as capitanias do Rio de Janeiro, de São Vicente e do Espírito Santo voltaram à subordinação do Governo-Geral do Estado do Brasil.

1.2. A “ARCA GRANDE E BOA” DA CÂMARA NA EXPANSÃO URBANA DO SÉCULO XVII

No começo do século XVII, a cidade do Rio de Janeiro se expandiu pela várzea e pelas encostas dos morros que cercavam a planície próxima ao litoral. O morro do Castelo foi sendo progressivamente abandonado pelas autoridades governamentais e pelos seus habitantes. A região portuária ganhou cada vez mais importância no contexto urbano, com o crescimento do cais, o prolongamento das primeiras ruas até o mar e a construção de vários prédios assobradados nas suas proximidades, nos quais as atividades mercantis e artesanais se desenvolveram.

No porto carioca, o desembarque de mercadorias provenientes do Reino e das demais possessões portuguesas ampliou-se. O comércio dos produtos agrícolas originários das fazendas do recôncavo carioca, a pesca das baleias na baía de Guanabara e o tráfico de escravos, provenientes especialmente de Angola e do

Congo, dinamizaram as atividades que se realizavam nos vários logradouros públicos que foram surgindo nesta região. O movimento portuário também se desenvolveu graças à exportação da farinha de mandioca, de cachaça, de madeira, de peixe salgado e de óleo de baleia para a iluminação, produzidos no Rio de Janeiro e destinados às capitanias do Norte e do Sul, ao litoral de Angola e ao estuário do rio da Prata.

Entre 1608 e 1612, quando voltou a funcionar como sede da Repartição do Governo do Sul do Império ibérico na América, a capitania do Rio de Janeiro encabeçou a administração das capitanias de São Vicente e do Espírito Santo e da Superintendência das Minas. Esta divisão administrativa foi restabelecida com a finalidade de facilitar a defesa militar da região Sul e estimular a abertura de uma nova frente de colonização na região central da Colônia, para onde partiram várias expedições em busca de minas de ouro, prata e diamantes, mas também de indígenas, que eram empregados como mão de obra escrava nas plantações e nos engenhos daquelas capitanias.

Nesta época, a “cidade alta” situada no morro do Castelo, perdeu definitivamente sua importância para a “cidade baixa”, em expansão na planície. A população urbana concentrou-se na várzea, onde já se encontravam algumas autoridades governamentais civis, militares e eclesiásticas, como também a aristocracia carioca, proveniente dos fundadores da cidade.

A partir de 1620, em decorrência da expansão da cidade, os edis resolveram mudar a sede da Câmara Municipal do morro do Castelo para a várzea, pois o velho prédio, no qual estavam estabelecidos, estava arruinado e sua reforma havia sido desaconselhada pelos mestres-de-obras chamados a restaurá-lo. Os camaristas cariocas, então, como não dispusessem de recursos financeiros suficientes para realizar a construção da sua nova sede, solicitaram a intervenção do governador da capitania junto ao governador-geral e à Coroa para obterem a licença para a mudança e a liberação de verbas para a construção do novo prédio.

A Câmara Municipal desfrutava de uma ampla autonomia, expressando o fortalecimento do governo local e a influência política dos poderosos senhores de terras e engenhos cariocas, que constituíam a maioria dos seus membros. Os camaristas aproveitaram a relativa descentralização administrativa e a maior autonomia política da municipalidade para desenvolver suas atividades legislativas e para aumentar sua arrecadação tributária. Assim, criaram o imposto sobre os vinhos importados, baixaram os primeiros regulamentos sanitários da municipalidade e organizaram os serviços de carga e descarga no porto da cidade, mediante contratos estabelecidos com empresários particulares.

Durante o século XVII, a Câmara Municipal teve um funcionamento mais regular e os edis, nos seus trabalhos, produziram uma documentação cada vez mais rica e diversificada, que continuou sob os cuidados do seu escrivão, o oficial encarregado de registrá-la, guardá-la e conservá-la no seu Arquivo. Os edis, então, promoveram as primeiras tentativas de organização da sua documentação, em obediência às determinações estabelecidas pelas Ordenações do Reino, na época as Filipinas, e às ordens do ouvidor da comarca.

De fato, em 1627, o ouvidor João de Souza Cardena ²⁷ ordenou a criação de um novo Livro para lançar a sua correição como corregedor da comarca do Rio de Janeiro. Desta forma, Souza Cardena começou a organização da documentação da Câmara Municipal, que se encontrava muito dispersa e desordenada. Também instituiu um Livro de Tombo das terras aforadas, para salvaguardar os direitos e interesses da municipalidade sobre o seu patrimônio territorial e imobiliário, determinando que ambos fossem guardados no Arquivo da Câmara.

Por volta de 1630, o ouvidor Luiz Nogueira de Brito, por sua vez, determinou que cada novo escrivão, que passasse a trabalhar na Câmara Municipal, seria incumbido de inventariar anualmente o conjunto dos livros, das cartas e dos outros papéis do seu Arquivo, para evitar que se extraviassem. Depois, Miguel Cysne de Faria, ouvidor e também provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes ²⁸, ordenou, aos oficiais e ao escrivão da Câmara, a criação de um Livro de Registro das cartas que os camaristas dirigissem às demais Câmaras, ao governador da capitania, ao governador geral e às autoridades reinóis. E também de um Livro

de Registro das cartas recebidas de qualquer procedência, dando origem ao registro da correspondência ativa e passiva da instituição.

Estas medidas foram tomadas, no momento em que a Câmara Municipal alcançara um grande prestígio político junto às autoridades governamentais. Fato que aumentou a sua intervenção sobre os negócios da cidade. Portanto, sua produção documental desenvolveu-se e diversificou-se, exigindo o estabelecimento de novas formas de organização e de controle que, entretanto, não foram adotadas de forma sistemática e eficiente.

Em 1630, finalmente, a Câmara Municipal recebeu a permissão régia para se transferir do morro do Castelo para a várzea, começando a construir um sobrado para sediar seus trabalhos. As obras arrastaram-se por mais de um decênio, por causa das modificações e ampliações do projeto original proposto pelos camaristas.

No fim das obras de construção da sede do governo municipal, os camaristas instalaram-se, mais uma vez, no andar superior, e continuaram a compartilhar o prédio com a cadeia, que ocupou o pavimento térreo. Talvez, por isto, o prédio passou a ser mais conhecido como cadeia do que como Câmara Municipal.

A construção do prédio assobradado da Câmara Municipal, concluída em 1640, foi feita sob a direção do mestre-de-obras Francisco Monteiro. O prédio se localizou à rua da Misericórdia, na lateral da igreja de São José, próximo ao então denominado largo do Carmo, posteriormente designado largo do Paço, na atual praça Quinze de Novembro. Segundo o memorialista carioca Viera Fazenda, os camaristas passaram a ocupar o edifício a partir de 1636, quando deixaram de se reunir no morro do Castelo e se transferiram para a nova sede, antes mesmo das obras de construção terem sido concluídas definitivamente.²⁹

A partir de 1638, o ouvidor Diogo de Sá Rocha determinou que o escrivão da Câmara Municipal passasse a tratar de forma mais organizada e metódica a documentação produzida nos trabalhos da edilidade, fazendo um esforço para superar a desordem e a confusão daqueles papéis, que muitas vezes foram denunciadas nos relatórios anuais dos seus presidentes e nas correições dos ouvidores.

Diogo de Sá da Rocha, entre outras medidas adotadas para melhorar a organização e o controle sobre a documentação arquivada, determinou a realização de um inventário anual pelo escrivão, que deveria assiná-lo. Estes Inventários deveriam abarcar todos os Livros de Registros, a correspondência expedida e recebida e os demais papéis que deveriam ser guardados de forma permanente no Arquivo da Câmara. Além disto, o ouvidor proibiu a retirada de qualquer documento original daquela repartição, por qualquer pessoa, autorizando apenas a feitura de traslados autenticados dos mesmos.

Este ouvidor também mandou registrar os nomes dos oficiais que possuíam as chaves do Arquivo e do cofre da Câmara, responsabilizando-os pela sua guarda, por meio da expedição de um termo, no qual deveriam ser registrados os nomes destes oficiais. E estipulou que os referidos oficiais pagassem uma multa de cinquenta cruzados para as obras da Câmara, caso não cumprissem as suas funções. Todas estas medidas foram adotadas, com o intuito de aumentar o controle sobre a documentação arquivada e impedir a perda ou o extravio dos documentos que eram fundamentais para a comprovação de direitos da municipalidade. Diogo de Sá da Rocha, na sua correição, ainda ordenou a criação de um livro de registro das fianças dos vendedores, em litígio com a municipalidade

Em 1640, quando o Estado português se libertou do domínio espanhol e recuperou sua soberania nacional, após o fim da união das Coroas ibéricas, a Câmara Municipal carioca enviou uma Carta ao recém-coroadado rei D. João IV, fundador da dinastia de Bragança, manifestando sua adesão à restauração da monarquia portuguesa. O governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides (1637-1642), apesar das suas relações familiares com os espanhóis, convocou os principais “homens bons” da cidade ao Colégio dos jesuítas, no morro do Castelo, e respeitando a vontade da maioria dos súditos, promoveu a aclamação do novo rei de Portugal em toda a capitania.

Assim, no Rio de Janeiro, a coroação do rei D. João IV e a restauração da independência lusitana foram comemoradas com dois dias de grandes festas públicas promovidas pelos camaristas e pelo governador da capitania, durante os quais se realizaram procissões religiosas, paradas militares e desfiles de carros alegóricos pelas ruas da cidade.

Ainda em 1640, a Câmara Municipal instituiu, por ordem do ouvidor, um Livro para o Registro das Devassas dos crimes cometidos na capitania do Rio de Janeiro. Esta medida foi adotada com o objetivo de tornar a aplicação da justiça mais eficiente, mas contribuiu para melhorar a organização da documentação arquivada. Em 1642, a Câmara Municipal que, até então, por causa das várias pressões que sofreu dos poderosos senhores de terras, não executara a medição e a demarcação de suas sesmarias, enviou o procurador João de Castilho Pinto a Portugal, com uma petição ao rei D. João IV, denunciando a invasão e a usurpação das terras da municipalidade por alguns poderosos latifundiários locais e até pelos padres jesuítas. Os camaristas, por intermédio do procurador que nomearam, também solicitaram a emissão de uma Carta ou uma Provisão Régia, por meio da qual a Coroa lusa ordenasse a medição, a demarcação e o tombamento das terras foreiras pertencentes à municipalidade carioca, bem como de todas as demais sesmarias da capitania do Rio de Janeiro.

Desta forma, os camaristas pretenderam enfrentar os “foreiros remissos e intrusos por sucessão” que se estabeleceram nas sesmarias da municipalidade, porém se recusavam a reconhecer os legítimos direitos da edilidade sobre as terras que ocupavam ilegalmente. Nesta época, os principais contendores da Câmara Municipal eram os padres da Companhia de Jesus, que sobrepujaram uma parte da área da sesmaria que receberam em São Cristóvão àquela doada à municipalidade, numa extensão de cinco mil braças, ao longo dos seus limites internos e, além do mais, não reconheciam a jurisdição do poder municipal sobre as terras que invadiram.³⁰

Logo, em 7 de janeiro de 1643, a Câmara Municipal recebeu uma Provisão Régia que autorizou o ouvidor a proceder aos trabalhos demarcatórios das terras e das demais propriedades imobiliárias pertencentes à municipalidade. O ouvidor, então, determinou que se procedesse ao levantamento dos limites dos terrenos e propriedades municipais e onde eles se confrontavam com as terras de outros sesmeiros. Desta forma, pretendeu determinar a extensão dos terrenos pertencentes à municipalidade, por meio do estabelecimento de marcos demarcatórios. Esta Provisão Régia, de 1643, estabeleceu que, no término dos trabalhos de medição e demarcação das terras da municipalidade, os seus demarcadores deveriam fazer constar em autos públicos as conclusões dos seus trabalhos, assentando-as em um Livro de Tombo que deveria ser guardado no Arquivo da Câmara. Entretanto, antes mesmo da medição ser iniciada, o procurador da Fazenda Real no Rio de Janeiro contestou a Provisão Régia e embargou a realização daqueles trabalhos, em nome da Companhia de Jesus e dos poderosos senhores de terras locais, que haviam obtido concessões de sesmarias dentro da área pertencente à municipalidade. A influência dos jesuítas e dos latifundiários era tamanha que conseguiu paralisar os trabalhos demarcatórios da Câmara Municipal por quase 25 anos.

Somente em 25 de maio de 1667, o ouvidor da capitania, Manoel Dias Raposo, apoiado pelas autoridades municipais, mandou executar as ordens da Provisão Régia que a Câmara Municipal obtivera em 1643, começando o longo, difícil e inconcluso processo de medição, demarcação e tombamento das sesmarias da municipalidade. Os trabalhos demarcatórios marcharam sem problemas até alcançarem a região de São Cristóvão, onde se localizava a sesmaria dos jesuítas, porém, quando alcançaram essa região, os padres da Companhia de Jesus apresentaram documentos argumentando que as terras que ocupavam, recebidas como doação, em data anterior às das sesmarias da Câmara Municipal, estavam sendo invadidas pelos demarcadores.

Apesar da reação dos jesuítas, o ouvidor Manoel Dias Raposo ordenou a continuação dos trabalhos dos medidores, apenas determinando que os marcos demarcatórios dos limites entre as sesmarias não fossem

fincados dentro da sesmaria dos inacianos, em respeito às alegações apresentadas, sendo colocados na área da sesmaria da municipalidade. Entretanto, o ouvidor não pode concluir os trabalhos que ordenara, pois os jesuítas e a aristocracia rural da cidade, que lhe moveram uma obstinada oposição, embargaram mais uma vez o prosseguimento dos trabalhos de medição e demarcação das terras localizadas dentro da área das duas sesmarias da Câmara. E, agindo nos bastidores, conseguiram que o governador da capitania, Pedro de Mascarenhas (1666-1670), ordenasse a suspensão dos trabalhos e até a prisão do ouvidor.

Assim, como resultado das articulações dos jesuítas e dos poderosos locais, Manuel Dias Raposo não apenas foi preso, como chegou a ter os seus bens particulares confiscados pelo governador da capitania do Rio de Janeiro. Diante destas arbitrariedades, os camaristas cariocas enviaram um procurador, Mauro Assunção, ao Reino português para reclamar de tais medidas arbitrárias e requerer a libertação do ouvidor, em nome da municipalidade carioca. O ouvidor foi libertado, porém, apesar das reclamações dos camaristas, os trabalhos de medição, de demarcação e de tombamento das terras das sesmarias da municipalidade foram novamente suspensos por muitos anos. A municipalidade continuou prejudicada em relação aos seus direitos patrimoniais, não conseguindo comprovar a posse das suas terras foreiras. Os padres da Companhia de Jesus e os proprietários de terras situadas no interior das sesmarias da municipalidade, que se recusaram a pagar foros para a Câmara Municipal, tiveram seus pleitos reconhecidos e legitimados pelas autoridades judiciais do Reino, que julgaram os seus processos procedentes, em detrimento dos direitos da municipalidade.

Segundo os principais cronistas cariocas, como o monsenhor Pizarro de Araújo e o magistrado Balthazar da Silva Lisboa, os camaristas continuaram, por muito tempo, a enfrentar uma forte oposição dos senhores de terras mais poderosos da cidade, não podendo comprovar a propriedade da Câmara Municipal sobre uma grande parte das suas sesmarias.

A resistência aos trabalhos de medição e demarcação das terras foreiras à Câmara Municipal partiu, especialmente, dos jesuítas que impediram a realização daqueles trabalhos, obstruindo a reabertura dos processos demarcatórios, em diversas ocasiões.

Em 1647, em reconhecimento às manifestações de lealdade e de fidelidade que prestaram à Coroa, na ocasião da restauração da monarquia lusitana, os camaristas cariocas receberam do rei D. João IV o título de “muito leal e heróica”, concedido à cidade do Rio de Janeiro. Esse título honorífico aumentou o prestígio político da Câmara Municipal, que passou a exercer as funções de governo da capitania e de guardião das chaves da cidade, na ausência ou no impedimento do capitão-governador e do alcaide-mor.³¹ Além destas atribuições, os camaristas cariocas receberam uma permissão régia para conceder títulos de nobreza a cidadãos eminentes da cidade. A partir desta data, a autoridade dos governadores da capitania também foi limitada, posto que foram proibidos, pela Coroa portuguesa, de distribuir sesmarias dentro do termo da cidade, que ficou sob a jurisdição da Câmara Municipal.

Em 10 de julho de 1658, foi recriada por Carta Régia a Repartição de Governo do Sul, que incluiu as capitanias do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, para estimular a busca de minas de ouro no interior por novas expedições. Em 17 de setembro daquele ano, a Coroa portuguesa nomeou pela terceira vez Salvador Correia de Sá e Benevides, filho do governador Martim de Sá, governador-geral desta Repartição.

Em 18 de abril de 1659, o governador Sá e Benevides, que voltara a Lisboa, depois de derrotar os holandeses em Angola, desembarcou no porto carioca, mas não assumiu o governo da Repartição mencionada, mantendo seu primo, Tomé Correia de Alvarenga, como governador interino. Estabeleceu uma companhia privilegiada de comércio, para controlar e taxar as exportações e importações realizadas no porto da cidade. Depois, partiu rapidamente para São Paulo, onde sua autoridade não estava sendo reconhecida pelos colonos.

De volta ao Rio de Janeiro, Sá e Benevides apresentou à Câmara Municipal a proposta de criação de um alto imposto predial, destinado ao pagamento dos novos 350 praças da guarnição da cidade. Os camaristas não aceitaram a criação do tributo proposto. O governador, então, estabeleceu um pesado imposto a ser

cobrado *per capita* aos cariocas e voltou a entregar o cargo de governador interino a Tomé Correia de Alvarenga, retornando para São Paulo. Entretanto, na ausência de Sá e Benevides, os irmãos Barbalho de Bezerra, provenientes de uma família de ricos fazendeiros de São Gonçalo, começaram a organizar uma revolta popular contra as medidas arbitrárias adotadas pelo governador ausente. A revolta eclodiu no fim de outubro de 1661.

Neste momento, a Câmara Municipal alcançou o auge do seu poder sobre a municipalidade, no período colonial. Em 8 de novembro de 1661, os revoltosos, reunidos no seu plenário, depuseram o governador em exercício e o procurador da Fazenda, Pero de Souza Pereira, que foram presos e deportados para Portugal. A seguir, elegeram Agostinho Barbalho Bezerra para o cargo de governador da capitania. Além disso, promoveram novas eleições para os cargos de juízes, de vereadores e de procurador da edilidade. Salvador Correia de Sá e Benevides, ao tomar conhecimento da revolta, retornou ao Rio de Janeiro e ordenou uma série de medidas repressivas contra os revoltosos. Entre elas, a execução sumária de Jerônimo Barbalho, um dos líderes da revolta, sem um julgamento justo. Diante das medidas tomadas por Sá e Benevides, a Câmara Municipal mandou o seu procurador ao Reino luso, com um relatório dos desmandos e violências cometidas pelo governador, requerendo providências da Coroa. A resposta da Coroa contemplou os pleitos dos camaristas cariocas, revogando o imposto *per capita*, criado por Salvador Correia de Sá e Benevides. Também o destituiu do cargo e exigiu o seu imediato retorno ao Reino, como prisioneiro, para explicar os seus atos.

Em Portugal, o Conselho Ultramarino ³² designou Agostinho Barbalho Bezerra para substituir interinamente o governador da Repartição, devido ao apoio que tinha dos colonos, até que fosse nomeado um novo governador, pois não interessava à Coroa lusitana manter os seus súditos, no Rio de Janeiro, insatisfeitos e revoltados, no momento em que ainda enfrentava problemas para ser reconhecida.

Além disto, uma Carta Régia reduziu os privilégios da companhia de comércio que detinha o monopólio da navegação e do abastecimento de vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau na cidade do Rio de Janeiro e liberou a produção de aguardente da capitania. A família Correia de Sá não voltou a ocupar novos cargos de poder na capitania, perdendo a hegemonia que conquistara desde a fundação da cidade. Todavia, a partir de 1642, com a criação do Conselho Ultramarino no Reino e especialmente, a partir da segunda metade do século XVII, as bases da administração colonial passaram a sofrer o influxo de uma política centralizadora adotada pelo Estado português. O centralismo político adotado pela monarquia lusa visou a aumentar o controle metropolitano sobre o Governo-Geral, os governadores-gerais, os governadores das capitanias e as Câmaras Municipais não somente na Colônia americana, mas em todo o vasto Império português.

Neste contexto de centralização política, em 1663, a Repartição de Governo do Sul voltou a ser extinta pela Coroa e o governo da capitania do Rio de Janeiro retornou à subordinação ao Governo-Geral do Estado do Brasil, sediado na cidade de Salvador. Porém, a cidade manteve a posição de fato de metrópole da região meridional, do Império português na América, ainda que tenha voltado à subordinação ao Governo-Geral.

Contudo, nos últimos anos do século XVII, a cidade do Rio de Janeiro reafirmou a sua hegemonia, conquistando a instalação de postos de milícias, em 1689; a jurisdição sobre as minas descobertas no interior, em 1693; e a extensão da sua jurisdição até a colônia de Sacramento, no estuário do rio da Prata, no extremo sul, em 1699. Esta colônia, fundada pelo governador da capitania do Rio de Janeiro, Manuel Lobo (1679), com capitais e forças militares cariocas, foi instituída em 1680, à margem esquerda do rio da Prata, a pedido da Câmara Municipal, interessada no contrabando de escravos e de prata que se desenvolvia naquela região.

Nas últimas décadas do século XVII, os esforços para organizar melhor a documentação da Câmara prosseguiram. Em 1679, o ouvidor João de Rocha Pitta ordenou que o escrivão da Câmara Municipal abrisse dois Livros de Registros para os sumários das Querelas e dois Livros para os seus respectivos Autos. Todavia, em consequência da política centralizadora adotada pela Coroa lusa, na última década do século

XVII, os poderes da municipalidade foram reduzidos e a intervenção da metrópole sobre a cidade aumentou, com a criação do cargo de juiz-de-fora, a partir de 1696.³³

A nomeação do juiz-de-fora diretamente pela Coroa reforçou as atribuições dos governadores-gerais do Estado do Brasil, retirando dos “homens bons” cariocas o direito de escolher os juízes ordinários, seus principais representantes no governo local. Tal medida, ao diminuir o poder da Câmara Municipal, enfatizou as suas atribuições administrativas, em detrimento de suas funções políticas e judiciais. A nomeação de um magistrado profissional, diretamente pela Coroa, para presidir a Câmara Municipal foi justificada pela necessidade de melhorar a administração da justiça, para evitar a apropriação indébita das rendas da municipalidade e para afastar a influência dos poderosos locais sobre as decisões do magistrado que presidia o governo municipal.

Ao final do século XVII, a descoberta das ricas jazidas de ouro, no interior da Colônia, implicou o deslocamento do eixo econômico da colonização do Nordeste para o Sudeste e obrigou a Coroa portuguesa a tomar uma série de medidas administrativas, fiscais e militares, para aumentar o seu controle sobre as regiões auríferas e para coibir o contrabando de suas riquezas.

Desde então, o Rio de Janeiro tornou-se o centro dinâmico da vida colonial. No seu porto, as frotas portuguesas, que carregavam ouro e pedras preciosas para o Reino, ancoraram; as expedições militares partiram para lutar contra os espanhóis na região platina, os escravos africanos eram desembarcados e distribuídos para as outras regiões da Colônia, em especial para as áreas mineradoras; e foram criados novos órgãos fazendários, como a Casa da Moeda³⁴ com a finalidade de fiscalizar o comércio e a arrecadação de impostos sobre os minerais preciosos extraídos e sobre os diversos gêneros agrícolas produzidos.

O grande comércio de importação-exportação, a partir desta época, concentrou-se no Rio de Janeiro, enriquecendo os negociantes “de grosso trato” que o controlavam e os traficantes de escravos, “os negreiros”, que desembarcavam no cais carioca os cativos provenientes da África. Estes setores mercantis foram acumulando capitais e prestígio e ascenderam na sociedade carioca, em detrimento dos senhores de terras, que muitas vezes se endividavam junto a eles, devido ao alto preço dos escravos e das importações.

Após essas transformações, a capitalidade da cidade sobre o conjunto do Império português no hemisfério sul se consolidou, polarizando em torno de si o comércio dos produtos agrícolas e extrativos da região central e meridional da Colônia. Ainda que a maior parte destes produtos se destinasse à exportação, o poderoso comércio desenvolvido no porto do Rio de Janeiro atraiu os comboios de mulas dos tropeiros, dedicados ao comércio interno, especialmente, depois da abertura do Caminho Novo, que estabeleceu a ligação entre o litoral carioca e a região das minas, conferindo uma função continental à cidade.

Nos últimos anos do século XVII, o sobrado da Câmara Municipal, na rua da Misericórdia, estava necessitando de grandes reformas, pois já apresentava graves problemas estruturais. Então, mais uma vez, os camaristas cariocas recorreram ao governador da capitania, Artur de Sá e Menezes (1697-1702), em busca de recursos financeiros para reconstruir o edifício. Esse governador, então, solicitou à Coroa que a Casa da Moeda liberasse os recursos necessários à construção de uma nova edificação para sediar a edilidade e a cadeia pública, porém, a Carta Régia que autorizou a realização das obras somente foi recebida pela Câmara Municipal em junho de 1701, retardando o começo das reformas.³⁵

Conforme Boris Fausto³⁶, portanto, nos dois séculos iniciais da colonização, a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro tornou-se, na prática, a principal autoridade da respectiva capitania, superpondo-se aos capitães-governadores, tendo, inclusive, em certos casos, exigido da Coroa a sua destituição e substituição, como ocorreu com Rui Vaz Pinto (1617-1620) e com Salvador Correia de Sá e Benevides (1660-1661).

No final do século XVII, como já foi apontado, a autoridade das Câmaras Municipais foi limitada, pela nomeação do juiz-de-fora, que passou exercer o cargo de presidente, em decorrência da política centralizadora posta em prática pela Coroa portuguesa.

Por representar os interesses das classes dominantes, como os senhores de engenho, e por combater os monopólios comerciais que elevavam os preços dos produtos importados, consumidos por amplas parcelas da população, a Câmara Municipal se enraizou na sociedade carioca e até se fortaleceu durante o processo de independência, entre 1821-1823.

1.3. DOS SAQUES FRANCESES AO INCÊNDIO, UM PERÍODO CONTURBADO NA HISTÓRIA DO ARQUIVO DA CÂMARA

No início do século XVIII, a prosperidade econômica do Rio de Janeiro possibilitou tanto o desenvolvimento do cosmopolitismo na mentalidade e nas práticas dos grupos dominantes da cidade, quanto uma remodelação do espaço urbano, pondo em destaque a capitalidade que o Rio de Janeiro exercia sobre todo o Império português no hemisfério sul, especialmente na América.

Estes processos urbanísticos e culturais não foram deflagrados apenas para que a cidade copiasse as mudanças estruturais que ocorriam na Europa na época, mas para adequar as transformações que estavam ocorrendo no âmbito da própria municipalidade aos interesses dominantes, constituídos no seu território. Estas transformações urbanas implicaram o reaparelhamento do governo local e a expansão da cidade tanto para o interior, com o estabelecimento de fazendas e engenhos, além do recôncavo carioca, quanto para o exterior, graças ao crescimento das atividades comerciais e financeiras em torno do seu porto, no qual ancoravam e partiam embarcações para o Sul, para Portugal, para a África e para o Oriente.

No contexto da expansão da cidade, na qual a Câmara Municipal desempenhou um papel destacado, a correição do ouvidor João da Costa Fonseca, realizada em 1709, assinalou a necessidade de se proceder, com urgência, à conservação e à encadernação dos papéis e livros do Arquivo da Câmara. Essas medidas, sem dúvida, pretenderam preservar a documentação arquivada, em razão do caráter probatório que possuíam, a fim de garantir os bens, os direitos, os títulos e as mercês que a municipalidade obtivera.

Este ouvidor também ordenou a realização de uma vistoria no Livro de Arrematações dos Contratos e dos Bens Foreiros da municipalidade, com o objetivo de aumentar o controle da Câmara Municipal sobre o seu patrimônio territorial e imobiliário. Também determinou a abertura de um novo livro para assentar as arrematações daqueles contratos, com a mesma finalidade.

Em 1710, o ouvidor Roberto Carr Ribeiro determinou a feitura de traslados dos velhos livros desencadernados da edilidade, desgastados pelo uso, e a autenticação dos novos livros, por dois tabeliães da comarca, dando continuidade ao trabalho de organização da documentação, iniciado por seu antecessor. Contudo, esse trabalho de organização do Arquivo da Câmara foi bruscamente interrompido por fatos que ultrapassaram a esfera municipal e se impuseram sobre o governo local e a população carioca.

Nesta época, em decorrência de problemas internacionais na Europa, gerados pela Guerra de Sucessão Espanhola ³⁷, as possessões ultramarinas portuguesas voltaram a ser atacadas por corsários franceses. A cidade do Rio de Janeiro sofreu duas invasões sucessivas, apesar da municipalidade já ter construído as fortalezas de Santa Cruz e de São João, na entrada da baía de Guanabara. As invasões francesas, que foram comandadas, respectivamente, pelos corsários Jean François Du Clerc e René Duguay Trouin, em 1710 e em 1711, causaram graves prejuízos à cidade, aos seus habitantes e à Câmara Municipal.

O governador da capitania, Francisco de Castro Moraes (1710-1711), não teve condições de resistir à segunda invasão, pois as milícias da cidade desertaram. Os invasores bombardearam e ocuparam o centro urbano. A população, em pânico, buscou refúgio no interior, em meio a um grande tumulto e a uma forte tempestade. Além do bombardeio e da ocupação da cidade, as forças de Duguay Trouin exigiram o pagamento de um resgate de mais de 600 mil cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 cabeças de gado, fora os bens saqueados, para desocuparem e se retirarem da cidade do Rio de Janeiro.

Dias depois, Antônio de Albuquerque, governador da capitania de São Paulo e de Minas Gerais, comandando seis mil homens, chegou ao Rio de Janeiro, onde foi aclamado o novo governador pelas guarnições e pela população da cidade, que governou até 1713, quando tomou posse o novo governador nomeado pela Coroa. Castro de Moraes foi deposto e deportado para o Reino por não haver combatido os invasores. Em Lisboa, foi condenado ao degredo na Índia.

Durante a ocupação do Centro da cidade pelos franceses, grande parte da documentação depositada no Arquivo da Câmara foi extraviada ou destruída, pois os cofres e suas arca do órgão de governo local foram arrombados e saqueados pelos invasores, que neles buscavam ouro e dinheiro. Este fato assinala a primeira grande perda de documentos do Arquivo da Câmara, pois muitos foram destruídos pelos invasores.

Logo depois das invasões, os camaristas procuraram enfrentar o poderio da Companhia de Jesus, que continuava não reconhecendo o direito da municipalidade sobre as terras foreiras vizinhas das sesmarias dos jesuítas. Ainda assim, em 1712, quando a cidade ainda se refazia das invasões francesas, os edis, recém-empossados e prestigiados pelo governador-geral da Colônia e pela Coroa, por causa da ativa participação da Câmara Municipal na resistência aos franceses, voltaram a solicitar ao rei português, D. João V, a reabertura do processo de medição, demarcação e tombamento das sesmarias da municipalidade. Descuidaram-se, contudo, da conservação e da organização dos documentos arquivados, ainda que a documentação da Câmara fosse fundamental para garantir os direitos da municipalidade sobre as terras usurpadas pelos foreiros devedores ou intrusos e sobre as terras disputadas com os jesuítas.

Para atender ao pleito dos camaristas cariocas, a Coroa lusa primeiramente emitiu uma Provisão Régia, ainda em 1712, que autorizou a medição, demarcação e tombamento das terras foreiras pertencentes à Câmara Municipal. Depois, em 1713, a Coroa expediu uma Ordem Régia ordenando a nomeação de um ouvidor-geral, com instruções de proceder à medição, à demarcação e ao tombamento das terras públicas, sob a jurisdição da Câmara Municipal, sem considerar a concessão das sesmarias “mais modernas” pelo governador da capitania.

Por meio desta Ordem, a Coroa voltou a desautorizar os governadores da capitania do Rio de Janeiro a doarem sesmarias no perímetro das terras urbanas, na área do termo da cidade, determinando que somente as terras devolutas dos sertões permanecessem sob a jurisdição do governador da capitania. Desta forma, tacitamente, o poder régio confirmou que as terras públicas da cidade estavam sob a alçada da Câmara Municipal e não sob a do governador da capitania. Entretanto, os processos de medição, demarcação e tombamento das terras sob a jurisdição da Câmara Municipal arrastaram-se por muitos anos, sem conseguirem chegar a bom termo.

Em 1714, em reconhecimento aos esforços que a edilidade carioca havia empreendido para resistir e combater os invasores franceses, a Coroa portuguesa emitiu uma Provisão Régia, concedendo à Câmara Municipal o título honorífico de Senado da Câmara. Este título, entretanto, não alterou as atribuições e competências administrativas, legislativas ou judiciárias do governo municipal, ainda que tenha aumentado o seu prestígio e distinção perante as demais Câmaras Municipais da Colônia lusa na América.

Em 1715, o ouvidor-geral da capitania solicitou aos vereadores que fosse construída uma nova cadeia pública, no andar térreo do Senado da Câmara, já que a antiga fora depredada pelos invasores franceses. Contudo, as reduzidas rendas municipais não permitiram que os camaristas atendessem à sua ordem, ainda que todo o prédio necessitasse de reformas urgentes, pois havia goteiras no andar superior e as celas não dispunham de nenhum sistema de esgoto.

Apenas em 1733, o Senado da Câmara obteve da Coroa a doação de recursos da Fazenda Real para que fossem realizadas reformas em suas instalações. Os camaristas deliberaram, então, que o prédio da Câmara Municipal deveria ser praticamente todo reconstruído, no mesmo local do anterior, na rua da Misericórdia, ao lado da igreja de São José. Em 1734, os documentos da Câmara atestam que as obras já estavam

praticamente concluídas, faltando apenas alguns consertos complementares, mas como os recursos fornecidos pela Fazenda Real se esgotaram, os edis voltaram a recorrer ao rei, solicitando uma verba suplementar, para finalizar as reformas.

Os novos recursos liberados pela Coroa, porém, foram bastante reduzidos, prolongando as obras até 1746, quando as péssimas condições sanitárias, nas quais a cadeia se encontrava, obrigaram os camaristas a enviar uma petição ao governador da capitania, Gomes Freire de Andrade (1733-1763), pois temeram uma fuga em massa dos detentos. Esta petição ³⁸, assinada pelo juiz-de-fora, que presidia o Senado da Câmara, e pelos vereadores em exercício, solicitou mais recursos financeiros à Fazenda Real para viabilizar a conclusão das reformas no edifício e, especialmente, na cadeia, que permanecia em deploráveis condições de saneamento e de segurança.

O projeto arquitetônico final da reforma foi elaborado por José Fernandes Pinto Alpoim, o mais renomado dos engenheiros-construtores que atuavam na cidade, na época. A execução das obras foi conduzida pelo mestre-de-obras José Rodrigues de Avelar. Assim, ao término das reformas, em 1747, os camaristas passaram a contar com um local mais adequado e seguro para realizar os seus trabalhos e para guardar a documentação da municipalidade. A cadeia também teve suas instalações melhoradas, beneficiando os detentos, pois nas celas foi construída uma rede de esgotos sanitários.

A sólida construção da edificação do Senado da Câmara consumiu avultados recursos financeiros da Fazenda Real, ultrapassando a cifra de 12 milhões de mil-réis, porém, permitiu sua conservação até meados da década de 1920, quando a edificação foi demolida para dar lugar ao Palácio Tiradentes, que foi inaugurado, no mesmo local, em 1926. Atualmente, o referido Palácio está servindo de sede à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Após a conclusão das obras, os camaristas voltaram a se preocupar com a preservação da documentação que produziam, determinando a retomada da restauração dos três Livros de Registros das Ordens Régias, ordenando que fossem feitos o seu traslado e a sua autenticação. Decidiram também que a compilação das Posturas municipais fosse feita sob a supervisão do escrivão da Câmara para assegurar a sua fiel execução.

Finalmente, em outubro de 1753, o processo de medição da primeira sesmaria da Câmara Municipal foi retomado, sob a direção do ouvidor-geral Manoel Monteiro de Vasconcelos. O ouvidor conseguiu encerrar os trabalhos de medição e demarcação da primeira sesmaria da municipalidade, em setembro de 1754, apesar das imensas dificuldades que enfrentou, especialmente, as que lhe opuseram os padres da Companhia de Jesus.

Em 1755, as ações demarcatórias da primeira sesmaria foram julgadas e aprovadas por uma sentença judicial, que foi trasladada para o Livro de Tombo do Senado da Câmara, regularizando a situação daquela sesmaria. A segunda sesmaria da municipalidade, porém, nunca chegou a ser demarcada, e assim, o Senado da Câmara não conseguiu fazer a Justiça reconhecer, como parte do seu patrimônio, grande parte das terras públicas ocupadas ilegalmente por particulares, fato que acarretou uma grande perda de seu patrimônio territorial e imobiliário.

Em 1757 a elevação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro à categoria de Senado da Câmara foi confirmada, por meio de uma nova Provisão Régia. Esta Provisão igualou o órgão representativo carioca às Câmaras Municipais de Salvador, Olinda, São Luís e Belém, que também receberam esse título honorífico.

Todavia, em 1759, os camaristas cederam as suas instalações para o Tribunal da Relação, órgão judiciário de última instância de apelação na capitania, com alçada igual ao do Tribunal da Relação de Salvador, criado em 7 de março de 1609 pela a Coroa e composto por promotores de Justiça, dos Feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco e por dez desembargadores, e passou a funcionar como última corte de apelação dos súditos portugueses na Colônia. Na cidade do Rio de Janeiro o Tribunal Relação foi instalado em 1751, mas, até os camaristas lhe cederem seu prédio, não tinha conseguido uma sede condigna.

O Senado da Câmara transferiu-se para os sobrados do juiz Francisco Teles Barreto de Menezes, sob o agora célebre Arco do Teles, na lateral à esquerda do largo do Carmo, depois largo do Paço, no entorno da atual praça Quinze de Novembro. Neste sobrado alugado, os camaristas passaram a deliberar e foram instaladas as repartições do Senado da Câmara, apenas a cadeia pública permaneceu no andar térreo do prédio, à rua da Misericórdia.

Em 1781, o ouvidor e corregedor da comarca, Antônio Pinheiro Amado, determinou que o escrivão do Senado da Câmara fizesse livros separados, nos quais seriam transcritas as posturas que fossem encontradas nos Livros de Vereanças e de Acórdãos. Ordenou, ainda, que as novas posturas municipais, criadas a partir daquela data, fossem igualmente registradas em livros próprios, estabelecendo também idêntico procedimento para os provimentos das correições dos corregedores e ouvidores da comarca.³⁹

Pinheiro Amado estipulou ainda que todos os documentos copiados para os novos livros deveriam ser conservados sob os cuidados da mesa diretora do Senado da Câmara. Esta medida foi tomada para facilitar o acesso dos camaristas às posturas e aos provimentos de correição que pautavam os seus Autos de Vereança.

Durante o século XVIII, apesar dos grandes prejuízos que os saques promovidos pelos invasores franceses causaram à cidade, três fatos facilitaram a reconstituição do patrimônio imobiliário e territorial da municipalidade, favorecendo o desenvolvimento urbano. O primeiro fato a beneficiar a municipalidade foi determinado por uma Carta Régia, datada de 4 de novembro de 1759, proposta pelo marquês de Pombal. Essa Carta ordenou a expulsão dos jesuítas do Império português e o confisco dos seus bens pela Coroa, livrando a edilidade carioca do seu mais implacável e poderoso inimigo, a Companhia de Jesus e seus padres.

Em consequência, o governador Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela, recebeu ordens de Portugal para prender e deportar os jesuítas estabelecidos no Rio de Janeiro, acusados de abusos, de conspiração e de traição no Reino, foi também encarregado de confiscar os seus bens imóveis e móveis (incluindo os escravos da Companhia de Jesus). Assim, o imenso patrimônio de bens móveis e imóveis, como escravos, fazendas e engenhos dos inicianos no Rio de Janeiro foram confiscados e inventariados pela Coroa, mas o suposto tesouro que os jesuítas esconderiam no morro do Castelo nunca foi encontrado, nem mesmo durante a sua demolição, em 1922. As fazendas, as plantações, os engenhos e os escravos dos jesuítas, em São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo e as edificações que possuíam nas ruas centrais da cidade foram progressivamente sendo vendidas a particulares. Apenas a imensa fazenda de Santa Cruz, situada fora do termo municipal, permaneceu sob o controle régio.

O segundo fato que favoreceu o desenvolvimento da cidade está relacionado à elevação do Rio de Janeiro à categoria de capital do Vice-Reino do Estado do Brasil, com a transferência da sede de governo de Salvador, através da Carta Régia, de 27 de janeiro de 1763. Esta transferência aumentou o prestígio do Senado da Câmara carioca, cujas cadeiras passaram a ser disputadas e ocupadas pelos membros mais poderosos das classes dominantes da cidade, que pretenderam se colocar na direção do governo municipal, no momento em que o Rio de Janeiro ganhou destaque político-administrativo no contexto colonial.

O terceiro fato favorável ao fortalecimento do governo municipal é constituído pela ascensão social dos negociantes de “grosso trato” ao poder local. No século XVIII, os grandes mercadores, os negociantes de “grosso trato”, que monopolizavam o comércio de importação-exportação no porto da cidade, conquistaram o direito de representação no governo municipal, enfraquecendo o poderio da aristocracia rural, pois passaram a disputar e a ocupar cadeiras no Senado da Câmara, concorrendo com os senhores de terras que até então detinham o monopólio do poder local. Estes três fatos possibilitaram o fortalecimento da instância local de poder, aumentando o prestígio do Senado da Câmara, ainda que suas atribuições e competências não tenham sido diretamente alteradas por eles.

Entrementes, desde o início do século XVIII, a política centralizadora da Coroa portuguesa se intensificara, voltando-se especialmente para as atividades ligadas à mineração, desenvolvidas no interior da América

portuguesa. A finalidade desta centralização foi garantir a chegada dos minerais preciosos a Lisboa, aumentando o controle metropolitano sobre a sua extração e o seu transporte e reforçando a repressão ao seu contrabando. Assim, com o objetivo de aumentar a fiscalização sobre aquelas atividades, foi restabelecida a Casa da Moeda na cidade do Rio de Janeiro, em 1703.

No comércio ultramarino português, o ouro brasileiro ganhou crescente importância, enriquecendo o Erário Régio ⁴⁰ com o *boom* da mineração, que ocorreu quando a economia lusa estava abalada pela crescente dependência das importações inglesas, pelo declínio das atividades açucareiras nordestinas e pelo desvio da mão de obra escrava da grande lavoura exportadora para as atividades extrativas, mais lucrativas.

A partir de meados do século XVIII, no reinado de D. José I (1750-1777), a centralização política alcançou o seu auge, expresso por meio de uma série de medidas político-administrativas, fiscais e militares tomadas pelo principal ministro do rei, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal que, influenciado pelas ideias racionalistas e liberais, introduziu o reformismo ilustrado em Portugal. ⁴¹

O marquês de Pombal representou os interesses dos grupos mercantis e agrícolas monopolistas metropolitanos, considerados os únicos setores da sociedade portuguesa com capacidade de reduzir a crescente dependência em relação à Inglaterra. Pombal, além de expulsar os jesuítas do Império português, estimulou o desenvolvimento da agricultura e do comércio externo no Reino e na Colônia americana, proibiu a escravidão dos índios no Estado do Brasil, estabeleceu uma administração civil nas aldeias indígenas, com a criação do Diretório dos Índios, impulsionou a instrução pública, criando as Aulas Régias, e reorganizou e modernizou a marinha e os corpos militares portugueses.

Além disso, para implementar a política centralizadora adotada pela monarquia portuguesa, Pombal reforçou as medidas de fiscalização sobre a extração das minas e sobre a cobrança de impostos dos colonos e atuou para defender os interesses dos setores sociais que representava no governo português. Assim, com o objetivo de favorecer os grandes comerciantes monopolistas da Metrópole e para viabilizar as medidas econômicas restritivas ao comércio colonial, Pombal criou companhias privilegiadas de comércio, como a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, em 1755, e a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759.

As reformas políticas, administrativas, fiscais e culturais implementadas pelo marquês do Pombal pretenderam adequar a nação portuguesa ao movimento de mudança de mentalidade que ocorria na Europa, sob a influência das ideias iluministas, modernizando a sociedade e o Estado português, apesar das fortes resistências que a nobreza e o clero católico opuseram às medidas implantadas pelo ministro no Reino e em seus domínios. Porém, como na sociedade portuguesa predominava ainda uma tradição religiosa e política muito conservadora, os princípios racionalistas iluministas difundiram-se apenas a partir do fim do século XVIII e do início do século XIX, quando os cientistas portugueses, formados em universidades europeias e na Universidade de Coimbra, reformada, passaram a desempenhar um papel decisivo na modernização e no progresso.

Durante o reinado de D. José I, sob a direção do marquês de Pombal, a Coroa lusa também comprou as poucas capitânicas hereditárias que ainda existiam no Estado do Brasil, assumindo a sua administração e passando a nomear diretamente os seus governadores. Assim, a administração das capitânicas passou a ser delegada a funcionários régios, que atuaram como agentes locais do poder real, com o objetivo de submeter os interesses dos colonos aos da Coroa.

Após a década de 1760, com o declínio da mineração e das rendas auferidas das atividades extrativas, as tendências centralizadoras e fiscalistas da Coroa portuguesa acentuaram-se ainda mais. As autoridades metropolitanas procuraram desenvolver maior eficácia e melhor racionalização administrativa e fiscal sobre as atividades desenvolvidas no já então Vice-Reino do Brasil, na época a mais importante colônia portuguesa, com o objetivo de viabilizar a permanência das práticas mercantilistas monopolistas no seu vasto território.

Mesmo após a morte de Dom José I e da destituição do marquês de Pombal do ministério, as tendências centralizadoras e modernizadoras da sociedade portuguesa continuaram a se desenvolver. A transferência do centro de poder colonial para o Rio de Janeiro acompanhou o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste, fato que ocorrera desde o início das atividades mineradoras na região central da Colônia, nos últimos anos do século XVII, e representou mais uma das formas de estabelecer o controle sobre as atividades extrativas.

Após a transferência da capital do Vice-Reino do Estado do Brasil, uma Carta Patente da Coroa, datada de 27 de junho de 1763, nomeou Dom Antônio Álvares da Cunha como governador-geral e primeiro vice-rei, depois da mudança do governo para o Rio de Janeiro. Este título era mais honorífico do que político, pois, em verdade, Lisboa continuou sendo o efetivo centro de poder e as relações entre os vice-reis e as diferentes capitanias que constituíram o Vice-Reino continuaram sendo muito precárias. As capitanias mal se comunicavam entre si, permanecendo unidas mais pela obediência à Coroa e pela solidariedade militar do que pela subordinação de fato aos vice-reis.

Contudo, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se, de fato e de direito, o centro da economia e da administração colonial. Esta centralidade é decorrente de um conjunto de fatores inter-relacionados que atuaram no seu espaço urbano nessa conjuntura, reforçando a sua capitalidade. Entre os fatores que favoreceram o desenvolvimento da cidade destacam-se: a sua proximidade da região mineradora, a importância comercial do seu porto (fundamental para o escoamento dos minerais para a Metrópole e para o ingresso de escravos para a região mineira) e a sua posição estratégica em relação à colônia de Sacramento, no extremo sul (que, na época, continuava sendo disputada pelos colonizadores lusitanos e espanhóis) e em relação ao abastecimento das rotas da “carreira das Índias”.

A transferência do centro político para o Rio de Janeiro pretendeu, sobretudo, impor a política centralizadora do Estado português sobre o Vice-Reino do Brasil, implantando uma racionalização administrativa mais eficiente e competente, com a criação de novos órgãos e cargos, especialmente no setor fazendário. Nesta época, a finalidade das medidas administrativas, fazendárias e fiscais, adotadas pela Coroa portuguesa no Vice Reino do Brasil, foi aumentar o controle metropolitano sobre as atividades mineradoras em declínio, e também sobre o conjunto da economia colonial. As autoridades reinóis atribuíram a redução nas exportações de ouro e de gêneros agrícolas à ineficácia administrativa, às fraudes e ao contrabando, tornando o combate à evasão fiscal a prioridade da burocracia régia. Em decorrência desta política centralizadora, aumentou a presença de oficiais nomeados diretamente pelo rei na cidade do Rio de Janeiro, em função das suspeitas dos governantes metropolitanos de que as autoridades coloniais fossem coniventes com o contrabando e com a sonegação fiscal em geral. Após 1774, o Rio de Janeiro assumiu plenamente uma posição central no cenário colonial, pois o Governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão foi extinto e passou a existir apenas o Governo do Vice-Reino do Brasil, sediado na cidade. Esta medida do governo metropolitano reforçou a centralização em curso, fazendo as diretrizes da Coroa lusa convergirem diretamente para o Rio de Janeiro, que se transformou no único centro de decisões políticas e administrativas da Colônia, simultaneamente, aproximou e identificou a cidade ao poder real, elevando sua posição diante das outras regiões coloniais

O novo papel estratégico que a cidade do Rio de Janeiro passou a desempenhar no Império português, a partir de 1763, redesenhou o espaço urbano e redefiniu a posição do governo municipal, por força da sua convivência obrigatória com o poder do aparelho de Estado luso, cujos órgãos se sobrepujaram aos do governo da capitania e da municipalidade. A partir desta época, o Rio de Janeiro tornou-se a ponta de lança do projeto de afirmação da autoridade da Coroa portuguesa sobre o seu vasto Império ultramarino. Contudo, ao mesmo tempo, a cidade teve a sua autonomia administrativa diminuída e sua independência política reduzida pela superposição dos órgãos do governo do Vice-Reino aos poderes locais, dando origem

a uma dualidade estrutural que, a partir dessa época, passou a caracterizar a organização política e administrativa da municipalidade até depois da implantação da República.

A partir da segunda metade do século XVIII, a cidade expandiu-se demográfica e territorialmente, ultrapassando o quadrilátero formado entre os morros do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição. Novos bairros surgiram além do núcleo original e antigos caminhos transformaram-se em ruas e estradas. O centro urbano se fixou em torno do Paço,⁴² onde os vice-reis se estabeleceram, no antigo terreno do Carmo, que já passara a denominar-se de largo do Paço, na atual praça Quinze de Novembro. Nas imediações do largo do Paço, ergueram-se edifícios públicos e ricos sobrados da aristocracia, reproduzindo a mesma disposição do espaço de outras cidades portuguesas, inspiradas em Lisboa.

Entretanto, o prestígio que o título de capital do Vice-Reino do Estado do Brasil concedeu ao Rio de Janeiro, o cosmopolitismo e a tradição de autonomia e independência dos cariocas produziram preocupações nas autoridades reinóis, especialmente no ministro Pombal, temerosos das consequências desta mentalidade para a manutenção do domínio português sob o seu mais extenso e mais rico domínio ultramarino. Então, foram adotadas medidas para preservar os interesses da Coroa e dos setores dominantes metropolitanos e para controlar as iniciativas autonomistas da municipalidade carioca. Assim, as reformas pombalinas obrigaram o Senado da Câmara, que até então ainda desfrutava de uma relativa autonomia, a prestar contas dos seus atos ao vice-rei, sob o pretexto de diminuir os desvios das rendas da Fazenda municipal.

No entanto, para compensar a perda de poder político, as atribuições administrativas dos camaristas foram ampliadas, ainda que os recursos financeiros disponíveis para o seu desenvolvimento não tenham sido aumentados. O governo municipal assumiu o controle de uma ampla gama de atividades e de serviços urbanos, como a abertura, o prolongamento e o calçamento de ruas e estradas, a limpeza urbana, o recolhimento de animais doentes e mortos nos logradouros públicos, a concessão de licenças e alvarás para o comércio e as corporações de ofícios, a supervisão de conventos, escolas, igrejas, hospitais, asilos e outras instituições assistenciais, que formavam uma ampla rede de proteção social para os munícipes. Entre as instituições, que formavam essa rede social, destacou-se a Santa Casa da Misericórdia, uma irmandade dotada de numerosos privilégios régios, fundada na cidade em 1582, voltada especialmente para atuar na assistência social e na saúde pública.⁴³

No fim do século XVIII, o Senado da Câmara passou a funcionar de forma mais regular enriquecendo e ampliando sua produção documental com diversas espécies de atos administrativos, legislativos e judiciários ordenados pelos camaristas. A documentação produzida registra o empenho dos camaristas em reivindicar os direitos foreiros da municipalidade, um processo moroso e cheio de tropeços, de idas e vindas, provocado pelas resistências da poderosa aristocracia rural, proprietária de fazendas e engenhos, no recôncavo carioca, e de muitos imóveis, no centro urbano, e das pressões das várias ordens religiosas, como os carmelitas e os franciscanos, que atuavam na cidade.

Portanto, ao mesmo tempo que o Rio de Janeiro afirmou sua hegemonia sobre as demais regiões coloniais, o seu novo *status* político acrescentou sobre ele o peso da burocracia do aparelho de Estado luso, que se fez mais presente, com a criação ou o reaparelhamento de órgãos e da criação de cargos, especialmente os dos setores fazendário, judiciário e de defesa.

As medidas centralizadoras aperfeiçoaram o controle e a vigilância política da Coroa sobre o governo e o território da cidade, sobre os colonos e as atividades que desenvolviam e impôs uma maior disciplina à edilidade, até então acostumada a desfrutar de uma certa liberdade e de uma relativa autonomia. De início, os edis procuraram resistir ao centralismo adotado pela Coroa portuguesa, mas, percebendo a contundência das medidas impostas, adaptaram-se à nova conjuntura política, conformando-se com a limitação de seus poderes.

Assim, nessa época, o controle fazendário régio sobre a municipalidade se ampliou, com a criação da Real Junta de Fazenda no Rio de Janeiro, em 1760, depois diretamente subordinada ao Erário Régio. Este

órgão, criado em Lisboa, em 1761, passou a centralizar os negócios da Fazenda Real na Metrópole. Após a criação da Junta de Fazenda do Rio de Janeiro, o Conselho de Fazenda e o cargo de provedor-mor da capitania foram extintos e o vice-rei do Estado do Brasil foi encarregado de presidir o novo órgão fazendário. As antigas atribuições do provedor, como a de gerenciar os almoxarifados régios, foram transferidas para a Intendência da Marinha e Armazéns Reais, chefiada por um intendente nomeado diretamente pela Coroa.

No âmbito da estrutura judicial, a criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, em 1751, com estrutura orgânica equivalente ao de Salvador, respondeu às demandas decorrentes do aumento da população e da crescente importância da cidade e do seu porto, como centro exportador da produção mineira. A jurisdição deste tribunal compreendeu as comarcas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de várias cidades do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Mato Grosso alcançando até a ilha de Santa Catarina, no extremo sul. Este órgão judiciário era o tribunal de última instância de apelação no espaço colonial, detendo as competências de fiscalizar, julgar e punir os descumprimentos da legislação vigente, no âmbito da sua jurisdição. A mesa diretora da Relação carioca foi composta pelo governador da capitania, pelo chanceler e pelo mais antigo desembargador dos Agravos da Mesa do Desembargo do Paço da Relação. A Relação do Rio de Janeiro funcionou desta forma de 1763 até 1808, quando se transformou na Casa de Suplicação, após a transferência da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro.

No campo da defesa e da segurança, a reorganização dos terços auxiliares e das companhias das Ordenanças aumentou o controle da Coroa sobre as duas principais forças militares da cidade. Além disso, a nomeação dos seus oficiais deixou de ser decidida pelo Senado da Câmara, passando a ser feita diretamente pela Coroa, através da emissão de provisões régias, com base em uma lista tríplice apresentada pelos camaristas cariocas. Em decorrência do reforço da centralização política, até mesmo a escolha dos membros do Senado da Câmara, entre 1769 e 1779, passou a ser fiscalizada pelo vice-rei, o marquês do Lavradio, diminuindo ainda mais a autonomia da corporação municipal.

A remoção do cofre do Senado da Câmara para o tesouro da Casa da Moeda, após a Fazenda municipal ter sofrido um grande desfalque, foi outra demonstração da perda de poderes do governo local. Esta medida reduziu a independência financeira do único órgão de representação dos interesses municipais e as rendas do poder local passaram ao controle de um órgão vinculado diretamente à Coroa lusa. Portanto, a nova situação política da cidade, como principal centro de poder colonial, resultou, contraditoriamente, na perda de grande parte da independência e da autonomia políticas que a municipalidade carioca conquistara nos dois séculos anteriores.

A transformação do Rio de Janeiro em capital do Vice-Reino do Estado do Brasil também impôs um novo estilo de vida às elites dominantes da cidade, conformando-o aos códigos e aos costumes de uma sociedade cortesã. O novo estilo introduziu, na sociedade tropical carioca, a etiqueta e a moda europeias, em especial, as francesas, que predominavam na Corte portuguesa em Lisboa.

De fato, o modelo europeu de sociedade de Corte se estabeleceu no Rio de Janeiro, paralelamente à consolidação da nova situação política, impondo um novo padrão de civilidade a ser seguido pela “boa sociedade” carioca. Seus membros precisaram se adequar aos novos tempos, “civilizando-se”, com a difusão dos princípios liberais e racionalistas dos pensadores iluministas, entre os letrados da cidade, que constituíam uma minoria da sua população, mas tinham grande influência social. Academias e sociedades literárias foram abertas por cariocas ilustrados, nas quais as novas ideias se difundiram.

No governo do marquês do Lavradio (1769-1779), destacado representante do pombalismo colonial, foi fundada na cidade a Academia Científica Fluminense. Esta Academia, voltada para os estudos de medicina, cirurgia, farmacologia e botânica, foi encarregada de implantar um jardim botânico na cidade, com a finalidade de aclimatar plantas tropicais que pudessem ser cultivadas e exportadas. Durante a sua gestão, a

política econômica liberal adotada pelo marquês de Pombal também possibilitou o surgimento de ateliês de tecidos de seda, algodão fino e galões de ouro e prata na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1770.

Todavia, no período entre 1777 e 1808, as relações entre a Metrópole lusa e o Vice-Reino do Brasil modificaram-se, por pressão da burguesia mercantil reinol e do Conselho Ultramarino que reclamaram a perda do mercado colonial para os produtos portugueses, devida à concorrência dos produtores locais.

Com efeito, o Decreto da rainha Maria I, datado de 5 de janeiro de 1785, proibiu a existência de manufaturas de tecidos na Colônia, abrindo exceção apenas para os panos grosseiros, destinados às roupas dos escravos e aos sacos confeccionados para guardar as safras agrícolas. Esta medida pretendeu deter o crescente desequilíbrio comercial entre a Metrópole e a sua mais rica colônia tropical, mas provocaram as primeiras contestações ao regime colonial, como a conspiração mineira, de 1789, e a revolta dos alfaiates baianos, em 1798, ambas influenciadas pelas “famigeradas ideias francesas”.

No começo da administração do vice-rei conde de Rezende, em janeiro de 1790, irrompeu um violento e criminoso incêndio no pavimento térreo do sobrado dos Teles de Menezes, onde se localizava o Arquivo do Senado da Câmara carioca. Esse incêndio, além de arruinar o prédio, seus móveis e utensílios, destruiu grande parte do patrimônio documental da municipalidade que ali se encontrava arquivado. Quando o sinistro se deflagrou, destruindo o Arquivo da Câmara, os trabalhos de verificação dos foros e de elucidação dos direitos da municipalidade sobre as suas sesmarias estavam praticamente concluídos, pois os sesmeiros, que se rebelaram contra os pagamentos dos foros devidos à municipalidade, logo seriam intimados a reconhecer e a pagar as suas dívidas.

Por isso, os camaristas atribuíram àquela ação criminosa aos posseiros e intrusos remissos, que não queriam reconhecer os direitos foreiros da municipalidade sobre as terras que ocupavam irregularmente. Segundo as investigações realizadas na época, o incêndio teria sido encomendado por foreiros de sesmarias e de marinhas, rebeldes ao pagamento dos foros. Seu objetivo era destruir os documentos que comprovavam os direitos do Senado da Câmara sobre as terras que ocupavam irregularmente.

Além dos documentos relativos às sesmarias da municipalidade, provavelmente, o incêndio deve ter queimado o Foral e o Regimento que Estácio de Sá outorgou à cidade, na época da sua fundação, documentos que além de discriminar os direitos e deveres da municipalidade carioca, constituíram os primeiros documentos oficiais sobre a fundação da cidade.

Felizmente, na época do incêndio, o Senado da Câmara ainda era uma instituição respeitada e acatada pelos “homens bons” da cidade, pelos juízes, pelos tribunais e pelas principais autoridades governamentais da capitania e do Vice-Reino. Então, as diligências tomadas pelos camaristas para reconstituir a documentação destruída obtiveram sucesso, possibilitando a restauração da maior parte da documentação oficial queimada pelo ato criminoso dos posseiros. Por isso, ao contrário do que afirma a tradição e do que pensam muitos cariocas e estudiosos, a documentação referente à municipalidade pôde ser copiada e reconstituída e voltou a ser depositada no Arquivo do Senado da Câmara.

Imediatamente após o incêndio, os camaristas, reunidos na casa do ouvidor e corregedor Marcelino Pereira Cleto, na rua do Ouvidor, tomaram uma série de providências, com o objetivo de reconstituir os documentos da instituição. Assim, começaram inventariando os documentos salvos do sinistro e solicitaram permissão ao vice-rei para trasladar cópias de Provisões e de Cartas Régias, relativas à municipalidade, existentes na Secretaria de Estado, na Junta e na Provedoria da Real Fazenda do Rio de Janeiro. Para acompanhar o encaminhamento de suas deliberações, os camaristas determinaram também a criação de uma secretaria na casa, encarregando-a de encaminhar e fiscalizar o cumprimento das providências deliberadas por eles. Também solicitaram, ao corregedor da comarca do Rio de Janeiro, o traslado de cópias de documentos relativos à cidade, existentes nesta e em outras comarcas vizinhas. Em seguida, os camaristas

publicaram editais, convocando os foreiros intrusos e remissos a apresentarem os seus títulos de aforamento à repartição de registro do Senado da Câmara, no prazo de 30 dias.

Os trabalhos de traslado dos documentos existentes nos vários órgãos e repartições dos governos do Vice-Reino e da capitania do Rio de Janeiro foram realizados sem delongas e com sucesso. Além disto, os camaristas nomearam o reverendo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, reconhecido historiador, como procurador do Senado da Câmara perante a Corte portuguesa. A seguir, enviaram o procurador a Lisboa, com o objetivo de obter traslados autenticados de documentos relativos à cidade do Rio de Janeiro, depositados nos arquivos lusitanos.

Este procurador, assim que chegou a Lisboa, solicitou a autorização régia para que fossem trasladadas e autenticadas, nos órgãos metropolitanos, as cópias das Cartas, Provisões e Ordens Régias, que confirmavam os direitos da Câmara Municipal sobre as sesmarias que constituíam o seu patrimônio. Também requereu que fossem emitidas novas Cartas Régias que assegurassem as graças, os títulos honoríficos e os privilégios concedidos anteriormente pela Coroa lusa ao Senado da Câmara da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Azeredo Coutinho, sem grandes dificuldades, obteve as cópias trasladadas e autenticadas dos documentos régios, confirmando as graças, os privilégios e as prerrogativas e os direitos foreiros da municipalidade. O procurador conseguiu também garantir os direitos municipais sobre a sesmaria dos Sobejos. Esta sesmaria, constituída por uma extensa área, localizada fora dos limites urbanos, era formada por terrenos devolutos, livres de foro e alagadiços, entre a rua da Carioca e o outeiro da Conceição.

O Senado da Câmara, que verificara a existência destes terrenos, obteve a sua doação à municipalidade, oficializada pelo governador da capitania do Rio de Janeiro, Pedro de Mascarenhas (1666-1670), mediante a emissão de uma Provisão, datada de 26 de maio de 1667. A rainha D. Maria I (1734-1816), durante a sua regência (1777-1816), assinou a Carta Régia, de 8 de janeiro de 1794, confirmando a doação da sesmaria de Sobejos ao Senado da Câmara carioca. Porém, como nunca foi demarcada, tornou-se litigiosa, pois os seus ocupantes contestaram a legitimidade da sua concessão à municipalidade e o consequente pagamento de foros que teriam que fazer à Câmara Municipal.

Apesar da grande resistência da maioria dos foreiros em apresentar seus títulos de aforamento ao Senado da Câmara, pendenga que se arrastou por muitos anos, grande parte da sua documentação, em especial o Livro de Tombo dos bens territoriais e imobiliários da municipalidade, pôde ser restaurada, graças àquele conjunto de providências tomadas pelos camaristas, nos dias que se seguiram à incineração dos documentos arquivados. O prestígio e as iniciativas dos camaristas cariocas foram determinantes para a reconstituição da documentação relativa à municipalidade, destruída pelo incêndio do Arquivo do Senado da Câmara.

Após o incêndio de 1790, o Arquivo do Senado da Câmara foi integrado pelos livros e papéis que se encontravam na casa do seu escrivão, pelos 48 livros que foram salvos no rescaldo, pelas cópias de todos os documentos trasladados dos órgãos administrativos, tanto do governo régio e do governo dos vice-reis, quanto do governo da capitania, bem como incorporou os papéis produzidos, depois de encerrados os pleitos e averiguações judiciais, que asseguraram à municipalidade a posse e o tombamento das suas terras foreiras. Também foram salvos do incêndio o estandarte do Senado da Câmara, que se encontrava na casa do seu procurador, e uma imagem de São Sebastião que estava na oficina do santeiro Antônio Castrioto para ser restaurada. O Arquivo da Câmara continuou encarregado de guardar todos os documentos produzidos pelos edis e oficiais durante os seus trabalhos.

Entretanto, depois deste evento nefasto, o Senado da Câmara não pôde permanecer no sobrado do juiz Teles de Menezes. Passou a peregrinar por diversos endereços, funcionando precariamente em vários prédios alugados. Provisoriamente, instalou-se na casa do ouvidor, na rua do mesmo nome. Mais tarde, alugou um sobrado na rua Direita e, depois, o consistório da igreja de Nossa Senhora do Rosário, na rua do Rosário. Apenas em 1794, os camaristas voltaram a ocupar a sua sede própria, na rua da Misericórdia, já então,

desocupada pelo Tribunal da Relação, mas enquanto a ocuparam continuaram a compartilhá-la com a cadeia pública, que permanecera no seu andar térreo, no período em que os camaristas emprestaram o prédio ao mencionado órgão judicial.

Em 1799, o Senado da Câmara decidiu encadernar, com seus próprios recursos, os documentos que estavam sob a guarda do seu Arquivo, em obediência às Ordenações Filipinas, que o obrigava a guardar e a conservar em boa ordem os documentos, livros e atos da edilidade. Esta ação, embora não tendo continuidade, contribuiu para preservar a rica documentação produzida e arquivada pela edilidade.

1.4. O ARQUIVO DO SENADO DA CÂMARA NA CORTE JOANINA

Em 1803, o prédio-sede do Senado da Câmara, novamente muito danificado, foi reformado e embelezado, sob a direção do empreiteiro e construtor Francisco Xavier de Matos Pimentel. Nesse período inicial do século XIX, a documentação do Senado da Câmara recebeu pouca atenção dos camaristas cariocas que, apenas em 1807, ordenaram a restauração do Livro do Copiador e dos Livros de Provimientos de Correição.

Em 1808, após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, o centro de poder português deslocou-se de Lisboa para o Rio de Janeiro, transformando-o em uma cidade-Corte, sede de um projeto civilizador da monarquia lusa, que pretendeu implantar um Império luso-brasileiro nos trópicos, difundindo a civilização europeia entre seus habitantes. Este fato dinamizou a vida social e cultural do município e ampliou o seu cosmopolitismo e a sua abertura comercial e cultural para o mundo.

A transferência da Corte lusa para o Rio de Janeiro, um desdobramento das guerras napoleônicas e da política inglesa do livre comércio, implicou a transformação do Vice-Reino do Brasil na sede do governo português na América. A abertura dos portos ao comércio com “as nações amigas”, medida adotada com a edição da Carta Régia, decretada em 28 de janeiro de 1808, quando a Corte ainda estava em Salvador, e a revogação do Decreto Régio de 1785, que proibira a produção manufatureira no Vice-Reino do Brasil, representaram uma verdadeira inversão nas relações entre Portugal e sua principal colônia, pois Lisboa perdeu a centralidade. O centro do poder imperial passou a ser exercido a partir do Rio de Janeiro, como sede da Corte no exílio.

A cidade do Rio de Janeiro, como sede da monarquia lusa, ampliou suas funções de centro político e administrativo e desenvolveu as comerciais e financeiras, com a criação do Banco do Brasil, tornando-se “o ponto de encontro de burocratas e militares, de negociantes e capitalistas, de nobres e delegações diplomáticas”⁴⁴, aos quais se reuniram os produtores agrícolas escravistas.

No Rio de Janeiro, a instalação da Corte lusa deu início a um processo de urbanização, modernização e desenvolvimento da infraestrutura da cidade, cuja história, nesse período, passou a se confundir com a da formação da nação brasileira. Este processo de transformações urbanas, ocorrido no Rio de Janeiro, a partir da instalação da Corte, compreendeu desde a abertura de estradas e ruas, a instalação de serviços de água encanada e de esgotos na área central da cidade, até a concessão pelo príncipe Dom João, regente entre 1792 e 1816, de uma maior liberdade de opinião e expressão, com a implantação da Imprensa Régia e a instituição dos primeiros cursos superiores, propiciando a impressão e a publicação dos primeiros jornais e livros na Colônia e a formação a nível superior de sua elite, sem necessidade de viajar para o estrangeiro. A criação dos cursos superiores resultou na instituição na cidade-Corte da Academia de Medicina e Cirurgia, da Academia de Belas Artes e da Academia Militar, esta última, mais tarde, deu origem a Escola Politécnica de Engenharia.

Durante a permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, também foram criadas instituições que fomentaram o desenvolvimento da cultura e das ciências na cidade-Corte, como a Real Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real. A Imprensa Régia passou a publicar o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, em circulação a

partir de dezembro de 1808, dando notícias sobre a situação internacional, a agenda do regente e dos príncipes, as relações de escravos fugidos e recapturados, entre outros fatos, sob a direção do ministro da Guerra e Negócios Exteriores, Dom Rodrigo de Souza Coutinho .⁴⁵

Logo, a partir de 1808, a cidade-Corte experimentou uma fase de grande desenvolvimento social, econômico e cultural, impulsionada pelas ações promovidas pela Coroa portuguesa. Estas ações visaram a modernizar e a implantar novos equipamentos urbanos, novos serviços, novas instituições e novos costumes, desenvolvendo uma sociedade cortesã e civilizada nos trópicos, segundo o modelo liberal europeu.

A posição que o Rio de Janeiro passou a ocupar acarretou novas modificações na organização político-administrativa da cidade, que é a única do mundo colonial a ter sido sede de uma Corte europeia. Os órgãos metropolitanos mais importantes foram trasladados para o Brasil, permanecendo em Portugal apenas os organismos administrativos subalternos, com suas funções bastante reduzidas. Os órgãos transferidos ou criados na cidade, como o Erário Régio, a Real Junta da Fazenda, Comércio e Navegações, o Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens e a Casa de Suplicação, estabeleceram a superposição do governo régio sobre a esfera do poder municipal, intervindo diretamente na sua organização e no seu funcionamento.

Neste contexto, um fato que assinala a intervenção da Coroa sobre a municipalidade carioca, pode ser observado no Alvará Régio de 12 de outubro de 1808, que criou o Banco do Brasil com sede na cidade. Este Alvará extinguiu o cofre de depósitos das rendas administradas pela Fazenda do Senado da Câmara. E determinou que os depósitos judiciais e extrajudiciais da municipalidade carioca passassem a ser feitos diretamente no Banco do Brasil, instituição criada pela Coroa ainda em 1808.

A intervenção da Coroa portuguesa sobre a cidade reforçou a duplicidade estrutural da organização política e administrativa da municipalidade, iniciada com a transferência da capital do Vice-Reino para o Rio de Janeiro, em 1763. A cidade se transformou, simultaneamente, em capital da Corte e num município atípico, posta sucessivamente sob a tutela, direta e vigilante, dos governos régio, imperial e republicano. Conforme analisou a historiadora Maria Odila da Silva Dias ⁴⁶, após 1808, o Rio de Janeiro, politicamente, tornou-se a “metrópole internalizada” do Império colonial português na América, uma verdadeira Lisboa tropical. A transferência do aparelho de Estado português para a América possibilitou uma relativa continuidade entre o regime colonial e a monarquia constituída depois da independência, operando a formação de um núcleo do Estado Nacional na região centro-sul da Colônia, antes da própria independência do país.

Conforme esta historiadora, estes fatos deram origem a um processo de “interiorização da metrópole”, que permitiu uma transição sem ruptura da situação colonial para a de nação independente, garantindo uma relativa coesão das classes dominantes em torno da monarquia brasileira, apesar de que, até o começo do Segundo Reinado, as oligarquias rurais do país permaneceram divididas, dispersas e pressionadas pelos conflitos latentes no vasto *hinterland* do país. ⁴⁷

Na época joanina, o Rio de Janeiro adquiriu centralidade tanto em relação às demais regiões do Vice-Reino do Brasil, quanto em relação às outras possessões portuguesas, espalhadas pelo mundo, incorporando um novo elemento à sua capitalidade, que continuou marcada por uma cultura urbana e cosmopolita, voltada e aberta para o mundo externo, justamente no momento em que a cidade passou a receber um grande número de imigrantes e de visitantes estrangeiros de diversas nacionalidades. A centralidade que a cidade exerceu, a partir deste momento, confirmou o seu papel de referência para as demais cidades e regiões coloniais, ainda que ao custo de ser denominada “nova Lisboa” pelos opositores da dominação portuguesa.

A posição que a cidade passou a ocupar no Império português modificou as suas relações com as demais capitânias, especialmente as do Norte e do Nordeste, que aceitaram, com resistências, a troca de dominação

de Lisboa pelo Rio de Janeiro. A tensão que passou a caracterizar as relações entre as capitanias nortistas e nordestinas e a cidade do Rio de Janeiro marcou indelevelmente o processo de independência brasileiro e a construção do Estado Nacional no país.

A Coroa portuguesa favoreceu os interesses lusitanos no Brasil, especialmente os dos comerciantes de “grosso trato”, ligados ao comércio de importação e exportação de mercadorias, e os das forças militares, que passaram a guarnecer as principais cidades do Vice-Reino do Brasil. O descontentamento dos colonos também cresceu com o aumento dos impostos, devido tanto às despesas com a manutenção da Corte joanina no Rio de Janeiro, como aos crescentes gastos com as intervenções militares promovidas na região platina e na Guiana Francesa, ambas ocupadas pelas forças portuguesas.

A revolução deflagrada em Pernambuco, em 6 de março de 1817, foi a principal manifestação da oposição ao governo português. O movimento revolucionário pernambucano foi marcado por um forte antilusitanismo e pelas ideias liberais iluministas, envolvendo a participação de militares, juízes, artesãos, comerciantes e de um grande número de padres, ganhando apoio de muitos fazendeiros no sertão. Porém, a Revolução Pernambucana foi violentamente reprimida pelas forças leais à Coroa portuguesa. Os líderes da revolta foram presos e executados, como o frei Caneca do Amor Divino, que se tornou um mártir da luta pela independência do Brasil.

Apesar da centralidade que a cidade do Rio de Janeiro passou a exercer sobre toda a extensão do Império português, o Senado da Câmara carioca não recuperou sua autonomia administrativa, extremamente reduzida desde a época da administração do vice-rei conde de Rezende (1790-1801). Este vice-rei, preocupado em reprimir qualquer iniciativa de autogoverno ou de insubordinação na cidade, assumiu várias atribuições da edilidade, como ordenar a realização de obras no aqueduto da Carioca, a construção do cais de Luís de Vasconcelos, a instalação de um chafariz no largo do Moura, a fixação dos limites do campo de Santana e a abertura de várias ruas.

Além disto, após a instalação da Corte na cidade, o Senado da Câmara dividiu suas atribuições no governo da cidade com a Intendência Geral de Polícia, instituição criada pela Coroa, por meio de um Alvará Régio, em 10 de maio de 1808, e dirigida pelo intendente Paulo Fernandes Viana, anteriormente desembargador do Paço Real. A Intendência Geral de Polícia da Corte recebeu amplos poderes para organizar e dirigir os serviços policiais, mas também assumiu incumbências judiciárias, administrativas e legislativas, antes exercidas pelo Senado da Câmara.

A Intendência Geral de Polícia promoveu uma série de mudanças modernizadoras no espaço urbano, pois foi encarregada de elaborar e executar o primeiro plano de urbanização da cidade, com o objetivo de europeizá-la e adequá-la à nova posição que passara a ocupar, como cidade-Corte da monarquia portuguesa. Portanto, na prática, a Intendência atuou como uma verdadeira Prefeitura municipal, assumindo diversas atribuições e competências anteriormente exercidas pelo Senado da Câmara. Assim, uma das primeiras medidas adotada por Paulo Fernandes Viana foi ordenar que as rótulas que encobriam as janelas das residências fossem retiradas, extinguindo esse costume arcaico, de origem mourisca, que ainda era amplamente adotado pelas famílias cariocas, acentuando a atmosfera oriental que a cidade possuía, com as mulheres segregadas ao espaço doméstico, encobertas por mantilhas, sentadas no chão sobre esteiras e convivendo com os escravos domésticos.

Entre as atribuições da Intendência Geral de Polícia destacaram-se: cuidar do expediente da Casa de Correção, das prisões, dos hospitais e das casas de caridade; da inspeção do uso de armas; da manutenção da ordem e da segurança públicas; da fiscalização dos portos, dos espetáculos e diversões públicas e da prevenção e da repressão aos crimes de vadiagem, latrocínio e homicídio, assumindo funções de polícia. Exerceu também as incumbências de construir e reformar logradouros públicos, abrir estradas e ruas, melhorar o fornecimento de água à cidade e fiscalizar as condições de higiene e saneamento dos logradouros públicos,

das lojas comerciais, das oficinas e dos domicílios urbanos. Deveria ainda estabelecer normas de urbanidade e de civilidade entre os moradores da cidade-Corte.

Em 1808 a Coroa portuguesa implantou a Décima Urbana, imposto a ser pago pelos proprietários de imóveis que se localizassem no perímetro urbano da cidade, encarregando a Intendência Geral de Polícia de arrecadá-lo. Este imposto foi criado para financiar as obras viárias e a urbanização do Rio de Janeiro, mas também deu origem à elaboração de um primeiro Cadastro Imobiliário da cidade pelas autoridades governamentais e contribuiu com os trabalhos de demarcação do perímetro urbano, ampliado nessa ocasião.

As restrições das atribuições do Senado da Câmara resultaram, por sua vez, em alterações na natureza dos documentos produzidos pela edilidade. O Arquivo do Senado da Câmara, porém, permaneceu como o repositório da documentação produzida pelos edis e também pela proveniente da Intendência Geral de Polícia, fato que de algum modo demonstra que o tradicional órgão de poder carioca continuou a desfrutar de um certo prestígio junto às autoridades régias. Apesar deste prestígio remanescente, os camaristas foram despejados da sua sede, no largo do Paço, atual praça Quinze de Novembro.⁴⁸

A “Cadeia Velha”, que funcionava no andar térreo do prédio do Senado da Câmara também foi desativada e os seus prisioneiros foram transferidos para a prisão do Aljube⁴⁹, pertencente ao bispado da cidade. Em consequência deste despejo, o Senado da Câmara e suas repartições, inclusive o seu Arquivo, foram se instalar provisoriamente, durante um ano, em um sobrado alugado na rua Direita, atual Primeiro de Março, entre o largo do Paço e a rua do Ouvidor. Depois, os camaristas novamente se mudaram para o consistório da igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde permaneceram até 1812, quando o telhado do consistório desabou e as chuvas inundaram o plenário, onde os camaristas se reuniam. Entre 1812 e 1820, o Senado da Câmara instalou-se em uma casa da rua do Rosário, alugada à irmandade da Misericórdia, por um preço exorbitante. O seu Arquivo foi instalado em local bastante inadequado às suas finalidades, causando graves prejuízos à conservação da sua documentação.

Em 1820, depois que o consistório da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi reformado, os camaristas voltaram a alugá-lo e a ocupá-lo com suas reuniões e com as repartições da administração municipal. Somente em 1816, Dom João, ainda como príncipe regente, autorizou a construção de um prédio com a finalidade de sediar o Senado da Câmara, suas sessões e suas repartições, aprovando o projeto do vereador Francisco de Souza Oliveira. Este prédio recebeu, pela primeira vez, a permissão régia de se denominar Paço Municipal.

O projeto arquitetônico do primeiro Paço Municipal foi assinado pelos engenheiros-arquitetos José de Castro e Silva e João da Silva Muniz e as suas obras se iniciaram ainda em 1816, depois de prolongadas diligências judiciais, relativas à aquisição e à regularização da propriedade dos terrenos onde seria erguido o prédio, em frente ao campo de Santana, na atual praça da República, entre as ruas do Sabão e de São Pedro da Cidade Nova. A falta de recursos financeiros por parte da municipalidade, porém, manteve suspensa a construção do Paço Municipal até 1824, quando finalmente foi retomada e concluída, graças às subscrições feitas por ricos cidadãos cariocas, que contribuíram com seus capitais para a execução e conclusão das obras.

O primeiro Paço Municipal foi formado por um edifício de dois pavimentos, com um corpo central e duas alas, que se abriram para dois pequenos jardins laterais. A sua localização fora escolhida pelos camaristas em 1816, com o objetivo de dirigir a expansão urbana para a região da chamada Cidade Nova.

Durante a permanência da Corte no Rio de Janeiro, o Vice-Reino do Estado do Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815, por pressão do Congresso de Viena. E o príncipe regente Dom João foi aclamado rei, em 1818, após a morte e o luto da rainha Dona Maria I, recebendo o título de João VI em uma grande cerimônia pública, à qual compareceram representantes de várias cidades do Reino do Brasil e de países estrangeiros.

Contudo, a derrota de Napoleão, a paz estabelecida pelo Congresso de Viena, em 1815, e as pressões inglesas pelo retorno da Corte para Portugal dividiram as classes dominantes portuguesas. As que permaneceram na Europa, especialmente a burguesia ligada ao comércio externo e à nobreza feudal, voltaram a manifestar seus sentimentos colonialistas em relação ao Reino do Brasil, passando a pressionar pelo retorno do monarca D. João VI para Portugal e pelo restabelecimento dos seus privilégios e monopólios em relação ao Reino do Brasil. Estes privilégios e monopólios foram abolidos pela Carta Régia de 1808 e pelos tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, o primeiro de teor diplomático e o segundo de caráter comercial, assinados pelos representantes portugueses e ingleses, em 1810.

Muitos membros das classes dominantes, que emigraram para o Rio de Janeiro com Dom João, tentaram resistir àquelas pressões, pois, assim como o próprio rei, não pretendiam retornar a Portugal. A maioria dos nobres e dos comerciantes que emigraram se beneficiavam da aliança que se estabelecera entre a Corte joanina e os grandes comerciantes e fazendeiros “brasileiros”, especialmente da região Sudeste, que acolheram e apoiaram a instalação da monarquia lusa na cidade do Rio de Janeiro.

Além disso, muitos nobres e comerciantes portugueses haviam comprado terras, fazendas e mansões e estabelecido relações familiares com brasileiros, através de casamentos e contratos comerciais, enraizando seus interesses no território carioca e fluminense, no processo de “interiorização da metrópole”. Porém, a Revolução Constitucionalista que explodiu na cidade do Porto, em 1820, sob a direção da burguesia mercantil, mudou o rumo dos acontecimentos.

Os comerciantes reinóis portugueses, que deflagram a revolução, liderando os camponeses, os artesãos, os funcionários e as tropas, convocaram uma Assembleia denominada Cortes Constituintes. Seus objetivos eram pôr fim à tutela inglesa e estabelecer um regime liberal e constitucional em Portugal, limitando o poder da monarquia absoluta. Em Portugal, portanto, esta revolução assumiu um caráter liberal e progressista, ainda que a nobreza feudal tenha aderido ao movimento e passado, posteriormente, a dominar as Cortes Constituintes.

Em relação ao Brasil, porém, a Revolução Constitucional adotou um caráter recolonizador, ou seja, pretendia restabelecer o monopólio metropolitano sobre o comércio externo brasileiro, revogando a abertura dos portos e exigindo o retorno de Dom João VI e da Corte para Lisboa.

Apesar disto, o movimento revolucionário de 1820 teve grande repercussão no Brasil, sendo encarado de maneiras diversas pelos diferentes grupos sociais. No Grão-Pará, na Bahia e no Rio de Janeiro, onde ocorreram movimentos das camadas populares e das tropas portuguesas que aderiram à revolução, os interesses e expectativas destes grupos eram diferentes. Enquanto as camadas populares se empolgaram com as ideias de liberdade, igualdade e independência, formando uma corrente política “democrática”, as tropas portuguesas apoiaram os interesses recolonizadores das classes dominantes em Portugal e queriam submeter a autoridade do rei à das Cortes Constituintes lusas.

No Rio de Janeiro, a Corte joanina se dividiu em relação à Revolução Constitucionalista portuguesa. Os comerciantes enriquecidos, os ministros do rei, os funcionários civis e os fazendeiros escravistas, que formaram um poderoso bloco social, temendo perder os privilégios e as posições que conquistaram com a instalação da Coroa na cidade, se opuseram ao regresso do rei Dom João VI e da Corte a Portugal. Os comerciantes reinóis e as tropas portuguesas, interessados na recolonização do Brasil, exigiram o retorno da monarquia e o restabelecimento do absolutismo em Portugal.

Em fevereiro de 1821, as tropas portuguesas aquarteladas na cidade-Corte se revoltaram no largo do Rossio, atual praça Tiradentes, exigindo que o rei prestasse um juramento prévio à Constituição, ainda em elaboração em Portugal. Dom João VI e seus filhos, os príncipes Pedro e Miguel, acataram a reivindicação das tropas. Compareceram ao teatro São João, onde fizeram o juramento, diante dos aplausos das tropas, dos vereadores e dos populares que lotaram seu auditório. Entretanto, no começo de março, o rei decidiu

retornar a Portugal, antes decretando a criação da regência do príncipe Dom Pedro, que permaneceu no Reino do Brasil. Antes de partir, D. João VI reconheceu a eleição de representantes brasileiros para as Cortes Constituintes.

Assim, em 26 de abril de 1821, dom João VI embarcou de volta para Portugal, acompanhado pela família real e por parte dos seus cortesões. Desta forma, o rei buscou resolver os conflitos entre os dois polos em que estavam divididas as classes dominantes lusas. Pretendeu também garantir o trono português para a dinastia de Bragança e preparar as condições que assegurassem que o governo do Brasil permaneceria nas mãos de dom Pedro, no caso de a independência se tornar inevitável. Os grandes fazendeiros, especialmente das províncias de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, depois do regresso da Corte, sentindo seus interesses ameaçados, pelas medidas recolonizadoras propostas pelos deputados constituintes portugueses, juntaram-se a jornalistas, advogados, magistrados e outros profissionais das camadas médias liberais, formaram o “Partido Brasileiro”, que se dividiu em duas forças: os “aristocratas” e os “democratas”. Os “aristocratas”, que representaram os interesses dos grandes fazendeiros, constituíram a força política predominante neste “partido”, propondo a adoção da monarquia unitária e centralista como forma de governo, e a entrega da Coroa ao príncipe dom Pedro, depois de proclamada a independência do Brasil. Os “democratas”, que expressaram a opinião das camadas médias liberais, defenderam a implantação de uma monarquia federalista e até da república, como regimes políticos do país, após a emancipação de Portugal. O “Partido Brasileiro” se uniu contra aqueles que eram favoráveis à política recolonizadora das Cortes portuguesas, que eram identificados como o “Partido Português”.

A partida da Corte portuguesa encerrou a fase de desenvolvimento socioeconômico e cultural que o Rio de Janeiro experimentou, desde 1808. De fato, uma grave crise financeira, comercial e social abateu-se sobre a cidade, espalhando-se pelas demais regiões do Reino do Brasil. Esta crise foi deflagrada pela falência do Banco do Brasil, cujos capitais foram carregados para Portugal pelo rei João VI, aprofundando os problemas da economia colonial.

Sem dúvida, esta crise foi responsável pelo aumento do descontentamento das classes dominantes e das classes médias e populares contra o domínio português e contribuiu para acelerar as articulações entre os grandes fazendeiros fluminenses, paulistas e mineiros, que culminaram na Declaração de Independência proclamada por Dom Pedro, um príncipe português. Fato inédito nos processos de independência das nações americanas.

1.5. O ILUSTRE ARQUIVO DA ILUSTRÍSSIMA CÂMARA

Na década de 1820, a cidade do Rio de Janeiro foi o palco privilegiado do processo de independência do país, de acontecimentos que marcaram o Primeiro Reinado (1822-1831) e das tensas relações de forças que disputaram o poder nestes períodos da formação da nação brasileira. A Câmara Municipal desempenhou um papel destacado nos momentos cruciais desses dois períodos conturbados e efervescentes da história nacional, muitas vezes atuando como uma verdadeira representante dos interesses brasileiros. Entretanto, depois da Independência, o Senado da Câmara foi extinto e substituído pela Câmara Municipal da Corte Imperial, após a outorga da Constituição de 1824.

No conturbado período compreendido entre o retorno do rei dom João VI e da Corte a Portugal, em 1821, e a independência do Brasil, em 1822, os camaristas cariocas, envolvidos com as questões nacionais, descuidaram-se até de cobrar os direitos devidos à municipalidade pelos foreiros das suas terras. Também deixaram de zelar pela documentação que produziram e acumularam no seu Arquivo. A documentação arquivada foi muito danificada pelas sucessivas mudanças de endereço e pelas precárias condições das instalações ocupadas pelo Senado da Câmara Municipal nessa época.

No Primeiro Reinado (1822-1831), a situação política do país e da cidade-Corte foi marcada pela dissolução à força da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, pela outorga da Constituição imperial de 1824, pela instituição de uma monarquia constitucional e hereditária, pelo centralismo e pelo autoritarismo do imperador Pedro I, pelos inúmeros conflitos entre as facções políticas liberais, conservadoras e recolonizadoras, que se confrontaram na sociedade e no parlamento, pelas várias revoltas dos setores populares e das tropas nacionais contra os portugueses, que continuaram influenciando na vida econômica e política do país, e pelas sucessivas crises políticas no governo.

Assim, a conjuntura do I Reinado foi marcada por uma grande instabilidade política, provocada, de início, pelas guerras, promovidas pelas tropas portuguesas contra a independência do Brasil, no Grão-Pará, no Maranhão, no Piauí, na Bahia e na Cisplatina, até meados de 1823⁵⁰. Após a dissolução da Constituinte e a outorga da Constituição do Império do Brasil em 1824, os conflitos políticos entre “brasileiros” e “portugueses” se acirram. A Confederação do Equador, que explodiu em Pernambuco em 2 de julho de 1824, foi a mais radical reação de oposição ao autoritarismo e à concentração de poderes nas mãos do imperador Pedro I.⁵¹

Assim, durante o Primeiro Reinado, na cidade do Rio de Janeiro e em várias regiões do país, eclodiram inúmeros movimentos antilusitanos e se desenrolaram diversos conflitos entre as forças políticas opostas. Outros fatos que marcaram o período foram: o assassinato do jornalista liberal Líbero Badaró, em São Paulo, a violência da “noite das garrafadas” no Rio de Janeiro, as sucessivas crises ministeriais, o crescente afastamento do Exército do imperador e a renúncia de D. Pedro I ao trono, em 9 de abril de 1831, fato que assinalou o fim do período.

A Constituição do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824, estabeleceu como forma de governo a monarquia unitária, hereditária, constitucional e representativa. Instituiu quatro poderes políticos: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, conforme o modelo elaborado por Benjamin Constant para a monarquia restaurada na França, depois da queda de Napoleão I. O Executivo era composto pelos ministros de Estado, escolhidos pelo imperador. O Legislativo era formado por um Senado vitalício e por uma Câmara dos Deputados, constituída por representantes eleitos censitariamente nas províncias. A Reunião das duas casas legislativas formava a Assembleia Geral do Império. O Poder Judiciário era integrado por um Supremo Tribunal de Justiça, sediado na capital do Império, por Tribunais de Relação, nas províncias e por Juizes de Direito, Juizes de Paz e Júri Popular, nos municípios. O Poder Moderador era exercido exclusivamente pelo imperador, assessorado pelo Conselho de Estado.

A Constituição de 1824 manteve o catolicismo como religião oficial e o direito do padroado⁵², estabelecendo a subordinação da Igreja Católica ao Estado Imperial. Implantou um sistema eleitoral censitário e indireto. Neste sistema, segundo o artigo 94 da referida Constituição, somente poderiam ser eleitores aqueles que tivessem uma renda líquida anual não inferior a 200 mil-réis, tivessem 21 anos de idade e soubessem ler e escrever. Esta Constituição instaurou um Conselho de Estado, composto por membros vitalícios escolhidos pelo imperador. Entretanto, reconheceu a existência de direitos e garantias individuais dos cidadãos. Dividiu administrativamente o país em províncias, municípios e distritos. Criou os Conselhos Gerais nas províncias e as Câmaras Municipais nas cidades.

O artigo 169 da Constituição imperial determinou que as Câmaras exercessem a função de governo “econômico e municipal” (*sic*), estipulando que seus membros seriam eleitos indiretamente pelos munícipes e que o número de vereadores de cada município seria definido por uma lei regulamentar, a ser promulgada posteriormente. Todavia, manteve as Câmaras como o centro do poder político nos municípios.

Estabeleceu que as Câmaras Municipais fossem presididas pelo vereador que tivesse sido o mais votado em cada eleição, reconhecendo o princípio da representatividade. O texto constitucional estipulou ainda que a Lei Regulamentar dos municípios, que seria promulgada a seguir, estabeleceria o exercício das funções

municipais, tais como, a elaboração das posturas, editais e das demais leis locais, a aplicação das rendas auferidas pelas Câmaras e as suas demais atribuições específicas.

A ordenação política do Estado Imperial brasileiro, implantada pela Constituição de 1824, representou um avanço, de um lado, por que organizou os poderes, definiu suas atribuições e garantiu os direitos individuais. Por outro lado, concentrou a soberania nas mãos do imperador, que ganhou a prerrogativa de nomear os ministros que formaram o Poder Executivo, escolher os senadores e presidentes das províncias, dissolver e convocar eleições para a Câmara dos Deputados e exercer o Poder Moderador, considerado “a chave da organização política do Império”, instituindo no país um regime centralizador e unitário.

Esta ordenação política e jurídica restringiu a autonomia dos poderes provinciais e locais e manteve fortes traços patrimonialistas e autoritários, herdados do Estado absoluto português, na organização política e administrativa do país independente. Portanto, teve uma aplicação prática muito limitada, principalmente no campo do exercício dos direitos, porque a maioria da população livre era dependente dos grandes proprietários rurais e apenas um grupo minoritário era “letrado” e instruído.

No âmbito municipal, a emergência do Estado Nacional afetou profundamente o governo local, pois desviou o foco das atenções e dos interesses das elites dirigentes dos municípios dos problemas da cidade em que viviam para as questões nacionais, que envolviam a unidade territorial e política e a identidade do país e rompeu com a tradição ibérica de autonomia municipal.

No processo de independência e nos períodos críticos da monarquia no país, o Senado da Câmara carioca atuou como um autêntico representante da nação, contribuindo efetivamente para o processo de formação do Estado Nacional. Todavia, se descuidou de desempenhar as suas atribuições específicas, voltadas para a administração da cidade. Além disso, perdeu grande parte da sua autonomia, passando à subordinação a órgãos executivos e legislativos do governo imperial. De fato, o Senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como instituição eleita e representativa dos cariocas, desempenhou um papel decisivo no processo de independência do país e nos momentos inaugurais da monarquia brasileira. Nesses períodos marcantes da vida nacional, nas suas agitadas sessões foram debatidas e comemoradas decisões capitais para a história do país e para a construção da nacionalidade.

Assim, em 1820, o juramento antecipado da primeira Constituição portuguesa pelo rei Dom João VI foi calorosamente comemorado no plenário do Senado da Câmara carioca. No fim de 1821, os camaristas cariocas receberam um manifesto abaixo-assinado, com mais de nove mil assinaturas, recolhidas nas Câmaras das províncias de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e até do Rio Grande do Sul, apoiando as manifestações que visavam demonstrar a adesão dos representantes de vários municípios dessas províncias à permanência do príncipe Dom Pedro no Reino do Brasil, encorajando-o a resistir às ordens vindas das Cortes Constituintes portuguesas, que exigiam seu retorno imediato a Portugal.

O papel do Senado da Câmara carioca no processo de independência do Brasil foi reconhecido pelas demais municipalidades do país, que a ele se dirigiam para manifestar sua adesão à autonomia do Reino do Brasil e sua lealdade ao príncipe regente. Os documentos que registram essa adesão, atualmente depositados no AGCRJ, são fontes primárias de valor incontestável e inestimável para a história política brasileira. Um desses documentos, que comprova a intensa participação do Senado da Câmara no processo de independência brasileiro, é o Auto que o seu presidente, José Clemente Pereira, um “democrata”, membro da maçonaria, registrou no Livro de Vereanças de 1822. Este Auto registrou a histórica sessão, realizada em 9 de janeiro de 1822, em que os camaristas cariocas decidiram encaminhar a Dom Pedro a sua petição e os abaixo-assinados recebidos dos representantes de várias municipalidades fluminenses, paulistas, mineiras e até gaúchas, manifestando o apoio à sua permanência e advertindo-o de que sua partida deflagraria o movimento de independência do Brasil.

Ao receber aqueles documentos encaminhados pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, Dom Pedro decidiu permanecer no Brasil, contrariando as ordens das Cortes Constituintes portuguesas. Este episódio da luta pela independência ficou conhecido como o Dia do Fico. O referido Livro de Vereanças do Senado da Câmara carioca está hoje sob a custódia do AGCRJ.

Como a grande relevância para a memória nacional dos Livros de Vereanças, do Senado da Câmara carioca, foi reconhecida internacionalmente, estes Livros foram incluídos no Registro do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, em outubro de 2007, e receberam um cuidadoso tratamento técnico destinado a restaurá-los e preservá-los.

Com efeito, no Senado da Câmara carioca concentraram-se as forças políticas mais liberais do “Partido Brasileiro”, os chamados “democratas”, cujo maior líder era Joaquim Gonçalves Ledo, opondo-se aos “aristocratas”, cujo líder era José Bonifácio de Andrada e Silva. Ambos os grupos eram ligados à maçonaria, mas se organizaram em lojas diferentes. Os “democratas”, na denominada de Grande Oriente e os “aristocratas”, na chamada de O Apostolado, repercutindo suas posições e divergências, através dos jornais que publicavam na cidade, o *Reverbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*, dos “democratas” e o *Espelho* e o *Despertador Brasiliense*, dos “aristocratas”.

Em maio de 1822, os vereadores cariocas, representados pelo seu presidente, José Clemente Pereira, tomaram a iniciativa de propor a concessão do título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil a Dom Pedro, fato registrado nos Anais do Senado da Câmara. Os vereadores “democratas” também lançaram a proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte para o Reino do Brasil, aprovada por Decreto do príncipe regente, em 3 de junho 1822.

Na segunda quinzena de setembro de 1822, logo após o grito do Ipiranga, o Senado da Câmara convocou uma Assembleia para discutir a necessidade ou não de Dom Pedro I jurar previamente a Constituição que seria elaborada pelos representantes eleitos nas províncias, mas essa reunião foi violentamente dispersada e o juramento não se realizou. Este fato marcou o começo da exclusão dos “democratas” do cenário político nacional. José Clemente Pereira e muitos outros “democratas” foram deportados, as lojas maçônicas ligadas a eles foram fechadas, a imprensa liberal foi censurada e reprimida e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro foi extinto, sendo substituído, depois, pela Câmara Municipal da Corte Imperial, instituída pela Constituição de 1824.

Entretanto, em decorrência de sua destacada atuação no processo de independência, a municipalidade do Rio de Janeiro recebeu do imperador Pedro I, em 9 de janeiro de 1823, o título de “muito leal e heróica cidade imperial”, em reconhecimento ao papel proeminente que os representantes dos cariocas desempenharam nos acontecimentos fundadores da nacionalidade brasileira.

Em 3 de maio de 1823, os cem deputados eleitos por voto censitário, para formar a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, tomaram posse dos seus cargos, começando os seus trabalhos. Estavam ainda divididos em duas forças políticas: o “Partido Brasileiro”, dominado pelos representantes dos grandes fazendeiros, liberais moderados que defendiam a monarquia constitucional como forma de governo, os direitos individuais e a limitação dos poderes do imperador, e o “Partido Português”, formado por comerciantes, burocratas e militares que propunham a reunificação do Brasil a Portugal e pregavam a favor do absolutismo, chamados de “corcundas” ou de “pés-de-chumbo”. Os conflitos entre essas duas forças políticas, na Assembleia Constituinte, na imprensa e nas ruas da cidade, resultaram na aproximação de Pedro I do “Partido Português” e na dissolução da Constituinte, com o uso da força militar, em novembro de 1823, por ordem do imperador.

O conjunto de fatos dos quais os vereadores cariocas participaram no período inaugural da independência do país e do I Reinado, consolidou o prestígio que a Câmara Municipal desfrutava na sociedade carioca. Ainda assim, apenas em 12 de julho de 1825, quase três anos após a independência do Brasil, o Paço

Municipal foi finalmente inaugurado. Nesta data, os primeiros vereadores eleitos, depois da independência, tomaram posse dos seus cargos e passaram a ocupar as suas novas instalações, localizadas em frente ao campo de Santana, então denominado de campo da Aclamação.⁵³

Mesmo depois de se instalarem no Paço Municipal, apesar de disporem de melhores locações, os vereadores cariocas não se preocuparam com o tratamento e a guarda da documentação que produziam, nem tampouco determinaram que fossem adotadas medidas para sua organização e sua preservação, apesar do seu inegável valor probatório e histórico. O Arquivo da Câmara carioca, ainda como uma repartição independente, passou a ocupar uma das dependências do Paço Municipal, próximo à Secretaria da Câmara. Os documentos emitidos e recebidos pelos vereadores continuaram sendo arquivados, sem nenhum critério de organização e com métodos inadequados. Com efeito, a desordem e a confusão em que se encontrava a documentação da municipalidade impediram a retomada dos trabalhos de medição, demarcação e tombamento dos terrenos e imóveis e, até, a arrecadação das rendas públicas municipais.

Com efeito, anos depois, o vereador e historiador carioca Roberto Haddock Lobo assinalou que, entre 1821 e 1827, a Câmara Municipal suspendeu e paralisou até as suas investigações e diligências, em defesa do patrimônio da municipalidade. No período entre 1827 e 1830, os vereadores cariocas também não ordenaram nem mesmo o recolhimento dos foros e laudêmios, até dos terrenos já demarcados e reconhecidos como foreiros à Câmara, deixando de cobrar os impostos devidos pelos enfiteutas devedores. Estes fatos causaram sérios prejuízos à Fazenda municipal, resultando em um forte declínio da arrecadação tributária da municipalidade e desqualificaram essas vereanças diante das autoridades imperiais.

Em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Geral do Império promulgou a Lei que regulamentou o Juizado de Paz,⁵⁴ tornando obrigatória a conciliação das partes nos processos judiciais. A principal tarefa dos juízes de paz, inicialmente, era promover essa conciliação. Conforme o seu artigo 3º, o cargo de juiz de paz podia ser exercido por qualquer leigo que fosse eleitor e sua criação atendeu às aspirações dos liberais de descentralizar o acesso da população à Justiça. Cada juiz de paz dispôs de um substituto e de um escrivão, nomeado e juramentado pela Câmara Municipal; recebeu emolumentos iguais aos dos juízes de Direito e devia destinar o produto das multas que impusesse às despesas da Câmara Municipal.

Em 1º de outubro de 1828, a Assembleia Geral do Império promulgou a Lei Orgânica⁵⁵ que reorganizou os municípios brasileiros. Esta Lei extinguiu o cargo de almotacé, confirmou a supressão do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e instituiu, em seu lugar, a Câmara do Municipal da Corte Imperial, aumentando o número dos seus vereadores de três para nove, com mandatos de quatro anos, mas determinou que as deliberações dos vereadores fossem submetidas à fiscalização do ministro da Justiça e dos Negócios Interiores do Império. As Câmaras dos demais municípios foram submetidas ao controle dos Conselhos Gerais e dos presidentes das províncias.

A Lei Orgânica de 1828 estabeleceu uma drástica redução da autonomia política e financeira dos municípios, seguindo as diretrizes centralizadoras do regime imperial. Além disso, rompeu com a antiga tradição ibérica de atribuir ao órgão de governo local competências executivas, legislativas e judiciárias, pois submeteu as Câmaras Municipais aos princípios liberais, implantados pela Constituição de 1824, que instituiu a separação dos poderes e a especialização das suas funções políticas.

Segundo foi determinado no seu artigo nº 24, a Câmara Municipal da Corte Imperial, assim como as dos demais municípios do país, tornou-se uma corporação meramente administrativa, não exercendo nenhuma atribuição judicial contenciosa. A Lei Orgânica estabeleceu a forma e as regras das eleições dos vereadores e do juiz de paz, em cada município. Até as suas competências legislativas se restringiram ao estabelecimento de leis, posturas, editais e alvarás, válidos apenas no âmbito municipal. Porém, mesmo os seus atos normativos para a esfera municipal, que versassem sobre matérias financeiras, passaram a depender da aprovação da Assembleia Geral do Império para entrarem em vigor.

A Lei Orgânica também vedou à Câmara Municipal a competência de criar impostos que permitissem à municipalidade auferir receitas tributárias diretas. Esta decisão impôs uma séria limitação à autonomia financeira municipal, pois reduziu profundamente sua arrecadação de impostos, uma das principais fontes da receita da municipalidade, para poder desenvolver suas amplas funções administrativas e remunerar seus servidores.

Após a promulgação da Lei Orgânica, em 1828, mesmo as Posturas Municipais, leis de âmbito local, passaram a ter a validade de apenas um ano, entrando em vigor somente depois de serem confirmadas pelo governo imperial, que se reservava o direito de alterá-las ou revogá-las. Até a cobrança de multas pela Câmara Municipal somente foi autorizada no caso de as infrações se referirem às Posturas Municipais. Até o valor máximo das multas, que poderiam ser cobradas pelos vereadores, foi fixado e estipulado por essa lei, que determinou que as fontes de rendas municipais se limitassem à venda, ao aforamento, à troca, ao arrendamento e à exploração de bens e serviços. Outras formas de arrecadação da Câmara Municipal passaram a depender da autorização prévia do ministro da Justiça e dos Negócios Interiores do Império para serem consumadas.

A Lei Orgânica regulou também o processo das eleições dos vereadores e dos juízes de paz, bem como sua periodicidade, suas normas e os seus critérios. E ainda permitiu que os vereadores, representantes eleitos pelos munícipes, fossem suspensos do exercício dos seus mandatos pelo ministro da Justiça e dos Negócios Interiores do Império, mandatário que era escolhido diretamente pelo imperador, sem passar pelo escrutínio das urnas. Este conjunto de medidas caracterizou a forte intervenção do Estado Imperial no âmbito municipal e a drástica redução da autonomia do órgão de poder local.

O município do Rio de Janeiro e os demais municípios do país, como entes políticos, foram comparados, pela ordenação político-jurídica instituída em 1828, aos menores de idade, na ordem civil. Situação jurídica que justificou tanto a subordinação dos municípios ao governo monárquico, quanto a redução de sua autonomia política, jurídica e financeira. Assim, a Lei Orgânica de 1828 submeteu a Câmara Municipal da Corte à tutela do governo imperial, extinguiu suas funções judiciárias, reduziu suas funções legislativas, seu orçamento e seus direitos tributários, que passaram a ser controlados por órgãos externos à esfera municipal.

A Lei Orgânica representou uma forma indireta de neutralizar as ações políticas dos vereadores cariocas, que assumiram um papel de liderança nacional no processo de independência e, também, de esvaziar a capitalidade que a cidade do Rio de Janeiro exercia sobre o resto do país, como sede da Corte Imperial, pois as rebeliões populares e das tropas que ocorreram no seu território, durante o I Reinado, repercutiram por todo o país, alimentando a instabilidade política do regime imperial.

No entanto, esta Lei Orgânica ampliou e enumerou minuciosamente as amplas atribuições administrativas da Câmara Municipal. Entre elas, podemos destacar: a abertura, o prolongamento, a reforma e a conservação de ruas, praças e demais logradouros públicos do centro urbano; a construção e a conservação das estradas, das pontes, das prisões e dos matadouros; o desenvolvimento dos serviços de abastecimento de gêneros alimentícios e de água, de iluminação pública e de saneamento da cidade. Coube à Câmara Municipal expandir as redes de água e esgotos encanados e dos transportes urbanos, responsabilizar-se pelo recolhimento de loucos, ébrios e animais ferozes ou doentes nos logradouros públicos. Atribuiu funções aos vereadores de implantar a instrução e a assistência públicas, a fiscalização e arrecadação das rendas da cidade e o exercício de funções de polícia, prevenindo e reprimindo atos criminosos no âmbito municipal. A Câmara Municipal devia promover e manter a ordem, a segurança e a saúde públicas; organizar a polícia de costumes; inspecionar escolas primárias, hospitais, hospícios, casas de caridade, orfanatos, asilos e cemitérios; assistir os menores, loucos e ébrios abandonados; proteger a população de animais ferozes; e regulamentar e fiscalizar a conservação das fachadas dos prédios e imóveis urbanos.

Em suma, a Lei Orgânica de 1828, de um lado, reduziu drasticamente a autonomia política da tradicional corporação carioca, pois os vereadores podiam ter seus mandatos suspensos pelas autoridades do Governo imperial, suas prerrogativas normativas foram restringidas e até os direitos tributários da Câmara Municipal e, conseqüentemente, seus recursos orçamentários foram reduzidos. Por outro lado, com os poucos recursos de que passou a dispor, a Câmara Municipal da Corte deveria realizar suas amplas tarefas administrativas e também remunerar os seus funcionários, com suas receitas diminuídas.

É importante destacar, portanto, que a promulgação da Lei Orgânica de 1828, pela Assembleia Geral, assinala o rompimento da maior parte das elites dirigentes das diversas regiões do império, com as tradições autonomistas municipais, herdadas do período colonial quando, bem ou mal, as Câmaras Municipais usufruíram uma relativa autonomia política, financeira e administrativa e exerceram de fato um poder político sobre as municipalidades.

Esta inflexão política, na posição das elites dominantes, ocorreu depois que os representantes das oligarquias provinciais, especialmente do Sudeste, ascenderam ao poder central, com a Independência do Brasil. A partir de 1822, as elites dirigentes, conservadoras e liberais, passaram a defender posições centralizadoras e unitaristas, apoiando a concentração de poderes nas mãos do imperador, em nome da manutenção da unidade territorial e política da nação e da ordem social escravista, e conseqüentemente, resguardou em todo o Império a manutenção da escravidão, atendendo aos interesses das classes escravistas dominantes no cenário político nacional.

A Lei Orgânica, criada em 1828, também estipulou a regulamentação dos serviços e das repartições da Câmara Municipal. Assim, o seu Arquivo deixou de ser uma repartição independente e se tornou um serviço subordinado à Secretaria da Casa, que fora criada em 1790, após o fatídico incêndio que consumiu grande parte da documentação original da cidade. As novas determinações legais, além de estipularem as atribuições administrativas e normativas dos vereadores, encarregando-os de zelar pela guarda das atas eleitorais, dos anais das suas reuniões, das escrituras, leis, posturas decretos e demais atos legais produzidos nos trabalhos da edilidade, determinaram também que todos os documentos emanados das deliberações dos vereadores e dos atos normativos dos oficiais da Câmara deveriam ser depositados no Arquivo da Câmara, bem como os Livros de Vereanças, os Livros de Registros, os Livros de Tombos e os demais atos provenientes das vereanças.

Além disto, a Lei Orgânica de 1828 estabeleceu que todos os livros e documentos arquivados na Câmara Municipal fossem numerados e autenticados pelos seus presidentes, os quais deveriam assinar os termos de abertura e de encerramento, de cada um deles. Estipulou, também, que fossem criados dois instrumentos legais indispensáveis ao bom funcionamento do poder local. O primeiro, a instituição do Livro de Registro desta Lei Orgânica e de todas as futuras leis sobre a organização e o funcionamento da municipalidade, publicadas posteriormente à sua promulgação. O segundo, o estabelecimento do Livro de Registro das Posturas Municipais em vigor, que deveria reunir e codificar, de forma ordenada e metódica, as principais leis da municipalidade e suas modificações. Estes instrumentos foram estabelecidos, principalmente, para agilizar, tornar mais eficientes e embasar juridicamente as decisões dos vereadores. Porém, sem dúvida, contribuíram para a preservação da documentação municipal, ao determinarem uma melhor organização da documentação mais importante das Câmaras Municipais, facilitando o acesso dos vereadores à legislação em vigor.

A Lei Orgânica incumbiu o secretário da Câmara Municipal de guardar e arranjar as atas das sessões, os anais, os livros, os documentos avulsos, a correspondência ativa e passiva e todos os papéis do seu Arquivo, em substituição ao escrivão, anteriormente incumbido destas funções. O secretário, então, passou a receber uma gratificação anual, como recompensa por esse serviço especial. Esta gratificação deveria ser paga com uma parte das rendas municipais, destinada ao pagamento dos funcionários do governo local.

No município do Rio de Janeiro, os primeiros vereadores eleitos, depois da promulgação da Lei Orgânica, tomaram posse dos seus cargos em 16 de janeiro de 1830. Este fato foi comemorado com a celebração de um

solene *Te Deum*, na igreja de Santana, que contou com grande participação popular. Nesta primeira vereança, posterior à promulgação da Lei Orgânica, as investigações para reavaliar o patrimônio municipal foram retomadas. Dois vereadores foram nomeados para compor uma comissão encarregada de dirigir àquelas investigações e de redigir um relatório final, com as conclusões dos seus trabalhos.

Esta comissão registrou, naquele relatório, apresentado em 1832, as condições de desorganização e de confusão em que encontrou os documentos do Arquivo da Câmara. Destacou o mau estado de conservação da sua escrituração, apontando para a possível falta de traslados de muitos livros e documentos, incinerados em 1790. Conforme o mencionado relatório dos vereadores que compuseram a comissão, era precária a situação de arranjo e de conservação dos documentos do Arquivo da Câmara, o que dificultava, sobremaneira, as diligências e a eficiência dos trabalhos demarcatórios da sua repartição de tombamento. Com efeito, as demarcações e os tombamentos nas terras e imóveis da municipalidade já efetuados por aquela repartição resultavam em arrecadações muito limitadas para os cofres da Câmara Municipal, ainda que esta possuísse títulos de propriedade sobre consideráveis extensões do território do município do Rio de Janeiro.

As vereanças seguintes, entre 1833 e 1836, porém, não deram continuidade aos trabalhos de organização da documentação arquivada, iniciados em 1830, mesmo após o governo regencial ter aprovado a nomeação do secretário e do escrivão da Câmara da Corte, em 15 de setembro de 1835. As quatro vereanças subsequentes, entre 1837 e 1852, não adotaram nenhuma medida para organizar, arranjar e preservar a documentação do seu Arquivo. Nem mesmo considerando a importância desta documentação para resguardar e preservar o patrimônio imobiliário e territorial da municipalidade. Aliás, não ordenaram a cobrança de foros e laudêmios, até mesmo de terras já demarcadas e tombadas pela municipalidade.

As principais causas do descaso das autoridades municipais com o patrimônio público foram: a desorganização em que se encontravam os papéis e livros do Arquivo da Câmara, a consequente morosidade na obtenção das informações necessárias para o tombamento dos bens municipais e as dificuldades legais que os vereadores enfrentaram para a cobrança dos impostos, foros e laudêmios devidos pelos cidadãos à municipalidade. A forma de “organização”, desordenada e confusa, empregada desde 1790, para relacionar os arrolamentos dos foreiros e os registros das Cartas de Aforamentos das terras municipais, contribuiu para dificultar o controle dos vereadores e oficiais da Câmara sobre o patrimônio documental, territorial e imobiliário da cidade e, conseqüentemente, diminuiu a arrecadação das rendas e dos tributos municipais.

Somente em meados do século XIX, os trabalhos de organização da documentação do Arquivo e de elaboração de um Livro de Tombo da Câmara Municipal foram retomados e parcialmente concluídos, sob a direção do vereador e historiador Roberto Haddock Lobo. Estes trabalhos contribuíram para a recuperação e a preservação de muitos documentos que registram a evolução histórica da cidade, além de arrolar os bens que constituem o seu patrimônio e proceder aos seus devidos tombamentos e registros.

No plano nacional, depois da renúncia do imperador Pedro I, a Regência (1831-1840) foi marcada pelo avanço das forças liberais, pela eclosão de vários movimentos populares, que reivindicavam uma maior participação política para a população livre e pobre e a retomada do poder pelos defensores da centralização do poder nas mãos do imperador. Muitos daqueles movimentos, que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como palco, assumiram um caráter patriótico e antilusitano e foram influenciados pelas notícias das revoluções liberais que ocorriam na Europa, na época.

As revoltas liberais, que explodiram no município da Corte e em várias cidades das províncias, foram lideradas por grupos urbanos contrários à monarquia, representando desde os interesses de oligarquias locais, descontentes com a política centralizadora do regime imperial, até as aspirações das classes médias da população, como os profissionais liberais, os pequenos comerciantes e os militares de baixas patentes e as classes populares, compostas por artesãos, trabalhadores livres e libertos. Estas revoltas assumiram um marcante

caráter antilusitano, por causa da posição privilegiada que os comerciantes ocupavam, e lutaram por mais igualdade e liberdade na sociedade brasileira.

A instabilidade política alimentada pelas revoltas liberais intensificou os debates entre as elites dirigentes brasileiras, divididas em três forças mais importantes: a liberal moderada, a liberal exaltada, também denominada de “farroupilha”, e a conservadora, também denominada de “caramuru” ou restauradora. Estas forças políticas se confrontaram principalmente em torno da questão da centralização ou da descentralização do regime político do país e da volta de D. Pedro I ao trono brasileiro. Os liberais moderados propuseram uma relativa descentralização do regime, que aumentasse a autonomia das províncias e dos seus governos, mas fortalecesse os poderes do Executivo central. Combateram os “excessos” propostos pelos liberais exaltados, pois temiam o rompimento da ordem social e política estabelecida no país. Os liberais exaltados defenderam um programa federalista, com mais autonomia para as províncias, a formação de uma monarquia federativa, a maior participação política da população nas decisões políticas, pleitearam a extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado vitalício, difundiram um vago ideário republicano e a adoção de um regime republicano. Os restauradores ou “caramurus” propuseram a volta de Dom Pedro I ao trono no Brasil, mantendo a concentração de poderes nas mãos do imperador, de forma quase absolutista. Em 1834, porém, os “caramurus” se extinguíram como força política, depois da morte de Pedro I, em Portugal, pois não havia mais como sustentar seu propósito de reunificar as Coroas dos dois países.

Desde 1831, os liberais moderados, que ascenderam ao poder com a renúncia de Pedro I, promoveram uma série de reformas institucionais, pautada nas negociações entre as instâncias de poder local e provincial e o governo central. O objetivo dessas mudanças institucionais era manter a ordem vigente, promovendo medidas descentralizadoras, mas, ao mesmo tempo concentrando o poder nas mãos dos regentes que exerciam o Poder Executivo central. Desta forma, os liberais moderados passaram a reorganizar o país. Assim, em 18 de agosto de 1831, por influência do padre Diogo Antônio Feijó, então ministro da Justiça, criaram a Guarda Nacional para garantir a unidade do Império, a partir da manutenção da ordem pelos poderes locais. Em 29 de novembro de 1832, os moderados ou “chimangos” instituíram o Código do Processo Penal, para regulamentar a aplicação do Código Criminal, promulgado em 1830.

O Código do Processo Penal estabeleceu medidas progressistas e descentralizadoras no campo judicial, ampliando os poderes dos juízes de paz nos municípios, delegando-lhes autoridade para prender e julgar acusados de pequenas infrações, encarregando-os de encaminhar aos distritos e comarcas as atas eleitorais e as células de votação dos vereadores para as Câmaras Municipais, de presidir as Mesas Eleitorais, de convocar as eleições para a Guarda Nacional e de presidir as Juntas de Qualificação dos candidatos à Guarda Nacional. Reforçou as funções dos tribunais do júri, formados por um juiz de direito e por um corpo de jurados leigos. Estes jurados eram cidadãos de cada localidade, escolhidos por sorteio, delegando-lhes competências para julgar todos os tipos de crimes.

Em 12 de agosto de 1834, foi promulgada pela Assembleia Geral do Império uma reforma ou uma emenda na Constituição imperial, denominada Ato Adicional, que representou mais uma vitória dos liberais moderados. O Ato Adicional⁵⁶ ampliou a autonomia das províncias e dos seus poderes legislativos, ao instituir as Assembleias Legislativas, eleitas censitariamente pelos eleitores de cada província, em substituição aos Conselhos Legislativos Provinciais, cujos membros eram nomeados pelo governo imperial. O Ato Adicional também adotou medidas progressistas, tais como a extinção do Conselho de Estado, do Poder Moderador e da Regência Trina, substituída pela Regência Uma. A Regência Una foi a forma de governo, na qual um único regente passou a ser eleito para exercer o Poder Executivo. O regente único teria um mandato de quatro anos, conferido por voto censitário dos eleitores. Porém, também manteve aspectos centralizadores, como a nomeação dos presidentes das províncias pelo governo regencial e a vitaliciedade do Senado.

No campo administrativo, o Ato Adicional instituiu a separação político-administrativa entre a província e o município do Rio de Janeiro, ampliando a autonomia político-administrativa da província fluminense, que foi dotada de uma Assembleia Legislativa, de cuja eleição até os eleitores cariocas puderam participar. Manteve o direito dos eleitores da cidade-Corte escolher seus representantes à Câmara Municipal. E demarcou os limites territoriais da cidade do Rio de Janeiro, separando-a da província do Rio de Janeiro e oficializando-a como capital do Império, com a denominação de Município Neutro da Corte. Todavia, apenas transferiu para as Assembleias Legislativas provinciais a tutela sobre as Câmaras Municipais, que antes era exercida pelos presidentes das províncias e pelos Conselhos Legislativos, e no caso, da Câmara da Corte, pelo ministro dos Negócios Interiores e pelo parlamento.

A Emenda Constitucional de 1834 determinou que o processo eleitoral dos vereadores para a Câmara Municipal da Corte deveria obedecer a um Regimento aprovado pelo parlamento e não pelos vereadores cariocas, que continuaram sendo eleitos censitariamente pelos “cidadãos ativos” cariocas. Entretanto, somente em 1842, já no Segundo Reinado, o seu primeiro Regimento foi promulgado, determinando a estrutura, o funcionamento e as funções da Câmara Municipal, as competências e as atribuições dos vereadores e fixando a forma e as normas do processo eleitoral para esta corporação representativa da cidade.

Portanto, o Ato Adicional, apesar da tendência descentralizadora que assumiu em relação às províncias, manteve a tutela do Governo imperial sobre a Câmara Municipal da Corte e das Assembleias Legislativas e dos presidentes de província sobre as demais Câmaras Municipais do Império. O poder municipal carioca continuou diretamente subordinado aos regentes unos e, após 1840, ao imperador Pedro II.

Esta situação de subordinação da municipalidade carioca ao governo imperial pretendeu despolitizar e neutralizar a cidade-Corte, impedindo a repercussão das lutas que nela ocorriam entre os “exaltados” e os “caramurus”, procurando evitar que as comoções locais se transformassem em conflitos nacionais e ameaçassem a frágil unidade política e territorial do Império.

Apesar de o Ato Adicional ter ampliado a autonomia das províncias, durante a Regência Una, explodiram revoltas em várias provinciais. Estas revoltas, geralmente, começaram expressando o descontentamento das oligarquias regionais contra os presidentes de província, nomeados pelo governo regencial ou contra medidas tomadas pelo governo central. Contudo, logo, ganharam uma grande adesão das classes populares, transformando-se em movimentos republicanos e separatistas.

A Cabanagem eclodiu na província do Grão Pará, em 1835, quando foi proclamada a independência da província e formado um governo republicano. Somente terminou em 1850. A Revolução Farroupilha começou no rio Grande do Sul, em 1835, e alcançou Santa Catarina, proclamando a separação dessas províncias do Império, constituindo-se respectivamente as Repúblicas de Piratini e Juliana. A paz somente foi obtida, em 1845 com a ação “pacificadora” de Luís Alves de Lins e Silva, o futuro duque de Caxias.

Ainda em 1835, Salvador, na Bahia, foi palco de uma grande insurreição dos escravos muçulmanos alfabetizados – os malês, que contou com a participação de centenas de libertos e livres. Em 1837, outra revolta liberal e autonomista explodiu na capital baiana, liderada por um médico e jornalista, Sabino Barroso, com um programa federalista e republicano. Em 1838, no Maranhão e no Piauí ocorreu a Balaiada, que somente foi encerrada em 1840.

Estas revoltas provinciais⁵⁷ provocaram uma forte reação dos defensores da centralização política no parlamento e no próprio governo regencial, que as encararam como sérias ameaças à unidade territorial e política do Império. Os políticos favoráveis à centralização temiam que se repetisse no Brasil o processo de fragmentação política que ocorrera na América Hispânica, depois das lutas de independência.

Apesar das revoltas autonomistas, nas eleições de 1835, o padre Diogo Antônio Feijó, líder proeminente dos liberais moderados, foi eleito primeiro regente uno. No governo, Feijó, entretanto, não conseguiu reprimir as revoltas e superar a instabilidade política que caracterizaram a conjuntura. Foi muito criticado

no parlamento, na imprensa e nas ruas, por seus opositores conservadores e até por alguns “moderados”, dentre os quais se destacou Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi correligionário e, depois, opositor de Feijó, liderou a formação de uma nova força política, por ele mesmo denominada de Regresso ou Partido do Regresso, renegando suas convicções liberais e propondo a volta ou o “regresso” a uma política centralizadora e a revogação das medidas autonomistas adotadas pelos “chimangos” para atender aos “exaltados”. Esta força política foi constituída por uma aliança entre os liberais moderados, que aderiram às posições de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e os conservadores, provenientes dos “restauradores” ou “caramurus”, defendendo um regime autoritário e centralizado, na figura do imperador. Os liberais moderados que seguiram a liderança do ex-regente Antônio Feijó e do jornalista Evaristo da Veiga, por sua vez, deram origem a uma tendência política que denominaram de “progressista”.

Assim, em 18 de setembro de 1837, Feijó, pressionado pelas revoltas provinciais, pela divisão dos “moderados” e pela consequente formação do Partido do Regresso, renunciou ao cargo de regente, que foi ocupado interinamente por Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, fazendeiro pernambucano, adversário de Feijó. Em 1838, Araújo Lima foi eleito para exercer o cargo de regente uno, efetivando os “regressistas” na direção da Regência.

Na regência de Araújo Lima (1837-1840), os “regressistas” dirigiram a reação centralista ou conservadora, com o objetivo de consolidar o Império, reafirmando o princípio da autoridade, a recuperação do prestígio do imperador e o fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo. Os “regressistas” deram origem ao Partido Regressista ou Partido do Regresso, que se voltou contra a descentralização político-administrativa empreendida pelos liberais moderados e contra os tratados livre-cambistas, defendendo a manutenção da escravidão e do tráfico intercontinental de escravos africanos, apesar das crescentes pressões do governo inglês que visavam à extinção do comércio de escravos.

Os liberais moderados que seguiram a liderança do ex-regente Antônio Feijó e do jornalista Evaristo da Veiga, por sua vez, deram origem a uma tendência política que denominaram de “progressista”. Os “progressistas” formaram o Partido Progressista, que continuou a defender as medidas descentralizadoras promovidas pelo Código do Processo Criminal (1832) e pelo Ato Adicional (1834).

Assim, a fase final da Regência (1837-1840) foi marcada pela “reação conservadora” ou “regresso conservador” que se empenhou em adotar um conjunto de medidas, com o objetivo de neutralizar as ameaças à unidade nacional e à ordem escravista vigente e de fortalecer o poder central. Para alcançar este objetivo, o governo regencial reprimiu as “revoltas” provinciais, “pacificando” as províncias com as ações do Exército, comandado por Luís Alves de Lins e Silva, o futuro duque de Caxias; reforçou a centralização política, revogando as medidas autonomistas adotadas pelos liberais moderados.

Socialmente, os novos aliados políticos que formaram o Partido do Regresso provinham da alta burocracia do aparelho de Estado, da magistratura, do grande comércio importador e exportador e dos grandes proprietários rurais escravistas principalmente do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. O Partido Progressista foi constituído principalmente por profissionais liberais das classes médias urbanas, especialmente advogados e jornalistas, por juízes e por grandes proprietários rurais das províncias sulistas do Império. O Partido Progressista, no Segundo Reinado, deu origem ao Partido Liberal.⁵⁸ Os liberais “exaltados”, porém, foram excluídos dos espaços de exercício da política oficial, no parlamento e na imprensa, sendo empurrados para a margem do cenário político. Sem canais de participação política instituídos, os “exaltados” aderiram às revoltas autonomistas das províncias do Norte e do Sul.

Ainda em 1837, para enfrentar as ameaças de divisão do país, causadas pelas revoluções provinciais, a reação conservadora promoveu a discussão sobre a revisão do Ato Institucional e do Código do Processo Criminal, visando a restabelecer leis centralizadoras. Porém, os debates parlamentares arrastaram-se por

quase três anos, por pressões dos “progressistas”, retardando a implantação das medidas propostas pelos “regressistas”. Assim, apenas em 12 de maio de 1840, a Lei de Interpretação do Ato Adicional foi promulgada no parlamento, redefinindo a configuração do poder no país e reduzindo a autonomia política e administrativa das províncias, estabelecida em 1834.

Esta Lei retirou dos presidentes das províncias as atribuições que lhes haviam sido delegadas pelo Ato Adicional, especialmente as relativas à nomeação de funcionários públicos. Restringiu os poderes das Assembleias Legislativas e subordinou a Polícia Judiciária provinciais ao governo central, que passou a nomear os magistrados e os membros da Polícia, através do Ministério da Justiça. A seguir, os regressistas restabeleceram o Conselho de Estado, encarregando-o de administrar o Império, até a maioria do imperador Pedro II. A reforma do Ato Adicional manteve inalterada a tutela do governo central sobre o Município Neutro da Corte Imperial e sua Câmara de vereadores, e dos presidentes de províncias e Assembleias Legislativas sobre as demais Câmaras Municipais do Império. A autonomia das municipalidades permaneceu limitada pelo controle do governo central ou do governo provincial sobre o poder local.

Apenas em 3 de dezembro de 1841, já no Segundo Reinado, o Partido Regressista obteve a aprovação no parlamento da reforma do Código de Processo Criminal. Esta reforma transferiu para os chefes de polícia, nomeados diretamente pelo poder imperial, as funções policiais e judiciais exercidas pelos juizes de paz de cada município, estabelecidas pela Lei de 1832. A Polícia, junto com os juizes de Direito, indicados pelo governo regencial, foi encarregada de investigar os crimes e, em alguns casos, de processar e de aplicar penas, funções judiciais, antes exercidas pelos juizes de paz e pelos tribunais do júri. Com efeito, as atribuições dos juizes de paz que ministravam a justiça na esfera local, foram muito reduzidas e o poder imperial sobre a aplicação das leis nos municípios foi bastante reforçado. Assim, a reforma do Código do Processo Criminal reafirmou o controle do governo imperial sobre o sistema judicial no âmbito nacional, representando uma vitória dos “regressistas”, que a defenderam como condição essencial para o estabelecimento de uma ordem jurídica na sociedade brasileira adequada aos princípios centralizadores dominantes na política e fundamentais para a manutenção da ordem socioeconômica escravista.

A elite política que passou a dirigir a Regência e o governo imperial era predominantemente constituída por homens ligados à cafeicultura escravista no vale do Paraíba fluminense e paulista, constituindo o Partido do Regresso, cujos dirigentes passaram a ser chamados de “saquaremas”.⁵⁹ Os “regressistas” ou “saquaremas” estavam convencidos de que somente uma monarquia centralizada e autoritária poderia garantir a unidade territorial e política da nação, construir a identidade nacional e manter a ordem social vigente. Justificaram sua posição por causa das dimensões geográficas continentais do país, da dispersão da população pelo seu vasto território e da falta de unidade política das oligarquias regionais e locais, entre as quais persistiam divergentes projetos de organização e de funcionamento do poder.

Com efeito, a centralização política, promovida pelos “saquaremas”, criou mecanismos que possibilitaram ao Estado Nacional estabelecer um aparato jurídico e legal que entrelaçou seus interesses aos dos poderes locais e provinciais, por meio da cooptação dos seus representantes pelo governo imperial. As lideranças locais e provinciais dominantes passaram a ocupar numerosos cargos políticos ou burocráticos no aparelho de Estado.

Esta cooptação possibilitou a formação de uma burocracia estatal homogênea, unificada e centralizada, que assumiu a defesa dos interesses estratégicos das classes dominantes brasileiras naquela época, garantindo a manutenção da ordem política e social vigente.⁶⁰ Entretanto, o sistema de participação política, construído por meio da cooptação, reforçou o patriarcalismo, o patrimonialismo e o clientelismo, herdados do Estado absoluto português, dando origem ao fenômeno conhecido como coronelismo. A origem da designação deste fenômeno remonta aos “coronéis” da Guarda Nacional. O posto de coronel, de modo geral, era concedido aos chefes políticos mais poderosos de cada municipalidade, geralmente grandes fazendeiros,

que passavam a exercer o posto de comandante do regimento daquele município e, ao mesmo tempo, a dominar a direção da política municipal, sob o controle e a vigilância do governo provincial, com o emprego de meios clientelistas ou de mecanismos ilegais e violentos. Os poderosos “coronéis”-fazendeiros arrebanhavam o eleitorado, formando “currais eleitorais” no município que dominavam e obrigaram os eleitores a votarem nos seus candidatos, através do “voto de cabresto”.⁶¹

No contexto deste sistema de participação política, as oligarquias dominantes continuaram a encarar a administração pública como um bem em si mesmo e a organização do governo como um patrimônio a ser explorado em benefício dos seus interesses privados. As elites oligárquicas regionais estabeleceram redes de influência e de troca de favores que, através de acordos e transações, casamentos e alianças, garantiram sua posição dominante na sociedade e na política até a queda da monarquia, no fim do século XIX⁶². O Estado Imperial, por sua vez, retribuiu a “lealdade” dos membros das oligarquias dominantes nos municípios e nas províncias, com fartas concessões e distribuições de cargos públicos e de títulos nobiliárquicos e honoríficos, formando uma nobreza não hereditária, mas dependente das benesses imperiais.

Diante da permanência da crise política, alimentada pelas revoltas provinciais, muitos representantes das elites políticas, tanto entre os “regressistas”, quanto entre os “progressistas”, atribuíram a instabilidade política do período regencial à ausência de um poder “neutro” que se mantivesse “acima” dos interesses em jogo, atuando como um árbitro, papel que somente um monarca poderia desempenhar, mediante a sua atuação como chefe do Poder Moderador. Para enfrentar essa situação, os “saquaremas” reformaram o censo eleitoral e até chegaram a propor a antecipação da maioria do imperador Pedro II para restabelecer a autoridade da monarquia sobre as províncias rebeladas, pois imputaram a crise política da Regência à falta de um monarca que desempenhasse aquele papel, apontando que a “anarquia” e a “revolução” somente seriam superadas com a subida ao trono do novo imperador, o príncipe D. Pedro.

Entretanto, depois da aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional, em maio de 1840, apesar da proposta de antecipação da maioria ter se originado no meio dos “regressistas”, uma articulação dos “progressistas” desencadeou uma ampla campanha de mobilização, através de jornais e panfletos e da criação do Clube da Maioridade, capitalizando para si a proposta. Os “progressistas” viram na proposta maiorista uma oportunidade para voltarem ao poder, do qual foram afastados desde a renúncia de Feijó, em 1837. Logo, a campanha pela antecipação da maioria ganhou as ruas e o apoio da população, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, resultando na investidura do jovem príncipe, então com menos de 15 anos, no cargo de segundo imperador constitucional do Brasil, em 23 de julho de 1840, com o título de D. Pedro II, fato que pôs fim ao período regencial e deu origem ao Segundo Reinado (1840-1889).

Após a ascensão de Dom Pedro II ao poder, os “progressistas” formaram o primeiro ministério do Segundo Reinado, permanecendo na sua direção até março de 1841, quando as dificuldades que enfrentaram para reprimir a Revolução Farroupilha e os conflitos acirrados pelas eleições para a Câmara dos Deputados causaram a queda do “ministério da Maioridade”. Então, os “regressistas” ou “saquaremas” voltaram ao poder, formando um novo ministério, e dissolveram a Câmara dos Deputados, de maioria “progressista”. Este ato provocou as revoluções liberais de 1842, nas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os “saquaremas” reprimiram e derrotaram militarmente as revoltas liberais⁶³, e reivindicaram mais poderes para o governo imperial. Em 1841, conseguiram promulgar a reforma do Código do Processo Criminal, que concentrou o poder sobre os governos locais e provinciais nas mãos do Executivo e do imperador. Os juízes de paz perderam a maioria das funções que desempenhavam. Estas funções foram transferidas para a Polícia. Os chefes de polícia de cada província passaram a ser nomeados pelo ministro da Justiça, assumindo atribuições policiais e judiciais, pois não apenas investigavam os crimes, mas passaram a processar e até aplicar penas aos criminosos condenados. Em 1842, os “saquaremas” promoveram uma modificação no processo eleitoral, por meio da promulgação do Decreto nº 157, que estabeleceu a qualificação prévia dos

votantes e eleitores, com a formação das Juntas de Qualificação Eleitoral, compostas pelo juiz de paz, pelo subdelegado de polícia e pelo pároco de cada distrito. Os “saquaremas” se mantiveram no poder até 1844, quando o imperador convocou os liberais ou “luzias” para formar um novo ministério. Porém, os liberais governaram com o programa dos seus opositores. Em 1844, elevaram as tarifas alfandegárias sobre as importações, proposta defendida pelo senador Alves Branco, promoveram uma reforma eleitoral, em 1846, que aumentou o controle sobre os eleitores, e instituíram o cargo de presidente do Conselho de Ministros, em 1847. Os “saquaremas”, por sua vez, quando no governo, executaram as propostas dos liberais em relação à gradual extinção da escravidão.

Nos anos iniciais da década de 1840, os “saquaremas” constituíram o Partido Conservador e os “luzias” formaram o Partido Liberal. Suas estruturas internas eram fracas e não havia uma grande distinção programática e ideológica entre eles, pois permaneceram dependentes do governo imperial, controlados verticalmente, a partir do centro do poder, na Corte Imperial, e os seus quadros eram provenientes dos liberais moderados. Essas duas agremiações partidárias empregaram mecanismos para arregimentar, manipular e coagir o eleitorado, pois não respeitavam a vontade da maioria, princípio básico de um regime representativo, e alternaram-se no poder adotando uma política clientelista que garantiu o monopólio do poder pelas classes dominantes.⁶⁴

Em termos de composição social, o Partido Conservador reuniu altos funcionários da burocracia imperial, principalmente magistrados, proprietários rurais escravistas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco e grandes comerciantes atacadistas, ligados à exportação-importação e ao tráfico negreiro. O Partido Liberal congregou proprietários rurais, principalmente das províncias sulinas do Império e profissionais liberais das classes médias urbanas, especialmente advogados e jornalistas.⁶⁵ Não houve grandes divergências entre eles, pois os interesses das classes dominantes que representavam foram contemplados pela monarquia. Ambos excluíram dos seus quadros orgânicos os “elementos radicais”, eliminados do sistema de participação dominante, após a repressão e a derrota da Praieira (1848-1850), em Pernambuco, última revolução dos liberais “exaltados” ou “extremados”.⁶⁶

No Segundo Reinado (1840-1889), o Partido Conservador dividiu no poder com o Partido Liberal, pois as divergências entre eles eram pequenas quanto à manutenção da ordem e à organização do Estado Imperial, possibilitando acordos e transações políticas entre as elites dirigentes, viabilizando a conciliação entre liberais e conservadores.

O consenso entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, centrado no projeto hegemônico de construção do Estado Nacional, permitiu até a composição entre eles, sem que fossem alterados o caráter e a natureza do regime. Liberais e conservadores se preocupavam com os mesmos temas, que polarizavam os debates no parlamento e na imprensa: a formação do Estado Nacional, suas fronteiras e seus limites; as liberdades públicas, a representação, a unidade nacional e a escravidão. Por isto, na célebre frase do conservador Holanda Cavalcanti “ninguém se assemelha mais a um “saquarema” [conservador] do que um “luzia” [liberal] no poder.”

Os dois Partidos chegaram mesmo a compartilhar o Poder Executivo, durante a formação do Gabinete da Conciliação (1853-1856), composto por liberais e por conservadores, sob a direção de Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná. Os liberais radicais e os conservadores mais reacionários foram eliminados da cena política.

Conforme a posição do jornalista conservador, Justiniano José da Rocha, no momento em que conservadores e liberais compartilharam o poder, o regime imperial ultrapassou as fases de “ação” e de “reação” e chegou à fase de “transação”, pois se estabeleceu um grande acordo tático entre as duas forças políticas dominantes, em torno do projeto de construção do Estado Nacional e da manutenção da ordem social escravista.

Assim, no período de apogeu da monarquia, entre 1850 e 1870, as elites dirigentes imperiais, sob a direção dos conservadores, urdiram um grande acordo político, concretizado em torno de dois aspectos centrais, que constituíram o “espírito do regime monárquico” brasileiro. Estes dois aspectos foram o fortalecimento da figura do imperador, com o restabelecimento do Poder Moderador, exercido por Dom Pedro II, apresentado como um poder “neutro” que garantiria que os conflitos interpartidários não extravasassem do parlamento para as ruas e para a “turba” e que contava com o referendo do Conselho de Estado; e, a imposição de um processo de centralização política, reforçando a autoridade de Dom Pedro II, que detinha a atribuição de vetar as decisões dos deputados e até dissolver o parlamento, atuando como chefe do Poder Moderador.⁶⁷

O processo de centralização política e de consolidação da monarquia brasileira concretizou-se em 1850, com a promulgação da Lei n.º 601, a chamada Lei de Terras, que estipulou a política oficial sobre as terras devolutas e com a aprovação do Decreto n.º 708, que proibiu o tráfico internacional de escravos africanos. Este Decreto ficou conhecido como Lei Eusébio de Queirós, pois foi proposto por esse deputado do Partido Conservador.

Queirós apresentou projeto de lei ao parlamento, no momento em que as pressões inglesas contra o tráfico se tornaram intoleráveis e ameaçaram a soberania brasileira. Neste mesmo ano, foram promulgados também uma nova Lei Eleitoral e o Código Civil Comercial.

A centralização política foi coroada com a reforma da Guarda Nacional, instituída em 1831 e que, a partir de 1850, teve a eleição dos seus membros substituída pela nomeação direta dos chefes de polícia, lotados nas capitais das províncias, pelo ministro de Justiça e dos Negócios Interiores do Império. Esta reforma reforçou a hierarquia interna desta instituição e estabeleceu um processo seletivo mais controlado dos seus quadros, aumentando o valor da renda que os candidatos aos seus postos deveriam dispor para ingressar no seu efetivo, e transferindo a escolha dos seus oficiais para o governo imperial ou provincial.

No contexto da centralização do regime, entre 1840 e 1850, o governo imperial passou a controlar o aparato administrativo e judiciário nas províncias e nos municípios, com exceção dos juizes de paz, que, entretanto, tiveram as suas atribuições judiciárias reduzidas, em detrimento da Polícia, cujas competências foram ampliadas e reforçadas. A Polícia, junto com os juizes ordinários, além de reprimir e de investigar crimes e delitos, continuou a processar os infratores e criminosos e a aplicar penas, atribuições típicas do Poder Judiciário, enquanto os juizes de paz de cada município se limitaram a julgar pequenas causas criminais. Os chefes de polícia receberam a atribuição de designar os delegados e subdelegados, nos municípios e nas paróquias. Desta forma, a instituição policial foi reforçada e mantida sob o controle do governo imperial.

O retorno ao centralismo reafirmou a função de centro político e administrativo exercido pela cidade do Rio de Janeiro, como sede da Corte imperial, reforçando a capitalidade que exercia sobre as províncias e os municípios do Império. Entretanto, as reformas centralizadoras implantadas pelos “regressistas” mantiveram inalterada a tutela do poder imperial sobre o Município Neutro da Corte e sobre a Câmara de Vereadores, que permaneceram com sua autonomia e independência limitadas pela superposição dos poderes das autoridades imperiais sobre o governo municipal.

A cidade-Corte continuou funcionando como um polo irradiador e como uma caixa de ressonância das orientações, determinações e recursos do governo imperial e das forças políticas que dominaram o poder imperial, mas o governo local foi esvaziado das suas funções políticas, passando a exercer, sobretudo, uma função administrativa.

Entre 1850 e 1860-75, as grandes transformações promovidas na economia, na sociedade e na cultura nacionais, durante a chamada Era Mauá⁶⁸, foram configurando o projeto imperial de criação de uma civilização europeizada nos trópicos. Este projeto civilizador transformou o Rio de Janeiro no palco privilegiado das mudanças que a monarquia promoveu, associando-se ao grande empresário gaúcho Irineu

Evangelista de Souza, futuro barão e visconde de Mauá, e aos capitais ingleses. Durante a Era Mauá foram promovidas várias reformas e melhorias urbanas na cidade-Corte, tais como o fornecimento de gás para a iluminação pública e o funcionamento dos transportes urbanos; a ampliação do sistema de água e esgotos encanados; a criação da primeira companhia de bondes; a implantação da primeira ferrovia brasileira, ligando o porto da Estrela à raiz da serra de Petrópolis. A modernização da cidade-Corte pôde ser realizada graças à aplicação dos capitais disponíveis no desenvolvimento das atividades industriais e comerciais e na expansão dos serviços urbanos, após o fim do tráfico intercontinental de escravos.

Assim, na Era Mauá, o Rio de Janeiro tornou-se o principal ator da construção do Estado Imperial e, ao mesmo tempo, o objeto privilegiado de vários planos e estudos urbanísticos produzidos por médicos e engenheiros que propuseram a sua modernização, através de projetos de urbanização, saneamento e expansão geográfica. Ainda que a maioria destas propostas modernizadoras não tenha se realizado durante a monarquia, as representações formuladas sobre a cidade por aqueles profissionais apontaram para futuras transformações, que de fato se concretizaram nas primeiras décadas da República.

As representações elaboradas por elementos que constituíram uma elite científica e técnica no século XIX idealizaram o espaço urbano do Rio de Janeiro e propuseram que ele fosse redesenhado e reconstruído por meio de grandes intervenções na sua paisagem e na distribuição espacial da sua população. Essas intervenções urbanas foram sugeridas por uma geração de engenheiros, como Pereira Passos, Vieira Souto, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio e também por médicos eminentes, membros da Academia de Medicina, preocupados com as questões sanitárias e higiênicas, então em voga por causa da difusão do higienismo.⁶⁹

Ambos os grupos profissionais defenderam a adoção de medidas radicais para o saneamento e a salubridade do Rio de Janeiro, como o desmonte dos morros do Senado e do Castelo e o aterramento de manguezais e pântanos que cercavam o centro urbano, planejando a expansão da cidade para as zonas Sul e Norte. Os objetivos dos planos e propostas apresentados por aqueles homens, nas décadas finais do século XIX, eram urbanizar, embelezar e sanear a cidade, eliminando os “miasmas” e os focos das epidemias, que emanavam dos pântanos e assolavam a sua população e faziam a sua má fama no exterior como “cidade febril”, empestada e assolada por grandes epidemias, que afugentavam os viajantes, os empresários e os trabalhadores estrangeiros.

A cidade ideal e imaginada pelos engenheiros e médicos do final da monarquia, sob a influência do higienismo, antecedeu o processo real de reurbanização, que foi promovido nas primeiras décadas do século XX, e se fundamentou no saber médico e nas suas propostas higienistas de saneamento, embelezamento e remodelação urbana, provenientes das elites dirigentes do final do período monárquico.

Assim, desde a década de 1870, os médicos e os engenheiros, formados na Academia de Medicina e na Escola Politécnica, passaram a defender um processo de urbanização e de modernização da estrutura urbana da cidade-Corte, elegendo como modelo civilizatório as transformações em curso nas sociedades europeias, especialmente, na sociedade francesa. O Rio de Janeiro deveria tornar-se o centro difusor desse modelo para todo o país e até para toda a América do Sul.⁷⁰

Para realizar o processo de reformas urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro e de difusão da civilização europeia pelo país, o governo imperial e os grandes empresários brasileiros, como o visconde de Mauá, tomaram empréstimos junto ao governo inglês, aplicando os capitais obtidos na industrialização e na implantação de uma rede viária, baseada nas primeiras ferrovias e empresas de bondes e no desenvolvimento do comércio de cabotagem, realizado por companhias de navegação nacionais, associadas a empresas inglesas e norte-americanas.

De fato, a partir da Era Mauá, o Rio de Janeiro, como sede da Corte Imperial, desempenhou o papel de um modelo civilizador para as outras cidades e regiões do país, graças à posição proeminente que ocupava no cenário nacional, pois além de funcionar como centro das decisões políticas e administrativas, difundiu

os valores e padrões culturais adotados na época, especialmente na França e na Inglaterra. A cidade-Corte desempenhou esse papel porque a sua elite política e social possuía uma mentalidade cosmopolita e acolheu com simpatia as novas ideias europeias, disseminando-as por todas as classes sociais da população carioca e brasileira, por meio da literatura, do teatro, da imprensa, dos costumes e da moda da época.

De fato, a partir de meados dos oitocentos, a sociedade de Corte, instalada na cidade do Rio de Janeiro, em torno da monarquia, sofreu um processo de europeização na aparência dos seus costumes e das suas práticas, especialmente nas atividades desenvolvidas no espaço público. As lojas comerciais das ruas centrais da cidade, sobretudo, as da rua do Ouvidor, importavam as “novidades” francesas e inglesas, rapidamente adotadas pelas classes privilegiadas da “boa sociedade” e difundidas para as demais classes da população. Entretanto, no espaço doméstico, as tradições patriarcais mantiveram-se fortemente arraigadas. As mulheres permaneceram confinadas às atividades domésticas, convivendo com as escravas e seus filhos. Esporadicamente, frequentavam saraus realizados nos salões de mansões e sobrados senhoriais. Poucas se aventuravam a andar a pé pelas ruas.

Na década de 1870, as mulheres da “boa sociedade passaram a assistir sessões de teatro, concertos e a participar de festas e bailes com mais frequência, mas se transportavam em carruagens e tálburis, para não se exporem publicamente, pois as ruas continuavam sendo o espaço das escravas “de ganho” e de aluguel, das mulheres pobres e das prostitutas.

Segundo alguns consagrados historiadores ⁷¹, quando os conservadores assumiram a direção hegemônica do governo imperial, as classes dominantes implantaram um modelo de Estado Nacional que se inspirou no padrão liberal europeu, adotado após as derrotas das revoluções liberais de 1820, 1830 e 1848. Este modelo se fundamentava na separação dos três poderes, nas eleições censitárias e no regime representativo e constitucional. Entretanto, ressaltam que o regime monárquico brasileiro praticou um parlamentarismo “invertido”, no qual o monarca determinava a formação do ministério e o parlamento não escolhia o chefe do gabinete ministerial, que era indicado pelo imperador, depois da derrubada do anterior. Este parlamentarismo à brasileira limitou bastante a prática do modelo liberal inglês transposto para o país, pois concentrou as decisões nas mãos do imperador, que exercia o direito de dissolver o parlamento e convocar novas eleições para a Câmara dos Deputados, desempenhando o papel que lhe fora determinado pela Constituição, ao exercer o Poder Moderador.

Outros fatores estruturais, como a manutenção da escravidão, a concentração da grande propriedade territorial nas mãos de poucos fazendeiros, o predomínio das oligarquias locais e provinciais e a continuidade do patrimonialismo, do mandonismo e do clientelismo na formação e no desenvolvimento do Estado Imperial e de sua burocracia também se constituíram em grandes obstáculos à plena construção de uma nação liberal no Brasil durante o Império. O liberalismo brasileiro não alcançou o mundo rural, no qual continuou a prevalecer o poder dos grandes senhores de terras e de escravos, os “coronéis”, que determinavam a escolha dos candidatos aos cargos políticos e os resultados das eleições e definiam a orientação e a aprovação das leis que regeram o país no Segundo Reinado.⁷²

Todos esses fatores se constituíram em barreiras ao desenvolvimento da industrialização e da urbanização, pois o mercado interno brasileiro era incipiente, não absorvendo a produção industrial nacional, já que as classes dominantes preferiam recorrer às mercadorias importadas, que concorriam com os produtos nacionais, e a maioria da população ainda era constituída por escravos que não tinham poder aquisitivo. Assim, a Era Mauá terminou melancolicamente, após 1875, com a falência dos empreendimentos do visconde, endividado junto aos banqueiros ingleses, pondo fim ao primeiro processo de industrialização e modernização do país.

No campo da história institucional brasileira, há vários trabalhos que estudam a construção da nacionalidade, de meados do século XIX, a partir da constituição de bibliotecas, museus, academias de ensino superior, institutos históricos e arquivos, dentre os quais se destacam os estudos elaborados por

Lilian M. Schwarcz, Manoel Salgado Guimarães e Célia Maria Leite Costa.⁷³ Conforme esses estudos historiográficos, o conjunto das instituições culturais, inventadas ou reinventadas naquela época, foi responsável pela formação de um saber histórico, jurídico, técnico, artístico, científico e médico no país e pela difusão no cenário internacional de uma imagem do Brasil como uma nação civilizada e europeizada. Os estudos dos historiadores mencionados afirmam que esta imagem, dominante na mentalidade das elites dirigentes da época, incorporava as particularidades que distinguiam o Império brasileiro das demais nações civilizadas do mundo. Uma dessas particularidades mais notórias era a manutenção da escravidão e de uma forte mentalidade escravista na sociedade imperial, sintetizada na expressão “a África civiliza”, difundida pelos conservadores, para justificar a permanência da execrável instituição no país.

Segundo Célia Maria Leite Costa, as diversas instituições culturais, inventadas ou recriadas na Corte Imperial, dividiram tarefas, intercambiaram ideias e compartilharam alguns consensos, entre os quais se destacaram a concepção de verdade científica e os critérios básicos de cientificidade, que se tornaram dominantes entre os principais pensadores brasileiros da época, por causa da influência predominante do pensamento racionalista ilustrado na mentalidade das elites imperiais.⁷⁴

Este processo de invenção de instituições culturais e científicas teve um marco importante em 1838, quando foram fundados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Público do Império, o atual Arquivo Nacional. O Colégio Pedro II, destinado à formação das elites dirigentes da Corte Imperial, já fora instituído em 1837. Estas três instituições culturais, de acordo com suas especificidades, passaram a atuar no território do Município Neutro da Corte, contribuindo tanto para a preservação da memória nacional e a produção de uma história oficial, quanto para a formação científica, artística e técnica da elite intelectual que ocupou os altos postos dirigentes no Império. A invenção daquelas instituições possibilitou o estabelecimento de uma íntima articulação entre os intelectuais e os políticos imperiais, capacitando os primeiros a ocupar os altos postos, atuando como ministros de Estado, deputados e senadores. Ao mesmo tempo, permitiu que os políticos e membros do aparelho de Estado exercessem seus dotes intelectuais, ministrando aulas e cursos ou produzindo diversos trabalhos e obras, como membros associados das referidas instituições.

Ainda conforme Célia Maria Leite Costa ⁷⁵, no Segundo Reinado estabeleceu-se uma sólida aliança entre os intelectuais vinculados àquelas instituições inventadas na Corte e o regime monárquico. Esta aliança se consolidou em torno de temas como a unidade política e territorial da nação, as fronteiras territoriais do Império e a construção da identidade nacional, possibilitando a cooptação dos intelectuais, membros de instituições científicas e artísticas, pelo regime monárquico, que os engajou no processo de construção do Estado Imperial, prestigiando sua atuação, divulgando suas ideias e obras e concedendo-lhes prêmios e bolsas de estudos na Europa, como aconteceu com o artista plástico Victor Meireles.

Os intelectuais-políticos, engajados no processo de construção do Estado Imperial, contudo, foram marcados por uma contradição que os dividiu entre a herança das concepções iluministas do século XVIII e os vínculos que os ligavam ao romantismo do século XIX. Como racionalistas e partidários das “luzes” foram liberais e constitucionalistas, ainda que monarquistas e defensores do fortalecimento dos poderes do imperador. Como intelectuais românticos, de modo geral, foram abolicionistas, nacionalistas e até republicanos. Esta contradição marcou sua atuação e sua produção intelectual, como podemos constatar nas obras de homens como José de Alencar, Rio Branco, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e Joaquim Nabuco.

A aliança entre os intelectuais cooptados e a monarquia resultou na farta concessão de cargos, títulos nobiliárquicos e honoríficos, condecorações e honrarias, que visavam assegurar a sua lealdade ao projeto de consolidação do Estado Imperial e de construção da identidade nacional, na perspectiva de um processo civilizador europeizado.⁷⁶ Neste contexto, os intelectuais atuaram como formadores de uma consciência

crítica nacional e atuaram como construtores de novos saberes científicos, artísticos e técnicos. Colaboraram com o governo imperial no desenvolvimento de atividades econômicas, como a agricultura e a mineração, mas, especialmente, na política, atuando como representantes da monarquia no parlamento, nos ministérios, na imprensa e nas artes em geral.

Neste contexto cultural, em 1842, o Museu Imperial foi reformado, tendo seu perfil institucional redefinido. Criado em 1818 como uma instituição voltada para a História Natural, após a implantação de um novo regulamento, transformou-se em um estabelecimento público superior de ensino e de pesquisas científicas. Sua estrutura foi organizada em quatro seções, denominadas de acordo com as funções que exerciam:

1- Anatomia Comparada e Zoologia; 2 - Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3 - Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; 4 - Numismática, Artes Liberais, Arqueologia e usos e costumes das nações modernas.

Em 1850, o campo de atuação do Museu Imperial ampliou-se, ao recolher e classificar materiais etnográficos coletados por viajantes europeus, que realizaram expedições científicas em várias regiões do Império. A partir de 1870, o Museu Imperial, reformado e redirecionado, integrou-se aos debates e padrões científicos das instituições europeias da época, polarizados em torno das teorias evolucionistas, racialistas e racistas, abrigando os estudos da nascente Antropologia, fundada no modelo da Biologia, das ciências naturais e da Psiquiatria desenvolvidas por cientistas europeus, como Darwin, Lamarck, Renan, Taine e Gobineau, no contexto marcado pelo cientificismo do século XIX ⁷⁷.

Durante o século XIX, a atuação do Museu Imperial assumiu, sobretudo, um caráter pragmático, ao se voltar para os serviços de análise e avaliação de produtos agrícolas e minerais que lhe foram encaminhados por agentes do governo imperial, desenvolvendo o saber científico simultaneamente à colaboração prática com a monarquia. O pragmatismo, que marcou a formação dos intelectuais imperiais, explica por que o Museu Imperial abrigou nos seus salões a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), entidade criada para fomentar a industrialização e modernização da economia nacional. Vários dos seus membros tornaram-se sócios fundadores da referida Sociedade e, mais tarde, do IHGB. Como membros destas instituições, esses intelectuais desenvolveram a cooperação entre elas e incrementaram um intenso intercâmbio com instituições congêneres europeias.

O Museu Imperial estabeleceu relações com outras instituições culturais da época, nacionais e internacionais, como, o IHGB e a Academia de Belas Artes, tendo abrigado ambas em suas instalações por vários anos. Também participou ativamente das exposições internacionais do fim do século XIX, representando o Brasil e contribuindo para a formação da autoimagem do Império tropical como nação civilizada.

Assim, as “instituições inventadas” ou reinventadas ⁷⁸ no contexto de formação da nacionalidade brasileira assumiram papéis distintos, às vezes, superpostos e imbricados, simbolicamente associados entre si no espaço da cidade-Corte, como é o caso do Museu Imperial, do IHGB e do Arquivo Público do Império. Essas instituições desempenharam papéis científicos e técnicos, marcados por um forte caráter pragmático e, de modo geral, serviram aos objetivos estratégicos das elites dirigentes, voltadas à construção do projeto de um vasto império europeizado nos trópicos. A construção deste império constituiu o cerne da política monárquica e da atuação dos seus intelectuais-políticos.⁷⁹

Portanto, o projeto imperial não se limitou aos elementos econômicos e políticos, abarcando os aspectos morais, científicos, artísticos e técnicos marcantes da civilização europeia daquela época. De fato, o IHGB, foi criado por proposta dos membros da SAIN, com a finalidade de elaborar a história nacional, do ponto de vista oficial. Função diretamente associada à invenção imaginária do caráter político da nação. Coube ao IHGB⁸⁰ assessorar imediatamente o governo imperial nas questões políticas mais importantes, como as questões da coesão e da identidade nacionais, da limitação das fronteiras e da soberania do Império, fabricando a memória histórica do país.

Por causa da sua importância estratégica no projeto de construção do imaginário e da memória nacionais, o IHGB assumiu a prerrogativa de organizar os seus próprios arquivos, recolhendo e guardando coleções de documentos históricos produzidos pelo governo imperial e pelos governos provinciais. Investiu-se também das incumbências de ordenar a feitura de cópias de documentos de instituições e de arquivos portugueses, como o Conselho Ultramarino, a Biblioteca de Évora e a Torre do Tombo, e de produzir memórias e monografias históricas e geográficas, que contribuíssem para a construção da história oficial da nação e para a formação de quadros burocráticos da administração pública. Além disso, o IHGB incorporou, por meio de doações, coleções particulares de políticos e personalidades imperiais, como o marquês de Olinda, o visconde de Mauá, o visconde de Ouro Preto, o historiador Adolfo Varnhagen e o próprio imperador Dom Pedro II, com o objetivo de subsidiar os seus membros na elaboração da história do Estado Imperial, de acordo com os interesses das classes dirigentes. O IHGB estabeleceu intercâmbio com instituições congêneres, brasileiras e europeias, estimulou a criação de seções regionais nas províncias e instituiu uma publicação trimestral, a *Revista do IHGB*, com o objetivo de divulgar as fontes documentais arquivadas e a produção historiográfica e geográfica dos seus membros. Associado ao iluminismo, ao reformismo ilustrado e ao nacionalismo, o IHGB representou o aspecto moderno e civilizado do Estado Imperial brasileiro, tendo participado intensamente da invenção da imagem do país como nação civilizada e europeizada, no momento em que a nacionalidade e a identidade brasileiras se constituíam.

A ideia de nacionalidade elaborada pelos membros do IHGB se relacionou com a história científica, desenvolvida na Europa da época, pois se fundamentou em uma base empírica documental, usando as fontes históricas que reuniu e arquivou, para legitimar o projeto de nação sustentado pelas classes dirigentes imperiais. Desta forma, a história nacional produzida pelo IHGB no século XIX é marcada pela adoção das concepções historicistas e cientificistas, surgidas na Alemanha, com a produção do historiador Leopoldo Ranke. Esta historiografia se baseava no rigor da pesquisa documental, na crença da neutralidade científica do historiador, na proposta de tratar objetivamente os fatos e no uso de fontes documentais primárias sobre os acontecimentos estudados. Estes parâmetros historiográficos importados da Europa funcionaram como fundamentos para a produção de um conhecimento histórico científico, orientando a elaboração da história do Brasil produzida pelos intelectuais reunidos no IHGB no século XIX, duplamente influenciados pelo iluminismo e pelo romantismo.

Estes intelectuais construíram o perfil institucional do IHGB, no período imperial, determinando que a sua composição fosse feita predominantemente por intelectuais monarquistas, provenientes do aparelho de Estado, defensores do liberalismo e do nacionalismo. Em função desta composição social e política, a história do Brasil que o IHGB produziu no século XIX foi marcada por uma ideologia monárquica e nacionalista, expressa nas obras da maioria dos seus membros que pretenderam fornecer ensinamentos sobre o destino da nação. Suas obras se constituíram em instrumentos de civilização e de divulgação das ideias progressistas e liberais, assumindo um caráter pragmático e desempenhando uma função cívica e patriótica. Em suma, no Segundo Reinado, o IHGB produziu uma história eminentemente política, a serviço de um determinado projeto de formação da nação, proveniente do governo imperial e da sua diplomacia, mas que incorporou um caráter científico, pois foi elaborada em bases empíricas e racionais⁸¹

O Arquivo Público do Império foi, de fato, instituído em 25 de abril de 1840, como uma repartição subordinada à Secretaria dos Negócios Interiores do Império. Suas funções principais eram garantir o recolhimento, a guarda e a organização dos documentos oficiais produzidos pelos órgãos da administração imperial e pelos governos das províncias, fornecendo a base empírica para a escrita da história oficial e para subsidiar a atuação dos políticos e administradores do Estado Imperial e das províncias, o Arquivo Público foi instituído para funcionar como a instância reguladora das relações entre o governo e a sociedade e entre o Brasil e os outros Estados Nacionais.⁸²

Entretanto, em decorrência das disputas simbólicas e das relações de força que existiram entre IHGB e o Arquivo Público, ambos disputaram a responsabilidade pelo recolhimento, pela guarda e pela preservação dos documentos de valor “histórico” e pela construção da memória nacional. O Arquivo Público do Império, porém, não teve força legal e política para cumprir as suas funções de recolher, tratar e guardar, em âmbito nacional, a documentação que lhe fora destinada, nem produziu uma historiografia legitimadora do projeto de nação elaborado pelas elites dirigentes hegemônicas na monarquia. Além disso, não conseguiu estabelecer critérios objetivos e legais com relação à implantação de uma política nacional de arquivos, que o posicionasse como órgão central desta política. O Arquivo Público não conseguiu conquistar o apoio político do governo imperial para exercer plenamente suas atribuições. Tarefas que seriam de sua exclusiva competência foram compartilhadas com outras instituições, como o IHGB e a Biblioteca Imperial. Durante todo o período monárquico, o Arquivo Público permaneceu sem orçamento próprio, funcionou em instalações precárias e teve dirigentes pouco influentes politicamente, incapazes de imprimir o prestígio que a instituição necessitava para consecução de suas amplas funções.

Na época da sua fundação, a consulta aos documentos do Arquivo Público era um privilégio exclusivo do imperador e dos seus ministros. Em geral, a consulta aos documentos era vedada ao público. A função primordial do órgão era preservar o segredo das políticas estatais, especialmente, das políticas registradas nos documentos sobre fronteiras e limites territoriais, adotando uma orientação baseada no sigilo, aspecto ilustrativo do caráter conservador do Estado Imperial brasileiro, que herdara tal política, juntamente com a tradição patrimonialista, da administração portuguesa absolutista.

A política de sigilo adotada pelo Arquivo Público do Império caminhou na contramão das orientações adotadas pelos Arquivos Nacionais europeus da época, que se tornaram o campo privilegiado das pesquisas históricas, abrindo suas portas e seus arquivos para a consulta dos historiadores. Em consequência, o Arquivo Público do Império nem mesmo contribuiu para a produção de uma história oficial ou oficiosa do Império brasileiro, pois não foi criado para funcionar como uma instituição aberta à pesquisa dos historiadores, que se concentraram no IHGB, onde mantiveram arquivos de documentos importantes para os seus estudos sobre a formação da nacionalidade.

Mesmo depois que o Regimento Interno do Arquivo Público imperial foi modificado, o acesso aos documentos sob a sua guarda permaneceu restrito e dependente da permissão do seu diretor. Assim, diferentemente dos demais Arquivos Nacionais, criados na Europa no século XIX, o órgão arquivístico nacional não pôde cumprir o papel de fomentar a pesquisa histórica no Brasil, no período em que a História desempenhou um papel estratégico no processo de legitimação política das grandes potências mundiais.

A função que o Arquivo Público pôde desempenhar melhor foi a de instrumentalizar o Estado Imperial no seu processo de consolidação, fornecendo-lhe as provas jurídicas e as bases legais, registradas na documentação arquivada, necessárias à ação estatal no processo de construção da nação. Exerceu, portanto, principalmente um papel instrumental, ao fornecer as provas documentais que informaram as deliberações do governo monárquico e orientaram a atuação política das autoridades governamentais, em termos nacionais e internacionais. Os documentos recolhidos ao Arquivo Público referiram-se principalmente às ações legislativas do governo imperial e dos governos provinciais. Estas ações tinham como objetivo comprovar normativamente os aspectos relativos à delimitação do território nacional, à unidade política, territorial e administrativa do Estado Imperial, assegurando a sua manutenção e a sua reprodução.

Porém, o Arquivo Público, como órgão encarregado do recolhimento, da guarda e da conservação dos documentos oficiais, não pôde recolher o conjunto dessa documentação. Os documentos relativos às questões das fronteiras e dos limites externos do país, por exemplo, não foram liberadas pela Secretaria de Negócios Estrangeiros, que os produziu e arquivou. Atualmente, a maior parte dessa documentação ainda se encontra depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, repartição que integra atualmente o Ministério

das Relações Exteriores do Brasil. E muitos outros documentos que o Arquivo Público detinha legalmente a competência de recolher e guardar, pois subsidiariam as tomadas de decisão do governo imperial, foram depositados e acumulados nas instituições que atuaram como “lugares de memória” e como produtores da história nacional, como o IHGB e a Biblioteca Imperial. Assim, o Arquivo Público imperial não desenvolveu a pesquisa histórica, prática característica dos arquivos nacionais europeus do século XIX, nem mesmo exerceu plenamente a função de instrumentalizar a administração imperial com os documentos necessários a sua atuação.

O Arquivo Público imperial foi uma instituição enfraquecida, por causa da superposição de papéis e das disputas e lutas político-institucionais e simbólicas estabelecidas entre as agências do Estado Imperial que exerceram funções voltadas para a produção e a guarda de documentos e para a preservação da memória histórica nacional. A existência de duas instituições com funções arquivísticas, atuando simultaneamente na Corte Imperial, e a superposição de papéis entre elas, dificultaram a realização plena das finalidades para as quais o Arquivo Público foi criado, acarretando graves prejuízos para a preservação da memória nacional e para a eficácia do aparelho administrativo do Estado Imperial.

Na fase inaugural da história do Arquivo Público, o predomínio dos políticos e dos intelectuais, cooptados pelo Estado Imperial, reunidos no IHGB, resultou na instituição de um órgão enfraquecido e esvaziado politicamente, voltado exclusivamente para o serviço do Estado, “de portas fechadas para a sociedade e para o cidadão”⁸³ Ao preservar o segredo de Estado e a política de sigilo oficial, o Arquivo Público do Império encarnou o lado *Ancien Régime* da monarquia brasileira, em um movimento oposto aos dos Arquivos Nacionais europeus, que abriram seus acervos documentais, tornando-se centros de pesquisas historiográficas.

Assim, a dualidade institucional, estabelecida pela superposição de papéis entre o IHGB e o Arquivo Público, com relação à guarda e à preservação dos documentos formadores da história administrativa e política do Estado Nacional e à elaboração da escrita da história oficial, resultou no enfraquecimento e no esvaziamento institucional do Arquivo Público. O órgão foi relegado a uma posição periférica, subalterna e sem visibilidade no conjunto da administração pública imperial. Não teve prestígio e influência política para exercer funções probatórias e científicas que cabem a uma instituição arquivística de âmbito nacional, limitando-se a exercer o ingrato e depreciado papel de subtrair informações aos cidadãos, graças à política de sigilo que foi adotada pelos seus dirigentes, em conformidade com as determinações oficiais emanadas do governo imperial.⁸⁴

Em 1860, o Decreto nº 2.541 estabeleceu uma reforma no Arquivo Público, instituindo um novo regulamento que ampliou suas funções e a natureza dos documentos que deveria arquivar, mas manteve as três seções originais em que estava organizado: Legislativa, Administrativa e Histórica. Determinou que os agentes imperiais nas províncias pudessem requisitar documentos importantes existentes nos arquivos das municipalidades e em qualquer outra repartição pública ou arquivo particular das províncias, ordenando que fossem recolhidos ao Arquivo Público imperial. Um dispositivo introduzido por esse regulamento “abriu” o Arquivo Público para a consulta “de qualquer pessoa conhecida e de confiança” do imperador, em sala apropriada, em dias marcados e com sua autorização prévia. Uma muito tímida “abertura” dos seus documentos aos cidadãos, que não modificou substancialmente as condições de acesso público à documentação arquivada a qual, sob nenhum pretexto, poderia ser consultada ou retirada do Arquivo Público, sem licença prévia do ministro de Estado da Justiça e dos Negócios Interiores do Império.

Em 1876, uma nova reforma do Regulamento do Arquivo Público ampliou sua estrutura interna, com a criação da seção Judiciária e determinou o arranjo dos fundos documentais segundo uma divisão cronológica em três períodos: Colônia, Reino Unido do Brasil e Império, imprimindo um caráter historicista à forma de organização da documentação. Esta nova reforma, contudo, reconheceu o papel do Arquivo Público como “guardião da memória da nação”, pois deveria reunir as coleções de “provas autênticas” da história brasileira,

concepção característica do historicismo do século XIX. O Arquivo Público passou a ser encarado como um “arquivo histórico”, cuja incumbência principal foi coletar e armazenar os documentos que fornecessem subsídios históricos, jurídicos e probatórios para a ação dos agentes do Estado, no exercício de suas funções, ou seja, documentos que tivessem um valor permanente.

Após a reforma de 1876, o Arquivo Público do Império assumiu predominantemente um papel instrumental, fornecendo ao Estado Imperial o equipamento documental e jurídico necessário ao desenvolvimento de sua atuação, enquanto o IHGB ficou encarregado de construir a imagem da nação e de escrever a história oficial do Império. A coexistência paralela e a superposição de funções destas instituições na cidade do Rio de Janeiro expressaram o aspecto pragmático e político que as atividades científicas e culturais assumiram no país e refletiram as intensas disputas político-institucionais e as relações de forças que se travaram simbolicamente no âmbito da cidade-Corte, a partir de meados do século XIX.

A maioria dos intelectuais cooptados pela monarquia, concomitantemente às atividades políticas que desempenharam no parlamento, nos ministérios e nas secretarias, eram cientistas, membros e fundadores de várias instituições científicas e educacionais. Estes intelectuais-políticos estavam determinados a trazer as “luzes” da Ilustração para o Brasil, nos moldes liberais e racionalistas franceses, acreditando que o desenvolvimento científico e técnico era o caminho para o país alcançar o progresso e a civilização. Ao mesmo tempo, estavam engajados no processo de construção do Estado Nacional e de consolidação do regime monárquico, projetos informados pelo romantismo. O pragmatismo destes intelectuais possibilitou a articulação entre as suas ações científicas e culturais e a sua prática política, colocando-os a serviço da ideologia nacionalista e monarquista que dominou o pensamento das elites dirigentes imperiais.

Durante o Segundo Reinado, as lutas pelo poder e os mecanismos de dominação empregados pelas classes dirigentes imperiais resultaram, portanto, na imposição de uma determinada visão ou concepção de formação da nação, que atribuiu à monarquia o papel de assegurar a unidade e a coesão política e territorial da nação brasileira, forjando a identidade dos seus cidadãos, em torno da figura do imperador e das instituições monárquicas.

Na sua prática política, porém, as elites dirigentes imperiais adotaram uma política patrimonialista, clientelista e coronelista, estabelecendo uma ampla rede de troca de favores entre os eleitores e os políticos e entre os dirigentes, seus subordinados e os cidadãos, com o objetivo de garantir o seu monopólio do poder, através de acordos e transações que envolviam os poderosos das províncias e dos municípios (coronelismo e clientelismo). Assim, a máquina administrativa do governo imperial era usada para garantir a eleição de candidatos que apoiassem o gabinete ministerial que estava no poder e a política clientelista “do favor” marcou o cotidiano da vida política nacional durante a monarquia. Quando esses mecanismos não eram suficientes para assegurar a vitória dos representantes das facções dominantes locais e provinciais, os poderosos usavam a violência dos seus jagunços para manter os seus currais eleitorais e eleger seus representantes.

O “parlamentarismo” praticado pelas elites dirigentes do Império conferiu amplos poderes ao imperador. Assim, o imperador detinha a atribuição de nomear e demitir o ministério, escolher os senadores vitalícios e dissolver a Câmara dos Deputados, desde que obtivesse o apoio do Conselho de Estado, órgão colegiado consultivo, composto por políticos conservadores, que assessorou o imperador na tomada das decisões, durante o seu longo reinado. Neste extenso período, a concepção dominante nos meios políticos e intelectuais imperiais associou as ideias de república e de federalismo à fragmentação política e ao caudilhismo⁸⁵. Fenômenos que se propagaram pelas novas nações latino-americanas e foram encarados pelos dirigentes imperiais como características inerentes àqueles regimes políticos.

Assim, no reinado de Pedro II, o projeto hegemônico de construção do Estado Nacional, ao mesmo tempo em que justificou a escravidão como condição para o desenvolvimento da economia, (“a África civiliza”), não alterou a estrutura de propriedade vigente, apesar de sustentar um ideal de civilização e de

progresso, baseado no modelo político liberal e constitucional inglês e francês e nas suas instituições científicas, técnicas e artísticas, que serviram de modelos para a criação de entidades semelhantes no Brasil.

Todavia, a concepção de um império estável e unido, ainda que tenha sido informada pelo projeto liberal de construção do Estado Nacional, foi capturada pelas práticas e orientações centralizadoras das elites dirigentes conservadoras, provenientes da burocracia do Estado português, mas que se mantiveram atuantes no interior do aparelho de Estado monárquico brasileiro, pois contaram com o apoio das classes dominantes. Logo, o regime político implantado pelas elites dirigentes imperiais resultou na implantação de uma monarquia centralizada, burocrática e hierarquizada, marcada por fortes traços patrimonialistas, autoritários e clientelistas, bastante distante da forma parlamentarista e liberal de governo que inspirou o seu projeto inicial.

Segundo Fernando Uricoechea ⁸⁶, durante o Segundo Reinado teria havido uma interação constante entre a burocracia central do Estado e os grupos privados, representados pelos poderes locais, constituindo uma espécie de pacto, já que o regime monárquico centralizado não pôde dispensar o apoio dos “coronéis” locais e das oligarquias provinciais. Por sua vez, as forças oligárquicas regionais e locais não puderam prescindir da subvenção do Estado Imperial para manter seus privilégios e a ordem vigente, baseada na exclusão das camadas populares, na violência e na escravidão. Este pacto garantiu a estabilidade política do regime imperial, sustentada por um tipo de parlamentarismo, no qual havia um rodízio permanente entre as forças políticas dominantes, que se alteravam no exercício do poder.

Com efeito, o projeto político hegemônico, neste período da história brasileira, reconheceu o papel que os órgãos de governo locais desempenharam na formação da nação, como bases da administração e da organização política. Porém, este reconhecimento não produziu alterações no funcionamento e no formato da organização municipal do Rio de Janeiro, que fora estabelecido pela Constituição outorgada em 1824 e pela Lei Orgânica de 1828, mantendo o controle direto do governo imperial sobre a Câmara do Município Neutro da Corte.

Em 1841, entretanto, a Câmara Municipal da Corte recebeu, do imperador D. Pedro II, os títulos de Senhoria e de Ilustríssima. Desta forma, o governo imperial reconheceu e enalteceu os serviços que a municipalidade carioca havia prestado ao país, nos dramáticos momentos das lutas de independência e das sucessivas crises do Primeiro Reinado e da Regência. Atualmente, esses títulos integram o acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. ⁸⁷ A concessão destes títulos à Câmara Municipal da Corte não alterou a situação político-institucional do órgão representativo carioca, vigente no período de auge da monarquia (1850-1870). Os vereadores permaneceram submetidos à tutela imperial, fosse ao Ministério dos Negócios do Interior e Justiça ou ao parlamento. Assim, a Câmara Municipal da Corte, apesar de Senhoria e Ilustríssima, continuou a enfrentar vários limites para seu pleno funcionamento e para cumprir suas amplas funções administrativas de zelar pelo patrimônio da municipalidade e pelo bem-estar dos cidadãos cariocas, pois não desfrutou de autonomia política e financeira, apesar de desempenhar múltiplas atribuições na administração da cidade.

Ao lado dos limites legais, políticos e financeiros que impediram o pleno funcionamento da “Ilustríssima” Câmara Municipal, o deficiente tratamento dado aos documentos recolhidos ao seu Arquivo também se manteve até a segunda metade do século XIX, pois os vereadores não se preocuparam em ordenar que fossem identificados, arranjados e preservados. Em consequência dessa situação, em 1852, o presidente da Câmara, Cândido Borges Monteiro (1851-1852), no relatório, redigido no final do seu mandato, atribuiu as dificuldades do órgão para realizar a cobrança dos tributos sobre os terrenos foreiros da municipalidade à precária organização da escrituração arquivada.

Propôs, então, a retomada do controle do governo municipal sobre as suas sesmarias, com base nos títulos de propriedade dos foreiros nelas estabelecidos. Assinalou, porém, que esses títulos e outros documentos

da municipalidade encontravam-se depositados de forma desorganizada no Arquivo da Câmara e precisavam ser identificados, arranjados e conservados. Para viabilizar a retomada do controle da municipalidade sobre seu patrimônio territorial e imobiliário, o presidente da Câmara Municipal indicou a nomeação de um cobrador interessado em executar imediatamente as dívidas dos foreiros e propôs que os vereadores estipulassem as multas apropriadas aos devedores da municipalidade. Borges Monteiro também sugeriu que os vereadores ordenassem uma escrituração mais cuidadosa e eficiente dos documentos institucionais, organizando o Arquivo da Câmara. Porém, suas propostas não foram consideradas nem encaminhadas pelas vereanças seguintes.

Em 1854, a Ilustríssima Câmara, sob a presidência de Miguel de Frias e Vasconcelos (1853-1856) finalmente encarregou o então vereador Roberto Haddock Lobo de reorganizar os documentos e os livros do seu Arquivo, com o objetivo de realizar o levantamento, a demarcação e o tombamento do patrimônio territorial e imobiliário da municipalidade. No relatório final do seu trabalho, Haddock Lobo registrou o estado de abandono e de desordem em que encontrou os documentos depositados no Arquivo da edilidade. E apontou a necessidade urgente de se restaurar o serviço de tombamento dos bens municipais e de se reorganizar o Arquivo da Câmara, pois essas condições eram indispensáveis e imprescindíveis para a eficaz administração do patrimônio municipal. A cobrança dos foros e laudêmios era dificultada pela confusão em que se encontravam o arrolamento dos foreiros e os registros das Cartas de Aforamento, arquivados sem ordem e sem método. Esta avaliação de Haddock Lobo foi confirmada em 1855, pelo primeiro diretor nomeado do Arquivo da Câmara, o historiador e arquivista José Ricardo Pires de Almeida.

No relatório anual ⁸⁸ que apresentou ao presidente da Câmara Municipal, Pires de Almeida destacou o precário estado de conservação e de organização dos papéis e livros do Arquivo, apontando também a grande desorganização em que se encontrava a documentação arquivada. Indicou que esta era a principal dificuldade para a eficácia das pesquisas paleográficas dos documentos que fundamentavam os direitos de propriedade da Câmara sobre as sesmarias, que constituíam o seu patrimônio imobiliário e territorial. Nesse relatório, Pires de Almeida ressaltou que a reorganização do Arquivo da Câmara era o ponto de partida para a realização de novas e seguras investigações sobre as questões foreiras da municipalidade, “pois nos seus livros estão as chaves dos problemas, das quais depende o aumento das rendas municipais” ⁸⁹. Assim, apontou a estreita relação existente entre a preservação e a organização dos documentos da Câmara e o exercício dos direitos da municipalidade sobre as suas terras foreiras e até sobre a sua própria arrecadação tributária.

Entre 1855 e 1858, Roberto Haddock Lobo, depois de um apurado e criterioso processo de levantamento e de organização da documentação arquivada pela Câmara, trabalho que realizou em colaboração com Pires de Almeida, reuniu um conjunto de documentos para comprovar a propriedade da municipalidade sobre as suas sesmarias. Ordenou, então, a publicação dos registros de tombamento dos bens municipais, editando diversos fascículos com o resultado destes trabalhos. Porém, Haddock Lobo não conseguiu convencer os foreiros devedores a reconhecerem os direitos da municipalidade sobre as terras em questão, pois eles, com base na tradição de que o incêndio de 1790 destruíra totalmente o Arquivo da Câmara, recusaram-se a aceitar os resultados das investigações efetuadas, negando a validade jurídica dos fascículos reunidos e editados pelo ilustre vereador.

Em 1862, foram introduzidos, finalmente, alguns melhoramentos no espaço físico e na organização dos documentos do Arquivo da Câmara. Em 1863, o vereador Haddock Lobo reuniu os fascículos dos levantamentos dos bens foreiros à municipalidade em uma publicação, que foi ao prelo nesse mesmo ano, recebendo o título de *Livro de Tombo das terras municipais que constituem parte do patrimônio da Ilustríssima Câmara Municipal da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*.⁹⁰ Atualmente, este livro integra o acervo bibliográfico do AGCRJ. Entretanto, ao término do mandato de Haddock Lobo, o trabalho de arrolamento

e de publicação dos bens municipais tombados foi mais uma vez interrompido. Somente o primeiro volume do *Livro de Tombo* foi publicado, pois, nas vereanças seguintes, o serviço de tombamento da Câmara novamente se desorganizou.

João José da Cunha Teles, presidente da Ilustríssima Câmara Municipal, entre 1861 e 1864, no seu Relatório Anual ⁹¹ de 1863, destacou que as condições de organização e de arranjo dos documentos do Arquivo institucional melhoraram, depois dos trabalhos empreendidos por Haddock Lobo e Pires de Almeida, ressaltando que os documentos estavam melhor ordenados e arrolados, facilitando e agilizando a sua consulta. Reiterou ainda a necessidade de se realizar o inventário da documentação arquivada e de se dar continuidade à organização dos aforamentos da municipalidade.

Apesar das propostas de João José da Cunha Teles, somente durante a presidência de Antônio Ferreira Viana (1869-1873), a Câmara nomeou uma nova comissão para prosseguir a obra de tombamento do patrimônio municipal, iniciada por Haddock Lobo. Em decorrência desta determinação do presidente da Câmara, em 1870, os documentos do Arquivo foram separados e identificados precariamente. A comissão, encarregada destes trabalhos, também propôs a realização de um levantamento das plantas das sesmarias, a numeração dos foros, e a numeração, classificação e catalogação de todos os documentos encontrados no Arquivo da Câmara, com a finalidade de identificá-los e organizá-los. O presidente Ferreira Viana, orientado pelo diretor do Arquivo, Pires de Almeida, ordenou também que se processasse a uma busca rigorosa nos cartórios dos mais antigos tabeliães da cidade. Esta investigação pretendia recuperar informações sobre as terras foreiras à Câmara Municipal e outros documentos da municipalidade extraviados ou retidos nesses cartórios. Estas informações, contidas nas escrituras dos arquivos cartoriais, e os documentos encontrados deveriam ser identificados e transcritos para os Livros de Tombo e Livros de Registros, guardados no Arquivo da Câmara.

Em 1873, ao final de sua gestão na presidência da Câmara, Ferreira Viana, no seu Relatório Anual ⁹², reconheceu que o espaço disponível para a guarda e a organização dos documentos da repartição de Arquivo, tão importante para o patrimônio municipal, era insuficiente para a grande quantidade de documentos ali existentes. Ferreira Viana registrou também nesse Relatório haver encontrado documentos históricos importantes no Arquivo, tais como o estandarte do antigo Senado da Câmara e o pátio de recepção da família real, datado de 1808, além de vários manuscritos do século XVI.

Este presidente da Ilustríssima Câmara assinalou ainda que a segunda parte do trabalho de tombamento dos bens territoriais municipais enfim prosseguira, sob a direção do vereador Inocêncio da Rocha Maciel, encarregado de fazer o levantamento do patrimônio territorial e imobiliário da municipalidade. Mais tarde, o referido encarregado publicou um relatório de suas averiguações, com suas conclusões. ⁹³

Nos relatórios anuais dos presidentes da Câmara que sucederam Ferreira Viana foram constantes as reclamações, tanto em relação às precárias condições físicas do Arquivo, quanto à falta de pessoal interessado em desenvolver os ofícios de arquivista, apesar do inegável valor da documentação arquivada.

Em 1873, o prédio do Paço Municipal já apresentava vários problemas estruturais. Os engenheiros chamados para avaliá-lo foram unânimes em propor a sua demolição. Os camaristas decidiram, então, se mudar do prédio para que um novo edifício fosse construído no mesmo local, com o objetivo de abrigar a edilidade com mais conforto e segurança. Provisoriamente, a Ilustríssima Câmara e suas repartições, inclusive o seu Arquivo, foram transferidos para dois sobrados próximos, na esquina da rua do Conde, atual rua Frei Caneca, em frente ao campo da Aclamação.

Nesses dois sobrados o governo municipal e suas repartições, inclusive o Arquivo, funcionaram até 1882. O projeto do novo Paço Municipal foi elaborado pelo engenheiro-arquiteto José de Souza Monteiro, discípulo de Grandjean de Montigny. O projeto foi aprovado pelo plenário da Câmara Municipal, em 1875. As obras do novo edifício da Ilustríssima Câmara iniciaram-se em 1876, mas se arrastaram por vários

anos, em razão da falta de recursos financeiros da municipalidade para custear a construção do edifício. As obras foram sendo realizadas gradativamente, com o auxílio de doações financeiras de eminentes cidadãos cariocas.

Durante o período das obras de construção do novo Paço Municipal, o Arquivo da Câmara ficou alojado no sobrado nº 2, da rua do Conde. Neste prédio, o Arquivo continuou sofrendo com as más condições físicas das suas instalações, a falta de pessoal qualificado para o serviço, o péssimo acondicionamento dos papéis e das coleções de livros e documentos que constituíam seu acervo e as constantes requisições dos documentos pela repartição do tombamento. Estas constantes requisições foram responsáveis pelo esfacelamento de muitos conjuntos documentais, contribuindo para a sua destruição. Neste período, em que o Arquivo ficou instalado precariamente, até valiosos documentos foram vendidos irregularmente para livreiros da cidade, depois de expropriados do Arquivo da Câmara. Entre os vendidos, destacou-se um antigo Livro de Balanços, exposto em 1878, em um leilão. Fatos como esse demonstram que o Arquivo e os camaristas não detinham um controle eficaz sobre os documentos arquivados.

Finalmente, no dia 2 de dezembro de 1882, data de aniversário do imperador Pedro II, o novo Paço Municipal foi oficialmente inaugurado no campo de Santana, com grandes festividades, que contaram com a presença do monarca, da família imperial, de ministros e secretários de Estado, de membros do corpo diplomático e consular e de deputados e senadores, além dos próprios vereadores da Câmara Municipal, sob a presidência de José Ferreira Nobre (1881-1884).

O novo prédio da Câmara Municipal, de influência neoclássica, era formado por três corpos edificados, dotados de três andares. A sua fachada principal voltava-se para o campo da Aclamação. O Auto de Inauguração do Paço Municipal foi depositado no seu Arquivo, e hoje integra o acervo do AGCRJ.⁹⁴

A partir de então, a Ilustríssima Câmara e suas repartições, inclusive o Arquivo, passaram a funcionar nesse edifício, que somente foi derrubado em 1944, para a abertura da avenida Presidente Vargas. O Arquivo foi instalado na sala contígua à da Secretaria da Câmara, à qual estava subordinado desde 1828, por determinação da Lei Orgânica.

Em 27 de setembro de 1883, os vereadores aprovaram um aditamento ao Regimento da Câmara e autorizaram a transferência do Arquivo para um grande salão do primeiro andar do Paço Municipal, aumentando o espaço físico ocupado pela repartição e melhorando suas instalações. Em 28 de junho de 1886, um ato de vereança encarregou o diretor do Arquivo, José Ricardo Pires de Almeida, de reorganizar a sua estrutura interna. Pires de Almeida propôs a adição de uma seção de estatística administrativa à organização interna do Arquivo.

Em Relatório de 1887, Pires de Almeida reconheceu que o Arquivo passou a dispor de melhores acomodações, porém, destacou a necessidade urgente e indeclinável de se continuar o trabalho de higienização, organização e conservação da documentação arquivada. Na sua avaliação, muitas coleções estavam truncadas, os papéis avulsos mal-acondicionados e toda a documentação estava sofrendo uma infestação de traças. Pires de Almeida apontou uma das causas do esfacelamento do acervo do Arquivo que eram as constantes requisições dos seus livros e papéis pela repartição do tombamento da Câmara. Neste Relatório,⁹⁵ destacou também que, na Europa, os arquivos municipais eram reconhecidos como depositários de documentação de grande valor histórico e probatório, sendo tratados com grande zelo e especiais cuidados pelas municipalidades, sugerindo que a Câmara Municipal carioca também adotasse procedimentos e rotinas que garantissem o tratamento adequado à valiosa documentação arquivada.

No contexto histórico da crise da monarquia (1870-80/1889), a Ilustríssima Câmara Municipal voltou a desempenhar um papel destacado na história do país, participando ativamente da campanha abolicionista e do movimento republicano. A sua participação no movimento abolicionista ganhou significado,

especialmente, a partir de 1883, quando os autos registrados nos Livros de Vereança passaram a expressar o acirramento dos debates entre os vereadores abolicionistas e escravocratas.

Em 1884, o engajamento da maioria dos vereadores à causa abolicionista manifestou-se na organização de um Livro de Ouro ⁹⁶, destinado a registrar os nomes daqueles que fizeram doações para a compra de alforrias para escravos. A participação dos camaristas na campanha abolicionista chegou ao auge, quando os vereadores libertaram os escravos da Câmara e do Município Neutro da Corte.

As sessões plenárias da Câmara Municipal tornaram-se palco destacado para os inflamados discursos dos líderes abolicionistas e republicanos, tendo ocorrido vários embates entre os seus mais eminentes vereadores, como o liberal Adolfo Bezerra de Meneses, médico homeopata, abolicionista e republicano, que presidiu a Câmara entre 1877 e 1880, e o conservador Roberto Haddock Lobo, ardoroso defensor da monarquia. Os vereadores abolicionistas, como José do Patrocínio e Adolfo Bezerra de Menezes, participaram ativamente dos festejos que, durante oito dias, marcaram a vida da cidade-Corte, levando milhares de pessoas às ruas, após a promulgação da Lei Áurea ⁹⁷.

Ainda que a abolição da escravidão tenha reaproximado os escravos e os abolicionistas da monarquia e da família imperial, o movimento republicano continuou a crescer alimentado pelo crescente descontentamento do Exército com a monarquia e, depois da abolição, pela adesão dos “barões do café” do vale do rio Paraíba ao republicanismo. Com a abolição sem indenização aos proprietários de escravos, estes fazendeiros escravistas perderam os capitais que investiram na compra de escravos, a mão de obra fundamental das suas lavouras, muitas vezes hipotecando suas fazendas aos comerciantes negreiros. Por isto, após a decretação da Lei Áurea, os “barões do café” romperam com a monarquia e ficaram conhecidos como os “republicanos de 14 de maio”, denominação que mostra o caráter oportunista da sua adesão ao republicanismo.

Nos momentos decisivos da transição da monarquia para a república, as ideias republicanas continuaram presentes nos discursos e atos dos vereadores cariocas, assinalando o seu crescimento nas classes médias urbanas e nos meios militares. A Câmara Municipal carioca exerceu novamente um papel decisivo nos acontecimentos nacionais, tendo contribuído para a legitimação tanto da abolição da escravidão, quanto do regime republicano, diante da opinião pública e da população da cidade e do país. A atuação dos vereadores cariocas extrapolou o âmbito municipal e repercutiu por toda a nação, onde o seu exemplo foi seguido por outros vereadores, em diversos municípios.

No contexto das transformações que marcaram a passagem da monarquia para a república na cidade do Rio de Janeiro, entre 1880 e 1920, os problemas de urbanização e saneamento desencadearam grandes debates entre engenheiros, arquitetos e médicos e suas associações profissionais, como a Escola Politécnica, o Clube de Engenharia e a Academia de Medicina. Foram elaborados e apresentados diversos projetos de remodelação e de melhoramentos urbanos.

Entre esses projetos destacou-se o apresentado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, criada em 1874, da qual participaram Jerônimo Jardim, Marcelino Ramos da Silva e o engenheiro Francisco Pereira Passos, que começava a despontar entre os profissionais formados pela Escola Politécnica. O projeto da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, publicado entre 1875 e 1876,⁹⁸ relacionou uma série de intervenções urbanas e de obras públicas que deveriam ser realizadas para assegurar a expansão, saneamento e modernização da cidade. Entre as reformas apontadas como prioritárias, indicou os desmontes dos morros do Senado e do Castelo. As necessidades de transformar o espaço público e, conseqüentemente, o modo de vida e a mentalidade carioca, tornaram-se imperiosas para as novas elites culturais da cidade. Estas elites consideraram a antiga estrutura urbana, herdada do período colonial, ultrapassada, insalubre e ineficaz. Na opinião dessas elites, o espaço urbano devia ser remodelado e adequado para atender às demandas impostas pela nova realidade em acelerado processo de desenvolvimento capitalista.

Para realizar a reurbanização e modernização, defenderam a destruição da cidade colonial e a montagem de uma nova estrutura urbana, rompendo com as velhas tradições e dissolvendo a antiga sociedade organizada à sombra da monarquia.

Os projetos de reurbanização do Rio de Janeiro, elaborados pelas elites científicas e técnicas do fim do século XIX, constituíram os princípios e as orientações fundamentais que regeram a “Regeneração”, política urbanística que o governo republicano de Rodrigues Alves (1902-1906) começou a implantar na cidade do Rio de Janeiro, para marcar a definitiva superação da situação colonial e monárquica.

A “Regeneração” desdobrou-se em diversos ciclos. O primeiro começou nas gestões do presidente Rodrigues Alves e do engenheiro Francisco Pereira Passos na Prefeitura da cidade (1902-1906) e foi marcado pelo “bota-abaixo” e pela abertura da avenida Central. O segundo ocorreu na administração do prefeito-engenheiro Francisco Marcelino de Souza Aguiar (1906-1909), culminando na realização da grande Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos, em 1908. O terceiro desenrolou-se entre 1920 e 1922, na gestão do prefeito Carlos Sampaio, quando alcançou o seu apogeu, com a demolição do morro do Castelo e a abertura da esplanada do Castelo, onde foram erguidos os palácios e pavilhões para a Exposição Internacional do Centenário da Independência.⁹⁹ De certa forma, a Regeneração foi retomada durante a administração de Henrique Dodsworth (1937-1945), quando novas intervenções radicais foram implementadas no tecido urbano, com a abertura da avenida Presidente Vargas.¹⁰⁰

No período entre a crise da monarquia e o começo do regime republicano, a história do Arquivo Municipal não pode ser separada da história do Rio de Janeiro e do próprio país, pois, como um “lugar de memória” da cidade e dos seus cidadãos, atuou como uma instituição insubstituível e imprescindível para a guarda e a preservação das fontes documentais que registram a evolução histórica da cidade e da sua gente.

No momento em que grandes intervenções urbanísticas transformaram o Rio de Janeiro e as tradições urbanas foram rechaçadas pelos novos donos do poder, em nome da “modernidade” e do “progresso”, o Arquivo Municipal contribuiu para impedir que a história da cidade se perdesse no esquecimento, desempenhando um papel decisivo para a preservação das fontes documentais que registram a história da municipalidade e formam a base jurídica e legal para as ações dos seus governantes, subsidiando as suas tomadas de decisões, além de possibilitarem que os cidadãos comprovem os seus direitos e pesquisem a sua história.

De fato, o Arquivo Municipal preservou a memória documental da cidade, pois manteve a continuidade das suas ações de recolhimento, guarda e preservação dos documentos produzidos pelo governo municipal, num momento de mudanças institucionais, políticas e urbanísticas radicais e decisivas para a história da cidade-capital e do país.

Na virada do século XIX e nos anos iniciais do século XX, os atos e documentos produzidos pelos vereadores e demais agentes administrativos da cidade continuaram a ser guardados e conservados no Arquivo Municipal, sendo preservados para a consulta das futuras gerações de gestores públicos da municipalidade, para os pesquisadores e para os cidadãos em geral que encontram, na documentação arquivada, informações e conhecimentos fundamentais para a defesa das suas ideias, interesses e direitos.

NOTAS

¹² O termo Conselho ou Câmara Municipal aparece em diplomas portugueses, a partir do século XIII. É formado por uma comunidade vicinal, de território de extensão variável, sendo dotado de maior ou menor autonomia administrativa, dependendo do senhorio feudal ao qual estava subordinado. É a origem dos municípios portugueses.

¹³ Na época da fundação da cidade do Rio de Janeiro, as Ordenações que estavam em vigor no Reino português eram as Manoelinas, editadas pela primeira vez em 1514 e reeditadas em 1521, no reinado de D. Manoel I. Estas Ordenações sucederam as Afonsinas, em vigor desde 1446 e, por sua vez, foram seguidas pelas Filipinas, vigentes a partir de 1603.

¹⁴ “Homens bons” era a designação dada em Portugal aos indivíduos mais ricos e importantes de cada aldeia ou povoado. Quase todos os cargos municipais eram monopolizados por esses personagens, que compunham os Conselhos. Uma Provisão Régia, de 8 de maio de 1705, vedou a participação nas eleições para os Conselhos dos “mecânicos operários, dos degredados, dos judeus, dos “cristãos novos, dos negro, dos mulatos, considerados impuros pela religião e pela cor, e dos trabalhadores braçais da classe dos peões”, mas os comerciantes e mascates também foram excluídos das eleições.

¹⁵ O juiz de órfãos exercia as incumbências de cuidar e manter os órfãos e os seus bens e rendas; proceder ao inventário e à partilha dos seus bens; fiscalizar a ação de tutores e curadores; e depositar o dinheiro dos órfãos numa arca com três chaves, uma das quais era guardada sob a sua responsabilidade. O juiz de órfãos dava agravo dos feitos que julgasse ao provedor da capitania e, na sua ausência, ao ouvidor.

¹⁶ Cf. SALGADO, G. (Coord.), 1985, p. 69-72.

¹⁷ Cf. ZENHA, E. 1948, p. 64-65.

¹⁸ A Companhia de Jesus foi uma ordem regular, criada por Inácio de Loyola, no contexto do Concílio de Trento (1545-1563) no auge da Contra-Reforma Católica e desempenhou um papel determinante na expansão portuguesa. Na Colônia portuguesa da América, os jesuítas desempenharam um papel destacado na catequese das populações indígenas.

¹⁹ Conforme determinava as Ordenações do Reino, o escrivão da Câmara Municipal era um oficial maior ou superior que desempenhava diversas funções relativas à produção, à guarda, à organização e à conservação da documentação emanada dos trabalhos dos camaráes e das repartições municipais. Cf. SALGADO, G. (Coord.). 1985, p.154.

²⁰ Cf. os conceitos de capitalidade e de cidade-capital foram elaborados por ARGAN, Giulio, 1964.

²¹ Cf. AZEVEDO, A. N., 2000, p. 45-63.

²² RODRIGUES, A. E. M, 2000, p. 11-43.

²³ A primeira Repartição de Governo do Sul, sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi criada em 1572 e extinta em 1577, no reinado de D. Sebastião.

²⁴ Francisco Salles de Macedo, bacharel e historiador, ocupou sucessivamente os cargos de chefe da Seção Histórica da Diretoria de Arquivo Geral, chefe do Arquivo Geral, sub-diretor de Polícia Administrativa e Arquivo e, interinamente, de diretor-geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Durante anos, coordenou a publicação dos *Boletins da Prefeitura do Distrito Federal*. Faleceu no Rio de Janeiro em 1908.

²⁵ A União das Coroas Ibéricas foi o processo de ocupação do trono português pelos reis da Espanha (Felipe I, II e III),

depois que o último rei da dinastia, o cardeal Afonso Henriques, tio do falecido rei Dom Sebastião, morreu sem deixar herdeiros.

²⁶ Cf. Boxer, C. 1973.

²⁷ O cargo de ouvidor geral era regido por um regulamento próprio. Ver *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa*, 1854-59, v. 6, p. 461-464.

²⁸ O cargo de provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausento no Estado do Brasil foi criado e regulamentado por uma Provisão Régia, em 10 de dezembro de 1613.

²⁹ Cf. VIEIRA FAZENDA, 1921, v. 140, p. 38-39.

³⁰ Cf. o artigo de Pires de Almeida, *Jornal do Commercio*, 23/02/1896, p. 1-2.

³¹ O alcaide-mor era o oficial militar nomeado pelo governador da capitania para exercer as atribuições de governo e de defesa das fortalezas da cidade. Era responsável pela guarda e vigilância dos presos da cadeia, sendo encarregado de manter a disciplina e cobrar as despesas de carceragem dos presos. Na ausência ou no impedimento do governador da capitania assumia as suas funções, até 1647, quando a Câmara adquiriu esta prerrogativa.

³² O Conselho Ultramarino, órgão metropolitano, foi criado em 1642 e regulamentado em 1643. Ocupou-se de todas as matérias e negócios relativos às colônias portuguesas. Desempenhou diversas funções entre as quais se destacaram a administração da Fazenda real; o controle sobre a navegação no ultramar; provimento dos cargos e ofícios de Fazenda e Justiça nas colônias; orientação da Coroa nos negócios de guerra e a análise de requerimentos de mercês provenientes do ultramar.

³³ O cargo de juiz-de-fora foi criado em 1696 com o objetivo de aumentar o controle metropolitano sobre as Câmaras Municipais, que passaram a ser presididas por esses magistrados nomeados diretamente pela Coroa. Os juízes-de-fora detinham funções judiciárias, mas também deviam fiscalizar a atuação do alcaide-mor e dos alcaides-pequenos, atestar e endossar as Licenças concedidas pelos camaristas e os Termos de juramento dos capitães e oficiais das Ordenanças.

³⁴ A primeira Casa da Moeda do Estado do Brasil foi fundada em 8 de março de 1694, sediada em Salvador. Em 12 de janeiro de 1698, uma Carta Régia transferiu a Casa da Moeda para a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, seus trabalhos somente começaram em 17 de março de 1699, perdurando até 31 de janeiro de 1702, quando foi transferida para Pernambuco, porém, em janeiro de 1703, foi restabelecida e passou a funcionar na cidade do Rio de Janeiro.

³⁵ A Carta Régia que autorizou a realização de reformas na Câmara Municipal é citada por CAVALCANTI, N., 2004,

³⁶ FAUSTO, B. 1999, p. 64-65.

³⁷ A Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1715) foi deflagrada depois da morte do último monarca da dinastia de Habsburgo, Carlos II, que não deixou herdeiros. A Coroa espanhola foi reivindicada pelo rei Luís XIV, da França, para o seu neto, Felipe de Bourbon. Inglaterra, Áustria, Holanda e Portugal opuseram-se à união entre as duas coroas e declararam guerra às duas nações. Apesar de derrotas iniciais, a França saiu vencedora e Felipe de Bourbon foi coroado rei da Espanha, com o título de Felipe V, ainda que tenha sido obrigado a renunciar ao trono francês. Os dois tratados de Utrecht (1713 e 1715) e os de Rastatt e Baden (1714) encerraram os conflitos europeus.

³⁸ Cf. NORONHA SANTOS, 1981, p. 259.

³⁹ Provimentos são as instruções administrativas ordenadas pelo corregedor ao final de sua correição.

⁴⁰ O Erário Régio substituiu a Casa dos Contos, tendo sido criado no reinado de D. José I, para centralizar a receita e a despesa dos dinheiros públicos, assumindo a arrecadação e o controle das operações financeiras do Reino português. Ver AZEVEDO, A. C. do A. 1997, p. 163.

⁴¹ Sobre a centralização política portuguesa, empreendida sob a direção do marquês do Pombal, ver SALGADO, G. (Coord.), 1985, p. 61-63.

⁴² O chamado Paço dos Vice-reis em verdade foi construído por ordem do governador Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela (1733-1763) para abrigar a sede do seu governo. O projeto arquitetônico é de autoria do engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim e foi concluído em 1743.

⁴³ As Santas Casas da Misericórdia espalharam-se por todo o Império português, mas funcionavam autonomamente em cada local, prestando assistência aos prisioneiros, mantendo hospitais e detendo um quase monopólio sobre os enterros e cemitérios, dos quais provinha a maior parte das suas rendas, constantemente acrescidas por legados e doações. No Rio de Janeiro, era administrada e financiada por poderosos representantes da sociedade carioca.

⁴⁴ Cf. MATTOS, I. R. de . 1990, p. 51.

⁴⁵ Este ministro, um reformista ilustrado como Pombal, desde 1796, defendia o programa de formar um poderoso império luso-brasileiro nos trópicos e chegou a preparar um plano para a transferência da Coroa portuguesa para o Vice-Reino do Brasil, em 1803.

⁴⁶ DIAS, M. O. da Silva, 1972, p. 171 e seguintes.

⁴⁷ DIAS, M. O. da Silva, *op. cit.*

⁴⁸ Após a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, os camaristas foram transferidos da sua sede, pois as instalações daquele prédio se tornaram meras dependências do Paço Real, o antigo Paço dos Vice-Reis, para a hospedagem dos serviçais do rei e da família real.

⁴⁹ O Aljube foi construído em 1732, destinado aos membros do clero que cometessem delitos na jurisdição da comarca do Rio de Janeiro. Ficou isento de pagamento de impostos à Coroa enquanto foi uma prisão de padres e “cristãos-novos”. Depois que a “Cadeia Velha” foi fechada, em 1808, o Aljube passou a receber todos os tipos de criminosos, inclusive aqueles provenientes da extinta prisão, passando a ser designado como Cadeia da Relação.

⁵⁰ As chamadas guerras de independência desmentem a versão oficial de que a emancipação política do Brasil foi “pacífica”, resultado de um acordo tácito entre as classes dominantes do Sudeste e a dinastia de Bragança.

⁵¹ Este movimento denunciou o autoritarismo e o centralismo impostos pelo imperador e assumiu a bandeira republicana, federalista e antilusitana. Foi preparado pela intensa propaganda destas idéias pelos jornalistas liberais radicais, como Cipriano Barata e frei Joaquim do Amor Divino, o frei Caneca. Cf. NEVES, G. P. das; *et alii* , 2002, p. 123-124.

⁵² O **direito do padroado** foi uma instituição que existiu em Portugal e na Espanha, durante o Antigo Regime. Em Portugal foi estabelecido por um tratado assinado pelo rei Dom Manoel I e pelo Papa, garantindo à Coroa o direito exclusivo de administrar, organizar e financiar as atividades religiosas no ultramar. Conforme o padroado, coube aos reis portugueses ordenar a construção de igrejas e nomear sacerdotes e demais cargos eclesiásticos, de certa forma subordinando a Igreja Católica ao Estado.

⁵³ O campo de Santana passou a ser designado de campo da Aclamação, depois que nele ocorreu a aclamação pública do imperador Pedro I, no dia 12 de outubro de 1822. Em fins de 1889, os republicanos alteraram a denominação desse logradouro para praça da República.

⁵⁴ Para um aprofundamento da análise desta Lei, cf. NASCIMENTO, Joelma A. do. 2010, p. 159-167.

⁵⁵ O texto integral desta Lei estava disponível no site: www.camara.gov.br/Internet/InfoDoc/conteúdo/coleções/Legislação/Legimpr_K_20.pdf. Para uma análise mais detalhada da Lei Orgânica de 1828, cf. LEAL, Victor Nunes. 1975, p. 75- 80.

⁵⁶ Cf. no Ato Adicional especialmente o art. 10, nºs. IV a VII; art. 11, nº III.

⁵⁷ Sobre as revoltas ocorridas no período regencial, consultar CARVALHO, J. M. de, 1996, p. 229-234; FAUSTO, B. 1997, p. 164-171; NEVES, G. P. das; *et alii.* , p. 138-142.

⁵⁸ Sobre a política imperial no período iniciado com a formação do Partido Regressista, consultar CARVALHO, J. M. de. 1996, p. 171-177; MATTOS, I. R. de. 1987, p. 129-191.

⁵⁹ Cf. MATTOS, I. R. de, 1987. p. 129-191. O epíteto de saquaremas dado aos “regressistas, destacou que os seus mais importantes líderes, José Joaquim Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí e Paulino José Soares de Souza, visconde de Uruguai, eram grandes proprietários rurais na localidade de Saquarema, na província fluminense. Outros regressistas importantes foram Honório Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, o deputado Eusébio de Queirós, Pedro de Araújo Lima, o segundo regente uno, além do próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos.

⁶⁰ Cf. URICOECHEA, F. 1978, p. 76-79.

⁶¹ Cf. LEAL, V. N. 1975, p. 19-25.

⁶² Cf. URICOECHEA, F. 1978, p. 80-92.

⁶³ A vitória definitiva dos “saquaremas” sobre os liberais ocorreu, em uma batalha próxima à vila de Santa Luzia, em Minas Gerais, em 1842. A partir de então, os “saquaremas” para estigmatizar os liberais e lembrar-lhes a sua derrota, passaram a denominá-los de “luzias”.

⁶⁴ Cf. NEVES, G. P. das; *et alii.* 2002, p. 146-149; CARVALHO, J. M. de. 1996, p. 181-208.

⁶⁵ Cf. CARVALHO, J. M. de. 1996, p. 171-177.

⁶⁶ Sobre a Praieira, cf. NEVES, G. P. das et alii. 2002, p. 142-143; FAUSTO, B. 1997, p. 178-179.

⁶⁷ Cf. COSTA, C. M. L. 1997, p. 221-230.

⁶⁸ A Era Mauá começou com a extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850 e terminou por volta de 1860-75. Sua denominação é devida ao pioneirismo de Irineu Evangelista de Souza, barão e depois visconde de Mauá, empresário gaúcho que liderou o primeiro processo de modernização e industrialização do país.

⁶⁹ O higienismo foi uma corrente da Medicina, surgida simultaneamente ao liberalismo, que pregou a adoção de um conjunto de normas e padrões sanitários para combater as doenças e as epidemias que atacavam as populações urbanas. A partir da sua influência sobre alguns governantes europeus, como Napoleão III, da França, estes passaram a tratar a saúde dos habitantes das cidades com cuidado. Os primeiros higienistas consideravam que a doença era um fenômeno que englobava a vida humana em todos os seus aspectos. Em consequência, pregaram a necessidade de melhorar as condições de salubridade urbana, com a implantação da adução da água e do tratamento de esgotos, da iluminação pública e do combate aos “miasmas” que emanariam dos charcos e pântanos, causando as doenças e

epidemias que atingiam os moradores das cidades. Atribuíram ao Estado o papel de aplicar estratégias que contribuísem para a melhoria das condições ambientais, aterrando os terrenos alagadiços, afastando as indústrias, os matadouros e os cemitérios das áreas centrais das urbes, onde se concentrava a população. As doutrinas higienistas se desenvolveram com o avanço da Biologia e influenciaram os processos de industrialização e urbanização que se expandiram pela Europa ao longo do século XIX.

⁷⁰ Sobre as propostas de embelezamento, remodelação e melhoria das condições ambientais de salubridade da cidade do Rio de Janeiro, conf. BENCHIMOL, J. L. 1992 e ROCHA, O. P., 1995.

⁷¹ Cf. CARVALHO, J. M de, 1996; COSTA, M. E. V. da. 1985; MATTOS, I. R. de. 1987; COSTA, C. M. L. 1997.

⁷² Cf. COSTA, E. V. da. 1985; MATTOS, I. R. de. 1987, entre outros.

⁷³ Cf. Schwarcz, L. M., 2002; GUIMARÃES, M. L. S., 1988 e COSTA, C. M. L., 1997.

⁷⁴ Cf. COSTA, C. M. L. 1997, p. 110.

⁷⁵ Cf. COSTA, C. M. L. 1997, p. 117-119.

⁷⁶ Cf. COSTA, C. M. L. 1997, p. 119-120.

⁷⁷ Teveztan Todorov estabeleceu uma diferença entre racismo e racialismo. Afirmou que o racismo é uma ideologia e um comportamento que hierarquiza as raças humanas e se fundamenta no ódio às pessoas com características diferentes do defensor destas ideias. Por racialismo designou as doutrinas científicas sobre as raças humanas, marcadamente ideológicas e etnocêntricas que dominaram o pensamento europeu, no final do século XIX. Cf. TODOROV, T. 1993, p. 107.

⁷⁸ Cf. o conceito de “instituições inventadas” em HOBBSAWM, E.; RANGER, T. 1984.

⁷⁹ Cf. COSTA, C. M. L. 1997, p. 118-120.

⁸⁰ Sobre o IHGB consultar GUIMARÃES, M. L. S. 1988.

⁸¹ Cf. GUIMARÃES, M. S. 1988.

⁸² Sobre o funcionamento e a organização do Arquivo Público do Império, cf. COSTA. C. M. L. 1997.

⁸³ Cf. COSTA, C. M. L. 1997, p. 201 e seguintes.

⁸⁴ Cf. COSTA, C. M. L. 1997, p. 201 e seguintes.

⁸⁵ Caudilhismo designa o regime político adotado na maior parte dos países da América Latina no século XIX, dirigidos por caudilhos. Caudilhos eram os chefes militares e líderes políticos provenientes da desmobilização dos exércitos que lutaram pela independência contra o domínio espanhol e exerceram o poder de forma autoritária e patriarcal.

⁸⁶ Conf. URICOECHEA, F. 1978.

⁸⁷ Cf. Códice 18-1-8, AGCRJ.

⁸⁸ Cf. Códice 37-4-43, AGCRJ.

⁸⁹ Cf. Códice acima citado.

⁹⁰ Cf. LOBO, R. J. H., 1863.

⁹¹ Cf. Códice 36-4-11, AGCRJ.

⁹² Cf. Códice 36-4-11, AGCRJ.

⁹³ Cf. MACIEL, I. da R. 1857-72.

⁹⁴ Cf. Códice 18-1-60, AGCRJ

⁹⁵ Cf. Códice 37-4-43, AGCRJ.

⁹⁶ Cf. Códice 6-1-19 – Livro de Ouro da Ilustríssima Câmara Municipal, AGCRJ.

⁹⁷ A Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, ao contrário do que queriam os abolicionistas, não incorporou os ex-escravos à cidadania, mas também não estabeleceu qualquer indenização para os senhores escravistas.

⁹⁸ Cf. Códice 80-5-11, AGCRJ.

⁹⁹ Cf. SEVCENKO, N. 2003.

¹⁰⁰ Cf. LIMA, E. F. W. 1990.



CAPÍTULO 2

O ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL (1889-1934)

2.1. O ARQUIVO MUNICIPAL DO CONSELHO DE INTENDÊNCIA (1889-1892)

A Câmara Municipal carioca desempenhou um papel destacado nos atos inaugurais do regime republicano brasileiro, mais uma vez atuando como uma legítima representante da nacionalidade. Assim, no dia 15 de novembro de 1889, após a rebelião das tropas do quartel de São Cristóvão, lideradas pelo marechal Deodoro da Fonseca, realizou-se no plenário da Câmara Municipal uma solenidade, breve e muito agitada, dirigida pelo vereador e jornalista José do Patrocínio que, apesar de não ser decisiva para o desfecho da situação, foi o fato que marcou a presença dos civis na implantação da República.

A presença de civis na deposição da monarquia foi secundária, pois os republicanos radicais como Lopes Trovão, Silva Jardim e Joaquim Serra não participaram do golpe que derrubou a monarquia e José do Patrocínio, abolicionista, era malvisto pelos republicanos, devido às suas ligações com a Guarda Negra.¹⁰¹ Os participantes dessa cerimônia, celebrada no plenário da Câmara Municipal, exigiram a proclamação inequívoca do regime republicano, que até então não havia sido formalizada pelos líderes, militares e civis, do golpe que derrubou a monarquia.

Os fatos que haviam ocorrido, até aquele momento, caracterizavam-se como atos estritamente militares e corporativos, “uma parada militar, a qual o povo assistiu bestializado”, na famosa frase do republicano histórico Aristides Lobo. Esse caráter militarista do novo regime manifestou-se nas presidências dos marechais Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), que adotaram posições centralizadoras e autoritárias.

Os vereadores cariocas, entretanto, contribuíram para que o advento da República incorporasse um caráter cívico e patriota, ao adotarem bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, ainda que ela copiasse a norte-americana, e ao afirmarem simbolicamente os ideais republicanos, nessa cerimônia histórica que realizaram na Câmara Municipal, ao final da tarde do dia 15 de novembro.

Dentre os documentos que assinalam a participação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro nos acontecimentos primordiais da República, destaca-se o “Termo de Juramento que prestaram os membros do Governo Provisório perante a Ilustríssima Câmara Municipal”¹⁰², promulgado e assinado pelos vereadores cariocas, em sessão de 16 de novembro de 1889. Nesta data, o Governo Republicano Provisório tomou posse formalmente, em uma sessão extraordinária, realizada no plenário da Câmara Municipal, depois de prestar o juramento de adesão e de lealdade ao recém-instituído regime.

Entretanto, apesar da ativa participação dos vereadores na Proclamação da República, o Governo Republicano Provisório extinguiu a Câmara Municipal e passou a administrar diretamente o território do antigo Município Neutro, que ganhou a designação de Distrito Federal, funcionando como capital federal

do país e sede do governo republicano. As primeiras medidas adotadas pelo governo republicano em relação ao Rio de Janeiro mantiveram a reduzida autonomia municipal e a subordinação da cidade-capital ao governo central, características estabelecidas pelo regime deposto.

Logo após a sua posse, o Governo Provisório (1889-1981), chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, adotou um conjunto de medidas que visaram assegurar a implantação do regime republicano no Brasil. Entre essas medidas, destacaram-se: o banimento da família imperial do território nacional, a separação entre o Estado e a Igreja, a concessão da nacionalidade brasileira para os estrangeiros residentes no país, dando origem a uma política de grande naturalização, a criação de uma nova bandeira nacional, fortemente influenciada pelos positivistas, pela instituição de novos símbolos nacionais e a nomeação de novos presidentes para as províncias, que passaram a serem denominadas de Estados, em função da adoção dos princípios federalistas.

A implantação do regime republicano no Brasil, ao se desenrolar no Rio de Janeiro, confirmou a cidade como o principal palco da vida política nacional, cenário no qual os destinos do país se decidiram e do qual partiram as novas diretrizes, repercutindo-as para as demais regiões brasileiras. Assim, a capitalidade que a cidade-capital já exercia sobre as demais regiões do país se atualizou e se reafirmou nesse momento inaugural da República, que surgiu como ideal em 1870, quando foi lançado nesta cidade o Manifesto Republicano, assinado por homens como Aristides Lobo, Lopes Trovão, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, que lideraram o movimento republicano carioca, ainda que defendessem projetos políticos diferentes.

Após a Proclamação da República, a cisão do movimento republicano se acentuou, pois as várias tendências que o formaram, como os liberais federalistas paulistas, os democratas radicais rousseauianos¹⁰³ cariocas e fluminenses, os positivistas ortodoxos e heterodoxos¹⁰⁴ e os militares, passaram a disputar entre si a hegemonia política do novo regime, lutando para impor seus projetos políticos, sociais e ideológicos diferentes e até divergentes na forma e na estrutura do poder do Estado brasileiro, na sua administração, na sua legislação e no seu sistema legal e judicial.¹⁰⁵

De fato, as várias tendências republicanas disputaram entre si suas concepções distintas de organização social, política e jurídica para o novo regime. A defesa destas distintas concepções provocou acirradas lutas e tensões entre os republicanos que, algumas vezes, extrapolaram tais tendências e alcançaram as classes populares, resultando em várias manifestações de descontentamento no meio militar e até em rebeliões populares e militares.

A corrente republicana, que se tornou hegemônica no final dessas lutas, foi formada pelos representantes civis das oligarquias dos principais estados do país (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro). Essa tendência era liberal, federalista, presidencialista, e muito influenciada pelo modelo republicano norte-americano. Por isto, defendeu uma ampla autonomia política, administrativa e financeira para os estados-membros da União, reivindicando uma descentralização do poder e a ampliação das prerrogativas dos governos estaduais e uma não intervenção do Estado nos negócios comerciais e na produção.

Os militares, especialmente os do Exército, constituíram outra corrente de expressão no movimento republicano. Eram centralistas, defendendo o fortalecimento do Poder Executivo, mas estavam divididos entre os defensores das ideias positivistas, difundidas entre eles por ideólogos como Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e os que seguiam a liderança do velho marechal Deodoro da Fonseca. Os seguidores do marechal não possuíam um projeto republicano muito definido, limitando-se a reivindicar uma valorização do papel do Exército no Estado e na sociedade, ressentidos com o tratamento que tinham recebido do governo imperial, após o fim da Guerra do Paraguai.

Os positivistas ortodoxos, seguidores Miguel Lemos e de Raimundo Teixeira Lima, fundadores do Apostolado Positivista do Brasil, e os heterodoxos, liderados por Benjamin Constant Botelho de Magalhães, fundador do Clube Republicano e com grande influência entre a jovem oficialidade das Escolas Militares e

os soldados e praças do Exército, defenderam o programa republicano mais desenvolvido. Por isto, conseguiram influir em decisões fundamentais do novo regime, como a adoção de parte do lema comteano na bandeira nacional (“Ordem e Progresso”), a separação entre o Estado e a Igreja, na laicização dos cemitérios, cuja administração foi entregue às autoridades municipais, a instituição do registro civil. Defenderam as eleições diretas para a Presidência e a concessão do direito de voto aos analfabetos. O positivismo se difundiu entre os líderes republicanos gaúchos, como Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros que fundaram o Partido Republicano Rio Grandense e dominaram o Executivo estadual.

Os democratas radicais, inspirados nos revolucionários franceses jacobinos, como Robespierre, Marat, Danton e Saint-Just, almejavam uma República democrática, que assegurasse o acesso do povo à cidadania e promovesse as reformas sociais, políticas, econômicas e culturais, que permitissem a incorporação das classes populares ao progresso e à civilização. Excluídos do golpe de 15 de novembro, os democratas radicais cedo se desiludiram com a República, que consideraram como um verdadeiro retrocesso monarquista e uma grande traição dos ideais republicanos igualitaristas e libertários que defendiam. Nos seus jornais, comícios, conferências e panfletos passaram a denunciar o caráter militarista e oligárquico do novo regime, desenvolvendo uma persistente e profunda aversão à hegemonia das oligarquias estaduais, especialmente da paulista, ligada à cafeicultura.¹⁰⁶

Os democratas rousseauianos, já então denominados de jacobinos, foram nacionalistas extremados e até xenófobos, voltando sua propaganda e suas ações especialmente contra os portugueses, que dominavam o comércio varejista e atacadista e a locação de imóveis na cidade. Lutaram para acabar com o monopólio lusitano sobre essas atividades. Desta forma, alimentaram o difuso antilusitanismo presente entre as camadas populares, mobilizando e dirigindo o seu potencial explosivo principalmente contra os imigrantes recém-chegados, que concorriam no mercado de trabalho com os trabalhadores nacionais pobres, negros e mestiços, que constituíam a maioria da população do Rio de Janeiro e de outras cidades importantes do país, pois os imigrantes lusos terminavam conseguindo as melhores colocações no mercado de trabalho urbano.

Além de criticarem a imigração portuguesa, os jacobinos pretendiam impedir que os portugueses continuassem a ocupar cargos na administração pública brasileira, conforme permitia a política de grande naturalização adotada pelo Governo Provisório. Também pretenderam interromper a corrente migratória que descarregava crescentes levas de imigrantes lusos no porto carioca, propondo que o Brasil rompesse relações diplomáticas com Portugal.¹⁰⁷

Os positivistas, organizados no Apostolado Positivista do Rio de Janeiro e em torno da liderança de Benjamin Constant, procuraram ganhar influência junto às classes trabalhadoras, defendendo reformas sociais e políticas e a integração do proletariado à sociedade moderna. Suas ideias alcançaram grande influência junto à jovem oficialidade das escolas militares do Exército. Durante a presidência do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), os positivistas quase se fundiram com os jacobinos, dando origem a uma nova tendência, o florianismo, que atuou politicamente nas revoltas que ocorreram no Rio de Janeiro em 1894, 1897 e 1904.¹⁰⁸

Esta convergência entre positivistas e jacobinos ocorreu porque os seus projetos políticos assumiram a defesa de uma “ditadura republicana”, que deveria promover o fortalecimento do Poder Executivo na União e nos estados, a incorporação de amplos setores das classes populares à cidadania e garantir uma efetiva democratização da sociedade brasileira, promovendo reformas políticas, econômicas, sociais, como a implantação da educação primária obrigatória, o combate ao analfabetismo e a ampliação da cidadania civil e política das massas trabalhadoras. Entretanto, a ebulição política promovida pelos jacobinos e positivistas, por meio de comícios, clubes e jornais, alimentou uma permanente instabilidade nos meios políticos e militares, temerosos do crescimento dos movimentos populares, e radicalizou o clima político da cidade-capital.

Na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência da efervescência provocada pelos inflamados debates entre as tendências republicanas em confronto, a Proclamação da República, apesar de não ter mobilizado a participação popular como o abolicionismo, gerou grandes expectativas de renovação e de maior participação política em amplas parcelas da população. As classes médias e populares almejavam mudanças mais profundas na sociedade, que transformassem as suas condições de vida e de trabalho, garantissem seu acesso à educação pública e expandissem o mercado de trabalho, os transportes coletivos e a prestação de serviços públicos.

Na opinião pública carioca, portanto, difundira-se a expectativa de que a República seria o regime que promoveria a entrada do país na modernidade, superando o recente passado escravista e monarquista. Os grupos mais informados e politizados, que constituíam parcela importante da opinião pública carioca, esperaram que o governo republicano rompesse com o isolamento brasileiro em relação às demais nações do continente americano e garantisse uma nova inserção do país na comunidade internacional, buscando alinhar o Brasil aos padrões e ritmos de crescimento da economia europeia, sempre em nome da ideologia do progresso. Também almejavam que o novo regime ampliasse a autonomia político-administrativa do Rio de Janeiro, confiantes nos ideais federalistas defendidos pelos líderes civis republicanos. Aspiraram que a República desenvolvesse o cosmopolitismo que marcava a cultura política carioca, superando o paroquialismo e o bairrismo dominantes na monarquia.

Muitos intelectuais republicanos, formadores da opinião pública, ansiavam que a República promovesse, a partir do Rio de Janeiro, uma radical transformação que modificasse as estruturas sociais, políticas e culturais do país, garantindo que as massas populares tivessem acesso à cidadania, à educação e ao progresso, mediante reformas políticas, sociais e educacionais. Esperavam que o novo regime promovesse transformações estruturais na sociedade brasileira, favorecendo sua inserção na modernidade e no progresso, valores que, originados da Europa, compartilhavam entre si.

Esses intelectuais foram muito influenciados por “um bando de ideias novas” (positivismo, evolucionismo, darwinismo, naturalismo, cientificismo, materialismo) que se propagaram no país por meio das obras e dos artigos jornalísticos de escritores e pensadores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua e Oliveira Fausto.¹⁰⁹

Entretanto, malgrado as expectativas que o advento da República despertou entre os intelectuais republicanos, como Olavo Bilac, Luís Murat, Raul Pompéia e Pardal Malet, a “inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*”, isto é, no capitalismo mundial, na sua fase de expansão imperialista, provocou um amplo processo de desestabilização social e econômica na cidade e no país.¹¹⁰ Este processo, que resultou em aceleradas ascensões e falências de empresas e empresários, desencadeou crises políticas contínuas e constantes, marcadas por golpes, deposições, “degolas”, exílios e deportações.

Esses fatos culminaram em várias rebeliões e revoluções, como as duas Revoltas da Armada ocorridas no Rio de Janeiro, que até ameaçaram bombardear a Capital Federal, a Revolução Federalista gaúcha, que eclodiu entre 1893 e 1895, e cujos participantes se uniram aos integrantes da segunda Revolta da Armada e da Guerra de Canudos, sucedida no interior da Bahia, entre 1894-1897, vencidas pelas forças legalistas do Exército nacional.¹¹¹

De fato, a República, dominada pelos militares e pelas oligarquias, não correspondeu às esperanças e expectativas que despertou nos meios mais politizados da população carioca. Ao contrário, o regime republicano adotou uma política excludente, intolerante e antidemocrática, promovendo um contínuo processo de seleção que, de início, eliminou a hegemonia dos grupos dominantes tradicionais, ligados à monarquia, mas manteve as camadas médias e populares à margem dos processos decisórios e do pleno exercício da cidadania.

O primeiro grupo atingido pelo processo de exclusão política foi o dos democratas radicais, aliados das articulações e das conspirações que resultaram na Proclamação da República e nas primeiras decisões tomadas pelo Governo Provisório.

A seguir, o setor da população duramente perseguido e reprimido pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, o republicano Sampaio Ferraz, por ordem do Governo Provisório, foi aquele constituído pelos capoeiras, entre os quais o governo imperial arregimentara os participantes da Guarda Negra. Grandes levas de capoeiras foram presos e deportados para o arquipélago de Fernando de Noronha nos navios-prisões da Armada. Os anarquistas estrangeiros também foram sumariamente expulsos do país, depois que o presidente da República emitiu o Decreto datado de 14 de agosto de 1893.

A intelectualidade progressista carioca logo se decepcionou com a República militarista e oligárquica. Os membros mais conscientes e críticos da elite letrada, republicanos e abolicionistas históricos, como Silva Jardim, José do Patrocínio, Pardal Malet, Lopes Trovão, Euclides da Cunha e Lima Barreto, rapidamente se afastaram da nova elite econômica e social ascendente, desiludindo-se com os políticos liberais e com os militares que dirigiam o novo regime, do qual também já haviam se apartado os democratas radicais.¹¹²

Muitos intelectuais republicanos, ao perceberem que não conseguiriam conquistar uma influência política sobre os setores populares, deixaram de acreditar nos rumos que o novo regime tomava, já que as suas propostas reformistas, com as quais pretendiam mudar as condições de vida das camadas populares e ganhar influência sobre elas, confrontaram-se com o projeto liberal das oligarquias dominantes e foram rapidamente postas à margem do jogo político que passou a dominar o cenário nacional.

Por sua vez, os liberais que representavam as oligarquias paulista, mineira e fluminense, as mais poderosas do país, também se distanciaram dos militares que dirigiam o Governo Provisório, reivindicando uma maior autonomia para os estados-membros da federação e a adoção de uma política federal de proteção à produção cafeeira. Pretendiam construir um Estado Nacional moderno no Brasil, a partir de uma forte intervenção do poder central, nos aspectos de segurança e de administração pública. Sobretudo, estavam preocupados com a construção efetiva de uma ordem liberal que permitisse a inserção do país no sistema internacional de poder e na nova divisão internacional do trabalho. A nova ordem deveria desenvolver a “vocação agrícola” do país, implantar o trabalho livre e adotar a livre produção e o livre mercado, pilares do *laissez-faire*.

Entretanto, as pretensões dos liberais foram bastante limitadas pela conjuntura mundial marcada pelo desenvolvimento da fase imperialista mais implacável e expansionista do capitalismo. Nessa fase, o sistema capitalista, recém-saído de um acentuado processo de acumulação e de concentração de capitais nos países industrializados, expandiu-se com base na constituição, na Europa e nos Estados Unidos, das grandes empresas monopolistas e oligopolistas, como os trustes e cartéis, superando a livre concorrência, o livre cambismo e o livre mercado da sua fase liberal.

Assim, no momento em que a República foi implantada no Brasil, as grandes empresas monopolistas e oligopolistas internacionais estavam voltando suas atenções para as regiões não industrializadas do mundo, nas quais queriam investir seus capitais excedentes, modernizando a infraestrutura de produção, comércio e transportes daquelas regiões, ainda que ao custo da falência das empresas locais e da exploração intensificada da mão de obra das suas populações. Logo, havia capitais disponíveis no mercado mundial para os investimentos nos processos de modernização, baseados na urbanização e na industrialização do país.

O projeto de nação dos republicanos liberais demandava o crescimento da burocracia estatal, o desenvolvimento das Forças Armadas e o aumento da interferência do governo federal numa vasta gama de aspectos da realidade do país, como a questão da definição dos limites territoriais, a modernização das Forças Armadas, a redefinição da identidade nacional, o combate ao analfabetismo, a reforma educacional e as questões relacionadas à saúde e higiene públicas. Porém, os liberais federalistas eram contrários à intervenção do Estado na economia, nas relações entre empresários e empregados e nos processos de industrialização e de urbanização, que na sua opinião, deveriam ser empreendidos por corporações e grandes empresas privadas internacionais.

Para os liberais federalistas, o governo da União deveria preocupar-se apenas com a expansão da base monetária, com as políticas financeira e cambial e com as questões relativas à soberania nacional, concedendo os serviços públicos às grandes corporações internacionais.¹¹³ Para realizar o seu projeto de nação, os liberais buscaram estabelecer um controle sobre a opinião pública e sobre o território nacional, apostando no desenvolvimento das Forças Armadas e de uma ação tutelar do Estado sobre os grupos populares urbanos para arrefecer os conflitos sociais que explodiam no Rio de Janeiro e em vários estados da federação, como Santa Catarina (Contestado) e o Ceará.

No contexto de expansão imperialista, porém, barreiras estruturais limitaram a construção de um Estado Nacional moderno no Brasil e inviabilizaram a plena realização do projeto dos liberais. Uma dessas barreiras era constituída pela falta de condições financeiras e políticas dos primeiros governos republicanos para reequipar e manter atualizadas as Forças Armadas nacionais, modernizando-as e preparando-as para a defesa do território do país. Outra barreira era representada pelo analfabetismo da maior parte da população, fator que dificultava a formação de uma opinião pública independente. A circulação de jornais e revistas era muito restrita, pois apenas a minoria letrada da população desenvolvera o hábito da leitura de periódicos. Por fim, outro grande obstáculo era representado pelas dificuldades de formação de uma burocracia verdadeiramente republicana, pois persistiram as práticas clientelistas, patrimonialistas e nepotistas no recrutamento dos funcionários públicos, que dificultaram a formação de um corpo de funcionários homogêneo, coeso e competente.

Entretanto, os liberais conseguiram influenciar as decisões dos governos republicanos militares, que adotaram uma política econômica de caráter liberal e não intervencionista. Sob a influência de liberais, como Rui Barbosa, Campos Sales e Prudente de Moraes, foram adotados o presidencialismo e o federalismo, garantindo a autonomia do Supremo Tribunal Federal e dos estados-membros da União e restringindo a intervenção do Executivo federal nos estados, com exceção dos momentos em que “movimentos sediciosos” ameaçassem a unidade nacional e a ordem estabelecida.

A ineficácia das orientações econômicas liberais e a descontrolada especulação financeira, porém, provocaram a grande crise que se manifestou na crescente desvalorização da moeda nacional, no desequilíbrio cambial e na crescente escalada inflacionária. A maior parte dos capitais disponíveis foi investida em empreendimentos equivocados, causados pela política financeira adotada por Rui Barbosa enquanto exerceu o cargo de ministro da Fazenda, na presidência do marechal Deodoro da Fonseca.

Esta política, denominada por seus críticos de Encilhamento¹¹⁴, pretendeu promover a industrialização e a modernização das estruturas produtivas do país, porém provocou uma grave e aguda crise que se prolongou até a presidência de Campos Sales. A especulação financeira, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, saiu do controle das autoridades financeiras, pois ações de empresas fictícias eram vendidas com a cobertura do Tesouro Nacional e os créditos bancários não tinham mais a garantia do lastro em ouro. O resultado desta desenfreada especulação foi o crescimento dos endividamentos, calotes e falências, ou seja, o dismantelamento de centenas de empresas. O governo federal, para fazer frente à crise, aumentou a emissão de moeda em circulação, o que provocou a alta da inflação, do custo de vida e do câmbio, resultando na crescente desvalorização do mil-réis nos mercados nacional e mundial.

Estes fenômenos gerados pela crise econômica impactaram mais profundamente as classes menos favorecidas da população, provocando demissões em massa e desemprego crescente. Essa situação alimentou as lutas e reivindicações dos trabalhadores urbanos, aprofundando e acirrando a instabilidade política geral, culminando nos conflitos institucionais entre os presidentes militares e as forças oligárquicas hegemônicas e seus representantes nos estados e no Congresso Nacional.

Os conflitos interoligárquicos e entre os presidentes e os representantes das oligarquias dominantes começaram a se resolver com a ascensão de um autêntico líder civil da cafeicultura paulista ao poder, após

a eleição e a posse de Prudente José de Moraes Barros, do Partido Republicano Paulista (PRP), fazendeiro e político que fora o primeiro governador do Estado de São Paulo (1889-1890), na República, e presidiu o Senado Federal, durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894).¹¹⁵

Portanto, os governos militares exercidos pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, chamados de República das Espadas, não dispuseram de recursos para modernizar as Forças Armadas, para elevar o nível educacional da maioria da população e para organizar as ações voltadas para demarcar as fronteiras nacionais, que envolveriam gastos extraordinários com indenizações e acordos diplomáticos.

Além do mais, os presidentes militares foram obrigados a cooptar e a sustentar as forças sociais e políticas tradicionais dos grotões do país, pois dependiam da manutenção do coronelismo e do mandonismo locais, tendo sido obrigados a conviver com suas práticas políticas, baseadas na violência física e simbólica contra seus opositores. Por isso, tornaram-se alvo das críticas dos representantes civis das oligarquias dominantes, que denunciaram o “militarismo” e a incompetência dos seus governos.

No Distrito Federal, a nova ordem republicana provocou a acelerada ascensão de novos grupos econômicos e sociais. Essa ascensão foi promovida pelo Encilhamento que realizou a queima de fortunas seculares e a transferência de capitais para os novos empresários, ligados às negociações especulativas com títulos e ações. Esses empresários, favorecidos pela sua proximidade das autoridades fazendárias, tiveram fácil acesso aos créditos bancários, com o fim do lastro de ouro decretado pelo ministro Rui Barbosa, obtendo vultosos recursos públicos para seus investimentos.

Nas palavras do historiador Nicolau Sevcenko, o Rio de Janeiro se tornou “a capital do arrivismo”, pois nela o burguês enriquecido tornou-se o padrão dominante de prestígio social, ainda que o imaginário deste personagem fosse moldado pelos valores *fin de siècle* europeus. Esses ideais eram compartilhados entre os burgueses e as elites agroexportadoras brasileiras, voltando-se para o “projeto civilizador” de inserir compulsoriamente o país no cenário mundial, dominado pelas potências europeias, como um país de vocação “agrícola” e exportadora.¹¹⁶

O burguês enriquecido e arrivista consagrou a adoção de meios inescrupulosos e da corrupção para ascender socialmente, sob o manto da democracia e em nome da “igualdade de oportunidades”, [no momento em que] “a fome do ouro, a sede de riqueza, a sofreguidão do luxo, da posse, do desperdício, da ostentação e do triunfo” imperavam na sociedade carioca.¹¹⁷ Rapidamente, a burguesia enriquecida tornou-se uma aristocracia financeira que substituiu a antiga aristocracia agrária. Os homens de negócios cariocas enriquecidos ascenderam às posições de poder e de influência na sociedade, substituindo os tradicionais bacharéis de Direito, ainda que o sistema empresarial brasileiro fosse incipiente e não tivesse bases sólidas, fazendo e desfazendo fortunas no turbilhão das especulações e negociatas.

A crise do Encilhamento desenvolveu-se paralelamente à adoção de novos hábitos sociais e de novos cuidados pessoais com a aparência. Uma febre de consumo de produtos e de modismos europeus assolou as classes emergentes da cidade, varrendo as sobrevivências do antigo regime, ou segregando-as às classes menos favorecidas, que foram mantidas à margem do consumismo que marcou o cotidiano dos setores ascendentes. A burguesia carioca viveu freneticamente a agitação dos novos tempos republicanos, adaptando-se ao advento da eletricidade e aos novos equipamentos urbanos, adotando o *chic* europeu, exibindo publicamente as novas modas, costumes e usos.

No plano administrativo, o processo de implantação do regime republicano reservou os cargos decisórios e mais rendosos do aparelho de Estado, no âmbito federal e na esfera distrital, para os novos grupos emergentes da Capital Federal, que passaram a disputá-los, ocupá-los e controlá-los. Estes grupos foram beneficiados por nomeações, indenizações, concessões, subvenções, favores, privilégios e proteções tanto do governo federal, quanto dos prefeitos do Distrito Federal, monopolizando os melhores postos nos ministérios, diretorias e nas principais repartições federais e distritais do Rio de Janeiro.

Ainda que os novos grupos empresariais e técnicos tenham assumido o controle dos cargos e dos postos mais rendosos na burocracia do governo federal e do governo do Distrito Federal, na formação do funcionalismo público persistiram os velhos traços herdados do Estado português e da monarquia. Permaneceram atuantes na formação da burocracia republicana o patrimonialismo, o nepotismo, o clientelismo e todas as outras formas de relações de dependência pessoal, tradicionais na formação social brasileira, desde o período colonial. Esses traços “hereditários” da administração pública brasileira espalharam-se em círculos concêntricos do Distrito Federal aos mais recônditos rincões do país, que continuaram dominados pelo coronelismo, pelo mandonismo e pelo clientelismo.¹¹⁸

A instabilidade política e financeira dos primeiros anos republicanos teve forte repercussão sobre a cidade do Rio de Janeiro, que foi palco de várias revoltas dos republicanos radicais, os jacobinos e florianistas, que mobilizaram os setores populares para empastelarem jornais monarquistas, atacarem comerciantes e caixeiros portugueses, e levantar as tropas contra o governo. Nessa conjuntura, a Capital Federal foi cenário também de conspirações dos monarquistas que pretendiam restabelecer o antigo regime e publicavam diversos jornais para divulgar suas ideias. Esses conflitos políticos e ideológicos projetaram-se sobre o poder municipal, gerando uma alta rotatividade na direção do seu governo. Essa rotatividade alcançou a cifra de 19 governantes, no curto período decorrido entre 1889 e 1902. Nesse período, as constantes mudanças de dirigentes do governo distrital refletiram a marcante instabilidade da vida política nacional e a forte intervenção das autoridades federais no âmbito da administração municipal.

Nos primórdios da República, no dia 7 de dezembro de 1889, por meio do Decreto nº 50 “A”,¹¹⁹ o Governo Provisório extinguiu a Câmara Municipal e criou o Conselho de Intendência Municipal para substituí-la. O documento que registra esse ato, o “Termo de Posse do Conselho de Intendência Municipal da Capital Federal dos Estados Unidos da República do Brasil”¹²⁰, encontra-se depositado no AGCRJ. A posse dos intendentes foi determinada por uma Portaria do Ministério dos Negócios do Interior.

O primeiro Conselho de Intendência foi composto por sete membros nomeados pelo governo federal, denominados de intendentes. Depois de empossados, no dia 12 de dezembro de 1889, os intendentes deveriam se reunir e eleger um deles para exercer o cargo de presidente da instituição. Porém, o presidente da República, o marechal Deodoro da Fonseca, sobrepondo-se ao que previa a legislação, nomeou o primeiro presidente do Conselho de Intendência, o advogado baiano Francisco Antônio Pessoa de Barros (1889-1890), que tomou posse naquele mesmo dia. Ele foi sucedido por dois outros presidentes do Conselho de Intendência, igualmente nomeados pelo marechal-presidente: Ubaldino do Amaral Fontoura e Félix da Cunha Menezes.¹²¹

As sucessivas nomeações dos presidentes do Conselho de Intendência pelo presidente da República caracterizam a constante intervenção do governo federal sobre a municipalidade carioca, mesmo após a adoção da República, que se proclamara federalista e autonomista. Os presidentes do Conselho de Intendência, de 1889 a 1892, além de dirigirem as funções legislativas deste órgão, foram incumbidos, pelo Executivo federal, de exercerem o governo e a administração municipais, atuando como verdadeiros prefeitos da cidade-capital, com o respaldo dos presidentes da República que os indicaram.

Ou seja, o Conselho de Intendência continuou a acumular funções executivas e legislativas, apesar da separação dos poderes políticos constituir um princípio básico do ideário republicano. Além disto, a nomeação dos chefes do governo municipal pelos presidentes da República era um fato inédito, que não existiu nem mesmo durante o regime monárquico, quando os vereadores mantiveram a prerrogativa de eleger os presidentes da Câmara Municipal, que assumiram a direção da administração municipal.

O Decreto nº 50 “A”, baixado pelo Governo Provisório, também transformou oficialmente o Município Neutro da Corte em Distrito Federal, tornando a cidade do Rio de Janeiro a capital da República e a sede do governo federal. Como Distrito Federal, a cidade manteve o mesmo território e os mesmos limites geográficos

da unidade administrativa anterior. Esse Decreto, contudo, concedeu ao Conselho de Intendência uma maior autonomia de ação, com base no relativo federalismo adotado pelo recém-implantado regime.

Os intendentess, recém-empossados, acreditaram na ampliação dos poderes do governo municipal e rapidamente elaboraram e decretaram um novo Código de Posturas para a cidade, em 1890. Este Código, porém, contrariou os interesses dos poderosos proprietários e arrendatários de prédios de aluguel da cidade, cuja maioria era constituída por portugueses. Descontentes com as novas determinações, estipuladas pelo novo Código de Posturas, recorreram ao governo federal, exigindo a sua revogação.

O governo federal, além de suspender a implantação da nova legislação municipal, ainda baixou outro Decreto, restringindo a autonomia do Conselho de Intendência e submetendo suas deliberações à apreciação do Ministério da Justiça e do Interior. Em protesto aos atos intervencionistas do governo federal, os intendentess demitiram-se, porém as decisões do governo federal foram mantidas, não sendo revertidas pela renúncia dos intendentess.¹²²

A contínua intervenção do governo federal no plano municipal demonstra a manutenção da limitada autonomia administrativa, política e financeira da cidade do Rio de Janeiro, mesmo depois da implantação do regime republicano no país, que, contraditoriamente, pregava o federalismo e a autonomia dos entes federativos. As consequências políticas, resultantes dessa interferência permanente e direta influíram na organização administrativa, política e jurídica do Distrito Federal, determinando a sua estrutura e o seu funcionamento, ao longo do período em que a cidade ocupou a posição de capital do país e mesmo depois da transferência do Distrito Federal para Brasília, em 1960.

Em outubro de 1890, o Governo Provisório expediu o Decreto nº 914 “A”,¹²³ confirmando a autonomia dos estados e municípios e reafirmando a eletividade das administrações municipais, tanto para os cargos legislativos, quanto para os executivos. Esta disposição legal, entretanto, não se aplicou à cidade do Rio de Janeiro, que manteve uma posição especial no conjunto da federação brasileira. O Decreto nº 914 “A” previu a organização político-administrativa do Distrito Federal, após a promulgação da Constituição Federal pelo Congresso Nacional, por meio de uma Lei Orgânica específica para esse ente federativo, que, como o anterior Município Neutro, continuou ocupando uma posição diferenciada na estrutura política e administrativa do país.

Após a extinção da Câmara Municipal, em 7 de dezembro de 1889, o seu Arquivo foi transferido da secretaria do órgão extinto para a Intendência de Instrução e Estatística, do Conselho de Intendência, à qual ficou subordinado, mantendo as incumbências de guardar e preservar os documentos produzidos e recebidos pelo governo municipal.¹²⁴ Conforme estipulou o Regimento do Conselho de Intendência, o intendente de Instrução e Estatística deteve a atribuição de inspecionar e dirigir as escolas públicas municipais, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal e os trabalhos da Seção de Estatística desta Intendência.

Em 1890, Pires de Almeida, que fora mantido no cargo de diretor do Arquivo Municipal, no seu relatório anual¹²⁵, propôs a divisão da repartição que dirigia em duas seções: a Histórica e a Econômica. A Seção Histórica seria encarregada dos assuntos políticos municipais, territoriais, judiciais e legislativos. A Seção Econômica se incumbiria da receita, da despesa, da dívida municipal e dos contratos públicos. Provavelmente, a proposta de reorganização do Arquivo municipal apresentada por Pires de Almeida foi inspirada no Decreto nº 2.541, de 3 de março de 1860, que organizou o Arquivo Público do Império, e no Regulamento que o reformou, em 1876. Este Regulamento estabeleceu a divisão daquele órgão em 4 seções distintas: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica.

Na direção do Arquivo Municipal, a grande preocupação de Pires de Almeida voltava-se para os assuntos territoriais, que tratavam dos bens imobiliários e territoriais da municipalidade, pois percebeu que o conhecimento sobre esses assuntos firmava o controle do governo municipal sobre o seu patrimônio e as suas rendas. Por isto, propôs a criação de uma subdivisão da Seção Histórica que seria encarregada da

guarda e da preservação das plantas de terrenos e de imóveis da municipalidade e dos estudos topográficos relativos ao território municipal.

Entretanto, pelo que se apurou, Pires de Almeida não chegou a implantar essa nova subseção, pois, quando o Arquivo municipal foi transferido da Intendência de Instrução e Estatística para a Prefeitura, em 1893, ele já fora substituído na direção do órgão, permanecendo como arquivista na Diretoria Geral de Instrução Pública.

É importante destacar o inestimável trabalho que Pires de Almeida realizou durante a sua longa gestão como diretor do Arquivo da Câmara e, sucessivamente, do Arquivo Municipal, enquanto o órgão esteve subordinado à Intendência de Instrução e Estatística do Conselho de Intendência. Como primeiro diretor deste Arquivo lutou e trabalhou para tratar, classificar e catalogar sua documentação e aprimorar a organização interna da repartição que dirigiu. Um dos resultados positivos da sua longa e benemérita gestão no Arquivo Municipal é o fato de, mais tarde, a sua proposta de criação da subseção de cartas topográficas na seção Histórica ter dado origem à seção autônoma de topografia, na organização interna do órgão. A criação desta seção reconheceu a importância desse tipo de documentação para os estudos cartográficos da cidade, para a história da sua arquitetura e para a própria arrecadação de impostos municipais.

No seu Relatório Anual ¹²⁶ de 1890, Pires de Almeida também propôs a aquisição de cópias de documentos de outros arquivos, especialmente de escrituras de compra e venda de imóveis e de terrenos nas sesmarias pertencentes à municipalidade, existentes nos quatro cartórios mais antigos da cidade, nos quais estão registradas as referidas escrituras. Essa documentação adquirida ou trasladada, de reconhecido valor probatório, serviria para garantir os direitos foreiros da municipalidade sobre suas sesmarias, terrenos e bens imobiliários.

Pires de Almeida indicou também, neste Relatório, a necessidade de se proceder à identificação e à classificação de todos os documentos que já estavam arquivados na repartição que dirigia, de modo que pudessem comprovar os direitos da municipalidade, subsidiar a tomada de decisões das autoridades municipais e servir à pesquisa histórica. Esse trabalho demandava grande esforço do diretor e da equipe técnica do órgão e uma vontade política que garantisse a sua continuidade por sucessivas gestões de dirigentes do tradicional órgão arquivístico. Todavia, apesar das sucessivas orientações de Pires de Almeida, o tratamento da documentação arquivada foi interrompido após o fim da sua profícua gestão.

No plano federal, para garantir o reconhecimento diplomático da República brasileira internacionalmente e para viabilizar a obtenção de empréstimos externos, era necessário dar uma forma constitucional ao novo regime político do país. Assim, o presidente Deodoro da Fonseca encarregou uma comissão, por ele nomeada, de elaborar um projeto de Constituição.

Este projeto constitucional foi revisto por Rui Barbosa, um dos principais mentores do novo regime e, depois, apresentado e votado por uma Assembleia Nacional Constituinte. Assim, a primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, sob a influência do modelo norte-americano, implantou um regime de governo liberal, presidencialista, federalista e representativo no país, por causa da grande influência de Rui Barbosa na sua elaboração e das pressões dos representantes da oligarquia paulista, que eram muito simpáticos ao modelo federalista e liberal dos Estados Unidos da América do Norte. Estabeleceu a divisão entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito federal e estadual, reconhecendo a autonomia dos estados como membros da federação, seguindo o princípio federalista. Porém, manteve a tutela dos Executivos estaduais sobre os municípios e do governo federal, sobre o município do Rio de Janeiro, nos quais não foram organizados o Poder Judiciário local, não reconhecendo esse direito nem mesmo ao Distrito Federal.

A Carta Constitucional de 1891 manteve grandes restrições à autonomia político-administrativa municipal. E conferiu uma posição ambígua ao Distrito Federal na federação, pois o equiparou, ao mesmo

tempo, a um estado, quando lhe conferiu o direito de ter representação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e a um município atípico, ao manter instituições municipais de competência local, como a Prefeitura e o Conselho de Intendência Municipal, que exerceriam, respectivamente, funções executivas e legislativas. Essa ambiguidade estrutural da posição do Distrito Federal na federação brasileira implicou a institucionalização, quase permanente, da intervenção federal na esfera municipal, expressa por imposição de leis, decretos e resoluções, que alteraram a organização e o funcionamento das instituições municipais, em diversos momentos do período republicano.

O texto constitucional estabeleceu que os prefeitos do Distrito Federal, chefes do Poder Executivo, não seriam eleitos diretamente nem pelos cidadãos cariocas nem, ao menos, pelos seus representantes no Legislativo municipal, mas nomeados diretamente pelo presidente da República. Além disso, determinou que as nomeações dos prefeitos cariocas pelos presidentes precisavam ser sancionadas pelo Senado Federal, como vinha ocorrendo com os presidentes do Conselho de Intendência, antes da promulgação da Carta Constitucional.

Ademais, a Constituição Federal de 1891 não criou um Poder Judiciário no Distrito Federal, como fizera nos demais estados da federação, determinando que caberia ao presidente da República designar os juízes e os magistrados federais que teriam jurisdição sobre o município do Rio de Janeiro. Portanto, as questões judiciais, ocorridas no âmbito municipal, foram transferidas para a alçada do governo federal. Nesse aspecto, o Distrito Federal foi mantido na condição de um mero município, perdendo a prerrogativa de organizar o seu próprio Judiciário, direito reconhecido aos demais estados-membros da federação. As restrições à autonomia do Distrito Federal alcançaram até mesmo o Poder Legislativo municipal, que, apesar de eleito por sufrágio universal masculino, continuou a sofrer a interferência dos poderes da União, já que algumas de suas deliberações poderiam ser revogadas pelo Senado Federal.

As mudanças administrativas e políticas no governo municipal do Rio de Janeiro, estabelecidas constitucionalmente no plano federal, foram instituídas apenas no ano seguinte ao da promulgação da Constituição Federal, ou seja, em 1892, quando o Senado Federal promulgou a nova Lei Orgânica do Distrito Federal. Assim, entre 1891 e 1892, o governo do Distrito Federal continuou moldado pelas instituições já existentes, entre as quais se destacava o Conselho de Intendência Municipal, que continuou a acumular funções executivas e legislativas, e pela Lei Orgânica de 1828 que continuou em vigor.

O governo de Floriano Peixoto (1891-1894) manteve a política centralizadora estabelecida pelo marechal Deodoro da Fonseca e enfrentou grande oposição dos civis liberais, especialmente dos representantes da oligarquia cafeeira, que lhe deram o epíteto de “marechal de ferro”, em virtude da sua postura ditatorial. Durante a sua presidência, explodiram a segunda Revolta da Armada, no Distrito Federal, liderada pelo almirante Custódio de Melo e pelo almirante Saldanha da Gama, e a chamada Revolução Federalista, no Sul do país.

No plano distrital, no nível administrativo ocupado pelas repartições autônomas, em 26 de agosto de 1892, o arquivista Damázio de Albuquerque Diniz, então diretor do Arquivo Municipal, expôs, em um relatório ao então presidente do Conselho de Intendência, o médico Barata Ribeiro, as precárias condições da repartição que dirigia, eximindo-se da responsabilidade pelo estado em que esta se encontrava, pois os seus inúmeros pedidos de reformas nas estantes do órgão e no telhado do prédio, bem como as suas inúmeras solicitações de provimento de funcionários não haviam sido atendidos pelo intendente de Instrução e Estatística, ao qual o Arquivo estava subordinado.

Assinalou também que a documentação recolhida e arquivada continuava não sendo classificada nem catalogada. Destacou ainda a necessidade de o Arquivo Municipal desfrutar de uma maior autonomia política e financeira e de dispor de um quadro de pessoal idôneo e competente para cumprir as suas especializadas atribuições e finalidades no âmbito da administração municipal.

Em 20 de setembro de 1892, o Congresso Nacional promulgou a Lei Orgânica do Distrito Federal, que recebeu o n.º 85¹²⁷. Esta Lei estabeleceu a nova organização política e administrativa do município do Rio de Janeiro e reafirmou a tutela federal sobre a cidade, confirmando as restrições à sua autonomia política, administrativa e financeira e mantendo o Distrito Federal em uma condição especial e anômala em relação aos demais estados e municípios da federação, pois conservou a posição ambígua que a cidade-capital ocupava, indefinida entre a de estado e a de município, seguindo as determinações emanadas da Constituição Federal. Porém, a nova legislação estabeleceu e separou o Poder Legislativo e o Poder Executivo municipais, discriminando suas atribuições, responsabilidades e finalidades específicas. Assim, o Conselho de Intendência, eleito pelos cidadãos cariocas, constituiu-se no Poder Legislativo, e a recém-criada Prefeitura do Distrito Federal passou a exercer as funções do Poder Executivo no nível municipal.

As restrições estabelecidas pela Constituição Federal à autonomia do Poder Legislativo municipal foram reafirmadas pela nova Lei Orgânica. De fato, a independência política do Conselho de Intendência permaneceu muito limitada, pois suas deliberações podiam ser anuladas pelo Senado Federal. Além disso, estava impedido constitucionalmente de legislar sobre a criação de despesas com vencimentos de funcionários e com empréstimos e operações de crédito, mesmo no âmbito do governo municipal. A Lei Orgânica de 1892 determinou também que os vetos dos prefeitos do Distrito Federal aos projetos de lei dos vereadores fossem submetidos ao Senado Federal. Esta disposição representou outra limitação às prerrogativas do Legislativo municipal, que não podia revogar os mencionados vetos do Executivo municipal aos seus próprios projetos de leis. Portanto, os intendentess não detinham autonomia para legislar sobre diversos assuntos municipais, pois suas deliberações podiam ser revogadas pelo Senado Federal, no caso de serem vetadas pelo prefeito. Dessa forma, o Conselho de Intendência, apesar de ser o órgão representativo dos cidadãos cariocas, não desfrutou de condições políticas para se opor aos prefeitos que atuaram, na prática, como verdadeiros interventores do governo federal na cidade-capital.

O Poder Executivo municipal já foi criado sob o controle do governo federal, pois os prefeitos do Distrito Federal, assim como antes os presidentes do Conselho de Intendência, permaneceram sendo nomeados diretamente pelos presidentes da República, com a sanção do Senado Federal, sendo demissíveis *ad nutum*. De fato, as competências da Prefeitura do Distrito Federal limitavam-se à esfera administrativa, já que os prefeitos não dispunham de autonomia política e financeira. E mesmo as suas decisões de teor administrativo, que envolvessem investimentos de maior vulto, como, por exemplo, grandes obras públicas, continuaram a depender do aval político e financeiro do governo federal para serem implementadas. Até o orçamento da Prefeitura era aprovado no âmbito federal e não no municipal. Além do mais, a Prefeitura permaneceu submetida ao governo federal para a aprovação e a liberação de verbas complementares com vistas à realização de grandes empreendimentos públicos na cidade.

Em decorrência da falta de autonomia do Distrito Federal, em muitas ocasiões, o Executivo municipal não representou os interesses dos cidadãos cariocas. Em muitos períodos da República, a Prefeitura foi ocupada por personagens estranhos à vida da cidade, muitos provenientes dos estados de origem dos presidentes, que os nomeavam para o cargo de prefeito, com base apenas em critérios técnicos e de confiança pessoal. Estes prefeitos descolaram-se dos interesses da população carioca, agindo como verdadeiros interventores federais e transformando a Prefeitura em um mero prolongamento do Executivo federal e dos seus projetos para a cidade-capital.

Assim, no período em que o Rio de Janeiro exerceu a função de Capital Federal, a maioria dos seus prefeitos adotou uma forma de governar autoritária e tecnocrática, mesmo quando eram originários da cidade, não considerando as demandas das classes mais desfavorecidas da população carioca, que deviam considerar e atender, pois se submeteram às diretrizes emanadas diretamente da Presidência da República.

O prestígio desfrutado pelos prefeitos do Distrito Federal baseava-se principalmente no seu acesso direto aos presidentes da República, com os quais mantiveram relações de confiança pessoal, usufruindo a proximidade física e política que havia entre a Prefeitura e a Presidência da República, posto que compartilhavam o mesmo espaço geográfico: o território da cidade-capital. Todavia, a autoridade presidencial se superpunha à do prefeito, estabelecendo relações de poder desiguais e assimétricas entre as duas esferas de governo. Portanto, enquanto o Rio de Janeiro foi capital do país, a intervenção do governo federal sobre a municipalidade carioca foi constante, estabelecendo leis, anulando eleições, dissolvendo o Legislativo municipal, cassando os mandatos dos vereadores e os registros de partidos políticos, destituindo prefeitos e nomeando interventores federais para ocupar o Executivo da cidade.

Contudo, em duas conjunturas, apesar dessa permanente interferência federal sobre a ordenação e o funcionamento político-jurídico do município do Rio de Janeiro, foi possível a criação de eixos políticos locais independentes. Estes eixos conseguiram reunir lideranças e agremiações políticas, em torno da bandeira da autonomia da cidade, como aconteceu durante a gestão de Pedro Ernesto Batista, na década de 1930, com a criação do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF) e durante o governo de Carlos Lacerda, no já então Estado da Guanabara, na primeira metade da década de 1960.

Em 17 de dezembro de 1892, após a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, o presidente do Conselho de Intendentes, o médico e professor da Faculdade de Medicina, Cândido Barata Ribeiro, abolicionista e republicano histórico, foi nomeado pelo presidente Floriano Peixoto primeiro prefeito efetivo do Distrito Federal, tomando posse do cargo no dia 19 seguinte.

Seu programa de governo, centrado na questão sanitária, visou enfrentar as várias epidemias que assolavam a população da cidade e combater as más condições higiênicas do comércio, dos estâbulos, dos açougues e das habitações coletivas, que proliferavam no centro da cidade, concentrando centenas de pessoas em péssimas condições sanitárias. Assim, logo após a sua posse como prefeito, Barata Ribeiro determinou, por meio de decretos executivos, a derrubada de muitos cortiços e prédios arruinados, como a famosa estalagem Cabeça de Porco, provocando fortes manifestações de protesto contra as suas medidas tanto dos poderosos proprietários de imóveis, como das classes populares despejadas violentamente das suas precárias moradias.

Na sua curta gestão na Prefeitura, Barata Ribeiro organizou a Comissão da Carta Cadastral, para proceder ao levantamento topográfico da cidade-capital, entregando sua direção ao engenheiro Manoel Pereira Reis, professor da Escola Politécnica. Reorganizou o ensino primário municipal; ordenou os primeiros estudos sobre fornos de incineração de lixo; determinou a revisão dos foros das sesmarias da municipalidade; e propôs vários estudos de melhoramentos urbanos, esboçando um plano de obras de urbanização da cidade. Em relação ao Arquivo Municipal, criou a *Revista dos Arquivos Municipais*, destinada a publicar os documentos históricos da cidade.

Porém, Barata Ribeiro desgastou-se tanto junto aos poderosos da cidade quanto às classes populares, ambos atingidos pelas medidas sanitárias que adotou. Em decorrência desta grande impopularidade, a sua indicação para o cargo de prefeito foi vetada pelo Senado Federal, depois de seis meses de sua nomeação pelo presidente Floriano Peixoto, Barata Ribeiro demitiu-se do cargo de prefeito em 25 de maio de 1893.

O então presidente do Conselho de Intendência, o médico Antônio Dias Ferreira, assumiu interinamente a Prefeitura, até a nomeação, pelo presidente Floriano Peixoto, em 26 de junho de 1893, do engenheiro militar Henrique Valadares, para o cargo de prefeito. O coronel Henrique Valadares provinha da Escola Militar do Exército, onde comandara o corpo de alunos, e foi empossado na Prefeitura no dia 27 de junho de 1893.

Após a promulgação da Lei Orgânica de 1892, o governo federal determinou que o Conselho de Intendência e a Prefeitura do Distrito Federal funcionassem em edificações diferentes, porém, o Conselho de Intendência permaneceu funcionando nas instalações que ocupava no Paço da Cidade, na praça da

República, compartilhando suas dependências com a Prefeitura do Distrito Federal que se instalou no prédio. Com efeito, em 1897, o Legislativo municipal foi obrigado a se transferir para a antiga Escola São José, na atual praça Floriano, sendo desalojado do edifício que fora especialmente construído para sediar a antiga Câmara Municipal no período imperial, em prol da Prefeitura recém-criada.

Apesar das medidas propostas pela nova Lei Orgânica, apenas na gestão do prefeito Henrique Valadares (1893-1894) os serviços e quadros administrativos do Distrito Federal foram institucionalizados e organizados e o município carioca passou a ter uma estrutura administrativa definida. Na sua gestão, Henrique Valadares também reorganizou as finanças municipais, procurando saneá-las e enfrentou a segunda Revolta da Armada, permanecendo leal ao presidente Floriano Peixoto, com o qual colaborou para a manutenção da ordem pública no Distrito Federal. Mesmo depois da posse de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, em 15 de novembro, Henrique Valadares permaneceu no cargo de prefeito até 31 de dezembro de 1894.

Após a promulgação da Lei Orgânica de 1892, o Arquivo Municipal foi transferido do âmbito da Intendência de Instrução e Estatística para a esfera do Poder Executivo distrital. Esta transferência marca uma inflexão decisiva na longa travessia desta instituição na história da cidade, pois implicou a cessão de toda a documentação que arquivara, desde a fundação da Câmara Municipal, no século XVI, para a custódia da recém-criada Prefeitura do Distrito Federal. Assim, o Arquivo Municipal, cuja denominação foi alterada para Archivo do Distrito Federal, foi subordinado ao Executivo distrital e permaneceu funcionando no Paço Municipal, como uma repartição autônoma da Prefeitura da cidade, sendo definitivamente desvinculado do Conselho de Intendência, ou seja, do órgão legislativo que substituíra a tradicional Câmara Municipal, da qual provinha a maior parte da sua documentação.

2.2. O ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL (1893-1934)

Com a finalidade de analisar a história institucional do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, desde a sua instituição na esfera da Prefeitura até a sua situação atual, foi estabelecida uma periodização que dividiu a trajetória deste órgão na estrutura do Poder Executivo da cidade em seis fases distintas, que possuem características particulares.

Assim, a primeira fase compreende o período entre 1893 e 1934, começando com a inserção do Arquivo Municipal na estrutura organizacional da Prefeitura do Distrito Federal como uma repartição autônoma, em 1893, na gestão do prefeito Henrique Valadares, e termina com a sua transferência para o âmbito da Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo, em 1934, na gestão do prefeito Pedro Ernesto Baptista.

No dia 5 de agosto de 1893, o Conselho de Intendência e o Prefeito Henrique Valadares promulgaram o Decreto n.º 44, instituindo as repartições públicas municipais, com a denominação de diretorias gerais. Estas diretorias foram criadas com a finalidade de auxiliarem o chefe do Executivo no desempenho das suas funções no governo da cidade-capital. Entre essas repartições figurou o Archivo do Distrito Federal.¹²⁸

De fato, o Decreto n.º 44, que estabeleceu as repartições municipais, equivale a um verdadeiro Ato de Fundação do Archivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, pois o instituiu como uma instância autônoma na estrutura organizacional do Executivo municipal. Por isso, a data de promulgação deste Decreto pode ser assinalada como o marco inaugural da história institucional do órgão na estrutura do Poder Executivo municipal. Este ato legal, portanto, marcou uma segunda inflexão decisiva na trajetória do histórico Arquivo Municipal, ao oficializar sua transferência definitiva do Conselho de Intendência para a Prefeitura da Cidade.

O Decreto n.º 44 também estabeleceu a posição que o Archivo passou a ocupar na estrutura da administração municipal, constituindo uma diretoria geral, com um *status* equivalente ao de uma secretaria municipal atual. Ou seja, o Archivo foi posicionado no primeiro escalão da administração municipal,

desfrutando de relativa autonomia política, administrativa e financeira, como as demais diretorias gerais instituídas por aquele Decreto. O Decreto n.º 44 estabeleceu as demais diretorias gerais que passaram a funcionar na estrutura da Prefeitura do Distrito Federal e definiu as finalidades, funções e competências de cada uma delas.

A Diretoria de Archivo recebeu as atribuições de recolher, guardar, classificar e conservar os documentos de interesse para a história e a administração do Distrito Federal, sob qualquer ponto de vista; promover a conservação e a classificação dos documentos que interessassem aos negócios de qualquer natureza relativos à municipalidade; restaurar os livros, mapas, documentos manuscritos ou impressos, plantas, projetos de saneamento e de melhoramentos do Distrito Federal e de quaisquer outros documentos referentes à municipalidade. Conforme o artigo 21, inciso IV, do Decreto n.º 44, era sua incumbência reproduzir de forma impressa e publicar periodicamente os documentos históricos relevantes do seu acervo. Este periódico, intitulado *Revista do Archivo do Distrito Federal*, deveria conter “todos os documentos que possam interessar a tal gênero de publicação”.

O Decreto n.º 44 também instituiu a estrutura interna do Archivo Geral, formada por duas seções, a de História do Distrito Federal e a Geral de Negócios Municipais. E também estipulou a composição da sua equipe. O órgão continuou a ser dirigido por um diretor-arquivista, como os seus antecessores, dispondo de uma equipe formada por dois chefes de seção, dois primeiros-oficiais, dois segundos-oficiais, dois amanuenses, quatro auxiliares, dois restauradores-copistas, um contínuo e um servente.

Em 7 de agosto de 1893, foi promulgado pelo presidente do Conselho de Intendência o Decreto n.º 44 A, que regulamentou as condições de nomeação e demissão dos empregados municipais. Este decreto determinou que as nomeações dos diretores gerais das repartições, dos arquivistas, dos bibliotecários e dos porteiros seriam de livre escolha do prefeito, de acordo com a Lei Orgânica de 1892, por serem cargos de confiança.

Ao longo do período republicano, o Archivo da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro sofreu várias alterações na sua inserção na hierarquia administrativa municipal, na sua denominação, na sua direção, na composição de seus quadros técnicos e até na sua localização física, mas, manteve a sua vinculação básica ao Executivo municipal, e, na maior parte do tempo, a denominação de Archivo Geral.

As mudanças físicas e institucionais e a descontinuidade administrativa sofridas pela tradicional repartição arquivística da cidade, ao longo do século XX, causaram muitos prejuízos ao seu acervo documental, que foi muito danificado e sofreu com a falta de continuidade nas políticas de recolhimento e de tratamento de documentos e com as muitas perdas e extravios, causados pelas sucessivas mudanças de localização e pelos acidentes ocorridos nas suas instalações. As vicissitudes enfrentadas pelo órgão arquivístico municipal dificultaram e impediram a avaliação, o recolhimento e o tratamento técnico da documentação produzida e acumulada pelo conjunto da administração municipal, de forma ordenada e sistemática. Os procedimentos técnicos sofreram frequentes interrupções, descontinuidades e enfrentaram inúmeras barreiras burocráticas para se desenvolverem.

A descontinuidade técnica e funcional na gestão do Archivo Geral, característica marcante do sistema administrativo público municipal e nacional, provocou paralisações constantes no trabalho específico do órgão, modificações abruptas na orientação e na composição dos seus quadros técnicos e até a perda de significativos conjuntos documentais. Com efeito, sérios problemas ocorreram no andamento dos seus serviços e no recolhimento e no tratamento da documentação que deveria ficar sob a sua custódia.

Além destes problemas, a falta de uma legislação sobre arquivos, tanto na esfera nacional quanto na municipal, que orientasse uma política específica da administração municipal para a sua documentação, causou descontinuidades e interrupções nos processos de recolhimento e tratamento técnico dos documentos produzidos e acumulados nas diversas repartições da Prefeitura.

A inexistência de uma base legal que amparasse uma política municipal de arquivos, determinando a posição e o papel do órgão arquivístico na estrutura da Prefeitura, impediu o estabelecimento dos procedimentos técnicos metódicos e dificultou os seus trabalhos especializados, pois o *Archivo Geral* não teve condições de organizar e supervisionar os procedimentos de recolhimento, classificação e guarda da documentação produzida pelas demais repartições municipais, nos seus diferentes escalões administrativos, durante a maior parte do século XX.

Outros problemas, que dificultaram o melhor desempenho das suas funções, foram a crônica falta de pessoal qualificado e as precárias condições físicas das suas instalações, até 1979, quando finalmente foi dotado de uma sede adequada às suas finalidades, construída especialmente para abrigá-lo, na rua Amoroso Lima, na Cidade Nova.

Em 15 de agosto de 1893, um ato do prefeito Henrique Valadares, usando as prerrogativas que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e pelo Decreto nº 44 A, nomeou o médico e historiador Alexandre José Mello de Moraes Filho para o cargo de diretor-arquivista do *Archivo Geral* e Alexandrino Freire do Amaral para o cargo de secretário do Gabinete do prefeito.¹²⁹ Mello de Moraes Filho tomou posse no cargo no mesmo dia da sua nomeação, permanecendo nele até 17 de dezembro de 1900, quando o *Archivo Geral* perdeu o *status* de diretoria e o cargo de diretor-arquivista efetivo foi extinto, após a promulgação do Decreto Legislativo nº 785. Contudo, mesmo depois deste Decreto, Mello de Moraes se manteve como diretor-adido do órgão, na qualidade de funcionário vitalício, até se aposentar, em 20 de junho de 1918.

Em 15 de agosto de 1893, por meio do mesmo ato do prefeito que designou Mello de Moraes para a direção do *Archivo Geral*, foram nomeados Francisco Salles de Macedo e Manoel Marcondes Homem de Mello, para chefiar, respectivamente, a Seção Histórica e a Seção Administrativa. E ainda no mesmo dia, o bibliotecário e professor Alfredo Moreira Pinto também foi nomeado diretor-geral da Biblioteca Municipal, instituição que, conforme o Decreto nº44 A, também detinha um *status* equivalente ao de uma Secretaria Municipal atual.

Durante a sua longa gestão no *Arquivo Geral*, Mello de Moraes (1893-1918), nos seus relatórios anuais, reiteradas vezes solicitou a mudança do órgão para instalações mais apropriadas e espaçosas e requereu o aumento do número dos seus servidores, reclamando das frequentes requisições de pessoal feitas pelas outras repartições municipais. Estas constantes requisições e cessões desfalcaram a já reduzida equipe de funcionários do *Arquivo Geral*, que se desdobrava para atender aos diversos serviços e às várias incumbências que lhe coubera desempenhar.

Mello de Moraes Filho empenhou-se no desenvolvimento das atividades específicas do *Archivo Geral* e também na divulgação do seu acervo documental, buscando, desta forma, comprovar o seu valor para a cidade e para a nação. Porém, nos seus relatórios foram constantes as reclamações sobre as condições precárias das instalações do órgão que dirigiu e a falta permanente de pessoal qualificado para executar os seus serviços especializados. Aliás, tais reclamações sempre foram reiteradas nos relatórios dos sucessivos dirigentes do órgão até a época atual, pois o *Archivo Geral* durante muito tempo funcionou em locais inadequados e em poucas ocasiões foi dotado de um quantitativo de funcionários suficiente e qualificado para o cumprimento de suas amplas e especiais funções na estrutura administrativa municipal.

No plano nacional, a posse, em 15 de novembro de 1894, do fazendeiro paulista Prudente José de Moraes Barros, primeiro presidente civil do Brasil, eleito à revelia do marechal Floriano Peixoto, dos florianistas e dos jacobinos, que almejavam a manutenção do “marechal de ferro” ou de outro militar no poder, deu início à dominação direta das oligarquias paulista e mineira, na direção do governo republicano. Esta dominação foi acordada entre os representantes das duas oligarquias, dando origem à chamada “política do café com leite”, por meio da qual os dois estados se revezaram na Presidência da República, com exceção da eleição de 1910, na qual o marechal Hermes da Fonseca ganhou o pleito eleitoral, graças ao apoio

decisivo do governo do Rio Grande do Sul, representado no plano federal pelo senador positivista Pinheiro Machado.

Assim, a presidência de Prudente de Moraes (1894-1898) assinalou a ascensão dos liberais ao aparelho de Estado e representou a consolidação da dominação das duas oligarquias mais poderosas sobre a sociedade brasileira. Essas oligarquias passaram a indicar, alternadamente, os seus representantes para o Executivo Federal, pois controlavam o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro que, respectivamente, representavam os cafeicultores de São Paulo e os criadores de gado de Minas Gerais. Daí a denominação do acordo que firmaram entre si.

Contudo, o governo de Prudente de Moraes enfrentou muitos conflitos e crises políticas, herdados da “República da Espada”. O presidente paulista, porém, conseguiu resolver esses problemas, reforçando a sua autoridade e liderança, sendo acatado tanto pelos líderes civis, quanto pelos altos oficiais militares. O presidente enfrentou várias revoltas dos jacobinos e dos monarquistas no Distrito Federal, mas conseguiu reprimi-las. Precisou intervir diretamente, como mediador, para pôr fim à Revolução Federalista, no sul do país, somente obtendo a paz em 23 de agosto de 1895 e, pressionado pelos jacobinos e florianistas, foi obrigado a ordenar quatro expedições do Exército contra os moradores do arraial Belo Monte, fundado pelo beato Antônio Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no sertão baiano, para reprimir e vencer a chamada Guerra dos Canudos (1886-1897).

No Distrito Federal, o presidente Prudente de Moraes impôs uma rígida disciplina às tropas do Exército, com o objetivo de debelar os focos radicais dos jacobinos e florianistas, que continuavam atuando nos quartéis e nas escolas militares, em função do acirramento dos conflitos políticos que ocorreram na cidade e no interior do país. As medidas que adotou foram recebidas com desconfiança e antipatia, especialmente pela jovem oficialidade das escolas militares, muito influenciada pelas ideias jacobinas e positivistas. A animosidade dos jovens oficiais contra Prudente de Moraes também foi alimentada pelas derrotas das duas primeiras expedições militares e pelas mortes de soldados, de oficiais e do coronel Moreira Cesar na Guerra de Canudos. Essas derrotas detonaram um amplo movimento de protestos e de revoltas dos cadetes da Escola Militar no Distrito Federal.

Estas revoltas culminaram, em 5 de novembro de 1897, durante a cerimônia de recepção às forças vitoriosas daquela guerra, quando o presidente Prudente de Moraes sofreu um atentado, planejado pelos jacobinos e florianistas. No ataque, o marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da Guerra, foi mortalmente ferido, mas o presidente nada sofreu. Porém, reagiu para reprimir os revoltosos, decretando o estado de sítio e o fechamento do Clube Militar. Nos estados, as oligarquias se dividiram e o candidato à sucessão de Prudente de Moraes, Manuel Campos Sales, foi eleito com o apoio de Minas Gerais e da Bahia, pois grande parte das oligarquias paulistas fechou um acordo em torno da candidatura de Lauro Sodré.

Apesar das agitações populares, das manifestações militares e da divisão das oligarquias estaduais, a presidência de Prudente de Moraes inaugurou a denominada República dos Conselheiros, epíteto que faz alusão à expressiva participação dos antigos membros do Conselho de Estado Imperial no governo republicano. A “República dos Conselheiros” resultou da adesão dos monarquistas de todos os matizes ao novo regime e da conversão dos republicanos liberais ao conservadorismo, com a justificativa de fazer frente às inúmeras tensões e conflitos sociais e políticos que ainda marcaram o seu mandato presidencial.

A insólita aliança entre os liberais republicanos e os monarquistas estabeleceu uma inesperada continuidade entre a República e o antigo regime imperial, comprovando que a ruptura promovida pela mudança de regime era menos profunda e estrutural do que esperavam os republicanos radicais. Com base nessa aliança, Prudente de Moraes conduziu o processo de pacificação interna e começou o saneamento financeiro do país, abrindo as portas para os investimentos externos de capitais e para a imigração estrangeira, especialmente a europeia.

Desse modo, em 1898, Prudente de Moraes transmitiu a faixa presidencial ao seu sucessor, depois de reprimir os últimos focos monarquistas e de controlar os radicais jacobinos e florianistas que agitavam as classes populares na Capital Federal. Assim, a partir da presidência de Prudente de Moraes até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a recuperação financeira e a restauração da estabilidade política do país foram asseguradas pelo governo federal, graças à adoção da “política do café com leite”, à renegociação da dívida externa e à entrada de novos capitais estrangeiros na economia nacional.

Este período de estabilidade ocorreu sob a direção de uma elite dirigente liberal, que adotou o modelo de regime representativo e federalista norte-americano, colocando-o a serviço dos interesses das oligarquias dominantes nos estados do país, especialmente a serviço da oligarquia cafeeira paulista. Entretanto, é importante destacar que, se na República dos Conselheiros a maioria da elite dirigente representou os interesses da oligarquia cafeeira paulista, havia uma parte não menos significativa dos quadros dirigentes, originária dos altos escalões políticos, jurídicos e administrativos da monarquia, que se destacaram por seus méritos e competências.

Destes escalões provieram homens como Rui Barbosa, barão do Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, que deram continuidade às políticas desenvolvidas pela burocracia do Estado Nacional. Os altos escalões desta burocracia, desde a Independência do país, incorporaram uma ideologia iluminista, liberal e nacionalista. Esses homens, que passaram a servir à República, apesar das suas ligações com a monarquia, imprimiram suas posições políticas e ideológicas às estruturas do regime republicano brasileiro nesse período, pois ocuparam os cargos mais destacados da administração pública federal, como ministros de Estado, diplomatas, magistrados e juristas. A sua influência se expandiu com a formação de grupos de seguidores, que formaram uma “intelectualidade orgânica”, fortemente vinculada às agências do aparelho de Estado brasileiro. Estes “intelectuais orgânicos” adotaram o liberalismo e o nacionalismo, propuseram a modernização da sociedade brasileira, especialmente das suas Forças Armadas, e defenderam uma política externa voltada para a aproximação com as grandes potências, entre as quais já incluíram os Estados Unidos da América do Norte, que emergia no cenário mundial.¹³⁰

De fato, os “intelectuais orgânicos” que se reuniram, no Itamaraty, sob a liderança do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, entre 1902 e 1912, como Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, José Veríssimo, Graça Aranha e Domício da Gama, e no “jardim de infância” do presidente Afonso Pena, defenderam posições liberais e nacionalistas e contribuíram para a consolidação do regime republicano no Brasil. Muitos destes “intelectuais orgânicos” desempenharam missões políticas e diplomáticas, como Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima ou repercutiram as posições dos seus líderes em inúmeros artigos e debates pela imprensa, como Euclides da Cunha, Graça Aranha e José Veríssimo.¹³¹

Na Prefeitura do Distrito Federal, o cargo de prefeito passou a ser ocupado por indivíduos que pertenciam a essa linha de continuidade, que marcava a ideologia da burocracia do Estado Nacional. Ainda que republicanos, os prefeitos da cidade-capital, na sua maioria, eram liberais moderados provenientes das instituições criadas pela monarquia, como a Academia Nacional de Medicina, a Escola Politécnica de Engenharia e as Escolas Militares. Porém, muitos foram positivistas, como Barata Ribeiro, Henrique Valadares e Souza Aguiar, mas somente Pedro Ernesto Baptista assumiu posições mais democráticas e radicais.

No plano do Distrito Federal, em 18 de julho de 1894, na gestão do prefeito Henrique Valadares, o Decreto Legislativo municipal nº 102, reorganizou a sua administração, determinando que as diretorias gerais fossem diretamente subordinadas ao prefeito. E instituiu uma Secretaria Geral da Prefeitura, que recebeu a denominação de Diretoria Geral do Interior e Estatística.¹³² A direção geral dessa Diretoria foi entregue a Alexandrino Freire do Amaral, ex-secretário do prefeito, que a ocupou entre 1894 e 1897, quando se exonerou do cargo de diretor-geral do Interior e Estatística para voltar a ser secretário do prefeito. Depois

da sua exoneração, Alexandrino Freire do Amaral foi substituído interinamente na direção geral da Diretoria do Interior e Estatística por Antônio Cândido do Amaral, a partir de 30 de novembro de 1897.

O Decreto nº102 subordinou a Diretoria de Archivo Geral à Subdiretoria de Archivo e Estatística, da recém-criada Diretoria Geral do Interior e Estatística. Em consequência, o órgão arquivístico perdeu a posição destacada que ganhara com o Decreto nº 44, ainda que tenha mantido a sua denominação e o *status* de Diretoria de Archivo Geral. Mello de Moraes Filho continuou a exercer o cargo de diretor-arquivista.

Em 27 de julho de 1894, o Decreto Executivo nº 22 regulamentou a Diretoria do Interior e Estatística e estabeleceu que a Diretoria de Archivo Geral, como uma repartição subordinada à referida Diretoria, passaria a ser regido por um regulamento, que seria expedido a seguir.¹³³

Assim, em 31 de agosto de 1894, o Decreto Executivo nº 25¹³⁴ regulamentou a Diretoria de Archivo Geral, determinando as suas finalidades e a sua organização interna. O órgão foi incumbido de recolher, guardar e conservar, devidamente classificados, os documentos escritos, impressos, iconográficos e cartográficos, relativos à história e à administração do município do Rio de Janeiro, produzidos e acumulados em todas as diretorias e repartições municipais, desempenhando, portanto, as funções de um Arquivo central, responsável por toda a documentação emanada da Prefeitura.

Coube ao Archivo do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 25, publicar “tudo quanto interessar a esse ramo de serviço, sob qualquer ponto de vista que seja considerado”, em um periódico intitulado *Revista do Archivo do Districto Federal*. Este Decreto também reorganizou o órgão arquivístico, dividindo-o em duas seções: a Histórica e a Administrativa, determinando as suas respectivas competências e estabelecendo que cada uma das seções fosse dirigida por um chefe de seção.

Conforme o regulamento estabelecido pelo Decreto nº 25, de 1894, à Seção Histórica coube arquivar os documentos originais, as cópias autenticadas e os registros das leis, alvarás, decretos e resoluções que estabeleceram ou alteraram a organização do Senado da Câmara, da Câmara Municipal, do Conselho de Intendência e que estatuíram o atual regime municipal; guardar os documentos que registraram as honras, os foros e os privilégios concedidos ao Senado da Câmara, à Câmara Municipal, à municipalidade e aos munícipes ilustres, desde o período colonial até o período republicano; arquivar as Posturas Municipais promulgadas pelo Senado da Câmara, pela Câmara Municipal e pelo Conselho de Intendência, e também os livros que registram as suas deliberações, bem como os regulamentos, os decretos, os atos de posse dos vereadores e intendentess e dos funcionários municipais, eleitos ou nomeados, para os cargos dirigentes de toda administração do Distrito Federal, inclusive os do próprio Archivo.

Eram também competências da Seção Histórica: guardar e conservar os Livros de Autos de Vereanças do Senado da Câmara, da Câmara Municipal e os Livros de Atas do Conselho de Intendência, as Cartas Régias, Provisões, Portarias e Avisos do Conselho Ultramarino, dirigidos à Câmara Municipal, aos governadores-gerais e aos vice-reis, que tratassem de assuntos de interesse histórico do Distrito Federal; a correspondência ativa e passiva de todas as repartições municipais, desde o período colonial, quando a Câmara Municipal foi criada e, depois, elevada a Senado da Câmara, passando pela Câmara Municipal do Município Neutro da Corte, alcançando inclusive os documentos do Conselho de Intendência e da Prefeitura do Distrito Federal; arquivar os Editais do Senado da Câmara, da Câmara Municipal, do Conselho de Intendência e da Prefeitura, a Constituição (*sic*) do Distrito Federal, os documentos sobre as demarcações e alterações realizadas no território da cidade do Rio de Janeiro e a criação e a demarcação das freguesias e dos distritos eleitorais; guardar e conservar os Provimientos das Correições dos Ouvidores, as Cartas de Doação das Sesmarias concedidas à Câmara e às outras corporações municipais; as Cartas de Aforamentos de terrenos e próprios municipais; as demarcações de terrenos e quaisquer plantas topográficas; as Cartas Forais e outros documentos relativos à propriedade de terrenos.

Deveria arquivar e preservar as Atas de Eleições dos antigos camaristas e vereadores municipais, os Atos de Provedimento dos diversos cargos de oficiais, os Autos das Nomeações dos juizes-de-fora, dos vereadores e dos governadores da capitania, no período colonial; os Autos de Posse dos senadores, deputados, vereadores e juizes de paz do antigo Município Neutro, no período imperial; os Autos de Nomeações dos intendentes do Conselho de Intendência e dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, no período republicano; os documentos relativos às corporações religiosas, científicas, literárias e recreativas localizadas no município; os Numeramentos, as Cartas Patentes e os Provedimentos de Cargos expedidos pelo Senado da Câmara e pelos governadores da capitania e pelos vice-reis; conservar os Autos de Registros dos anos de fundação de edifícios públicos, monumentos, igrejas e associações e as Memórias e outros documentos relativos à história da cidade do Rio de Janeiro.

A Seção Histórica do Archivo Geral foi chefiada pelo bacharel e historiador Francisco Salles de Macedo, de 1893 até 1898, quando ele foi promovido ao cargo de subdiretor da Diretoria Geral do Interior e Estatística. Durante sua gestão no Arquivo Geral, Salles de Macedo desenvolveu inúmeras pesquisas historiográficas nos documentos arquivados, com base no seu grande conhecimento de Paleografia, que lhe permitiu decifrar os antigos manuscritos que estavam sob a guarda da seção que chefiava, contribuindo para a preparação da sua publicação.

A Seção Administrativa foi encarregada de arquivar documentos relativos à abertura de ruas, praças e demais logradouros públicos, seus prolongamentos, alargamentos e suas arruações; as licenças para construções de prédios e moradias; os Autos de Vistorias e de Infrações das Posturas municipais; os Registros de Arrendamentos de rendas e de próprios municipais; os documentos sobre as vendas, trocas e desapropriações de bens municipais; os empréstimos, as receitas, as despesas e os donativos feitos em nome da administração municipal.

Esta Seção deveria arquivar ainda documentos referentes à viação, à navegação e aos serviços telefônicos da cidade; às obras públicas; aos impostos; à higiene e à assistência pública; à instrução pública; à polícia municipal; os Atos de Nomeação, Posse, Licença, Suspensão, e Demissão de funcionários municipais; os protocolos das diversas repartições municipais; e os documentos existentes nos cartórios dos tabeliães dos antigos juizes de paz, referentes a interesses da administração municipal. A seção Administrativa permaneceu sob a chefia de Manoel Marcondes Homem de Mello, de 1893 até abril de 1897, quando este funcionário se aposentou.

A definição das atribuições das duas seções, que constituíram o Archivo Geral, sublinha a função do órgão de guardar e preservar os acervos documentais herdados dos Arquivos da Câmara Municipal e do Conselho de Intendência, competências que extrapolaram sua vinculação ao Poder Executivo municipal e reafirmam a sua importância institucional, como um arquivo permanente.

Conforme o Decreto nº 25, a Diretoria de Archivo Geral detinha a atribuição especial de arquivar a documentação de todas as diretorias gerais e repartições da Prefeitura do Distrito Federal, que deveriam recolher os documentos que produzissem nos seus depósitos, respeitando o princípio da proveniência, base da moderna Arquivística. O Decreto nº 25 determinou também que, anexo à seção Histórica do Arquivo Geral fosse criado um Museu, no qual seriam guardados, classificados e conservados os objetos de interesse histórico e arqueológico do Distrito Federal.

O Regulamento, baixado pelo Decreto nº 25, estipulou que a Diretoria de Archivo Geral permaneceria chefiada por um diretor-arquivista e por dois chefes de seção, definindo suas respectivas competências. Estabeleceu também que o órgão disporia de um corpo permanente de funcionários, constituído por dois primeiros-oficiais, dois segundos-oficiais, dois amanuenses, seis auxiliares, quatro restauradores-copistas, um contínuo e dois serventes.

Nas suas disposições gerais, o Regulamento baixado pelo Decreto nº 25 determinou que todas as repartições da Prefeitura recolhessem à Diretoria de Archivo Geral todos os documentos, livros, registros e demais papéis que produzissem. E estipulou o prazo de dois anos, depois de terminados os trabalhos de que tratassem os documentos, para que procedessem a tal recolhimento. Determinou que todos os documentos recolhidos e arquivados fossem acompanhados de uma relação em duas vias, uma das quais seria arquivada no órgão de origem e outra na Diretoria de Archivo Geral. Estipulou ainda que todos os documentos recolhidos e arquivados fossem marcados com a chancela institucional do Archivo Geral, com a finalidade de identificá-los para posterior classificação e catalogação.

Um aspecto interessante que se destaca neste Regulamento é o que mantém as normas de sigilo sobre a documentação produzida pela administração municipal, proibindo a expedição de cópias de documentos inéditos, sem a permissão especial do prefeito, traço característico da política de sigilo do Estado absoluto português que a Prefeitura carioca herdou, mostrando a sobrevivência de uma antiga mentalidade na administração municipal.

Provavelmente, o Regulamento da Diretoria de Archivo Geral, baixado pelo Decreto nº 25, foi influenciado pelo novo Regimento Interno do já então denominado Archivo Público Nacional. A estrutura do Archivo Geral do Distrito Federal possivelmente foi criada com base na estrutura daquele órgão. Em 1893, o Archivo Público Nacional foi reorganizado, sendo instituída a sua divisão em duas seções: 1) a Legislativa e Administrativa e 2) a Judiciária e Histórica, cujas atribuições e competências também foram definidas.

E, em conformidade com as determinações legais, estipuladas pelo Decreto nº 25, na gestão de Alexandre Mello de Moraes, foi efetivamente iniciada a publicação da primeira série da *Revista do Archivo do Districto Federal*, com o objetivo de trasladar, publicar e divulgar os documentos relevantes, na sua maioria inéditos, do acervo do órgão e de outras instituições afins, referentes à história do Rio de Janeiro.

Nessa primeira fase, entre abril de 1894 e dezembro de 1897, a *Revista do Archivo do Districto Federal* foi publicada mensalmente em fascículos ilustrados com gravuras, mapas e plantas “executados por escolhidos artistas nacionais e estrangeiros”, contendo textos redigidos, por Mello de Moraes, com base nos subsídios históricos produzidos pelas pesquisas paleográficas e históricas realizadas por Francisco Salles de Macedo.

No entanto, o primeiro fascículo da *Revista do Archivo do Districto Federal*¹³⁵ foi dedicado à divulgação dos documentos que constituem os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, que até então permaneciam inéditos. Assim, muitos documentos publicados nessa primeira fase da *Revista do Archivo do Districto Federal* tiveram um conteúdo que extrapolou o programado para o periódico, valorizando os fatos relacionados ao processo de independência, à formação da nacionalidade e à consolidação do regime republicano. Desta forma, o periódico publicado pela Diretoria de Archivo Geral expressou a importância da mais antiga instituição da municipalidade na preservação não apenas da memória carioca, mas também de fatos relevantes da história nacional.

Os documentos divulgados pela *Revista do Archivo do Districto Federal* foram publicados com a ortografia original, depois de atenta pesquisa realizada Salles de Macedo, que também elaborou extratos de muitos documentos originais arquivados, em razão dos seus grandes conhecimentos paleográficos, possibilitando a transcrição e a publicação de antigos documentos que, desta forma, foram preservados e divulgados.

Entretanto, a maioria dos artigos, publicada na série inicial da *Revista do Archivo do Districto Federal* foram assinados pelo seu diretor, Alexandre Mello de Moraes Filho, que se empenhou na realização de várias pesquisas historiográficas, realizando um exaustivo trabalho arqueológico, que resultou na publicação de documentos produzidos desde a época da fundação da cidade.

Mello de Moraes Filho compartilhava, com os intelectuais da sua época, uma concepção de História que valorizava o passado e a nacionalidade. Como historiador, considerava-se “um homem do passado, um homem para quem só tem atrativos os tempos que já se foram, em umas poucas tradições que já morreram”¹³⁶.

Sob a sua direção, os documentos trasladados, impressos e publicados na *Revista do Archivo do Districto Federal*, estabeleceram uma relação com os fatos e heróis, escolhidos pelos republicanos para representarem o papel de fundadores da nacionalidade, com a constituição do patrimônio territorial e imobiliário municipal e com os trabalhos e a atuação cotidiana da Câmara Municipal, da qual a maior parte da documentação da Diretoria de Archivo Geral provinha.

Assim, em abril de 1894, a publicação dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, na *Revista do Archivo do Districto Federal*, constituiu-se em uma iniciativa voltada para homenagear Tiradentes, que fora recentemente elevado ao panteão dos heróis brasileiros pelos republicanos, com a instituição do feriado nacional do dia 21 de abril.¹³⁷ Neste mesmo volume, foram reunidos e publicados documentos que registram a distribuição e a demarcação das terras municipais, com o objetivo de atender à necessidade geopolítica de demarcar o território do Distrito Federal, no momento em que os seus limites poderiam ser contestados. Também foram publicados os documentos relativos às ações administrativas da Câmara Municipal, com o intuito, sem dúvida, de comprovar e destacar a importância institucional e política do Legislativo municipal na história carioca e nacional, durante mais de três séculos, especialmente, no momento inaugural da República, que foi legitimada no seu plenário.

A primeira série da *Revista do Archivo do Districto Federal*, publicada entre 1894 e 1897, alcançou uma grande repercussão nos meios cultos da cidade, do país e até do exterior, ao divulgar na íntegra documentos de inestimável valor histórico e probatório, que até então permaneciam desconhecidos dos estudiosos e do público em geral e que, sem dúvida, contribuíram para a legitimação política da República.

A gestão de Henrique Valadares encerrou-se em 31 de dezembro de 1894, sob a presidência de Prudente de Moraes Barros. Seu sucessor na Prefeitura foi Francisco Furquim Werneck de Almeida, médico fluminense que tomou posse em 1º de janeiro de 1895 e permaneceu no cargo até 15 de novembro de 1897, quando se exonerou por motivos políticos.

A curta gestão de Francisco Werneck de Almeida (1895-1897) privilegiou o saneamento urbano, adotando uma série de medidas sanitárias e higiênicas, em relação ao abastecimento de água, à remoção do lixo, à melhoria das condições sanitárias das escolas municipais. Obrigou os proprietários de imóveis a conservar as suas fachadas, melhorou a pavimentação de ruas e praças, modernizou o Matadouro municipal e criou a Comissão de Saneamento da cidade, entregando sua direção ao médico Manoel Vitorino Pereira, então vice-presidente da República.

Apesar dos problemas financeiros que a Prefeitura enfrentava, em agosto de 1895, um Decreto do Conselho de Intendência Municipal, atendendo às solicitações do Archivo Geral, promoveu os seus restauradores-copistas e auxiliares, com mais de um ano de serviço, ao cargo de amanuenses, sem concurso público. De fato, essas promoções geraram mais despesas para a Prefeitura, sem que os intendentess definissem de onde proveriam os recursos destinados ao pagamento dos ordenados destes funcionários promovidos, criando um problema para o prefeito que não poderia vetá-las.

Depois da exoneração de Francisco Werneck de Almeida, a Prefeitura foi exercida interinamente pelo presidente do Conselho Municipal, o médico Joaquim José da Rosa por um curto período. Em 25 de novembro de 1897, Ubaldino do Amaral Fontoura, advogado, foi empossado no cargo de prefeito do Distrito Federal pelo presidente Prudente de Moraes.

O novo prefeito encontrou a Prefeitura sem recursos financeiros em caixa, não tendo condições de dar prosseguimento a obras de saneamento e à expansão da cidade e procedeu a vários cortes de despesas no orçamento da Prefeitura. Um deles, determinado pela Portaria nº 575,¹³⁸ de 22 de dezembro de 1897, suspendeu a publicação da *Revista do Archivo do Districto Federal*, por causa da necessidade de contenção de despesas da Prefeitura, que passava por graves dificuldades financeiras.

Em 19 de julho de 1898, a Lei Federal nº 493¹³⁹, promulgada na gestão de Ubaldino do Amaral Fontoura, regulou a suspensão das resoluções propostas pelo Conselho de Intendência ou pela Prefeitura que gerassem novas despesas não previstas no orçamento anual do Distrito Federal e, em consequência, fossem contrárias às orientações governamentais em vigor. Portanto, esta Lei revogou o artigo da Lei Orgânica de 1892, que autorizava o Poder Legislativo municipal a criar novos impostos e novas despesas para a Prefeitura distrital.

O prefeito, forçado pela falta de receitas, foi obrigado a promover uma reforma administrativa que extinguiu vários cargos nas repartições públicas, gerando grande descontentamento entre os funcionários municipais que passaram a hostilizá-lo politicamente. Em decorrência desta situação, renunciou ao cargo em 15 de novembro de 1898, data em que outro cafeicultor paulista, Manuel Ferraz de Campos Sales, assumiu a Presidência da República. Interinamente a Prefeitura foi ocupada pelo engenheiro Luiz Van Erven, diretor da repartição de Águas e Esgotos, da Diretoria Geral de Obras e Viação, até 30 de dezembro de 1898.

No plano nacional, no governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), os monarquistas foram definitivamente derrotados ou cooptados pelo governo, os radicais se dividiram, depois do atentado contra Prudente de Moraes, e os militares voltaram para os quartéis, sem contestar a posse de outro civil na Presidência da República. Porém, a economia nacional baseada nas atividades agroexportadoras, especialmente na cafeicultura, entrou em crise, pois as exportações baixaram, a inflação subiu, a dívida externa do país aumentou e a arrecadação tributária do governo caiu.

Para enfrentar a crise, o ministro da Fazenda de Campos Sales, o economista Joaquim Murтинho, elaborou e executou um plano econômico que teve sucesso, carreando capitais externos para novos investimentos no país. Assim, conseguiu renegociar a dívida externa brasileira com os banqueiros ingleses, obtendo o *Funding loan*¹⁴⁰. O ministro Joaquim Murтинho adotou um programa deflacionário, queimando grande parte do papel-moeda em circulação para conter a inflação, reduziu as despesas públicas, reequilibrou as finanças e aumentou a arrecadação tributária do governo por meio de medidas fiscais, mas provocou falências, desemprego, baixos salários, juros altos e elevação do custo de vida, especialmente no Distrito Federal, onde ocorreram agitações políticas das classes populares. Estas manifestações contaram com a participação de soldados e marinheiros concentrados na cidade. O governo de Campos Sales tornou-se extremamente impopular.

Na gestão de Campos Sales foi adotada a “política dos governadores” ou “política dos estados”, como preferia chamá-la o presidente. Esta política pretendeu eliminar ou neutralizar a influência da Capital Federal na política nacional, reprimindo as revoltas populares e afastando os militares da política. Teve o objetivo também de diminuir os conflitos intraoligárquicos estaduais e estabelecer um acordo tácito entre o Executivo Federal e as oligarquias dominantes de cada estado, pondo fim aos conflitos ainda existentes entre a Presidência da República e os representantes dos estados no Congresso Nacional. Esses dois fatores alimentavam uma permanente instabilidade política no regime republicano. De acordo com a “política dos estados”, nas eleições, o presidente da República estabelecia uma aliança com as oligarquias dominantes nos estados, apoiando seus candidatos aos governos estaduais e, em troca, ganhava a aprovação dos eleitos para as suas propostas de governo no Congresso Nacional.¹⁴¹

Na maior parte da Primeira República (1889-1930), a “política dos governadores” ou “política dos estados” garantiu o revezamento dos grupos dominantes de São Paulo e Minas Gerais, na Presidência da República, assegurando a posse dos eleitos. Entretanto, a “política dos governadores” não permitiu a vitória das oposições, que se radicalizaram, promovendo revoltas em vários estados. As oligarquias na oposição formaram as chamadas dissidências, que expressaram as rupturas e as contestações intraoligárquicas nos estados. Quando as “dissidências” de vários estados se uniam, geravam graves crises sucessórias, como as que ocorreram em 1910, em 1919 e em 1930, quando São Paulo e Minas Gerais apresentaram e apoiaram candidatos presidenciais diferentes.

Durante o governo de Campos Sales, a intervenção do governo federal sobre o Distrito Federal foi bastante intensa. Essa intervenção manifestou-se em 23 de dezembro de 1898, quando o Decreto Legislativo Federal nº 543¹⁴² organizou novamente a administração do Distrito Federal, derogando e ampliando as disposições da Lei Orgânica de 1892, na gestão do prefeito interino Luiz Van Erven (1898). Este prefeito acatou sem protestar a nova intervenção federal na administração municipal, mas, ao deixar a Prefeitura, foi nomeado diretor-geral de Obras e Viação, na gestão do prefeito seguinte, José Cesário de Faria Alvim (1898-1899), fato que parece configurar uma barganha política.

O Decreto federal nº 543 tornou inelegíveis os intendentes em exercício para o próximo biênio, adiou as próximas eleições para o Conselho de Intendência e determinou um novo regulamento e novos critérios dos pleitos municipais, assinalando uma interferência direta da esfera federal no Poder Legislativo municipal. Também restringiu as atribuições do Conselho de Intendência, determinando que a iniciativa de criação de despesas e de novos cargos de funcionários municipais se tornasse uma prerrogativa exclusiva do prefeito, única autoridade responsável pela nomeação e pela promoção de funcionários para a municipalidade, confirmando a determinação da Lei Federal nº 493, de 19 de junho do mesmo ano. A única exceção aberta pelo Decreto foi para os servidores da Secretaria do Conselho de Intendência, que poderiam ser nomeados e promovidos pelos próprios intendentes.

Este Decreto estipulou, ainda, que a nomeação dos procuradores dos Feitos da Fazenda Municipal passasse a ser de competência exclusiva do presidente da República e não mais dos Poderes Executivo ou Legislativo municipais. Assim, o conjunto das medidas impostas pelo Decreto nº 543 acarretou uma nova restrição à autonomia do Distrito Federal, assinalando mais uma interferência direta do governo federal na organização municipal do Rio de Janeiro.

Em 31 de dezembro de 1898, o advogado mineiro José Cesário de Faria Alvim, político republicano que já exercera a presidência da província do Rio de Janeiro, o governo do Estado de Minas Gerais e ocupara o cargo de ministro da Justiça e Interior no Governo Provisório, assumiu o cargo de prefeito do Distrito Federal, no qual permaneceu até 31 de janeiro de 1900. Na sua breve gestão, a situação financeira da Prefeitura tornou-se extremamente crítica, pois havia um grande déficit na balança de pagamentos, muitas dívidas com empreiteiros e os vencimentos e as pensões dos servidores municipais estavam atrasados.

Em janeiro de 1899, um Decreto de Cesário de Faria Alvim, embasado no Decreto nº 543, resolveu manter as classes dos auxiliares e restauradores-copistas do Archivo Geral, com os vencimentos que recebiam e determinou o não provimento dos cargos de amanuenses, que o Conselho de Intendentes criara em agosto de 1895. Este Decreto, que prejudicou o quadro funcional do Archivo Geral, foi baixado por causa da premente necessidade da Prefeitura de restringir e diminuir as despesas com pessoal, em obediência às determinações do Decreto nº 543, do Legislativo federal e em face à situação de endividamento em que se encontrava.

Em 5 de maio de 1899, Cesário de Faria Alvim licenciou-se do cargo de prefeito por motivos de saúde. Honório Gurgel de Amaral passou a ocupar interinamente a Prefeitura, na qualidade de presidente do Conselho de Intendentes, até o retorno do prefeito licenciado, em 23 de maio.

Nesse momento de contenção das despesas da Prefeitura, Antônio Cândido do Amaral, diretor-geral interino da Diretoria do Interior e Estatística, recomendou, por escrito, a publicação de um trabalho do então escriturário da Diretoria Geral de Contabilidade, Francisco Agenor de Noronha Santos, historiador e futuro dirigente do Archivo Geral. A publicação deste trabalho, intitulado *Apontamentos para o Indicador do Distrito Federal*, à custa do erário municipal, foi justificada pela sua grande utilidade e relevância para a administração municipal. Nesta obra, Noronha Santos organizou em ordem alfabética a denominação das ruas, praças e logradouros públicos cariocas, descreveu lugares e povoados das freguesias rurais do município, determinou a jurisdição fiscal e policial dos logradouros públicos da cidade e fez um histórico dos mesmos.

Em 31 de janeiro de 1900, o prefeito José Cesário de Faria Alvim exonerou-se, por motivos de saúde, do cargo que voltara a ocupar em 23 de maio de 1899. A partir de 1º de fevereiro, a Prefeitura foi exercida interinamente pelo advogado e jurista Antônio Coelho Rodrigues, natural do Piauí, nomeado pelo presidente da República.

Coelho Rodrigues permaneceu no cargo apenas até 6 de setembro daquele mesmo ano, não tendo conseguido reorganizar as finanças da municipalidade, apesar de ter adotado várias medidas de economia. Na sua curta gestão, foi estabelecida, no dia 8 de fevereiro, a classificação dos funcionários da Diretoria Geral do Interior e Estatística. Esta Diretoria permanecia dirigida interinamente por Antônio Cândido do Amaral e o Arquivo Geral por Alexandre Mello de Moraes Filho.

No seu Relatório,¹⁴³ apresentado na sessão de 1º de março de 1900 do Conselho de Intendência, o prefeito mencionou a necessidade de o Arquivo Geral do Distrito Federal, a Biblioteca Municipal e a repartição de Estatística constituírem uma mesma Diretoria Geral. Também autorizou a mudança das instalações do Arquivo Geral, pois reconheceu que as ocupadas pelo órgão eram insuficientes e inadequadas para as suas finalidades, mas ressaltou que tal mudança dependia da aprovação de uma verba destinada à transferência e à reinstalação do órgão arquivístico em outro local.

Em abril de 1900, foi apresentado ao Conselho de Intendência o projeto de um Código de Polícia Municipal, de autoria do diretor-geral da sua Secretaria, o major José Caetano de Alvarenga Fonseca. O seu projeto estabelecia as atribuições da polícia municipal, definia a circunscrição do território municipal, a denominação oficial da cidade, sua superfície, limites, divisões em zonas e distritos e o formato do seu emblema oficial. Propôs que os Livros de Ocorrências da Polícia do Distrito Federal deveriam ser recolhidos ao Arquivo Geral. Porém, esse projeto, apesar de aprovado pelo Conselho de Intendência, foi vetado pelo prefeito Antônio Coelho Rodrigues, pois o seu conteúdo extrapolava o de um código policial, equivalendo ao do Código de Posturas municipais em vigor.

Em 31 de maio de 1900, o Decreto nº 205¹⁴⁴ do Executivo municipal extinguiu o cargo de secretário do prefeito e a Comissão da Carta Cadastral da cidade, transferindo o trabalho desta Comissão para os engenheiros da Diretoria Geral de Obras e Viação. Essas medidas foram adotadas para reduzir as despesas da Prefeitura, que continuava enfrentando uma grave crise financeira. Em decorrência da extinção do cargo de secretário do prefeito, Alexandrino Freire do Amaral foi reconduzido ao cargo de diretor-geral do Interior e Estatística, a partir de 1º de junho desse ano, e Antônio Cândido do Amaral foi nomeado 1º auxiliar do Gabinete do prefeito.

Em 12 de junho de 1900, o Decreto nº 207¹⁴⁵ regulamentou o estatuto dos funcionários das repartições municipais, definindo as atribuições do prefeito do Distrito Federal em relação às nomeações, demissões, licenças, incompatibilidades, punições, remoções, aposentadorias e aos vencimentos, montepios e processos administrativos dos referidos servidores, proibindo a acumulação de cargos e o aumento de despesas com pessoal, além das verbas já aprovadas no orçamento.

No início de setembro de 1900, o prefeito Antônio Coelho Rodrigues baixou o Decreto nº 766¹⁴⁶, regulamentando a nomeação, demissão e remoção de funcionários municipais. No dia 6 de setembro, o prefeito renunciou ao cargo. A nomeação do seu sucessor, João Felipe Pereira, foi feita pelo presidente Campos Sales no mesmo dia, mas somente foi aprovada pelo Senado Federal no dia 14 de setembro daquele mesmo ano.

João Felipe Pereira, engenheiro civil nascido no Ceará, era professor da Escola Politécnica, foi ministro da Fazenda e da Viação e Obras Públicas, no governo de Floriano Peixoto e permaneceu no cargo de prefeito até 11 de novembro de 1901. Na sua gestão, a Prefeitura continuou em crise financeira. Para minimizar os problemas, Pereira suspendeu várias obras em andamento, dispensou funcionários, reorganizou a Fazenda municipal e restabeleceu o pagamento em dia dos servidores. Porém, deu prosseguimento ao

desmante do morro do Senado, realizado pela Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, cujos diretores eram os engenheiros Paulo de Frontin e Carlos César Sampaio, futuros prefeitos do Distrito Federal. O entulho do desmante era lançado diariamente nos terrenos alagadiços, entre o canal do Mangue e a ilha das Moças, em São Cristóvão. Manteve as medidas sanitárias voltadas para o recolhimento e a incineração do lixo e vetou o aumento das tarifas dos bondes e o projeto que dava à Santa Casa de Misericórdia o monopólio das tarifas de serviços funerários. Essa última medida descontentou a poderosa irmandade que pressionou o governo federal em defesa dos seus interesses, levando João Felipe Pereira a renunciar ao cargo de prefeito.

Durante a gestão de João Felipe Pereira, o Decreto nº 212,¹⁴⁷ de 8 de setembro de 1900, restabeleceu o cargo de secretário do prefeito, que voltou a ser exercido por Alexandrino Freire do Amaral, após a revogação do Decreto nº 205, de 1900 que reformara a estrutura do Gabinete do prefeito. Antônio Cândido do Amaral foi exonerado do cargo de 1º auxiliar de Gabinete e retomou, interinamente, ao cargo de diretor-geral do Interior e Estatística. Ambos foram empossados em 8 de setembro de 1900. Entre as medidas administrativas, implantadas por João Felipe Pereira, para reequilibrar a finança do Distrito Federal, destacou-se o Decreto Legislativo nº 785 ¹⁴⁸, sancionado pelo prefeito em 17 de dezembro de 1900. Esse Decreto reorganizou as repartições municipais, cujo primeiro escalão passou a ser formado por seis diretorias gerais, diretamente subordinadas ao prefeito. Estas diretorias receberam as denominações de: 1) Interior e Estatística; 2) Contabilidade; 3) Rendas; 4) Higiene e Assistência Pública; 5) Obras e Viação; e 6) Instrução Pública. E restabeleceu a Comissão da Carta Cadastral.

Dividiu os funcionários municipais em duas categorias distintas, formadas pelos efetivos e pelos adidos. Estipulou que os adidos somente poderiam preencher as vagas dos efetivos da mesma categoria do cargo que ocupassem. Este Decreto suprimiu a Diretoria de Archivo Geral, rebaixando o órgão à categoria de mera seção da Diretoria Geral do Interior e Estatística, como uma repartição anexa. E extinguiu o cargo de diretor-arquivista. Porém, Mello de Moraes permaneceu como diretor-adido do Archivo Geral, por determinação do Decreto nº 234 ¹⁴⁹, de 19 de janeiro de 1901, que assegurou os direitos adquiridos pelos servidores que ocupassem cargos vitalícios.

Esta nova alteração na posição hierárquica do Archivo Geral acentuou ainda mais a redução de sua autonomia político-administrativa, financeira e técnica. A posição subalterna que passou a ocupar na hierarquia administrativa municipal, certamente, dificultou o cumprimento de suas atribuições de recolhimento, guarda e preservação da documentação proveniente de todas as diretorias gerais e repartições da Prefeitura.

Conforme o Decreto nº 785 estipulou, o Archivo Geral passou a constituir a terceira seção da Diretoria Geral do Interior e Estatística, então chefiada por Antônio Cândido do Amaral. Este Decreto também estabeleceu a tabela de vencimentos da referida Diretoria Geral. Com essa tabela, podemos reconstituir a composição do quadro funcional do Archivo Geral, cujos cargos efetivos passaram a ser compostos por um chefe de seção, um primeiro-oficial, um segundo-oficial, um amanuense, dois auxiliares, dois restauradores-copistas e um contínuo. O quadro de adidos, por sua vez, foi formado por um diretor-adido, dois chefes de seção, dois primeiros-oficiais, cinco segundos-oficiais, dois amanuenses, um auxiliar, um restaurador-copista e um contínuo.

Em 29 de dezembro de 1900, o prefeito João Felipe Pereira emitiu o Decreto nº 791 ¹⁵⁰ que orçou a receita e fixou a despesa da municipalidade para o exercício de 1901, estabelecendo os vencimentos do pessoal da Diretoria Geral do Interior e Estatística, inclusive do Archivo Geral, sem alterar o seu quadro de pessoal.

Entre 1893 e 1900, nos ofícios expedidos por Mello de Moraes ao diretor-geral do Interior e Estatística, foram frequentes as solicitações de remoção do Archivo Geral para instalações mais apropriadas às suas finalidades, pois a sala ocupada pelo órgão estava abarrotada de documentos e suas estantes corriam o risco

iminente de desabarem sobre os funcionários, por causa do excesso de peso da documentação nelas depositadas.

Os dirigentes do Arquivo Geral, reiteradamente, contudo, continuaram solicitando providências junto às demais repartições municipais para que procedessem ao recolhimento da documentação que produziam no Arquivo Geral, como determinava o seu regulamento e a legislação vigente. Pelo que se apurou, esses recolhimentos não foram feitos de forma sistemática, pois muitos documentos que deveriam ser recolhidos ao Arquivo Geral permaneceram nos arquivos setoriais de cada Diretoria Geral, como aconteceu com os papéis da Diretoria Geral de Obras e Viação.

Em 3 de janeiro de 1901, o Decreto nº 226¹⁵¹, expedido pelo prefeito João Felipe Pereira, organizou novamente as repartições municipais, porém, a nova reforma manteve as mesmas seis diretorias gerais, estabelecidas pelo Decreto nº 785, de 1900, diretamente subordinadas ao prefeito. E subordinou diretamente ao prefeito a Superintendência da Limpeza Pública e Particular e a Comissão da Carta Cadastral. A Diretoria Geral do Interior e Estatística permaneceu dividida em duas subdiretorias (Interior e Estatística) e em três seções: Interior, Estatística e Arquivo Geral. O Arquivo Geral do Distrito Federal continuou sendo a terceira seção da Subdiretoria de Estatística, que permaneceu chefiada por Francisco Salles de Macedo.

A seguir, pelo Decreto nº 234¹⁵², de 29 de janeiro de 1901, o prefeito reorganizou o quadro de pessoal da Diretoria Geral do Interior e Estatística, mantendo Antônio Cândido do Amaral como seu diretor-geral interino. O bacharel e historiador Francisco Salles de Macedo foi nomeado chefe da seção de Arquivo Geral, mas o médico e historiador Alexandre José de Mello de Moraes Filho permaneceu como seu diretor-adido. Esse Decreto também estipulou os vencimentos dos servidores da Diretoria Geral do Interior e Estatística, inclusive dos lotados no Arquivo Geral.

Em 30 de janeiro de 1901, o Decreto nº 236¹⁵³ do Executivo municipal reorganizou o quadro de pessoal da Secretaria do Gabinete do Prefeito. Alexandrino Freire do Amaral manteve o cargo de secretário até 11 de agosto de 1903, quando foi substituído por Aureliano Gonçalves de Souza Portugal. Em 11 de outubro de 1901, João Felipe Pereira renunciou à Prefeitura, que passou a ser ocupada pelo advogado e jornalista paulista Joaquim Xavier da Silveira Júnior. A sua gestão herdou grandes dificuldades financeiras e graves deficiências de recursos humanos e materiais na Prefeitura, entretanto, começou as obras de construção do cais *Pharoux*, na praça Quinze de Novembro, e inaugurou a iluminação elétrica no bairro de Ipanema.

Em 19 de dezembro de 1901, Xavier da Silveira, baixou o Decreto Orçamentário nº 843¹⁵⁴, aprovado pelo Conselho Municipal, orçando a despesa e fixando a receita da municipalidade para o exercício de 1902. Este Decreto também autorizou o prefeito a reorganizar as repartições municipais, estipulando os vencimentos do pessoal das diretorias gerais, inclusive os da Diretoria Geral do Interior e Estatística, à qual o Arquivo Geral estava subordinado.

No âmbito da estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal, Xavier da Silveira promoveu a reorganização de várias diretorias gerais e instituiu seus respectivos regulamentos. Assim, foram reorganizadas a Inspeção de Matas Terrestres e Marítimas, que inclusive mudou de denominação, as diretorias gerais da Fazenda, de Obras e Viação, de Instrução Pública e de Patrimônio Municipal. Porém, até agosto de 1902, a Diretoria Geral do Interior e Estatística não foi modificada e continuou a ser dirigida interinamente por Antônio Cândido do Amaral.

Em 22 de janeiro de 1902, o governo federal promoveu uma nova intervenção no Distrito Federal, ao determinar que os intendentess municipais, cujos mandatos terminaram no dia 7 do mesmo mês, prorrogou-os, até que fossem marcadas novas eleições para o Conselho de Intendência.

Xavier da Silveira licenciou-se do cargo de prefeito entre 28 de fevereiro e 10 de março de 1902, por motivo de doença, sendo substituído interinamente pelo presidente do Conselho de Intendência Municipal, o tenente-coronel Carlos Leite Ribeiro, que manteve Alexandrino Freire do Amaral como secretário do

prefeito no Gabinete. No Relatório ¹⁵⁵ que o prefeito interino Carlos Leite Ribeiro apresentou ao Conselho de Intendência, em 3 de março de 1902, ele reconheceu que a Diretoria Geral do Interior e Estatística precisava ter seus serviços de polícia administrativa e estatística reorganizados, regulamentados e ampliados, de modo a melhor servir às exigências da administração distrital, mas não fez nenhuma menção ao Arquivo Geral.

Depois de reassumir o cargo, Xavier da Silveira experimentou uma nova intervenção do governo federal sobre a administração do Distrito Federal. Esta intervenção se efetivou por meio do Decreto Executivo nº 4.463 ¹⁵⁶, de 12 de julho de 1902, que transferiu o Serviço de Higiene Defensiva da Prefeitura para o âmbito do governo federal, incorporado à Secretaria Geral de Saúde Pública. Foi encarregado da vigilância sanitária, assistência hospitalar, isolamento dos doentes e desinfestação dos microorganismos que provocavam as epidemias que assolavam a Capital Federal. A seguir, o Decreto federal nº 4.464 ¹⁵⁷ estabeleceu as bases para a regulamentação de um Serviço de Higiene Defensiva, no âmbito federal.

No final da sua gestão, em 12 de agosto de 1902, Xavier da Silveira expediu o Decreto nº 302 ¹⁵⁸ que reorganizou a Diretoria Geral do Interior e Estatística. Este Decreto modificou sua denominação para Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística e determinou as atribuições concernentes aos três serviços que a constituíram e que foi dividida em duas subdiretorias: 1) de Polícia Administrativa e Arquivo; e 2) de Estatística. O Arquivo Geral tornou-se a segunda seção da primeira subdiretoria, passando a ser chefiado pelo bacharel José de Paiva Legey, nomeado em 12 de agosto de 1902, mas Alexandre Mello de Moraes permaneceu no cargo de diretor-adido.

A seguir, o Decreto Executivo nº 303 ¹⁵⁹, também publicado em 12 de agosto de 1902, organizou o quadro de pessoal da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Alexandrino Freire do Amaral foi designado diretor-geral, Antônio Cândido do Amaral foi designado subdiretor de Polícia Administrativa e Arquivo, Aureliano Gonçalves de Souza Portugal, subdiretor de Estatística Municipal. Francisco Salles de Macedo foi designado chefe da seção de Polícia Administrativa, José de Paiva Legey foi mantido no cargo de chefe da seção de Arquivo Geral e Alexandre Mello de Moraes Filho permaneceu no cargo de diretor-adido. Este Decreto definiu a composição do quadro de pessoal efetivo do Arquivo Geral, constituído por um chefe de seção, dois primeiros-oficiais, dois segundos-oficiais, dois amanuenses, dois restauradores-copistas, dois auxiliares e um contínuo.

Em 14 de agosto de 1902, o Decreto Executivo nº 304 ¹⁶⁰, de Xavier da Silveira, regulamentou a Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Este Decreto reduziu o quantitativo de servidores efetivos do Arquivo Geral a um chefe de seção, dois primeiros-oficiais, dois segundos-oficiais, dois amanuenses, dois restauradores-copistas e dois auxiliares. Portanto, as dificuldades que a repartição já enfrentava, para cumprir plenamente as suas amplas funções, aumentaram, tanto porque permaneceu em uma posição hierárquica subalterna, que a impediu de ordenar diretamente a execução dos procedimentos de recolhimento da documentação produzida pelas repartições das demais diretorias gerais, quanto devido à sua reduzida equipe de funcionários efetivos, sobrecarregados com o trabalho com essa vasta massa documental.

Embora o mencionado Decreto tenha mantido o esvaziamento político e funcional do Arquivo Geral, relacionou e manteve as suas amplas funções, regulamentando suas atribuições e competências. Assim, de acordo com o novo Regulamento, implantado pelo Decreto nº 304, coube ao Arquivo Geral conservar em boa guarda o arquivo da Diretoria Geral a qual estava subordinado; arquivar os autógrafos da legislação produzida pelos Poderes Legislativo e Executivo municipais; arquivar os documentos originais, cópias autênticas ou registros das leis, alvarás, decretos, resoluções e portarias referentes à administração municipal, desde os seus primórdios, no período colonial, até a atualidade.

Conforme o novo Regulamento, coube ao Arquivo Geral guardar e conservar todos os documentos que, direta ou indiretamente, fossem interessantes à história do Distrito Federal, desde a fundação da Câmara

Municipal, passando pelo Conselho de Intendência até a criação da Prefeitura da cidade; recolher e tratar todos os documentos relativos à administração municipal, produzidos e recolhidos das diversas repartições das diretorias gerais da Prefeitura; requisitar, por meio do diretor-geral de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística, as coleções de documentos, papéis avulsos e livros que devessem ser recolhidos e arquivados no Archivo Geral, bem como os que, pertencentes à municipalidade, se encontrassem arquivados em repartições federais ou de outros estados.

O Regulamento estipulou ainda como atribuições do Archivo Geral restaurar os documentos que estivessem estragados, incompletos ou que fossem de difícil leitura, autenticando suas respectivas cópias, de modo a substituírem os originais, conservando esses para confronto, quando houvesse dúvidas; fornecer as certidões de documentos existentes nos seus acervos, mediante despacho do diretor-geral ou do prefeito, mas não permitiu que ninguém extraísse cópia de documentos inéditos sem licença especial do chefe do Executivo Municipal, mantendo a prescrição anteriormente fixada pelo Decreto nº 25, de 1894, já comentada.

Determinou que todas as repartições municipais recolhessem ao Archivo Geral os documentos, registros e demais papéis que produzissem, dois anos depois de findos os trabalhos de que tratassem, estipulando que esses documentos, ao serem destinados ao recolhimento, deveriam ser acompanhados de uma relação em duas vias, uma das quais seria devolvida ao órgão de origem e a outra permanecia junto à documentação recolhida e arquivada. Responsabilizou o diretor-geral de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística de firmar acordos de intercâmbio com serviços federais, para que fossem extraídas cópias autênticas de livros de registros e de autos existentes nos cartórios da comarca do Rio de Janeiro, que se referissem a assuntos relevantes para a história e a administração do Distrito Federal.

Sem dúvida, o estabelecimento destas determinações legais, por meio do Regulamento contido no Decreto nº 304, revelaram uma preocupação das autoridades distritais com a guarda e a preservação da documentação oficial da Prefeitura do Distrito Federal, ainda que apresentasse aspectos contraditórios e anacrônicos, como a proibição de cópias dos documentos inéditos, mas reconheceu e manteve as funções específicas que o Archivo Geral desempenhava na administração municipal.

O Decreto nº 304 determinou as funções e atribuições dos funcionários da mencionada Diretoria Geral. Estabeleceu a ordenação, o tempo e o processo de execução dos seus serviços. Estipulou os direitos, as vantagens e as punições dos seus funcionários. E previu o estabelecimento de um Conselho Superior de Estatística, presidido pelo prefeito e composto por todos os diretores-gerais, pelo subdiretor de Estatística e por profissionais de reconhecido saber e competência nessa área, com a incumbência de proceder ao recenseamento da população do Distrito Federal e de organizar e publicar os dados estatísticos resultantes desses recenseamentos, nos períodos estabelecidos pela legislação.

No Relatório ¹⁶¹ de José de Paiva Legey, chefe de seção do Archivo Geral, ao subdiretor de Polícia Administrativa e Archivo, em 1902, foi solicitada a adoção de providências para o recolhimento dos Livros de Registros do Imposto Predial de 1894 e de 1895, que ainda permaneciam na Contadoria da Fazenda. Fato que ilustra as dificuldades que o Archivo Geral enfrentava para desempenhar suas funções, na posição subalterna que estava ocupando.

No Relatório ¹⁶² de Xavier da Silveira ao Conselho de Intendência, datado de 5 de setembro de 1902, foi fato reconhecido que o Archivo Geral funcionava de forma imprópria e inadequada às suas finalidades, ocupando, no pavimento superior do Palácio Municipal, uma sala muito pequena e totalmente abarrotada de estantes lotadas de documentos. O prefeito admitiu a grande dificuldade enfrentada e o árduo e custoso esforço dispensado pelo pessoal do Archivo Geral para executar as amplas funções dessa repartição em um espaço tão acanhado, apertado e superlotado de documentação. Propôs a remoção da repartição para o pavimento térreo do Palácio Municipal e a transferência da sua documentação para depósitos mais amplos, onde os serviços do órgão pudessem funcionar de forma mais eficiente e apropriada, apontando essas

medidas como urgentes e inadiáveis. Ainda nesse Relatório, o prefeito apresentou o projeto de orçamento da receita e da despesa da Prefeitura para o exercício de 1903, incluindo mais verbas no orçamento do Archivo Geral. Porém, em 27 de setembro de 1902, Xavier da Silveira exonerou-se do cargo de prefeito sem que estas providências fossem postas em prática. O substituto interino do prefeito, Carlos Leite Ribeiro, presidente do Conselho de Intendência, também não tomou as providências apontadas por Xavier da Silveira. Leite Ribeiro deixou o cargo de prefeito em 29 de dezembro de 1902, depois da posse do novo presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, ocorrida em 15 de novembro daquele ano. Na sua curta gestão, Leite Ribeiro promoveu alguns melhoramentos urbanos e modificou algumas Posturas Municipais relativas à higiene e à segurança públicas.

No plano nacional, a gestão de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906) representou o apogeu da República dos Conselheiros e a consolidação da hegemonia das oligarquias paulista e mineira sobre o aparelho de Estado brasileiro. O seu governo reforçou a articulação estabelecida entre os interesses dos cafeicultores paulistas e dos pecuaristas mineiros, a chamada “política do café com leite”, mas atendeu os interesses dos capitalistas e financistas nacionais e internacionais e da elite política dirigente, que embora tenha se constituído durante a monarquia, continuou a ocupar os altos cargos da burocracia nos planos federal e distrital.

O principal objetivo do governo de Rodrigues Alves foi construir um Estado Nacional que promovesse a integração do país ao concerto internacional, marcado pela expansão imperialista das grandes potências e pela consolidação do capitalismo monopolista financeiro. Com esse objetivo, Rodrigues Alves trabalhou para garantir a unidade e a integridade do território nacional, a remodelação do aparelho de Estado e das suas Forças Armadas e a modernização da sociedade brasileira, segundo os padrões das civilizações europeias. Considerou as instituições liberais da Europa como modelo, ainda que as tenha “adaptado” ao contexto nacional. Para viabilizar o projeto de consolidação do Estado Nacional no Brasil, o presidente contou com o apoio das elites liberais, nacionalistas e modernizantes dos estados e do Distrito Federal, engajadas no fortalecimento do poder central, na melhoria das condições sanitárias e de saúde pública da população, especialmente as da cidade do Rio de Janeiro, na modernização da economia, no reequipamento e na renovação das Forças Armadas e no progresso educacional e técnico-científico do país.

O governo de Rodrigues Alves foi bem-sucedido financeiramente, pois coincidiu com o auge do ciclo da borracha na região Norte do país, fato que lhe possibilitou realizar grandes investimentos na reurbanização e na remodelação do Distrito Federal, modernizar os principais portos e ferrovias do país e assinar, em 1906, o chamado Convênio de Taubaté, que se constituiu na primeira política de valorização do café oficialmente adotada pelo governo federal.¹⁶³

Para executar o seu ambicioso programa de governo, Rodrigues Alves se cercou de um círculo de intelectuais, que constituíram a *intelligentsia* republicana, agregados em torno da figura presidencial e do seu ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco (1902-1912). Esta *intelligentsia* republicana era fortemente influenciada pelas concepções liberais, provenientes da Inglaterra, mas também pela ideologia pragmática e positivista, originária da França. O grupo de “intelectuais orgânicos”, cooptados pelo aparelho de Estado neste período, atuou tanto nas agências do governo federal, quanto nas principais instituições do Distrito Federal.

Deste grupo de “intelectuais orgânicos”, Rodrigues Alves escolheu o engenheiro Francisco Pereira Passos para dirigir a Prefeitura do Distrito Federal, considerando a sua formação e experiência profissional europeias e cosmopolitas. Tratava-se, portanto, de um quadro destacado e experiente da *intelligentsia* que aderira à República dos Conselheiros, com condições de planejar e executar o grandioso plano de reurbanização e melhoramentos gerais que o presidente programara para a cidade do Rio de Janeiro.

Porém, para aceitar o cargo, Pereira Passos exigiu que o presidente da República promovesse uma nova intervenção sobre o Distrito Federal, para aumentar os poderes do prefeito em detrimento do Conselho de

Intendência. Cedendo a essa exigência de Pereira Passos, em 29 de dezembro de 1902, Rodrigues Alves sancionou a Lei nº 939¹⁶⁴, que reorganizou o Distrito Federal, suspendendo o funcionamento do Conselho de Intendência por seis meses (180 dias) e determinando que o prefeito governaria e administraria a cidade-capital com plenos poderes neste período. O objetivo de tal suspensão foi permitir que o prefeito realizasse as operações de crédito e os processos de desapropriações e demolições de imóveis na região central da cidade, necessárias à sua reurbanização, ao seu embelezamento e ao seu saneamento, sem precisar prestar contas dos seus atos aos intendentess municipais, agilizando a tomada de decisões pela Prefeitura, de forma autoritária, tecnocrática e centralizadora.

A Lei Executiva Federal nº 939 estipulou o futuro quantitativo do Legislativo distrital em 10 intendentess, a duração dos seus mandatos em dois anos improrrogáveis e as regras para o seu funcionamento, definindo suas competências. Retirou do presidente do Conselho de Intendência a atribuição de substituir o prefeito, em caso de impedimento ou ausência. Nesses casos, caberia ao presidente da República nomear o prefeito interino. E determinou que, no caso das eleições dos intendentess serem anuladas ou ocorresse qualquer outro motivo de força maior que impedisse a posse dos eleitos ou o funcionamento do Conselho de Intendência Municipal, o prefeito administraria e governaria o Distrito Federal, com plenos poderes. Estabeleceu também as regras das eleições municipais, determinando que as próximas eleições para o Conselho de Intendência somente se realizariam depois de decorridos os 180 dias de recesso do Legislativo distrital, decretados pela mesma Lei.

Em relação ao Executivo distrital reafirmou que o prefeito da Capital Federal seria nomeado por Decreto do presidente da República, permanecendo no cargo “enquanto bem servisse aos interesses presidenciais”. Portanto, durante o período de seis meses em que o Conselho de Intendência foi suspenso, garantiu o direito do prefeito de exercer o governo e a administração municipal, acumulando funções executivas e legislativas, com a única restrição de não elevar e de não criar novos impostos. Ainda autorizou o prefeito do Distrito Federal a rever aposentadorias de funcionários municipais que infringissem a Constituição Federal e a promover mudanças nos quadros funcionais da municipalidade, inclusive demitindo funcionários que não fossem vitalícios.

A Lei nº 939, de 1902, também autorizou o governo federal a contrair um empréstimo no valor de até seis milhões de libras esterlinas para a reurbanização, o saneamento e o embelezamento do Distrito Federal e a promover a consolidação desta e de outras Leis federais, relativas à organização municipal, e a publicá-las em um só Decreto. Esta Consolidação das Leis Federais relativas ao Distrito Federal passaria a vigorar como uma nova Lei Orgânica do Distrito Federal.

A tomar posse no cargo de prefeito, no dia 30 de dezembro de 1902, Pereira Passos, portanto, já havia obtido carta branca do presidente da República para administrar e governar o Distrito Federal, prescindindo da aprovação do Conselho de Intendência para as suas decisões, condição prévia que estabelecera para aceitar o cargo. A Lei nº 939 permitiu ao prefeito baixar, por meio de Leis e Decretos Executivos, a legislação pertinente ao rápido encaminhamento das reformas urbanas, sem que houvesse tempo para que grupos descontentes se manifestassem, nem mesmo por meio dos seus representantes no Legislativo carioca, que estava suspenso.

Durante os seis meses em que o Conselho de Intendência não funcionou, o prefeito Pereira Passos assumiu o controle político e financeiro sobre a municipalidade, dispondo livremente dos recursos orçamentários municipais e baixando a legislação e a regulamentação das atividades desenvolvidas pelas diversas diretorias gerais e suas repartições e sobre as infrações às Posturas Municipais. Assim, pôde regulamentar as construções e reformas prediais, a perambulação de mendigos pela cidade, o recolhimento de cães vadios, a limpeza pública e as inspeções sanitárias domiciliares que removeram dos domicílios o que fosse considerado nocivo à saúde pública e os moradores doentes, que seriam colocados de quarentena em hospitais públicos.

O prefeito Pereira Passos, que compartilhava com a elite intelectual republicana a ideologia do progresso, pragmática e positivista, acreditou que poderia governar a cidade passando por cima das questões municipais. Não pretendia se envolver com os políticos locais e suas clientelas, desenvolvendo uma administração eficiente e apolítica, informada por princípios técnicos e científicos. Pretendeu permanecer distante dos políticos clientelistas e dos interesses paroquiais que dominavam a vida política da cidade-capital, não se envolvendo nas disputas dos líderes políticos locais.

Assim, Pereira Passos dirigiu a elaboração e a execução do Plano de Melhoramentos da Cidade, dando início às obras de remodelação, expansão e embelezamento do Distrito Federal, com a eficiência e a rapidez permitidas pelo estilo autoritário e tecnocrático de governar, instaurado no país pela República e reforçado na gestão de Rodrigues Alves, que avalizou os planos e as obras realizadas pelo prefeito Pereira Passos.

Para elaborar e executar o Plano de Melhoramentos da Cidade, Pereira Passos formou uma equipe com destacados intelectuais da época, entre os quais estavam os engenheiros Carlos Augusto Nascimento e Silva, que foi nomeado diretor geral de Obras e Viação, Alfredo Lisboa, Paulo de Frontin, Francisco Bicalho, Jerônimo Francisco Coelho, Francisco de Oliveira Passos e o médico sanitário Oswaldo Cruz. E manteve o competente engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel na direção da Comissão de Carta Cadastral, subordinada à Diretoria Geral de Obras e Viação, na qual Souza Rangel dirigia um numeroso e qualificado grupo de profissionais. Desta forma, Pereira Passos encarregou a prestigiada repartição cartográfica de planejar e empreender o seu programa de remodelação urbana e de assumir os objetivos das suas ações sociais, como um instrumento de legitimação do seu governo. Coube à Comissão da Carta Cadastral a tarefa de elaborar as plantas cartográficas e o teor do Plano de Melhoramentos da Cidade, inclusive com uma previsão orçamentária para a sua execução. O Plano de Melhoramentos urbanos, elaborado pela referida Comissão, foi integralmente aceito pelo prefeito.

Na primeira Mensagem ¹⁶⁵ que enviou ao Conselho de Intendência, em 1º de setembro de 1903, Pereira Passos apresentou o seu ambicioso Plano de Melhoramentos da Cidade, apesar das grandes deficiências financeiras da municipalidade. Este Plano tinha como objetivo reurbanizar, sanear, ampliar e embelezar o espaço urbano, atrair capitais e imigrantes estrangeiros para a cidade e remover os pobres do centro urbano, onde se concentravam e onde eram vistos como uma ameaça iminente à ordem social vigente. Este Plano foi decisivamente influenciado pelas orientações higienistas propostas pelo Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado entre 1875 e 1876, do qual Pereira Passos foi um dos signatários, ainda que as propostas da Comissão da Carta Cadastral procurassem adequá-lo e atualizá-lo à realidade e aos novos conhecimentos do século XX. O Plano de Melhoramentos, proposto pela Comissão da Carta Cadastral, incluiu uma planta cartográfica da cidade produzida pelos seus membros, que incorporou as propostas de modernização e embelezamento urbanos defendidas pelo barão Georges-Eugène Haussmann, ¹⁶⁶ prefeito de Paris entre 1853-1870, durante o governo de Napoleão III.

Durante a execução do Plano de Melhoramentos da Cidade, ocorreu o ápice dos processos de ascensão social das novas elites sociais e econômicas na cidade-capital e de exclusão de amplos setores das classes populares dos direitos de cidadania. As mudanças estruturais decorrentes dos processos de remodelação, embelezamento e saneamento do Rio de Janeiro assumiram a primazia não apenas no planejamento da Prefeitura, mas no próprio governo federal, extrapolando a esfera municipal, pois se tornaram prioridades do programa administrativo e político do presidente Rodrigues Alves. Por isso, o governo federal tomou para si, tanto administrativa como financeiramente, a responsabilidade pelas obras consideradas mais importantes na cidade: a construção do novo cais do porto, a conclusão das obras do canal do Mangue, o arrasamento do morro do Senado e a abertura da avenida Central, atual avenida Rio Branco.

Em 1903, para viabilizar financeiramente as obras de remodelação do Distrito Federal, o presidente Rodrigues Alves obteve do Congresso Nacional autorização para contrair um grande empréstimo externo.

Este empréstimo, que alcançou a cifra de 8.500 milhões de libras esterlinas, foi obtido junto aos banqueiros Rothschild, de Londres, por meio do ministro da Fazenda, José Leopoldo Bulhões Jardim. O valor do empréstimo correspondia quase à metade do orçamento federal daquele ano e foi destinado ao pagamento de encampações de concessões indevidas, às desapropriações na região portuária e na área central da cidade, às obras de expansão do cais do porto, à abertura das atuais avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho, à conclusão do canal do Mangue, à abertura da avenida Central e à construção do Teatro Municipal.

A seguir, o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o engenheiro gaúcho Lauro Müller, criou duas comissões, vinculadas à administração federal para realizar essas obras. A primeira comissão, dirigida pelo engenheiro Francisco Bicalho, foi encarregada das obras de remodelação e expansão do cais do porto e da construção das atuais avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho, com a finalização das obras de canalização do Mangue.¹⁶⁷

A segunda comissão foi responsável pela abertura da avenida Central, redenominada Rio Branco, em 14 de fevereiro de 1912, em homenagem ao eminente ministro das Relações Exteriores, falecido dois dias antes. Esta comissão foi dirigida pelo engenheiro e empresário André Gustavo Paulo de Frontin, que realizou a obra, de forma autoritária e eficiente, através da sua Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, mas com recursos financeiros e sob supervisão federais.

As obras de abertura da avenida Central começaram em 29 de março de 1903 e a inauguração ocorreu em 15 de novembro de 1905, com a presença do presidente Rodrigues Alves, do ministro Lauro Müller, do prefeito Pereira Passos e do engenheiro Paulo de Frontin. A grande avenida, traçada pelo ministro Lauro Müller, teve como objetivo estabelecer um eixo Norte-Sul, ligando a área portuária da cidade até a avenida Beira-Mar, na Glória. A extensa avenida diagonal estabeleceu uma ligação “mar a mar”, isto é, do largo da Prainha, na atual praça Mauá, onde começa, até a praia de Santa Luzia, na atual praça Paris, onde termina.

A avenida Central foi aberta para facilitar as comunicações entre os armazéns do cais do porto e o comércio, os bancos, as grandes companhias e corporações nacionais e estrangeiras, os grandes hotéis, os clubes das elites e as principais empresas jornalísticas, estabelecidos na área central da cidade. Na extremidade sul da grande artéria foi aberto um amplo espaço representativo do período republicano e da hegemonia das novas classes dominantes urbanas e rurais. A edificação de um obelisco e a construção de vários prédios monumentais, como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes, hoje Museu Nacional de Belas Artes, o Supremo Tribunal de Justiça e o Palácio Monroe assinalaram esse espaço como um marco da cultura laica e eclética moderna e da política liberal e nacionalista, transportadas da França e da Inglaterra, que afirmaram o Rio de Janeiro como Capital Federal e sede do governo republicano e federativo. A construção desse conjunto arquitetônico no término da principal artéria da cidade foi uma das grandes realizações da Regeneração e do seu planejamento urbano. Estes prédios públicos monumentais, de arquitetura eclética, assumiram um significado simbólico, representando os interesses e os valores liberais dominantes, influenciados pela cultura europeia e voltados para a modernização e urbanização da Capital Federal.

O Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, sob a presidência do engenheiro Paulo de Frontin, empresário responsável pela construção da avenida Rio Branco, interferiu diretamente para a atualização da Lei das desapropriações de terrenos e imóveis da cidade e na escolha da empresa inglesa que construiu o novo porto, a firma *Walker Company Limited*. Esta interferência do presidente do Clube de Engenharia no planejamento da área central e nas obras de remodelação urbana demonstra a influência da elite científica e técnica, de formação cosmopolita, europeizada e pragmática, na direção do processo de urbanização, remodelação e embelezamento da cidade.

À Prefeitura do Distrito Federal coube desenvolver o Plano de Melhoramentos da Cidade, cuja primeira obra voltou-se para o alargamento da rua do Sacramento, que depois recebeu o nome do prefeito e se tornou a atual avenida Passos. A seguir, promoveu a abertura das avenidas Beira-Mar, Mem de Sá, Salvador

de Sá, Atlântica e do túnel Novo, ligando Copacabana a Botafogo, a instalação de praças, largos e jardins nesses logradouros, o alargamento de várias avenidas e ruas, como as Marechal Floriano, da Prainha, atual rua do Acre, do Camerino, da Treze de Maio, da Assembleia, da Uruguaiana, da Carioca, da Visconde de Inhaúma, da Visconde do Rio Branco, da Frei Caneca, da São José, da Santo Antônio e da estrada de Brás de Pina. Também estabeleceu um primeiro eixo Leste-Oeste, facilitando as comunicações entre o centro urbano e os bairros da Zona Norte, como São Cristóvão, Engenho Velho e Tijuca.

E criou um segundo eixo, nesta mesma direção, ligando o cais dos Mineiros, defronte à praça Barão de Ladário, no Arsenal da Marinha, ao largo do Matadouro, atual praça da Bandeira. Incluiu a construção dos pavilhões de Regatas e do Mourisco, na praia de Botafogo, do pavilhão do campo de São Cristóvão, do Mirante na Vista Chinesa, a criação dos jardins do Alto da Boa Vista, do campo de São Cristóvão e das praias do Flamengo e de Botafogo e as obras do novo Mercado Municipal, na praça Quinze de Novembro. Além disso, o contemplou o saneamento e a melhoria das condições sanitárias e higiênicas urbanas, com a canalização de rios, o recolhimento regular do lixo e a erradicação das epidemias, como a febre amarela e a varíola, através da vacinação obrigatória e a instalação de mictórios públicos em locais de aglomeração da população.

O prefeito Pereira Passos também implantou o novo Código de Posturas Municipais, que proibiu a permanência dos quiosques e cortiços no centro urbano, estabeleceu regras sobre a deambulação dos habitantes da cidade nas ruas e avenidas centrais, o recolhimento do lixo e de animais vadios e doentes e proibiu a mendicância e a venda de bilhetes lotéricos nas ruas. Este Código de Posturas tornou obrigatória a conservação das fachadas dos prédios pelos seus proprietários, proibiu a ordenha de vacas nos logradouros públicos, ordenou o fechamento dos estábulos no centro da cidade, proibiu a venda de miúdos das rezes em tabuleiros destapados e outras medidas sanitárias e higiênicas, como a construção do primeiro forno de incineração de lixo e da primeira estação de células de fermentação, com a finalidade de transformar o rescaldo do lixo em adubo.

Na gestão de Pereira Passos, começou a ser construído o Teatro Municipal, na extremidade sul da avenida Central, a partir de um projeto arquitetônico escolhido por meio de um concurso público. Este concurso foi organizado e realizado por uma comissão de alto nível, formada, entre outros, por Lauro Müller, Paulo de Frontin, Adolfo Del Vecchio, Francisco Chagas Dória, Adolfo Morales de Los Rios e Rodolfo Bernardeli. Em 17 de novembro de 1904, o projeto do engenheiro Francisco de Oliveira Passos, filho do prefeito, foi escolhido, com algumas alterações.

Este projeto inspirou-se no modelo do teatro *L'Opéra* de Paris, do arquiteto Charles Garnier e, na época, sofreu muitas críticas divulgadas pela imprensa carioca. Apesar das críticas, a seguir, uma comissão especial foi criada para executar as obras do teatro, que foram iniciadas em 1905.

O Teatro Municipal da cidade do Rio de Janeiro ocupa uma área de 4.220 metros quadrados e a maior parte do material empregado na sua construção foi importado da Europa (mármore, ônix, bronze, cristais, espelhos, mosaicos, vitrais, lustres, maquinaria do palco, vigamentos metálicos etc.). As obras de arte que decoram o Teatro foram elaboradas por artistas plásticos europeus e brasileiros, como Verlet, Bézault, Fennerstein, Fugel, Eliseu Visconti, Rofolfo Amoedo e Rodolfo Bernardelli.

Na gestão de Pereira Passos foram construídas várias escolas primárias como a Rodrigues Alves, Tiradentes, Prudente de Moraes, Deodoro da Fonseca e Albert Barth. Foram ampliadas as instalações dos Institutos Profissionais Orsina da Fonseca e Visconde Mauá e começou a ser erguido o prédio da Escola Normal, no largo do Estácio, obras que buscaram atender ao crescimento do número de estudantes e melhorar a formação do professorado.

No plano administrativo, a Prefeitura manteve-se organizada em seis diretorias gerais: 1) Polícia Administrativa, Archivo e Estatística; 2) Fazenda; 3) Rendas e Patrimônio Municipal; 4) Instrução Pública;

5) Obras e Viação; e 6) Higiene e Assistência Pública. Funcionou também uma Inspeção de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca, uma Superintendência da Limpeza Pública e Particular e em 25 agências da Prefeitura, distribuídas nos distritos urbanos, subordinadas à Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Para otimizar a execução do Plano de Melhoramentos da Prefeitura, Pereira Passos institucionalizou a Comissão de Carta Cadastral como um dos Serviços da Diretoria Geral de Obras e Viação e uniformizou e numerou os projetos de alinhamento aprovados para os logradouros públicos da cidade.

No Gabinete, Pereira Passos manteve no cargo de secretário do prefeito Alexandrino Freire do Amaral, até 11 de agosto de 1903, quando foi substituído por Aureliano Gonçalves de Souza Portugal. Antônio Cândido do Amaral foi mantido interinamente como diretor-geral da Diretoria de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística e José de Paiva Legey como chefe efetivo do Arquivo Geral. Antônio Cândido do Amaral permaneceu no cargo até 26 de fevereiro de 1903, quando se licenciou por três meses para tratamento de saúde, sendo substituído interinamente por Francisco Salles de Macedo, então subdiretor de Polícia Administrativa e Arquivo.

Ao final de sua licença, Antônio Cândido do Amaral voltou a ocupar cargo de diretor-geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística até 14 de agosto de 1903, quando foi substituído por Alexandrino Freire do Amaral, que se exonerara, no dia 11 do mesmo mês, para assumir o cargo de diretor-geral de PAAE, no qual permaneceu até 20 de outubro de 1907, quando se aposentou.

Em janeiro de 1903, o chefe do Arquivo Geral, José de Paiva Legey, no seu Relatório ¹⁶⁸ ao subdiretor de Polícia Administrativa e Arquivo, voltou a reclamar do quantitativo de pessoal da seção que dirigia, na época formada apenas por um chefe, dois primeiros oficiais, dois segundos oficiais, dois amanuenses, dois restauradores-copistas, dois auxiliares, um contínuo e um servente. Durante o ano de 1903, foram constantes as reclamações do chefe do Arquivo Geral em relação à falta de funcionários e de espaço nas instalações do órgão, demonstrando que a repartição continuava desfalcada de pessoal, devido tanto às licenças, quanto às remoções dos seus servidores para outras diretorias gerais e frisou que a mais antiga repartição da cidade em funcionamento continuava instalada precariamente, sem espaço e sem condições físicas para realizar suas vastas atribuições.

Em 6 de março de 1903, o Decreto Executivo municipal nº 399 ¹⁶⁹, baixou o novo Regulamento para as Agências da Prefeitura, subordinando essas repartições diretamente ao prefeito. Este Decreto definiu as funções daquelas repartições nos diferentes distritos da Capital Federal e a composição do seu quadro funcional: agentes fiscais, escrivães e guardas municipais. Porém, o Decreto nº 399 manteve o Serviço de Polícia Administrativa, cujo papel era superintender os trabalhos dos agentes fiscais, fiscais de inflamáveis e guardas municipais. Este Serviço funcionava como primeira seção, da primeira Subdiretoria de Polícia Administrativa e Arquivo, da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística.

Em 19 de novembro de 1903, uma nova intervenção do governo federal sobre o município do Rio de Janeiro foi efetivada pelo Decreto nº 1.101 ¹⁷⁰ do Poder Legislativo. Este Decreto modificou a Lei Orgânica do Distrito Federal, autorizando o Prefeito a contrair empréstimos internos e externos para a urbanização, o saneamento e o embelezamento da cidade no valor de até quatro milhões de libras esterlinas. Ampliou as atribuições do prefeito, ao mesmo tempo em que restringiu ainda mais os poderes do Conselho de Intendência. Os intendentess foram proibidos de inserir, no orçamento municipal, dispositivos referentes à fixação de despesas e receitas e à arrecadação da administração municipal, estipulando que o aumento ou a diminuição de vencimentos e a criação ou supressão de empregos públicos seriam feitos mediante proposta fundamentada do prefeito, com exceção dos cargos da Secretaria do Conselho, que permaneceram sob o controle dos intendentess.

Com base nesse Decreto, o prefeito ficou incumbido de expedir regulamentos para a execução das deliberações dos intendentess e dos serviços municipais; determinar a realização de obras urgentes; resolver

a desapropriação e aquisição de imóveis necessários à abertura, retificação e alargamento de logradouros públicos; vender terrenos e prédios adquiridos ou desapropriados; organizar a escrituração, arrecadação e guarda das receitas municipais e os serviços necessários à execução e fiscalização das obras públicas; resolver sobre a propositura, desistência e abandono das ações de interesse da Fazenda Municipal e estabelecer os acordos ou as composições entre as partes em litígio, nos termos legais em vigor. Permitiu que o prefeito legislasse para regular a abertura, a denominação, o policiamento, o trânsito, o alinhamento, o embelezamento, a irrigação, o esgotamento sanitário, o calçamento e a iluminação pública dos logradouros da cidade e dividiu o território do Distrito Federal em circunscrições de 10 mil a 40 mil habitantes. Atribuiu ao prefeito o direito de reclamar junto ao governo federal sobre os bens pertencentes ao município que estivessem sob sua guarda; organizar a estatística municipal em todos os seus ramos; deliberar sobre a aceitação de doações, legados, heranças e *fidei-commissos* e sobre as vendas dos imóveis e terrenos municipais em hasta pública.

Em 8 de março de 1904, o Decreto Federal nº 5.160¹⁷¹, expedido pelo presidente da República, aprovou e consolidou as leis federais sobre a organização municipal do Distrito Federal, que passou a vigorar como uma nova Lei Orgânica do Distrito Federal, revogando os efeitos da anterior. Esta Lei Orgânica garantiu que o território da cidade-capital guardasse a mesma dimensão e os mesmos limites territoriais do antigo Município Neutro da Corte Imperial, estabelecendo sua sede na cidade do Rio de Janeiro. Em relação à sua posição como ente federativo, constituiu o Distrito Federal como um mero município, porém reduziu sua autonomia, mesmo diante dos outros municípios da federação, que mantiveram as eleições como forma de escolher os seus representantes aos Poderes Executivo e Legislativo locais, ao estipular que os prefeitos do Distrito Federal seriam nomeados diretamente pelos presidentes da República e seriam mantidos no desempenho de suas funções apenas enquanto “bem servissem aos interesses presidenciais”, podendo ser sumariamente demitidos. Tal aspecto desta lei manteve a indissolúvel subordinação dos prefeitos da cidade-capital aos desígnios dos presidentes da República. Apenas confirmou a separação das funções executivas e legislativas distritais, ao determinar que a gerência dos negócios municipais se constituísse em uma função compartilhada entre o prefeito e o Conselho de Intendência.

Esta nova Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1904, redefiniu as competências dos prefeitos, entre as quais se destacaram: formular, publicar e apresentar o plano geral do orçamento anual da administração municipal oficialmente, com dados suficientes que permitissem a organização dos orçamentos financeiros e administrativo, antes do prazo de sua votação pelo Conselho de Intendência; apresentar, na sessão de abertura dos trabalhos legislativos, um relatório circunstanciado das ocorrências no Executivo municipal, no intervalo entre as sessões do legislativo local; arrecadar as rendas municipais; ordenar e autorizar o pagamento das despesas pelos cofres municipais; expedir leis, decretos e regulamentos para a execução dos serviços municipais; dividir o território do Distrito Federal em circunscrições, com não menos de 10 mil e não mais de 40 mil habitantes.

Atribuiu ao prefeito as competências de nomear, suspender, licenciar, aposentar e demitir funcionários não eletivos do município, exceto os da Secretaria do Conselho; de desapropriar e adquirir imóveis e terrenos necessários à abertura, retificação e alargamento de logradouros públicos; de vender em hasta pública terrenos e prédios adquiridos ou desapropriados que não servissem para a criação de logradouros públicos; de organizar a escrituração, a arrecadação e a guarda das receitas municipais, bem como dos serviços necessários à execução e à fiscalização de obras públicas e particulares Também estipulou como atribuições do prefeito: regulamentar a abertura e a denominação dos logradouros públicos, estabelecer e manter o policiamento, o livre trânsito, o alinhamento, o embelezamento, a irrigação, a iluminação, os esgotos pluviais e sanitários, o calçamento, o arruamento, o alargamento e o prolongamento dos logradouros públicos da cidade. O prefeito recebeu ainda as incumbências de gerir as receitas e as despesas municipais,

de criar cargos públicos municipais, com recursos previstos no orçamento aprovado, e de contrair os empréstimos e as operações de crédito necessários ao funcionamento dos serviços municipais.

O Conselho de Intendência, conquanto se originasse do sufrágio dos cidadãos cariocas, teve seus poderes reduzidos, pois os vetos dos prefeitos aos seus projetos de leis e propostas legislativas, até mesmo as orçamentárias, somente podiam ser suspensos pelo Senado Federal. Suas atribuições legislativas eram exercidas por dez intendentos eleitos pelos cidadãos cariocas, um dos quais presidiria o órgão, por eleição dos seus pares. Entre as competências do Conselho de Intendência destacam-se: verificar as eleições e os termos de posse dos seus membros; organizar o Regimento de suas sessões e da sua Secretaria, nomear os seus respectivos servidores, regular as condições de nomeação, suspensão, aposentadoria e outras dos funcionários de todas as repartições municipais. O Conselho de Intendência recebeu a incumbência de avaliar e aprovar a proposta de orçamento anual do Distrito Federal, elaborada pela Prefeitura, determinar as fontes tributárias das receitas, fiscalizar a aplicação das receitas necessárias para cobrir as despesas dos serviços municipais; estabelecer os impostos da alçada municipal; contrair e estipular as condições dos empréstimos sobre o crédito municipal, vedando a contratação de empréstimos externos sem a autorização do Congresso Nacional; regular a administração, o arrendamento, o foro e o aluguel de bens municipais móveis e imóveis; resolver sobre a desapropriação e a compra de terrenos e imóveis para fins de utilidade pública.

O Conselho de Intendência devia legislar sobre a realização de obras públicas; decretar o Código de Posturas municipais e os seus processos de infrações; estabelecer as penas de multas sobre as infrações; conferir e fiscalizar o cumprimento das atribuições do prefeito; legislar sobre o tombamento e o cadastro do patrimônio territorial e dos bens móveis e imóveis do município e providenciar sobre a sua guarda e conservação; estabelecer e regulamentar os serviços de assistência e higiene e de instrução públicas.

Eram também atribuições do Conselho de Intendência criar bibliotecas municipais e regulá-las; reclamar da União bens que pertencessem ao município e representar o Distrito Federal nas demandas junto ao Congresso Nacional e ao governo federal em relação às infrações cometidas contra a Constituição Federal. Representar o Distrito Federal nas ações legais contra os abusos e desmandos de autoridades das esferas federais, estaduais e municipais, em relação ao patrimônio e prerrogativas do Distrito Federal; prover sobre o bem geral do município e velar pela fiel execução das suas leis.

Quanto à representação política dos cidadãos cariocas, na esfera federal, como a de qualquer estado ou território do país, foi constituída por 3 senadores e por um número de deputados proporcionais à população do Distrito Federal.

As atribuições judiciais do município, como entidade jurídica, foram delegadas ao prefeito, que seria representando em juízo por três procuradores dos Feitos da Fazenda Municipal e seus auxiliares, todos nomeados diretamente pelo presidente da República. Ao Juizado dos Feitos da Fazenda Municipal foi atribuída a competência de julgar as causas cíveis em que a Fazenda Municipal fosse autora, ré, assistente ou oponente ou nas quais os seus procuradores interviessem. Era uma jurisdição privativa deste Juizado o processo e o julgamento de causas fiscais que tivessem como objeto a cobrança da dívida ativa municipal. A União se outorgou o direito, por meio de ato próprio, de investir e organizar o Poder Judiciário do Distrito Federal, que foi dividido em 8 circunscrições, dispondo de 18 pretores, 16 juizes de direito, um Tribunal do Júri e uma Corte de Apelação, composta por 15 desembargadores, provenientes do Superior Tribunal Federal. A alçada do Juizado dos Feitos da Fazenda Municipal foi estabelecida no valor de dois mil réis. As apelações e os agravos que ultrapassassem esse valor passaram a ser julgados pela mencionada Corte de Apelação.

A Lei Orgânica do Distrito Federal de 1904 também regulamentou as eleições municipais, estipulando quem constituía o eleitorado municipal, como seria feito o alistamento eleitoral e a sua revisão, como funcionariam os recursos sobre a revisão do alistamento. Estipulou, ainda, como seriam feitas a concessão

dos títulos eleitorais, a organização do processo eleitoral, a eleição dos intendentess municipais, a apuração das eleições e das nulidades, a diplomação e a posse dos eleitos.

Em abril de 1904, o chefe do Archivo Geral, José de Paiva Legey, no Relatório¹⁷² das Atividades desenvolvidas entre 1903 e 1904, reapresentou suas reclamações relativas à falta de espaço e de segurança das suas instalações, solicitando a sua transferência para um local mais espaçoso e apropriado, onde a documentação arquivada pudesse ser organizada e tratada de forma mais ordenada e produtiva. Para reforçar sua solicitação de transferência do Archivo Geral para outro local, José de Paiva Legey mencionou a vistoria realizada nas instalações da repartição pelo diretor-geral de Obras e Viação, Carlos Augusto do Nascimento Silva, e pelo engenheiro Oscar Pareto Torres. Relatou a conclusão unânime a que eles chegaram sobre a inadequação e superlotação das instalações e a necessidade de mudança urgente do órgão para um local mais apropriado às suas finalidades.

Em abril de 1904, em sua Mensagem ao Conselho de Intendência¹⁷³, o prefeito Pereira Passos destacou o interesse do presidente da República em dotar a capital federal de melhoramentos importantes, como a realização das obras do cais do porto e da construção da avenida Central, que contribuiriam para a remodelação, o saneamento e o embelezamento da cidade. Nesta Mensagem, o prefeito expôs também o andamento do Plano de Melhoramentos da Cidade, organizado pela já então Subdiretoria da Carta Cadastral, da Diretoria Geral de Obras e Viação, para modernizar, sanear e embelezar o Rio de Janeiro, através do qual foram promovidas obras de abertura e alargamento de diversas avenidas e ruas.

Ainda nesta Mensagem, o prefeito, ao avaliar o funcionamento da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística, destacou a amplitude das tarefas desta repartição, tanto em relação à extensão, quanto à importância das suas funções. Admitiu a precariedade de suas instalações, especialmente as do Archivo Geral, reconhecendo que essa repartição era totalmente privada de condições físicas e de pessoal para cumprir suas amplas e especiais funções na administração municipal. O prefeito reconheceu que o Archivo Geral não dispunha de condições espaciais e de pessoal para conservar a valiosa documentação referente à história e à administração municipal, que já estava arquivada. Reconheceu as grandes dificuldades que a tradicional repartição enfrentava, tanto para classificar e catalogar metódica e sistematicamente a documentação sob sua custódia, quanto para recolher e tratar os documentos provenientes das outras repartições da Prefeitura, pois não havia mais espaço disponível nas instalações que ocupava. Registrou que o acúmulo desordenado da documentação arquivada havia piorado no último período, por que fora necessário esvaziar as últimas prateleiras das estantes, que se encontravam desaprumadas pelo excesso de peso da documentação que suportavam, apresentando séria ameaça de desabar sobre os seus funcionários.

Nesta Mensagem, o prefeito ainda destacou que o Archivo Geral, apesar dos graves problemas que enfrentava, respondia com presteza às requisições das diversas repartições municipais e emitia um avultado número de certidões. Propôs a ampliação do edifício do Palácio Municipal, como solução para melhorar as instalações da repartição arquivística, de modo que pudesse satisfazer de melhor forma às exigências do serviço municipal. Por fim, o prefeito informou que ordenara a execução de reformas para melhorar a segurança das instalações do Archivo Geral e que autorizara o descarte de documentos imprestáveis que ocupavam um precioso espaço nas suas estantes, desatravancando-as. As reformas realizadas na sua gestão, dirigidas pelo engenheiro Oscar Pareto Torres e concretizadas ainda em 1904, porém, se limitaram ao vigamento metálico do segundo pavimento do Paço Municipal, onde se localizavam os depósitos do Archivo Geral, para reforçar suas estruturas, em função do peso da documentação arquivada.

Em 1904, a Subdiretoria de Polícia Administrativa e Archivo continuou a ser dirigida pelo historiador Francisco Salles de Macedo, que já exercera a chefia do Archivo Geral. Como subdiretor, Salles de Macedo foi encarregado de coordenar a publicação do *Boletim da Intendência Municipal*, informativo periódico que desempenhou um papel relevante na preservação e na divulgação dos atos, das leis e dos decretos relativos

à administração da cidade, tanto os baixados pelos Poderes Executivos e Legislativos municipais, quanto os do governo federal, além de registrar o expediente das repartições da municipalidade.

De fato, os *Boletins da Intendência Municipal* foram precursores do *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, pois divulgavam os atos oficiais da Prefeitura e publicavam a legislação municipal até a época da criação deste periódico oficial da municipalidade. A primeira série do *Boletim da Intendência Municipal* foi publicada trimestralmente, a partir de 1890, sob a responsabilidade do Conselho de Intendência, dando continuidade ao *Boletim da Câmara Municipal*, publicado desde 1852.

A partir de 1893, quando o prefeito Henrique Valadares organizou os serviços da Prefeitura, o *Boletim da Intendência Municipal* passou a ser publicado sob a responsabilidade da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística. Em janeiro de 1910, a sua designação foi alterada para *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, ainda que permanecesse sendo publicado sob a responsabilidade da mesma Diretoria Geral. A partir de 1915, o *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal* passou a ser publicado pela Secretaria Geral do Gabinete do prefeito, permanecendo sob sua responsabilidade até outubro de 1935, quando passou a ser publicado pela Secretaria Geral do Interior e Segurança. A partir de janeiro de 1939, voltou a ser publicado pela Secretaria Geral do Gabinete do Prefeito. De janeiro de 1942 até dezembro de 1948, o *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal* passou a ser publicado pelo Serviço de Documentação, da Secretaria Geral de Administração. Entretanto, a partir de 22 de dezembro de 1937, o Decreto-Lei nº 96¹⁷⁴ criou o *Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal*, que passou a publicar os atos legais e a legislação municipal.

Na Mensagem ao Conselho de Intendência¹⁷⁵, em 5 de setembro de 1905, o prefeito Pereira Passos voltou a se referir à situação do Archivo Geral do Distrito Federal, que não se modificara profundamente, pois as suas instalações continuavam insuficientes e precárias, a documentação acumulada ainda não fora tratada e a crônica falta de pessoal qualificado para o serviço também não fora solucionada.

No plano da cidade do Rio de Janeiro, o conjunto de transformações estruturais, permanentes e centralizadas, que o governo federal e a Prefeitura promoveram, a partir das gestões de Rodrigues Alves e Pereira Passos, foi denominado pela imprensa da época de Regeneração. A finalidade da Regeneração era transformar o Rio de Janeiro em um modelo ideal de metrópole civilizada e europeizada nos trópicos, uma Paris tropical.

Estas transformações estruturais radicais no tecido urbano pretenderam superar a fama de cidade febril, insalubre e insegura que o Rio de Janeiro havia adquirido, desde o período colonial, “regenerando”, ou seja, urbanizando, saneando, embelezando e expandindo o espaço urbano, a partir do seu núcleo histórico, que reformado se tornou o centro dos negócios e da vida cultural da cidade. Assim, a Regeneração orientou todo o planejamento estratégico da municipalidade para a reurbanização, o saneamento e o embelezamento da cidade, propostas vinculadas tanto à remodelação arquitetônica de sua edificação e à abertura de amplas avenidas, praças e jardins, quanto à implantação de novas formas sociais de ocupação dos espaços urbanos remodelados, transformando radicalmente o perfil do Rio de Janeiro. As transformações urbanísticas se concentraram na área central da cidade, desafogando a circulação entre o centro e as demais zonas urbanas, viabilizando a implantação de diversas atividades econômicas, de um novo zoneamento e de uma nova distribuição da população pelo seu território. Porém, a Regeneração se voltou também para a criação e o embelezamento dos bairros da Zona Sul, para onde se deslocou e se instalou a maior parte da burguesia da cidade.

Os novos espaços abertos no centro urbano foram destinados a prédios públicos, instituições de ensino, grandes empresas comerciais, hotéis, casas de modas, joalherias, confeitarias, sedes dos principais jornais da cidade e de grandes bancos. Os dois principais efeitos da Regeneração em relação à cidade foram o desenvolvimento da especulação imobiliária, com a grande valorização dos terrenos da região remodelada,

e a melhoria das comunicações viárias entre as diferentes zonas urbanas e dos transportes coletivos, com a expansão das redes de trens e bondes para as Zonas Sul e Norte e para os subúrbios.

A administração Pereira Passos representou o apogeu da hegemonia dos interesses dos grandes comerciantes importadores e exportadores e dos empresários ligados aos transportes, ao setor imobiliário e à construção civil, na vida política e econômica da cidade-capital. Assim sendo, as reformas urbanísticas, sanitárias e higienistas, realizadas no Rio de Janeiro pelo “trio técnico-científico formado pelo prefeito Pereira Passos, pelo ministro e engenheiro Lauro Müller e pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, sob a égide do presidente e fazendeiro de café Rodrigues Alves”¹⁷⁶, resultaram no despejo e na remoção sumária da população pobre dos velhos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, especialmente no trajeto da avenida Central, onde os prédios antigos foram sumariamente desapropriados e demolidos. A igreja de Nossa Senhora da Conceição e a empresa comercial *Hansenclever*, apesar de se localizarem no traçado da avenida Central, foram as duas únicas edificações temporariamente preservadas na área.

O “bota-abaixo”, denominação dada pelos cariocas a esse processo, começou efetivamente em 1904. Valorizou os terrenos da área central e aumentou a grave crise habitacional preexistente na cidade, favorecendo a especulação imobiliária e a elevação exorbitante dos preços dos aluguéis, por causa da redução da oferta de moradias populares, de lojas comerciais, de oficinas e depósitos.

As demolições e remoções provocaram um forte impacto sobre as condições de vida dos setores mais desfavorecidos da população carioca, que foram atingidos em cheio pela fúria urbanizadora das autoridades governamentais, aumentando as desigualdades sociais herdadas da velha cidade colonial e imperial. Os proprietários dos imóveis desapropriados ainda receberam indenizações da Prefeitura pelas desapropriações, mas os locatários foram despejados sumariamente de suas moradias, sem receber qualquer assistência dos seus antigos senhorios ou do governo municipal.¹⁷⁷

Ao final do “bota-abaixo”, na área onde foi aberta a avenida Rio Branco, foram derrubadas mais de mil e seiscentas moradias populares e quase vinte mil pessoas foram removidas dos imóveis em que moravam, sem receber qualquer compensação pelas perdas que sofreram, nem da administração pública nem das empresas particulares responsáveis pelas obras. Os moradores mais pobres, expulsos da área central em remodelação, dirigiram-se para os bairros adjacentes, como Saúde, Gamboa e Cidade Nova ou para os morros próximos, como o do Castelo, da Providência e de São Carlos, dando origem às primeiras favelas da cidade. Desta forma, os mais pobres procuraram permanecer próximos ao centro urbano, não se afastando do mercado de trabalho que existia nesta região. Apenas aqueles que contavam com uma ocupação estável e com uma renda fixa conseguiram se transferir para os subúrbios distantes, ainda desprovidos de serviços urbanos (escolas, hospitais, energia elétrica) e mal servidos pelas ferrovias e redes de bondes.

Em 1905, o relatório de uma comissão federal encarregada de examinar o problema habitacional na Capital Federal constatou o crescimento da comunidade popular que se instalara no morro da Favela, atual morro da Providência, formada pelos soldados sobreviventes da Guerra dos Canudos. Estes haviam batizado o local, onde ergueram seus casebres e barracos, com a mesma denominação do arbusto que havia na região do conflito. Com o passar do tempo, o termo favela generalizou-se como forma de designar o novo tipo de aglomeração popular que surgiu no território da cidade.

O “bota-abaixo”, apesar da violência implacável que empregou contra os pobres, foi apoiado por ampla parcela da imprensa e pelas elites burguesas, ascendentes na sociedade carioca, que haviam adotado os padrões políticos e culturais europeus e aprovaram o projeto do governo federal e da Prefeitura de transformar o Rio de Janeiro numa Paris tropical, adotando o modelo de reformas urbanas, implantado por Haussmann, o “barão demolidor”, na capital francesa.¹⁷⁸

Este modelo de urbanização expulsou os pobres do centro parisiense e os deslocou para os subúrbios da cidade, ao mesmo tempo em que criou um espaço para a abertura de grandes avenidas e praças e para as

construções arquitetônicas monumentais e grandiosas na região reurbanizada. As reformas urbanas promovidas em Paris por Haussmann transformaram a cidade na mais imponente e monumental capital da Europa, expressando o prestígio e os valores da burguesia francesa e impedindo - por meio da abertura de avenidas, bulevares e amplas praças e monumentais edificações como *L'Opéra*, baseados em uma nova organização geométrica do espaço urbano -, que com as revoltas populares fossem erguidas barricadas na área central da cidade.

Como em Paris, na gestão de Haussmann, no Rio de Janeiro, o projeto urbanístico da Regeneração desenvolveu-se sem considerar os interesses e necessidades dos setores mais pobres, que constituíam a maior parte da população carioca, dando prioridade ao amplo processo capitalista de modernização, remodelação e reocupação do espaço urbano, privilegiando os interesses das classes burguesas emergentes na sociedade carioca. O “bota-abaixo” resultou na abertura de um enorme espaço vazio no centro urbano, onde rapidamente foi instalada uma cidade “cenográfica”, para utilizarmos a expressão que Lima Barreto empregou para descrevê-lo. Este cenário urbano, construído de acordo com o modelo dominante na Europa, assumiu rapidamente a aparência das grandes avenidas, das praças e dos bulevares parisienses. As novas edificações foram construídas com base em uma arquitetura eclética e *art nouveau* da *Belle Époque* francesa, transportada, sem grandes adaptações, para a cidade-capital nos trópicos.¹⁷⁹

A avenida Central se tornou a principal vitrine dos costumes, modas e padrões cosmopolitas, transplantados das grandes metrópoles europeias para o Rio de Janeiro. Suas calçadas, iluminadas à eletricidade, foram reservadas exclusivamente para o *trottoir* elegante dos *flaneurs* emburguesados, que passaram a contar com um espaço amplo, vigiado, controlado e regulamentado, onde antes transitavam temerosos e constrangidos. As barracas, as loterias, os quiosques, as carroças, os burros-sem-rabo, os pobres “sem-colarinho”, sem chapéu e descalços, bem como os mendigos, as prostitutas e os cães vadios, foram impedidos de transitar pela nova avenida e o seu entorno. Esta mentalidade autoritária e excludente se expressou, por exemplo, em um projeto de lei discutido no Conselho de Intendência, que pretendeu acabar com “a vergonha e a imundície injustificáveis dos em mangas de camisa e descalços”, proibindo-os de deambular nos logradouros remodelados da área central da cidade. Esta lei tornaria obrigatório o uso do paletó e de sapatos por todos os homens, sem distinção, no Distrito Federal.¹⁸⁰

Os pobres, retirados à força do espaço em que viviam e trabalhavam, também tiveram seus hábitos, suas relações de vizinhança, seus animais, suas estratégias de sobrevivência, enfim, sua cultura e sua vida social profundamente transformados pela nova política disciplinadora imposta pelas autoridades governamentais nessa primeira fase da Regeneração. Estes aspectos, muitas vezes esquecidos ou relegados, do processo de urbanização e modernização do Rio de Janeiro, demonstram as práticas segregacionistas e elitistas adotadas em relação ao espaço urbano, remodelado e embelezado, bem como o racismo contra as populações negras e mestiças e a exclusão social dos pobres, típicas deste modelo de modernização.

Segundo Nicolau Svecenko,¹⁸¹ o primeiro ciclo da Regeneração (1903-1906) teve como marcos principais a implantação da vacinação obrigatória contra a varíola, em 1904, e a inauguração da avenida Central, em novembro de 1905. A campanha antivariólica em massa promovida pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, com apoio do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, pretendeu erradicar as epidemias de varíola e febre amarela que dizimavam a população da cidade e reforçavam sua fama de “cidade febril”, insalubre e doentia.

Entretanto, em novembro de 1904, as medidas sanitárias, adotadas pelas autoridades médicas para aplicação da vacinação antivariólica, ao lado da grande insatisfação e do imenso descontentamento provocados pelo “bota-abaixo”, desencadearam uma violenta rebelião popular, a Revolta da Vacina, cujas causas mais profundas se encontram na segregação e na discriminação dos negros e mestiços, na

superexploração dos trabalhadores pobres, nas políticas excludentes e na forma autoritária e elitista com que os governantes trataram as classes populares.

Quando as medidas adotadas para a aplicação da vacina foram divulgadas pela imprensa oposicionista e pelos panfletos, jornais e comícios das associações sindicais, os trabalhadores e pais de famílias das classes populares se rebelaram contra a manipulação dos corpos de suas mulheres e crianças por médicos e enfermeiros, que receberam ordens das autoridades sanitárias para adentrar as moradias dos pobres, sem a prévia autorização dos chefes de família, com base em determinações implantadas pela Prefeitura e pelo diretor-geral de Saúde Pública, o bacteriologista e médico Oswaldo Cruz. Além disto, a rígida quarentena imposta aos doentes pelos sanitaristas e a derrubada dos prédios onde moravam enfermos também revoltaram a população mais desfavorecida.

Os jornais jacobinos, socialistas e anarquistas, os positivistas do Apostolado, as associações operárias e os clubes radicais criticaram as medidas sanitárias e insuflaram as classes populares e os contingentes de soldados e marinheiros, concentrados na cidade, a resistir à vacinação obrigatória, acirrando o descontentamento popular contra a campanha antivariólica, que explodiu no dia 14 de novembro de 1904, quando começou a grande revolta popular. Durante uma semana, as massas populares, com o apoio de soldados e marinheiros, tomaram as ruas do centro urbano e lutaram contra as ações conjuntas das autoridades sanitárias, policiais e militares, que reprimiram violentamente suas manifestações. Os participantes da revolta, que foram aprisionados pelas forças de segurança federais e distritais, encheram as cadeias da cidade. Depois, foram lançados, com violência, nos porões de navios-presídios, as “presigangas”, corruptela do termo inglês *press-gang*.

A Revolta da Vacina contou com grande adesão popular, mas provocou a decretação do estado de sítio na cidade, prorrogado até fevereiro de 1905. Além disso, as manifestações dos revoltosos, os “quebrapilhões”, a destruição de bondes, veículos e equipamentos urbanos, nas ruas centrais da cidade, não conseguiram deter a marcha da Regeneração e da própria campanha antivariólica, desencadeando uma agressiva repressão policial que marcou profundamente a memória das classes populares.

A inauguração da avenida Central, em 15 de novembro de 1905, ocorreu no contexto da *Belle Époque* tropical e da europeização da cidade. Celebrada e comemorada com grandes festividades, que contaram com a presença de numerosas e importantes autoridades governamentais e eminentes cidadãos, como o presidente da República, Rodrigues Alves, o ministro Lauro Müller, o prefeito Pereira Passos e o empresário Paulo de Frontin. O povo assistiu à festa do lado de fora das grades, que cercavam o jardim construído na extremidade sul da avenida, no qual os “grandes” personagens se concentraram, não foi convidado a ingressar naquele cenário “regenerado”, nem teve sua presença notada pelos “testemunhos oculares” da história oficial, registrada naquele momento.¹⁸²

Depois de inaugurar a avenida Central, a Prefeitura pressionou os intendentes a aprovarem uma nova legislação predial, com forte influência francesa. Esta legislação destinou-se a toda cidade, mas voltou-se, especialmente, para as construções da nova avenida, impondo a adoção dos padrões estéticos da arquitetura eclética e *art nouveau* às primeiras edificações que nela fossem construídas. A Prefeitura, inclusive, instituiu um concurso público para premiar os melhores projetos de fachadas dos grandes edifícios da avenida Central, que deveriam servir de modelo para outras construções na cidade-capital e se difundirem por todo o país.

Em 1906, o prefeito Pereira Passos foi muito criticado por não atender as vítimas de uma grande enchente que assolou a cidade, especialmente nos subúrbios, e pelo alto valor dos empréstimos que contraiu para realizar o Plano de Melhoramentos da Cidade. Por um lado, é inegável que realizou obras que beneficiaram grandes contingentes da população, tais como, a regulamentação do transporte de carga, a modernização

da estrutura dos serviços públicos, a reforma das redes subterrâneas de fornecimento de água, o esgotamento sanitário e o gás, o conserto das redes aéreas de telefonia, telegrafia e iluminação pública.

Por outro, porém, através da decretação de novas Posturas Municipais, o prefeito reprimiu, de forma autoritária, os antigos “maus-hábitos” e costumes “não-higiênicos” da população urbana, como cuspir e urinar nos logradouros públicos, acender fogueiras e soltar fogos de artifício, balões e pipas, profundamente arraigados no cotidiano da população. Também proibiu as festas populares, como o entrudo, o batuque, a serenata, o samba e o bumba-meu-boi e até os cultos afro-brasileiros, manifestações culturais legítimas e tradicionais do povo carioca. Até as festividades em homenagem a Nossa Senhora da Penha, que se realizavam no outeiro suburbano, no qual foi construída a igreja dedicada à santa, e contavam com a participação massiva da população, reunindo católicos, umbandistas, espíritas, brancos, negros e mulatos, foram reprimidas pelas autoridades municipais.

Após a execução do Plano de Melhoramentos da Cidade, realizado pela Prefeitura, e da urbanização da região portuária, implementada pelo governo federal, o Rio de Janeiro passou a desempenhar o papel de cartão-postal da República, servindo de referência e de modelo para os processos de modernização capitalista que se desenvolveram em outras cidades brasileiras e latino-americanas. Portanto, as manifestações tradicionais da velha cidade colonial, na qual a maioria da população era constituída por africanos ou afro-descendentes, não poderiam continuar sendo representativas das novas práticas e dos novos modismos implantados pela Regeneração.

Dando prosseguimento a ocupação da “cidade cenográfica”, o Palácio Monroe, projetado pelo engenheiro militar Francisco Marcelino de Souza Aguiar, construído, pela primeira vez, para a Exposição Internacional de Saint Louis (EUA), na qual ganhou o primeiro lugar no concurso de projetos arquitetônicos, foi reerguido na extremidade sul da avenida Central, em 1906, próximo aos grandiosos prédios da Escola Nacional de Belas Artes, da Biblioteca Nacional, do Teatro Municipal e do Palácio do Supremo Tribunal de Justiça. Neste espaço cenográfico, o Palácio Monroe foi cercado por um amplo jardim gradeado, que separou os participantes da III Conferência Pan-americana da população carioca. Esta Conferência, realizada na Capital Federal, em julho do mesmo ano, foi dirigida pelo barão do Rio Branco, chanceler e ministro dos Negócios Exteriores do Brasil.

No final da sua gestão, em 1906, Pereira Passos determinou a criação de uma Comissão Especial para proceder ao recenseamento da população da cidade, medida adotada para mapear e controlar a redistribuição populacional pelo território municipal, depois das transformações promovidas pela Regeneração.

Na última Mensagem ¹⁸³ de Pereira Passos ao Conselho de Intendência, datada de 10 de novembro de 1906, o prefeito registrou as principais realizações da sua gestão, destacando as intervenções urbanísticas realizadas na cidade, a sua radical remodelação, modernização e embelezamento e solicitou a aprovação de um crédito extraordinário de quase 140 mil contos de réis para assegurar a continuidade das políticas de reurbanização, saneamento e embelezamento do Distrito Federal. Porém, em 15 de novembro de 1906, exonerou-se do cargo de prefeito, concomitantemente à posse do presidente mineiro Afonso Augusto Moreira Pena. (1906-1909).

Em 31 de dezembro de 1906, o Decreto Legislativo municipal de nº 1.619 ¹⁸⁴ aumentou o mandato dos intendentess de dois para três anos e determinou que o Conselho de Intendência para ser formado, ao final de cada eleição, precisava que pelo menos 2/3 dos eleitos fossem diplomados pelas Mesas de Verificação Eleitoral.

Apesar da demissão de Pereira Passos da Prefeitura do Distrito Federal, a Regeneração, como processo de modernização e europeização elitista e tecnocrático, não se deteve ante aos obstáculos que enfrentou na cidade, desdobrou-se em vários ciclos sucessivos e se expandiu por todo território nacional, especialmente nas capitais dos estados mais importantes, onde ocorreram processos semelhantes.

A partir do ciclo inicial da Regeneração, as transformações que ocorreram no espaço público da cidade, nas práticas e nas mentalidades das elites e das classes médias emergentes cariocas obedeceram a algumas orientações básicas, entre as quais se destacaram: a negação dos costumes da sociedade tradicional; a condenação e a perseguição aos elementos da cultura popular, como os sambistas, os pais-de-santo, os capoeiras, as baianas de tabuleiro, os meninos vendedores de jornais, as quiromantes e todos os tipos de trabalhadores ambulantes que viviam do ganho diário. Estes grupos sociais, com seus costumes tradicionais, se contrapunham à imagem civilizada e europeizada da cidade. Outros aspectos que constituíram as novas diretrizes foram a política de expulsão dos grupos populares do centro urbano remodelado e o cosmopolitismo radical, profundamente influenciado pelos padrões parisienses adotados pela burguesia enriquecida, renegando as tradições locais e nacionais.

Os prefeitos que sucederam a Pereira Passos construíram novos marcos importantes no processo de reurbanização e modernização capitalista da cidade-capital. Assim, na gestão de Souza Aguiar, foi projetado o bairro da Urca, no qual foram erguidos, em 1908, os pavilhões da Exposição Nacional Comemorativa do 1º Centenário da Abertura dos Portos; Carlos Sampaio promoveu a derrubada do morro do Castelo, entre 1920 e 1922 e, Henrique Dodsworth, durante o tenebroso Estado Novo, abriu a avenida Presidente Vargas.

Paralelamente às transformações estruturais em curso, entre 1902 e 1922, durante a denominada *Belle Époque* tropical, a população da cidade-capital aumentou em ritmo acelerado. Entre 1900 e 1920, o crescimento demográfico do Distrito Federal atingiu a impressionante cifra de 67,4%, quando a população carioca ultrapassou a faixa de mais de um milhão e cem mil habitantes. O espantoso *boom* demográfico do Rio de Janeiro ocorreu não apenas no centro comercial e portuário, mas alcançou as zonas Sul, Norte e Oeste da cidade e foi causado tanto pelo deslocamento das populações do Vale do Paraíba fluminense, quanto pela chegada de grandes levas de imigrantes europeus, que alcançaram a cifra de quase 160 mil pessoas, desembarcadas no porto carioca, entre 1880 e 1920. Em 1906, os imigrantes europeus ultrapassaram o número de 210 mil habitantes, constituindo 24% do total da população da cidade. A maioria dos imigrantes era constituída por portugueses, que ocuparam a maior parte dos postos de trabalho disponíveis, especialmente nas atividades portuárias, comerciais e industriais.

Este fato alimentou o antilusitanismo ainda presente na mentalidade dos trabalhadores nacionais, que concorriam com os portugueses no mercado de trabalho. Os trabalhadores brasileiros foram esporadicamente assediados pelos jacobinos e florianistas remanescentes, que os incitavam a ações violentas contra os estrangeiros, especialmente contra os lusitanos, como nos movimentos de “mata-galegos”, que irromperam a cada onda de desemprego e de redução de postos de trabalho.

A expansão urbana e o deslocamento da população para a periferia foram possibilitados pela extensão das ferrovias e das redes de bondes para os subúrbios, para a Zona Oeste, para a Zona Norte e em direção à Baixada Fluminense, com a eletrificação lenta e gradual desses meios de transporte. Essa expansão tornou possível o transporte diário dos trabalhadores, que moravam nos subúrbios ou até na região rural, para o centro, e o surgimento de novos bairros naquelas zonas da cidade, nas quais foram construídas moradias e vilas operárias em torno das estações ferroviárias. Foram abertas ruas radiais às estações, onde se implantaram as fábricas e o comércio varejista, absorvendo parte do proletariado que se fixou nestes bairros. Ao mesmo tempo, nos bairros tradicionais das Zonas Norte e Sul, nos quais se concentraram as classes médias burguesas, os serviços de iluminação pública, de eletrificação e de telefonia ampliaram-se e novas linhas de bonde foram implantadas, facilitando as comunicações entre as diversas regiões da cidade.

No começo do século XX, a cidade do Rio de Janeiro consolidou-se como o principal polo industrial e portuário importador do país e o seu mais importante centro comercial e financeiro, reafirmando a capitalidade que exercia sobre outras urbes brasileiras. Porém, as transformações demográficas, sociais, econômicas e culturais que a cidade atravessou causaram uma clivagem profunda na sociedade carioca,

entre os grupos populares e os grupos emergentes e emburguesados, gerando uma segregação socioespacial que perdura até os nossos dias, resultando em uma cidade “partida” e “repartida” entre os agentes da “ordem” e os da “desordem”, como descreveu Ventura no seu instigante livro, a *Cidade Partida*.¹⁸⁵

Na República oligárquica, os grupos sociais emergentes tornaram-se ardorosos defensores da ideologia do progresso e das teorias racistas e racialistas como o darwinismo social.¹⁸⁶ Estas ideologias se tornaram dominantes nessa época, alimentando e legitimando a segregação e exclusão social das classes populares e o processo de acumulação de capitais dos empresários emburguesados.

No plano nacional, em 15 de novembro de 1906, o mineiro Afonso Augusto Moreira Pena assumiu o cargo de presidente da República, tendo como vice-presidente Nilo Peçanha, político fluminense que governara o estado do Rio de Janeiro. Eleito com base em um acordo firmado com os políticos paulistas, mineiros e fluminenses, Afonso Pena favoreceu os interesses dos cafeicultores de São Paulo e procurou dar continuidade aos projetos de reurbanização do Rio de Janeiro. No seu governo, formou um ministério com jovens políticos, que por isto ficou conhecido como “Jardim de Infância”. Expandiu a rede ferroviária do país, patrocinou a expedição do sertanista Cândido Rondon ao Norte, com o objetivo de interligar a Amazônia ao Rio de Janeiro, através do telégrafo. Modernizou as Forças Armadas, reequipando-as.

Desenvolveu a política de valorização do café, comprando estoques deste produto, através de um acordo chamado de Convênio de Taubaté, pelo qual a União foi fiadora de um empréstimo de 15 milhões de libras, contraído pelo estado de São Paulo, e criou um mecanismo para manter a taxa de câmbio baixa. Incentivou a imigração estrangeira, inclusive a japonesa, iniciada em 1908.

Porém, Afonso Pena enfrentou uma séria crise sucessória, pois o candidato que indicou, o jovem ministro da Fazenda, David Campista, não foi aceito pelas oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul que, por meio do influente senador gaúcho Pinheiro Machado, lançaram a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra, contrariando a vontade presidencial e provocando a deflagração da primeira “campanha civilista” de Rui Barbosa, que ganhou o apoio de parte da oligarquia paulista. Afonso Pena faleceu em 14 de junho de 1909, quando ainda faltava um ano para o término do seu mandato. O vice-presidente Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República, exercendo-a até o dia 15 de novembro de 1910, quando o novo presidente eleito passou a ocupá-la.

Em 16 de novembro de 1906, o presidente Afonso Pena nomeou o general de brigada e consagrado engenheiro Francisco Marcelino de Souza Aguiar para a Prefeitura do Distrito Federal. Na sua gestão, Souza Aguiar, que projetara inúmeras edificações importantes para a cidade, como o Palácio Monroe e a Biblioteca Nacional, procurou concluir as obras iniciadas pelo seu antecessor, apesar de ter encontrado a Prefeitura com uma dívida de quase 33 mil contos de réis.

Para poder administrar o Distrito Federal, o prefeito obteve uma autorização do Conselho de Intendência e do Congresso Nacional, em 31 de dezembro de 1906, para contrair um novo empréstimo externo no valor de 10 milhões de libras, com o objetivo de reequilibrar as finanças municipais. Desta forma, Souza Aguiar pôde regularizar o pagamento das contas atrasadas da Prefeitura, manter o pagamento do funcionalismo em dia e concluir as obras imprescindíveis à reurbanização do Rio de Janeiro.

Conseguiu aumentar a arrecadação da Prefeitura e sanear suas finanças, dando continuidade às obras da gestão de Pereira Passos e investindo em novos melhoramentos e na área social. Na sua gestão foram construídas as escolas municipais Menezes Vieira, Visconde de Macaúbas, Afonso Pena e Deodoro da Fonseca. A ampliação da rede escolar pretendeu combater o analfabetismo que atingia mais de 390 mil habitantes da cidade, segundo o censo demográfico, realizado em 20 de setembro de 1907. A população carioca em idade escolar atingia mais de 133 mil crianças e jovens, enquanto a rede pública de ensino fornecia pouco menos de 38 mil matrículas. No fim da sua gestão ampliou a oferta de matrículas que alcançaram a cifra de mais de 61 mil. Autorizou o ingresso de alunos do sexo masculino na Escola Normal, antes somente permitido às

moças. Estabeleceu o primeiro Jardim de Infância escolar da cidade, a Escola Agrícola e o Externato Profissional Souza Aguiar. E isentou do pagamento de Imposto Predial os imóveis onde funcionassem escolas gratuitas, mantidas por estabelecimentos fabris.

Souza Aguiar procurou melhorar os serviços públicos de assistência médica e sanitária, construindo o Posto de Assistência Central, na rua Camerino, inaugurado em 1907, e o Posto de Assistência da Praça da República, inaugurado em 1909. Mais tarde, este hospital passou a se denominar Hospital Municipal Souza Aguiar, em sua homenagem. Implantou o primeiro serviço de atendimento médico de urgência na rede municipal, comprando ambulâncias. Deste modo, conseguiu enfrentar com relativa eficácia uma nova epidemia de varíola que atingiu a população, entre agosto e novembro de 1908, provocando mais de quatro mil óbitos.

Com o objetivo de formular uma política de saúde pública para a administração municipal, o prefeito convocou o Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada. Em seguida, nomeou a comissão composta por Benjamin da Rocha Faria, Ataulfo de Paiva, Antônio Fernandes Figueira, Alfredo da Graça Couto, João Carneiro de Souza Bandeira, José Medeiros e Albuquerque e Olavo Bilac para organizar os trabalhos do Congresso, que se realizou durante a Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos, entre 23 e 29 de novembro de 1908, cumprindo um avançado programa. Este programa serviu de base para as resoluções do 4º Congresso Médico Latino-americano, também realizado no Rio de Janeiro, em 1909. Destinou recursos consideráveis à Casa São José, que abrigava crianças desvalidas e ao Asilo de São Francisco de Assis, que cuidava de idosos mendicantes, ampliando e reformando as suas instalações. Buscou formas para regulamentar e controlar, de forma higiênica e sanitária, a produção e a comercialização do leite e dos seus derivados, prevenindo a transmissão de doenças infectocontagiosas, como a tuberculose.

Reorganizou o Matadouro de Santa Cruz, implantando nesse abatedouro um serviço de fornecimento de água tratada, canalizando a água desde o rio Ita. E regulamentou o Laboratório de Análises de Gêneros Alimentícios, pelo Decreto nº 1.191¹⁸⁷, de 8 de junho de 1908. Investiu na qualificação e na ampliação do pessoal técnico deste Laboratório e implantou rotinas sanitárias, como a análise da qualidade da água das escolas municipais. Construiu os edifícios e as oficinas da Superintendência de Limpeza Urbana. Considerou condenável a forma como era feito o recolhimento do lixo e sua colocação como aterro sanitário na ilha de Sapucaia, propondo para substituí-los a criação de fornos de incineração, que começou a construir. Outras construções iniciadas ou concluídas no governo de Souza Aguiar foram o Mercado Municipal, na praia de D. Manoel, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias do comércio de hortifrutigranjeiros; as duas vilas de casas operárias, na avenida Salvador de Sá, destinadas à moradia de servidores municipais, e a vila operária do Beco do Rio, no Catete.

Além disso, Souza Aguiar contratou com o empresário Andrônico Rústico de Souza Tupinambá a construção de mais de cinco mil unidades de prédios para os trabalhadores e com Mario Rache a construção de 800 a 4.000 unidades de casas populares, que formariam vilas operárias, dotadas de creches, escolas e lavanderias. E instalou a iluminação elétrica na ilha de Paquetá e em muitos logradouros da cidade. Muitas dessas obras foram realizadas conforme projetos assinados pelo próprio prefeito-engenheiro. Reformou, asfaltou e calçou numerosos logradouros, entre os quais cito os largos da Carioca e da Glória, as avenidas Mem de Sá, Marechal Floriano, Treze de Maio, Beira-Mar e Gomes Freire, as ruas Voluntários da Pátria, Marquês de Abrantes, do Catete, Primeiro de Março, Haddock Lobo, São Francisco Xavier e as praças José de Alencar, da República e Quinze de Novembro.

Em 14 de julho de 1909, inaugurou, com grandes festividades, o Teatro Municipal, na atual avenida Rio Branco, projetado pelo engenheiro Francisco de Oliveira Passos, com base na arquitetura do *Théâtre de L'Opéra* parisiense. Esta inauguração contou com a presença de personalidades destacadas na sociedade, entre as quais, o presidente da República, Nilo Peçanha e o próprio Souza Aguiar. O programa da inauguração

foi composto pela peça “Bonança”, escrita por Coelho Neto e representada pela Companhia Dramática de Artur Azevedo; o poema sinfônico “Insônia”, de autoria do maestro Francisco Braga, sob a sua própria regência, e pelas óperas “Condor”, de Carlos Gomes e “Moema”, de Delgado de Carvalho, executadas pelo Centro Lírico Brasileiro. O Teatro Municipal se tornou o mais importante palco cenográfico do país, atraindo as mais importantes companhias de teatro, dança e música internacionais da época e conseguindo montar e manter uma orquestra, um coro e um corpo de baile efetivos e permanentes.

Souza Aguiar determinou a apreensão da lenha e do carvão extraídos clandestinamente nas matas da cidade, proibiu o corte e a derrubada de matas e a extração de areia nas ilhas e ilhotas da baía de Guanabara. Regulamentou a exploração das pedreiras, o comércio do carvão, a produção, o armazenamento, o transporte e o comércio de inflamáveis, explosivos e corrosivos, proibindo o armazenamento de combustíveis em garagens. Proibiu as corridas de touros e a fustigação de animais de tração ou de tiro pelos cocheiros e condutores de veículos. Promoveu a arborização dos logradouros públicos e ampliou o Horto Municipal da Quinta da Boa Vista. Incentivou a expansão da cidade para a Zona Sul, isentando de impostos as novas construções nos seus diversos bairros. Inaugurou a avenida Atlântica e reformou o túnel da rua Real Grandeza. Aumentou o controle público sobre os contratos de concessão dos transportes coletivos, tanto na implantação de novas linhas, quanto na renovação dos contratos existentes, em relação à qualidade dos serviços prestados. Estabeleceu os pontos fixos de embarque e desembarque de passageiros e disciplinou os meios de transporte.

No governo de Souza Aguiar, a Subdiretoria da Carta Cadastral da cidade prosseguiu com os seus trabalhos, realizando o primeiro levantamento topográfico do Distrito Federal. Foi preparada e inaugurada a Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos, em 1908. Em 3 de junho de 1908, o Decreto nº 696¹⁸⁸, do Poder Executivo municipal, abriu créditos especiais para financiar as despesas com a representação do Distrito Federal no grande evento.

O conjunto de obras de urbanização realizadas na cidade para a Exposição Nacional de 1908 representou o segundo grande marco da Regeneração, dando continuidade ao projeto elitista de remodelação urbana do Rio de Janeiro. Os pavilhões desta Exposição, inaugurada em 11 de agosto de 1908, foram instalados no bairro da Urca, especialmente construído e inaugurado para abrigá-los, depois de a Prefeitura ter empreendido o aterro da praia da Saudade, construindo um novo logradouro no local, que recebeu a denominação de avenida Pasteur, em homenagem ao grande cientista francês.

O Arquivo Geral do Distrito Federal participou daquela Exposição, apresentando diversos documentos e objetos históricos valiosos do seu acervo no Palácio do Distrito Federal, construção que se destacou entre as destinadas aos estados da Federação.

No plano administrativo municipal, na gestão de Souza Aguiar, a Prefeitura continuou organizada em seis diretorias gerais (Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística; Fazenda Municipal; Patrimônio Municipal; Instrução Pública; Obras e Viação; e Higiene e Assistência Pública), uma Inspeção das Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca e uma Superintendência de Limpeza Pública e Particular. Manteve também o Gabinete do prefeito, chefiado por um secretário.

Em 17 de novembro de 1906, Aureliano Gonçalves de Souza Portugal foi nomeado secretário do prefeito Souza Aguiar, em substituição a Alexandrino Freire do Amaral, nomeado diretor-geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Permaneceu como secretário do prefeito até 9 de novembro de 1907, quando foi nomeado diretor-geral da Diretoria de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. A partir dessa data, substituiu Alexandrino Freire do Amaral, que se aposentara, em 20 de outubro de 1907, e fora substituído interinamente por Francisco Salles de Macedo, que ocupava o cargo de subdiretor de Polícia Administrativa e Arquivo, da mencionada Diretoria Geral.¹⁸⁹ Após a posse de Aureliano Gonçalves de Souza Portugal, Francisco Salles de Macedo voltou a dirigir a Subdiretoria de Polícia Administrativa e

Arquivo até 25 de janeiro de 1908, quando faleceu e foi substituído por Francisco Mariano de Amorim Carrão, nomeado subdiretor, em 1º de fevereiro de 1908.

Em 22 de janeiro de 1908, Aureliano Gonçalves de Souza Portugal teve os seus pedidos de exoneração do cargo de secretário do Gabinete e de licença para tratamento de saúde por quatro meses concedidos pelo prefeito. Foi substituído no cargo de diretor-geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística por Frederico Meireles Duque Estrada Meyer, então subdiretor de Estatística.

A partir de 25 de janeiro de 1908, o poeta abolicionista e republicano Olavo Bilac, que desenvolvia uma militância nacionalista junto aos militares, foi nomeado secretário do prefeito, permanecendo no cargo até 8 de junho de 1909, quando se exonerou e foi substituído por Antônio da Silva Moutinho.¹⁹⁰

Na Diretoria Geral, dirigida sucessivamente por Aureliano Portugal e Frederico Meyer, o Arquivo Geral permaneceu como segunda seção da Subdiretoria de Polícia Administrativa e Arquivo, chefiado por José de Paiva Legey. A sua equipe permaneceu reduzida, formada por dois primeiros-oficiais, dois segundos-oficiais, quatro amanuenses, um contínuo e um servente. Apesar disto, manteve com regularidade a coleta, classificação e conservação da documentação recolhida das demais repartições e tratou tecnicamente os documentos já arquivados, lutando contra a crônica falta de espaço e de pessoal que impediram um melhor desenvolvimento das suas funções. Ainda assim, atendeu às requisições recebidas do prefeito e das outras repartições municipais e emitiu certidões para comprovar a autenticidade de documentos arquivados, cobrando emolumentos que se constituíram na sua principal fonte de receitas.

Em 1908, nas suas Mensagens¹⁹¹ ao Conselho de Intendência, Souza Aguiar expôs as ocorrências e realizações destacadas do seu governo. E também propôs a reunião da Biblioteca Municipal, então vinculada à Diretoria Geral de Instrução Pública, ao Arquivo Geral, então mera seção da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística “a fim de constituírem uma repartição especial, na qual melhor se consultem os documentos de interesse da administração e sejam conservados os inúmeros e importantes documentos e informações referentes à história do Distrito Federal”. Nestas Mensagens, o prefeito afirmou que a reunião das duas repartições, que detinham afinidades naturais, sob a direção de um funcionário competente, possibilitaria o desenvolvimento pleno de suas funções especializadas na estrutura organizacional da Prefeitura.

A Biblioteca Municipal fora criada em 19 de setembro de 1874 pela Câmara Municipal, como uma instituição autônoma na administração do Município Neutro. Após a República, o Decreto nº 44, de 1893, manteve a autonomia da Biblioteca Municipal na estrutura da Prefeitura do Distrito Federal, da mesma forma que estabeleceu a do Arquivo Geral, com o *status* de uma secretaria atual. Todavia, o Decreto nº 102, de 18 de julho de 1894, o mesmo que subordinou a Diretoria de Arquivo Geral à recém-criada Diretoria Geral do Interior e Estatística, vinculou a Biblioteca Municipal à Diretoria Geral de Instrução Pública, da mesma forma que ocorreu com o tradicional Arquivo Municipal. Em 30 de agosto de 1902, o Decreto nº 312¹⁹² instituiu a Biblioteca Municipal como uma repartição independente, porém subordinada à Diretoria Geral de Instrução Pública, mantendo reduzida a sua autonomia na estrutura administrativa municipal.

Nas Mensagens que dirigiu ao Conselho de Intendência em 1909, Souza Aguiar ratificou o seu reconhecimento de que o Arquivo Geral continuava lutando contra as deficiências de espaço e de pessoal qualificado para desenvolver suas atribuições, mas reconheceu que, apesar destas deficiências, sempre respondia às requisições que lhe eram dirigidas, emitindo certidões e recolhendo sob sua custódia os atos do Legislativo e do Executivo do Distrito Federal e as mensagens do prefeito ao Conselho de Intendência, destacando-os dentre os outros documentos que a repartição arquivava.

O prefeito assinalou que o Arquivo Geral prosseguia regularmente com os trabalhos de classificação, catalogação e conservação da documentação arquivada e dava continuidade ao recolhimento, classificação e conservação dos documentos que interessavam à história e à administração do Distrito Federal. Além

disto, permanecia com a guarda dos autógrafos dos decretos emanados dos Poderes Legislativo e Executivo do Distrito Federal.

Assim, nas suas sucessivas Mensagens ao Conselho de Intendência¹⁹³, entre 1906 e 1909, Souza Aguiar reconheceu que, em razão do valor da documentação sob a sua guarda, o Arquivo Geral deveria ocupar uma posição mais elevada e autônoma na organização administrativa municipal, que expressasse a especialidade das funções que desempenhava.

No período de governo de Souza Aguiar, no bojo dos melhoramentos urbanos promovidos pela Prefeitura na cidade para a realização da Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos, foram realizadas reformas no Palácio Municipal, ampliando as suas instalações, sob a supervisão do engenheiro Evaristo de Vasconcelos, da Diretoria Geral de Obras e Viação. Estas reformas foram concluídas em 1º de setembro de 1908, incluindo o ajardinamento do pátio central do edifício. O Arquivo Geral foi beneficiado por essas obras de remodelamento do Palácio da Cidade, aumentando o espaço que ocupava no prédio, pois o Arquivo Geral foi transferido para o primeiro andar, na área então ampliada, e foi dotado de estantes metálicas, de iluminação elétrica, de ventiladores e de elevador de carga, modernizando e melhorando suas instalações físicas. As estruturas das salas que passou a ocupar foram novamente reforçadas com vigas metálicas para que pudessem suportar o peso do seu acervo documental, cujo valor histórico e probatório foi reconhecido pelo prefeito.

Em 22 de junho de 1909, Souza Aguiar exonerou-se da Prefeitura, devido à morte do presidente Afonso Pena, em 14 de junho. Para ocupar o cargo de prefeito, o presidente Nilo Peçanha nomeou Inocêncio Serzedelo Corrêa, militar e engenheiro, ex-ministro da Fazenda e da Agricultura no governo de Deodoro da Fonseca.

Serzedelo Corrêa tomou posse na Prefeitura em 24 de julho de 1909. Nos dias seguintes, aceitou o pedido de exoneração de Antônio da Silva Moutinho e nomeou Everaldo Adolfo Backheuser para o cargo de secretário do Gabinete. A gestão de Serzedelo Corrêa correspondeu à primeira crise da “política do café com leite”, transcorrendo em um período muito agitado da vida política nacional, pois a sucessão presidencial foi marcada pela acirrada disputa entre as oligarquias dominantes de grandes estados que apresentaram candidatos diferentes.

Na eleição presidencial de 1910, as oligarquias dominantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, através de um acordo articulado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado, lançaram a candidatura do general Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra. Partes das oligarquias paulista e baiana apoiaram a candidatura do ex-ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que marcou sua campanha presidencial com críticas ao militarismo e à corrupção do processo eleitoral, deflagrando a primeira campanha civilista. Esta campanha mobilizou a opinião pública e Rui Barbosa recebeu um expressivo apoio das camadas médias urbanas, porém o general Hermes da Fonseca foi eleito presidente da República, pois contou com a poderosa máquina eleitoral das duas poderosas oligarquias que o apoiaram.

O prefeito Serzedelo Corrêa (1909-1910) deu prosseguimento às obras começadas por Pereira Passos e por Francisco Souza Aguiar. Reformou vários órgãos da administração municipal, dando grande ênfase à instrução pública. Assim, melhorou e aumentou a rede de escolas primárias municipais, distribuindo-as pelo território do Distrito Federal, ampliando o número de matrículas. Instituiu as Escolas Nilo Peçanha e Preparatória de Profissões Liberais para moças que terminavam o ensino primário.

Em termos urbanísticos, reformou o parque da Quinta da Boa Vista, urbanizou a praça Saenz Peña, o Jardim do Méier e o principal acesso ao morro do Castelo. E inaugurou o pavilhão do campo de São Cristóvão, com a presença do presidente Nilo Peçanha. Também mudou a designação da praça Ferreira Viana para Marechal Floriano, em homenagem ao ex-presidente da República. Asfaltou, calçou e prolongou muitos logradouros da cidade, preocupando-se em regularizar a abertura de ruas e em impedir o fracionamento

e os loteamentos clandestinos de terrenos e imóveis. Buscou ordenar e controlar o crescimento da cidade, melhorando o cadastramento imobiliário e territorial da Prefeitura, que tinha a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano como principal fonte de receitas. Para isto, determinou que a Subdiretoria de Carta Cadastral, da Diretoria de Viação e Obras, continuasse a proceder aos levantamentos topográficos para mapear a expansão da edificação e da ocupação do território urbano. Estipulou que cabia ao Serviço Topográfico, da referida Diretoria, fixar e organizar os alinhamentos dos logradouros irregulares e estabelecer as dimensões dos logradouros públicos.

No plano administrativo, Serzedelo Corrêa estabeleceu novos regulamentos para a Diretoria Geral de Obras e Viação e para a Inspetoria de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca. Criou a Diretoria Geral do Teatro Municipal, baixou seu regulamento, nomeou o engenheiro Francisco de Oliveira Passos, autor do seu projeto arquitetônico, como seu diretor geral, e instituiu o cargo de diretor técnico do Teatro Municipal. Implantou o Serviço Sanitário da Diretoria de Instrução Pública e manteve as mesmas diretorias gerais que herdou dos prefeitos anteriores.

O prefeito Serzedelo Corrêa manteve Frederico Meireles Duque Estrada Meyer como diretor da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística, Francisco Mariano de Amorim Carrão, como subdiretor da primeira Subdiretoria de Polícia Administrativa e Archivo e substituto eventual do diretor-geral. Frederico Meireles Duque Estrada Meyer, porém, exonerou-se do cargo, pois se aposentou em 4 de setembro de 1909, sendo substituído por Antônio Luís Rodrigues. A chefia do Archivo Geral continuou a ser exercida por José de Paiva Legey e Mello de Moraes permaneceu no cargo de diretor-adido. Em janeiro de 1909, Francisco Agenor Noronha Santos solicitou sua transferência da Contadoria da Fazenda, por meio de uma permuta com um servidor desse órgão, que veio a dirigir mais tarde.¹⁹⁴

Durante a gestão de Serzedelo Corrêa, o Conselho de Intendência foi extinto pelo Decreto do Executivo Federal nº 7.689¹⁹⁵, de 26 de novembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, pois as eleições municipais não respeitaram as normas estabelecidas pela legislação vigente. Nestas eleições, apenas 16 dos intendentos eleitos foram diplomados, não preenchendo a cota de 2/3 estabelecida para a formação do Legislativo municipal. Assim, até o Congresso Nacional aprovar a composição do novo Conselho de Intendência, o Distrito Federal foi administrado e governado exclusivamente pelo prefeito, sem a colaboração dos intendentos eleitos para o triênio 1910-1912.

Em 18 de janeiro de 1910, Everardo Adolfo Backheuser exonerou-se do cargo de secretário do prefeito que passou a ser exercido por José Pantoja Leite.¹⁹⁶ E em 15 de novembro de 1910, Serzedelo Corrêa exonerou-se da Prefeitura, depois da posse do presidente eleito, o marechal Hermes da Fonseca. O cargo de prefeito passou a ser ocupado pelo general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, nomeado por Hermes da Fonseca.

O período de Hermes da Fonseca na Presidência da República (1910-1914) foi marcado por agitações populares, duramente reprimidas pelas forças policiais e militares governamentais, pelas várias intervenções federais nos estados, dando origem a “política das salvações”,¹⁹⁷ que produziu várias revoltas, como a do Ceará, onde os seguidores do padre Cícero foram às armas quando a poderosa oligarquia dos Acioly, alinhada ao senador gaúcho Pinheiro Machado, foi deposta do governo estadual. No Rio de Janeiro, o presidente enfrentou a Revolta da Chibata, dos marinheiros que se levantaram contra os maus-tratos e contra os açoitamentos a que estavam submetidos. No Sul, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina explodiu a revolta do Contestado

O prefeito Bento Ribeiro tomou posse no dia 16 de novembro e nomeou como secretário o primeiro tenente Gregório Porto da Fonseca. O prefeito encontrou a Prefeitura com uma elevada dívida financeira de mais de 12.250 contos de réis, enquanto o Tesouro municipal dispunha apenas de 3.974 contos de réis para atender aos compromissos assumidos.

Na sua Mensagem ao Conselho de Intendência ¹⁹⁸, datada de 27 de janeiro de 1911, Bento Ribeiro solicitou autorização para unificar e consolidar a dívida flutuante do Distrito Federal e contrair mais um empréstimo externo, no valor de 2,5 milhões de libras esterlinas. Uma vez obtida a autorização dos intendentess e do Senado Federal para o empréstimo que propôs, o prefeito prosseguiu com as obras em curso e melhorou as condições da instrução pública, pois as 282 escolas da rede municipal continuavam insuficientes para atender à demanda da população em idade escolar na época, superior a 49 mil alunos. Assim, ampliou o número de escolas públicas, com a construção de novas unidades de ensino, e concluiu as obras do novo edifício da Escola Normal, no Estácio, buscando melhorar a formação das professoras primárias do Distrito Federal.

E considerando a inflação crescente, a alta do custo de vida e as dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos no exercício de suas funções, defendeu um aumento dos seus vencimentos, proposta que foi aprovada pelos intendentess. No campo cultural, reposicionou a Biblioteca Municipal na estrutura da Prefeitura, dotando-a de independência e autonomia administrativa, pois a mesma foi vinculada ao Gabinete do Prefeito, ao qual seu diretor reportava-se diretamente. A Biblioteca Municipal foi instalada no prédio da antiga Escola Normal, reformado para recebê-la, passando a desempenhar melhor suas finalidades e reorganizando seus serviços e seus valiosos acervos.

Bento Ribeiro realizou melhoramentos nas condições do Horto Municipal da Quinta da Boa Vista, ampliando sua área cultivável e construindo uma estufa que melhor atendesse às necessidades de arborização da cidade. Promoveu obras de conservação e melhoramentos em inúmeros logradouros, calçando e pavimentando avenidas, praças e ruas em diversos bairros da cidade. Reorganizou a Inspetoria de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca, mudando sua denominação para Inspetoria de Matas, Jardins, Caça e Pesca e dotando-a de um novo regulamento.

No começo de março de 1913, na Zona Sul, a avenida Beira-Mar precisou ser reconstruída, entre as praias do Flamengo e de Botafogo, pois foi atingida por uma devastadora ressaca, precisando ser pavimentada e alinhada novamente, com reposição de calçamento, meios-fios e retirada de entulho. O tráfego de veículos ficou interrompido por vários dias naquele logradouro para que as obras pudessem ser realizadas. Na praia de Botafogo, a ressaca alcançou o Pavilhão de Regatas que ameaçou desabar e precisou ser reformado. O prefeito providenciou o reforço das suas estruturas de ferro, a fim de evitar o desabamento. Os bairros do Leme e de Copacabana também foram bastante atingidos pela ressaca. Um trecho da avenida Atlântica teve a muralha e a pavimentação destruídas, mas os prejuízos foram menores do que nas praias do Flamengo e de Botafogo. Na Urca, a avenida Pasteur teve as suas muralhas e balaustradas destruídas pela violenta ressaca marítima.

Na gestão de Bento Ribeiro (1910-1914), o Archivo Geral passou a contar com os serviços do historiador e arquivista Francisco Agenor de Noronha Santos (1º/10/1876 a 15/03/1954), desempenhando o cargo de primeiro-oficial. Uma aquisição de excepcional importância para o quadro de pessoal da instituição arquivística, por causa dos grandes conhecimentos que ele acumulava sobre a história e a administração municipais.

Na Mensagem ¹⁹⁹ do prefeito Bento Ribeiro ao Conselho de Intendência, em 1911, as funções e atribuições do Archivo Geral foram discriminadas e o prefeito destacou que ele era **a mais antiga repartição da municipalidade carioca em funcionamento permanente, desde o período colonial**. Foi ressaltado o seu papel de órgão depositário da documentação histórica e administrativa, de valor inestimável para os pesquisadores da história da cidade e para os seus administradores. As reclamações do chefe da repartição arquivística, José de Paiva Legey, sobre a falta de mobiliário, de material e de funcionários especializados também foram mencionadas e o prefeito se comprometeu em resolvê-las. Entretanto, entre 1910 e 1916, nas administrações de Bento Ribeiro e de Rivadávia Correia, as verbas orçamentárias destinadas ao Archivo

Geral foram muito reduzidas, impedindo a reposição até de material de consumo (lápiz, borrachas, folhas de papel etc.) que teve que ser adquirido particularmente pelos seus servidores para poderem trabalhar. A falta de lâmpadas e de cortinas e a necessidade de reformas no assoalho das salas ocupadas pela repartição que dirigia foram expostas em diversos documentos redigidos por José Legey e nos seus relatórios aos seus superiores. Neste período, outra reclamação constante e recorrente do dirigente do Arquivo Geral foi sobre a insuficiência e a instabilidade do seu quadro de funcionários, que permanecia reduzido e desfalcado por causa constantes requisições feitas por outras repartições municipais.

Entretanto, apesar de todos esses problemas, um Relatório²⁰⁰, redigido, em fevereiro de 1912, por Noronha Santos, como chefe interino do Arquivo Geral, foi mencionada a retomada do tratamento dos documentos arquivados e foi assinalada a melhoria da sua situação nas novas instalações que passara a ocupar no Palácio da Prefeitura. Neste Relatório, Noronha Santos, porém, insistiu nas demandas sobre o provimento de mais funcionários, pois a lotação de pessoal no órgão continuava a ser insuficiente e instável. Também continuou a requerer melhoramentos nas precárias instalações da repartição, que precisavam ser ampliadas, remodeladas e modernizadas.

Em 1913, os diversos relatórios, redigidos e assinados por Noronha Santos, como chefe interino do Arquivo Geral, expuseram ao subdiretor de Polícia Administrativa e Arquivo os trabalhos realizados pela repartição e foram repetidas as exposições dos seus problemas, dentre os quais se destacava a crônica falta de funcionários. Um destes relatórios também registrou a doação de grande número de fotografias de Emílio Brondi para a seção de iconografia do órgão.²⁰¹

O Decreto Legislativo nº 1.641²⁰², de 13 de outubro de 1914, do Conselho de Intendência, autorizou Bento Ribeiro a criar a Secretaria Geral do Gabinete do prefeito e a reorganizar a Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, alterando sua denominação para Diretoria Geral de Estatística e Arquivo. Este Decreto dividiu a renomeada Diretoria Geral em duas seções distintas: a primeira de Estatística e a segunda de Arquivo Geral, ambas diretamente subordinadas a um mesmo diretor-geral. Em relação ao Arquivo Geral, o Decreto nº 1.641 determinou que a sua função principal era guardar e preservar, devidamente identificados, classificados e arranjados, todos os documentos que interessassem à história e à administração do Distrito Federal.

A seguir, o Decreto Executivo nº 987²⁰³, de 21 de outubro de 1914, regulamentou a Secretaria Geral do Gabinete do prefeito e o Decreto Executivo nº 988²⁰⁴, da mesma data, estabeleceu um novo Regulamento da Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, redefinindo a sua estrutura interna e as suas atribuições e competências e estipulando que fosse dirigida por um diretor-geral e por um subdiretor. Aureliano Gonçalves de Souza Portugal foi nomeado seu diretor-geral, em 21 de outubro de 1914, exercendo o cargo até o dia 4 de julho de 1924, quando faleceu. O Decreto Executivo nº 989²⁰⁵, de 21 de outubro de 1914, reorganizou o quadro de funcionários da mesma Diretoria Geral. Ainda neste mesmo dia, José de Paiva Legey foi exonerado do cargo de chefe de seção do Arquivo Geral, que passou a ser exercido por Manoel Marcondes Homem de Melo.²⁰⁶

O Regulamento da Diretoria Geral de Estatística e Arquivo²⁰⁷, estabelecido pelo Decreto nº 988, ratificou tradicionais finalidades específicas da Seção de Arquivo Geral. Estas finalidades eram classificar, catalogar, conservar e arranjar todos os documentos, impressos ou manuscritos, plantas, cartas topográficas, mapas, fotografias, gravuras etc., relativos à história e à administração do município do Rio de Janeiro que estivessem arquivados no órgão. O novo Regulamento também estipulou as suas competências. Estas eram estabelecer as normas de funcionamento da repartição e de acesso à documentação sob a sua custódia; redigir a correspondência relativa aos seus serviços, à aquisição e à doação de documentos e à referente ao pessoal da Diretoria Geral a qual estava subordinado, quanto à confecção de folhas mensais de frequência e à escrituração de despesas e assentamentos funcionais; arquivar os autógrafos das leis, decretos, resoluções e demais atos dos Poderes Legislativo e Executivo municipais; arquivar os documentos originais, as cópias

autênticas e os registros de leis, alvarás, decretos, regimentos e resoluções referentes à administração municipal, desde os primórdios da fundação da cidade até os tempos atuais; arquivar os documentos que direta ou indiretamente interessassem à história da cidade, guardar e conservar os documentos arquivados relativos à administração municipal e os que viessem a ser recolhidos das diversas repartições da Prefeitura. Além disto, incumbiu o Archivo Geral de requisitar, por intermédio do diretor-geral de Estatística e Archivo, as coleções de documentos, os livros de registros e os papéis avulsos, de valor permanente, que deveriam ser recolhidos ao seu acervo institucional, bem como localizar, recolher e arquivar os documentos relativos à municipalidade existentes em repartições federais ou estaduais que interessassem à administração e à história da cidade do Rio de Janeiro.

Outras funções que couberam ao Archivo Geral foram: restaurar e encadernar os documentos estragados, de difícil leitura ou incompletos, autenticando as respectivas cópias e preservando os originais para fins de comprovação; conservar as peças de numismática, os livros raros e os objetos de valor museológico ou arqueológico para o estudo histórico da cidade; registrar em Livros de Inventário os documentos, livros, moedas, plantas, fotografias e quaisquer outros objetos que, já catalogados e arquivados, interessassem à história da cidade; e fornecer certidões de registros e de documentos arquivados aos cidadãos para comprovação de direitos, mediante despacho do diretor-geral de Estatística e Archivo ou do próprio prefeito.

Entretanto, este Regulamento vedou a qualquer pessoa a extração de cópia de documentos inéditos, tanto de teor administrativo, quanto de caráter histórico. Somente permitiu que aqueles documentos fossem copiados com uma licença especial do prefeito, depois de consultado o diretor-geral de Estatística e Archivo. Também não permitiu a consulta a livros manuscritos ou a documentos inéditos, sem prévia autorização do diretor-geral, mesmo quando os consulentes fossem funcionários municipais em serviço. Estas restrições à consulta dos documentos arquivados são autênticas sobrevivências das diretrizes das políticas de sigilo, adotadas pelas monarquias do Antigo Regime português e europeu. Também proibiu a retirada de documentos, livros, peças museológicas ou arqueológicas arquivados por outras repartições municipais, salvo se tais retiradas se destinassem a atender necessidades imprescindíveis à elucidação de processos sobre os quais os servidores do Archivo Geral não pudessem fornecer informações. Neste caso, deveria ser feita uma requisição ao diretor-geral de Estatística e Archivo, registrando-se em livro competente a retirada do documento pelo funcionário da outra repartição, que se identificaria e se responsabilizaria pela sua guarda e pela sua devolução. Esta medida foi importante para impedir o esfacelamento e a perda dos conjuntos documentais arquivados, fato ainda muito frequente, devido às constantes requisições de documentos e livros por outras repartições.

O Regulamento de 1914 estabeleceu também que todos os documentos recolhidos ao Archivo Geral deveriam ser marcados com a sua chancela institucional: Archivo do Distrito Federal. Estipulou ainda que o órgão fosse dirigido por um chefe de seção, subordinado ao diretor-geral de Archivo e Estatística e que dispusesse de uma equipe de funcionários para realizar as suas atribuições. Esta equipe foi composta por dois primeiros-oficiais, dois segundos-oficiais, cinco amanuenses e um contínuo.

Este Regulamento, portanto, reconheceu e reafirmou o papel central do Archivo Geral no recolhimento, na guarda e na preservação da documentação oficial produzida pelas Diretorias Gerais e pelas diversas repartições da administração municipal, ainda que o tenha mantido numa posição hierárquica subalterna, sem autonomia política e financeira e dependente do aval do diretor-geral de Estatística e Archivo para poder cumprir suas funções em relação às demais diretorias gerais e repartições da Prefeitura. Assim, a reforma do Regulamento do Archivo Geral, implantada pelo Decreto nº 988, reafirmou a obrigação do recolhimento da documentação emanada de todas as repartições municipais por este órgão, mas, como nos decretos anteriores, não propôs a adoção de procedimentos e rotinas que facilitassem esses recolhimentos, nem estabeleceu uma política municipal de documentação.

As disposições gerais do referido Regulamento determinaram também que o Archivo Geral recolhesse, de todas as repartições municipais, os documentos, registros, livros e demais papéis por elas emitidos, dois anos depois de findos os processos de que tratassem, estipulando que os documentos recolhidos deveriam ser acompanhados por uma relação em duas vias. A primeira via desta relação seria depositada na repartição de origem dos documentos e segunda via seria arquivada junto à documentação recolhida e depositada ao Archivo Geral.

Antes do Regulamento de 1914 ser instituído, o acervo do Archivo Geral fora enriquecido pela doação de uma importante coleção iconográfica. A doação fora feita pelo antigo diretor do Arquivo da Câmara Municipal, José Ricardo Pires de Almeida, que se tornara diretor do Arquivo da Diretoria Geral de Instrução Pública. Esta doação foi registrada na Exposição²⁰⁸, redigida por Noronha Santos, como chefe interino do Archivo Geral, em fevereiro de 1912. Esta coleção de documentos, doada por Pires de Almeida, inclui desenhos e litografias de artistas que integraram a chamada Missão Artística Francesa, que se instalou no Rio de Janeiro, em 1816, como Taunay, Grandjean de Montigny e Debret. Portanto, esta coleção registra imagens que representam diversos aspectos da vida cotidiana da cidade no século XIX.

É interessante observar que, entre 1912 e 1917, por diversas vezes Noronha Santos assumiu interinamente a função de chefe do Archivo Geral, como no começo de março de 1914, quando assinou o Relatório²⁰⁹ anual, encaminhado ao subdiretor de Archivo e Estatística. Durante este período, frequentemente, José de Paiva Legey licenciou-se do cargo de chefe de seção por problemas de saúde. No dia 15 de novembro de 1914, ao término do mandato do general Hermes da Fonseca na Presidência da República, o prefeito Bento Ribeiro exonerou-se do cargo, assim como já havia feito o seu secretário particular, no dia anterior.

O novo presidente, Wenceslau Braz (1914-1918), era mineiro e venceu as eleições por causa da rearticulação da “política do café com leite” entre os Partidos Republicanos Paulista e Mineiro. Seu governo foi marcado pelos graves problemas provocados pela I Guerra Mundial: crise econômica, revoltas militares e as manifestações dos operários contra os baixos salários e as suas péssimas condições de trabalho e de vida, reprimidas com brutal violência. Governou a maior parte do seu mandato sob estado de sítio. Em 1917, o seu governo declarou guerra à Alemanha e passou a fornecer alimentos e matérias-primas à Inglaterra, à França e à URSS, aumentando as exportações e dinamizando o processo de industrialização nacional. Em 1918, enfrentou a pandemia da gripe espanhola que atingiu a população brasileira entre outubro e novembro, deixando um saldo macabro de milhares de brasileiros mortos.

Em 16 de novembro de 1914, o presidente Wenceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918), nomeou o advogado e ex-ministro da Justiça e Interior e da Fazenda, Rivadávia da Cunha Corrêa, para o cargo de prefeito do Distrito Federal. No dia seguinte a sua posse, o prefeito nomeou Álvaro José Rodrigues para o cargo de secretário do seu Gabinete.²¹⁰ O prefeito Rivadávia Corrêa, ao assumir o governo municipal, encontrou a Fazenda municipal em uma situação financeira melhor do que o seu antecessor e pôde estabelecer um amplo programa de reformas urbanas. Estas reformas foram executadas em 148 logradouros públicos, selecionados para serem alvos de vários melhoramentos.

Na sua gestão, Rivadávia Corrêa (1914-1916) também se dedicou a aprimorar a rede de ensino municipal, com o auxílio do médico e professor da Faculdade Nacional de Medicina, Antônio Augusto de Azevedo Sodré, que nomeara diretor-geral de Instrução Pública. Assim, regulamentou a Escola Normal, o Serviço de Inspeção Médica Escolar e as Escolas Profissionais, reformando o ensino e o funcionamento desses estabelecimentos. Além disso, incrementou, na Diretoria de Obras e Viação, dirigida pelo engenheiro José Dias Cupertino Durão, a Subdiretoria da Carta Cadastral, sob a direção do engenheiro Antônio de Souza Mendes. Esta Subdiretoria realizou inúmeros projetos de alinhamento de logradouros, empreendeu a canalização e retificação do rio Comprido, projetando as suas avenidas laterais e projetou a abertura de túneis nos morros do Castelo e de Santo Antônio, dos quais ainda não era cogitada a demolição, mas sim a urbanização.

Em julho de 1916, José de Paiva Legey, reconduzido ao cargo de chefe do Arquivo Geral do qual fora exonerado por doença, redigiu um Relatório ²¹¹ endereçado ao diretor-geral de Estatística e Arquivo, no qual registrou a reabilitação da situação da repartição que voltara a chefiar. Afirmou que o Arquivo Geral adquirira mais prestígio junto à Prefeitura e aos próprios cidadãos cariocas, destacando os trabalhos de classificação e catalogação dos documentos empreendidos por Francisco Noronha Santos durante o seu afastamento.

Outro aspecto interessante da história institucional do Arquivo Geral, neste período, é a manutenção do cargo de diretor-adido, apesar das várias reformas administrativas da Prefeitura, que reorganizaram sua estrutura e redefiniram os seus quadros funcionais. Alexandre José Mello de Moraes Filho exerceu esse cargo até 20 de janeiro de 1918, conforme podemos observar no Decreto nº 1.786 ²¹². Mello de Moraes foi mantido no cargo de diretor-adido por meio do Decreto nº 234, de 19 de janeiro de 1901, por ser um funcionário vitalício e não poder ser exonerado. Somente em 20 de junho de 1918, deixou o cargo de diretor-adido, porque se aposentou.

Em 5 de maio de 1916, Rivadávia Corrêa demitiu-se da Prefeitura do Distrito Federal. No dia seguinte, Antônio Augusto de Azevedo Sodré exonerou-se do cargo de diretor-geral de Instrução Pública para ocupar interinamente o de prefeito, até 13 de janeiro de 1917. Na sua curta gestão, Azevedo Sodré conseguiu a aprovação do Conselho de Intendência e do Senado Federal para a Prefeitura contrair mais um empréstimo externo, com o objetivo de saldar as suas dívidas e resolver os seus problemas de inadimplência junto a fornecedores, prestadores de serviços e servidores, cujos salários estavam atrasados. Depois de obter esse novo empréstimo, prosseguiu com as obras de saneamento, iniciadas pelo seu antecessor, com a finalidade de melhorar o escoamento de águas pluviais nos logradouros que eram, frequentemente, alagados por enchentes periódicas. Regulamentou as feiras livres que existiam na cidade, baixando o Decreto nº 1.126 ²¹³, em 20 de novembro de 1916.

Na sua Mensagem nº 357 ²¹⁴ ao Conselho de Intendência, Azevedo Sodré propôs a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios, com a finalidade de formar professores para as escolas profissionais e de artífices, medida que recebeu o apoio do presidente Wenceslau Brás. Ao final da sua gestão, inaugurou a avenida Niemeyer, no dia 25 de dezembro de 1916, estabelecendo a ligação entre os bairros do Leblon e da Gávea, a partir do projeto assinado pelo engenheiro Paulo de Frontin.

Em 15 de janeiro de 1917, o presidente da República, Wenceslau Brás Pereira Gomes, nomeou o jurista Amaro Cavalcanti Soares de Brito, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), e ex-ministro da Justiça no governo de Prudente de Moraes, para o cargo de prefeito do Distrito Federal. Na gestão de Amaro Cavalcanti foram incentivados o desenvolvimento e a regulamentação das atividades agropecuárias na Zona Rural, visando melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios para a população da cidade. Foi promovido e executado um plano de melhoramentos viários em várias ruas e estradas dos subúrbios e da Zona Rural, como Campo Grande e Santa Cruz, com o objetivo de facilitar o escoamento da sua produção. Além disso, foi realizado um amplo programa de melhoramentos em 65 logradouros públicos, que foram reformados, alargados, calçados e pavimentados novamente, como ocorreu na rua Engenho de Dentro, na atual avenida Vieira Souto e nas estradas do Camorim, de Vargem Grande, de Santa Cruz, da Penha e de Deodoro e de Anchieta. Foram projetados mercados no Méier, no Engenho de Dentro e em Botafogo e foi construída uma ponte de atracação na ilha do Governador.

A nomenclatura de centenas de logradouros da cidade foi oficialmente alterada, pelo Decreto nº 1.165 ²¹⁵, de 31 de outubro de 1917. Este Decreto consolidou, retificou e estabeleceu a denominação oficial de diversos logradouros públicos da cidade, com uma lista completa dos mesmos. Além disso, Amaro Cavalcanti editou leis, decretos e regulamentos sobre diferentes assuntos, entre os quais se destacou o Decreto nº 1.185 ²¹⁶, de 5 de janeiro de 1918. Este Decreto estabeleceu o zoneamento do território do Distrito Federal em três zonas

(urbana, suburbana e rural), determinando as atribuições de cada uma delas. Esta divisão representou o passo inicial para a implantação da primeira legislação urbanística do Rio de Janeiro.

Em 1918, os três últimos meses da gestão de Amaro Cavalcanti foram marcados pela pandemia de febre espanhola, que se difundiu pelo mundo, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esta epidemia produziu uma das maiores taxas de mortalidade da história carioca, pois alcançou o saldo de quase 20 mil óbitos, disseminando o medo e o pânico na população, grave e amplamente atingida pela doença. Os recursos das Diretorias Gerais de Saúde e de Instrução Pública municipais foram mobilizados pelo prefeito, que convocou 21 médicos para prestar assistência à população e distribuir medicamentos em 22 postos de saúde das zonas urbana, suburbana e rural e nos 39 postos de emergência montados nas escolas municipais, que passaram a fornecer alimentação e medicamentos diariamente à população.

Na gestão do prefeito Amaro Cavalcanti Soares de Brito, José de Paiva Legey aposentou-se do cargo de chefe do Arquivo Geral, em 23 de novembro de 1917. Então, em 26 de novembro de 1917, o primeiro-oficial Francisco Agenor de Noronha Santos foi promovido efetivamente ao cargo de chefe efetivo desta repartição, função que como já foi assinalado, exercera interinamente, em vários períodos anteriores.²¹⁷

No primeiro Relatório²¹⁸ de Noronha Santos, como chefe efetivo do Arquivo Geral, ao diretor-geral de Estatística e Arquivo, foram reiteradas as solicitações de provimento de pessoal, apresentadas as atividades desenvolvidas e identificados os diversos objetos museológicos que estavam sob a guarda do órgão. Como dirigente do Arquivo Geral, Noronha Santos, com competência, vocação e dedicação, realizou um trabalho arquivístico extremamente valioso ao realizar um primeiro tratamento técnico sistemático nas fontes documentais arquivadas, estabelecendo as primeiras classificação e catalogação metódicas, e o primeiro arranjo documental, baseados em critérios arquivísticos modernos. Além do mais, o seu trabalho na direção do Arquivo Geral teve o mérito de divulgar a memória histórica do Rio de Janeiro, sobre a qual escreveu diversos trabalhos importantes, pois aproveitou a oportunidade de fácil acesso às fontes primárias ali arquivadas para se aprimorar nos ofícios de historiador e de geógrafo da cidade. Este aspecto da sua biografia foi reconhecido por instituições como o IHGB e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, dos quais foi membro, mesmo sem ter uma formação acadêmica formal, por falta de oportunidade.

Na direção do Arquivo Municipal, Noronha Santos desenvolveu diversas atividades que ultrapassaram, amplamente, as meras funções administrativas que lhe foram atribuídas, atuando como um competente arquivista e um profícuo historiador e geógrafo. Na sua longa gestão, entre 1917 e 1926, desenvolveu uma atividade arquivística extremamente produtiva e profícuca, marcando definitivamente a história da instituição ao promover o primeiro processo sistemático e metódico de tratamento técnico da documentação arquivada. Trabalhou árdua e tenazmente para identificar, classificar, catalogar, arranjar e restaurar o acervo documental da instituição, recuperando-o da dispersão e da desorganização em que se encontrava. Determinou a organização, a preparação e a edição dos primeiros catálogos dos documentos manuscritos e impressos e das plantas, mapas, desenhos e fotografias arquivados, implantando os primeiros instrumentos de pesquisa na extensa e densa massa documental arquivada. Desta forma, garantiu a preservação da documentação e o acesso dos especialistas e do público em geral às fontes documentais que constituem a memória histórica registrada da cidade. A produção e a edição destes catálogos agilizaram a divulgação e a consulta pública à documentação arquivada, que pode ser acessada com mais facilidade com o emprego daqueles instrumentos de busca.

Assim, administradores públicos, especialistas em história e geografia municipais, advogados, jornalistas e o público em geral passaram a ter um acesso ágil e organizado aos documentos arquivados, finalmente franqueados aos cidadãos cariocas e brasileiros. Desta forma, rompeu com a tradição de acesso restrito à documentação que até então dominava a *praxis* da instituição.

Durante a gestão de Noronha Santos, a divulgação da documentação arquivada transformou o Arquivo Geral em uma instituição de consulta obrigatória, apta tanto a esclarecer e a comprovar os direitos dos cidadãos cariocas, bem como a preservar a memória histórica da cidade, dos seus governantes e dos seus governados. Além disso, Noronha Santos trabalhou para capacitar o Arquivo Geral a informar e subsidiar as tomadas de decisão das autoridades governamentais, em relação a diversos aspectos da história e da administração do Rio de Janeiro, elucidando questões históricas e probatórias sobre os direitos territoriais, tributários e jurídicos da municipalidade e sobre inúmeros outros aspectos da história e da administração da cidade-capital.

Embora Noronha Santos não tenha conseguido publicar a obra fundamental, que esboçou durante toda a sua vida, sobre a História do Rio de Janeiro, deixou um legado de várias publicações importantes, de ampla abrangência sobre a história e a administração da cidade. Entre as suas obras sobressaem-se: *Coreografia do Distrito Federal*; *Meios de transporte no Rio de Janeiro*; *As freguesias do Rio antigo*; *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*; *Esboço histórico acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal*, *Indicador do Distrito Federal*, uma memória sobre os limites geográficos do Distrito Federal e inúmeros artigos e notas em diversos jornais e revistas.

Infelizmente, o arquivo dos documentos pessoais de Noronha Santos está depositado no IHGB, do qual foi membro efetivo, quando poderia ter sido doado ao Arquivo Geral da Cidade, que o custodiaria, por ser o órgão no qual por tantos anos ele exerceu suas atividades profissionais, com tanto mérito, denodo e competência. No final da sua vida profissional, Noronha Santos produziu um levantamento e um valioso fichário, composto por milhares de informações relevantes sobre os logradouros da cidade, seu histórico, sua localização, seus limites e as denominações que receberam. Estas informações, que compõem um grande fichário, foram elaboradas quando Noronha Santos integrou, já aposentado e bastante idoso, a Comissão de Logradouros Históricos da Cidade, vinculada ao Departamento de História e Documentação, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, na década de 1950. Atualmente, esse fichário sobre os logradouros da cidade encontra-se depositado no AGCRJ, esperando por um merecido tratamento técnico e historiográfico, pois fornece informações relevantes e muitas vezes inéditas sobre a história das ruas do Rio de Janeiro.

Os amplos e seguros conhecimentos de Noronha Santos sobre a cidade e a sua história o tornaram um consultor permanente dos sucessivos prefeitos do Distrito Federal, dos dirigentes e membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e dos primeiros diretores do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como Rodrigo de Mello Franco de Andrade, que recorreu, com frequência e assiduidade, aos pareceres de Noronha Santos para promover o tombamento de imóveis, monumentos e equipamentos de valor artístico e histórico na cidade do Rio de Janeiro. Para homenagear Noronha Santos, que tão relevantes serviços prestou à memória carioca, o auditório da sede do Arquivo Geral, na rua Amoroso Lima, depois de inaugurado, recebeu o nome do tão benemérito dirigente do órgão.

Em 1918, Noronha Santos, como chefe do Arquivo Geral, postulou, junto ao prefeito, a criação do cargo de cartógrafo para compor a equipe da repartição que dirigia. O seu objetivo, com a criação deste cargo, era dificultar a retirada, sem controle, de plantas e mapas do acervo arquivístico, pela Diretoria Geral de Obras e Viação, procedimento que, além de danificar a documentação, era responsável por constantes extravios e esfacelamentos dos conjuntos documentais arquivados.

Neste ano fatídico e trágico da história carioca, o número de funcionários do Arquivo Geral sofreu uma drástica redução, causada pelas mortes provocadas pela epidemia de gripe espanhola, que assolou a cidade. A redução da equipe de servidores efetivos agravou bastante as dificuldades enfrentadas pelo órgão para desempenhar suas amplas e complexas funções.

Amaro Cavalcanti ocupou a Prefeitura até 15 de novembro de 1918, quando se exonerou para assumir o cargo de ministro da Fazenda, na presidência de Rodrigues Alves, que fora reeleito para o Executivo federal. Porém, a Presidência da República foi exercida interinamente pelo vice-presidente, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, substituindo Rodrigues Alves, que não assumiu o cargo de presidente, pois estava doente, vítima da epidemia de gripe espanhola.

Em 16 de novembro de 1918, o diretor-geral de Instrução Pública, na gestão de Amaro Cavalcanti, Manoel Cícero Peregrino da Silva, foi nomeado prefeito interino do Distrito Federal pelo presidente da República em exercício, Delfim Moreira. O novo prefeito prestara relevantes serviços à população no enfrentamento da epidemia de gripe espanhola. Na sua carreira profissional, já fora diretor da Biblioteca Nacional e era membro do IHGB. Na sua curta gestão, Peregrino da Silva deu continuidade às obras do seu antecessor e reorganizou as finanças municipais, governando a cidade com apoio das classes populares e do funcionalismo público.

Ainda em novembro de 1918, para complicar ainda mais o intrincado processo político nacional, ocorreu uma tentativa dos anarquistas tomarem o poder no Distrito Federal. Esta insurreição ocorreu no contexto das agitações operárias, que haviam culminado na greve geral de 1917, na qual esta corrente ideológica teve uma participação destacada, especialmente por sua atuação nos sindicatos dos trabalhadores assalariados. Segundo o historiador Edgar Carone ²¹⁹, esta greve mobilizou 70 mil trabalhadores, de diversas categorias e profissões, na luta pela jornada de trabalho diário de oito horas.

Em 6 de janeiro de 1919, o Decreto Legislativo nº 2.074 ²²⁰, autorizou o prefeito Peregrino da Silva a reorganizar os serviços municipais a cargo da Prefeitura, da forma que melhor conviesse à administração municipal. O prefeito foi autorizado a alterar, modificar, criar ou suprimir cargos e serviços e estabelecer novas tabelas de vencimentos dos servidores municipais, desde que respeitasse os direitos adquiridos. Em 22 de janeiro de 1922, porém, Peregrino da Silva demitiu-se da Prefeitura, sem promover a referida reforma administrativa, pois em 16 de janeiro Rodrigues Alves falecera e o vice-presidente Delfim Moreira passou a ocupar efetivamente a Presidência da República.

Em 23 de janeiro de 1919, o presidente Delfim Moreira nomeou André Gustavo Paulo de Frontin para o cargo de prefeito do Distrito Federal. Ele foi o primeiro carioca a governar a cidade, desde a implantação da República. Engenheiro, empresário e professor da Escola Politécnica, da atual UFRJ, do Colégio Pedro II, e membro e presidente do Clube de Engenharia, Paulo de Frontin (1860-1933) destacara-se ao resolver o problema de abastecimento de água da cidade em seis dias, em 1889. Foi um dos fundadores da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, e um dos construtores das ferrovias Central do Brasil e Leopoldina, ligando a Capital Federal ao estado de Minas Gerais pela serra do Mar. Também foi editor da *Revista do Clube de Engenharia*.

Para assumir a Prefeitura, Paulo de Frontin renunciou a um mandato de oito anos como senador pelo Distrito Federal, para o qual fora eleito, pela segunda vez, em 11 de dezembro de 1917. De antemão sabia que a sua gestão como prefeito iria ser breve, pois o novo presidente da República, Epitácio da Silva Pessoa, que tomaria posse em julho de 1919, certamente nomearia outro prefeito para a Capital Federal.

No momento em que aceitou dirigir a Prefeitura do Distrito Federal, Paulo de Frontin, além de ser um próspero empresário, já era um político experiente, com grande influência eleitoral na cidade, controlando a maior parte da bancada dos intendentess municipais, filiados à Aliança Republicana, agremiação partidária que ele fundara, ao ingressar na vida política, e que continuava a liderar, com o objetivo de lutar pela maior autonomia do Distrito Federal.²²¹

Nas palavras de Oliveira Reis, [Frontin] “foi o prefeito de densidade máxima, porque nunca ninguém fez tanto em tão pouco tempo” ²²². Encontrou a Prefeitura em situação deficitária, endividada e em atraso com o pagamento dos seus funcionários. Sua solução para o problema foi cobrir as despesas de custeio com a

renda ordinária arrecadada e custear as obras que planejou com novos empréstimos, que seriam contabilizados na despesa ordinária futura.

Desta forma, evitou aumentar a arrecadação tributária municipal, onerando com a elevação de impostos as atividades econômicas desenvolvidas na cidade, mas por outro lado ampliou o endividamento da Prefeitura. O prefeito sabia que os aumentos de impostos seriam automaticamente transferidos pelos industriais e comerciantes para os consumidores, já bastante penalizados pela crise econômica decorrente do término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Procurou, com sua política financeira, minorar os estragos da crise sobre a população, fazendo grandes investimentos públicos. A fim de obter os recursos financeiros necessários para executar o seu ambicioso Plano de Obras, recorreu a um empréstimo de 10 milhões de dólares, denominado *City of Rio de Janeiro*, junto a banqueiros norte-americanos. O empréstimo foi obtido em 26 de maio e anunciado aos intendentess em 1º de junho de 1919.

Durante a sua breve gestão, Paulo de Frontin planejou e realizou um ousado e inovador programa de obras entre as quais se destacaram, na Zona Sul, o alargamento, a pavimentação, a iluminação elétrica e a reconstrução parcial da muralha da avenida Atlântica, destruída por uma ressaca, a construção da atual avenida Delfim Moreira, o prolongamento da avenida Vieira Souto até a avenida Niemeyer e a duplicação da sinuosa avenida. Construiu o canal de ligação da lagoa Rodrigo de Freitas com o oceano Atlântico e a ponte sobre ele. Reconstruiu os túneis da rua Alice e da rua Barão de Petrópolis, entre os bairros de Laranjeiras e do Rio Comprido, alargando e pavimentando as suas duas vias de acesso. Realizou o prolongamento da avenida Beira-Mar até o Calabouço. Ordenou a construção do cais da Urca, bairro que ainda estava em formação.

Na Zona Norte, prolongou a avenida Vinte e Oito de Setembro, em Vila Isabel, canalizou o rio Comprido e urbanizou as avenidas que o margeiam. Na inauguração destas obras o povo denominou a dupla avenida que margeia o canal de Paulo de Frontin, em homenagem ao empreendedor prefeito. Na região central, abriu o túnel João Ricardo, ligando a região portuária às proximidades da praça da República, remodelou o largo de Santo Cristo, na Gamboa, valorizando a antiga igreja matriz, situada no mesmo logradouro, promoveu vários melhoramentos nas ruas D. Manuel e no seu entorno e abriu a rua Alcindo Guanabara, ligando a rua Senador Dantas à Cinelândia, no final da avenida Rio Branco.

Concluiu o embelezamento do Jardim do Meyer, implantou a iluminação elétrica na ilha do Governador e em Campo Grande. Executou a construção da estrada ligando o Campo dos Afonsos à vila proletária de Marechal Hermes e da estrada do Poço das Pedras até Guaratiba. Ordenou a remodelação completa de várias estradas suburbanas e rurais e a desapropriação de terrenos e prédios em Campo Grande para a construção de um ramal de bondes elétricos, ligando este bairro a Guaratiba.

Coube a Paulo de Frontin, auxiliado pelos dois diretores-gerais de Instrução Pública que nomeou, Raul Faria, empossado em 27 de janeiro, e Raul Leitão da Cunha, empossado em 19 de julho, efetivar a ampla reforma educacional que fora aprovada pelo Conselho de Intendência, na gestão de Bento Ribeiro. Esta reforma no ensino primário municipal pretendia resolver o crônico problema da falta de vagas para as crianças nas escolas municipais, com a construção de 150 novas escolas, e a reforma e ampliação das já existentes. Enquanto essas escolas não estavam prontas, adotou medidas emergenciais para minorar os problemas educacionais da população em idade escolar.

Assim, maximizou e otimizou as instalações das escolas existentes e o tempo de trabalho das professoras adjuntas; implantou dois turnos nas escolas municipais; transferiu progressivamente as escolas de prédios alugados para públicos, passando a destinar os recursos gastos com seus aluguéis à construção das novas escolas; formou um fundo de custeio para a merenda e o vestuário de crianças pobres; e deflagrou uma vasta campanha de combate à verminose infanto-juvenil na rede escolar municipal. A seguir, iniciou a

construção das novas escolas, para aumentar a oferta de matrículas em 30 mil vagas. Em 25 de abril, através do Decreto nº 1.328²²³, alterou o programa do curso de magistério da Escola Normal, redistribuindo as diversas disciplinas que o constituíam pelos vários períodos letivos. Em 30 de maio de 1919, inaugurou o novo prédio da Escola Normal, no bairro de Estácio de Sá, apto a receber quase duas mil normalistas. Estabeleceu o quadro dos seus docentes efetivos e reorganizou as bases do ensino público municipal, pelo Decreto nº 1.360²²⁴, de 19 de julho de 1919, aumentando o número de vagas para professoras e reduzindo o acúmulo de professoras diplomadas sem escola. Melhorou o ensino e as instalações das escolas primárias da rede municipal e reduziu as despesas com os seus corpos docentes.

Planejou soluções para o destino a ser dado ao lixo produzido pela crescente população da cidade, realizando estudos para a trituração e a turbonação dos detritos e a posterior utilização industrial dos resíduos. Porém, não dispôs de tempo para realizar todos os seus planos. Pôde apenas reorganizar a Inspetoria de Limpeza Pública, repartição pública municipal encarregada da limpeza e higienização de logradouros, praias, rios, valas e galerias de águas pluviais e da coleta, remoção e descarga do lixo.

Buscou solucionar os problemas de assistência médica pública, reorganizando os serviços existentes, melhorando o Posto de Assistência da praça da República, atualmente denominado de Hospital Souza Aguiar, inaugurando o Posto de Assistência do Méier e consertando as ambulâncias, pois não havia condições financeiras na Prefeitura para importar novos veículos destinados ao transporte de pacientes graves.

Em Mensagem²²⁵ ao Conselho de Intendência Municipal, Paulo de Frontin solicitou um crédito especial de 5 mil contos de réis para a criação de um hospital-escola municipal, no qual o ensino da clínica médica seria ministrado aos acadêmicos da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. O projeto deste hospital ganhou o apoio da Comissão do Código Sanitário, órgão de órbita federal, que solicitou ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores a aprovação de créditos de quatro mil contos de réis para a sua construção.

Promoveu a criação de novas feiras de gêneros hortifrutigranjeiros para abastecer a cidade, planejou a criação de uma fazenda modelo na Zona Rural, que forneceria assistência técnica e social aos lavradores, regulamentou o reflorestamento sistemático das áreas desabitadas. Criou o ensino agrícola, reorganizou os serviços do Matadouro de Santa Cruz e do Entrepasto de Carnes Verdes de São Diogo, ambos subordinados à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública.

O seu mais ambicioso projeto era o arrasamento e o desmonte do morro do Castelo. Pretendeu levar o entulho do morro para aterrar uma vasta extensão lamacenta da baía de Guanabara, em São Cristóvão, com o objetivo de prolongar o cais do porto até a praia do Caju. Seu propósito com essa obra era impulsionar a crescente movimentação portuária e as atividades comerciais e industriais desenvolvidas no começo da avenida Rio Branco e na área em torno da praça Mauá. O desmonte do morro do Castelo, porém, somente começou nas gestões de seus sucessores na Prefeitura, iniciando-se no governo do engenheiro Carlos Sampaio.

Paulo de Frontin abriu um crédito extraordinário para as despesas com os trabalhos preliminares da participação do Distrito Federal nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Com essa medida pretendia garantir os recursos necessários para que o futuro prefeito pudesse executar as providências imprescindíveis para a organização dos eventos comemorativos, entre os quais se destacariam a montagem e a abertura da Exposição Internacional e a construção do pavilhão do Distrito Federal no megaevento.

Em termos administrativos, Paulo de Frontin procedeu a uma reorganização completa e abrangente das diretorias gerais de Obras e Viação, de Fazenda, do Patrimônio, de Higiene e Assistência Pública, de Instrução Pública e de Estatística e reformou diversos serviços da administração municipal, baixando vários decretos para estabelecer as suas novas funções e os seus novos regulamentos. Em 27 de fevereiro, criou o Serviço Geográfico e Geológico do Distrito Federal, órgão encarregado de levantar e mapear os acidentes geográficos,

a natureza do solo e os recursos minerais existentes no subsolo da cidade. Este serviço é o antepassado da atual Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro, subordinada à atual Secretaria de Obras e Conservação.

Em 19 de julho, o Decreto nº 1.361²²⁶ reorganizou a Secretaria do Gabinete, alterando o seu Regulamento. Em 22 de julho, o Decreto nº 1.371²²⁷ reorganizou os serviços de Estatística municipal, que foram instituídos como uma Diretoria Geral, subordinada imediatamente ao prefeito. Nomeou para dirigi-la o diretor-geral da extinta Diretoria de Estatística e Arquivo, Aureliano Gonçalves de Souza Portugal. Ainda em 22 de julho, o Decreto nº 1.372²²⁸, da Prefeitura, criou o Arquivo do Distrito Federal como uma repartição autônoma, baixando o seu novo Regulamento, que estipulou suas finalidades, atribuições e competências. Francisco Agenor de Noronha Santos, chefe de Seção do Archivo Geral, foi, então, nomeado diretor-arquivista do órgão recém-criado. Promoveu Oscar Rodrigues Dias da Cruz e Francisco Jorge Ferreira Leite, primeiros oficiais do Archivo Geral, a chefes das seções de Arquivo Histórico e de Arquivo Administrativo.

Este Decreto prestigiou o Arquivo Municipal, conferindo-lhe maior autonomia, aumentando a sua visibilidade pública e realçando o seu papel especializado na estrutura administrativa municipal. Este papel já fora reconhecido por prefeitos anteriores, como Souza Aguiar, que apontaram a necessidade deste Arquivo usufruir uma maior independência e ocupar uma posição mais destacada e visível na administração municipal. Portanto, a criação do Arquivo do Distrito Federal não foi um ato arbitrário do prefeito Paulo de Frontin, representando a efetivação de antigos propósitos que não puderam ser realizados por prefeitos anteriores. Esta promoção do papel do Arquivo atendeu mais às próprias necessidades da administração municipal, do que aos pleitos dos seus dirigentes e funcionários, que sempre a requisitaram para aprimorar seu funcionamento e sua organização.

O novo Regulamento, estabelecido pelo Decreto nº 1.372, incumbiu o Arquivo do Distrito Federal de organizar privativamente as fontes históricas da cidade, quer em relação aos fatos sociais e políticos, quer em relação aos documentos e papéis de origem administrativa. Determinou que todas as repartições municipais recolhessem regularmente ao Arquivo do Distrito Federal os processos ultimados e encerrados, decorridos dois anos do despacho final. Ordenou que os documentos de caráter geral fossem conservados, devidamente catalogados e inventariados por classes, de acordo com os processos já adotados pelo Arquivo, respeitando sua procedência e sua classificação original. Estipulou que o Arquivo do Distrito Federal conservasse, em classe especial, os documentos iconográficos e cartográficos da sua mapoteca, sistematicamente agrupados, bem como estampas, gravuras, desenhos, fotografias, moedas e medalhas e outros quaisquer objetos históricos e museológicos, destinados ao acervo do futuro Museu Histórico da Cidade. Determinou que o Arquivo do Distrito Federal também organizasse uma classe de livros impressos de interesse histórico, biográfico (*sic*) e econômico e também mantivesse em ordem os livros impressos, de caráter administrativo, particularmente aqueles referentes à legislação municipal. Encarregou o Arquivo do Distrito Federal de editar periodicamente uma publicação, na qual seriam reproduzidos extratos, índices e transcrições de documentos sob a sua guarda, além de estudos históricos de interesse da cidade, retomando a ideia de editar e publicar periodicamente a *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, suspensa desde 1897. Reafirmou que todos os documentos arquivados seriam marcados com a chancela institucional, vedando a retirada de qualquer documento original, depois de recolhido aos seus acervos arquivísticos, por qualquer autoridade, servidor ou cidadão, sob qualquer pretexto.

Esse Regulamento também baixou regras bastante restritivas para a consulta aos documentos arquivados, estabelecendo critérios rígidos sobre o seu manuseio, consulta e reprodução. Assim, a consulta aos documentos manuscritos e aos da mapoteca foi permitida apenas aos funcionários municipais que, em razão dos cargos que exerciam, precisassem de esclarecimentos para informar atos ou processos administrativos, mediante a

apresentação de uma requisição justificada dos chefes das suas respectivas repartições, dirigida ao diretor do Arquivo do Distrito Federal.

Aos munícipes a consulta aos documentos foi facultada, mediante autorização do prefeito, em resposta à petição justificada, mas delimitou que as consultas aos documentos arquivados poderiam ser feitas apenas em uma sala de consulta apropriada, aberta tanto aos funcionários municipais, como ao público em geral, sob a fiscalização de servidores do órgão. A consulta aos livros impressos do Arquivo do Distrito Federal também foi franqueada ao público, ainda que sujeita à mesma fiscalização exercida sobre os documentos e, desde que não comprometesse os serviços internos. Porém, o fornecimento de cópias de documentos e de informações em processos arquivados somente seria feito mediante despacho expresso do prefeito.

Assim, o Regulamento, baixado pelo Decreto nº 1.372, de 1919, manteve as antigas regras para a consulta à documentação arquivada, restringindo o acesso aos documentos manuscritos e impressos, porém não justificou as finalidades destas restrições de acesso. Estas severas restrições à consulta dos documentos e livros arquivados continuavam a refletir os princípios da política de sigilo do Estado português do Antigo Regime, demonstrando como antigas mentalidades persistem e sobrevivem ativas, em contextos transformados jurídica e politicamente.

Este Regulamento encarregou o Arquivo do Distrito Federal de criar uma oficina própria de encadernação, para restaurar e reparar os documentos que fossem suscetíveis de conserto, reunindo-os metodicamente em volumes codificados. Estabeleceu que os papéis de difícil leitura ou incompletos, quando se destinassem à encadernação, deveriam ser previamente copiados e autenticados, caso os originais precisassem de cuidados especiais, poupando as matrizes para não fossem mais danificadas no processo de encadernação.

O diretor-arquivista do órgão foi incumbido de entrar em contato com órgãos do governo federal para que fossem extraídas cópias autenticadas de registros e de autos existentes em cartórios ou repartições da União, relativos à história do Rio de Janeiro. Esta incumbência do diretor-arquivista, prevista em regimentos anteriores, pretendeu recuperar documentos referentes à história e à administração municipais que ainda não tivessem sido incorporados ou trasladados pelo Arquivo do Distrito Federal. O Regulamento de 1919 determinou, ainda, que as receitas do Arquivo do Distrito Federal fossem constituídas pela venda de impressos oficiais e da sua publicação periódica e pelos emolumentos arrecadados com a emissão das Certidões de documentos que fossem emitidas e despachadas pelo órgão. Estes emolumentos seriam estatuídos nas Leis Orçamentárias anuais do Distrito Federal.

Considerando as amplas competências do Arquivo do Distrito Federal, supõe-se que o órgão tenha mantido as suas duas divisões internas, uma Histórica e outra Administrativa, já que foi dotado de dois chefes de seção, mas o decreto não definiu a sua estrutura interna, porém, ela pode ser deduzida, com base na composição da sua equipe. Esta composição está expressa na tabela de vencimentos dos seus servidores, a seguir, relacionados: 1 diretor-arquivista, 2 chefes de seção, 2 primeiros oficiais, 4 segundos oficiais, 4 amanuenses, 8 escreventes, 1 fotógrafo, 2 desenhistas, 1 contínuo e 3 serventes. Este quadro funcional não incluiu o cartógrafo, que trabalhava no Archivo Geral e permaneceu lotado na recém-criada Diretoria Geral de Estatística.

Deste modo, a gestão de Paulo de Frontin dotou o Arquivo do Distrito Federal de uma maior autoridade, ao lhe conferir mais autonomia e visibilidade na estrutura administrativa da Prefeitura, e também atendeu a uma antiga demanda dos seus diretores, ao designar um maior quantitativo de servidores para integrar o quadro de pessoal do órgão.

Do mesmo modo, pelo Decreto nº 1.373 ²²⁹, Frontin reorganizou a Biblioteca Municipal, como uma repartição autônoma, dividida tecnicamente em duas seções: a primeira de Impressos e Cartas Geográficas e a segunda de Manuscritos, Iconografia, Numismática, Fotografia, Fonografia e Cinematografia. A equipe da Biblioteca Municipal foi dotada de um diretor-bibliotecário, dois chefes de seção, dois primeiros-oficiais,

dois segundos-oficiais, quatro amanuenses, doze praticantes, um encarregado de serviço ambulante, dois encadernadores, um porteiro, dois contínuos e seis serventes.

Porém, os métodos adotados por Paulo de Frontin para a contratação de servidores e empregados, baseados em critérios clientelistas, dominantes na política da época, foram muito criticados pelos seus opositores e pela imprensa carioca, pois o final da sua gestão foi marcado pelo aumento do número de contratações de servidores públicos e de operários pela Prefeitura e, conseqüentemente, pelo crescimento dos gastos públicos com pessoal. Estas contratações feitas pelo prefeito foram atribuídas, pelos seus adversários, às suas pretensões políticas de se candidatar novamente ao Congresso Nacional e, portanto, visaram atender às necessidades de aumentar a base político-eleitoral do prefeito, a fim de garantir sua reeleição. De fato, em 28 de julho de 1919, Paulo de Frontin demitiu-se da Prefeitura do Distrito Federal com o intuito de se candidatar ao cargo de deputado federal, para o qual foi eleito, tomando posse em novembro de 1920, para completar o período da legislatura em curso.

Em 29 de julho de 1919, o presidente da República, Epitácio da Silva Pessoa (1919-1922), nomeou o advogado Milcíades Mario de Sá Freire (1919-1920) para ocupar a direção da Prefeitura do Distrito Federal. Sá Freire era carioca, formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo. Já ocupara os cargos de intendente municipal, deputado federal e senador, possuindo uma grande experiência política. No mesmo dia de sua posse, nomeou, como seu secretário de Gabinete, Sílvio Pelico de Abreu.²³⁰ Sá Freire encontrou a Prefeitura endividada, com os pagamentos dos juros da dívida, das contas de fornecimento e dos vencimentos dos funcionários e operários municipais atrasados. Portanto, não dispôs de recursos orçamentários para continuar a realizar as grandes obras programadas por Paulo de Frontin e demandadas pelos empresários da construção civil e do setor imobiliário.

Por causa da situação deficitária dos cofres municipais, Sá Freire repeliu as diversas propostas que lhe foram apresentadas para dotar o Rio de Janeiro dos melhoramentos necessários ao prosseguimento da sua remodelação e modernização. As propostas de melhoramentos tinham o pretexto de preparar a cidade para a visita dos reis da Bélgica, em 1920, e para as comemorações do Centenário da Independência, em 1922.

Sá Freire, porém, sintonizado com a política de austeridade financeira adotada pelo presidente Epitácio da Silva Pessoa, instituiu uma política financeira de contenção sistemática de despesas, cortando os gastos públicos para reequilibrar o orçamento municipal. Assim, revogou os decretos de Paulo de Frontin referentes à reorganização das diretorias gerais e das repartições municipais que implicavam aumento do quantitativo de funcionários e dos respectivos vencimentos, pois tais reformas deveriam ser feitas com as verbas previstas no orçamento municipal que, entretanto, não foram destinadas a tais fins. Diante dos protestos que suas medidas provocaram entre os servidores municipais, o prefeito Sá Freire argumentou que as reformas propostas por Frontin eram inconstitucionais, já que as receitas ordinárias, provenientes da arrecadação de impostos e das rendas patrimoniais da municipalidade, não eram suficientes para cobrir as despesas que a criação dos novos cargos gerara.

Com efeito, o Decreto Executivo nº 1.388²³¹, de 31 de julho de 1919, revogou as alterações na estrutura administrativa da Prefeitura e as nomeações de funcionários municipais que ainda não tivessem tomado posse dos novos cargos criados, anulando os Decretos nº 1.369, 1.371 e 1.372, baixados pelo seu antecessor. Os funcionários municipais, já nomeados e empossados por meio daqueles Decretos, foram dispensados dos referidos cargos, que foram extintos. Remoções e promoções também foram revogadas. Estas severas medidas de cortes de despesas com pessoal foram adotadas em caráter emergencial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro da Prefeitura, meta prioritária do prefeito. Além disso, o prefeito atrasou o pagamento dos funcionários e operários municipais e dos empresários fornecedores da municipalidade.

Em Mensagem²³² ao Conselho de Intendência, em 2 de agosto de 1919, Sá Freire justificou a adoção daquelas drásticas medidas, acenando com a economia dos gastos públicos que, de outra forma, seriam

empregados no pagamento dos vencimentos dos funcionários. Porém, reconheceu a necessidade de reorganizar os serviços municipais de modo que eles pudessem atender melhor às exigências dos munícipes, mas que esta reorganização poderia ser realizada quando a Prefeitura conseguisse reequilibrar suas contas.

Em decorrência do Decreto nº 1.388, o Arquivo do Distrito Federal voltou para o âmbito da recriada Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, como uma mera seção. A posição do órgão na hierarquia administrativa municipal foi novamente rebaixada, fato que acarretou a redução da relativa autonomia administrativa, financeira e técnica recém-adquirida. O seu diretor-arquivista, Noronha Santos, teve sua nomeação anulada, em 16 de agosto de 1919, retornando ao cargo de chefe de seção. Também foram exonerados dos cargos de chefe de seção Oscar Rodrigues Dias da Cruz e Francisco Jorge Ferreira Leite, reintegrados aos cargos de primeiros-oficiais. Além disto, o Arquivo do Distrito Federal perdeu 3 amanuenses, 6 escreventes e 3 serventes, que foram exonerados dos seus cargos.

Durante sua gestão, Sá Freire revogou os Decretos que alteraram o funcionamento, o programa do curso e o quadro de professores da Escola Normal, restabelecendo o seu Regulamento anterior, de 1916. E solicitou autorização ao Conselho de Intendência para prosseguir no processo de transferência da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás para o governo federal, que assumiria os encargos com a maior parte da sua manutenção, provendo os recursos necessários ao funcionamento deste estabelecimento de ensino profissional.

Também, por meio da Diretoria de Obras e Viação, dirigida sucessivamente pelos engenheiros Cândido Alves Mourão do Vale e Otávio Moreira Pena, concluiu apenas as obras começadas por Paulo de Frontin que estavam bem adiantadas, priorizando aquelas cujas paralisações fossem contraindicadas financeira e tecnicamente, como a abertura do túnel João Ricardo, a conclusão das obras da avenida Paulo de Frontin, no Rio Comprido, e as reformas da avenida Atlântica, em Copacabana.

Apesar dos poucos recursos disponíveis, prosseguiu nos trabalhos de regulamentação dos alinhamentos de vários logradouros públicos. Complementou os trabalhos de abertura da praça Eugênio Jardim, em Copacabana, do prolongamento da rua Alice até a rua Almirante Alexandrino, em Santa Teresa, da abertura do túnel João Ricardo e dos seus acessos, na Gamboa, bem como finalizou as obras do cruzamento das ruas da Passagem e Álvaro Ramos, em Botafogo.

Sá Freire teve uma participação decisiva na Conferência de Limites Interestaduais, realizada durante o seu governo, na qual apresentou estudos aprofundados para comprovar os direitos territoriais do Distrito Federal, assegurando definitivamente que a municipalidade carioca incorporasse áreas de grande extensão ao seu território.

Na Mensagem ²³³ que dirigiu ao Conselho de Intendência, em 25 de maio de 1920, Sá Freire relembrou a crítica situação financeira da Prefeitura, herdada do seu antecessor, e denunciou as pressões que sua administração vinha sofrendo da imprensa e das empresas de construção civil e das incorporadoras imobiliárias, para promover os melhoramentos urbanos voltados para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, que se concentrariam no Distrito Federal. Estes setores empresariais reclamaram os melhoramentos e apresentaram várias propostas de intervenções urbanas, como a do engenheiro Fernando Adamczyk que se dispôs a realizar o arrasamento do morro do Castelo. O desmonte e a urbanização da área seriam feitos com os recursos de um empréstimo de 12 milhões de libras que sua empresa concederia à Prefeitura, em troca do direito de comercializar os terrenos abertos na esplanada que sucederia o arrasamento do morro.

Sá Freire, porém, recusou essa oferta e resistiu às pressões desses empresários e empreiteiros, que lhe apresentaram onerosas propostas, inviáveis de serem realizadas pela Prefeitura naquele momento. Denunciou também as pressões que sofria da grande imprensa para realizar as grandes obras sem ter recursos em caixa para custeá-las. Assim, por adotar uma política rigorosa de contenção de despesas, ao renunciar

inesperadamente ao cargo de prefeito, em 6 de junho de 1920, Sá Freire deixou ao seu sucessor saneada a situação financeira da Prefeitura, com um orçamento reequilibrado. Ele justificou a sua demissão da Prefeitura pela imposição do governo federal de transferir o Serviço de Higiene Pública municipal para a esfera do Departamento de Saúde Pública, órgão federal, então dirigido pelo médico e cientista Carlos Chagas. Esta transferência foi mal recebida pelo prefeito que a considerou como mais um ataque do governo federal à autonomia municipal. Além de reclamar de que esta transferência reduziria a arrecadação do Distrito Federal, Sá Freire afirmou que ela fora feita de forma arbitrária, sem consulta prévia à Prefeitura.

De fato, o Departamento de Saúde Pública, órgão do governo federal, que já detinha poderes para realizar inspeções sanitárias domiciliares, estipular os critérios para as edificações e estabelecer multas para os descumprimentos das suas regulamentações no Distrito Federal, após incorporar o Serviço de Higiene Pública municipal, passou a absorver as suas funções e as suas fontes de receita, arrecadadas anteriormente pelo governo distrital.

Entretanto, as verdadeiras razões da demissão do prefeito não foram esclarecidas, mas há especulações que a relacionam à sua persistente oposição a Paulo de Frontin, à sua obstinada resistência ao monopólio da *Light and Power*, exigindo que essa empresa cumprisse as cláusulas contratuais da concessão telefônica que recebera da Prefeitura, e à oposição da Associação Comercial a criação de um imposto sobre as exportações que o prefeito apresentara como Projeto de Lei ao Conselho de Intendência.

Um dado pitoresco do governo de Sá Freire expressou-se na promulgação do Decreto nº 2.128²³⁴, de 25 de agosto de 1919. Este Decreto criou o imposto de um conto de réis para os anúncios, placas, letreiros e tabuletas, cujos dizeres se compusessem de vocábulos em idioma estrangeiro. O referido Decreto isentou do imposto apenas os anúncios, placas, letreiros e tabuletas que traduzissem para o vernáculo os vocábulos estrangeiros, em letras maiores, ou os vocábulos que fossem nomes próprios e intraduzíveis. Não é de hoje que são tomadas medidas legais para proteger o emprego e a preservação do idioma nacional da influência estrangeira!

Todavia, as posições nacionalistas e a austeridade financeira, defendidas por Sá Freire durante a sua gestão na Prefeitura, não conseguiram impedir que, durante a década de 1920, a modernização e o cosmopolitismo do Rio de Janeiro continuassem a se desenvolver em ritmo acelerado, através da importação de equipamentos, tecnologias, produtos, ideias e modismos estrangeiros, que desembarcavam incessantemente no porto e no aeroporto da cidade.

Ao mesmo tempo, a nova ordem urbana agravou as já desfavoráveis condições de vida das camadas populares da cidade, propiciando o crescimento dos movimentos de oposição ao governo. Estes movimentos assumiram um caráter reformista, denunciando o caráter oligárquico do regime vigente, a corrupção eleitoral, a falta de autonomia do Distrito Federal, a precariedade dos serviços públicos e as limitações que grandes contingentes da população urbana sofriam para exercer sua cidadania, por serem excluídos desses processos, em razão das políticas elitistas e tecnicistas adotadas pela elite dirigente, tanto na Prefeitura da cidade, quanto no governo federal, caudatárias dos interesses dos grandes empresários nacionais e estrangeiros. Nesta época, a administração do Distrito Federal, complexa e multifacetada, permanecia partilhada entre órgãos federais e municipais, sofrendo demandas e pressões de todos os setores da sociedade carioca, como os administradores, os empresários, os políticos, as classes médias e os trabalhadores assalariados.

A população urbana exigia a ampliação das redes públicas de hospitais, de escolas e de outros serviços urbanos, como os de fornecimento de gás, de eletricidade e de telefonia, que eram concedidos às grandes empresas estrangeiras pela Prefeitura e pelo governo da União, mas não atendiam às crescentes demandas dos cidadãos. Nesta época, a empresa *Ligth and Power* detinha o monopólio do fornecimento de eletricidade, de telefonia, de gás encanado e dos sistemas de transporte de massa, como os trens e os bondes.

A superposição de competências e funções administrativas, resultantes da concentração de poderes no território da cidade, transformaram o Rio de Janeiro no centro político, administrativo e econômico do país, porém, submeteu a municipalidade e os cidadãos cariocas a uma duplicidade de jurisdições e de poderes que provocaram crescentes desentendimentos dos munícipes e das autoridades municipais com o governo federal, em torno das questões da autonomia do Distrito Federal e da responsabilidade de cada nível de governo na prestação dos serviços públicos à população. Estes desentendimentos agravavam-se, especialmente, quando ocorriam transferências de atribuições de órgãos municipais para federais, como aconteceu com os serviços de saúde, durante a gestão de Sá Freire. Ou, quando o governo federal intervinha na organização administrativa do Distrito Federal ou atrasava ou negava o repasse de recursos e verbas que a cidade tinha o direito de receber da União como ente federativo.

Portanto, as relações institucionais entre os poderes municipais e federais eram marcadas por frequentes confrontos na correlação de forças entre as diversas agências públicas. Estes confrontos eram gerados pela indefinição dos seus papéis no funcionamento administrativo da cidade e pela ambiguidade nas áreas de articulação das competências dos diversos órgãos municipais e federais que, superpostos, prestavam mal os mesmos serviços à população carioca, em função do entrelaçamento e da superposição de poderes que havia entre os dois níveis de governo que coexistiam no Distrito Federal.

No nível local, os conflitos de atribuições administrativas se expressavam nas relações entre os prefeitos, nomeados pelos presidentes da República, e os intendentess, eleitos pela população. Estes últimos questionavam a quem competia o exercício de determinada função ou quem deveria prestar tal ou qual serviço à população. A superposição dos órgãos federais aos municipais resultava numa grande indeterminação de papéis, fato que comprometia, de forma geral, o funcionamento eficaz dos serviços públicos existentes na cidade.

A legislação vigente referente ao Distrito Federal mantinha o estatuto jurídico especial e ambíguo que colocava a cidade-capital em uma posição indefinida e atípica na federação, não possibilitando a formação de uma estrutura administrativa local capaz de sustentar a expansão dos serviços públicos, necessários ao atendimento das demandas da sua população em acelerado crescimento, nem responsabilizava o governo federal pela encampação e funcionamento eficaz destes serviços.

O resultado desta situação foi uma ambiguidade intencional na tomada das decisões que produzia uma inoperância e uma inconsistência estrutural na prestação de serviços básicos à população. Esta ambiguidade dificultou o funcionamento da administração do Distrito Federal e obstruiu o desenvolvimento de um planejamento urbano de longo prazo, pois a autonomia da Prefeitura era bastante limitada pela presença e pela atuação de instâncias centrais do governo federal, estabelecidas no território da cidade. A maior parte dos serviços públicos urbanos era regulamentada por leis federais, que normatizaram desde o saneamento, a assistência médica e o sistema escolar, até os tribunais e a Polícia do Distrito Federal, cujos chefes continuaram a ser nomeados pelos presidentes da República e se dirigiam diretamente a eles, desconsiderando a autoridade dos prefeitos. De um lado, esta interferência permanente da União subordinou os assuntos municipais aos federais, fazendo com que os problemas locais ganhassem uma repercussão nacional e permitindo que as autoridades federais interviessem diretamente nos acontecimentos municipais, se sobrepondo, muitas vezes, à administração distrital. De outro, a interferência federal nacionalizava os problemas locais, transformando a cidade numa “caixa de ressonância”, cujos “ecos” repercutiam por todo o país.

No entanto, alguns prefeitos do Distrito Federal, na República das oligarquias e dos coronéis, não se submeteram apenas aos poderes federais. Agiram, com frequência, como autênticos representantes das grandes corporações internacionais, concessionárias monopolistas de serviços públicos e coautoras das políticas de urbanização da cidade, como era o caso da *Ligth and Power*. Prefeitos, como Paulo de Frontin e Carlos Sampaio por exemplo, muitas vezes, assumiram a defesa dos interesses dessas corporações, pois mantiveram relações políticas, empregatícias e financeiras com elas, em detrimento dos prejuízos que elas

causavam aos munícipes que os prefeitos deveriam representar. O monopólio que as corporações transnacionais exerceram sobre vários serviços públicos, dos quais eram concessionárias, lhes permitiu manter baixos os seus investimentos na expansão e no melhoramento dos serviços prestados à população, estabelecer altos valores das tarifas e aferir imensos lucros, pois dominaram com exclusividade o mercado de fornecimento de luz, força, telefone, água, esgotamento sanitário e gás encanado e controlavam os sistemas de transportes coletivos da cidade-capital.

A vida cotidiana do Rio de Janeiro, nos anos 1920, foi marcada pela introdução de inúmeras inovações no comportamento, na moda e nos valores dos cariocas, especialmente nos das elites e das classes médias, que se tornaram fortemente influenciadas pelo *american way of life*. O Brasil e, em consequência, o Rio de Janeiro, passou da órbita da influência francesa e inglesa para a dos Estados Unidos, potência emergente, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

No começo da década de 1920, a cidade do Rio de Janeiro passou por um novo processo de urbanização, de modernização e de expansão urbana, ingressando em um terceiro ciclo da Regeneração. Nesta década, a cidade já se tornara uma metrópole, desempenhando um destacado papel na economia nacional, pois se constituiu no principal centro portuário importador, industrial, comercial e financeiro do país. Na cidade-capital desenvolveu-se uma variada gama de atividades econômicas, realizadas através de uma vasta rede de bancos, da bolsa de valores, de um dinâmico parque industrial, de grandes empresas comerciais nacionais e estrangeiras, voltadas para a importação e exportação, e de corporações monopolistas, concessionárias de serviços públicos, como a *Light and Power Company Limited*.

Estas empresas concessionárias dos serviços públicos ditaram o ritmo, a direção e os objetivos do processo de urbanização da cidade, desde a segunda década do século XX, consolidando o seu monopólio no começo dos anos 1920, quando aquele processo se acelerou e se dinamizou. Portanto, o urbanismo modernizador, que se desenvolveu no Rio de Janeiro nos anos 1920, serviu prioritariamente aos interesses das grandes corporações empresariais privadas, geralmente estrangeiras, concessionárias e fornecedoras de eletricidade, gás, telefonia e controladoras dos sistemas de transportes coletivos à população, monopolizando a prestação destes serviços. A *Light and Power Company Limited* destacou-se entre as grandes empresas que atuaram na cidade por, gradualmente, passar a controlar com exclusividade a geração e o fornecimento de eletricidade e de gás, a instalação e o funcionamento da iluminação pública e particular, a instalação e a manutenção das linhas telefônicas e a implantação e a operação das empresas de bondes, que interligavam os bairros das diversas regiões da cidade, através da aquisição das empresas concorrentes. Estas grandes companhias nacionais e estrangeiras, sediadas no Rio de Janeiro, foram responsáveis pela expansão da ocupação do território urbano e pelo assentamento das levas de imigrantes, que passaram a integrar a população urbana nos novos bairros que surgiram nas periferias e nos subúrbios da cidade.

Nos bairros suburbanos do Engenho Novo, Méier, Inhaúma e Irajá e da Zona Norte, como Tijuca, Andaraí, Aldeia Campista e Vila Isabel, estabeleceram-se diversas empresas industriais, em torno das quais vilas e moradias populares foram construídas para instalar os trabalhadores. Essas fábricas impunham até 18 horas de trabalho diário aos operários, em troca de salários de cinco mil réis, pois não havia legislação que regulamentasse a organização do trabalho, nem protegesse os trabalhadores da ganância dos empresários. O governo brasileiro não intervinha na regulamentação do trabalho, na implantação da jornada de oito horas nem na proteção e assistência das massas trabalhadoras. Somente intervinha nos conflitos entre empresários e empregados para reprimir violentamente as manifestações e lutas dos trabalhadores, seguindo ao pé da letra a cartilha do *laissez-faire* e do estado-polícia do liberalismo.

A Prefeitura do Distrito Federal, por sua vez, adotou o modelo liberal vigente no governo federal, não interferindo nas relações entre empregadores e empregados, acatando uma política de não intervenção nas atividades desenvolvidas pelas grandes empresas privadas nacionais e internacionais

A sucessão de Wenceslau Brás foi mais tranquila, com base na aliança entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. A eleição de 15 de novembro de 1918 foi vencida pela chapa de Rodrigues Alves, para presidente, e Delfim Moreira, para vice-presidente. Mas o presidente não chegou a tomar posse, pois faleceu, vítima da gripe espanhola, em 1919. Delfim Moreira assumiu interinamente a Presidência e convocou novas eleições. Estas eleições foram marcadas pelo lançamento da candidatura de Rui Barbosa por Nilo Peçanha, desencadeando a segunda campanha civilista. Esta campanha foi rechaçada pela oligarquia paulista do PRP e dos grandes estados. O PRM indicou o nome do paraibano Epitácio da Silva Pessoa, buscando apresentar um nome de consenso.

Portanto, a eleição de Epitácio Pessoa (1919-1922) foi resultado de um acordo entre os dois blocos oligárquicos que disputavam o poder central. Logo depois de empossado, Artur Bernardes se declarou livre de influências partidárias, mas logo entrou em conflito com as oligarquias dos estados mais poderosos e com os militares. O fim da I Guerra Mundial resultou numa forte crise econômica, que alcançou o auge em 1920. A alta da inflação e do custo de vida provocou greves operárias no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Recife e Salvador. O movimento operário foi sufocado com a promulgação da Lei de Repressão ao Anarquismo. As Forças Armadas radicalizaram a situação lançando Hermes da Fonseca como candidato presidencial. A campanha sucessória, que alimentou a oposição dos militares ao presidente, deflagrou o movimento dos “tenentes”, com a revolta do forte de Copacabana. O presidente decretou o estado de sítio e a campanha sucessória foi marcada pela disputa entre as candidaturas de Artur Bernardes, oficial, e a oposicionista, de Nilo Peçanha, apoiada pela Reação Republicana.

Em 7 de junho de 1920, o presidente Epitácio Pessoa nomeou o novo prefeito do Distrito Federal, Carlos César de Oliveira Sampaio,²³⁵ engenheiro, empresário e professor da Escola Politécnica de Engenharia. Ele foi o terceiro carioca a ocupar a Prefeitura do Distrito Federal.

A trajetória profissional de Carlos Sampaio, como engenheiro e empresário, era profundamente relacionada à de Paulo de Frontin. De fato, a nomeação de Carlos Sampaio sinalizou uma aproximação entre o presidente da República e a Aliança Republicana, grupo político do ex-prefeito que dominava eleitoralmente a cidade-capital, demonstrando um reconhecimento da sua influência política no Distrito Federal. As estreitas relações do novo prefeito com Paulo de Frontin remontam à fundação da Empresa de Melhoramentos do Brasil, em 1890, na época do Encilhamento. Frontin presidiu essa empresa, com o aval do Clube de Engenharia e do mundo de negócios da cidade-capital. Carlos Sampaio foi membro da diretoria desta empresa, junto com o engenheiro Luís Viera Souto.

Participou ativamente das obras de desmonte do morro do Senado, de aterramento da região entre o morro de São Diogo e as ilhas dos Melões e das Moças, em São Cristóvão, da criação da Empresa de Arrasamento do Morro do Castelo, fundada em 1891, do contrato estabelecido com o Conselho Municipal para a demolição do cortiço Cabeça de Porco, tendo projetado a urbanização da área do morro do Livramento, com a abertura do túnel da rua João Ricardo, em 1892, ambos os fatos ocorridos na gestão do prefeito Barata Ribeiro. Portanto, fazia parte do seleto grupo dos engenheiros que partilhavam uma mesma formação profissional e ideológica, participaram das mesmas empresas privadas nacionais e estrangeiras que receberam concessões públicas, faziam contratos e colaboravam com os poderes públicos. Este grupo de engenheiros, formado por nomes como os de Alfredo Conrado Niemeyer, Luís Rafael Vieira Souto, Cândido Gaffré, Eduardo Guinle, Francisco Bicalho, Texeira Soares, Paulo de Frontin, além do próprio Carlos Sampaio, também ocupou altos cargos nas estruturas administrativas tanto na esfera federal, quanto na distrital.

Carlos Sampaio, antes de assumir a Prefeitura do Distrito Federal, articulou a instalação da empresa canadense *The Rio de Janeiro Tramway Ligth and Power Company Limited* e presidiu a Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, empresa que integrava os empreendimentos da Empresa de Melhoramentos do Brasil, em substituição a Paulo de Frontin, que passou a presidir a Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi

vice-presidente e membro do conselho de administração da *Brazil Railway*, empresa que fez parte do império que o empresário norte-americano Percival Farquhar construiu na América do Sul. Presidiu a *Compagnie du Port de Rio de Janeiro*, em 1910, quando a empresa ganhou a concessão de administrar o porto, planejando as operações que resultaram nas obras de conclusão da infraestrutura portuária da cidade e esteve ligado ao projeto de Farquhar de implantar uma siderúrgica no Brasil.

Como os engenheiros-empresários acima mencionados, Carlos Sampaio, ao se tornar prefeito, estava interessado em prosseguir com a remodelação, o embelezamento, o reaparelhamento da cidade, a ampliação das suas redes de abastecimento, de produção, de transportes e o direcionamento das políticas de assentamento da população nas áreas periféricas e suburbanas, para onde foi dirigida à expansão da urbe. Por isto, a abordagem das políticas urbanas adotada pelo seu governo representou uma retomada das políticas implantadas pela primeira geração republicana, no primeiro e no segundo ciclo da Regeneração. Não é de surpreender, portanto, que as primeiras declarações de Carlos Sampaio, na Prefeitura do Distrito Federal, tenham sido favoráveis à realização das radicais intervenções urbanas pleiteadas pelos empresários do ramo imobiliário e da construção civil. Estas intervenções foram justificadas pela necessidade de modernizar a cidade para a visita dos reis belgas, em 1920, e para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Assim, apesar da precariedade das condições financeiras da Fazenda municipal e da exiguidade de tempo disponível para executar as obras, o prefeito se propôs a realizar um amplo programa de remodelação, de embelezamento e modernização no Rio de Janeiro.

De fato, Carlos Sampaio, como representante dos grupos empresariais interessados na reurbanização da cidade-capital, se propôs a realizar as obras mesmo tendo encontrado o erário municipal em déficit e endividado. Adotou, como solução para os problemas financeiros da Prefeitura, a tomada de novos empréstimos e, conseqüentemente, o aumento do seu endividamento, retomando as propostas financeiras do seu amigo e sócio, o empresário Paulo de Frontin, quando exerceu a Prefeitura.

Certamente, Carlos Sampaio contou com o apoio do presidente Epitácio Pessoa para o seu ambicioso programa de obras. O presidente da República resolvera transformar as comemorações do Centenário da Independência do Brasil no grande marco do seu governo, apesar dos indicadores macroeconômicos apontarem para uma profunda recessão econômica em escala mundial, processo que reduziu a capacidade dos governos do Distrito Federal e do Brasil de obter novos empréstimos externos.

O novo alcaide, conquanto reunisse conhecimentos aprofundados sobre os problemas da cidade e sobre os diversos ramos da Engenharia, não dispensou a presença na sua equipe do empresário e professor na Escola Politécnica, Luís Rafael Vieira Souto, com o qual já havia trabalhado na demolição do morro do Senado, pela Empresa de Melhoramentos do Brasil, da qual ambos eram sócios. Viera Souto foi nomeado consultor técnico dos projetos de urbanização da Prefeitura.²³⁶ Outros nomeados por Carlos Sampaio foram, os diretores-gerais de Estatística e Arquivo, de Fazenda, de Patrimônio, de Instrução Pública, de Higiene e Assistência Pública, e de Obras e Viação. Esta última Diretoria Geral foi dirigida sucessivamente pelos engenheiros Alfredo Conrado de Niemeyer e José Dias Cupertino Durão. No dia 10 de junho, nomeou Manoel de Mattos Duarte Silva para exercer, interinamente, o cargo de seu secretário, em substituição a Sílvio Pelico de Abreu, que se exonerou no dia da sua posse.²³⁷

Com sua equipe montada, o prefeito deu início às obras que marcaram seu governo, conseguindo imprimir uma radical mudança não apenas no Executivo municipal, mas em grande parte do espaço urbano. O seu principal projeto foi o arrasamento e a demolição dos morros que cercavam o centro da cidade, especialmente o do Castelo. Este projeto foi justificado com base em argumentos já ultrapassados dos higienistas, que para combater as epidemias que atingiam os cariocas, era preciso derrubar os morros que impediam a “ventilação da cidade, propagando a emanção de gases deletérios e dos miasmas” que

prejudicariam a saúde da população e afastariam da cidade os turistas e visitantes esperados para os festejos programados para 1920 e 1922.

Entretanto, antes de começar o arrasamento do morro do Castelo, propôs a erradicação dos casebres e cortiços que se ergueram no morro, com o pretexto de melhorar as condições sanitárias e higiênicas dos seus habitantes. Seus argumentos mal conseguiram encobrir os interesses das grandes empresas imobiliárias e de prestação de serviços às quais estava ligado, que precisavam remover os pobres daquela área nobre da cidade e pretendiam comprar e especular com o valor daqueles terrenos, depois da demolição do morro e da reurbanização do seu entorno.

De fato, a gestão de Carlos Sampaio centrou-se numa política de urbanização marcadamente excludente em relação às camadas populares e de acentuado controle social, reprimindo a deambulação de pobres e mendigos pelas ruas centrais da cidade, demolindo as moradias coletivas, removendo as classes populares que nelas viviam e destruindo os últimos vestígios da cidade colonial que ainda sobreviviam nas proximidades da área central remodelada. Praticou uma política urbana discriminatória e antidemocrática, pois estava imbuído da mentalidade cientificista, tecnicista e positivista que imperava nos círculos dominantes da sociedade carioca. Por isso, proibiu e reprimiu os antigos costumes e as festas tradicionais das camadas populares, nas quais estavam misturados os elementos lusitanos com os africanos, que constituíram a complexa herança multicultural da cidade. Entretanto, o prefeito deparou-se com uma tenaz resistência da população, especialmente das camadas populares, que lutaram para preservar a sua memória e as suas práticas culturais tradicionais, como a festa de Nossa Senhora da Penha, os cordões carnavalescos e os batuques e rodas de samba. Apesar da resistência popular, na gestão de Carlos Sampaio, a Regeneração chegou ao seu apogeu, com a retomada das intervenções urbanísticas em diversos pontos da cidade.

A modernização urbana, empreendida de forma acelerada pela Prefeitura, promovendo a limpeza e desobstrução de logradouros, a criação de jardins na orla marítima, as demolições, os aterros e alargamentos na região central da cidade, usou como pretexto a necessidade de preparar o Rio de Janeiro para receber a visita do rei Alberto e da rainha Elizabeth da Bélgica, em setembro de 1920. Nesta data, o prefeito Carlos Sampaio foi o anfitrião dos ilustres visitantes, que foram alvo de inúmeras homenagens, recepções e banquetes organizados pela Prefeitura, pelo Conselho de Intendência e pelo governo federal. O rei Alberto participou da cerimônia de inauguração da Universidade do Brasil, atual UFRJ, na qual recebeu o título de *doutor honoris causa*.

Depois da partida dos reis belgas, em outubro de 1920, o prefeito concentrou seus esforços na realização dos seus principais projetos de governo. O primeiro era o desmonte e a retirada do entulho do morro do Castelo, empreendimento que Carlos Sampaio defendia publicamente, desde 1891, quando se envolveu com a criação da empresa fundada com este objetivo. O segundo, a preparação e a montagem da Exposição Internacional, comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, prevista para 1922, trabalhos que dirigiu pessoalmente.

Depois de vetar o Decreto nº 1.451²³⁸, do Conselho de Intendência, que concedera ao empresário Fernando Adamczyk o direito de realizar as obras de desmonte do morro do Castelo e de reurbanizar a área e o seu entorno, o prefeito incumbiu o engenheiro Alfredo Duarte Ribeiro de executá-las, juntamente com a Diretoria Geral de Obras e Viação da Prefeitura. As obras começaram em novembro de 1920, empregando uma velha escavadeira e algumas carroças puxadas a burros que, diariamente levavam o entulho até a praia de Santa Luzia, onde era despejado para constituir um aterro, que iria da ponta do Calabouço até a ponta do Russel. O desmonte do Castelo foi realizado com base em estudos, planos e orçamentos, elaborados desde 1875-76, atualizados para a execução das obras em 1920.

Ainda em novembro de 1920, depois de obter as licenças dos Ministérios da Marinha, da Fazenda e de Viação e Obras, de indenizar os proprietários dos imóveis do morro do Castelo e de conseguir a aprovação

do cardeal Arcoverde, então bispo da arquidiocese do Rio de Janeiro, para a derrubada da catedral de São Sebastião e da igreja e do colégio dos jesuítas, começou a demolição dos primeiros 470 prédios desapropriados, cujos moradores foram removidos e alojados em abrigos provisórios. Ao promover a demolição do morro do Castelo, o prefeito não levou em conta os eloquentes apelos de vários jornais e de muitas personalidades cariocas e nacionais, reconhecidas e consagradas no meio cultural, como Lima Barreto, João do Rio e Monteiro Lobato, para que fosse poupado aquele segundo berço histórico da cidade, onde fora erguido um rico patrimônio histórico e cultural e se constituiu em um “lugar de memória” da cidade e do país .

Porém, o fato complicador para a manutenção do morro, do ponto de vista da Prefeitura e das classes burguesas da cidade, não era a destruição deste patrimônio, mas a grande pobreza dos seus moradores, na maioria constituídos por trabalhadores ambulantes, biscateiros e prestadores de serviços, geralmente negros ou mestiços. A pobreza dos habitantes do morro do Castelo foi encarada pelo governo municipal e pela burguesia como uma degradação do ambiente urbanizado, saneado e embelezado da região central da cidade, especialmente da avenida Rio Branco que, desde o primeiro ciclo da Regeneração, assumira ares afrancesados e funcionava como cartão de visita da Capital Federal.

No morro do Castelo repetira-se o fenômeno social que já ocorrera, desde o último quartel do século XIX, na área central da cidade: os velhos casarões sobreviventes haviam se transformado em habitações coletivas. Após o primeiro ciclo da Regeneração, muitas pessoas das camadas populares transferiram-se para o outeiro do Castelo, porque não podiam pagar os altos aluguéis das novas edificações da área remodelada. Quando se instalaram no morro, estas pessoas foram morar em cortiços, cabeças de porco e até em periclitantes barracos, erguidos nas suas íngremes encostas. Para lá transferiram suas famílias, seus poucos bens materiais, mas também os seus tradicionais costumes e suas manifestações religiosas e artísticas, que mesclavam elementos culturais afro-brasileiros nas cerimônias religiosas, nas festas, nos batuques e no carnaval, quando organizavam o entrudo e os cordões que desciam pelas ladeiras do outeiro e alcançavam as ruas e avenidas do centro da cidade. Essas manifestações culturais eram vistas com extremo preconceito pelo poder público e pelas elites cariocas.

Assim, apesar dos protestos dos habitantes do morro do Castelo e da oposição de setores mais progressistas da imprensa e da intelectualidade, Carlos Sampaio, dando continuidade às práticas segregacionistas, adotadas desde o começo da *Belle Époque* tropical, empenhou-se diretamente no desmonte do morro do Castelo, sob a alegação de que ele constituía “um obstáculo à ventilação e ao saneamento da cidade”, reiterando os ultrapassados argumentos dos higienistas. O motivo real da demolição era que a existência do morro impedia a expansão dos grandes empreendimentos imobiliários na região central da urbe.

Para levar a cabo o desmonte do Castelo, o prefeito conseguiu um empréstimo de 30 mil contos de réis junto ao Banco Holandês. A seguir, contratou a empresa Teixeira Soares & Companhia para realizar as obras de arrasamento e de transporte da terra retirada do morro. Esta empresa era de propriedade do engenheiro João Teixeira Soares, ex-presidente do Clube de Engenharia e empresário da mesma geração de Sampaio. O contrato entre a Soares & Cia e a Prefeitura foi oficializado pelo Decreto nº 1.550, de 2 de maio de 1921.²³⁹

Em setembro de 1921, a Prefeitura assinou um contrato com o empreiteiro João Victorio Pareto para a construção de pequenos prédios destinados à residência dos moradores despejados do morro, na Tijuca ou na Glória. Esta medida foi tomada para arrefecer os protestos dos moradores sumariamente despojados dos seus lares, pela derrubada do monte. É provável que uma parte dessas moradias tenha sido construída na rua Pareto, na Tijuca, onde ainda hoje existe uma vila de casas populares. A baixa qualidade e a quantidade insuficiente das casas construídas provocaram novos protestos dos antigos moradores do Castelo. Estes protestos, porém, foram ignorados pelo prefeito, preocupado com os aspectos técnicos e financeiros das obras.

Entretanto, mesmo depois da contratação da empresa Soares & Cia, a demolição continuou a ser feita por um método muito lento e demorado. Por isto, em outubro de 1921, o prefeito rompeu o contrato com a empresa Soares & Cia, obteve um novo empréstimo com os banqueiros norte-americanos Dillon & Read e contratou a empresa Kennedy & Co, por meio Decreto nº 1.647 A ²⁴⁰, para prosseguir com as obras, acelerando, assim, o seu ritmo. Esta empresa passou a empregar um moderno sistema de mangueiras hidráulicas, movidas por potentes bombas elétricas, que lançavam fortes jatos de água na terra, transformando o entulho em lama. O transporte do entulho do morro do Castelo passou a ser feito por 50 vagões basculantes, puxados por seis locomotivas a vapor, que continuaram a lançar os detritos na baía de Guanabara, em frente à rua Santa Luzia, próximo à ponta do Calabouço.

Deste modo, uma grande parte do morro do Castelo já havia sido arrasada em janeiro de 1922, dando lugar a imensa esplanada vazia, para a qual o prefeito elaborou um detalhado e grandioso plano de urbanização, pois a área foi incorporada ao patrimônio municipal, com o valor estimado de 20 mil contos de réis. A seguir, começou a construção dos monumentais pavilhões e palácios da Exposição Internacional de Comemoração do Centenário da Independência do Brasil, no prazo exíguo que ainda restava, até a data de inauguração do grande evento, cuja Comissão Organizadora presidiu. Estes fatos demonstram a interdependência que se estabeleceu entre esses dois grandes empreendimentos que foram projetados e supervisionados diretamente pelo prefeito.

Apesar da tecnologia mais moderna adotada por Carlos Sampaio, as obras de arrasamento e urbanização do morro do Castelo não foram concluídas até o final da sua gestão, ainda que se tenham tornado irreversíveis para os prefeitos que o sucederam. Com as terras provenientes do desmonte do morro, a Prefeitura aterrou parte da baía de Guanabara, desde a ponta do Calabouço até a ponta do Russel, construiu um novo cais e seu enrocamento, como quebra-mar das ondas, prolongando a avenida Beira Mar até o Flamengo.

As obras para Exposição Internacional do Centenário da Independência ocorreram simultaneamente às de continuidade do desmonte, na vasta área plana que foi construída onde era o morro do Castelo. A maioria dos pavilhões e palácios, onde seriam montadas as mostras dos produtos dos estados brasileiros e das nações participantes, foi construída no estilo neocolonial. O estilo arquitetônico neocolonial desenvolvera-se entre os arquitetos brasileiros, desde os anos 1910, como uma reação nacionalista ao ecletismo francês, expressando uma busca pelas “raízes nacionais”, identificadas ao período colonial. Atualmente, na esplanada do Castelo sobraram poucos exemplares das pomposas edificações construídas para abrigar as instalações da Exposição do Centenário da Independência, dentre elas se destaca o prédio ocupado pelo Museu da Imagem e do Som (MIS), erguido em estilo eclético cosmopolita. Este prédio se localiza próximo à praça Quinze de Novembro e ao Museu Histórico Nacional. Na área circundante à Exposição, foram preservados o Arsenal de Guerra, a Casa do Trem (que hoje integram o Museu Histórico Nacional) e o Mercado Municipal que, mais tarde, foi demolido para permitir a construção do elevador da avenida Perimetral, ligando o Caju à região da praça XV, na década de 1950.

Assim, na época da Exposição Internacional do Centenário de Independência, algumas antigas construções existentes no entorno da esplanada do Castelo foram integradas ao plano de ocupação da região, que se estendeu dos terrenos abertos pela demolição do morro, próximos à praça Quinze, até o Palácio Monroe, no final da avenida Rio Branco. A ilha Fiscal também foi integrada à Exposição, para sediar as representações da Marinha mercante e naval brasileiras, tendo sido ligada ao continente por um serviço de lanchas, que transportava os visitantes até a ilha.

A área da Exposição Internacional fora escolhida por Carlos Sampaio, que além de projetar pessoalmente a construção dos pavilhões e palácios, planejou o seu arruamento, ajardinamento, arborização e iluminação. O prefeito também projetou os sistemas de água encanada e de esgotos sanitários e as redes de transporte e de comunicação que serviram à Exposição. E indicou os mais destacados arquitetos da época, como Adolfo

Morales de los Rios Filho, Arquimedes Memória e Rafael Galvão, para projetar e construir as edificações da Exposição no estilo neocolonial.

Nos pavilhões e palácios erguidos para a Exposição foram exibidos ao público os produtos típicos dos estados brasileiros e dos quinze países participantes do conjunto de acontecimentos comemorativos. Entre as edificações da Exposição destacaram-se o Pavilhão do Distrito Federal, projetado pelo arquiteto Rebecchi, o Palácio dos Estados, cujo pavimento térreo foi ocupado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e o pavilhão das Grandes Indústrias, formado pelo conjunto de construções coloniais, que hoje constituem o Museu Histórico Nacional, reformado pelos arquitetos Arquimedes Memória e Francisque Cuchet.

Esta Exposição funcionou como uma dupla vitrine da cidade: de um lado, mostrou aos visitantes estrangeiros as potencialidades e as riquezas brasileiras e, de outro, colocou os brasileiros em contato com as inovações estrangeiras, expostas pelos países que dela participaram. As apresentações de produtos, serviços e atividades nacionais pretenderam estabelecer uma imagem de modernidade do Brasil, mostrando o progresso alcançado pelos “setores mais dinâmicos” da economia nacional, devidamente registrado em tabelas e gráficos estatísticos, assinalando o desenvolvimento do parque industrial brasileiro e a competência dos engenheiros e arquitetos nacionais.

A inauguração oficial da Exposição representou um novo marco simbólico da história nacional, com a pretensão de reinaugurar a nacionalidade e transformar o Rio de Janeiro em vitrine da nação. Com a Exposição, o Brasil buscava inserir-se de uma nova forma no contexto mundial, exibindo uma imagem de nação industrializada, civilizada, moderna e progressista, conectada com as mudanças internacionais promovidas no período do pós-guerra. Assim, a solenidade que assinalou a abertura da Exposição foi prestigiada pelo comparecimento de centenas de autoridades nacionais e estrangeiras, dentre as quais se destacaram o presidente da República, Epitácio Pessoa, os ministros de Estado brasileiros, os deputados e senadores federais, os embaixadores dos países participantes, o prefeito Carlos Sampaio e os intendentess municipais.

Uma multidão, formada por mais de 200 mil pessoas, ocorreu à inauguração da Exposição, na avenida das Nações, porta de entrada das avenidas pelas quais se espalharam os pavilhões e palácios da Exposição. No seu final, a Exposição recebeu um total de três milhões de visitantes, alcançando um imenso sucesso de público e tendo uma enorme repercussão dentro e fora do país.

Antes do desmonte do morro do Castelo, no dia 20 de janeiro de 1922, foi celebrada a última missa na antiga catedral de São Sebastião no morro do Castelo e foi realizado o traslado oficial dos despojos de Estácio de Sá, do marco de fundação da cidade e da imagem de São Sebastião para o terreno onde estava sendo construída a nova basílica do padroeiro da cidade, na rua Haddock Lobo, pertencente à ordem dos Capuchinhos. As duas cerimônias contaram com a presença de altas autoridades municipais, federais e eclesíásticas, marcando o fim simbólico do morro, cujas obras de demolição foram aceleradas, por ordem do prefeito, a partir desta data. Vozes de oposição ergueram-se à derrubada do hospital São Zacarias e das igrejas de São Sebastião e dos jesuítas, no trecho do morro que ainda não fora demolido, mas a urgência das obras impediu que ao menos aquela parte fosse preservada.

Nem mesmo um levantamento topográfico e fotográfico sistemático dos monumentos históricos existentes no Castelo chegou a ser realizado, ainda que alguns tenham sido registrados pelo fotógrafo oficial da Prefeitura do Distrito Federal, Augusto Malta, como, por exemplo, o dia da realização da última missa na centenária sé-catedral. Carlos Sampaio tornou irreversível o desmonte do morro, que em 1923 já estava reduzido a um terço do seu volume. Porém, até o término da década de 1930, ainda restavam vestígios da sua presença na topografia da região central da cidade. Entre esses vestígios destacou-se o começo da ladeira da Misericórdia, que ligava o morro do Castelo à várzea, próxima ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, uma das primeiras ruas abertas no Rio de Janeiro, ainda no século XVI. Esta ladeira foi o primeiro logradouro

da cidade a receber “pés-de-moleque” como calçamento, em 1617, graças à contribuição dos seus moradores e à iniciativa dos jesuítas, que solicitaram a obra junto à Câmara Municipal.

Outra grande obra de Carlos Sampaio foi feita no terreno do Passeio Público, através da Lei nº 2.317²⁴¹, de outubro de 1920, promulgada pelo Conselho de Intendência. Esta Lei autorizou a construção de um restaurante e de um teatro no parque, unidos por uma pérgula, que receberam a denominação de Rio Cassino. Mais uma vez, esta obra gerou uma enxurrada de críticas ao prefeito Carlos Sampaio, que foi acusado de desfigurar a obra paisagística realizada no jardim do logradouro pelo Mestre Valentim. Ainda na região central da cidade, por proposta do prefeito, o antigo prédio do Conselho de Intendência, localizado na praça Floriano, foi demolido e no seu lugar foi erguida a nova sede do Legislativo municipal, que mais tarde recebeu o nome de Palácio Pedro Ernesto, em homenagem ao médico que foi prefeito da cidade na década de 1930.

Carlos Sampaio estendeu as suas intervenções urbanísticas a vários bairros das zonas Sul e Norte, não limitando as demolições à Zona Central da cidade. Estas intervenções se voltaram para a remodelação, a reurbanização e o embelezamento destas áreas, de acordo com os interesses das grandes empresas imobiliárias e da companhia *Ligth and Power*, que monopolizava a prestação dos serviços de iluminação pública, de fornecimento de luz, força, gás encanado, telefonia e dos sistemas de transportes coletivos da cidade.

No Flamengo, o prefeito construiu a avenida do Contorno, aberta em torno do morro da Viúva, a atual avenida Rui Barbosa, ligando o Flamengo a Botafogo pela orla marítima. Nesta avenida ergueu o Hotel Sete de Setembro, destinado a hospedar os convidados ilustres da Exposição Internacional do Centenário da Independência. Este grande hotel, mais tarde, transformou-se na Escola de Enfermeiras Ana Néri e, depois, na Casa do Estudante Universitário. Na Urca, a Prefeitura, em parceria com empresários privados, realizou o aterro que possibilitou a utilização do cais construído em 1908, estabelecendo a ligação da praia da Saudade com a fortaleza de São João, através da abertura da avenida Portugal. Em Copacabana, realizou obras para reconstruir a muralha protetora e uma parte da avenida Atlântica, destruídas, de novo, por ressacas em 1921, entregando a execução das mesmas à empresa do engenheiro Edgar Raja Gabaglia. A escolha desta empresa foi muito criticada pelos opositores do prefeito pela inexperiência do engenheiro, que teria sido escolhido por ser noivo da filha do presidente Eptácio Pessoa.

Ainda na Zona Sul, alargou a avenida Niemeyer, construiu o Posto de Pronto Socorro do Lido e edificou um pavilhão e um jardim em frente ao mesmo. Em Botafogo, construiu o cemitério São João Batista. Na Gávea, promoveu o saneamento e a canalização dos rios e das águas pluviais que desembocavam na lagoa Rodrigo de Freitas. Abriu os canais do jardim de Alá e da lagoa Rodrigo de Freitas, estabelecendo uma ligação permanente entre a lagoa e o oceano Atlântico, urbanizando todo o seu entorno, que foi embelezado e ajardinado. Começou a abrir a avenida Eptácio Pessoa e o canal da rua Visconde de Albuquerque. Ainda na região da lagoa Rodrigo de Freitas, Carlos Sampaio determinou o aterro de cerca de 600 quilômetros quadrados da área em torno da extensão das suas águas, doando gratuitamente a maior parte do aterro ao *Jockey Club* para instalação do seu hipódromo, embora o aterro e a urbanização de toda a região tenham sido realizados com recursos públicos, fato que provocou novas críticas da oposição ao prefeito.

Na Zona Norte, para resolver o problema das grandes enchentes que periodicamente assolavam os bairros da Tijuca, do Andaraí e da Aldeia Campista submetidos às cheias dos rios dos Trapicheiros, Maracanã e Joana, o prefeito ordenou as suas desobstrução, dragagem e retificação; reprimiu o desmatamento nas suas cabeceiras e reconstruiu os pontilhões que impediriam as torrentes chuvosas de inundarem as ruas próximas aos córregos. No rio dos Trapicheiros construiu uma grande galeria dupla coberta de concreto armado, com o objetivo de escoar as águas pluviais e impedir as enchentes que regularmente ocorriam na região.

Pretendeu resolver o problema das inundações periódicas que assolavam aqueles bairros, através da canalização dos três rios que os cortavam, mas, sobretudo, pretendeu obrigar os seus sucessores a prosseguirem

com as obras naqueles bairros, que não conseguiria terminar até o final do seu mandato, como, por exemplo, a abertura da avenida Maracanã. Por isso, começou a abertura desta avenida pelos seus dois pontos extremos, da rua Ibituruna até a rua São Francisco Xavier, e da rua José Higino até a rua Radmaker, construindo três quilômetros da sua extensão total, da praça da Bandeira até a Muda, na Tijuca.

Em São Cristóvão, abriu a avenida do Exército, ligando a Quinta da Boa Vista ao campo de São Cristóvão, destinando-a aos desfiles militares do dia da Independência do Brasil. Na Ilha do Governador, ergueu a ponte de embarque da praia da Ribeira. Ainda na sua gestão, foi aprovado um projeto de abertura do túnel Catumbi-Laranjeiras, de autoria do engenheiro Pedro Fernandes Vianna da Silva, que, entretanto, não foi executado. E também foi projetada a urbanização da esplanada do Castelo e da área aterrada da Glória.

No Centro da cidade, inaugurou o novo Mercado das Flores, na praça Olavo Bilac, e restaurou o jardim do Passeio Público, retirando suas grades. Na Cinelândia, executou o recuo dos terrenos do convento da Ajuda. Adquiriu e remodelou o teatro João Caetano, instalou um sistema de ventilação no Teatro Municipal e construiu uma estação de bondes da *Light and Power*, próxima ao Mercado Municipal, na praça XV. Na Cidade Nova, reconstruiu o Asilo de São Francisco de Assis, destinado a abrigar mendigos.

No âmbito da Assistência Pública, Carlos Sampaio promoveu a reforma e a ampliação do Posto Central de Assistência, na praça da República, transformando-o no Hospital do Pronto-Socorro. E, em diversos logradouros da cidade, construiu sanitários públicos, com a finalidade de melhorar as condições sanitárias e higiênicas das vias públicas.

No campo da educação pública, ampliou e reformou várias escolas e institutos profissionais municipais, tais como Delfim Moreira, João Alfredo, Ferreira Viana, Souza Aguiar, Nilo Peçanha, Rodrigues Alves, Orsina da Fonseca, Bárbara Otoni. Adquiriu para a Prefeitura os prédios das escolas Epiácio Pessoa, Tiradentes e Souza Aguiar e construiu as escolas primárias Celestino Silva, Floriano Peixoto e Pereira Passos e as escolas profissionais Visconde de Mauá, Álvaro Batista, Paulo de Frontin e Visconde de Cairu. Também construir o internato da Escola Profissional Visconde de Mauá, no subúrbio.

Em setembro de 1920, o Decreto Executivo nº 1.464²⁴², abriu créditos destinados à construção de um edifício para a Biblioteca Municipal e para o Arquivo Geral da Prefeitura, no prolongamento da avenida Gomes Freire, em frente à fachada posterior do Paço Municipal. Entretanto, não foi possível comprovar se tais créditos foram efetivamente liberados para a construção do edifício proposto. O Arquivo Geral continuou a funcionar no Palácio da Cidade, em frente ao campo de Santana.

O Decreto nº 2.448²⁴³, de 11 de setembro de 1920, criou, na Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, o cargo de cartógrafo, na mesma categoria e com as mesmas vantagens dos primeiros-oficiais. O referido cargo deveria ser exercido por um dos funcionários da referida Diretoria, indicado para exercer essa função. Provavelmente, a recriação do cargo de cartógrafo no Arquivo do Distrito Federal representou o reconhecimento do valor da documentação topográfica e cartográfica existente no órgão. E atendeu a um antigo pleito da direção da repartição de arquivo que, com a implantação deste cargo, visava impedir a retirada daquela documentação pelos funcionários da Diretoria de Viação e Obras Públicas. Essas retiradas causavam sérios danos ou até extravios dos documentos cartográficos custodiados pelo órgão. Em 24 de setembro do mesmo ano, o Decreto nº 1.470²⁴⁴ abriu um crédito especial para dar suprimento de verbas à criação do cargo de cartógrafo na estrutura do Arquivo do Distrito Federal.

No contexto dos preparativos oficiais para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, o prefeito Carlos Sampaio, em nome do governo municipal, firmou, em 16 de agosto de 1921, um contrato com a Companhia Editora Melhoramentos, de São Paulo, com o objetivo de publicar os *Livros de Autos de Vereança* do Senado da Câmara e outros documentos referentes ao Dia do Fico, episódio importante do processo de independência do Brasil. Estes documentos relativos aos atos e à correspondência dos camaristas cariocas, produzidos em janeiro de 1822, seriam publicados por 39 contos de réis. O contrato foi assinado

pelo prefeito, por um representante da empresa Melhoramentos, pelo diretor da Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, Aureliano Gonçalves de Souza Portugal, e pelo chefe de Seção do Arquivo do Distrito Federal, Francisco Noronha Santos.²⁴⁵

A gestão de Carlos Sampaio (1920-1922) foi marcada pela execução de empreendimentos e obras que transformaram a aparência e a estrutura urbana do Rio de Janeiro, apesar de a Prefeitura não dispor de condições financeiras favoráveis e ter recorrido a novos empréstimos para realizar os ambiciosos e ousados planos do prefeito, que aumentou consideravelmente o endividamento da municipalidade.

Após a inauguração e os festejos da Exposição Internacional do Centenário da Independência, aproximava-se a data das eleições municipais, marcadas para 29 de outubro de 1922. A maioria dos intendentess, ligada à Aliança Republicana, grupamento fundado e liderado por Paulo de Frontin, procurou garantir sua reeleição prestando favores e concedendo vantagens à sua clientela eleitoral, práticas dominantes na política da época. A maioria dos intendentess voltou-se para as suas bases eleitorais e aprovou decretos legislativos que atenderam às reivindicações dos seus eleitores.

O prefeito, em final de mandato, pouco influenciou nas articulações e nas alianças eleitorais que os intendentess realizaram para o pleito municipal. Pôde apenas lamentar o caráter clientelista das práticas dos representantes cariocas e denunciá-las como um “mal orgânico” que contaminaria toda a República, além de vetar mais da metade dos referidos decretos, pois alegou que não disporia de recursos financeiros para honrá-los.

Nos anos iniciais da década de 1920, o Conselho de Intendência reproduzia uma representatividade distorcida pelas manipulações eleitorais e pela violência que caracterizava a “política dos estados” no plano distrital. Porém, abrigava representantes de tendências oposicionistas no seu interior, fato que se constituía numa rara exceção no sistema representativo dominante na República oligárquica. Este sistema organizava o processo eleitoral, pressionando eleitores a votar nos candidatos da situação, permitindo as fraudes e manipulando os resultados das votações nas atas das mesas eleitorais. Assim, as eleições municipais eram controladas pelas mesas distritais que confirmavam ou não a eleição dos candidatos mais votados, emitindo ou não seus diplomas. Os intendentess eram eleitos para mandatos de três anos, por um dos dois distritos eleitorais em que estava dividido o Distrito Federal. Os 12 candidatos mais votados de cada distrito eram eleitos, mas as suas diplomações dependiam do exame das atas das mesas eleitorais pelas Comissões Verificadoras. Esta análise muitas vezes implicava demoradas protelações, árduas negociações e até mesmo a “degola”, ou seja, a eliminação de alguns candidatos eleitos, que não foram diplomados e não assumiram os cargos para os quais foram eleitos. A maioria dos intendentess era formada por profissionais liberais, como médicos, engenheiros, advogados, funcionários públicos e comerciantes, mas representantes dos sindicatos operários também conseguiram se eleger, especialmente, depois da fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. O Conselho de Intendência, bem como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, funcionavam apenas entre julho e dezembro. O Legislativo municipal ainda era regulado pelo Regimento Interno, promulgado em 1918. Os 24 intendentess eleitos contavam com 75 funcionários lotados na secretária do órgão para auxiliá-los e os seus ordenados mensais eram de 1.500 mil-réis.

O cotidiano dos intendentess era marcado pela apresentação de projetos de leis e propostas de concessões públicas, petições, indicações, moções, elaboração e promulgação de decretos legislativos e outros trabalhos legislativos menos importantes. Os atos legislativos dos intendentess, quando aprovados no plenário, se destinavam, predominantemente, para efetuar nomeações, promoções, reintegrações, conceder gratificações, aposentadorias e licenças de funcionários públicos municipais, pois os intendentess assumiram o papel de intermediários entre os servidores municipais e o prefeito, na maioria das vezes defendendo os interesses dos primeiros que os elegeram.

Na época de votação da Lei Orçamentária do Distrito Federal, inúmeras emendas dos intendentess eram acrescentadas ao projeto de orçamento enviado pelo prefeito, com o objetivo de aumentar as verbas

destinadas a determinadas repartições da Prefeitura, com a finalidade de possibilitar o aumento da remuneração dos seus servidores, provocando repetidos conflitos entre os intendentes e os prefeitos que vetavam essas emendas porque aumentariam os gastos com pessoal, inviabilizando sua adoção efetiva.

Para realizar os trabalhos legislativos, os intendentes subdividiam-se em comissões temáticas que analisavam os projetos de leis e as propostas legislativas, antes de encaminhá-los ao plenário, onde, quando aprovados, transformavam-se em leis, denominadas decretos legislativos, que podiam, porém, ser vetados pelo prefeito. A derrubada dos vetos dos prefeitos continuava a ser feita pelo Senado Federal, através do voto da maioria de dois terços dos senadores.

Esta situação implicava permanentes articulações e negociações entre os dois órgãos legislativos, ainda que o fator determinante na avaliação dos vetos do prefeito fosse a ligação dos senadores com o presidente da República, que nomeava o prefeito do Distrito Federal. Em decorrência desta situação, a maioria dos decretos legislativos era apenas autorizativa, concedendo poderes ao prefeito para realizar ou não os seus objetivos.

Em 1922, a situação política nacional, marcada pela segunda crise do pacto oligárquico, repercutiu nas eleições para o Conselho de Intendência. As disputas entre os candidatos às eleições presidenciais provocaram o surgimento de uma divergência entre Paulo de Frontin e a maioria dos integrantes da Aliança Republicana, da qual era líder. Enquanto Frontin preferiu apoiar os candidatos das oligarquias oposicionistas, Nilo Peçanha para presidente e José Joaquim Seabra para a vice-presidência, a maioria dos seus correligionários optou por apoiar as duas candidaturas da chapa oficial, constituída por Artur Bernardes e Urbano dos Santos, respectivamente candidatos a presidente e a vice-presidente da República. Portanto, nesse ano, a Aliança Republicana apresentou-se dividida nas eleições presidenciais. E, apesar das fortes ligações que mantinha com Carlos Sampaio e Paulo de Frontin, não conseguiu impedir a existência de sérios embates entre o chefe do Executivo municipal e a maioria dos intendentes, que procuraram adiar as deliberações do Legislativo municipal até as proximidades das eleições, quando exerceriam um poder de barganha junto ao prefeito, porque não haviam aceitado a aplicação dos empréstimos, que tinham autorizado o prefeito a contrair, com destinação diferente da que haviam aprovado. O prefeito, porém, redirecionou os créditos obtidos para outros fins, sem consultar previamente o Legislativo, provocando uma avalanche de críticas dos membros do Conselho de Intendência.

A legislação vigente nos âmbitos federal e distrital continuava a limitar as atribuições do Conselho de Intendência, reduzindo muito a sua autonomia política e legislativa e sobrepondo a ele os órgãos legislativos de âmbito federal, que funcionavam na cidade do Rio de Janeiro. Conforme a legislação em vigor, cabia ao Legislativo municipal orçar a receita e a despesa municipais, aprovar o orçamento anual, com base no projeto orçamentário proposto pelo prefeito, apresentar emendas para destinar verbas para determinadas repartições ou projetos, aprovar ou não pedidos de empréstimos apresentados pelo Executivo municipal. Era função dos intendentes conferir as ações da competência do prefeito e fiscalizar os seus atos, regulamentar o funcionalismo público municipal, examinar as propostas de concessões públicas expostas pelo Executivo e os seus projetos de obras e melhoramentos urbanos. Os intendentes detinham, também, entre outras atribuições, as de elaborar projetos de lei e de promulgar os decretos legislativos sobre saúde, higiene, assistência, obras e viação e instrução públicas; de controlar e fiscalizar as finanças municipais, suas receitas e despesas.

A instrução pública era uma área de grandes disputas políticas, pois a rede educacional municipal contava com uma grande quantidade de funcionários, que tinham peso eleitoral. E a educação era encarada pelas famílias da sociedade carioca como um instrumento de ascensão social. Portanto, havia fortes demandas das classes médias e populares, exigindo ampliação do número de vagas nas escolas municipais, o aumento da contratação de professores e a melhoria da qualidade do ensino. Estas demandas por uma educação

pública melhor eram canalizadas para o Conselho de Intendência que, então, intermediava o seu atendimento junto ao prefeito.

Ao canalizar para si as reivindicações da população, o Legislativo municipal atuava como um mero intermediário nas relações entre os municípios e a Prefeitura, desempenhando o papel de um ator coadjuvante nas principais questões municipais. Na maior parte dos seus trabalhos, os intendentess ocuparam-se de pequenas causas, da pequena política paroquial, pois a grande política e as grandes causas eram decididas no âmbito das relações entre a Prefeitura e a Presidência da República ou da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que atuavam no território do Distrito Federal, superpondo-se ao Legislativo municipal.

Para garantir sua eleição ou reeleição, os intendentess praticavam a “política do favor” junto aos eleitores, que constituíam sua clientela política, intermediando nomeações, promoções, concessões, melhoramentos, matrículas nas escolas, atendimento médico e outros “pedidos” indicados pelos seus cabos eleitorais, nos seus redutos ou currais eleitorais. De modo geral, os intendentess oscilavam entre um cínico adesismo aos prefeitos indicados pelos presidentes da República e uma revolta latente contra os seus desígnios, pois, muitas vezes, os prefeitos não levaram em conta os interesses e pleitos dos representantes dos cariocas.

Então, as relações entre os prefeitos e os intendentess transformavam-se em acirradas disputas de poder, assumindo um caráter contraditório e ambíguo que expressava as diversas articulações e divisões políticas conjunturais, estabelecidas entre os intendentess e os prefeitos, avalizadas ou não pelos presidentes da República. Estas articulações e divisões eram marcadas pelo jogo entre os interesses políticos e econômicos diferentes e até antagônicos que intendentess e prefeitos representaram e pelas constantes composições ou desavenças que ocorriam entre eles.

A maioria dos intendentess encarava os prefeitos como interventores do governo federal na cidade, procurando limitar os instrumentos que ampliassem os seus poderes, especialmente os relacionados às questões financeiras, como a aprovação do orçamento, das receitas, das despesas, das dívidas, dos empréstimos e das arrecadações do Imposto Predial e Territorial, maior fonte de receita da municipalidade.

Os intendentess procuravam adiar ao máximo a aprovação destas questões, que dariam maior autonomia ao Executivo municipal, pressionando o prefeito a negociar a aprovação do orçamento, das suas contas e dos seus projetos de governo. Porém, como o Legislativo municipal era um poder enfraquecido, as contendas dos intendentess com os prefeitos não podiam resultar em um impasse. Assim, os intendentess buscavam estabelecer acordos com os prefeitos, construindo soluções e alternativas para a aprovação dos projetos prioritários do Executivo municipal, mesmo que precisassem contrariar as suas posições partidárias e programáticas. Estes acordos resultavam em cooptação de muitos intendentess pelos prefeitos, demonstrando a debilidade institucional do Legislativo municipal e a fraqueza dos partidos políticos republicanos, pois os intendentess rompiam com os partidos pelos quais se elegeram e com os seus programas partidários, ao se aliarem aos prefeitos, aos quais os seus partidos muitas vezes se opunham. A cooptação de intendentess pelos prefeitos resultou no maior enfraquecimento da representatividade do Conselho de Intendência, que se distanciou, cada vez mais, dos anseios da maioria da população, atendendo clientisticamente, apenas, às requisições dos redutos eleitorais dos intendentess.

Em janeiro de 1922, o Conselho de Intendência reformulou a proposta orçamentária apresentada pelo prefeito, que foi obrigado a vetá-la.²⁴⁶ Desta forma, Carlos Sampaio pôde manejar livremente os recursos municipais, concentrando as verbas nas obras relacionadas à Exposição do Centenário, que deveriam estar prontas até os primeiros dias de setembro. Desta forma, pode imprimir um ritmo acelerado àquelas obras, que deveriam ser inauguradas no começo de setembro.

Neste período, o Conselho Municipal sofreu com os reflexos da política nacional, que foi marcada pela disputa entre as duas candidaturas presidenciais. Esta disputa fora muito acirrada em outubro de 1921, pelo episódio de divulgação das “cartas falsas”, atribuídas ao candidato presidencial mineiro, Artur Bernardes.

Estas cartas insultaram o general Hermes da Fonseca, ex-presidente da República. O objetivo da divulgação destas cartas foi indispor os militares contra o candidato presidencial da chapa oficial, que fora lançada por Eptácio Pessoa, após um acordo com as oligarquias paulista e mineira.

As oligarquias oposicionistas do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, que haviam lançado a candidatura do líder fluminense Nilo Peçanha à Presidência e a do político e jurista baiano José Joaquim Seabra à Vice-Presidência da República, através da Reação Republicana, procuraram tirar partido destes episódios, mas não tiveram êxito nas eleições.

A maioria da Aliança Republicana, força política predominante no Conselho de Intendência, apoiou a chapa oficial, pois os intendentes precisavam garantir condições favoráveis para as suas reeleições no pleito municipal, que ocorreria no dia 29 de outubro, depois das eleições presidenciais. Paulo de Frontin, líder desta agremiação, rompeu com a maioria dos seus correligionários e, aliou-se aos candidatos oposicionistas, aderindo à Reação Republicana. A oposição concentrou a sua propaganda na luta contra a inflação e na crítica ao tratamento especial dado à cafeicultura pelos sucessivos governos federais, desde o Convênio de Taubaté. Defendeu a conversibilidade da moeda nacional, o maior controle do Legislativo sobre orçamento federal, o fortalecimento do Legislativo e das Forças Armadas e a concessão de alguns direitos sociais aos trabalhadores urbanos, além de se comprometer com melhorias nos transportes urbanos de massa.

Em 1º de março de 1922, as eleições presidenciais deram a vitória aos candidatos da situação, Artur Bernardes e Urbano dos Santos. A oposição contestou os resultados do pleito, denunciando as fraudes que permitiram a eleição dos candidatos oficiais, mas não conseguiu impugnar as suas diplomações. Porém, a crise do sistema oligárquico se acirrou. O ambiente político no Rio de Janeiro ficou mais conturbado com a eclosão da rebelião militar, de 5 de julho de 1922, conhecida como a revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana, que repercutiu no Forte do Vigia e na Escola Militar no Rio de Janeiro e em vários quartéis de outros estados da federação. Os revoltosos pretendiam derrubar Eptácio Pessoa e impedir a posse de Artur Bernardes. Esta revolta, considerada o primeiro levante dos “tenentes”, polarizou as forças políticas em confronto nos níveis distrital e federal. O presidente da República reagiu à revolta e, com o apoio do Congresso Nacional, decretou o estado de sítio e conseguiu reprimir os militares rebeldes, mandando prender o marechal Hermes da Fonseca e fechando por seis meses o Clube Militar, que ele presidia. Com efeito, o final da gestão de Eptácio Pessoa na Presidência da República foi bastante agitado politicamente, pois o presidente estava muito desgastado junto aos militares e aos setores liberais da opinião pública. Apesar deste desgaste e das agitações políticas em curso, em 7 de setembro de 1922, em um dos atos marcantes do final do seu mandato, Eptácio Pessoa presidiu a cerimônia de abertura da Exposição Internacional do Centenário da Independência, ao lado do prefeito Carlos Sampaio e de várias autoridades brasileiras e estrangeiras. E, em 15 de novembro, transmitiu o cargo presidencial para Artur Bernardes.

Carlos Sampaio terminou o seu mandato sem conseguir concluir as obras que programou, deixando o arrasamento do morro do Castelo inacabado e as finanças municipais muito desfalcadas e oneradas pelos vultosos empréstimos que havia contraído, para realizar os seus audaciosos projetos urbanísticos. No período posterior à administração de Carlos Sampaio, encerrada em 15 de novembro de 1922, a Prefeitura foi atingida por uma grave crise econômico-financeira e pela depressão cambial. Esta crise acarretou a entrada da política carioca em uma das suas fases mais turbulentas e instáveis, pondo fim à época da *Belle Époque* tropical e sustando à continuidade dos projetos de modernização capitalista da cidade, pensados e construídos durante esse período.

O governo de Artur da Silva Bernardes (1922-1926) começou num clima de grande agitação política, pois o presidente era muito impopular nas áreas urbanas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Ele era identificado como um representante das oligarquias paulista e mineira, responsáveis pela crítica situação

econômico-financeira do país, caracterizada pela desvalorização cambial e pela alta acelerada da inflação e da carestia dos preços dos gêneros alimentícios e das tarifas públicas.

Durante o seu governo, Artur Bernardes enfrentou, em 1923, a guerra civil no Rio Grande do Sul, entre os partidários do liberal Joaquim Francisco de Assis Brasil e os partidários do governador gaúcho Borges de Medeiros. E reprimiu diversas revoltas dos oficiais militares de baixas patentes, que resultaram na formação do tenentismo.²⁴⁷ Em 1924, o tenentismo deu origem à Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes²⁴⁸ e, em 1930, apoiou o movimento que levou Getúlio Vargas à Presidência da República.

Além destas manifestações dos “tenentes”, sob a presidência de Artur Bernardes (1922-1926), ocorreram várias lutas e manifestações dos operários urbanos, estimulados pela formação do Partido Comunista, em 1922. Os trabalhadores reivindicaram a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, a proteção para o trabalho infantil e feminino e os aumentos salariais. Em consequência destas reivindicações, Artur Bernardes foi obrigado a adotar uma política sindical, que reconheceu alguns direitos sociais para várias categorias profissionais.

Nesta conjuntura marcada pela crise do sistema oligárquico e pelo crescimento dos movimentos oposicionistas, Artur Bernardes governou a maior parte do seu mandato sob estado de sítio, condição que permitiu a suspensão dos direitos e garantias individuais, a decretação de prisões preventivas, a imposição da censura, as intervenções federais nos estados e a violenta repressão policial ao movimento operário. O presidente da República chegou a encaminhar ao Congresso Nacional proposta de uma emenda à Constituição de 1891, alterando especialmente as condições de decretação do estado de sítio no país. No plano da política econômica, o governo de Bernardes, forçado pelos pagamentos da dívida externa, alterou a política de valorização do café e transferiu as responsabilidades pelo esquema de proteção da cafeicultura da União para o estado de São Paulo, principal produtor nacional.

No Distrito Federal, Artur Bernardes nomeou para ocupar a Prefeitura o mineiro Alaor Prata Leme Soares, engenheiro civil e jornalista. Um político de grande experiência que já exercera os cargos de vereador, de prefeito de Uberaba (MG) e de deputado federal pelo PRM (1909-1922), ao qual renunciou para ocupar a Prefeitura do Distrito Federal. Ao assumir a Prefeitura carioca, em 16 de novembro de 1922, Alaor Prata Leme Soares herdou um erário municipal deficitário e endividado. A maior parte da sua receita, arrecadada através de impostos e rendas patrimoniais, estava comprometida com os pagamentos dos empréstimos externos e internos e pelos compromissos legais assumidos pela gestão de Carlos Sampaio. A Prefeitura enfrentava sérias dificuldades para prestar os serviços básicos aos munícipes e para honrar seus compromissos.

Por causa desta situação financeira, o novo prefeito foi obrigado a adotar medidas desagradáveis e antipáticas para reduzir os gastos públicos, com o objetivo de evitar a interrupção dos serviços municipais. Assim, suspendeu o pagamento dos fornecedores e atrasou os vencimentos dos funcionários e operários da Prefeitura. Além disso, paralisou o desmonte do morro do Castelo, pois não dispunha de capitais para tocar as obras, que consumiam vultosos recursos, prosseguindo apenas com algumas obras urgentes e necessárias de saneamento.

Na sua primeira mensagem²⁴⁹ ao Conselho de Intendência, Alaor Prata expôs o descalabro financeiro em que encontrou os cofres municipais e abriu uma polêmica com Carlos Sampaio, que contestou os dados fornecidos pelas repartições públicas, nos quais o novo prefeito baseou-se para fazer sua denúncia. Esta polêmica estendeu-se até 1930, quando Carlos Sampaio faleceu. Alaor Prata, para responder aos ataques do seu antecessor, escreveu o livro *Recordação da vida pública*, no qual comprovou com documentos a catastrófica situação financeira que herdou da gestão de Carlos Sampaio na Prefeitura do Distrito Federal.

No decorrer da sua administração, quando as finanças municipais se recuperaram, Alaor Prata pôde investir recursos em várias obras de remodelação e embelezamento de logradouros da cidade. Na Zona Sul, uma das principais melhorias que promoveu foi o alargamento e a remodelação do túnel Velho, que liga

Botafogo à Copacabana, retificando a saída do túnel, do lado da rua Real Grandeza. Este túnel, na administração de Prado Júnior, recebeu o nome de Alaor Prata, em homenagem aos melhoramentos que este prefeito promoveu no seu interior e no seu entorno. Deu continuidade às obras de arruamento e urbanização da Urca, bairro que fora inaugurado na época da Exposição Nacional de 1908, e fora remodelado por Carlos Sampaio para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Também prosseguiu com as obras do canal da avenida Visconde de Albuquerque, na lagoa Rodrigo de Freitas, iniciadas na gestão de Carlos Sampaio. Estas obras eram necessárias para o saneamento e a urbanização de Ipanema, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea e Leblon, planejando o arruamento e o calçamento de muitos logradouros destes bairros.

Empreendeu melhoramentos em várias ruas e estradas nos subúrbios e na Zona Norte, como a canalização do rio Joana, em toda a extensão da rua Maxwell, que foi alargada. Essa obra melhorou as condições de saneamento da região, pois impediu o lançamento de despejos de fundos de quintais no canal, que o obstruíam e causavam seu vazamento durante as enxurradas sazonais. Na Tijuca, prolongou a avenida dos Trapicheiros e a rua Dr. Satamini. E aprovou o arruamento do bairro do Grajaú, que estava sendo implantado.

No Centro da cidade, realizou obras para descongestionar o tráfego dos automóveis e dos meios de transportes coletivos. Remodelou o largo da Carioca, retirando do local o chafariz e a estação dos bondes de Santa Teresa. Promoveu a urbanização e o embelezamento do morro de santo Antônio, impedindo o seu total desmonte e preservando a igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e o convento de Santo Antônio, dos franciscanos. Ambos formam um dos mais antigos e importantes conjuntos arquitetônicos herdados do período colonial.

Alaor Prata, como outros prefeitos, também promoveu a alteração da nomenclatura de vários logradouros da cidade, como a praia da Saudade, na Urca, que passou a se denominar avenida Louis Pasteur, em homenagem ao grande cientista francês. Na Penha, alterou a denominação da estrada do Portinho para rua Lobo Júnior, em homenagem ao coronel José Francisco Lobo Júnior, pelos serviços que prestou à região. Na Tijuca, homenageou o engenheiro Carlos de Vasconcelos, dando o seu nome à rua onde ele faleceu, vítima de uma explosão em uma fábrica. Na Cidade Nova, alterou a denominação da rua São Leopoldo para Júlio do Carmo, em homenagem ao republicano histórico e antigo intendente municipal. Em Santa Teresa, alterou a denominação da rua do Aqueduto, que passou a ser Almirante Alexandrino. Além disso, legalizou uma série de novos logradouros, incorporando-os à cidade, e promoveu melhorias em outros tantos. Na Lagoa, denominou de avenida Lineu Paula Machado e de rua Mario Ribeiro os dois logradouros próximos ao Jôquei Clube, em homenagem àqueles que foram responsáveis pela construção do hipódromo.

No âmbito da educação, Alaor Prata construiu vários prédios escolares e reformulou os programas das escolas primárias e profissionais, ampliando o número de crianças incluídas na rede municipal de ensino, desta forma atendendo a uma forte demanda da população da cidade-capital. Na área de obras públicas e viação, baixou os Decretos nº 2.021 ²⁵⁰, de 11 de setembro de 1924, e nº 2.087 ²⁵¹, de 19 de janeiro de 1925, estabelecendo o novo Código de Obras da municipalidade. Este Código regulamentou a construção civil no âmbito do Distrito Federal, uniformizando a aplicação da legislação e incluindo o concreto armado, elemento de construção civil que não existia na época da elaboração e promulgação do Código anterior.

O prefeito, através da edição do Decreto nº 2.969 ²⁵², de 11 de agosto de 1924, reorganizou alguns serviços da Prefeitura, criando a Diretoria Geral de Abastecimento e Fomento Agrícola e a Diretoria de Jardins e Arborização. Em 30 de outubro de 1926, o Decreto nº 2.468 ²⁵³ regulamentou a Secretaria de Gabinete do prefeito, criando o cargo de diretor-geral da mesma Secretaria e nomeando Antônio da Silva Moutinho para ocupá-lo, todavia, manteve Francisco Jardim no cargo de secretário, no qual ele permaneceu até 12 de novembro de 1926, quando se exonerou.

Durante a gestão de Alaor Prata, a Diretoria Geral de Estatística e Arquivo passou a ser dirigida pelo professor Mário Aristides Freire, anteriormente chefe da seção de Estatística da referida Diretoria, que assumiu o cargo de diretor-geral, em 21 de julho de 1924 ²⁵⁴, em substituição a Aureliano Gonçalves de Souza Portugal, que falecera. Mário Aristides Freire permaneceu nesse cargo até 12 de novembro de 1926, quando pediu exoneração ²⁵⁵.

O Arquivo do Distrito Federal permaneceu subordinado àquela Diretoria Geral, como mera seção, chefiado por Francisco Agenor de Noronha Santos, que continuou dirigindo e coordenando o tratamento técnico da documentação arquivada até 8 de abril de 1924, quando lhe foi concedida uma licença de seis meses. ²⁵⁶ Em 6 de outubro desse mesmo ano, a sua licença foi prorrogada por mais seis meses. Durante as licenças de Noronha Santos, o primeiro-oficial, Oscar Rodrigues Dias da Cruz, o substituiu interinamente na chefia da seção. Finalmente, em 17 de março de 1926, foi concedida a Noronha Santos a merecida aposentadoria do cargo que exerceu com tanta competência e dedicação ²⁵⁷.

Na década de 1920, o Arquivo do Distrito Federal já dispunha de um valioso acervo fotográfico, fato que justificou a presença, na proposta orçamentária apresentada por Noronha Santos para 1925, do pedido de verba para implantar um serviço de fotografia, destinado a reproduzir e a preservar este acervo documental ²⁵⁸. No entanto, a instalação efetiva de um laboratório fotográfico no Arquivo Geral somente se realizou na década de 1950, quando o órgão já estava subordinado ao Departamento de História e Documentação, da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.

No contexto político crítico em que se desenvolveu a gestão de Alaor Prata, muitas medidas propostas pela Prefeitura não saíram do papel, como ocorreu em agosto de 1923, quando o Decreto nº 2.233 ²⁵⁹, assinado pelo prefeito, reeditou a autorização para a construção de um edifício destinado à Biblioteca Municipal e ao Arquivo do Distrito Federal, no mesmo local proposto pelo Decreto nº 1.464, de 1920. Contudo, o Arquivo Geral permaneceu no Paço Municipal até a sua demolição, em 1944, sem dispor de instalações que atendessem às suas finalidades.

Em 15 de novembro de 1926, Alaor Prata deixou o cargo de prefeito do Distrito Federal, depois de realizar uma gestão austera do ponto de vista econômico, mas produtiva do ponto de vista administrativo, tendo realizado um governo que atendeu aos interesses da cidade.

A sucessão de Artur Bernardes foi mais tranquila, pois o acordo entre Minas Gerais e São Paulo foi cumprido, garantindo o rodízio dos dois estados na Presidência da República. O “paulista de Macaé”, Washington Luís Pereira de Souza, foi eleito presidente e tomou posse em 15 de novembro de 1926. O recém-empossado presidente suspendeu o estado de sítio decretado pelo seu antecessor e formou um ministério que procurou representar os interesses dos estados mais poderosos e insatisfeitos, como o Rio Grande do Sul, do qual proveio o seu ministro da Fazenda, Getúlio Dornelles Vargas.

Em 16 de novembro de 1926, o engenheiro paulista, Antônio da Silva Prado Júnior (1880-1955), filho do conselheiro e ex-presidente do estado de São Paulo, Antônio Prado, foi nomeado prefeito do Distrito Federal. Esta indicação pretendeu considerar a situação especial da cidade-capital e procurou evitar os atritos entre a esfera federal e a distrital, superpostas sobre o mesmo território, com a indicação de um homem amigo e da confiança pessoal do presidente da República. De um prefeito que governaria o Rio de Janeiro com o pleno apoio do presidente esperava-se uma gestão sem conflitos entre as duas instâncias de poder coexistentes.

De fato, a administração de Antônio Prado Júnior (1926-1930) na Prefeitura do Distrito Federal pautou-se pela austeridade no trato dos negócios públicos, com a adoção de uma política de contenção das despesas e de rigor no trato dos bens públicos, seguindo o exemplo do governo do presidente Washington Luís. Ainda que não tenha realizado obras monumentais e muito dispendiosas, suas principais iniciativas permaneceram na memória dos cariocas, dada a sua relevante necessidade para a municipalidade.

Ao assumir a Prefeitura, Prado Júnior nomeou Mário Sérgio Cardim para o cargo de secretário e manteve Antônio da Silva Moutinho no cargo de diretor-geral da Secretaria de Gabinete. E reconduziu Mário de Aristides Freire, Antônio Geremário Dantas, Raul Lopes Cardoso, Alfredo Duarte Ribeiro e Antônio de Souza Pereira Botafogo para as Diretorias Gerais que dirigiram na gestão anterior. E nomeou Renato Jardim para a Diretoria de Instrução Pública.²⁶⁰

Entretanto, a crise da dominação oligárquica, acirrada, desde o começo dos anos 1920, pelo movimento tenentista, pela Coluna Prestes-Miguel Paiva, pela criação do Partido Comunista e pelas divergências intraoligárquicas, exigiu que novas medidas fossem tomadas no plano nacional, em relação ao Distrito Federal. Assim, ainda em 1926, os poderes do prefeito foram ampliados, através de uma medida proposta pelo presidente da República, após a reforma constitucional que o Congresso Nacional promulgou naquele mesmo ano. Esta reforma restringiu o *habeas-corpus* aos casos de prisão ou constrangimento ilegal da liberdade de ir e vir, estendeu ao Judiciário dos estados as garantias asseguradas à magistratura federal e regulou os casos e condições que permitiriam a intervenção federal nos estados e no Distrito Federal.

Neste contexto, o prefeito do Distrito Federal passou a ter a prerrogativa de vetar a Lei Orçamentária aprovada pelo Conselho de Intendência, passando a controlar, de fato, as receitas e despesas e o erário público municipal, sem que os intendentes pudessem recorrer ao Senado Federal para derrubar o seu veto. Entretanto, abriu uma margem para a negociação entre os representantes cariocas nos Legislativos municipal e federal e a Prefeitura do Distrito Federal, possibilitando a modificação da proposta orçamentária apresentada pelo prefeito, antes de serem emendadas pelos intendentes e vetadas pelo prefeito.²⁶¹

Em 17 de janeiro de 1927, o prefeito Prado Júnior nomeou o educador e professor Fernando Azevedo, um dos pioneiros da Associação Brasileira de Educação (ABE), para a Diretoria Geral de Instrução Pública, em substituição a Renato Jardim que se exonerou do cargo.²⁶² Sob a direção deste eminente educador, foi realizada uma importante reforma no sistema de ensino público municipal, alterando desde os currículos escolares até a estrutura física das escolas, desencadeando uma ampla campanha pela democratização da educação pública de qualidade para todos, principal bandeira dos educadores reunidos na ABE.

Fernando de Azevedo realizou diversas obras importantes no sistema educacional municipal, com a ampliação e a reforma de vários prédios escolares e a construção da nova Escola Normal, atual Instituto Superior de Educação, localizado à rua Mariz e Barros, na Tijuca. O novo prédio da Escola Normal foi projetado em estilo neomanuelino pelo arquiteto Ângelo Bruhns e se destinou à formação das professoras primárias da rede escolar municipal. Na época, a sua construção provocou uma polêmica na grande imprensa e diversos ataques ao prefeito, que foi acusado de superfaturar os custos da obra em proveito próprio. Mais tarde, as acusações contra Prado Júnior foram desmentidas, pois as investigações judiciais realizadas provaram a sua improcedência e falsidade.

Na gestão de Prado Júnior, o Arquivo do Distrito Federal (ADF) permaneceu vinculado à Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, dirigida por Mário Aristides Freire, que foi reconduzido ao cargo, desde 18 de novembro de 1926, depois que sua exoneração não foi aceita pelo prefeito, então recém-empossado. O ADF, desde 17 de março de 1926, estava sendo dirigido por Oscar Rodrigues Dias da Cruz, que foi promovido ao cargo de chefe dessa seção. O terceiro oficial da equipe, Aureliano Restier Gonçalves, historiador e pesquisador, que anos depois chefiou aquela repartição, foi promovido ao cargo de segundo oficial, em 23 de janeiro de 1929.²⁶³

Em sua Mensagem²⁶⁴ ao Conselho de Intendência, de 31 de agosto de 1927, o prefeito Prado Júnior pediu autorização dos intendentes para realizar o Levantamento Aerofotogramétrico do Distrito Federal²⁶⁵, do qual resultou a primeira Planta Cadastral moderna de toda a cidade, elaborada pelo processo de aerofotogrametria, que pela primeira vez foi empregado pela Prefeitura. Esse levantamento ampliou o Cadastro Predial da área urbana, atualizando a Planta Cadastral da cidade. A anterior, realizada pela Comissão da Carta Cadastral, sob a direção do engenheiro Pereira Reis, em 1893, já estava muito defasada.

O levantamento aerofotogramétrico da cidade, uma iniciativa pioneira do prefeito Prado Júnior, tornou-se um modelo para as administrações de outros municípios e estados da federação.

No exercício do cargo de prefeito, Prado Júnior empreendeu obras de saneamento e embelezamento da cidade, alargando, pavimentando e melhorando diversas ruas e avenidas, inclusive as estradas Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, nos trechos pertencentes à municipalidade carioca. Ordenou a reconstrução do teatro São Pedro de Alcântara, destruído por um incêndio e reinaugurado com o nome de Teatro João Caetano, na praça Tiradentes. Construiu o pavilhão do Joá, dotado de amplo restaurante, na Gávea. Prosseguiu ao desmonte do morro do Castelo, urbanizando a área em torno, onde foram abertas novas avenidas e ruas. Remodelou a praça Paris e o jardim do Lido. Implantou a Feira de Amostras do Rio de Janeiro, onde eram exibidos produtos agrícolas e industriais produzidos no território da cidade, instalando-a na ponta do Calabouço, e foi grande incentivador de atividades desportivas, promovendo as primeiras corridas automobilísticas realizadas no país. Para fazer frente a uma epidemia de malária, deflagrou uma grande campanha de combate aos focos de mosquitos, removendo lixo acumulado e impedindo a formação de água estagnada, através do aterro de terrenos baixos e alagadiços e da desobstrução de rios e canais.

Porém, a principal contribuição do prefeito Prado Júnior foi promover o primeiro plano geral de urbanização do Rio de Janeiro, pois, até então, não existia uma estratégia de planejamento para o desenvolvimento da cidade. O planejamento urbano que se propôs a realizar pretendeu romper com os limites elitistas das políticas urbanas, adotadas pelos prefeitos anteriores, buscando ser socialmente mais amplo, inclusivo e democrático do que as implementadas pelas gestões passadas. Para isto, pretendeu enfrentar as necessidades urgentes de remodelação, expansão e embelezamento da cidade e, ao mesmo tempo, solucionar os problemas essenciais das condições de vida da maioria da sua população, que já ultrapassara a faixa de um milhão de habitantes.

O prefeito Prado Júnior percebeu que a cidade se transformara em uma metrópole, exigindo soluções globais e planejadas para a saúde, a higiene, o transporte, o saneamento básico, a circulação, a ocupação e o embelezamento do espaço urbano. Para elaborar estas soluções, Prado Júnior se propôs a planificar e ordenar estrategicamente os melhoramentos necessários ao futuro da cidade.

Assim, o processo de urbanização que se propôs a realizar, objetivou transformar o Distrito Federal em uma metrópole planejada, com um plano-diretor e uma ordenação para o espaço urbano e para a sua ocupação. O prefeito, devido à visão e aos conhecimentos de urbanismo que tinha, pensou uma proposta de planejamento urbano sistemática e racional que fosse elaborada por uma equipe profissional de especialistas em urbanismo. Uma equipe que pudesse formular um plano estratégico para a modernização e a expansão planejada da cidade.

Para justificar o mais importante objetivo do seu programa de governo, na Mensagem ²⁶⁶ que enviou ao Conselho de Intendência, em 1º de junho de 1927, Prado Júnior expôs os motivos que o levaram a convidar o eminente professor e urbanista francês Alfred Hubert Donat Agache para ministrar conferências sobre urbanismo na cidade, abertas ao público, mas dirigidas especialmente aos engenheiros, arquitetos e técnicos da área de urbanismo que pretendeu capacitar e atualizar.

O objetivo do prefeito ao promover tais conferências era estimular o interesse dos especialistas, da grande imprensa e da opinião pública em geral pela organização de um plano geral de remodelação da cidade do Rio de Janeiro. O prefeito informou que as conferências ministradas pelo eminente urbanista Alfred Agache afirmaram o princípio do urbanismo moderno, segundo o qual as cidades ou as aglomerações urbanas constituem uma totalidade ou um conjunto orgânico indivisível, integrado por várias regiões e bairros que não podem ser tratados de forma separada ou isolada, ainda que cada região ou bairro desempenhe funções distintas dentro deste conjunto.

Na Mensagem nº 617 ²⁶⁷ que enviou, em 30 de agosto de 1927, ao Conselho de Intendência, Prado Júnior informou que as conferências de Agache alcançaram o seu intento, pois conseguiram mobilizar os especialistas,

a imprensa e a opinião pública do Distrito Federal para a necessidade de elaboração de um plano sistemático destinado à urbanização da cidade. Assinalou que as conferências de Agache conseguiram chamar a atenção de administradores de outras cidades, como ocorreu em Belo Horizonte e em Recife, cujos prefeitos convidaram oficialmente o eminente urbanista a expor suas ideias em conferências que promoveram nas capitais que governavam, demonstrando como suas conferências no Distrito Federal repercutiram pelo país.

Ainda nesta Mensagem, Prado Júnior democraticamente, solicitou a autorização dos intendentes para a abertura de créditos necessários para subvencionar os estudos técnicos demandados para a elaboração do plano de urbanização do Rio de Janeiro e para a contratação, através de concorrência pública, de uma firma especializada em urbanismo, que ficaria encarregada de executá-lo. Após obter a aprovação dos intendentes, Prado Júnior montou uma equipe de técnicos especializados, encarregando-a de elaborar o plano geral de urbanização da cidade. Esta equipe trabalhou sob a direção geral de Alfred Agache, que também assumiu a direção da implantação do plano.

Alfred Agache, depois de variados estudos e diversas discussões com a equipe que chefiou, elaborou um projeto urbanístico denominado *Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade - 1926-1930*, que ficou mais conhecido como *Plano Agache*²⁶⁸. A elaboração deste Plano incorporou diferentes vertentes do pensamento urbanístico da época, sofrendo a influência de diversas escolas. Assim, as propostas do *Plano Agache* foram influenciadas pela monumentalidade e pelo academicismo, provenientes da *École de Beaux-Arts* parisiense, manifestos no tamanho majestoso e na suntuosidade arquitetônica dos prédios públicos que projetou. Mas, também foi influenciado pelo movimento *City Beautiful*²⁶⁹, presente no refinamento dos jardins e parques públicos, nas amplas avenidas, nos prédios monumentais e na definição dos eixos urbanos que traçou.

O *Plano Agache*, publicado em Paris em 1930, sob o patrocínio da Prefeitura carioca, constituiu-se no primeiro Plano-Diretor elaborado para o município do Rio de Janeiro e foi a primeira publicação do gênero a abordar globalmente os problemas urbanísticos da cidade. De fato, considerou tanto as suas funções político-administrativas, como capital federal e sede do governo, quanto as suas funções econômicas, como cidade portuária e centro comercial, financeiro e industrial, de importância crescente, graças à industrialização em curso no país. Com efeito, propôs uma estratégia de crescimento urbano planejado, orientando o zoneamento urbano de acordo com as funções especializadas que seriam realizadas em cada zona da cidade.

O prefeito aceitou as propostas de Agache para o arruamento e a urbanização de vários logradouros da cidade, que integravam o Plano destinado a racionalizar a circulação urbana, a reorientar o crescimento e a estabelecer um zoneamento físico e territorial na cidade. Porém, após a divulgação das suas plantas para a esplanada do Castelo, o *Plano Agache* foi alvo de virulentas críticas do ex-prefeito Carlos Sampaio que, num tom crescentemente autoritário, discordou da proposta de arruamento, zoneamento e de destinação daquela área, que ele criara ao arrasar o morro do Castelo. Sampaio tinha traçado outros planos de ocupação para aquela área, destinando o grande espaço vazio à especulação imobiliária.

Prado Júnior desconsiderou as críticas de Carlos Sampaio e prosseguiu com a urbanização dessa esplanada, conforme a proposta apresentada no *Plano Agache*, abrindo as avenidas Antônio Carlos, Almirante Barroso, Nilo Peçanha, Erasmo Braga e Graça Aranha, nas quais foram construídos palácios e arranha-céus para sediar os ministérios da Fazenda, da Agricultura e da Educação e Cultura e as embaixadas da França e da Itália. Na extremidade desta área, na ponta do Calabouço, o prefeito instalou a Feira de Amostras, que funcionou no local por muitos anos depois do fim da sua gestão.

O *Plano Agache* representou a primeira proposta sistemática e abrangente de modernização capitalista da cidade do Rio de Janeiro. Além disto, apresentou um projeto de urbanização do espaço carioca que pela primeira vez incluiu uma preocupação com a reforma social e com os problemas das classes populares, pois buscou resolver os problemas sociais e demográficos crônicos da população, levando em conta os que

atingiam aquelas classes. Assim, além de incluir o embelezamento e a remodelação da Zona Central e dos bairros residenciais das Zonas Sul e Norte, o *Plano Agache* apontou para a erradicação das favelas erguidas nos morros que rodeavam alguns bairros dessas zonas da cidade, com a remoção dos seus habitantes para conjuntos habitacionais, onde haveria o fornecimento de serviços públicos.

Sugeriu a construção, pela Prefeitura, de habitações higiênicas para os trabalhadores, nos bairros suburbanos, e a implantação de sistemas de transportes coletivos, ligando os bairros periféricos da região Noroeste da cidade à Central e aos bairros residenciais das classes médias das zonas Norte e Sul. Esta proposta representa um aspecto polêmico do *Plano Agache*, ainda que ele contivesse uma real preocupação com a melhoria das condições de vida das camadas populares, pois propôs a remoção dos pobres dos seus tradicionais locais de moradia. O prefeito Prado Júnior aceitou as propostas de Alfred Agache em relação à remoção das favelas e dos favelados e ofereceu recursos públicos para a construção de moradias populares nos subúrbios. Porém, os moradores das favelas não aceitaram a mudança, que os deslocariam para longe do mercado de trabalho, concentrado no Centro da cidade, no seu entorno e nos bairros das zonas Norte e Sul.

As concepções urbanísticas, subjacentes no teor do *Plano Agache*, ainda muito influenciadas pelo academicismo francês, não permitiram que os problemas sociais e demográficos, decorrentes das profundas desigualdades sociais existentes entre os grupos que formavam a população carioca, fossem incorporados às suas proposições de planejamento urbano de forma a superá-los. A complexidade e a amplitude daqueles problemas marcantes da história da cidade exigiriam a realização de transformações estruturais no espaço urbano que o *Plano Agache* foi incapaz de propor, apesar do seu inegável caráter inovador.

Talvez, em decorrência das grandes dificuldades para operacionalizar as transformações estruturais e resolver os problemas sociais e demográficos da população da cidade, o *Plano Agache* não foi implantado de forma global por nenhum governo, apesar de muitas de suas propostas terem sido utilizadas por outros planos de urbanização posteriores. Porém, permanece como um marco teórico e ideal na história urbanística da cidade do Rio de Janeiro e nos estudos dos seus especialistas, pois serviu para alertar os engenheiros, os arquitetos e os administradores cariocas sobre a complexidade dos problemas do urbanismo moderno e estendeu a visão destes profissionais das questões locais para as de maior amplitude, englobando áreas maiores do território urbano, que abarcavam um número maior de municípios, integrando os interesses locais a um conjunto mais amplo de demandas que abarcava toda a região metropolitana, incluindo os municípios vizinhos.

Os trabalhos de elaboração deste Plano não foram concluídos até o começo de 1930 e, portanto, a sua aprovação e implantação somente poderiam ser feitas depois de outubro do mesmo ano, quando o Conselho de Intendência voltaria a funcionar, depois do seu recesso ordinário. De fato, porém, o processo de sua execução nunca foi discutido nem aprovado pelos intendentess, pois o movimento político que levou Getúlio Vargas ao poder destituiu o prefeito Prado Júnior, suprimiu o Conselho de Intendência e anulou todos os projetos provenientes de governos da “República Velha”.

Em 1929, as dependências do Arquivo do Distrito Federal, no Palácio Municipal, foram ampliadas, com a incorporação de mais duas salas, localizadas no subsolo do prédio. Estas salas receberam os nomes de Souza Aguiar e de Noronha Santos, em homenagem ao ex-prefeito e ao dedicado dirigente do órgão. Nelas foram instaladas estantes metálicas, ventiladores e sistema elétrico especial, pois foram destinadas a depositar uma extensa documentação proveniente da Diretoria Geral de Instrução Pública.²⁷⁰ Nesse mesmo ano, porém, o Arquivo do Distrito Federal perdeu valiosos Livros de Registros e diversos documentos da Diretoria Geral de Fazenda, devido a um grave acidente, provocado por descuido do pessoal da Contadoria daquela Diretoria, destruindo parte da valiosa documentação de valor permanente dessa repartição.

Em 16 de janeiro de 1930, o Decreto nº 3.201 ²⁷¹, baixado pelo prefeito Prado Júnior, determinou que, excluídos os documentos impressos e manuscritos classificados e arranjados no ADF, todos os demais objetos

(peças de numismática, livros raros e objetos de valor para o estudo da história da cidade), já arquivados ou que viessem a ser doados ou adquiridos pela Prefeitura, seriam conservados cuidadosamente em uma repartição que recebeu a denominação de Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Este mesmo Decreto encarregou Mário de Aristides Freire, diretor-geral de Estatística e Arquivo, de designar, dentre os servidores que atuavam na referida Diretoria, aqueles que seriam especialmente incumbidos da conservação do acervo museológico, reunido e catalogado no ADF.

O Decreto também encarregou o diretor-geral de Estatística e Arquivo de especificar as atribuições de cada servidor, incumbido da guarda desse acervo, por meio de uma Portaria que, depois de elaborada, deveria ser aprovada pelo prefeito e anexada ao Regulamento do ADF. Este Decreto estipulou um prazo de 10 dias para que os chefes das diretorias gerais da Prefeitura recolhessem à Diretoria de Estatística e Arquivo as peças museológicas existentes em suas dependências e providenciassem as suas devidas autenticações.

No projeto de Lei Orçamentária ²⁷², apresentado pelo prefeito Prado Júnior ao Conselho de Intendência, para o exercício de 1930, foram relacionados os servidores necessários ao funcionamento do ADF. O prefeito propôs a formação de uma equipe composta por um diretor, dois chefes de serviço, quatro primeiros-oficiais, seis segundos-oficiais, dez terceiros-oficiais, um cartógrafo, um encadernador, um fotógrafo, dois contínuos e cinco serventes. Nessa relação não apareceram arquivistas, mas apenas escriturários que exerciam as funções de informar os requerimentos e os processos recebidos. As atividades do ADF, contudo, continuaram a ser executadas sob a direção de Oscar Rodrigues Dias da Cruz, que permaneceu chefiando a repartição, prosseguindo com o trabalho de classificação e de catalogação da documentação arquivada, conforme as orientações estabelecidas pelo seu antecessor no cargo, Noronha Santos.

No plano político municipal, desde a implantação da República das oligarquias, no começo do século XX, o sistema eleitoral dominante no Rio de Janeiro, de cunho clientelista, era fortemente hierarquizado e dominado por líderes políticos locais e cabos eleitorais bastante fisiológicos e paternalistas. Estes líderes, contudo, tinham acesso direto não apenas ao prefeito, mas até ao presidente da República, devido à proximidade física que a vida política carioca permitia existir entre os diferentes níveis de governo, decorrente do fato de a Presidência da República estar sediada no território da cidade-capital. Fato que facilitava o atendimento dos seus “pedidos” pelas autoridades governamentais do nível municipal e federal. No fim dos anos 1920, porém, o sistema político-eleitoral clientelista entrou em colapso.²⁷³ A sua incapacidade de incorporar a diversificação da sociedade carioca foi um dos fatores determinantes da crise deste sistema. A diversificação social, étnica e cultural da população da cidade foi decorrente da imigração estrangeira e das imigrações regionais internas, que resultaram no vertiginoso *boom* demográfico e na complexa diferenciação da composição da população urbana e nos entrelaçamentos e conflitos que marcaram o seu cotidiano. Em decorrência dessa composição diversificada da população, os líderes, chefes políticos e cabos eleitorais tradicionais não conseguiram canalizar para si as demandas das massas urbanas recém-chegadas ao Rio de Janeiro, que se concentraram nos subúrbios e nas periferias da cidade, pois o sistema político tradicional era pouco participativo, bastante excludente, ineficiente e inflexível.

Assim, as demandas dos novos setores da população carioca foram capitalizadas pelas propostas das forças de oposição que atuavam na cidade, formadas pelos socialistas, anarquistas e comunistas, que atuavam nos sindicatos dos trabalhadores, e pelos democratas radicais e reformistas que expressavam o descontentamento das classes médias urbanas, especialmente através da imprensa e de associações profissionais. As diferentes forças de oposição convergiam, formulando um programa político que se fundava na defesa de uma legislação de proteção aos trabalhadores; na luta por melhores condições de vida e de trabalho para o povo; na implantação de sistemas de transportes e de serviços e equipamentos públicos nos subúrbios e na Zona Rural da cidade; na defesa de uma educação pública de qualidade, laica, gratuita e obrigatória, criticando o elevado índice de analfabetismo da população; no combate à corrupção política do sistema dominante, às fraudes e aos currais

eleitorais; na luta pela autonomia municipal, por meio da extensão dos direitos civis e sociais às massas trabalhadoras; e, no repúdio à política clientelista e assistencialista dos políticos tradicionais.

No pleito municipal de 1928, porém, do qual participaram 40 mil eleitores, os políticos da oposição não conseguiram um bom resultado, elegendo apenas dois do total de 24 intendentes eleitos. Nestas eleições, por poucos votos até Adolfo Bergamini, líder político reformista bastante popular nos subúrbios do Méier e do Engenho de Dentro, não foi reeleito. Os políticos tradicionais mobilizaram suas bases clientelistas locais e negociaram acordos entre si, conseguindo eleger a maioria dos representantes dos cariocas no Legislativo municipal.

No primeiro semestre de 1929, dois fatores externos contribuíram para acelerar a crise do sistema clientelista tradicional no Rio de Janeiro: a quebra da bolsa de valores de Nova York e a conseqüente depressão econômica que se espalhou rapidamente pelo mundo. Os problemas econômicos (alta do custo de vida e da inflação, demissões em massa, desemprego, alta do câmbio, desabastecimento etc.) provocaram o crescimento dos movimentos dos operários urbanos e o fortalecimento dos seus sindicatos.

Entretanto, no segundo semestre de 1929, os movimentos sociais refluíram. Trabalhadores e empresários voltaram suas atenções para as eleições presidenciais que ocorreriam em março de 1930. Os movimentos dos trabalhadores reivindicavam a implantação de uma legislação trabalhista, os meios empresariais queriam o fim dos programas governamentais de proteção à cafeicultura, que concentravam o crédito nesta atividade econômica e dificultavam a obtenção de empréstimos e de créditos públicos para outros empreendimentos.

O ritmo da campanha eleitoral foi marcado pela polarização entre o governador paulista Júlio de Albuquerque Prestes, candidato oficial do Partido Republicano Paulista, apoiado pelo presidente Washington Luís, e o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas, apoiado pela Aliança Liberal²⁷⁴. A chapa oficial ao Executivo Federal obteve o apoio das situações na maioria dos estados da União e no Distrito Federal, onde o prefeito apoiou o candidato Júlio Prestes.

Nestas eleições, o Rio de Janeiro desempenhou o papel de caixa de ressonância nacional, pois o Congresso Nacional e os principais órgãos da grande imprensa estavam sediados no seu território. Em 2 de janeiro de 1930, o Rio de Janeiro foi palco de um grande comício de Getúlio Vargas, com o apoio dos políticos reformistas cariocas, como Adolfo Bergamini e Maurício de Lacerda. O discurso proferido por Vargas neste comício reconheceu a ineficácia da administração mista da cidade-capital e o direito dos cidadãos cariocas de elegerem diretamente os seus prefeitos. Desta forma, o candidato presidencial da Aliança Liberal comprometeu-se com a bandeira autonomista defendida no programa de convergência das forças oposicionistas cariocas.

Prado Júnior reagiu ao crescimento da popularidade de Vargas no Rio de Janeiro, usando o poder da máquina do governo municipal e a sua influência política como governante bem visto pela população, com o objetivo de ganhar o apoio do eleitorado carioca para a chapa oficial e impedir a eleição dos candidatos da oposição na cidade. Recebeu o apoio do ex-prefeito Paulo de Frontin, que já recuperara a sua liderança sob a Aliança Republicana, força política tradicional que ainda dominava o Conselho de Intendência do Distrito Federal.

Paulo de Frontin conseguiu o apoio dos principais chefes políticos e cabos eleitorais locais tradicionais para os candidatos oficiais, apoiados por Prado Júnior e pelo presidente Washington Luís. Em troca dos votos nos candidatos oficiais, Frontin prometeu aos eleitores lutar por melhorias nos transportes, nas comunicações, na educação pública e na assistência médica. Defendeu o voto secreto para combater a corrupção eleitoral, comprometeu-se a eletrificar a Estrada de Ferro Central do Brasil, da qual já fora dirigente, e a lutar por uma legislação trabalhista de proteção à mulher e ao menor trabalhador.

Nas eleições de 1º de março de 1930, as massas trabalhadoras cariocas, sem lideranças próprias expressivas, acabaram votando nos candidatos oficiais, afastando-se dos oposicionistas, que terminaram não recebendo

os votos que esperavam. Maurício Lacerda foi o único líder da oposição eleito para a Câmara dos Deputados, com uma expressiva votação. E Júlio de Albuquerque Prestes, o candidato oficial, foi eleito presidente da República com mais de 300 mil votos de diferença sobre Getúlio Vargas. Entretanto, a vitória eleitoral do candidato oficial no Rio de Janeiro não resultou no cumprimento das promessas acenadas aos eleitores pelos líderes políticos que o apoiaram

O presidente Washington Luís, em final de mandato, voltou suas atenções para os assuntos nacionais, não atendendo às demandas locais dos políticos tradicionais que apoiaram a eleição de Júlio Prestes. O prefeito Prado Júnior, por sua vez, não teve força política para articular os interesses e os recursos que permitiriam satisfazer as reivindicações dos milhares de novos eleitores cariocas. Assim, no campo situacionista do Distrito Federal, a vitória eleitoral de Júlio Prestes não modificou as condições de vida da massa da população e os políticos tradicionais, mais uma vez, não cumpriram suas promessas eleitorais. Prado Júnior procurou coibir as práticas clientelistas dos intendentes e vetou as suas iniciativas que implicassem novos gastos para a Prefeitura, apesar das pressões que sofreu dos chefes políticos e cabos eleitorais tradicionais, que apoiaram o candidato presidencial eleito oficialmente.

Entretanto, no campo das forças oposicionistas, especialmente entre os partidários da Aliança Liberal, começaram a ocorrer articulações, envolvendo aliancistas, “tenentes” e líderes reformistas urbanos, que apontavam para uma conspiração golpista, contestando os resultados eleitorais. No contexto destas articulações, em junho, Getúlio Vargas lançou um manifesto denunciando a existência de fraudes nas eleições de março e contestando os seus resultados. No Rio de Janeiro, entretanto, a opinião pública rechaçou a conspiração golpista, veiculada no Congresso Nacional e na grande imprensa carioca, devido ao seu caráter militarista e revanchista. A maioria da opinião carioca não simpatizou com os conspiradores, nem acreditou no sucesso da sua empreitada. Contudo, a conspiração avançou no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba.

Os conspiradores, sob a direção do advogado gaúcho Oswaldo Aranha, amigo pessoal de Getúlio Vargas, desprezaram os líderes reformistas da Aliança Liberal no Rio de Janeiro, muito vigiados e controlados pela Polícia federal. Escolheram para coordenar o movimento golpista na Capital Federal, o médico pernambucano Pedro Ernesto Batista, que participara das revoltas dos “tenentes”, de 1922 e de 1924. Ele passou a dirigir os preparativos da conspiração no Rio de Janeiro, transportando soldados, armas, munições e dinheiro nas ambulâncias de sua clínica particular.

Em 24 de outubro, o golpe comandado pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e pelo almirante Isaías Noronha depôs o presidente Washington Luís e o prefeito do Distrito Federal, Prado Júnior, foi preso e exilado junto com o presidente. Os diretores gerais, os inspetores e o secretário do prefeito foram exonerados dos cargos que ocupavam. No mesmo dia da deposição do prefeito Prado Júnior, para ganhar as simpatias dos cariocas, a Junta Militar formada pelos comandantes do golpe, nomeou o intendente Adolfo Bergamini, líder da oposição no Conselho de Intendência e com uma grande base eleitoral no Méier e no Engenho de Dentro, prefeito da cidade, permitindo-lhe indicar aliados para ocupar cargos da administração municipal.

Quando as forças revolucionárias, lideradas por Getúlio Vargas chegaram ao Rio de Janeiro, num gesto carregado de simbolismo, amarraram seus cavalos no obelisco, localizado no fim da avenida Rio Branco, então a principal artéria da cidade. Em 10 de novembro de 1930, Vargas foi empossado na Presidência da República, aceitando formar um Governo Provisório, com seus poderes presidenciais reduzidos, pois alguns membros da Junta Militar foram mantidos em ministérios importantes, como o do Exército e o da Marinha. Com o objetivo de ganhar a simpatia dos cariocas, Vargas confirmou a permanência de Adolfo Bergamini à frente da Prefeitura do Distrito Federal, nomeando-o prefeito, por causa da sua popularidade e da sua participação no movimento que o levou ao poder.

NOTAS

- ¹⁰¹ Sobre a Guarda Negra há posições divergentes. Segundo Carlos Luís Líbano Soares, coexistiram dois projetos diferentes sobre a “negradada instituição”: o primeiro propôs a formação de uma agremiação política de ex-escravos e libertos, dedicada à defesa da monarquia e, sobretudo, da princesa Isabel, a Redentora, que foi fundada por José do Patrocínio, em 1888, na redação do seu jornal *Cidade do Rio de Janeiro*. O segundo foi respaldado pelo gabinete conservador, chefiado por João Alfredo Correia de Oliveira, que apoiou a formação de uma milícia armada, formada por capoeiras, para reprimir com violência as manifestações republicanas. Cf. SOARES, C. L. L. 1999, p. 251- 274.
- ¹⁰² Cf. Código 43-2-91, AGCRJ.
- ¹⁰³ Os “republicanos democratas radicais” foram denominados de rousseauianos porque adotaram as ideias igualitaristas e democráticas do filósofo franco-suíço Jean-Jacques Rousseau, que influenciaram a formação do Partido Jacobino, na fase mais radical da Revolução Francesa, durante a Convenção Republicana (1792-1795).
- ¹⁰⁴ Os positivistas ortodoxos e heterodoxos foram seguidores da ideologia formulada pelo francês Auguste Comte, segundo o qual a natureza humana evolui obedecendo a leis históricas regidas pelos princípios da ordem, do progresso e do altruísmo, ou seja, do amor ao próximo.
- ¹⁰⁵ Cf. CARVALHO, J. M. de. 1993, p. 38- 54; *Idem*. 1987, p. 24-26.
- ¹⁰⁶ Cf. SVECENKO, N. 2003.
- ¹⁰⁷ Cf. QUEIROZ, S. R. dos Reis, 1986.
- ¹⁰⁸ Cf. SVECENKO, N. 2003.
- ¹⁰⁹ Cf. ROMERO, S., 1900, p. XXIII.
- ¹¹⁰ A expressão “inserção compulsória do Brasil na ‘Belle Époque’ é título de um capítulo do livro de SVECENKO, N., 2003.
- ¹¹¹ Sobre estas revoltas conf. NEVES. G. P. das; *et alii*, 2002, p. 237-240; 283-284; FAUSTO, B. 1997, p. 255-256; 257-258.
- ¹¹² Cf. SVECENKO, N., 2003.
- ¹¹³ Cf. SVECENKO, N. 2003, p. 32.
- ¹¹⁴ O Encilhamento foi o termo empregado para designar o conjunto de fenômenos econômicos – inflação, especulação financeira, desvalorização da moeda brasileira, elevação do câmbio – que se desenvolveu durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca e perdurou até a presidência de Campos Sales (1898-1902). O termo faz alusão ao local do hipódromo onde os cavalos eram encilhados e as apostas feitas, comparando os fatos que ocorriam na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com os jogos e apostas que eram feitos naquele local.
- ¹¹⁵ Cf. CARDOSO, F.H. 1977, p. 15-50.
- ¹¹⁶ Cf. a citação em SVECENKO, N. 2003. p. 35-36.
- ¹¹⁷ Cf. SVECENKO, N. 2003. p. 36-38.
- ¹¹⁸ Cf. JANOTTI, M. de L. M. 1981; LEAL, V. N. 1975.
- ¹¹⁹ Cf. *Coleção das Leis do Brasil. Decretos do Governo Provisório, 1889-1890*.
- ¹²⁰ Cf. o Termo de Posse, AGCRJ, caixa236.
- ¹²¹ DELGADO DE CARVALHO, C., 1993, p. 112-113; CARVALHO, J. M. de.1987, p. 32-34.
- ¹²² Cf. CARVALHO, J. M. de. 1987, p. 33.
- ¹²³ Cf. *Coleção das Leis do Brasil. Decretos do Governo Provisório, 1889-1890*.
- ¹²⁴ Cf. o Regimento interno do Conselho de Intendência Municipal. *Boletim da Intendência Municipal*. 1890, p. 39-40.
- ¹²⁵ Cf. o Código 37-4-44, AGCRJ.
- ¹²⁶ Cf. o Relatório no Código 37-4-43, AGCRJ.
- ¹²⁷ Cf. a Lei Orgânica do Distrito Federal, nº 85 na *Coleção de Leis Municipais e vetos*. Conselho de Intendência Municipal. 1897, p. 673-684.
- ¹²⁸ Cf. o Decreto nº 44 na *Coleção de Leis Municipais e Vetos*. Conselho de Intendência Municipal. 1897, p. 49-56.
- ¹²⁹ Cf. Atos do Prefeito. *Coleção das Leis Municipais e Vetos*. Conselho Municipal, 1897 ou o Código 36-4-16, AGCRJ.
- ¹³⁰ Cf. SVECENKO, N. 2003.
- ¹³¹ Sobre o conceito de intelectual orgânico, cf. GRAMSCI, A. 1978, p. 3-114.
- ¹³² Cf. o Decreto nº 102 na *Coleção de Leis Municipais e Vetos*. Conselho de Intendência Municipal, 1897, p. 41-42.
- ¹³³ Cf. Decreto nº 22, na *Coleção de Leis Municipais e Vetos*. Conselho Municipal, 1897, p. 57-60.
- ¹³⁴ Cf. o Decreto nº 25, na *Coleção de Leis Municipais e Vetos* . Conselho Municipal *Cop. cit.* 1897, p. 63-67.
- ¹³⁵ Cf. o artigo “A Revista do Archivo do Distrito Federal”, de autoria de Sandra Horta, na *Revista Cidade Nova*. 2007 p. 97-112.
- ¹³⁶ Cf. MORAES FILHO, A. M. de. 2002, p. 17.
- ¹³⁷ Cf. CARVALHO, J. M. de. 1993, p. 55-73.
- ¹³⁸ Cf. a Portaria nº 575 no *Boletim da Intendência Municipal*, 1897, p. 302.
- ¹³⁹ Cf. a Lei Federal nº 493 na *Coleção de Leis Municipais vigentes no Distrito Federal, 1893-1921*, v. 1, p. 697.
- ¹⁴⁰ *Funding loan* significa um empréstimo de consolidação de uma dívida, garantindo o pagamento de juros e do montante dos empréstimos anteriores. No caso, o novo empréstimo foi de 10 milhões de libras.
- ¹⁴¹ Nas palavras de Campos Sales: “É de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, as ruas da capital da União. (...) A política dos estados (...) é a política nacional”. *Apud* CARVALHO, J. M. de. 1987, p. 33.
- ¹⁴² Cf. o Decreto Federal Nº 543 na *Coleção de Leis Municipais vigentes no Distrito Federal*. 1893-1921, p. 697-698.
- ¹⁴³ Cf. o Relatório do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*. 1900, p. 54-55.
- ¹⁴⁴ Cf. o Decreto Nº 205 no *Boletim da Intendência Municipal*. 1900, p. 72.
- ¹⁴⁵ Cf. o Decreto nº 207 na *op. cit.* 1900, p. 81.
- ¹⁴⁶ Cf. o Decreto nº 766 no *Boletim da Intendência Municipal*. 1900, p. 336.
- ¹⁴⁷ Cf. o Decreto nº 212 no *Boletim da Intendência Municipal*. 1900, p. 98.
- ¹⁴⁸ Cf. o Decreto Legislativo nº 785 no *Boletim da Intendência Municipal*. 1900, p. 358-360.
- ¹⁴⁹ Cf. o Decreto nº 234, no *Boletim da Intendência Municipal*. 1901, p. 35.

- ¹⁵⁰ Cf. o Decreto nº 791, no *Boletim da Intendência Municipal*, 1900, p. 380-384.
- ¹⁵¹ Cf. o Decreto nº 226, na *Boletim da Intendência Municipal*, 1901, p. 19-20.
- ¹⁵² Cf. Decreto nº 234, no *Boletim da Intendência Municipal*, 1901, p. 28-29.
- ¹⁵³ Cf. o Decreto nº 236 na *op. cit.* 1901, p. 31-32.
- ¹⁵⁴ Cf. o Decreto Orçamentário, nº 843, na *Coleção das Leis Municipais vigentes no Distrito Federal*, 1893-1921, p. 699.
- ¹⁵⁵ Cf. o Relatório do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1902.
- ¹⁵⁶ Cf. o Decreto Executivo Federal nº 4.463 na *Coleção de Leis do Brasil*, 1902.
- ¹⁵⁷ Cf. o Decreto Executivo Federal nº 4.464 na *Coleção de Leis do Brasil*, 1902.
- ¹⁵⁸ Cf. o Decreto nº 302 na *Coleção das Leis Municipais vigentes no Distrito Federal*, 1893-1921, p. 503.
- ¹⁵⁹ Cf. o Decreto nº 303 na *Coleção das Leis Municipais vigentes no Distrito Federal*, 1893-1921, p. 504.
- ¹⁶⁰ Cf. o Decreto nº 304 na Cf. o Decreto nº 212 no *Boletim da Intendência Municipal*, 1900, p. 98. 1893-1921, p. 505.
- ¹⁶¹ Cf. o Relatório do chefe do Arquivo Geral no Códice 38-1-52, AGCRJ.
- ¹⁶² Cf. o Relatório do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1902.
- ¹⁶³ O Convênio de Taubaté, firmado na cidade paulista homônima entre os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e o presidente da República, garantiu que o governo federal compraria e manteria em estoque os excedentes da produção cafeeira paulista, com o objetivo de evitar a queda dos seus preços no mercado externo. Este acordo provocou sucessivas crises de superprodução, aumento o endividamento externo do Brasil e os desentendimentos e divisões entre as oligarquias dominantes dos demais estados, especialmente as de Minas Gerais, com as de São Paulo. Cf. NEVES, G. P. das; *et alii*, 2002, p. 268-270.
- ¹⁶⁴ Cf. a Lei nº 939, *Coleção das Leis Municipais vigentes no Distrito Federal*, 1893-1921, p. 701-711.
- ¹⁶⁵ Cf. Mensagem de 1º de setembro de 1903 do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1903.
- ¹⁶⁶ Sobre o programa de urbanização de Haussmann, que abriu largas avenidas, bulevares e praças, como a de l'Opéra e de l'Étoile, em Paris, para impedir o erguimento de barricadas pelas classes trabalhadoras, durante as suas revoltas, conferir BENCHIMOL, J. L. Rio de Janeiro: da urbe colonial à cidade dividida. *Rio de Janeiro Cinco Séculos de Transformações Urbanas*, 2010, p. 163-203; *Idem*, 1992.
- ¹⁶⁷ Sobre o processo de transformação da região portuária carioca, conferir LAMARÃO, S. T. de N., 1991.
- ¹⁶⁸ Cf. o Códice 38-1-52, AGCRJ.
- ¹⁶⁹ Cf. o Decreto nº 399 na *Coleção das Leis vigentes do Distrito Federal*, 1893-1921.
- ¹⁷⁰ Cf. o Decreto Federal nº 1.101 na *Coleção de Leis Municipais vigentes no Distrito Federal*, 1903.
- ¹⁷¹ Cf. a Consolidação das Leis Federais, instituída pelo Decreto nº 5.160, sobre o Distrito Federal na *Coleção de Leis Municipais vigentes no Distrito Federal*, 1904.
- ¹⁷² Cf. o Relatório do chefe do Arquivo Geral no Códice 38-1-52, AGCRJ.
- ¹⁷³ Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1904.
- ¹⁷⁴ Cf. o Decreto-Lei nº 96 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1948.
- ¹⁷⁵ Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1905.
- ¹⁷⁶ Cf. SEVCENKO, N. 2003
- ¹⁷⁷ Sobre o “bota-abaixo” há uma vasta literatura especializada. Destaco o estudo de ROCHA, O. P. 1995.
- ¹⁷⁸ Cf. BENCHIMOL, J. L., 1992; 2002, p. 125-158.
- ¹⁷⁹ Cf. SEVCENKO, N. 2003.
- ¹⁸⁰ Cf. os artigos “Ça marche”, de 24/6/1909 e “Rio primor de elegância”; de 13/7/1907, da revista *Fon -Fon* e no artigo “A semana dia a dia”, de 3 /3/1910, no *Jornal do Commercio*. *Apud* SEVCENKO, N. 2003, p. 46.
- ¹⁸¹ Cf. SEVCENKO, N. 2003; 1984.
- ¹⁸² Cf. SEVCENKO, N. 2003.
- ¹⁸³ Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1906.
- ¹⁸⁴ Cf. o Decreto Legislativo nº 1. 619 no *Boletim da Intendência Municipal*, 1906.
- ¹⁸⁵ Cf. VENTURA, Z. 1995.
- ¹⁸⁶ O darwinismo social foi uma corrente sociológica que aplicou na vida social os princípios da teoria da evolução, desenvolvida por Charles Darwin, afirmando que na evolução das sociedades humanas ocorriam os mesmos processos seletivos das espécies animais.
- ¹⁸⁷ Cf. o Decreto nº 1.191 no *Boletim da Intendência Municipal*, 1908.
- ¹⁸⁸ Cf. o Decreto nº 696 no *Boletim da Intendência Municipal*, 1908.
- ¹⁸⁹ Cf. as mudanças na composição das Diretorias Gerais, no *Boletim da Intendência Municipal*, 1906.
- ¹⁹⁰ Cf. as nomeações nos *Boletins da Intendência Municipal*, 1908 e 1909.
- ¹⁹¹ Cf. as Mensagens do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1908.
- ¹⁹² Cf. o Decreto nº 312 no *Boletim da Intendência Municipal*, 1902.
- ¹⁹³ Cf. as Mensagens do prefeito nos *Boletins da Intendência Municipal*, 1909.
- ¹⁹⁴ Cf. a transferência de Noronha Santos para o Arquivo Geral nos *Boletins da Intendência Municipal*, 1909 e 1910.
- ¹⁹⁵ Esta intervenção do presidente da República no Legislativo do Distrito Federal estava prevista pela legislação municipal em vigor. Cf. o Decreto federal nº 7.689 no *Boletim da Intendência Municipal*, 1909.
- ¹⁹⁶ Cf. a exoneração e a nomeação dos secretários do prefeito no *Boletim da Intendência Municipal*, 1910.
- ¹⁹⁷ A chamada “política das salvações” foi praticada por grupos de militares descontentes com a corrupção e os desmandos dos governantes dos estados, derrubando-os do poder, com o apoio das oligarquias dissidentes.
- ¹⁹⁸ Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1911.

- ¹⁹⁹ Cf. a Mensagem no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1911.
- ²⁰⁰ Cf. o Relatório de Noronha Santos no Códice 38-1-63, AGCRJ.
- ²⁰¹ Cf. o Relatório de Noronha Santos que registra a doação das fotografias no Códice 38-1-65, AGCRJ.
- ²⁰² Cf. o Decreto nº 1.641 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*.1914 ou no Códice 18-4-12, AGCRJ.
- ²⁰³ Cf. o Decreto nº 987 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. out./dez.1914.
- ²⁰⁴ Cf. o Decreto nº 988 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. out./dez. 1914.
- ²⁰⁵ Cf. o Decreto nº 989 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. out./dez. 1914.
- ²⁰⁶ Cf. a exoneração de José Legey e a nomeação de Manoel Homem de Melo no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, out./dez 1914, p. 147.
- ²⁰⁷ Cf. o Regulamento do Archivo Geral, instituído pelo Decreto nº 988, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1914.
- ²⁰⁸ Cf. a Exposição de Noronha Santos no Códice 38-1-63, AGCRJ.
- ²⁰⁹ Cf. o Relatório de Noronha Santos no Códice 38-1-64, AGCRJ.
- ²¹⁰ Cf. a nomeação do secretário do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1914.
- ²¹¹ Cf. o Relatório do chefe do Archivo Geral no Códice 37-4-47, AGCRJ.
- ²¹² Cf. o Decreto nº 1.786 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1918.
- ²¹³ Cf. o Decreto nº 1.126 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1916.
- ²¹⁴ Cf. a Mensagem nº 357 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1916.
- ²¹⁵ Cf. o Decreto nº 1.165 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1917.
- ²¹⁶ Cf. o Decreto nº 1.185, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1918.
- ²¹⁷ Cf. o Códice 36-4-16, AGCRJ e o *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1917.
- ²¹⁸ Cf. o Códice 37-4-47, AGCRJ.
- ²¹⁹ Cf. CARONE, E. 1975, p. 232.
- ²²⁰ Cf. o Decreto nº 2.074, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1919.
- ²²¹ Para mais informações sobre a biografia e a gestão de Paulo de Frontin, sugiro o volume a ele dedicado da coleção *Prefeitos do Rio de Janeiro*, 2008.
- ²²² REIS, J. de Oliveira. 1977, p.71.
- ²²³ Cf. o Decreto nº 1.328 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1919.
- ²²⁴ Cf. o Decreto nº 1.360 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1919.
- ²²⁵ Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*.1919.
- ²²⁶ Cf. o Decreto nº 1.361 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1919.
- ²²⁷ Cf. o Decreto nº 1.371 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1919.
- ²²⁸ Cf. o Decreto Nº 1.372 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*.1919.
- ²²⁹ Cf. o Decreto nº 1.373 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1919.
- ²³⁰ Cf. a nomeação do secretário do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1919.
- ²³¹ Cf. o Decreto nº 1.388 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1919.
- ²³² Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1919.
- ²³³ Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1920.
- ²³⁴ Cf. o Decreto nº 2.128, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1919.
- ²³⁵ Para mais informações sobre a biografia de Carlos Sampaio e sobre sua administração, cf. KESSEL, C. 2001.
- ²³⁶ Cf. esta nomeação no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1920.
- ²³⁷ Cf. as nomeações de Carlos Sampaio para o primeiro escalão da Prefeitura no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1920.
- ²³⁸ Cf. o Decreto nº 1.451 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1920.
- ²³⁹ Cf. o Decreto nº 1.550 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1921.
- ²⁴⁰ Cf. o Decreto nº 1.647 A, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1921.
- ²⁴¹ Cf. a Lei nº 2.317, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1920.
- ²⁴² Cf. o Decreto nº 1.464 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1920.
- ²⁴³ Cf. o Decreto nº 2.448 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1920.
- ²⁴⁴ Cf. o Decreto nº 1. 470 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1920.
- ²⁴⁵ Cf. o Contrato no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, de 1921.
- ²⁴⁶ Cf. a proposta orçamentária do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1921.
- ²⁴⁷ O tenentismo foi um movimento formado por tenentes e capitães provenientes das camadas médias urbanas que assumiu uma ideologia reformista, impregnada do ideal do “soldado-cidadão”, que surgiu nos primórdios da República. O movimento dos “tenentes” propôs reformas políticas e educacionais, como a adoção do voto secreto, o combate as fraudes eleitorais e ao analfabetismo.
- ²⁴⁸ A Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes reuniu os “tenentes” paulistas rebeldes de 1924 aos gaúchos, que se opunham ao governador Borges de Medeiros. A Coluna durou dois anos, percorrendo mais de 24 mil quilômetros no interior do país, enfrentando as forças governistas federais e as polícias e jagunços estaduais e terminou se retirando para a Bolívia. Propôs o voto secreto, o ensino público de qualidade e a obrigatoriedade do ensino primário.
- ²⁴⁹ Cf. a mensagem do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1922.

²⁵⁰ Cf. o Decreto nº 2.021, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1924.

²⁵¹ Cf. o Decreto nº 2087, na *op. cit.*, 1925.

²⁵² Cf. o Decreto nº 2.969, na *op. cit.*, 1924.

²⁵³ Cf. o Decreto nº 2.468, na *op. cit.*, 1926.

²⁵⁴ Cf. a nomeação de Mário Freire na *op. cit.*, 1924.

²⁵⁵ Cf. a exoneração do diretor-geral Mario Freire no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1926.

²⁵⁶ Cf. as licenças de Noronha Santos, na *op. cit.* 1924.

²⁵⁷ Cf. a renovação das licenças e a aposentaria de Noronha Santos na *op.cit.* 1926.

²⁵⁸ Esta proposta orçamentária consta do relatório anual que Noronha Santos apresentou ao diretor-geral de Estatística e Arquivo no final de 1924. Cf. Códice 38-1-6, AGCRJ.

²⁵⁹ Cf. o Decreto Nº 2.233, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1923.

²⁶⁰ Cf. essas nomeações no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1926.

²⁶¹ Cf. CONNIF, M. L., 2006, pp. 44-54.

²⁶² Cf. a nomeação de Fernando de Azevedo no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1927.

²⁶³ Cf. as promoções de Dias da Cruz e de Restier Gonçalves nos *Boletins da Prefeitura do Distrito Federal*, de 1926, p. 82 e de 1929, p. 94.

²⁶⁴ Cf. a Mensagem do prefeito no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1927.

²⁶⁵ Este documento integra o acervo do Arquivo da Cidade

²⁶⁶ Cf. a Mensagem do prefeito de 1/6/1927 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1927.

²⁶⁷ Cf. a Mensagem nº 617 do prefeito na *op. cit.*, 1927.

²⁶⁸ Sobre o *Plano Agache* consultar especialmente o artigo de MELEMIS, S. 1988.

²⁶⁹ *City Beautiful* foi um movimento cultural de referência da Arquitetura norte-americana, propondo o embelezamento das cidades. Um dos seus expoentes foi o arquiteto Daniel Hudson Burnham, chefe das obras da Exposição Colombiana de 1893. Esta Exposição divulgou nos EUA os planos urbanísticos desenvolvidos pelas prefeituras das grandes metrópoles europeias, como Paris, Londres e Viena.

²⁷⁰ Cf. o *Boletim Informativo do AGCRJ*, 1982, pp. 9-10

²⁷¹ Cf. o Decreto nº 3.201 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1930.

²⁷² Cf. o projeto de Lei Orçamentária no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1929.

²⁷³ Para uma caracterização da crise do sistema oligárquico-clientelista carioca cf. CONNIF, M.L., 2006.

²⁷⁴ A Aliança Liberal foi uma frente política formada por representantes das oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba que não aceitaram a imposição da candidatura oficial de Júlio de Albuquerque Prestes pelo presidente Washington Luís. Os aliancistas ganharam o apoio dos Partidos Democráticos paulista e carioca e defenderam um programa que combatia a política de proteção à cafeicultura, propunha a criação de uma legislação trabalhista, assumindo a defesa das reivindicações dos trabalhadores. Também denunciaram a corrupção eleitoral e defenderam uma reforma educacional, para atrair os setores médios urbanos que encaravam a educação como um meio de ascensão social.



CAPÍTULO 3

AS TRAVESSIAS DO ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL NA ERA VARGAS (1934-1945)

3.1. AS INSTÁVEIS TRAVESSIAS DO ARQUIVO GERAL PELA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL (1934-1940)

A chamada Revolução de 1930, apesar de não promover imediatamente transformações profundas no contexto socioeconômico nacional, resultou em uma ruptura importante com o passado político recente da nação, pois incorporou os anseios de mudanças das oligarquias dissidentes, da burguesia industrial, das classes médias e dos trabalhadores urbanos, que se haviam configurado desde o começo da década de 1920 e se expressaram nos movimentos tenentistas, no crescimento dos movimentos operários nas cidades, na fundação do Partido Comunista e dos Partidos Democráticos e na eclosão do Modernismo nas artes brasileiras.²⁷⁵ Portanto, as forças vitoriosas em 1930 constituíram uma correlação de forças de composição social e política complexa e heterogênea, não representando a tomada de poder diretamente por uma ou outra classe social, fosse a burguesia industrial, fossem as classes médias urbanas, pois assumiram um caráter policlassista e populista.²⁷⁶

A “Revolução de 1930” promoveu a substituição da elite dirigente republicana liberal-conservadora, afastando os quadros políticos tradicionais da direção do Estado Nacional e permitindo a ascensão ao poder dos jovens oficiais militares, os “tenentes”; dos técnicos diplomados; dos jovens líderes políticos reformistas; e dos representantes das oligarquias dissidentes. Possibilitou que fossem sendo realizadas reformas graduais para acomodar os diversos interesses em jogo na renovada cena política nacional. Sem dúvida, no médio prazo, o movimento que alçou Getúlio Vargas ao poder operou uma inflexão na vida política e institucional do país, ao substituir o federalismo e o *laissez-faire*, até então vigentes, por uma política fortemente centralista e intervencionista.

A adoção desta política capacitou o Estado Nacional a atender a algumas demandas da burguesia industrial, das classes médias urbanas, promoveu gradualmente a industrialização do país e incorporou os trabalhadores urbanos aos objetivos do Estado Nacional, com a promulgação de uma legislação trabalhista, especialmente depois da implantação da Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) e do enquadramento dos sindicatos operários ao aparelho de Estado. Além disto, para atender às pressões dos setores militares, a política getulista reforçou o papel estratégico das Forças Armadas, especialmente do Exército, na implantação da indústria de base no país e na manutenção da ordem social vigente.

Vargas, malgrado suas origens oligárquicas, com base na legitimidade que forjou como líder revolucionário, pôde tomar medidas eficazes para enfrentar os reflexos da crise econômica mundial e controlar a instabilidade política que assolou o país (e toda a América Latina), nos anos 1930. No poder, deu grande ênfase à industrialização do país, concorrendo para mudanças estruturais na sociedade brasileira, (êxodo

rural, concentração da população nas cidades mais industrializadas, crescimento do mercado urbano de mão de obra assalariada e aumento do mercado de consumo interno). Assim, no governo, Vargas assumiu a tarefa de planejar e modernizar a economia nacional e de enfrentar a crise depressiva mundial. Esta crise determinou os limites da política de proteção à cafeicultura, centralizando na esfera federal as principais decisões econômico-financeiras e político-administrativas, antes compartilhadas entre a União e os estados-membros da federação.

Para promover a modernização do Brasil, Vargas praticou um conjunto de mudanças políticas e institucionais “pelo alto”, como a reforma administrativa, a reforma econômico-financeira e a implantação de uma legislação trabalhista de proteção aos trabalhadores urbanos. Segundo Boris Fausto,²⁷⁷ as forças sociais e políticas, que a Revolução de 1930 levou ao poder, promoveram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir de duas bases sociais: as Forças Armadas e a aliança que se forjou entre a burguesia industrial e alguns setores das classes trabalhadoras urbanas, em torno de uma ideologia nacionalista, desenvolvimentista e populista e de uma política voltada para a industrialização do país.

Nessa conjuntura, o pacto policlassista e populista estabelecido entre os empresários industriais, os trabalhadores assalariados urbanos e o governo federal, resultante da tomada do aparelho de Estado pelos “revolucionários”, possibilitou um acelerado processo de industrialização e de urbanização, mas viabilizou a criação de uma legislação trabalhista, que atendeu a alguns interesses dos trabalhadores assalariados urbanos. Estas mudanças foram implantadas a partir da forte intervenção do Estado na economia e na organização social e política do trabalho, com o enquadramento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado especialmente para intermediar e conciliar as relações de forças entre os empresários e os trabalhadores assalariados urbanos, através da ação pretensamente neutra dos agentes estatais.²⁷⁸

No Distrito Federal, Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, procurou ganhar apoio dos cariocas, mantendo Adolfo Bergamini como interventor à frente da Prefeitura, em reconhecimento ao seu apoio político nas eleições e à sua ativa participação no movimento revolucionário. O interventor do Distrito Federal acumulou as atribuições do Executivo local e as do Conselho de Intendência Municipal, que foi extinto pelo Decreto nº 19.398²⁷⁹, baixado pelo Governo Provisório, em 11 de novembro de 1930. Este Decreto revogou a Constituição de 1891 e dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras Municipais, concentrando os Poderes Legislativo e Executivo federais nas mãos do chefe do Governo Provisório, que passou a emitir decretos-leis para governar.

Como interventor, Adolfo Bergamini (1930-1931) contou com o apoio de Lindolfo Collor, administrador da campanha eleitoral da Aliança Liberal e um dos homens mais próximos de Vargas, nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Seus primeiros atos foram marcados pelo patriotismo e pela vontade de homenagear os protagonistas do movimento vitorioso. Assim, alterou a denominação de inúmeros logradouros públicos, através de vários decretos que baixou. E, seguindo as orientações emanadas do Governo Provisório, procedeu a uma drástica substituição dos servidores públicos que ocupavam cargos mais altos nas repartições municipais, determinando a exoneração de diretores, chefes e subchefes e revogando uma série de nomeações e promoções feitas pela administração anterior, com base em direitos adquiridos legalmente. Estas demissões ultrapassaram as usuais, como aquelas dos que ocupavam cargos em comissão e de confiança, no primeiro escalão da máquina administrativa municipal, e atingiram até servidores subalternos do segundo, terceiro e quarto escalões da Prefeitura do Distrito Federal.²⁸⁰

Estas medidas afetaram especialmente a Diretoria Geral de Obras e Viação, para a qual nomeou o coronel Julião Freire Esteves, que acumulou o cargo de diretor-geral com o de inspetor-geral de Abastecimento, interinamente. Nesta Diretoria, muitos engenheiros foram rebaixados, perseguidos e até demitidos, com base em denúncias que nunca foram comprovadas. Exonerou Plínio de Mendonça Uchoa Filho do cargo

de secretário do prefeito, nomeando Leopoldo Diniz Martins Júnior, que ocupava o cargo de diretor-geral da Fazenda Municipal, para substituí-lo, e nomeou Antônio da Silva Moutinho para o cargo de diretor-geral da Secretaria do Gabinete.²⁸¹

Entretanto, Adolfo Bergamini manteve alguns diretores-gerais e chefes de seções, entre os quais, Mário Aristides Freire, na Diretoria Geral de Estatística e Arquivo e Oscar Rodrigues Dias da Cruz, na chefia do Arquivo do Distrito Federal. Entretanto, seguindo a orientação federal, também organizou diversas comissões de sindicância para investigar as supostas irregularidades cometidas por servidores em suas atividades e ordenou a abertura dos respectivos inquéritos administrativos, com base em denúncias muitas vezes infundadas, provenientes de adversários do ex-prefeito. De fato, instalou um clima de vigilância, perseguição e desconfiança nos diferentes níveis administrativos da Prefeitura, pois o trabalho destas comissões se limitou a acusar e punir arbitrariamente os servidores. Todavia, como as acusações aos servidores não se fundamentaram, em menos de um ano, as comissões se desmoralizaram e se esvaziaram, deixando um rastilho de mal-estar e insegurança no meio do funcionalismo municipal.²⁸²

O setor da administração mais visado pelas investigações promovidas por Adolfo Bergamini foi o de fornecimento de materiais às repartições públicas. Seguindo as orientações do governo federal, criou, através do Decreto nº 3.401²⁸³, de 20 de dezembro de 1930, o Departamento do Material, que substituiu o Almoxarifado Geral. A criação deste Departamento padronizou e normatizou as atividades de compra, seleção e distribuição dos materiais requisitados pelas diversas repartições municipais. A seguir, por meio do Decreto nº 3.402²⁸⁴, de 29 de dezembro do mesmo ano, baixou o Regulamento do Departamento de Material, determinando sua estrutura e suas finalidades e instituindo duas comissões permanentes: a de Normas e a de Compras. Transferiu para este Departamento o pessoal da Diretoria de Obras e Viação, reconhecendo sua honestidade e competência e procurando reparar as injustiças que foram cometidas com o seu quadro de engenheiros, no começo da sua gestão.

E, como um político reformista e populista, durante os onze meses em que ocupou a Prefeitura do Distrito Federal, Adolfo Bergamini cobrou as promessas eleitorais de Vargas em relação à autonomia do Distrito Federal e buscou ampliar suas bases eleitorais, adotando uma série de medidas de caráter populista. Muitas dessas medidas desagradaram ao empresariado e até às classes médias e populares, as quais pretendeu favorecer, e homenagear os líderes da Revolução.

Entretanto, quando o Governo Provisório promulgou, em agosto de 1931, o Código dos Interventores²⁸⁵, submetendo os atos do interventor na Prefeitura do Distrito Federal ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Bergamini denunciou essa medida como uma traição ao compromisso eleitoral assumido por Vargas, de respeitar a autonomia municipal.²⁸⁶ Vargas recuou, concordando em equiparar o Distrito Federal aos outros estados da União, mas manteve sua influência na administração distrital, indicando seus partidários para ocupar cargos na Prefeitura. Vargas já vinha praticando este tipo de intervenção nos governos dos estados, nos quais substituíra os presidentes eleitos e nomeara interventores federais e pessoas da sua confiança para os altos cargos públicos.

As medidas autoritárias tomadas pelo chefe do Governo Provisório resultaram na progressiva perda da sua popularidade no Rio de Janeiro e provocaram sucessivas crises políticas no país, na medida em que explicitaram o caráter ditatorial que o novo regime foi assumindo. Por sua vez, o programa de Adolfo Bergamini também não agradou à população carioca. Entre as medidas adotadas na sua gestão destacaram-se: a promoção de uma reforma fiscal, com a qual pretendia beneficiar as camadas médias e populares, o congelamento dos preços da gasolina e do café e a construção de moradias populares.²⁸⁷

Porém, a sua política fiscal desagradou às grandes corporações empresariais, que se recusaram a pagar os novos impostos criados pelo interventor. Esta reforma acabou prejudicando o funcionalismo público, pois a Prefeitura estipulou uma taxa de amortização sobre os impostos municipais que deveria ser paga pelos

servidores do Distrito Federal. Logo, os esforços reformistas de Bergamini fracassaram, sobretudo, por causa da crise social e econômica que se abateu sobre a cidade, em fins de 1930, provocando a falência de muitas empresas, a queda dos salários e o desemprego em massa dos trabalhadores. As rendas municipais também caíram, impedindo que a Prefeitura pudesse atender aos desempregados que procuravam ajuda nas suas agências. Portanto, a crise desgastou a liderança de Adolfo Bergamini junto às classes médias e populares, que constituíam as bases da coligação que ele pretendeu formar no Distrito Federal visando às próximas eleições.

Além disto, o interventor também perdeu o apoio de Getúlio Vargas para suas proposições autonomistas. O chefe do Governo Provisório não pretendia reduzir o seu controle político sobre a Capital Federal, que constituía o mais importante colégio eleitoral do país e funcionava como uma caixa de ressonância nacional. Portanto, não estava disposto a reconhecer e a ampliar a autonomia política e administrativa do Distrito Federal.

No plano administrativo, em dezembro de 1930, Adolfo Bergamini recomendou que os dirigentes das Diretorias Gerais da Prefeitura providenciassem o envio, com a máxima regularidade, das informações mensais destinadas ao *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, para a Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, que detinha a incumbência de publicar esse periódico oficial.²⁸⁸ Em março de 1931, Adolfo Bergamini abriu o crédito suplementar de cinco contos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta réis para suplementar a verba da Diretoria de Estatística e Arquivo, destinada ao pagamento da publicação do *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*²⁸⁹

Em 5 de janeiro de 1931, através do Decreto nº 3.489²⁹⁰, extinguiu a Diretoria de Obras e Viação e criou a Diretoria Geral de Engenharia e a Comissão do Plano da Cidade, pois reconheceu o valor do Plano Agache e nomeou técnicos competentes para compor a comissão encarregada de viabilizá-lo. Esta Comissão foi composta por José Mariano Filho, Arquimedes Memória, Henrique de Novais, Lúcio Costa, Ângelo Bruhns e Raul Pederneiras, sob a presidência de Armando Augusto de Godói.

Em 29 de agosto de 1931, o governo federal baixou o Decreto nº 20.348, instituindo os Conselhos Consultivos nos governos dos estados e do Distrito Federal e estabelecendo normas para as administrações locais. Em 14 de setembro de 1931, o Decreto Executivo municipal nº 3.622²⁹¹ propôs o estabelecimento de uma nova organização da Prefeitura do Distrito Federal, conforme determinação do Decreto federal nº 20.348, revogando o Decreto nº 44, de 1893. O Decreto nº 3.622 estipulou que o governo distrital fosse exercido pelo chefe do Poder Executivo, auxiliado por um secretário de Gabinete. Instituiu seis repartições no segundo escalão administrativo, já denominadas de secretarias gerais: 1) Obras Públicas; 2) Assistência Social; 3) Educação (que englobou as Bibliotecas e os Museus municipais), 4) Fazenda, 5) Administração; e 6) Estatística e Arquivo. Cada Secretaria se dividiria em diretorias ou departamentos, por uma subdiretoria e várias divisões, subdivisões, seções e subseções. Estas secretarias gerais substituiriam as diretorias gerais e tiveram suas atribuições e incumbências determinadas pelo Decreto nº 3.622. Cada secretaria geral, dirigida por um secretário-geral, estaria incumbida de dirigir, superintender e coordenar os serviços das respectivas pastas e dos órgãos e repartições a ela subordinados.

O Decreto nº 3.622 estabeleceu ainda na estrutura organizacional da Prefeitura o Contencioso Municipal e três órgãos consultivos: a Comissão do Plano-Diretor da Cidade, o Conselho de Contribuintes e a Consultoria Jurídica. Entretanto, apesar de conter inovações, não chegou a ser implantado, pois no dia 21 de setembro de 1931, Adolfo Bergamini foi demitido da Prefeitura do Distrito Federal, devido ao seu grande desgaste junto à maioria da população e ao seu crescente afastamento político em relação ao chefe do Governo Provisório. Interinamente, a Prefeitura foi ocupada pelo coronel Julião Freire Esteves, que acumulou o cargo de interventor com o de diretor-geral de Obras e Viação. O secretário de Adolfo Bergamini, Leopoldo Diniz Martins Júnior, exonerou-se do cargo após a sua demissão.²⁹²

No dia 30 de setembro de 1931, o pernambucano Pedro Ernesto Batista, amigo pessoal e médico particular de Getúlio Vargas, foi nomeado interventor do Distrito Federal, com grande apoio dos “tenentes” reformistas, organizados no Clube 3 de Outubro, do qual era presidente e fora um dos fundadores. Nesse momento, os membros do Clube 3 de Outubro ocupavam altos postos no governo federal e se esforçavam para manter Vargas no poder, apesar do crescimento da oposição nos estados e no Distrito Federal. Ainda no dia da sua posse, Pedro Ernesto baixou o Decreto nº 3.638²⁹³, revogando o de nº3.622 e restabeleceu a organização da Prefeitura do Distrito Federal, implantada pela legislação anterior.

Em retribuição ao apoio recebido do Clube 3 de outubro, Pedro Ernesto, ao tomar posse na Prefeitura do Distrito Federal, em 3 de outubro de 1931, indicou vários “tenentes” para ocupar postos importantes na administração da cidade. Assim, a Diretoria de Obras e Viação foi ocupada pelo capitão Delso Mendes da Fonseca; a Diretoria de Arborização e Jardins pelo capitão Paulo Krugger da Cunha Cruz; o Departamento de Material pelo capitão-tenente Fernando Garcia Vidal; a Inspeção de Abastecimento pelo capitão Luiz Uchoa Cavalcanti; e o cargo de diretor-geral da Secretaria do Gabinete foi ocupado sucessivamente pelo tenente Napoleão Alencastro Guimarães e pelo tenente Francisco Vicente Bulcão Viana, exonerando os diretores anteriores. E Augusto Amaral Peixoto foi nomeado secretário do interventor.²⁹⁴

Para compensar todas essas nomeações políticas, Pedro Ernesto também designou, no dia 10 de outubro de 1931, o eminente escritor e educador baiano Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), um dos líderes e signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova²⁹⁵, para o cargo de diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal.²⁹⁶ Anísio Teixeira, depois de realizar um profundo diagnóstico da situação do sistema de ensino municipal, apresentou ao novo interventor um Plano Regulador, no qual recomendou a reforma e a construção de novas escolas e a melhoria da qualidade da educação, reformulando os currículos e a formação dos professores. Além disso, propôs a reorganização curricular do Instituto de Educação, a criação de escolas-parques, de horário integral, nas quais novos métodos de ensino fossem experimentados. Também propôs a instituição da Universidade do Distrito Federal, estabelecida no topo do sistema educacional público distrital, voltada especialmente para a formação dos educadores e para a gestão das atividades educacionais e culturais. Sob sua direção foi instituído o Departamento Geral de Educação do Distrito Federal, reorganizando técnica e administrativamente o sistema educacional municipal.

A primeira fase da gestão de Pedro Ernesto como interventor (1931-1935) caracterizou-se pelos grandes investimentos que realizou nas esferas de assistência e de educação públicas, adotando políticas para beneficiar as classes mais desfavorecidas da população, estimulando sua organização e politização. Construiu e equipou uma rede de hospitais municipais, entre os quais se destacaram o Getúlio Vargas, na Penha e o que veio a receber o seu nome, em Vila Isabel, atualmente funcionando como hospital-escola da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dotou a cidade de inúmeras escolas públicas, ampliando a rede de ensino, com o objetivo de atender ao crescimento da população infanto-juvenil.

No contexto da luta pela redemocratização e reconstitucionalização do país, Pedro Ernesto se empenhou em conquistar o eleitorado carioca, desencadeando um movimento de arregimentação de novos eleitores, através das repartições do governo municipal, pressionando os servidores públicos e os empregados das empresas privadas a se registrarem eleitoralmente. O objetivo de Pedro Ernesto, ao deflagrar este movimento, era ampliar o número de eleitores registrados e formar uma ampla base eleitoral policlassista, ligada ao governo municipal, que apoiasse a futura eleição de Vargas à Presidência da República. Conforme Conniff, este movimento político inaugurou o populismo no Rio de Janeiro e no Brasil, como uma “política de massas”, rompendo com o esquema clientelista tradicional e incorporando os trabalhadores e os setores populares à cidadania, por meio de programas sociais, especialmente da expansão da educação e dos serviços de saúde públicos municipais.²⁹⁷

De fato, com o apoio de Vargas, Pedro Ernesto formou uma coligação policlassista que incorporou desde os antigos chefes políticos do funcionalismo municipal, aos sindicatos de trabalhadores, especialmente os ligados ao setor de serviços (transportes, luz, gás, saúde, assistência) e aos marítimos (estivadores, portuários, marinheiros), às associações de moradores de bairros pobres e de favelas, que estavam se organizando, até os profissionais liberais das camadas médias e os empresários das associações comerciais e industriais da cidade.

O trabalho de aliciamento eleitoral, desenvolvido por Pedro Ernesto, resultou em uma experiência política inovadora no Rio de Janeiro, com a formação do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF). Este partido, como o próprio nome indica, reivindicava maior autonomia político-administrativa e financeira para a Capital Federal. O PADF arregimentou, como principal base eleitoral, os servidores públicos, acenando-lhes com a bandeira da autonomia municipal e da seguridade social, mas, também pretendeu atrair a militância tenentista e conciliá-la com o reformismo das camadas médias urbanas. O novo partido aspirava se constituir em uma força política fundamental para o desenvolvimento de uma política de massas policlassista e populista, no Distrito Federal. Com este objetivo, o PADF assumiu uma plataforma política reformista, voltada para a educação, a assistência e a saúde públicas e para a defesa da livre organização dos trabalhadores e dos moradores das áreas pobres da cidade.

No momento em que Vargas enfrentou o crescimento da oposição ao seu governo, o movimento dos “tenentes” se desintegrou. Uma parte dos “tenentes” integrou-se ao governo Vargas, passando a atuar dentro do aparelho de Estado. Outra parte ingressou nos novos partidos que surgiram, como o PADF. O Clube 3 de Outubro, que respaldava o governo Vargas com a mobilização dos “tenentes”, esvaziou-se, passando a ter uma atuação mais propagandística e doutrinária.

Apesar destes fatos, durante os três primeiros anos em que esteve à frente da Prefeitura do Distrito Federal, Pedro Ernesto pôde agir com uma grande independência e autonomia, pois manteve um privilegiado acesso direto ao presidente da República, desfrutando da sua confiança pessoal, como médico da família presidencial, e mantendo o seu apoio político, como líder popular, tendo manifestado sua lealdade a Vargas nas diversas crises que marcaram este período do seu governo, especialmente em 1932, quando ocorreu a Revolução Constitucionalista Paulista.

Entre 1931 e 1935, Pedro Ernesto promoveu diversas reformas na estrutura da administração distrital, alterando as denominações, atribuições e regulamentações de diversos órgãos. Assim, o Decreto nº 3.759, de 30 de janeiro de 1932, reorganizou a Diretoria de Obras e Viação, mudando sua denominação para Diretoria Geral de Engenharia e regulamentando-a. O Decreto nº 3.773, de 17 de fevereiro do mesmo ano, extinguiu a Inspetoria de Abastecimento e criou a Diretoria Geral de Abastecimento. O Decreto nº 3.787, de 29 de fevereiro de 1932, reorganizou o Contencioso Municipal, órgão encarregado de resolver as pendências judiciais da Prefeitura, alterando sua denominação para Procuradoria Geral dos Feitos da Fazenda Municipal. O Decreto nº 3.816, de 23 de março de 1932, reorganizou a Secretaria Geral do Gabinete. O Decreto nº 4.010, de 1932 transformou o Hospital Veterinário Municipal em Inspetoria Municipal de Veterinária. O Decreto nº 4.252, de 1933, reorganizou a Diretoria Geral de Assistência e o Decreto nº 4.423, de 28 de setembro de 1933, instituiu, em caráter experimental, o Centro Municipal de Preparação Física, cuja direção foi ocupada pelo major Euclides Zenóbio da Costa.²⁹⁸

Em julho de 1932, o interventor baixou o Decreto nº 3.958²⁹⁹, determinando que fossem regularizados os serviços de publicação da Diretoria de Estatística e Arquivo, criando o cargo de encarregado de publicações e estipulando os seus vencimentos. Mas não alterou a posição e as funções do Arquivo do Distrito Federal nem restabeleceu a publicação da sua Revista. No final desse mesmo ano, Pedro Ernesto recebeu de Vargas o controle sobre vários serviços de saúde pública existentes no Rio de Janeiro, até então geridos pelo governo federal. Estes serviços, que causaram vários atritos entre os prefeitos e o governo federal, foram transferidos para a esfera da Prefeitura do Distrito Federal.³⁰⁰

Nessa época, devido ao desgaste dos “tenentes” frente à opinião pública, Pedro Ernesto afastou-se do Clube 3 de Outubro e tomou várias medidas para ampliar seu eleitorado, visando as próximas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Pretendeu eleger um número considerável de deputados e senadores pelo Distrito Federal, com o objetivo de fortalecer a eleição de Getúlio Vargas à Presidência da República, que ocorreria no final dos trabalhos dos constituintes. De fato, no pleito eleitoral de maio de 1933, o PADF conseguiu eleger a maioria dos representantes do Distrito Federal na Assembleia Nacional Constituinte, com base na sua plataforma reformista e nos votos arregimentados entre os servidores públicos municipais.

Depois das eleições, porém, o PADF mudou sua estratégia política, transformando Pedro Ernesto em uma liderança carismática e paternalista, tipo político muito conhecido das camadas populares dos subúrbios, recém-chegadas das regiões rurais, que reconheciam nesta espécie de líder um canal para terem acesso à prestação de serviços médicos e assistenciais.³⁰¹ Ao mesmo tempo, o PADF passou a desenvolver uma moderna estratégia de propaganda, usando os veículos da mídia, como o rádio e os jornais, para alcançar as grandes massas da população, dispersas pela geografia fragmentada da cidade. As transmissões radiofônicas provocaram um forte impacto político na população, especialmente entre as massas semianalfabetas que tinham menos acesso aos jornais e revistas impressos. Aproveitando a popularidade que obteve nas eleições, o PADF abriu escritórios em vários pontos da cidade, na expectativa de negociar o ingresso de novos eleitores, em troca de favores políticos e, ao mesmo tempo, de fortalecer a liderança de Pedro Ernesto, como representante das massas populares. Outros líderes do PADF, como Jones Rocha, sobrinho de Pedro Ernesto, Luís Aranha, irmão do então ministro Oswaldo Aranha, e Augusto do Amaral Peixoto, secretário de Pedro Ernesto, dividiram entre si os bairros da cidade, buscando arregimentar novos eleitores.

Assim, o PADF tornou-se muito popular nas favelas e nos bairros pobres, pois se comprometeu a instalar escolas, postos de saúde e de assistência social nessas comunidades, consolidando a liderança do prefeito Pedro Ernesto junto aos seus moradores e fortalecendo o desenvolvimento de uma política de massas, de caráter populista no Distrito Federal.

Na administração distrital, em janeiro de 1934, Pedro Ernesto baixou o Decreto nº 4.642³⁰², estendendo aos auxiliares da Diretoria Geral de Estatística e Arquivo as vantagens legalmente concedidas aos auxiliares da Diretoria Geral de Engenharia. Esta medida teve o objetivo de aumentar o apoio daqueles servidores municipais ao interventor e à sua política de aliciamento eleitoral, ao mesmo tempo em que reconheceu a importância daquela Diretoria e a competência dos seus funcionários.

No plano nacional, em 14 de julho de 1934, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou a nova Constituição Federal. Esta Constituição confirmou a adoção de um regime republicano, federativo, representativo e presidencialista no Brasil, consagrando os princípios liberais-democráticos. Incluiu capítulos sobre a ordem econômica e social, a saúde pública, a educação, a cultura, o trabalho, a família e a segurança nacional. Instituiu a Justiça do Trabalho e um Conselho Superior de Segurança Nacional, dirigido pelo presidente da República e pelos ministros do Exército e da Marinha. Como grande novidade, instituiu o voto feminino e a representação classista nos diferentes níveis do Poder Legislativo (Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados). Manteve, porém, a tutela federal sobre o Distrito Federal, cuja autonomia continuou limitada, pois não foi equiparado aos demais estados-membros da federação, continuando a ocupar uma posição ambígua e atípica, entre a de um estado e a de um mero município.

Vale destacar que a Constituição de 1934, no capítulo II, que trata da Educação e da Cultura, estipulou como atribuições da União, dos estados e dos municípios o favorecimento ao desenvolvimento da educação, das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral. Incumbiu também todos os entes federativos de protegerem os materiais de interesse histórico e de valor artístico do país. É a primeira referência que uma Constituição brasileira faz à proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, responsabilizando os poderes públicos por sua defesa e por sua preservação.³⁰³

No dia 15 de julho de 1934, os constituintes elegeram indiretamente Getúlio Vargas como Presidente da República, para um mandato de quatro anos de duração, que deveria terminar em 3 de maio de 1938, e determinaram eleições diretas para a Presidência da República, após aquela eleição, transformando a Constituinte em Assembleia Legislativa. O governo constitucional de Vargas (1934-1937) promoveu a centralização política, o planejamento e a racionalização administrativa e a crescente burocratização do aparelho de Estado, com o objetivo de desenvolver a industrialização do país e a modernização da sociedade brasileira.

Apesar do conjunto de mudanças políticas e administrativas que ocorreram entre 1930 e 1934, a estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal não sofreu alterações radicais. Continuou organizada em uma Secretaria Geral do Gabinete do Prefeito, em seis diretorias gerais, uma Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal, dois departamentos e duas inspetorias, além da Biblioteca Municipal, da Comissão de Compras, da Assistência Médico-Cirúrgica e do Montepio dos Empregados Municipais. O Arquivo do Distrito Federal permaneceu na mesma posição hierárquica que ocupava antes do movimento revolucionário, funcionando como uma mera seção, subordinada à Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, chefiado por Oscar Rodrigues Dias da Cruz. E a mencionada Diretoria permaneceu dirigida por Mario Aristides Freire, de 1924 até julho de 1934.

Porém, em 11 de julho de 1934, Pedro Ernesto baixou o Decreto nº 4.989³⁰⁴ que reuniu em uma única repartição, denominada Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo, as anteriores Diretoria Geral do Patrimônio e Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, que foram extintas. A Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo foi subordinada diretamente ao chefe do Executivo municipal e passou a ser dirigida pelo até então diretor-geral do Patrimônio, Raul Lopes Cardoso. A sua estrutura foi organizada em duas subdiretorias: 1) Patrimônio e 2) Estatística e Arquivo. O diretor da extinta Diretoria Geral de Estatística e Arquivo, Mario Aristides Freire, foi nomeado subdiretor de Estatística e Arquivo, em 17 de julho de 1934. E Oscar Rodrigues Dias da Cruz foi mantido no cargo de chefe do Arquivo do Distrito Federal, por ato baixado em 11 de julho de 1934.³⁰⁵

Conforme o Decreto nº 4.989, à Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo couberam os serviços atribuídos, anteriormente, às duas extintas Diretorias, até a expedição de um novo Regulamento, que determinaria suas funções. O Arquivo do Distrito Federal passou a ocupar a posição de 5ª seção, da Subdiretoria de Estatística e Arquivo, sendo responsável pela manutenção do Museu Histórico da Cidade, criado pelo mesmo Decreto. O Decreto nº 4.989 também estabeleceu que o quadro de pessoal da Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo seria constituído pelos funcionários das duas referidas Diretorias, que se tornaram Subdiretorias, e seriam distribuídos entre elas pelo diretor-geral. E também extinguiu os cargos de cartógrafo e de diretor-geral da Diretoria de Estatística e Arquivo e estabeleceu a tabela de vencimentos dos funcionários da nova Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo. Da análise do quadro funcional e da tabela de vencimentos desta Diretoria Geral, publicados como anexo do Decreto nº 4.989, pode-se deduzir a estrutura da recém-criada Diretoria.

O quadro funcional da Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo foi constituído por 1 diretor-geral; 2 subdiretores; 5 chefes de seção; 1 zelador do Museu da Cidade; 2 ajudantes técnicos; 8 primeiros-oficiais; 10 segundos-oficiais; 16 terceiros-oficiais; 5 escriturários; 3 auxiliares de primeira classe; 17 auxiliares de segunda classe; 1 desenhista; 2 condutores; 1 fiscal de prédios alugados; 1 porteiro do Teatro Municipal; 1 ajudante de porteiro do referido teatro; e 6 contínuos. Além disto, havia um quadro de pessoal operário, composto por profissionais de diversos ofícios, que totalizava 52 servidores.

Esta mudança de vinculação do Arquivo do Distrito Federal na estrutura da Prefeitura Federal assinala o começo da segunda fase da sua história institucional, que terminou em 1940, pois marca uma inflexão na sua inserção na estrutura administrativa distrital, inserindo o órgão em uma instância responsável pela

proteção do patrimônio da cidade-capital. Esta fusão das duas Diretorias Gerais, provavelmente, representou uma adequação da organização distrital ao Capítulo II da Carta Constitucional Federal de 1934, que atribuiu aos municípios a tarefa de preservar o seu patrimônio histórico e artístico. Este fato representa um reconhecimento, ainda que parcial, da importância do Arquivo do Distrito Federal para a preservação da documentação pública e da memória da cidade, que fazem parte do seu patrimônio histórico.

Ainda no dia 11 de julho, o Decreto nº 4.990³⁰⁶, de 1934, estabeleceu a nova organização dos serviços municipais do Distrito Federal, alterando os quadros de pessoal das repartições municipais, suprimindo e criando cargos, modificando as respectivas denominações, categorias, atribuições e vencimentos, porém, respeitou os direitos adquiridos pelos servidores. Em 14 de julho de 1934, o Decreto nº 5.041³⁰⁷ determinou que fosse consignada uma verba para o pagamento do pessoal contratado pelo diretor-geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo para a restauração e encadernação de documentos e para os trabalhos de paleografia e de fotografia, atividades desenvolvidas pelo Arquivo do Distrito Federal.

A Diretoria Geral de Patrimônio, de Estatística e de Arquivo teve seus serviços regulamentados pelo Decreto nº 5.417³⁰⁸, de 27 de fevereiro de 1935, que também estipulou as suas atribuições. Tal Regulamento manteve a divisão da referida Diretoria em duas Subdiretorias e em cinco seções. O seu artigo nº 11 determinou que os serviços da Subdiretoria de Estatística e Arquivo fossem subdivididos em duas seções: 1ª Seção: Estatística e 2ª Seção: Arquivo. O Arquivo do Distrito Federal permaneceu em uma posição subalterna, mas se inseriu em uma esfera da estrutura administrativa da Prefeitura mais adequada às suas finalidades, voltada para o tratamento e a preservação do patrimônio público carioca.

De acordo com o novo Regulamento, o patrimônio público municipal foi definido em sentido restrito, compreendendo apenas o conjunto de bens territoriais e imóveis que pertencessem à municipalidade, sem mencionar diretamente o patrimônio artístico e histórico. Ao estabelecer as competências do Arquivo do Distrito Federal, porém, o Regulamento demonstrou uma preocupação com o recolhimento e a preservação dos documentos oficiais. E, ao instituir o Museu Histórico da Cidade, contemplou o patrimônio histórico e artístico da municipalidade.

Assim, a Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo exerceu as atribuições de tombar, cadastrar e aforar o patrimônio territorial da cidade; avaliar, medir e registrar os imóveis pertencentes à municipalidade, por aquisição ou incorporação; proceder ao aforamento dos terrenos de mangues, marinhas e acrescidos de marinhas incorporados ao patrimônio municipal; arrendar e alugar os imóveis municipais; proceder à aquisição ou à alienação e à desapropriação por utilidade pública de imóveis da municipalidade; administrar, fiscalizar a exploração dos teatros municipais, como o Municipal e o João Caetano, bem como a conservação e o funcionamento de suas instalações técnicas; organizar e publicar metodicamente as estatísticas de fenômenos e fatos de interesse coletivo, de caráter administrativo ou de outra natureza, ocorridos no Distrito Federal; coordenar e divulgar periodicamente os resultados obtidos pelos diversos serviços municipais de estatística; conservar cuidadosamente os documentos e objetos que pudessem servir à história e à administração do Distrito Federal; e produzir publicações especiais para divulgar tais fatos.

Este Regulamento também estipulou as atribuições do ADF, incumbindo-o de recolher, classificar e conservar os documentos produzidos em outras repartições municipais que devessem ser arquivados de forma permanente. Coube ao ADF recolher de outras repartições, classificar, catalogar e inventariar os documentos de interesse da administração, bem como os que pudessem servir de fontes aos estudos da história da cidade; arquivar os autógrafos dos decretos e leis, requisitando-os, por meio da 2ª Subdiretoria de Estatística e Arquivo, à medida que fossem sendo publicados; manter catalogada uma livreria selecionada de obras sobre a história e a administração do Distrito Federal e organizar uma mapoteca sobre a cidade do Rio de Janeiro, composta por mapas, plantas e estudos topográficos sobre o território distrital e regiões limítrofes.

Outras funções do ADF estabelecidas pelo novo Regulamento foram copiar e restaurar os códices que necessitassem destes serviços; extrair cópias autênticas de documentos sobre a cidade existentes em outros órgãos públicos fora da Prefeitura; publicar anualmente uma exposição de motivos, uma memória ou uma reprodução de documentos que registrassem os verdadeiros limites do Distrito Federal, para evitar futuras dúvidas ou facilitar qualquer acordo ou arbitramento, conforme previa o art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1934. Incumbiu o ADF de reunir e conservar no Museu Histórico da Cidade os objetos de interesse histórico e artístico do Distrito Federal, velando pelos mesmos. Também lhe atribuiu às competências de: apurar a receita proveniente de serviços prestados pela 2ª Subdiretoria, conferindo diariamente a entrada de renda na repartição competente; redigir a correspondência sobre assuntos especiais da seção e de minutar os documentos concernentes aos assuntos da referida Subdiretoria que devessem ser assinados pelo diretor-geral; de organizar e guardar o seu próprio arquivo corrente, o protocolo geral, a expedição e o registro de toda a correspondência expedida e recebida e de reunir dados para a confecção dos Relatórios da 2ª Subdiretoria.

O ADF foi responsável pelo registro das despesas e receitas da Subdiretoria a que estava vinculado; e por organizar os seus balanços mensais e anuais de receita e despesa e lavrar os contratos relativos a serviços da 2ª Subdiretoria, mediante minuta aprovada pelo prefeito e previamente examinada pela Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal; fornecer diariamente à seção de Estatística os dados necessários para a conferência da arrecadação de renda daquela Subdiretoria e informar ao gabinete do diretor-geral, para publicação, os despachos relativos ao expediente da Seção.

As competências atribuídas ao ADF mantiveram suas tradicionais funções de recolher e guardar os documentos administrativos e históricos produzidos por todas as repartições da administração municipal, conservando o seu caráter de arquivo central, embora exigindo a intermediação da Diretoria Geral e da 2ª Subdiretoria, às quais estava subordinado, para proceder ao recolhimento dos documentos provenientes das outras repartições. Porém, também atribuiu várias funções burocráticas ao órgão arquivístico, responsabilizando-o pela organização de dados da contabilidade da 2ª Subdiretoria, tarefas que não se coadunam com o seu perfil institucional. Este Regulamento também estabeleceu o quadro de funcionários do ADF, constituído por um chefe de seção; um zelador do Museu da Cidade; um encarregado das publicações; dois primeiros-oficiais; três segundos-oficiais; quatro terceiros-oficiais; cinco auxiliares de expediente; um contínuo; dois serventes de primeira classe; e um servente de segunda classe.

A definição das atribuições do ADF, após a criação da Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo e da sua inserção na estrutura daquela Diretoria, constitui o marco inicial da segunda fase da sua história, pois esta mudança significou um reconhecimento parcial, por parte da administração distrital, da função estratégica que o órgão desempenhava na preservação do patrimônio documental da cidade. Porém, a inserção do ADF na posição subordinada que continuou a ocupar, inclusive, acrescentando atribuições burocráticas às que caracterizam uma instituição arquivística, não contribuiu para melhorar as condições de funcionamento do órgão nem facilitar o cumprimento de suas funções específicas. Como uma simples Seção da Subdiretoria de Estatística e Arquivo não podia ordenar diretamente o recolhimento da documentação produzida em outras diretorias ou secretarias gerais e repartições do governo municipal sem autorização do seu subdiretor e do diretor ou secretário. Não conquistou uma posição que lhe possibilitasse supervisionar e coordenar os recolhimentos de documentos em repartições hierarquicamente superiores, ainda que estas funções constituíssem uma das suas principais atribuições legais.

Um aspecto interessante que cabe ainda destacar neste Regulamento é o teor do seu artigo 24, que considera secretos todos os atos em elaboração na Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo até serem conferidos, completados e publicados. Outro aspecto importante é a subordinação do Museu Histórico da Cidade ao ADF, a cujo chefe de seção deveria se reportar o zelador da referida instituição.

Em 24 de setembro de 1934, o secretário Augusto do Amaral Peixoto, exonerou-se do cargo, pois aceitou se tornar o diretor-geral da Secretaria Geral do Gabinete de Pedro Ernesto. Foi substituído por Sylvio Maia Ferreira, até então diretor-geral de Matas, Jardins e Agricultura.³⁰⁹ Já como diretor da Secretaria Geral do Gabinete do interventor, em 29 de setembro de 1934, Augusto do Amaral Peixoto foi designado, com a aprovação do presidente da República, para substituir Pedro Ernesto durante os seus impedimentos. Nestas ocasiões, para ocupar o seu cargo, foi nomeado o diretor fiscal da Secretaria, Antônio da Rocha Leão.³¹⁰

No começo de outubro de 1934, Pedro Ernesto afastou-se do cargo de interventor para poder se candidatar à Prefeitura na eleição que a Câmara Municipal promoveria para escolher o novo alcaide carioca. A partir do afastamento de Pedro Ernesto, Augusto do Amaral Peixoto exerceu o cargo de interventor até a eleição e a posse do prefeito do Distrito Federal.

Nas eleições para a Câmara Municipal, realizadas em 3 de outubro de 1934, o PADF conquistou uma grande vitória, ao obter 42% dos votos válidos, elegendo a bancada majoritária de vereadores que compuseram essa legislatura, ocupando 20 das suas 22 cadeiras. Depois de tomarem posse, os vereadores promoveram a primeira eleição do prefeito do Distrito Federal, escolhendo Pedro Ernesto Batista, que foi empossado no dia 7 de abril de 1934, iniciando a segunda fase do seu governo.³¹¹

Pouco antes de se afastar da Prefeitura, Pedro Ernesto conseguiu regulamentar a criação da Guarda Municipal, através do Decreto nº 5.153³¹², de 29 de setembro de 1934. Assim, esta instituição pôde assumir as funções de polícia no território do Distrito Federal, até então exercidas por órgãos vinculados ao governo federal, como o Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE). Entretanto, mesmo após a criação da Guarda Municipal, o chefe de polícia do Distrito Federal continuou sendo nomeado pelo presidente da República.

Portanto, de 1934 a 1935, o Arquivo do Distrito Federal foi vinculado à Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo, permanecendo chefiado por Oscar Rodrigues Dias da Cruz. Nesta época, foi dada uma maior atenção ao seu acervo iconográfico, que incorporou mais fotografias. Porém, acidentes causados por descuidos de funcionários de outras repartições danificaram novamente a documentação textual arquivada sob a sua custódia.

A reorganização do Arquivo do Distrito Federal, a modernização das suas atividades e o atendimento às suas necessidades de mais espaço físico foram várias vezes reivindicadas, desde o início dos anos 1930, por seus sucessivos dirigentes, com apoio da sua equipe, como podemos comprovar pela leitura dos relatórios e das correspondências de Dias da Cruz com seus superiores.³¹³

No momento em que foram realizadas novas reformas no Palácio da Prefeitura, foi destinada ao Arquivo do Distrito Federal mais uma sala no subsolo, ampliando os seus depósitos de documentação. Apesar das dificuldades operacionais de manejo com a documentação e da crônica falta de pessoal especializado, foram adotadas pelo órgão as recomendações técnicas provenientes de convenções internacionais, que incluíam a reorganização e um novo arranjo dos seus acervos documentais, seguindo as teorias arquivísticas e as técnicas de tratamento e arranjo documentais mais modernas. Nos relatórios do seu dirigente, reiteradas vezes, foi pleiteada a republicação periódica da *Revista do Archivo do Districto Federal*, como forma de divulgar o valor e democratizar o acesso público à documentação arquivada.³¹⁴

Em 31 de janeiro de 1935, foi concedida a Oscar Rodrigues Dias da Cruz uma licença de um ano do cargo de chefe do ADF. Depois do seu afastamento, o primeiro-oficial, Aureliano Restier Gonçalves, foi designado para assumir interinamente o cargo de chefe de seção, a partir de 11 de fevereiro de 1935. Em 4 de fevereiro de 1936, a licença de Oscar Rodrigues Dias da Cruz foi prorrogada por seis meses, a partir de 31 de janeiro deste ano. Em 4 de agosto de 1936, a licença foi prorrogada por mais seis meses. Em 16 de março de 1937, finalmente foi concedida a sua aposentadoria³¹⁵. No dia 22 de março o diretor-geral de Patrimônio, Estatística

e Arquivo realizou uma festa de despedida para Dias da Cruz, prestando-lhe uma homenagem em reconhecimento à sua dedicação e competência nos trabalhos que empreendeu no ADF.

Em 23 de agosto de 1935, uma Portaria ³¹⁶ emitida pelo diretor-geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo, distribuiu os funcionários da repartição pelos seus respectivos cargos, reorganizando-os. E, em 31 de março de 1937, Restier Gonçalves foi oficialmente nomeado chefe da seção do Arquivo do Distrito Federal, cargo que hoje corresponde ao de diretor do órgão ³¹⁷. Desde que fora transferido, em 1924, para o órgão, Restier Gonçalves demonstrou sua vocação de arquivista e historiador, realizando inúmeras pesquisas documentais, que mais tarde resultaram em diversos artigos publicados na nova série da *Revista do Archivo do Districto Federal* que, não por acaso, voltou a ser editada depois da sua profícua gestão no órgão. De fato, no número inaugural da nova série deste periódico foi publicado um dos trabalhos de Restier Gonçalves, intitulado “Extratos de manuscritos sobre aforamentos”. ³¹⁸

Em 2004, o Arquivo Geral da Cidade prestou-lhe uma justa homenagem publicando o trabalho que preparou durante muitos anos, mas que não teve condições de ver publicado. Trata-se do livro *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Terras e Fatos*, editado e publicado no contexto das comemorações dos 110 anos da transferência do Arquivo Municipal para a esfera da Prefeitura.

A conjuntura política nacional, em 1935, ingressou em um acelerado processo de radicalização e de polarização entre as duas principais forças antagônicas que se enfrentavam no cenário político: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) ³¹⁹ e a Ação Integralista Brasileira (AIB) ³²⁰. Diante do agravamento da situação política, o presidente Vargas enviou para o Congresso Nacional um projeto de Lei de Segurança Nacional (LSN) que, com o apoio dos políticos liberais, foi aprovado, em abril de 1935, depois de ser modificado pelos congressistas. A LSN definiu os crimes contra a ordem política e social vigente e provocou manifestações de protesto de sindicatos e de jornais populares e até de um grupo de oficiais das Forças Armadas. ³²¹

Foi nesse contexto político radicalizado que, no dia 7 de abril de 1935, Pedro Ernesto tomou posse como primeiro prefeito eleito do Distrito Federal. Respalhado por uma ampla maioria de vereadores, o prefeito iniciou o seu mandato fortalecido politicamente. Assim, nomeou seus auxiliares diretos na administração municipal com relativa liberdade, sem muita interferência federal, mantendo Sílvio Maia Ferreira no cargo de secretário e Augusto do Amaral Peixoto como diretor-geral da Secretária Geral do Gabinete do prefeito. ³²²

No seu discurso de posse, Pedro Ernesto defendeu a autonomia do Distrito Federal, a redistribuição de renda, a proteção aos trabalhadores e a universalização dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e assistência social, dando uma guinada à esquerda no seu posicionamento político. Esta virada à esquerda do prefeito pretendeu marcar sua posição frente à escalada dos órgãos repressivos policiais e militares do governo federal sobre as forças políticas trabalhistas e de esquerda, mas também assinalou a sua disposição de disputar a liderança política das massas trabalhadoras, contra a ANL e, especialmente, contra o Partido Comunista. Assim, mesmo após redirecionar suas posições políticas, Pedro Ernesto ainda esperava manter o apoio de Vargas, avaliando que o presidente da República esperava um momento mais propício para se desvincular das forças autoritárias da polícia política e do Exército e se alinhar ao campo das forças trabalhistas-esquerdistas das quais o prefeito se aproximou. ³²³

Entretanto, a avaliação de Pedro Ernesto estava errada. Em julho de 1935, a polícia política recebeu a autorização do governo federal para cassar o registro eleitoral da ANL e desfechar um conjunto de ações repressivas, que resultaram no fechamento de sindicatos e de associações operárias e populares e na prisão de vários líderes sindicais e trabalhistas. Diante destes fatos, o prefeito do Distrito Federal manifestou-se publicamente contra a escalada repressiva e se posicionou ao lado das forças trabalhistas e sindicalistas que atuavam no Rio de Janeiro. Desta forma, ganhou a antipatia da AIB, do chefe da polícia do Distrito Federal, o integralista Filinto Müller, e de muitos altos oficiais direitistas das Forças Armadas ³²⁴. Além do mais, o prefeito não conseguiu manter o PADF unido em torno das posições que passou a defender. Em

agosto, o partido dividiu-se em duas grandes facções políticas. Uma se manteve leal ao prefeito, buscando estreitar os laços com os sindicatos e as associações dos trabalhadores, de acordo com a política policlassista e populista adotada. A outra facção seguiu a liderança de Amaral Peixoto, do padre Olímpio de Melo e de Luís Aranha, buscando manter o apoio dos setores mais conservadores da sociedade carioca e do governo federal.³²⁵

Os pretextos apresentados para a organização da facção conservadora no PADF foram as constantes denúncias de corrupção nos jogos dos cassinos da cidade, envolvendo auxiliares de confiança do prefeito; a oposição de Pedro Ernesto ao aumento do preço da gasolina; e, principalmente, a proposta de reforma educacional, defendida pelo educador Anísio Teixeira. Esta reforma educacional, entre outras propostas, promovia uma série de medidas progressistas no sistema de ensino municipal e vetava a inclusão do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas. As propostas educacionais de Anísio Teixeira desencadearam uma forte campanha de oposição dos setores conservadores da sociedade carioca, especialmente dos católicos, que criticaram a Escola Nova preconizada pelo secretário, com a alegação de que ela não forneceria conhecimentos e valores morais aos educandos.³²⁶

Em fins de agosto de 1935, Pedro Ernesto ainda tentou reunificar o PADF, convidando os seguidores de Aranha, Olímpio de Melo e Amaral Peixoto a integrarem sua equipe de governo. Todavia, seu convite e a plataforma liberal-trabalhista que formulou e passou a defender foram recusados pelos seus correligionários conservadores. Estes setores do PADF reclamaram da presença de esquerdistas na administração municipal e acusaram a proposta de programa partidário, elaborada e apresentada por Anísio Teixeira, de assumir um caráter comunista.³²⁷

Em 2 de setembro de 1935, para tentar controlar o seu partido e modernizar a administração municipal, Pedro Ernesto instituiu cinco secretarias gerais na Prefeitura do Distrito Federal, através do Decreto Executivo municipal nº 17. As secretarias criadas foram denominadas de: 1) Interior e Segurança (que incluiu a Guarda Municipal e a Diretoria do Interior); 2) Finanças; 3) Educação e Cultura; 4) Saúde e Bem-Estar Social; e 5) Transporte, Trabalho e Obras Públicas.³²⁸ Na maioria das secretarias, os antigos diretores das diretorias gerais extintas foram mantidos nos cargos de secretários-gerais, com exceção do advogado Miguel Timponi, que foi indicado para ocupar a Secretaria de Interior e Segurança.

Do ponto de vista administrativo, esta reorganização da Prefeitura teve como objetivo principal equiparar estruturalmente os auxiliares imediatos do prefeito do Distrito Federal aos dos demais governadores de estados no país, que dispunham de secretários, cargos mais bem remunerados e com condições de convidar e manter melhores assessores. Entretanto, esta mudança também pretendeu abrir postos no governo municipal para os correligionários do prefeito Pedro Ernesto que aceitassem integrar sua equipe. No contexto desta reorganização administrativa, o prefeito extinguiu a Diretoria de Patrimônio, Estatística e Arquivo, através do Decreto nº 5.623, de 3 de setembro de 1935³²⁹. A Diretoria extinta foi incorporada à Secretaria Geral do Interior e Segurança, para a qual foram transferidas as repartições, os serviços e o pessoal da anterior Diretoria de Patrimônio, Estatística e Arquivo, inclusive o Arquivo do Distrito Federal, que ficou subordinado à Diretoria do Interior, da Secretaria Geral do Interior e Segurança.

Esta Secretaria assumiu as atribuições de responder pelos problemas gerais de natureza jurídica do governo e dos serviços administrativos que, por seu caráter especial, não se enquadrassem nas competências das demais Secretarias e, especialmente, os problemas de ordem social e de polícia municipal; de turismo e propaganda; de registro e publicação de leis e atos administrativos, de estatística geral, de arquivo, de registro de pessoal e de abastecimento da cidade. O Decreto nº 5.623 estabeleceu que os Serviços da Secretaria do Interior e Segurança seriam constituídos por quatro diretorias gerais: 1) Interior; 2) Segurança; 3) Turismo e Propaganda; e 4) Abastecimento.

A Diretoria Geral do Interior compreendeu os Serviços de 1) Registro e Publicação de Leis e Atos administrativos, 2) Estatística Geral, 3) Arquivo do Distrito Federal e 4) e Registro de Pessoal. Esta Diretoria incorporou a Subdiretoria Administrativa, da anterior Diretoria Geral da Secretaria do Gabinete e a Subdiretoria de Estatística e Arquivo, da extinta Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo e a Seção de Pessoal e de Informações do Gabinete do prefeito. Nesta nova estrutura, o ADF tornou-se a 5ª seção da Subdiretoria de Estatística e Arquivo, da Diretoria do Interior, da recém-criada Secretaria do Interior e Segurança. Esta mudança resultou na inserção do ADF em uma instância da estrutura do Executivo municipal de perfil eminentemente político, localizando-o mais próximo do centro de tomada de decisões, o que de certa forma implicou um reconhecimento do seu papel estratégico e especializado na administração do Distrito Federal. Porém, não modificou suas atribuições e competências, nem aumentou sua autonomia política e administrativa.

Em 29 de outubro de 1935, o Decreto nº 5.657³³⁰ do Poder Executivo municipal, estabeleceu o Regulamento dos serviços da Secretaria Geral do Interior e Segurança, determinando suas atribuições e competências. Este Regulamento manteve as tradicionais atribuições e competências do ADF, ou seja, o órgão continuou encarregado de recolher, tratar, classificar e preservar a documentação proveniente de todas as repartições municipais que interessassem à administração e à história da cidade do Rio de Janeiro, possuindo valor permanente.

Em fins de novembro de 1935, ocorreu a insurreição da ANL, dirigida pelos comunistas.³³¹ O governo Vargas, depois de reprimir a rebelião, expurgou das fileiras das Forças Armadas qualquer suspeito de simpatizar com as idéias da ANL e reforçou as ações anticomunistas nas cúpulas militares e civis do aparelho de Estado. Além disto, conseguiu que o Congresso Nacional decretasse o estado de guerra, suspendendo as garantias constitucionais e restringindo as liberdades públicas. Com a instituição destas medidas, Vargas ordenou à polícia política do Distrito Federal, chefiada por seu fiel seguidor Filinto Müller, que desencadeasse uma violenta repressão sobre as forças oposicionistas. Adotou medidas autoritárias que se contrapunham à Constituição de 1934, cedendo às pressões do alto comando do Exército e da polícia política, para eliminar os trabalhistas e a esquerda da cena política aberta.

Depois da revolta comunista, a situação de Pedro Ernesto se complicou, pois aumentaram as pressões dos setores direitistas sobre seu governo e sobre a sua pessoa. Considerando que o prefeito e alguns dos seus secretários, como Anísio Teixeira, haviam se aproximado das forças trabalhistas e de esquerda, passaram a ser alvo das perseguições das forças policiais e militares, representadas pelo chefe de polícia Filinto Müller e pelo general Góes Monteiro. Apesar disto, o prefeito ainda esperava a proteção de Vargas contra os ataques das forças repressivas, acreditando na lealdade do presidente da República. Porém, no fim de novembro de 1935, sob a pressão dos setores mais conservadores do seu próprio partido e dos generais do Exército, Pedro Ernesto foi obrigado a demitir o secretário-geral de Educação e Cultura, Anísio Teixeira, acusado de subversão, e muitos funcionários das Secretarias de Educação e de Saúde e Bem-Estar Social. Miguel Timponi assumiu inteiramente o cargo do secretário demitido, acumulando-o com o de secretário geral de Interior e Segurança.³³²

Neste momento, muitos servidores da Prefeitura foram presos, acusados de serem subversivos e comunistas. Chegou até a correr um boato sobre a renúncia de Pedro Ernesto ao cargo que ocupava. O prefeito, porém, resistiu aos ataques das forças conservadoras, declarando-se contra a escalada repressiva que atingia os sindicatos e as associações de bairros dos trabalhadores. Seu firme posicionamento político fortaleceu a sua liderança carismática junto aos setores populares. Pedro Ernesto alcançou o auge da sua popularidade, que assumiu um caráter nacional, favorecendo sua intenção de se candidatar à Presidência da República, no pleito previsto para 1938.³³³ Mais uma vez, cedendo às pressões dos conservadores do PADF e dos setores direitistas do governo federal, em 24 de dezembro de 1935, o prefeito foi obrigado a nomear Francisco Campos para o cargo de secretário-geral de Educação e Cultura.³³⁴

Depois de empossado no cargo, Francisco Campos implantou o ensino religioso regular nas escolas públicas, suprimiu as escolas experimentais criadas por Anísio Teixeira, desmantelou a Universidade do Distrito Federal (UDF). Chegou a permitir a prisão do corpo docente da UDF, acusado pelas forças direitistas de ser integrado por comunistas e subversivos.³³⁵ O auge das medidas repressivas que Francisco Campos tomou como secretário-geral de Educação e Cultura do Distrito Federal ocorreu em 1939, quando extinguiu a Universidade do Distrito Federal, que foi incorporada à Universidade do Brasil, criada pelo governo federal no Rio de Janeiro.

Apesar deste contexto repressivo, em janeiro de 1936, foi sancionada pelo presidente da República e promulgada pelo Senado Federal, uma nova Lei Orgânica para o Distrito Federal, sob o nº 196³³⁶, redefinindo a situação, as competências e as funções desse ente federativo. Esta Lei reconheceu a autonomia do Distrito Federal como equivalente à dos demais estados-membros da União, equiparando sua estrutura administrativa à daqueles, porém manteve as prerrogativas constitucionais do governo federal sobre a cidade-capital. Sem dúvida, a promulgação da Lei Orgânica nº 196 representou uma vitória dos defensores da autonomia municipal, pois ampliou os direitos civis e políticos dos cidadãos cariocas. Determinou que o governo do Distrito Federal fosse exercido pela Prefeitura, como Poder Executivo e por uma Câmara Municipal, como Poder Legislativo, mantendo a separação dos poderes. E, pela primeira vez na história republicana da cidade-capital, estipulou que o prefeito do Distrito Federal, como os vereadores, fosse eleito por sufrágio direto dos cidadãos cariocas, para um mandato de quatro anos.

Responsabilizou o prefeito pelos atos que propusesse, determinando que, no exercício de suas funções, seria auxiliado por secretários distritais, em um número não superior a cinco, responsabilizando-os pelos atos que subscrevessem e especificando suas atribuições. Instituiu o Tribunal de Contas do Distrito Federal e o Conselho Geral, órgão consultivo da Prefeitura, o Conselho de Educação, o Conselho de Saúde e Assistência, dando seguimento à política de criação de órgãos colegiados para subsidiar a tomada de decisões pelas autoridades governamentais, conforme prescrevia a política corporativista adotada por Vargas, no plano federal. Estabeleceu repartições incumbidas do Contencioso Municipal e do Serviço de Consultas e Pareceres sobre questões de ordem jurídica, decorrentes do desempenho dos serviços administrativos da Prefeitura do Distrito Federal.

Entre as competências atribuídas ao Distrito Federal pela Lei Orgânica de 1936 podemos destacar: a organização de seus serviços administrativos; o provimento às suas próprias expensas das necessidades de sua administração; a elaboração de leis supletivas e complementares à legislação federal; a decretação e a cobrança de impostos municipais que não fossem da competência da União; o estabelecimento de penas de multas para infrações às leis, posturas e regulamentos municipais; a cassação de licenças ou patentes pela Prefeitura; a interdição, a apreensão, o despejo, o confisco de bens para indenização de despesas provocadas por infrações à legislação municipal.

Esta Lei Orgânica permitiu a contratação de empréstimos externos pela Prefeitura do Distrito Federal, mediante prévia autorização do Senado Federal, e determinou que entre as atribuições da administração distrital se incluíam os cuidados com a saúde e assistência pública e a difusão da instrução pública em todos os seus graus, inclusive o superior. Além disso, propôs que a Prefeitura elaborasse um Plano Geral de Transformação e Extensão da cidade do Rio de Janeiro e se planejasse para organizar uma Universidade autônoma e articulada ao sistema de ensino público do Distrito Federal, como fora feito por Anísio Teixeira ao criar a Universidade do Distrito Federal. Assim, apesar da escalada repressiva às forças oposicionistas, o Congresso Nacional aprovou uma Lei Orgânica para o Rio de Janeiro que incorporou várias demandas e propostas autonomistas dos representantes cariocas.

Entretanto, neste momento, o prefeito e os seus partidários se tornaram alvos preferenciais dos grupos direitistas que dominavam o governo federal. Pedro Ernesto foi forçado a reconhecer, finalmente, que o

presidente Vargas tinha optado por se aliar àqueles setores para estabelecer um regime autoritário no país, permitindo que as forças repressivas, que ocupavam posições importantes no aparelho de Estado, eliminassem qualquer oposição ao seu projeto político. Então, o prefeito do Distrito Federal reagiu, procurando colocar a máquina administrativa do seu governo e o PADF em oposição frontal ao governo federal, aproximando-se ainda mais das forças oposicionistas, mas procurando reconquistar o apoio das classes médias mais conservadoras.

Em março de 1936, o prefeito anunciou uma segunda reestruturação no PADF, lançando um programa que procurou reaproximar o partido daquelas classes, propondo uma plataforma liberal-democrática e de conciliação social. A seguir, Pedro Ernesto indicou sete cidadãos eminentes para formar o Conselho Geral da Prefeitura e se tornou membro honorário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, mostrando sua aproximação aos setores empresariais. Estes fatos demonstram que a estratégia política de Pedro Ernesto estava dando certo. A sua liderança na política nacional crescia junto à opinião pública, favorecendo o lançamento de sua candidatura presidencial.³³⁷

Neste contexto, Vargas já estava articulando, com os militares direitistas, um golpe de Estado para cancelar as eleições previstas para 1938. Em decorrência desta articulação, Pedro Ernesto tornou-se um adversário que precisava ser eliminado do cenário político, pois sua popularidade crescente já ganhara expressão nacional e sua provável candidatura à Presidência da República era uma ameaça às pretensões continuístas do presidente da República. De fato, em 3 de abril de 1936, o presidente Vargas autorizou o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, a prender Pedro Ernesto Batista, com base em uma denúncia infundada que o vinculou aos comunistas. No dia seguinte, Vargas destituiu Pedro Ernesto da Prefeitura do Distrito Federal, apesar dos protestos de governadores e de líderes civis de todo o país, que se solidarizaram com o prefeito preso e deposto arbitrariamente e requereram sua libertação.³³⁸ As medidas tomadas contra Pedro Ernesto atenderam às pressões dos setores direitistas das Forças Armadas e da polícia política, que já participavam da conspiração palaciana, culminando na instalação do Estado Novo, em outubro de 1937.

No dia 4 de abril, o Executivo municipal passou a ser ocupado, provisória e interinamente, pelo cônego Olímpio de Melo, então presidente da Câmara Municipal. Sua gestão foi curta, durando pouco mais de um ano.³³⁹ Porém, promoveu inúmeras mudanças de cargos no segundo escalão do seu governo, pois vários secretários-gerais, provenientes da gestão de Pedro Ernesto, foram exonerados. O secretário do prefeito, Sílvio Maia Ferreira, exonerou-se ainda em abril, assim como os secretários de Finanças, Lourival Fontes, da Saúde e Bem-Estar Social, Gastão de Oliveira Guimarães, responsável pela ampliação da rede de hospitais municipais na gestão de Pedro Ernesto, e do Interior e Segurança, Miguel Timponi. Francisco Campos foi mantido na pasta de Educação e Cultura.³⁴⁰ As exonerações foram articuladas, na sua maior parte, por Luís Aranha que procurou, através destas exonerações e nomeações, dominar o PADF.

Olímpio de Melo, apesar de ser correligionário de Pedro Ernesto no PADF, era seu adversário político, pois representava os setores católicos conservadores. Portanto, nomeou para os cargos de secretários-gerais, pessoas com as quais tinha afinidades políticas e ideológicas. Assim, indicou Cassiano Machado Tavares Bastos para o cargo de secretário do prefeito, o bacharel Ivan Luís da Silva Pessoa para a Secretaria de Finanças e José Miranda Valverde para a Secretaria do Interior e Segurança.³⁴¹ Contudo, Olímpio de Melo não reuniu condições políticas para se manter no poder. Houve uma alta rotatividade entre os seus secretários, substituídos constantemente, demonstrando a incapacidade do prefeito de montar e liderar uma equipe permanente. Sua administração foi medíocre e as rivalidades entre ele e Luís Aranha, pelo controle político sobre o PADF e o governo do Distrito Federal, aceleraram o desgaste da fraca liderança que exercia sobre seus subordinados e sobre os intendentes na Câmara Municipal.³⁴²

As principais realizações do seu governo foram a pavimentação de trechos da avenida Niemeyer e da estrada da Gávea, na Zona Sul, a pavimentação de várias ruas e estradas, nos subúrbios e na Zona Rural,

especialmente em Santa Cruz, Campo Grande, Realengo e Bangu. Nos bairros da Zona Norte e do Centro várias ruas também foram pavimentadas. O ponto alto da sua gestão foi a promulgação do Código de Obras do Distrito Federal, através do Decreto nº 6.000³⁴³, de 1º de julho de 1937. Este Código foi elaborado por uma equipe de engenheiros da Prefeitura, coordenados por João Gualberto Marques Porto, que redigiu o texto final, concretizado no mencionado Decreto.

Nos meses seguintes à prisão de Pedro Ernesto, o PADF esfacelou-se em vários grupos internos, perdendo sua capacidade de organizar os setores de oposição ao governo Vargas. Apenas alguns dos correligionários de Pedro Ernesto, como Jones Rocha e Júlio Novaes, permaneceram leais ao prefeito derrubado e lutaram pela sua libertação, apoiando o ex-secretário e advogado Miguel Timponi na defesa do processo judicial que o governo federal moveu contra Pedro Ernesto.

A instabilidade política do governo de Olímpio de Melo, muito desgastado, levou o prefeito interino a solicitar ao presidente da República a intervenção federal no Rio de Janeiro. Esta intervenção foi formalizada pelo Decreto nº 1.498, do Executivo Federal, em 15 de março de 1937.³⁴⁴ Em decorrência desta intervenção, Olímpio de Melo foi nomeado interventor do Distrito Federal e a Câmara Legislativa Municipal foi dissolvida. Todos os secretários e o chefe do gabinete do prefeito foram exonerados. Todavia, logo foram reconduzidos aos seus cargos, no dia 17 de março, voltando a integrar a equipe dirigente do interventor.³⁴⁵ O objetivo principal da intervenção federal foi, sobretudo, desmantelar o PADF, bastante atingido com a dissolução da Câmara Municipal, pois seus principais líderes eram intendentes, cujos mandatos foram sumária e autoritariamente suspensos. Esta intervenção federal sobre a cidade-capital encerrou o período, no qual o eixo autonomista representado pelo PADF se constituiu na força predominante no seu cenário político, canalizando as insatisfações e as reivindicações das camadas populares.

Apesar da intervenção federal, o troca-troca de secretários municipais persistiu, demonstrando a fragilidade das bases políticas do interventor. Portanto, no dia 2 de julho de 1937, Olímpio de Melo foi forçado a renunciar, pois estava muito desgastado e enfraquecido politicamente. Por ser forçado a se demitir, Olímpio de Melo foi recompensado pelos serviços prestados a Vargas, com a sua nomeação, pelo presidente da República, para o cargo vitalício de ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão encarregado da fiscalização das contas municipais.

Para o cargo de interventor do Distrito Federal, Vargas designou o médico, bacharel em Direito e professor Henrique de Toledo Dodsworth, sobrinho do empresário e ex-prefeito Paulo de Frontin, apesar deste ser seu antigo adversário político na disputa eleitoral de 1930.³⁴⁶ No momento em que foi nomeado, Henrique Dodsworth era deputado federal pelo Distrito Federal, integrando a bancada de deputados liderada pelo senador Paulo de Frontin. A nomeação, pelo presidente da República, do novo interventor para a Prefeitura do Distrito Federal, demonstrou, na prática, que a Lei Orgânica de 1936 não entrou em vigor, pois a sua determinação de os prefeitos serem eleitos por sufrágio universal dos cidadãos cariocas foi transgredida, com a justificativa da intervenção federal sob a cidade-capital.

A intenção de Vargas ao designar Henrique Dodsworth como interventor foi fazer uma nomeação técnica, com o objetivo de isolar o Poder Executivo distrital da efervescente e radicalizada política nacional, neutralizando o governo do Distrito Federal, tradicional reduto oposicionista, com a nomeação de um administrador de perfil apolítico, técnico e proveniente das forças políticas tradicionais da cidade. Deste modo, pretendeu evitar que a oposição elegeisse o prefeito carioca, nas eleições futuras, garantindo o seu controle político sobre o território que compartilhava com o prefeito.

Henrique Dodsworth tomou posse no dia 3 de julho de 1937 e deixou a Prefeitura em 3 de novembro de 1945. Como é de praxe, ao assumir o cargo, procedeu a várias alterações no segundo escalão da administração municipal, montando uma equipe na qual se destacaram o engenheiro Edison Junqueira de Passos, na Secretaria de Viação, Trabalho e Obras Públicas, e o médico Clementino Fraga, na Secretaria de Saúde e

Assistência. Nomeou o comandante Átila Soares para a Secretaria do Interior e Segurança e Raul de Araújo Jorge para a Secretária de Finanças. E indicou seu filho, Jorge de Toledo Dodsworth, para o cargo de secretário do interventor.³⁴⁷

Na Secretaria do Interior e Segurança, criou a Diretoria de Estatística e determinou que o Arquivo do Distrito Federal passasse a funcionar como seção da Diretoria do Interior, até a reorganização dos serviços da referida Diretoria. Na Secretaria de Viação, Trabalho e Obras foi restabelecida a Comissão do Plano da Cidade, por recomendação do secretário Edison Passos e foi criado o Serviço Técnico do Plano da Cidade. Deste modo, foram retomados os estudos e planos urbanísticos propostos por Alfred Agache, ainda que os re-adaptando às novas condições da cidade.³⁴⁸

Na sua longa gestão, à frente da Prefeitura do Distrito Federal, Henrique Dodsworth serviu a Vargas com lealdade, caindo do poder junto com ele, no fim do Estado Novo. Demonstrou grande capacidade administrativa e muita habilidade política para executar a difícil tarefa de neutralizar e desmobilizar as forças políticas, que se opunham aos desígnios do governo federal, no âmbito municipal. Sua gestão caracterizou-se pela austeridade fiscal, pelo reduzido empenho em implantar programas sociais e assistenciais, pelos frequentes cortes orçamentários e pela adoção de políticas públicas de saúde e de assistência social descentralizadas, distribuindo esses serviços por vários bairros da cidade, com o objetivo de evitar a manipulação da assistência médica e social pelos políticos clientelistas locais. Os maiores investimentos públicos da sua gestão foram feitos na expansão da malha urbana, com a abertura de ruas e avenidas, principalmente nas zonas Central e Sul da cidade.

Assim, a gestão de Henrique Dodsworth marcou a retomada do processo de reurbanização e remodelação urbana. Em função destes processos e das demolições que promoveu, a política urbana adotada por Dodsworth é vista por muitos pesquisadores da história da cidade³⁴⁹ como um desdobramento ou uma quarta fase da “Regeneração” do início do século XX, que se cristalizou no “bota-abaixo” promovido pelo prefeito Pereira Passos e na derrubada do morro do Castelo, por Carlos Sampaio.

Uma das primeiras intervenções urbanas realizadas na sua gestão foi promover a demolição do polêmico prédio do Cassino-Teatro, no jardim do Passeio Público, restabelecendo a ligação do parque com a avenida Beira-Mar. As obras da região prosseguiram com o alargamento e asfaltamento das ruas do Passeio, do Mestre Valentim e Luís de Vasconcelos, que se tornou uma avenida. Os jardins do Passeio Público e do Palácio Monroe foram pavimentados com pedras portuguesas, sendo remodelados. A seguir, alargou a rua Treze de Maio e ordenou o realinhamento das fachadas dos prédios nela localizados. Conseguiu demolir o prédio da Imprensa Nacional, depois de árduas negociações com o governo federal, prolongando o largo da Carioca até a avenida Almirante Barroso e a rua Senador Dantas.

Ainda na região central, retirou a estação de bondes para Santa Teresa da famosa galeria Cruzeiro. Esta galeria, que se localizava sob o prédio do tradicional Hotel Avenida, fazia a ligação entre a avenida Rio Branco e o largo da Carioca. No referido largo, construiu uma nova estação terminal para os bondes, que os cariocas apelidaram de “Tabuleiro da Baiana” e abriu a primeira passagem subterrânea de pedestres da cidade. Retomou as obras para demolição dos restos do morro do Castelo, urbanizando a região da esplanada do Castelo, conforme as linhas propostas pelo *Plano Agache*, ainda que fazendo algumas alterações pontuais. Nesta região, inaugurou a praça do Castelo, na qual foi erguido o monumento ao barão do Rio Branco e construída uma garagem subterrânea, obedecendo a todas as exigências técnicas da moderna engenharia, com o objetivo de melhorar a circulação de veículos na região, limitando o seu estacionamento na superfície.

A abertura e construção da avenida Brasil foi outra grande realização da sua gestão, desobstruindo a entrada e a saída do tráfego de veículos na cidade, efetuadas pelas rodovias Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis. Até então, o tráfego de veículos era feito através das ruas estreitas dos subúrbios, cortados por várias ferrovias, como a Central do Brasil e a Leopoldina, enfrentando inúmeros engarrafamentos e obstáculos. Esta avenida

foi aberta margeando a baía de Guanabara, num espaço livre, começando em São Cristóvão, junto ao prolongamento do Cais do Porto, e terminando na bifurcação da avenida das Bandeiras com a estrada Rio-Petrópolis, nos limites do Distrito Federal com o estado do Rio de Janeiro.

Na região suburbana, também construiu um balneário na praia de Ramos, destinado a melhorar as condições sanitárias dos banhistas que a frequentavam. Na Tijuca, construiu a avenida Tijuca, mais tarde denominada de Edison Passos, em homenagem ao secretário de Viação e Obras Públicas, como uma variante moderna e mais segura das antigas estradas Velha e Nova da Tijuca. Remodelou a floresta da Tijuca, reconstruindo os seus passeios e áreas verdes, com a colaboração e o patrocínio do empresário Raimundo Castro Maia que, por uma recompensa simbólica de um cruzeiro anual, dedicou-se a restaurar, com seus próprios capitais, os recantos turísticos do Alto da Boa Vista, na floresta da Tijuca.

Assim, este benemérito empresário reconstruiu a capela Mayrink, dotando-a de um novo altar e de uma pintura de Cândido Portinari, reformou os caminhos de Paulo e Virgínia, do Mirante, do pico da Tijuca, do pico do Papagaio, da pedra de Archer e da pedra do Conde, além de remodelar as cascatas Diamantina, Violeta e Gabriela. Restaurou o sítio do Açude da Solidão, antigo reservatório de água da cidade, onde construiu uma mansão particular, atualmente transformada em museu, dotado de rico acervo de obras de arte. Castro Maia também instalou dois portões, de autoria do arquiteto Vladimir Alves de Souza, um na entrada da floresta da Tijuca, no Alto da Boa Vista, e outro no Açude da Solidão. Em Santa Teresa, Castro Maia transformou sua residência, a Chácara do Céu, em outro museu, que doou à cidade, também dotado de uma rica e diversificada coleção de obras de arte.

Na Zona Sul, o prefeito Dodsworth duplicou o túnel do Leme, abrindo uma galeria paralela a já existente e alargando a antiga. Entre os morros do Cantagalo e do Cabrito, cortou as rochas para abrir uma avenida, ligando Copacabana à lagoa Rodrigo de Freitas, que depois recebeu o seu nome. Na Praia Vermelha, conseguiu que as autoridades militares do Exército cedessem um terreno para a abertura de um logradouro público junto à praia. Este logradouro constituiu-se na praça General Tibúrcio, na qual foi erguido o monumento em homenagem aos soldados da Retirada da Laguna, episódio heróico da Guerra do Paraguai. O projeto de urbanização desta região foi assinado pelo arquiteto Davi Azambuja e incluiu um restaurante e um balneário.

Nos limites entre Ipanema e Leblon, construiu o Jardim de Alá, recuperando a área marginal do canal que liga a lagoa ao mar, instalando vários brinquedos no seu *play-ground*. Reforçou as pontes sobre o canal, nas avenidas Delfim Moreira e Ataulfo de Paiva. Adquiriu para a Prefeitura o Parque da Gávea, antiga propriedade de Guilherme Guinle, dotada de uma abastada mansão e de um amplo terreno ajardinado, onde instalou o Museu Histórico da Cidade. Na Glória, instalou o plano inclinado que ligou a praia do Russel ao outeiro, onde se localiza a igreja de N. S. da Glória, melhorando as condições de acesso dos turistas e dos fiéis que frequentavam o local.

Além disso, adquiriu a ilha de Brocoió para a municipalidade; instalou um novo Jardim Zoológico em uma parte da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão; construiu a estrada Grajaú-Jacarepaguá, promoveu inúmeros melhoramentos em diversos logradouros, estendeu as linhas de bondes em diversos bairros da Zona Oeste e criou o Banco da Prefeitura do Distrito Federal (BDF).

A principal realização da gestão de Henrique Dodsworth, porém, foi a abertura da avenida Presidente Vargas, uma obra monumental que rasgou um novo eixo viário no centro urbano, com o objetivo de descongestionar o trânsito no Centro e facilitar o acesso dos meios de transporte à Zona Norte e aos bairros suburbanos.³⁵⁰ Entretanto, essa obra resultou na derrubada de 525 prédios, entre eles os das igrejas de São Pedro dos Clérigos, Bom Jesus do Calvário, São Joaquim, São Domingos e Nossa Senhora da Conceição, de inestimável valor para o patrimônio cultural e histórico carioca e brasileiro. Além das centenas de demolições, promovidas para abrir o eixo da avenida Presidente Vargas, também derrubou o edifício do Paço Municipal, no qual importantes fatos da história da cidade e do país haviam se desenrolado, para permitir o alargamento

da grande artéria, deslocando a Prefeitura e suas repartições para outros imóveis alugados ou cedidos pelo governo federal.³⁵¹

Em troca do apoio político recebido do interventor, o governo federal respaldou as propostas de intervenções urbanísticas da administração municipal, através da edição do Decreto-Lei nº 2.722, de 30 de outubro de 1940, que trata da execução do plano de reurbanização da cidade. Em 28 de dezembro de 1940, o interventor sancionou os Decretos nº 6.897 e nº 6.898, implantando o plano de abertura da avenida Presidente Vargas, proposto pelo Serviço Técnico do Plano da Cidade, da Secretaria de Viação, Trabalho e Obras Públicas³⁵². Este órgão era encarregado de viabilizar as propostas do *Plano Agache*, que fora revogado pela administração de Pedro Ernesto.

O projeto de abertura da avenida Presidente Vargas, de autoria do arquiteto Nelson Muniz Nevada, já fora apresentado pela Secretaria de Viação, Trabalho e Obras Públicas na Feira de Amostras, realizada em 1938. A finalidade política da abertura da avenida, que obedeceu ao modelo de urbanismo monumental adotado pelo Estado Novo, foi exaltar e popularizar a figura de Getúlio Vargas, dando seu nome à maior das artérias até então construídas no Centro do Distrito Federal.³⁵³ O interventor justificou a necessidade de realização da obra, assegurando que ela resolveria os problemas de trânsito e de saneamento urbanos. Mas, também planejava aumentar a arrecadação fiscal da Prefeitura nas áreas desapropriadas e demolidas, recém-incorporadas ao patrimônio público municipal, cobrando altos impostos sobre elas.³⁵⁴

Henrique Dodsworth permaneceu politicamente neutro mesmo durante a radicalização que marcou a campanha eleitoral de 1937. Nesta conjuntura, Vargas convenceu o general Eurico Dutra, a participar das articulações golpistas e logo o general se tornou o responsável pela difusão, no final de setembro de 1937, de documentos de uma suposta conspiração comunista, o sinistro Plano Cohen³⁵⁵, criando o pretexto que Vargas esperava para dar o golpe de Estado e cancelar as eleições previstas para 1938. A divulgação do falso Plano Cohen permitiu a emissão de uma nova ordem de prisão da polícia política contra Pedro Ernesto, que permaneceu detido num campo de prisioneiros por quatro meses. Armando Salles de Macedo ainda tentou reagir, lançando um manifesto, apelando para que os militares não apoiassem as medidas adotadas pelo governo Vargas, mas não conseguiu reverter a marcha do golpe.

Em 10 de novembro de 1937, já sob estado de sítio, Vargas desfechou o *putsch* que implantou o Estado Novo, com a participação dos comandantes das Forças Armadas, do governador mineiro Benedito Valadares e o apoio da maioria dos governadores, com exceção de Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, que se exilou no Uruguai, de Juraci Magalhães, da Bahia, e de Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, que foram depostos por Vargas.

A seguir, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, suspendeu o funcionamento dos partidos e cancelou as eleições previstas para outubro de 1938. Atuando claramente como um ditador, anunciou a instituição de um regime de exceção no país, outorgando à nação uma nova Carta Constitucional. Esta nova Carta foi redigida pelo professor Francisco Campos, com base na *Carta del Lavoro*, dos fascistas italianos e na Constituição nazista dos poloneses.

A Constituição de 1937, pejorativamente denominada “Polaca”, reforçou a política centralizadora e autoritária do governo. Reduziu drasticamente autonomia dos estados e dos municípios brasileiros e desprezou os ideais liberais-democráticos. Seu principal objetivo era otimizar a eficiência operacional do aparelho de Estado, em prol do projeto de modernização e industrialização do país.³⁵⁶

A “Polaca” determinou que os mandatos dos governadores eleitos deveriam ser confirmados ou não pelo presidente da República, permitindo que este nomeasse interventores para substituir os governadores eleitos, mas não confirmados, cujas posses teriam que ser sancionadas por Vargas. Além disso, consentiu que o Executivo Federal governasse o país, a partir da emissão de decretos-leis, legislando sobre todas as matérias do âmbito do governo federal e do Distrito Federal, conforme lhe permitia o disposto no seu

artigo 180, mantendo a extinção dos poderes legislativos federais, estaduais e municipais decretada após o golpe de Estado. Conforme a Constituição outorgada dispôs, o governo federal passou a deter a prerrogativa de aposentar arbitrariamente funcionários civis e militares, conforme os seus interesses. Também estabeleceu o “estado de emergência” no país, que perdurou até o fim do Estado Novo, em 1945. O “estado de emergência” suspendeu as garantias civis e políticas dos cidadãos, reconhecidas pela própria Constituição outorgada.

Esta Constituição extinguiu a representação classista no Poder Legislativo e a eleição dos governadores dos estados e dos prefeitos das capitais, restringindo a autonomia destes entes federativos. Desta forma, praticamente eliminou o federalismo, pois os estados e suas capitais passaram a ser governados por interventores nomeados diretamente pelo governo federal, restringindo o poder das oligarquias regionais, sem, contudo, eliminar a sua influência ou superar a política “do favor” e o clientelismo. A cerimônia simbólica da queima das bandeiras dos estados, promovida pelo governo federal, expressou a supressão do federalismo e o predomínio do Poder Executivo central.

Contudo, no capítulo sobre Educação e Cultura, a Constituição de 1937 estabeleceu que os monumentos históricos, artísticos e naturais, considerados como integrantes do patrimônio público, deveriam ficar sob a proteção e sob os cuidados da União, dos estados e dos municípios, estabelecendo, pela primeira vez na Lei máxima do país, a responsabilidade dos poderes constituídos pela preservação do patrimônio nacional.

Cabe ressaltar que a centralização política promovida pelo Estado Novo não implicou o descolamento dos interesses dominantes na sociedade brasileira do poder, apenas mudou a forma de sua representação, que deixou de ser feita através do Congresso Nacional e passou a se expressar na composição dos diversos órgãos e conselhos técnicos, criados no interior do aparelho de Estado, como o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Conselho Federal de Educação etc.³⁵⁷ O Estado Novo foi sustentado por uma aliança entre a burocracia civil do aparelho de Estado, os altos e médios oficiais das Forças Armadas e a burguesia nacional, com o objetivo de desenvolver a industrialização do país, implantando uma indústria de base, vista pelos militares como uma questão estratégica para a segurança do país.³⁵⁸

A implantação do Estado Novo não alterou profundamente o funcionamento da Prefeitura do Distrito Federal, cujo interventor apoiou a sua instalação e foi reconduzido ao cargo. Apesar de Henrique Dodsworth não se opor ao novo regime, em 22 de dezembro de 1937, o presidente da República baixou o Decreto-Lei nº 96. Este Decreto-Lei dispôs sobre a reorganização administrativa do Distrito Federal, estipulando que, devido ao fato de ser a Capital Federal e sede do Governo da União, o município do Rio de Janeiro voltava a ser administrado por um prefeito nomeado pelo presidente da República e demissível *ad nutum*, revogando formalmente as disposições da Lei Orgânica de 1936, que estabelecera a eleição direta do prefeito.³⁵⁹

Além disso, o Decreto-Lei nº 96 determinou que um Conselho Federal (*sic*) legislasse para o Distrito Federal em todos os assuntos referentes aos seus interesses, tais como as operações de crédito, a concessão de serviços públicos municipais, a cobrança e arrecadação de impostos, taxas, multas e penalidades por infrações a leis e posturas municipais, as obras públicas, as desapropriações por utilidade pública, a educação e cultura, a higiene e saúde, a diversões públicas etc., retirando essas atribuições do âmbito distrital e transferindo-as para a esfera federal. Definiu as competências do Distrito Federal sobre os impostos e taxas; a propriedade imobiliária e territorial urbana; a transmissão de propriedade; as vendas e consignações comerciais; as exportações e importações; as indústrias, o comércio e as profissões. Estipulou que os atos emanados do governo municipal, os negócios de sua economia; as concessões de licenças e diversões públicas; as taxas sobre serviços públicos de caráter local; as contribuições sobre melhorias e as multas sobre infrações às posturas e leis municipais fossem regulados por leis específicas.

O referido Decreto determinou que o prefeito fosse auxiliado por cinco secretários gerais, que foram responsabilizados pelos atos que subscrevessem e que praticassem, mesmo por ordem do prefeito. Também definiu as atribuições e funções do prefeito e o responsabilizou pelos atos que ordenasse. Manteve o Tribunal

de Contas do Distrito Federal, mas estipulou que seus conselheiros passassem a serem nomeados pelo presidente da República. Aboliu os símbolos, escudos e armas do Distrito Federal nos documentos, publicações e atos emanados da Prefeitura, impondo a adoção dos da União. Extinguiu o Conselho Geral, o Conselho de Educação e Cultura e o Conselho de Saúde e Assistência, que foram instituídos pela Lei Orgânica de 1936.

Porém, reconheceu que a área das sesmarias, concedidas por Estácio de Sá e por Mem de Sá à municipalidade, bem como a da sesmaria de Sobejos, estavam sujeitas ao pagamento de foros à Prefeitura, acatando a demarcação lavrada no *Livro do Tombo das Terras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, de autoria de Haddock Lobo, existente no Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal. No plano do Arquivo do Distrito Federal, o seu dirigente, Restier Gonçalves, em 12 de março de 1936, escreveu uma carta para o subdiretor do Interior, da Secretaria Geral do Interior e Segurança, destacando a importância do órgão que dirigia e relatou as despesas com encadernação de códices, com pequenas reformas realizadas e expôs a necessidade de novo mobiliário e de material de consumo e permanente adequados às suas atividades. Em nova correspondência, dirigida ao referido subdiretor, datada de 24 de novembro de 1936, o chefe do Arquivo Geral propôs a retomada da publicação da *Revista do Arquivo Distrito Federal*, que seria editada mensalmente, solicitando autorização para ser averbada a quantia de 27 contos de reis destinada àquele fim.³⁶⁰

Em 7 de novembro de 1938, o Decreto-Lei nº 836³⁶¹, expedido pelo presidente da República, extinguiu a Secretaria Geral de Interior e Segurança da estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal, e determinou que as Diretorias de Segurança, do Interior, de Estatística e de Turismo e Propaganda passassem a funcionar diretamente subordinadas ao prefeito. No dia seguinte, Átila Soares exonerou-se da Secretária extinta para exercer outro cargo no governo municipal.³⁶²

Em 18 de novembro de 1938, o Decreto nº 871³⁶³, do Executivo Federal, reorganizou a Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura, mantendo o seu quadro de pessoal. Esta Secretaria fora uma das mais prestigiadas por Pedro Ernesto. Portanto, sua reorganização teve o objetivo de neutralizar a influência do ex-prefeito sobre os seus quadros de servidores e sobre os seus usuários. Em 8 de abril de 1939, o Decreto nº 1.202³⁶⁴, do Executivo Federal, dispôs sobre a administração dos estados e dos municípios brasileiros, reorganizando-os. Em 25 de maio de 1939, o Decreto nº 1.292, do Executivo Federal, criou a Secretaria Geral de Administração na estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal.³⁶⁵ Em 11 de agosto de 1939, o secretário do prefeito, Jorge de Toledo Dodsworth, foi nomeado secretário-geral de Administração, acumulando os dois cargos.³⁶⁶ E, no dia 24 de agosto, o Decreto nº 1.537³⁶⁷, do Executivo Federal, prorrogou o prazo para a regulamentação da referida Secretaria. Merece ser destacado o fato de que, após a extinção da Câmara Municipal do Distrito Federal, em 1937, sua Biblioteca e o seu Arquivo foram transferidos para o Arquivo do Distrito Federal. Segundo o relatório, datado de 4 de março de 1939, assinado por Artur Massena e apresentado ao secretário e chefe de Gabinete do Prefeito, foram recolhidos ao ADF um total de 61 livros da Seção de Expediente e Contabilidade da Câmara Municipal. Foram também recolhidos os livros de Termos de Posse dos vereadores e do prefeito, eleitos em 1935, um livro de Termos de Posse de prefeitos anteriores, diversos diplomas de vereadores, as plantas do edifício da Câmara, os Anais da Câmara e outros impressos, além de vários objetos de valor histórico. Neste relatório, consta ainda o Termo de Entrega dos mencionados acervos do Arquivo e da Biblioteca da extinta Câmara Municipal ao Arquivo do Distrito Federal.

É importante registrar também que, após a dissolução da Câmara Municipal, os servidores da sua Secretaria foram removidos para diversas repartições do Executivo municipal, inclusive para o Arquivo do Distrito Federal, sendo compulsoriamente transferidos do Legislativo para o Executivo.

Em 28 de dezembro de 1938, Aureliano Restier Gonçalves, que permanecera na direção do Arquivo do Distrito Federal, foi designado para compor a Comissão de Arrolamento. Esta Comissão foi encarregada de

proceder a um amplo levantamento dos objetos de valor histórico e artístico existentes nas diversas repartições da Prefeitura, que posteriormente seriam recolhidos ao Museu Histórico da Cidade.

3.2. A GRANDE TRAVESSIA DO ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL RUMO À EDUCAÇÃO E À CULTURA (1940-1945)

Em 11 de janeiro de 1940, o Decreto Executivo municipal nº 6.620³⁶⁸ simplificou e uniformizou a nomenclatura das repartições da Prefeitura do Distrito Federal, além de promover a sua reorganização. Este Decreto, entre outras disposições, transferiu o Arquivo Geral, então subordinado à Diretoria do Interior, para o recém-criado Departamento de Biblioteca e Documentação, da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, com a denominação de Serviço de Arquivo Geral, juntamente com a Biblioteca Municipal e o Museu da Cidade. No dia 2 de fevereiro de 1940, o coronel José Pio de Borges Castro foi nomeado para o cargo de secretário-geral desta Secretaria.³⁶⁹

Esta transferência do Arquivo Geral marcou uma inflexão decisiva na sua trajetória, pois o órgão passou a integrar uma esfera administrativa voltada especificamente para a promoção da educação e da cultura, integrado a um Departamento encarregado da preservação e da divulgação do patrimônio documental, histórico e bibliográfico da municipalidade. Esta alteração na posição do Arquivo do Distrito Federal na estrutura organizacional da Prefeitura representa o reconhecimento formal e de fato da sua importância estratégica para a implantação de uma política oficial de valorização e de preservação do patrimônio documental e cultural da cidade do Rio de Janeiro. É o começo da terceira fase da história do Arquivo Geral, na estrutura administrativa do Executivo municipal.

Apesar desta alteração estrutural, as condições de segurança das instalações do Arquivo Geral no Palácio Municipal continuaram muito precárias e insuficientes. Em fevereiro de 1940, um Ofício de Restier Gonçalves, chefe do Arquivo Geral, comunicou a existência de uma infestação de ratos nas salas Noronha Santos e Souza Aguiar, localizadas no subsolo do prédio e que funcionavam como depósitos da documentação arquivada, e solicitou urgentes providências para o extermínio dos roedores, que representavam séria ameaça à saúde dos funcionários e à preservação do valioso acervo documental do órgão.³⁷⁰

Em 14 de março de 1940, o Decreto nº 6.641³⁷¹ anulou o Decreto nº 6.620 e redefiniu a organização geral dos serviços da Prefeitura. Este Decreto manteve as cinco Secretarias Gerais já existentes na estrutura da administração municipal. Na Secretaria de Educação e Cultura extinguiu o Departamento de Biblioteca e Documentação e estabeleceu o Departamento de História e Documentação (DHD), como um organismo voltado especialmente para a preservação do patrimônio histórico e documental do Distrito Federal. E subordinou o Arquivo do Distrito Federal ao recém-criado Departamento, mantendo a sua nomenclatura de Serviço de Arquivo Geral, uma unidade orgânica sem autonomia administrativa e financeira. A seguir, Augusto do Amaral Peixoto foi nomeado diretor do DHD, ocupando este cargo até o final da gestão de Henrique Dodsworth, em 1945.³⁷²

O Decreto nº 6.641 também previu a expedição de novos regulamentos para os diversos órgãos da Prefeitura. O Serviço de Arquivo Geral foi organizado em três setores: I - Arquivo Administrativo, encarregado da documentação corrente e intermediária; II - Arquivo Histórico, incumbido da documentação permanente e III - Setor de Seleção e Pesquisas, voltado para a identificação e a avaliação dos documentos. O Decreto P-24³⁷³, de 25 de março de 1940, nomeou Aureliano Restier Gonçalves para exercer o cargo de chefe do Serviço de Arquivo Geral.

De um lado, a manutenção do Arquivo Geral em uma posição subalterna, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, continuou dificultando o cumprimento de suas amplas tarefas de recolher e preservar os documentos provenientes de todas as repartições da Prefeitura, pois barreiras burocráticas o impediam

de ordenar diretamente os procedimentos arquivísticos. Por outro, o fato de passar a integrar uma pasta, na qual suas funções culturais e educativas foram mais reconhecidas, representou uma valorização e reafirmação do seu papel de órgão responsável pela guarda e pela preservação do patrimônio documental produzido pelo conjunto da administração da cidade e pela preservação da memória carioca, reconhecendo o seu papel histórico e cultural.

A partir dessa fase, em que o Arquivo Geral foi inserido numa Secretaria voltada para a promoção da cultura e num Departamento voltado para o patrimônio, poucos conjuntos documentais provenientes das repartições da Prefeitura, porém, foram recolhidos aos seus depósitos. Este fato provavelmente foi causado pela falta de espaço físico e pelas péssimas condições de suas instalações.

Na sua terceira fase, o Arquivo Geral desenvolveu diversas atividades culturais para divulgar a sua rica documentação, inclusive recebendo elogios do prefeito e da imprensa carioca pela montagem de uma exposição, como podemos constatar em um despacho, publicado no *Boletim da Prefeitura*, no dia 23 de maio de 1940.³⁷⁴ O Decreto nº 6.641 responsabilizou o Serviço de Arquivo Geral pela supervisão do Museu Histórico da Cidade. Porém, neste mesmo mês, contraditoriamente, o prefeito extinguiu a Comissão de Arrolamento dos bens do referido Museu que ele mesmo instituíra.³⁷⁵

A valorização do patrimônio histórico e artístico municipal ocorreu no contexto em que foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei Federal nº 378³⁷⁶, na gestão de Gustavo Capanema, no Ministério da Educação e Saúde. Este órgão, cuja finalidade era promover, de forma permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio artístico e histórico brasileiro, desempenhou um papel determinante na definição de políticas oficiais de preservação do patrimônio nacional, ao estabelecer as primeiras políticas de identificação e de preservação dos bens artísticos e históricos do país. Atualmente o SPHAN, é denominado de Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), e está inserido na estrutura do Ministério da Cultura.

Em seguida, o Decreto-Lei nº 25³⁷⁷, de 30 de novembro de 1937, definiu como patrimônio nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja preservação fosse de interesse público, por estarem vinculados a fatos da história do Brasil ou por possuírem valores arqueológico, etnográfico, artístico ou bibliográfico. Este Decreto-Lei determinou que aqueles bens passassem a integrar o patrimônio nacional, depois de serem avaliados e registrados nos Livros de Tombo, instituídos no SPHAN, simultaneamente à publicação desse Decreto-Lei.

De fato, a institucionalização da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional pelo Decreto-Lei nº 25, deu início a um amplo processo de tombamentos, restaurações e revitalizações de bens que constituem aquele patrimônio. Este processo assegurou a preservação de valiosos acervos arquitetônicos e urbanísticos nacionais, bem como de acervos documentais e etnográficos, de obras de arte e de bens móveis. O processo de identificação, avaliação e tombamento de preservação de bens culturais não se limitou à esfera federal, pois desencadeou e estimulou o desenvolvimento de um conjunto de ações similares nos níveis estaduais e municipais de governo em todo o país.

No caso da Prefeitura do Distrito Federal, a criação do Departamento de História e Documentação e a transferência do Serviço de Arquivo Geral para o âmbito da Secretaria de Educação e Cultura, em março de 1940, podem ser considerados como desdobramentos municipais deste processo de valorização do patrimônio histórico e cultural nacional. A data de publicação do Decreto nº 6.641, em 14 de março de 1940, serve como um marco divisório da história do Arquivo Geral, assinalando o começo da terceira fase da história da sua trajetória institucional no âmbito do Executivo municipal. Esta fase terminou em 1960, quando o Distrito Federal foi transferido para Brasília e foi criado o Estado da Guanabara.

Em abril de 1940, um Ofício de Restier Gonçalves, ao diretor do Departamento de História e Documentação (DHD),³⁷⁸ mencionou o Decreto nº 1.946, de 19 de dezembro de 1939,³⁷⁹ que determinou a redução das quotas das verbas orçamentárias destinadas ao Arquivo Geral. O objetivo do dirigente do Arquivo Geral com esse Ofício era o de destacar que os encargos da repartição que chefiava tinham se tornado mais amplos do que eram antes da transferência para a Secretaria Geral de Educação e Cultura. Assim, apesar das restrições orçamentárias vigentes, requereu verbas suplementares para o órgão. Estas verbas seriam destinadas à aquisição de material de consumo e permanente, como mobiliário, estantes, papel e fichários, para o uso dos servidores. Porém, também seriam empregadas na aquisição de assinaturas de revistas e de outras publicações necessárias ao desenvolvimento da produção intelectual do Arquivo Geral, bem como para fazer frente às tarefas necessárias e urgentes de preservação do acervo documental, destacando a encadernação dos Códices, providência cuja continuidade considerou como fundamental para garantir a preservação da documentação arquivada.

Em 22 de maio de 1940, Restier Gonçalves, em Ofício ao diretor do DHD³⁸⁰, sugeriu qual deveria ser a lotação do quadro funcional do Serviço de Arquivo Geral, com base na legislação em vigor, afirmando que naquele momento estavam lotados na repartição apenas 21 servidores, incluindo quatro provenientes da extinta Secretaria da Câmara Municipal, um do Tribunal de Contas e o pessoal operário. Chamou atenção para o fato de o Serviço de Arquivo Geral estar desfalcado de pessoal técnico especializado e competente e impossibilitado de atender a todos os encargos que lhe foram atribuídos. Restier Gonçalves, portanto, solicitou ao diretor do DHD que, quando fosse tratar da lotação de pessoal com o secretário de Educação e Cultura, não deixasse de considerar as necessidades de provimento de servidores da repartição que chefiava. Alegou que os encargos e as atribuições do Arquivo Geral se avolumaram, num momento em que muitos dos seus funcionários foram transferidos ou promovidos, abrindo vagas no seu quadro funcional que precisava ser reforçado com novos provimentos.

Em julho de 1940, ao apresentar a proposta orçamentária do Arquivo Geral³⁸¹ para o exercício de 1941, Restier Gonçalves mencionou a necessidade do aumento de suas verbas para atender às atividades de restauração, higienização e encadernação da documentação manuscrita, de valor histórico, depositada numa sala subterrânea do Palácio Municipal. Ressaltou o valor inestimável dessa documentação para o patrimônio histórico e para administração da municipalidade, mostrando que sua situação exigia um cuidado todo especial para garantir a higienização, restauração e preservação destes documentos. Solicitou também a contratação de pessoal para integrar o quadro funcional do órgão que dirigia.

Em setembro de 1940, um Ofício³⁸² de Restier Gonçalves ao diretor do DHD, registrou as frequentes e constantes queimas das lâmpadas que ocorriam nas salas do órgão. Com este fato demonstrou a precariedade das instalações elétricas da repartição que dirigia, deixando subentendido que havia riscos de curtos-circuitos e de incêndios que ameaçavam a integridade física dos documentos arquivados e até a vida dos seus funcionários. Nesta época, o Arquivo Geral funcionava 5 horas por dia, das 11 às 16 horas, com exceção dos sábados, quando o expediente era encerrado às 14 horas.

Ainda em setembro de 1940, apesar das suas dificuldades internas, o Arquivo Geral participou da exposição realizada no Teatro Municipal e no saguão do Palácio Municipal, montada em comemoração à Semana da Pátria. Para esta exposição, o Arquivo Geral forneceu documentos manuscritos, impressos e fotográficos originais do seu acervo institucional.

Em dezembro do mesmo ano, no seu Relatório Anual³⁸³ ao diretor do DHD, Restier Gonçalves, atendendo à solicitação de remessa da relação de pessoal do Arquivo Geral, voltou a expor a necessidade de provimento de funcionários para os cargos técnicos imprescindíveis aos serviços e informou a seu superior a relação de pessoal indispensável ao funcionamento do Arquivo Geral: 13 oficiais administrativos; 6 escriturários; 2 contínuos; 7 serventes; 1 desenhista; 5 datilógrafos; um oficial de vigilância; e 4 trabalhadores. Como se

pode constatar, não há menção a nenhum arquivista neste quadro, ainda que esta carreira já constasse no quadro de servidores da Prefeitura do Distrito Federal. Neste Relatório Anual, Restier Gonçalves mencionou também os constantes problemas das instalações físicas da repartição, os riscos iminentes de incêndios e desabamentos, a falta de espaço físico dos depósitos e a crônica falta de pessoal especializado para atender às necessidades dos serviços especiais que a repartição prestava à administração municipal e aos munícipes.³⁸⁴

Em janeiro de 1941, Restier Gonçalves, em uma instrução interna aos integrantes da equipe, afirmou que o Arquivo Geral “não é um mero depósito de papéis, nem seus funcionários apenas copistas”, [mas sim um] “órgão superior de consulta da administração [pública] em geral” De acordo, com Restier Gonçalves o Arquivo Geral informa, esclarece, orienta e decide a respeito de casos que lhe sejam dados a apreciar, emitindo pareceres técnicos avaliados, em resposta às demandas da administração municipal e dos munícipes, com esmero e responsabilidade, enfrentando as dificuldades e barreiras que se interpõem ao seu pleno funcionamento.³⁸⁵ Esse posicionamento de Restier Gonçalves esclareceu o papel especial e estratégico que o Arquivo Geral desempenhava, assessorando às tomadas de decisão dos governantes da cidade, com base na documentação arquivada, preservando a memória documental carioca e fornecendo fontes primárias à pesquisa histórica e à comprovação de direitos dos cidadãos.

Em fevereiro do ano de 1941, o servidor Carlos Alves Pereira foi nomeado coordenador do Setor de Arquivo Histórico, responsável pela custódia da documentação de valor permanente arquivada.³⁸⁶

Em Ofício ao diretor do DHD, datado de abril de 1941, Restier Gonçalves solicita providências para o conserto do ar condicionado das salas subterrâneas do Arquivo Geral, na quais se encontrava guardado “um valiosíssimo arquivo de quase quatro séculos de existência e de principal importância como patrimônio histórico” para a Prefeitura e para os cidadãos.³⁸⁷

Em 8 de maio de 1941, o secretário-geral de Educação e Cultura, coronel José Pio Borges Castro, expediu as normas regulamentares para a Secretaria, inclusive para o Arquivo Geral, através da Resolução nº 24³⁸⁸, cujo artigo nº 2, letra I, definiu a estrutura do Departamento de História e Documentação, dividindo-a em 3 serviços: 1) Museus da Cidade; 2) Arquivo Geral; e 3) Correspondência. O artigo nº 171, da referida Resolução, estabeleceu os setores executivos do Serviço de Arquivo Geral: 1) Expediente e Informações; 2) Seleção e Pesquisas; e 3) Catalogação e Conservação. O estabelecimento da estrutura organizacional da Secretaria Geral de Educação e Cultura e, especialmente a do DHD, comprova o interesse da Prefeitura do Distrito Federal em fomentar a cultura e a preservação do patrimônio histórico e cultural da municipalidade.

Em 28 de outubro de 1941, o presidente da República, usando das suas atribuições constitucionais, baixou o Decreto-Lei nº 3.770³⁸⁹, instituindo o estatuto dos funcionários públicos civis da Prefeitura do Distrito Federal. Este Decreto regulamentou o provimento de cargos e das carreiras dos servidores públicos, os seus direitos e deveres funcionais, as nomeações, os concursos, as posses, a promoção e movimentações funcionais.

Em julho de 1942, em Ofício ao diretor do DHD, o chefe do Arquivo Geral ponderou junto ao seu superior sobre a correção de se proceder a novos recolhimentos de documentos às vésperas da mudança de localização do órgão, fato que aumentaria as responsabilidades do Departamento, criando mais dificuldades para a mudança. Lembrou que a transferência do Arquivo Geral exigiria a adoção de medidas severas de segurança no transporte da documentação arquivada, para se evitar extravios e perdas.³⁹⁰ Em outro ofício do mesmo mês, Restier Gonçalves solicitou a limpeza das dependências do órgão e a completa desinfecção da sua documentação, atacada por insetos, requisitando a cessão de dois serventes do Departamento de Limpeza Urbana para que esses procedimentos fossem executados com rapidez e eficiência de modo a não expor a valiosa documentação arquivada aos ataques dos insetos.³⁹¹

Em Ofício datado de novembro de 1942³⁹², Restier Gonçalves apresentou ao diretor do DHD um Anteprojeto de Organização do Arquivo Geral. Segundo esse Anteprojeto, as finalidades do órgão seriam o

estudo e análise de fatos sociais, políticos e administrativos ocorridos no Distrito Federal que interessassem à sua economia e aos seus habitantes e a classificação, catalogação e a conservação de todos os documentos que fornecessem informações sobre a história e a administração da cidade. No final deste Ofício, Restier Gonçalves relatou que os coordenadores dos três setores em que estava dividido o Serviço de Arquivo Geral prestaram contas, através de relatórios setoriais, dos trabalhos que realizaram naquele ano, e apontaram as providências, equipamentos e materiais de que necessitavam para o desenvolvimento das suas atividades. Ainda nesse mesmo Ofício, Restier Gonçalves arrolou as principais demandas do órgão: a construção de um edifício moderno e adequado para sediar o Serviço de Arquivo Geral; a aquisição de móveis indispensáveis ao seu funcionamento (mesas, secretárias, cadeiras, armários, estantes, fichários, pastas etc.); a formação de um quantitativo funcional suficiente para dar conta da multiplicidade e da importância das atividades do Serviço; a criação de uma comissão que tivesse por escopo, mediante cuidadoso estudo, a organização de um plano de centralização de todas as atividades concernentes à arquivonomia na Prefeitura, de forma a uniformizá-las no interesse geral da administração e da história do Distrito Federal; a instalação de um Serviço permanente de encadernação, encarregado da confecção dos códices e da feitura dos volumes das suas coleções documentais; e a continuação da publicação das obras históricas, através da retomada da publicação da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*.

Em consonância às solicitações do chefe do Arquivo Geral, Ofício ³⁹³ do diretor do DHD, Augusto do Amaral Peixoto, ao Secretário de Educação e Cultura, ratificou as notificações da escassez de aparelhamento técnico e de pessoal e a penúria financeira do Serviço de Arquivo Geral. Assinalou as dificuldades que o órgão enfrentava para promover a preservação do seu patrimônio documental, ressaltando que a documentação sob a sua guarda fundamentava a estruturação jurídica e política da Prefeitura do Distrito Federal. Neste Ofício, o diretor do DHD apontou ainda a interrupção dos processos de restauração e de encadernação dos Códices do Arquivo Geral, trabalhos que o órgão realizava há mais de cinquenta anos, e que se vira forçado a suspender por absoluta falta de recursos materiais.

Ecos da Segunda Guerra Mundial no Arquivo Geral

No contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo brasileiro negociou com as grandes potências, jogando com a rivalidade entre os dois blocos formados pelo Eixo e pelos Aliados, visando obter vantagens. Porém, diante da evolução dos acontecimentos e da entrada dos EUA na guerra, em dezembro de 1941, o campo de negociações e barganhas do Estado Novo com as potências rivais esgotou-se. Então, considerando a política pan-americanista continental, foi obrigado a se alinhar aos norte-americanos e aos Aliados, reivindicando, em contrapartida, o reequipamento e a modernização das Forças Armadas e o financiamento da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, dando início ao processo de industrialização de base do país, condição imposta pela alta oficialidade para aceitar o alinhamento do país ao lado dos Aliados.

Após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, a mobilização civil e militar cresceu por todo o país. O governo adotou uma série de medidas que objetivaram a conversão da economia para os esforços bélicos. Entre essas medidas se destacaram: a redução do consumo de petróleo e gasolina, o racionamento de energia elétrica e de alimentos, o *blackout* no litoral do país, a orientação da população civil para emprego de máscaras contra gases, a construção de abrigos para a população, em casos de bombardeios aéreos, e uma ampla campanha de alistamento voluntário e de propaganda contra a infiltração de inimigos no território brasileiro, a “quinta coluna”. No contexto desta mobilização geral, o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, promoveu uma reunião com todos os seus secretários, em 4 de setembro de 1942, convocando-os a assumirem a direção das atividades extraordinárias que deveriam empreender no esforço

de guerra que o governo federal estava desenvolvendo no país. Assim, pediu a colaboração de todos para com as medidas adotadas pelo governo federal.

Em 26 de dezembro de 1941, provavelmente em decorrência da sua participação como militar no esforço de guerra, Borges de Castro afastou-se temporariamente da Secretaria Geral de Educação e Cultura, sendo substituído pelo diretor do Instituto de Educação, o coronel Artur Rodrigues Tito. Em 23 de março de 1942, Borges de Castro exonerou-se definitivamente do cargo de secretário e o diretor do Departamento de Educação Primária, o tenente-coronel Jonas Moraes Correia Filho, assumiu a responsabilidade sobre o expediente da Secretaria. Em 11 de abril de 1942 foi nomeado oficialmente para o cargo de secretário de Educação e Cultura.³⁹⁴

Logo a seguir, Jonas Moraes Correia Filho, através da Circular nº 16³⁹⁵, de 8 de setembro, dirigiu-se aos educadores do Distrito Federal participando-lhes que, em breve, seriam convocados para contribuir com as medidas adotadas pelo governo, esperando que “continuassem unidos, patrioticamente disciplinados” e afirmando que “o fim de todos era a vitória sobre a brutalidade nazifascista”. Esta Circular terminou, conclamando à união nacional em torno dos governantes do Distrito Federal e do país.

Nesta Circular, o secretário Jonas Moraes Correia Filho assinalou a importância da adoção de medidas de segurança e de proteção para os alunos da rede de ensino municipal e da divulgação de orientações para as suas famílias. Comunicou que seriam providenciadas medidas de prevenção em relação à segurança dos transportes, a incêndios e a bombardeios aéreos e navais. Afirmou que seriam adotados cuidados em relação à saúde, higiene, assistência, enfermagem e hospitalização da população, à economia de guerra e ao policiamento da cidade, e convocou todos os professores (e servidores) da Secretaria de Educação e Cultura a participarem da mobilização geral em curso no país.

Em resposta à convocação do secretário de Educação e Cultura, Restier Gonçalves afirmou em Ofício que o Arquivo Geral, sob sua direção, era “a voz da heróica e leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” e que os seus funcionários “não se guardam indiferentes ao apelo que faz o Brasil a todos os seus filhos, para a cruzada contra o despotismo e a tirania”, garantindo que todos “estavam firmes nos seus postos, irmanados pela mesma fé cívica” e “certos da vitória da liberdade (...), continuarão no desempenho dos seus deveres funcionais (...), sem temor nem covardia, (...) se colocando a postos para a defesa militar e espiritual do país”.³⁹⁶

Os posicionamentos inflamados de nacionalismo e patriotismo, como o de Restier Gonçalves, não foram incomuns entre autoridades de diversos escalões do governo municipal. Atestam que a mobilização antinazista e antifascista perpassava a sociedade carioca e repercutia no interior do aparelho de Estado, apesar do caráter ditatorial do Estado Novo e da habitual neutralidade da burocracia estatal. Mas, também demonstram como as manifestações populares, favoráveis à entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, tiveram grande repercussão na vida política nacional, influenciando não apenas a opinião pública, mas até os próprios governantes e dirigentes de órgãos públicos da Capital Federal.

Em março de 1943, Ofício³⁹⁷ de Restier Gonçalves, com base nas normas regulamentares da Secretaria de Educação e Cultura, alertou o diretor-geral do DHD para o fato de que outros órgãos da Prefeitura insistiam na obtenção de informações, cópias e remessas de documentos depositados no Arquivo Geral, com o objetivo de fornecerem certidões e cópias autenticadas destes documentos. Reafirmou que estas tarefas eram incumbências legais exclusivas do Arquivo Geral, denunciando tais práticas como ilegais e lesivas aos cofres municipais.

Em 7 de junho de 1943, a Portaria nº 51 designou o diretor do Instituto de Educação, Leonel Gonzaga Pereira da Fonseca, para substituir o secretário de Educação e Cultura, nos seus impedimentos e em 30 de setembro deste mesmo ano, o diretor do Departamento de Educação Primária, Teobaldo de Miranda Santos, foi designado pela Portaria nº 92 para o referido cargo, que ocupou até 24 de dezembro, quando Leonel

Pereira da Fonseca voltou a ser nomeado secretário de Educação, pela Portaria nº 123, nos impedimentos do titular Jonas de Moraes Correia Filho, que somente deixou o cargo definitivamente em 31 de outubro de 1945.³⁹⁸

Em julho de 1943, Restier Gonçalves, em Ofício ao diretor do DHD, reclamou da distribuição das verbas orçamentárias, que estariam seguindo uma política de favorecimento de alguns departamentos em detrimento de outros da Prefeitura do Distrito Federal e fundamentou sua avaliação nas insignificantes dotações que o Arquivo Geral recebera no orçamento de 1943. Afirmou que tais dotações não consideravam as novas obrigações e os variados e especiais trabalhos desenvolvidos pelo órgão que dirigia, devido ao impulso das atividades dos diversos setores da administração municipal e do crescimento da massa documental resultante que deveria ser recolhida e tratada pelo Arquivo Geral. Informou que solicitou uma verba de Cr\$ 30.000, 00, no item de material permanente, para a compra de lentes e máquinas fotostáticas, necessárias à reprodução de plantas e outros documentos arquivados.³⁹⁹

Em janeiro de 1944, no seu Relatório Anual⁴⁰⁰, relativo a 1943, Restier Gonçalves registrou que, quando assumiu a direção do Arquivo Geral, em 1935, encontrou a importante e quatro vezes centenária instituição municipal esquecida e abandonada pelos altos dirigentes da Prefeitura do Distrito Federal. Afirmou que, desde então, procurou, nos limites de suas possibilidades, torná-lo conhecido como “órgão superior da administração pública e como uma instituição cívico-popular” (*sic*) de grande importância para a preservação das fontes históricas da cidade. Ressaltou, portanto, que o Arquivo Geral precisava de um forte apoio da administração para desempenhar as suas amplas e variadas funções com competência e eficiência, destacando o seu papel de órgão responsável pela guarda da memória histórica da cidade. A seguir, neste mesmo Relatório, apresentou as carências do Arquivo Geral quanto à necessidade de uma sede apropriada à natureza de suas atividades e condigna à sua importância institucional na história da cidade. Apontou ainda, a falta de mobiliário adequado aos fins da repartição, a carência de aparelhamento indispensável à conservação, à preservação e à segurança da documentação sob a sua guarda, a falta de um quadro de pessoal técnico adequado às suas necessidades, destacando a importância de se dar continuidade à encadernação dos Códices para a segurança da documentação arquivada. Destacou também a valiosa contribuição dos coordenadores e dos funcionários dos três setores do Arquivo Geral para o desenvolvimento das suas atividades, ressaltando sua capacidade de trabalho e os esforços que dispensavam para cumprirem suas árduas tarefas.

Este Relatório de Restier Gonçalves foi completado pelos relatórios dos coordenadores dos três setores do Arquivo Geral que, por meio deles, expuseram as atividades que desenvolveram, em 1943. Assim, o Relatório⁴⁰¹ de Esther de Carvalho e Silva, coordenadora do Setor I, do Arquivo Administrativo, ressaltou a colaboração valiosa dos funcionários para o desenvolvimento das atividades deste setor e assinalou a penúria de material de consumo, que levou os funcionários a comprar, com seus próprios recursos, até lápis para trabalhar. Destacou o auxílio que recebeu do Setor II, o Arquivo Histórico, ao fornecer coleções de documentos organizados e selecionados, necessários para a execução dos trabalhos do setor que coordenava. Descreveu o movimento de emissão de certidões, o atendimento a requerimentos e outros processos que transitaram pelo setor que coordenava, que totalizaram 1.676, discriminando-os. Declarou a renda aferida dos emolumentos recebidos pela emissão das certidões, que alcançou Cr\$ 6.014,00, destacando que esse valor poderia ser maior se muitos pedidos de certidão não tivessem prescrito, pois não puderam ser emitidas por falta de servidores.

Carlos Alves Pereira, coordenador do Setor II, o Arquivo Histórico, no seu Relatório⁴⁰² de janeiro de 1944, descreveu as atividades que foram realizadas em 1943. Entre as atividades promovidas, destacou as seleções de processos referentes a construções prediais, canalizações, vistorias etc. que já estavam prontos para serem catalogados; a restauração, a rotulação e a numeração de Livros de Registro de Licenças Comerciais e de Livros Copiadores de Ofícios e Editais; as seleções de documentos variados da Contabilidade municipal,

de processos e documentos diversos da Instrução Pública; a organização e o acondicionamento em pastas, de folhas de pagamento avulsas e de processos sobre tempo de serviço; a restauração dos Livros da Limpeza Pública e dos Livros de Pessoal da Secretaria de Obras e Viação, de 1925 a 1935. Relatou que foi realizada a organização dos processos e certidões e foram feitas retificações de arranjo nos Guias de Transmissão de Propriedades, separados em ordem alfabética. Destacou que a leitura destes Guias propiciava informações sobre o aparecimento de novos logradouros públicos e a expansão dos bairros da cidade, como os da Urca, Ipanema e Brás de Pina, que surgiram em 1927. Terminou seu Relatório indicando a falta de material permanente e de consumo (máquinas de escrever, papel, tarlatana, lápis etc.) no setor que coordenava e destacando a grande dedicação dos funcionários para a realização dos serviços.

O Relatório ⁴⁰³ apresentado por Izabel Almeida de Oliveira, coordenadora do Setor III, de Seleção e Pesquisa, descreveu as atividades realizadas, dentro das possibilidades e com os escassos recursos de pessoal e de material de que dispunha o Arquivo Geral. Expôs o prosseguimento da catalogação dos documentos, depois de restaurados, especialmente os de maior valor histórico e administrativo. Destacou o trabalho de organização da documentação relativa às Licenças de Obras, entre 1900 e 1919, aos Logradouros Públicos, protocolada entre 1867 e 1926. Propôs a catalogação da coleção de Livros de Registro de Folhas de Pagamento de Pessoal. Ressaltou a realização e a elaboração do Inventário dos Bens Materiais que constituíam o patrimônio do Arquivo Geral, avaliados em Cr\$ 927.160,00. Neste Inventário não foram incluídas as coleções documentais arquivadas por possuírem um valor histórico inestimável. Destacou a falta de funcionários e a premência de verbas orçamentárias para a continuação do trabalho de organização e catalogação da documentação arquivada e o esforço expendido por Restier Gonçalves, sempre disposto a orientar e a colaborar nos trabalhos desenvolvidos.

No dia 25 de março de 1944, por determinação do prefeito Henrique Dodsworth, foi iniciada a demolição do Palácio da Prefeitura, localizado na praça da República, nº 140. Os trabalhos começaram pela parte mais antiga do edifício, cuja frente se voltava para a avenida Tomé de Souza. Permaneceram em funcionamento, na parte nova do prédio, várias repartições, entre as quais o Arquivo Geral e a Diretoria do Interior. Em decorrência da demolição do Palácio, determinada pelas obras de abertura da avenida Presidente Vargas, o Arquivo Geral e outros órgãos da Prefeitura foram transferidos para outros locais alugados ou cedidos pelo governo federal.

Em março de 1944, uma Portaria do prefeito Henrique Dodsworth criou a comissão encarregada de preparar e organizar os trabalhos da mudança e as atividades de instalação do Arquivo Geral no próprio municipal que lhe fora destinado. ⁴⁰⁴ Esta comissão, composta por Aureliano Restier Gonçalves, então chefe do órgão, por Francisco Agenor Noronha Santos, ex-dirigente do Arquivo, e por João Costa Ferreira, dirigiu os trabalhos de preparação da mudança. A comissão foi secretariada pelo coordenador do Setor de Arquivo Histórico, Carlos Alves Pereira, e contou com a colaboração dos servidores Hilda Lopes da Costa e de Zery Baptista. A referida comissão ficou encarregada também de fiscalizar o armazenamento e o transporte dos documentos e, também, as obras de reformas das novas instalações do Arquivo Geral, para que respeitassem os critérios técnicos que garantissem a preservação da valiosa documentação sob a custódia do Arquivo do Distrito Federal. ⁴⁰⁵

Os serviços técnicos de desmontagem e montagem das armações e das estantes metálicas do Arquivo Geral e as obras de adaptação do prédio, para que pudesse receber a documentação do Arquivo Geral, foram supervisionadas por Otávio de Matos Mendes, engenheiro da Diretoria de Engenharia da Prefeitura. Estas obras foram realizadas pela firma Benjamin da Cunha Ltda. O engenheiro Matos Mendes também providenciou a instalação do Laboratório Fotográfico na nova sede do Arquivo Geral. A inauguração do Laboratório Fotográfico foi promovida com uma solenidade pública, organizada pelo chefe e a equipe

do Arquivo Geral, contando com a presença do diretor do DHD e do secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

As medidas adotadas para a transferência da documentação do Arquivo Geral, sob a orientação da comissão encarregada de organizar a mudança, garantiram a segurança e a integridade do acervo arquivístico da municipalidade, que recebeu um tratamento especializado e cuidadoso. O transporte dos documentos foi feito em carros fechados, sob a guarda da cavalaria armada da Polícia Militar do Distrito Federal.⁴⁰⁶

No fim de abril de 1944, o chefe do Arquivo Geral enviou um Ofício ao diretor do Arquivo Nacional, Vilhena de Moraes, agradecendo a doação de documentos sobre os rios Catumbi e Comprido, que representaram um papel destacado na expansão urbana do Rio de Janeiro. Este Ofício comprova a existência de relações institucionais e de um intercâmbio entre os dois órgãos arquivísticos.⁴⁰⁷

A partir de 1º de junho de 1944, o Departamento de História e Documentação e o Serviço de Arquivo Geral passaram a funcionar no antigo Palácio das Festas, onde anteriormente funcionara a sede do Departamento de Rendas Diversas da Secretaria de Fazenda da Prefeitura, localizado à rua Santa Luzia, nº11. Nas novas instalações, o Serviço de Arquivo Geral continuou a desenvolver as suas atividades específicas e promoveu exposições e mostras, em conjunto com o Serviço de Museu da Cidade, como a exposição alusiva à Guerra do Paraguai, para divulgar a sua documentação. Além disto, continuou a manter um intercâmbio com o Arquivo Nacional e outras instituições congêneres. Desenvolveu atividades de recolhimento, tratamento e divulgação da documentação arquivada. Porém, os recolhimentos, realizados pelo Arquivo Geral, da documentação produzida pelos órgãos e repartições da Prefeitura não foram sistemáticos e periódicos.

Em Ofício ao diretor do DHD, datado de 5 de julho de 1944, Restier Gonçalves lembra a existência, no acervo do Arquivo Geral, de um conjunto de 12 volumes composto por recortes de jornais e de revistas, publicados no Distrito Federal e nos estados, contendo artigos, crônicas e necrológicos, coligidos na ocasião do falecimento do barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 1912. Este acervo constituía a denominada Coleção Rio Branco. Sugeriu que fossem feitas cópias fotostáticas deste acervo para futura publicação de uma edição comemorativa do centenário de nascimento do eminente ministro, que seria comemorado no dia 20 de abril de 1945.⁴⁰⁸

Em agosto de 1944, Restier Gonçalves expôs, através de Ofício,⁴⁰⁹ ao diretor do DHD, as necessidades e as medidas inadiáveis que urgiam serem tomadas em relação ao Arquivo Geral. Assim, reclamou de uma verba própria para atender às despesas imediatas; a colocação de grades nas janelas dos dois salões em que o órgão funcionava; a aquisição de uma sede própria, condizente com a importância do órgão na administração e na história da cidade; a reforma completa “moral, intelectual, material” (*sic*) da instituição; a rigorosa seleção do seu quadro funcional; a apuração anual do merecimento dos funcionários; o recolhimento de Escrituras, Livros de Registros e quaisquer outros documentos existentes nas repartições municipais e federais, nos cartórios de tabeliães e até em arquivos particulares, que tratem ou abordem aspectos relevantes da história da cidade; o restabelecimento das antigas publicações, como a *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, para a divulgação dos valiosos documentos e dos trabalhos históricos, realizados a partir daqueles documentos. Ainda neste Ofício, Restier Gonçalves propôs a organização de Índices Analíticos, Remissivos e Onomásticos das coleções de documentos arquivados; a ampla divulgação do Arquivo Geral e da sua documentação, através de conferências, palestras radiofônicas e filmes, tornando conhecido publicamente o valor da instituição e despertando no povo carioca o interesse pelos fatos do passado

Em novembro de 1944, em cumprimento à Circular nº 131⁴¹⁰, da Secretaria de Educação e Cultura, Restier Gonçalves, como chefe do Arquivo Geral, apresentou o Relatório Anual⁴¹¹ das atividades desenvolvidas pelo órgão, entre janeiro e outubro do referido ano. Neste relatório descreveu as incumbências do órgão em termos administrativos e como agência responsável pela preservação do patrimônio documental histórico que lhe foi legado, afirmando a sua importância à frente das repartições da Prefeitura, como “suprema

instância do juízo histórico”, (*sic*) função que efetiva e justifica a sua finalidade institucional. Mencionou o valor da documentação arquivada, que provinha da época da fundação da cidade, constituindo-se em fontes de informações primárias para historiadores e para administradores, que através dela podem reconstituir a vida do Rio de Janeiro em termos políticos, administrativos, demográficos e sociais.

Descreveu como ocorreu a mudança de localização do Arquivo Geral, a composição da comissão encarregada de prepará-la, a colaboração do secretário da comissão e dos servidores que dela participaram e os relevantes serviços prestados ao órgão, pelo engenheiro Octavio de Matos Mendes, na execução das obras de reformas do prédio da rua Santa Luzia e nos preparativos da mudança. A seguir, enumerou as atividades administrativas desenvolvidas pelo Arquivo Geral entre janeiro e outubro daquele ano, como a emissão de certidões e o preparo de provas para a defesa em juízo dos interesses da Prefeitura e para a comprovação de direitos dos cidadãos cariocas. Apontou também as atividades “históricas” (*sic*) realizadas pelo órgão, como os trabalhos de seleção e classificação histórica e científica dos documentos e de confecção de catálogos e de índices analíticos, instrumentos que descrevem a documentação sob sua custódia. Restier Gonçalves também relembrou o compromisso do prefeito em dotar o Arquivo Geral de uma sede condizente com a sua importância na administração e na história do Rio de Janeiro. Assim, requereu que o governo municipal incluísse, entre as obras prioritárias da Secretaria de Educação e Cultura, a construção de um prédio destinado ao órgão.

Por fim, arrolou as necessidades inadiáveis do Arquivo Geral: a destinação de verba própria no orçamento da Secretaria para as despesas imediatas; a construção de uma sede própria; a reforma completa do serviço; a seleção rigorosa do quadro funcional; a apuração anual do mérito dos funcionários; o recolhimento ao órgão de escrituras, livros, registros e quaisquer outros documentos existentes nas repartições da Prefeitura e nos cartórios e arquivos particulares que tratem da história e da administração da cidade do Rio de Janeiro. Propôs a reedição das antigas publicações do Arquivo Geral, a organização de Índices Analíticos, Remissivos e Onomásticos das suas coleções documentais e a divulgação do órgão e da sua documentação histórica junto à população através da imprensa, de conferências, do rádio e de filmes documentários.

Ainda em novembro de 1944, Restier Gonçalves apresentou um Inventário circunstanciado ⁴¹² dos bens do Arquivo Geral, descrevendo móveis, caixas de documentação, estantes e as condições físicas das suas instalações. Através desse Inventário, percebemos que o órgão estava funcionando em 4 salas do prédio nº 11 da rua Santa Luzia, sendo que uma das salas era subterrânea. Justamente nesta sala subterrânea foi arquivada a documentação “histórica”, agrupada em 13.000 volumes, organizados tematicamente, entre os quais se destacavam os aforamentos, as arruações, o abastecimento de água, o calçamento, o comércio das carnes verdes, os carris, os logradouros públicos, a iluminação pública, a escravidão, os assuntos relacionados à vinda da família real portuguesa e à família imperial brasileira e os documentos sobre os funcionários da municipalidade. O referido Inventário arrolou a área e o volume de documentos existentes em cada uma das salas ocupadas pelo Arquivo Geral. É interessante notar que, provavelmente em decorrência da política de “boa vizinhança” que o governo brasileiro manteve na época com os Estados Unidos, a coordenadora do Setor III do Arquivo Geral, Izabel Almeida de Oliveira, foi designada pelo prefeito, pela Portaria nº 223 ⁴¹³, de 6 de setembro de 1946, para participar de um estágio técnico naquele país, onde deveria realizar estudos sobre a organização de arquivos e aprimorar os seus conhecimentos em Arquivística.

No Ofício nº 19 ⁴¹⁴, de 13 de setembro de 1946, que Restier Gonçalves dirigiu ao diretor do DHD, foi apresentada a sugestão de propor a Izabel Almeida de Oliveira que incluísse no seu programa de atividades no estágio a aplicação de um questionário que ele elaborara em prol dos interesses do Arquivo Geral. Este questionário faria um levantamento sobre as condições de existência, a natureza, a organização, a estrutura e os procedimentos técnicos e as formas de acesso público adotados nos arquivos norte-americanos.

Depois do envio da Força Expedicionária Brasileira (FAB) à Itália, em julho de 1944, as manifestações de diversos setores da sociedade brasileira favoráveis à redemocratização do país cresceram. No interior do

próprio governo surgiram divergências, que resultaram no crescente afastamento do general Góes Monteiro e do ministro Oswaldo Aranha do governo Vargas, ainda que por motivos diferentes.

Em fevereiro de 1945, a censura oficial à imprensa foi burlada, com a publicação de uma entrevista do “tenente” José Américo de Almeida, na qual ele criticou o Estado Novo e lançou o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como o candidato da oposição liberal à Presidência da República. Diante destes fatos, Vargas foi forçado a baixar um Ato Adicional à Constituição de 1937, em 28 de fevereiro, estabelecendo um prazo de noventa dias para a marcação de eleições gerais no país.⁴¹⁵ Em abril, Vargas decretou a anistia política, que libertou Luís Carlos Prestes e centenas de comunistas presos. E em 28 de maio de 1945, Vargas expediu o novo Código Eleitoral,⁴¹⁶ que fixou a data de 2 de dezembro de 1945 para a realização das eleições com vistas à Presidência da República e à Assembleia Nacional Constituinte, reivindicações sustentadas pelas oposições ao Estado Novo.

No denso e contraditório contexto da redemocratização, surgiram os três principais partidos que dominaram o cenário político nacional, no período entre 1945 e 1964: a União Democrática Nacional (UDN), que congregou desde as forças liberais e conservadoras que se opunham ao Estado Novo, até um reduzido grupo de socialistas democráticos; o Partido Social Democrático (PSD), surgido da burocracia do aparelho de Estado, com o apoio de Vargas e dos interventores estaduais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A principal finalidade de formação do PTB era torná-lo a agremiação partidária capaz de representar os interesses das classes operárias e dos sindicatos urbanos, reunindo-os em torno de um programa reformista, com o objetivo de evitar o crescimento da influência do Partido Comunista sobre as massas trabalhadoras das cidades. O PTB foi articulado e organizado dentro do aparelho de Estado, pelo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, reunindo os sindicatos que aderiram ao pacto populista, com o apoio direto do próprio Vargas.

Na redemocratização do país, o processo eleitoral foi bastante complexo, porém o seu aspecto principal foi a centralidade de Getúlio Vargas nas articulações que se realizaram. A sucessão presidencial foi marcada pela disputa entre as candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, como representante da oposição liberal, e do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas, pelo PSD, como candidato oficial da situação. Os movimentos populares influenciados pelos comunistas aproximaram-se dos partidários de Vargas, dando origem ao “queremismo”.⁴¹⁷

Diante do crescimento do “queremismo” junto às camadas populares, a cúpula das Forças Armadas, sob a direção do general Góes Monteiro, que assumira o Ministério da Guerra em substituição a Dutra, do brigadeiro Eduardo Gomes e do general Osvaldo Cordeiro de Faria articularam o golpe que derrubou Vargas do poder, em 30 de outubro. No dia seguinte, Vargas deixou o palácio do Catete e se retirou para a sua cidade natal, São Borja (RS), com honras de chefe de Estado. Depois da deposição de Vargas, o governo federal passou a ser exercido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, uma solução de compromisso negociada entre os dois candidatos presidenciais militares, diante da inexistência de um vice-presidente ou de presidentes do Senado Federal ou da Câmara de Deputados, que haviam sido fechados em 1937.

O governo de José Linhares (30/10/1945 a 31/01/1946) teve como principal objetivo realizar as eleições marcadas para o dia 2 de dezembro. Com este objetivo, indicou novos interventores para os governos estaduais, extinguiu o Tribunal de Segurança Nacional e formalizou o caráter de Assembleia Nacional Constituinte, para o Congresso Nacional que seria eleito em dezembro de 1945.⁴¹⁸ Em relação ao Distrito Federal, demitiu Henrique Dodsworth e nomeou interinamente o ministro do Supremo Tribunal Federal, José Filadelfo de Barros Azevedo, para ocupar interinamente o cargo de prefeito, até a posse do candidato que fosse eleito presidente de República, que então nomearia o próximo prefeito carioca.

O quadro eleitoral modificou-se depois da queda de Vargas, pois o “queremismo” perdeu sentido. O PTB passou a apoiar a candidatura de Eurico Dutra, do PSD. O Partido Comunista lançou um candidato próprio, o engenheiro Iedo Fiúza, que obteve 10% dos votos válidos. Diante da eminente vitória do brigadeiro

Eduardo Gomes, Vargas fez um apelo público a favor do candidato do PSD. Ao final das apurações, Eurico Dutra elegeu-se presidente da República com 3.251.507 votos (55,39%), mostrando a força do carisma de Vargas e o peso da máquina político-partidária montada no fim do seu governo. A candidatura de Eurico Dutra, que contou com o apoio dos interventores estaduais, ligados ao PSD e ao PTB, conseguiu vencer a oposição liberal-democrática, reunida na UDN, e os principais órgãos da imprensa que faziam oposição a Vargas. Apesar do apoio de Vargas, Eurico Dutra, empossado na Presidência da República em 31 de janeiro de 1946, formou um ministério composto por nomes ligados ao PSD, com exceção do Ministério do Trabalho que foi chefiado por Otacílio Negrão de Lima, do PTB.

No contexto da redemocratização, em 24 de abril de 1945, o Decreto nº 7.485⁴¹⁹, do Poder Executivo Federal, restabeleceu a Secretaria do Interior e Segurança na estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal. Em 27 do mesmo mês, o bacharel Edgar Fontes Romero foi nomeado seu secretário. Em 12 de junho de 1945, o Decreto nº 8.116⁴²⁰, do Executivo municipal, aprovou as tabelas de lotação do pessoal da Secretaria Geral de Educação e Cultura. Em 17 de agosto daquele mesmo ano, o Decreto Executivo municipal nº 8.180⁴²¹, estabeleceu a estrutura geral dos serviços e a lotação dos cargos em comissão na administração da Prefeitura do Distrito Federal.

Em 11 de setembro de 1945, a Portaria nº 88⁴²² designou os membros da Comissão de Nomenclatura Histórica dos Logradouros Públicos do Distrito Federal, ainda na gestão de Henrique Dodsworth. Esta Comissão foi composta por Augusto do Amaral Peixoto, diretor do DHD, Aureliano Restier Gonçalves, chefe do Arquivo Geral, por João da Costa Pereira e pelo historiador Francisco Agenor Noronha Santos, funcionários públicos já aposentados. A participação de Noronha Santos nesta Comissão atesta o reconhecimento oficial aos seus conhecimentos e aos serviços inestimáveis que prestou à cidade e aos seus governantes.

Ainda em setembro de 1945, o Executivo municipal, baixou o Decreto nº 8.223⁴²³, que modificou novamente a estrutura geral de organização dos serviços da Prefeitura do Distrito Federal. O referido Decreto determinou que, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, o Departamento de História e Documentação subordinasse três serviços: o de Museus da Cidade, o de Arquivo Geral e o de Correspondência.

Em maio de 1945, em Ofício⁴²⁴ ao diretor do DHD, Aureliano Restier Gonçalves, afirmou o seu interesse em tornar o Arquivo Geral da Prefeitura uma instituição útil às pesquisas de historiadores, economistas e sociólogos e aberta aos cidadãos cariocas. Mas, destacou as dificuldades que enfrentava para desenvolver as atividades do órgão. Mais uma vez, reclamou das instalações inadequadas e insuficientes da repartição que chefiava, para a guarda e a conservação da documentação que arquivava. Apontou a falta de espaço físico para acomodar toda a documentação de valor permanente custodiada pelo órgão e as dificuldades burocráticas que enfrentava para proceder sistematicamente ao recolhimento da documentação, que ainda estava dispersa pelas demais repartições. Além disso, solicitou a retirada de milhares de folhas de posse e de pagamento dos funcionários municipais que deveriam ser guardadas pelo Departamento de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, mas que estavam inadequadamente ocupando as exíguas instalações do Arquivo Geral.

Em dezembro de 1945, Restier Gonçalves, em Ofício⁴²⁵ ao novo diretor do Departamento de História e Documentação, voltou a reclamar das condições da sala subterrânea onde estava depositada a documentação “histórica”, fato que demandava especiais cuidados para a conservação e preservação desta valiosa documentação, causadas pela umidade constante do local e pelas infestações periódicas de roedores e insetos. Também voltou a solicitar a retirada de milhares de folhas de pagamento de funcionários municipais que, impropriamente, estavam depositadas no Arquivo Geral, ocupando um espaço importante, que poderia ser utilizado para a guarda de documentação de valor permanente. Propôs que as folhas de pagamento fossem devolvidas aos departamentos de pessoal das respectivas secretarias, para posterior execução do Almanaque dos Servidores da Prefeitura, como ordenara o anterior prefeito, por ocasião da mudança do Arquivo Geral para o Palácio das Festas, em 1944.

NOTAS

- ²⁷⁵ O Modernismo surgiu no cenário cultural do país com a realização da Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, quando um grupo de escritores, artistas plásticos e músicos, como Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila Amaral, Anita Malfatti e Menotti Del Pichia, romperam com os padrões estéticos dominantes, subordinados ao academicismo e ao ecletismo europeus. Os modernistas criaram uma arte autenticamente nacional, orientada por critérios e padrões estabelecidos por artistas e intelectuais brasileiros que, ainda influenciados pelas propostas das vanguardas europeias, lutaram para valorizar os aspectos e as características da cultura nacional, criticando o tradicionalismo e o culto ao passado que limitavam a criação artística brasileira até então.
- ²⁷⁶ Cf. FAUSTO, B., 1997, pp. 325-328.
- ²⁷⁷ Cf. FAUSTO, B., 1997, p. 327.
- ²⁷⁸ Cf. FAUSTO, B. 1997, p. 328-329.
- ²⁷⁹ Cf. o Decreto nº 19.398, na *Coletânea da Legislação Vigente no Distrito Federal, 1930-1937*.
- ²⁸⁰ Cf. REIS, J. de O., 1977.
- ²⁸¹ Cf. REIS, J. de O., 1977.
- ²⁸² Cf. REIS, J. de O. 1977.
- ²⁸³ Cf. o Decreto nº 3.401 na *Coletânea das Leis Municipais Vigentes no Distrito Federal, 1930-1937*.
- ²⁸⁴ Cf. o Decreto nº 3.402 na *op. cit.*, 1930-1937.
- ²⁸⁵ O Código dos Interventores estabeleceu normas de subordinação destes agentes políticos ao governo federal e legalizou e definiu as atribuições dos interventores que foram nomeados para substituir os presidentes estaduais depostos.
- ²⁸⁶ Cf. CONNIFF, M. L., 2006.
- ²⁸⁷ Cf. *op.cit.*, 2006.
- ²⁸⁸ Cf. a orientação aos diretores-gerais do interventor no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1930.
- ²⁸⁹ Cf. a abertura de crédito para a edição no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1931.
- ²⁹⁰ Cf. o Decreto nº 3.489 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1931.
- ²⁹¹ Cf. o Decreto nº 3.622 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1931.
- ²⁹² Cf. REIS, J. de O., 1977.
- ²⁹³ Cf. o Decreto nº 3.638 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1931.
- ²⁹⁴ Cf. as nomeações no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1931.
- ²⁹⁵ O movimento desencadeado pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova defendeu o ensino público, gratuito, laico e obrigatório e de qualidade para todos, fundando uma nova pedagogia no Brasil, a Escola Nova.
- ²⁹⁶ Cf. a nomeação de Aluísio Teixeira no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1931.
- ²⁹⁷ Cf. CONNIFF, M. L, 2006, pp. 137-158.
- ²⁹⁸ Cf. os Decretos nº 3.816, de 1932; 4.252 e 4.423, de 1933 nos *Boletins da Prefeitura do Distrito Federal*, 1932 e 1933.
- ²⁹⁹ Cf. o Decreto nº 3.958 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1932.
- ³⁰⁰ Cf. REIS, J. de O. 1977.
- ³⁰¹ Cf. CONNIFF, M. L. 2006, p.159-179.
- ³⁰² Cf. o Decreto nº 4.642 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1934.
- ³⁰³ Cf. o Capítulo II da Carta Constitucional de 1934.
- ³⁰⁴ Cf. o Decreto nº 4.989 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1934.
- ³⁰⁵ Cf. as nomeações na *op. cit.*, 1934.
- ³⁰⁶ Cf. o Decreto nº 4.990 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1934.
- ³⁰⁷ Cf. o Decreto nº 5.041 na *op.cit.*, 1934.
- ³⁰⁸ Cf. o Decreto nº 5.417 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1935.
- ³⁰⁹ Cf. a publicação destas mudanças no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1934.
- ³¹⁰ Cf. a publicação destas medidas na *op. cit.*, 1934.
- ³¹¹ Cf. as mudanças nos *Boletins da Prefeitura do Distrito Federal*, de 1934 e 1935.
- ³¹² Cf. o Decreto nº 5.153 na *op. cit.*, 1934.
- ³¹³ Cf. o Código 36-4-11, AGCRJ.
- ³¹⁴ Cf., por exemplo, o Código 36-4-12, AGCRJ.
- ³¹⁵ Cf. as informações nos *Boletins da Prefeitura do Distrito Federal*, 1934 e 1935.
- ³¹⁶ Cf. a Portaria no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1935.
- ³¹⁷ Cf. a nomeação de Restier Gonçalves no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1937.
- ³¹⁸ Cf. o artigo de Restier Gonçalves na *Revista do Archivo do Distrito Federal*, 1951, v. 1.
- ³¹⁹ A ANL era uma frente popular que reuniu desde os “tenentes” reformistas, os setores progressistas das classes médias urbanas até os militantes do PCB, vinculado à Internacional Comunista e já então dirigido pelo ex-capitão Luís Carlos Prestes.
- ³²⁰ A AIB era uma ampla frente política que congregou tanto os setores conservadores tradicionais quanto os simpatizantes das ideologias nazifascistas em ascensão, tendo como um dos seus líderes o escritor Plínio Salgado.
- ³²¹ Cf. FAUSTO, B., 1997, p.358-359.
- ³²² Cf. as nomeações no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1935.
- ³²³ Cf. CONNIFF, M. L., 2006, pp.189-190.
- ³²⁴ Cf. CONNIFF, M. L. 2006, p. 191-194.
- ³²⁵ Cf. CONNIFF, M. L. 2006, p. 195-197.
- ³²⁶ Cf. CONNIF, M. L. 2006, p. 193-194.
- ³²⁷ Cf. CONNIFF, M. L., 2006, pp. 196-197.
- ³²⁸ Cf. o Decreto Executivo nº 17 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1935.
- ³²⁹ Cf. o Decreto nº 5.623 na *op. cit.* 1935.
- ³³⁰ Cf. o Regulamento no corpo do Decreto nº 5.657, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1935.

- 331 O objetivo da insurreição de 1935 era derrubar o governo Vargas e esperava contar com a adesão dos militares reformistas e dos setores populares de todo o país para conquistar esse intento. O programa da insurreição assumiu um caráter anti-imperialista, antifascista, reformista e antioligárquico, propondo a formação de um governo nacional-popular, nos marcos da ordem burguesa. No Rio de Janeiro, o movimento revolucionário envolveu a participação de grupamentos militares na Praia Vermelha, na Vila Militar e no Campo dos Afonsos. Os revolucionários, porém, ficaram isolados, enfrentando a ferrenha resistência das forças legalistas, que rapidamente derrotaram os rebeldes, após causar várias mortes.
- 332 Cf. a exoneração de Anísio Teixeira e nomeação de Miguel Timponi no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1935.
- 333 Cf. CONNIFF, M. L., 2006, pp.197.
- 334 Cf. a nomeação de Francisco Campos no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1935.
- 335 Francisco Campos desfrutava da extrema confiança de Vargas e como seu primeiro ministro de Educação e Saúde Pública promoveu uma grande reforma no ensino secundário e superior do país. Em termos políticos se alinhou às forças conservadoras e autoritárias que dominavam o governo federal nesta época.
- 336 Cf. a Lei Orgânica nº 196 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1936.
- 337 Cf. CONNIFF, M. L., 2006, pp. 197-198.
- 338 Cf. CONNIFF, M. L., 2006, pp. 198-199.
- 339 Cf. o período de governo de Olímpio de Melo no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1936.
- 340 Cf. as nomeações dos secretários no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1936.
- 341 Cf. as nomeações no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1936.
- 342 Cf. REIS, J. de O., 1977.
- 343 Cf. o Código de Obras no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1937.
- 344 Cf. o Decreto do Executivo Federal Nº 1. 498 na *Coletânea das Leis Vigentes no Distrito Federal*, 1930- 1937.
- 345 Cf. as exonerações e nomeações no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1937.
- 346 Cf. a exoneração de Olímpio de Melo e a nomeação de Henrique Dodsworth no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1937.
- 347 Cf. as nomeações no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal* ou no *Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal*, ambos publicados em 1937.
- 348 Cf. as mudanças no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1937.
- 349 Cf. LIMA, E. F. W. 1977; BENCHIMOL, J. L. in PINHEIRO, I. de F. (Org.), 2010, p.163-203
- 350 Sobre a administração de Henrique Dodsworth, cf. REIS, J. de O. 1977.
- 351 Sobre a abertura da avenida Presidente Vargas, cf. LIMA, E. F. W. 1990.
- 352 Cf. o Decreto-Lei nº 2.722 e os Decretos nº 6.897 e 6.898, de 1940, na *Coletânea das Leis Municipais Vigentes*, 1937-1949.
- 353 Sobre a abertura da avenida Presidente Vargas, cf. LIMA, E. F. W. 1990
- 354 Cf. LIMA, E. F. W., 1990.
- 355 O Plano Cohen em verdade foi elaborado por um capitão integralista, Olímpio Mourão Filho, descrevendo como seria uma insurreição comunista. Divulgado pela cúpula do Exército como um plano verdadeiro, serviu para justificar a decretação do estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por 90 dias.
- 356 Cf. NEVES, G. P. das., *et alii*. 2002, p. 315-316.
- 357 Cf. FAUSTO, B. 1997, pp. 366-367.
- 358 Cf. FAUSTO, B. 1997, p. 367.
- 359 Cf. o Decreto-Lei Executivo Federal nº 96, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 24/12/1937, f. 25.522.
- 360 Cf. a correspondência de Restier Gonçalves no Códice 36-4-14, AGCRJ..
- 361 Cf. o Decreto-Lei Executivo nº 836 na *Coletânea da Legislação Vigente no Distrito Federal*, 1937-1949.
- 362 Cf. a exoneração do secretário no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 9 de novembro de 1938.
- 363 Cf. o Decreto nº 871 na *Coletânea da Legislação Vigente no Distrito Federal*, 1937-1949.
- 364 Cf. o Decreto nº 1.202 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 9 de 1939.
- 365 Cf. o Decreto nº 1.292 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 26 de maio de 1939.
- 366 Cf. a nomeação do secretário de Administração no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 12 de agosto de 1939.
- 367 Cf. o Decreto nº 1.537 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 25 de agosto de 1939.
- 368 Cf. o Decreto nº 6.620 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 12/01/1940.
- 369 Cf. a nomeação no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 3 de janeiro de 1940.
- 370 Cf. o Ofício no Códice 36-4-15, AGCRJ.
- 371 Cf. o Decreto nº 6.641 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 15 de março de 1940.
- 372 Cf. a nomeação Augusto do Amaral Peixoto no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 16 de março de 1940.
- 373 Cf. a nomeação de Restier Gonçalves no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 26 de março de 1940.
- 374 Cf. o elogio no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, de 23 de maio de 1940.
- 375 Cf. a extinção da Comissão de Arrolamento no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, maio, 1940.
- 376 Cf. a Lei Federal nº 378 no *Diário Oficial da União*, 14 de janeiro de 1937.
- 377 Cf. o Decreto nº 25 no *Diário Oficial da União*, de 1º de dezembro de 1937.
- 378 Cf. o ofício do chefe do Arquivo Geral no Códice 36-4-15.AGCRJ.
- 379 Cf. o Decreto nº 1.946 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1939.
- 380 Cf. a correspondência entre o chefe do Arquivo Geral e o diretor do DHD no Códice 36-4-15, AGCRJ.
- 381 Cf. a proposta orçamentária no Códice 36-4-15, AGCRJ.
- 382 Cf. o ofício no Códice 36-4-15, AGCRJ.
- 383 Cf. o Relatório Anual no Códice 36-4-16, AGCRJ
- 384 Cf. o referido Relatório no Códice 36-4-16, AGCRJ.

- ³⁸⁵ Cf. a instrução no Códice 36-4-16 A, AGCRJ.
- ³⁸⁶ Cf. a nomeação de Carlos Alves Pereira no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1941.
- ³⁸⁷ Cf. o Ofício no Códice 36-4-16 A, AGCRJ.
- ³⁸⁸ Cf. a Resolução nº 24 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1942.
- ³⁸⁹ Cf. o Decreto-Lei nº 3.770 no *Diário Oficial da União*, 1941.
- ³⁹⁰ Cf. o Ofício de julho de 1942 no Códice 36-4-17 A, AGCRJ.
- ³⁹¹ Cf. o segundo Ofício no já referido Códice, AGCRJ.
- ³⁹² Cf. o Ofício de novembro de no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ³⁹³ Cf. o Ofício do diretor do DHD no Códice anteriormente referido.
- ³⁹⁴ Cf. as nomeações na Secretaria Geral de Educação e Cultura no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1942.
- ³⁹⁵ Cf. a Circular nº 16 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1942.
- ³⁹⁶ Cf. o Ofício do chefe do Arquivo Geral no Códice 36-4-16, AGCRJ.
- ³⁹⁷ Cf. o Ofício no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ³⁹⁸ Cf. as Portarias nº 51, 92 e 123 e a exoneração de Jonas de M. Correia Fº nos *Boletins da Prefeitura do Distrito Federal*, 1943.
- ³⁹⁹ Cf. o Ofício no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ⁴⁰⁰ Cf. o Relatório Anual no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ⁴⁰¹ Cf. o Relatório de Esther de Carvalho e Silva no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ⁴⁰² Cf. o Relatório de Carlos Alves Pereira no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ⁴⁰³ Cf. o Relatório de Izabel de Almeida de Oliveira no Códice 36-4-17. AGCRJ
- ⁴⁰⁴ Cf. a Portaria no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, março de 1944.
- ⁴⁰⁵ Cf. a composição da comissão e suas atribuições no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, 1944.
- ⁴⁰⁶ Cf. a descrição do processo de transferência do Arquivo Geral no *Boletim Informativo do AGCRJ*, 1979, p. 9-10.
- ⁴⁰⁷ Cf. o Ofício de Restier Gonçalves ao diretor do Arquivo Nacional no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ⁴⁰⁸ Cf. o Ofício de 5/7/1944 no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ⁴⁰⁹ Cf. o Ofício de agosto de 1944 no Códice 36-4-17, AGCRJ./
- ⁴¹⁰ Cf. a Circular nº 131, no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, nov. 1944.
- ⁴¹¹ Cf. o Relatório Anual de 1944 no Códice 36-4-17, AGCRJ.
- ⁴¹² Cf. o Inventário no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. out./dez. 1944.
- ⁴¹³ Cf. a Portaria nº 233/46 no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, set.1944.
- ⁴¹⁴ Cf. o Ofício nº 19/46 no Códice 36-5-3, AGCRJ.
- ⁴¹⁵ Cf. o Ato Adicional no *Diário Oficial da União*. Fev. 1945.
- ⁴¹⁶ Cf. o Código Eleitoral no *Diário Oficial da União*. Mai. 1945.
- ⁴¹⁷ O “queremismo” defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Vargas no poder e, depois da promulgação da nova Carta, a realização da eleição presidencial, para a qual apontava o nome do próprio ditador. Foi conduzido pelas lideranças sindicais ligadas ao PTB e ganhou o apoio do PCB e de Prestes. A oposição liberal e a alta cúpula militar denunciaram o “queremismo” como uma manobra continuísta, que pretendia manter Vargas no poder.
- ⁴¹⁸ Sobre a deposição de Vargas, a presidência interina de José Linhares e a eleição de Dutra, cf. NEVES, G. P. das; *et. alii*, 2002, p. 326-329; FAUSTO, B. 1997, p. 388-389.
- ⁴¹⁹ Cf. no Decreto nº 7.485 a nomeação do secretário, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, 1945.
- ⁴²⁰ Cf. o Decreto nº 8.116, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, jun., 1945.
- ⁴²¹ Cf. o Decreto nº 8.180 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, ago., 1945.
- ⁴²² Cf. a Portaria nº 88 da SGED, no *Diário Oficial do Distrito Federal*,
- ⁴²³ Cf. o Decreto nº 8.223 do Executivo do Distrito Federal na *op. cit.*, set., 1945.
- ⁴²⁴ Cf. o Ofício de maio/1945 no Códice 36-5-5, AGCRJ.
- ⁴²⁵ Cf. o Ofício de dezembro de 1945 no Códice 36-5-5, AGCRJ.



CAPÍTULO 4

O ARQUIVO GERAL DO DISTRITO FEDERAL NA CIDADE DEMOCRÁTICA (1946-1960)

4.1. O ARQUIVO GERAL NA VOLTA À DEMOCRACIA (1946-1955)

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) teve uma orientação marcadamente conservadora, pois o presidente, logo após tomar posse do cargo, afastou-se dos varguistas que o elegeram e se aproximou dos setores mais conservadores da UDN, aderindo ao clima da Guerra Fria ⁴²⁶, que se iniciou em março de 1946, depois do histórico discurso do *premier* inglês Wilson Churchill, denunciando a “cortina de ferro”, imposta pela União Soviética ao Leste europeu.

A Assembleia Nacional Constituinte brasileira começou os seus trabalhos em fevereiro de 1946, com uma composição pluripartidária, que incluiu até os comunistas eleitos com grande margem de votos. Porém, durante os trabalhos constituintes, o presidente Dutra continuou a baixar decretos-leis, legislando como Vargas fizera durante o Estado Novo, conforme permitia a Constituição de 1937 ainda em vigor. E também prosseguiu nomeando os interventores para os governos estaduais, os prefeitos das capitais e do Distrito Federal.

No plano municipal, o presidente Dutra manteve José Filadelfo de Barros Azevedo no cargo de prefeito interino até o dia 2 de fevereiro de 1946. Nesta data, nomeou Hildebrando de Araújo Góis, irmão do ex-chefe de polícia do Distrito Federal, Coriolano de Araújo Góis, para dirigir a Prefeitura, até 16 de junho de 1947, quando foi demitido por motivos político-partidários. Na sua curta gestão, Araújo Góis duplicou o túnel do Leme, abriu a avenida Princesa Isabel, começou a abertura do túnel do Pasmado e instituiu a Superintendência de Financiamento Urbanístico.

Em 18 de setembro de 1946, a nova Constituição Federal, de caráter liberal-democrático, foi promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, restabelecendo o federalismo, a separação e o funcionamento autônomo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na esfera federal e na estadual, definindo suas respectivas atribuições e finalidades. Também suprimiu a representação profissional no Legislativo, marca do corporativismo fascista, que fora instituído na Constituição de 1934. Estabeleceu que o Poder Executivo, no âmbito federal, seria exercido pelo Presidente da República, eleito, por voto direto e secreto, para um mandato de cinco anos e pelos ministros de Estado, nomeados por livre escolha do presidente. Determinou a formação bicameral do Poder Legislativo federal, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Os estados e o Distrito Federal elegeriam cada um três senadores e um número de deputados federais proporcionais às suas populações. Garantiu autonomia aos estados-membros da União para organizarem os seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituir suas Constituições e Leis, suas polícias, seus sistemas de saúde, educação, assistência social etc. e contrair empréstimos internos e externos.

A Constituição de 1946 reconheceu uma ampla liberdade de organização partidária, que possibilitou a legalização de vários partidos políticos no país (pluripartidarismo), inclusive do Partido Comunista do Brasil. Estabeleceu um sistema eleitoral que reconhecia o direito de voto aos brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos, mas manteve a proibição dos analfabetos e dos militares de baixas patentes participarem das eleições. Porém, esse sistema eleitoral não combateu o clientelismo e o coronelismo, ainda dominantes na política nacional, dando maior peso aos redutos eleitorais do interior do país, controlados pelas oligarquias locais, especialmente no Nordeste, ainda que a população urbana já fosse mais numerosa do que a rural.

Em relação ao Distrito Federal, a Constituição de 1946 manteve as restrições à sua autonomia administrativa e política, expressa na permanência da nomeação dos seus prefeitos pelo presidente da República. Restabeleceu a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como Poder Legislativo, determinando que os vereadores fossem eleitos por sufrágio universal, mas não criou um Poder Judiciário distrital. A interferência do governo da União sobre o Rio de Janeiro foi mantida, sendo compensada pela liberação de créditos federais para cobrir diferenças de caixa de sua Prefeitura, conforme estipularam as Disposições Transitórias desta Constituição e o Decreto Federal nº 22.454, de 14 de janeiro de 1947.⁴²⁷

Até a promulgação da nova Carta Constitucional do Brasil, o Distrito Federal continuou governado apenas pela Prefeitura, sem a participação da Câmara Municipal, que voltou a funcionar somente em 17 de março de 1947, quando os vereadores eleitos finalmente tomaram posse dos seus cargos. Neste período, a Prefeitura do Distrito Federal atuou interferindo no Legislativo municipal. É o que demonstra o ato do prefeito, instituído pelo Decreto Executivo nº 8.796,⁴²⁸ de 5 de fevereiro de 1947, restabelecendo o quadro de pessoal da Câmara Municipal, readmitindo os servidores da sua Secretaria que ocupavam cargos efetivos em 10 de novembro de 1937, quando o presidente Vargas suspendeu em todo o país o funcionamento do Poder Legislativo nos seus três níveis.

Em 27 de fevereiro de 1947, foi promulgada pelo Senado Federal a Lei nº 30⁴²⁹, que restabeleceu a vigência da Lei Orgânica do Distrito Federal de 1936, revogada durante o Estado Novo. A Lei nº 30 determinou que os vereadores da Câmara Municipal do Distrito Federal, depois de eleitos, se reunissem, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para a eleição da Mesa Diretora do Legislativo carioca. A seguir, o Decreto Federal nº 22.636⁴³⁰, de 24 de fevereiro de 1947, autorizou o prefeito Hildebrando de Araújo Góis a reestruturar os quadros e cargos dos funcionários municipais. Logo, o Decreto do Executivo municipal nº 8.813⁴³¹, de 8 de março de 1947, reestruturou os quadros dos funcionários da administração distrital.

Em 16 de junho de 1946, o presidente Dutra exonerou Hildebrando de Araújo Góis por motivos político-partidários e nomeou o general Ângelo Mendes de Moraes para o cargo de prefeito do Distrito Federal. Este general gozava da sua confiança pessoal e permaneceu à frente da Prefeitura até 24 de abril de 1951.

Na sua gestão, Mendes de Moraes (1946-1951) construiu o estádio Maracanã para a Copa do Mundo de Futebol de 1950, inaugurou o túnel do Pasmado, iniciou a abertura do túnel Catumbi-Laranjeiras, depois denominado Santa Bárbara, construiu duas novas pistas na avenida Beira-Mar. Pavimentou com asfalto vários logradouros da Zona Sul, como a rua Humaitá e a rua Cosme Velho. Reformou o Palácio da Princesa Isabel, atualmente denominado Palácio da Guanabara, na rua Pinheiro Machado, nas Laranjeiras, para sediar a Prefeitura do Distrito Federal e criou o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), encarregando-o da abertura e conservação de estradas da cidade.

Em dezembro de 1947, o prefeito Ângelo Mendes de Moraes substituiu, através do Decreto nº 9.105⁴³², a tabela de vencimentos do quadro de pessoal da Prefeitura, mas manteve a estrutura geral de organização da administração municipal. Conforme este Decreto, o Arquivo Geral permaneceu subordinado ao Departamento de História e Documentação, da Secretaria Geral de Educação e Cultura, como um dos seus serviços, no mesmo nível dos serviços de Museus da Cidade e de Correspondência. O Arquivo Geral

permaneceu chefiado por Aureliano Restier Gonçalves, até 20 de abril de 1948, quando ele solicitou a sua aposentadoria. Em 7 de maio de 1948, o coordenador do Setor de Arquivo Histórico, Carlos Alves Pereira, foi nomeado oficialmente para ocupar o cargo de chefe do Arquivo Geral, substituindo Restier Gonçalves exonerado, a pedido, neste mesmo dia.⁴³³

Em 24 de maio de 1948, a Portaria nº 1.583,⁴³⁴ emitida pelo secretário de Educação e Cultura, estabeleceu a composição da Comissão de Históricos de Lougradouros Públicos e da Propriedade Imobiliária da Cidade do Rio de Janeiro, nomeando para presidi-la o diretor-geral do DHD, Othon Ferreira de Barros e convidando o historiador Francisco Noronha Santos para integrá-la.

O governo de Eurico Dutra é um período da história republicana no qual o presidente da República respeitou a legalidade e a Constituição. Porém, fechou os cassinos, proibiu os jogos de azar, reprimiu greves nas “atividades essenciais” (*sic*), aumentou o controle estatal sobre o movimento sindical e levou os comunistas de volta à clandestinidade, em janeiro de 1948, depois que o Congresso Nacional aprovou a Lei que cassou o registro do Partido Comunista e os mandatos dos seus senador, deputados e vereadores legal e legitimamente eleitos.

Em 1948, as articulações visando à sucessão presidencial iniciaram-se precocemente. Cada partido procurou polarizar a opinião pública em torno do nome de um candidato. O PTB lançou a candidatura de Vargas, a UDN voltou a apostar no brigadeiro Eduardo Gomes e, em São Paulo, surgiu uma nova corrente populista, liderada pelo governador Ademar de Barros, o ademarismo, que se organizou no Partido Social Progressista (PSP) e conseguiu uma ampla penetração eleitoral nas camadas populares paulistanas e paulistas, com base em uma política clientelista e assistencialista, marcada por assumidos atos de corrupção administrativa, sintetizada no lema ademarista “do roubo, mas faço”.

O ademarismo, apesar de não ter condições políticas de disputar a Presidência da República, representou um apoio decisivo no estado de São Paulo para o candidato petebista. Obtido esse apoio, o PTB formalizou a aliança eleitoral com o PSDP, liderado por Ademar de Barros, oferecendo a este partido a indicação do nome do candidato a vice-presidente para compor a chapa com Getúlio Vargas. O PSP, então, indicou João Café Filho, político e jornalista da oposição, como candidato.

O presidente Eurico Dutra, porém, não apoiou a candidatura de Vargas e forçou o PSD a lançar o nome de Cristiano Machado, um advogado mineiro, desconhecido pelos eleitores brasileiros. No entanto, no decorrer da campanha de sucessão, a cúpula do PSD abandonou a candidatura de Cristiano Machado para apoiar a de Getúlio Vargas. Deste fato, surgiu a expressão “cristianizar” para descrever uma candidatura pró-forma, que em verdade não conta com o apoio efetivo da legenda e dos políticos que a lançaram.⁴³⁵

Em 15 de janeiro de 1948, na gestão do prefeito Ângelo Mendes de Moraes, o presidente Eurico Dutra sancionou a nova Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada pelo Congresso Nacional, com o nº 217⁴³⁶. Esta Lei reafirmou que o Distrito Federal, como um ente federativo especial, governado por uma Prefeitura e por uma Câmara Municipal, mantendo a separação entre as funções executivas e legislativas como um município, também elegeeria representantes para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, como um estado da União. A tutela federal sobre o governo da cidade do Rio de Janeiro permaneceu, pois o prefeito, chefe do Executivo, continuou a ser nomeado pelo presidente da República e podia ser demissível *ad nutum*. O Poder Legislativo municipal, formado pela Câmara Municipal de Vereadores, continuou a ser eleito diretamente pelo povo carioca.

O Poder Executivo do Distrito Federal era constituído pelo prefeito e pelos secretários gerais. Entre as competências do prefeito, determinadas pela nova Lei Orgânica do Distrito Federal, destacam-se: sancionar e promulgar leis ou vetá-las; expedir decretos, regulamentos e instruções para a execução dos serviços e atribuições da administração municipal e do seu funcionário; dirigir, superintender e fiscalizar os serviços públicos municipais; promover e defender permanentemente os interesses do Distrito Federal; realizar

operações de crédito e de empréstimos, celebrar acordos com credores ou devedores, mediante autorização legal; decretar a desapropriação de imóveis e terrenos, mediante prévia e justa indenização; prover os cargos públicos; arrecadar impostos, taxas, contribuições, multas e rendas devidas à esfera municipal; providenciar a conservação e administração dos bens municipais e do seu patrimônio histórico e artístico; promover a organização de planos administrativos; manter relações com a União e os Estados; e representar o Distrito Federal em juízo, por intermédio dos procuradores e advogados do Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal. O prefeito era responsável pelos atos que ordenasse ou praticasse durante a sua gestão.

Conforme a Lei Orgânica nº 217, os secretários-gerais, nomeados pelo prefeito e também demissíveis *ad nutum*, eram responsáveis pelos atos que subscrevessem ou praticassem, mesmo que em obediência às ordens do prefeito. Entre as suas atribuições específicas se destacam: auxiliar o prefeito em todos os serviços relativos à sua pasta, expedir instruções, de acordo com o prefeito, para boa execução das leis e regulamentos municipais; propor nomeações, promoções, admissões por contrato, demissões, reintegrações e readmissões dos funcionários na respectiva secretaria geral que dirigissem; apresentar anualmente ao prefeito relatórios dos serviços a seu cargo; comparecer à Câmara Municipal quando convocados e referendar os decretos atinentes à sua respectiva secretaria.

Esta Lei Orgânica propôs que o Distrito Federal fosse dividido em subprefeituras e manteve a sua jurisdição sobre o mesmo território delimitado desde a criação do Município Neutro da Corte. Os subprefeitos seriam nomeados pelo prefeito. Mas, até a aprovação da lei que estabeleceria as subprefeituras, ficou mantida a divisão do Distrito Federal nos 16 distritos já existentes. Em decorrência disto, determinou que os terrenos, sobre os quais a Prefeitura detinha foro, compreendiam inclusive a área da sesmaria doada à cidade por Mem de Sá e cuja medição consta do *Livro de Tombo das terras da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, de autoria de Roberto Haddock Lobo, depositado no Arquivo Geral da Prefeitura, e a área da sesmaria dos Sobejos.

Em setembro de 1948, a Secretaria Geral de Educação e Cultura, então dirigida pelo professor Clóvis Monteiro, emitiu a Circular nº 52⁴³⁷ determinando que todas as secretarias e repartições da Prefeitura fornecessem ao Arquivo Geral mapas, gráficos, programas de festividades e de inaugurações, fotografias e outros documentos de interesse histórico, concernentes à administração municipal que ainda estivessem retidos nestes órgãos. Este fato atesta que o Arquivo Geral tinha respaldo legal para proceder os encaminhamentos necessários ao recolhimento de documentos produzidos nas diferentes instâncias da administração municipal, continuando a funcionar como um arquivo central. Entretanto, não foi possível apurar se tais recolhimentos efetivamente foram realizados e em que fases da arquivística se encontravam (corrente, intermediária ou permanente).

Entre 1946 e 1951, o Arquivo Geral do Distrito Federal permaneceu funcionando como um serviço, subordinado ao Departamento de História e Documentação (DHD), da Secretaria Geral de Educação e Cultura, dividido internamente em três setores: I) Arquivo Administrativo; II) Arquivo Histórico; e III) Seleção e Pesquisas, chefiados cada um deles por um coordenador. Nesta época, o órgão estava com a documentação arquivada muito bem organizada e dava tratamento adequado à sua classificação, organização e preservação, com eficiência e agilidade. A documentação arquivada podia ser consultada, com facilidade, pelas autoridades governamentais e pelo público em geral, ainda que com algumas restrições legais.

No período entre 1947 e 1951, o DHD foi dirigido por Othon Ferreira de Barros, que contou com a consultoria e a assessoria do historiador Noronha Santos para implantar os serviços do referido Departamento, especialmente o de Arquivo Geral, que continuou chefiado por Carlos Alves Pereira, mantido no cargo pelo prefeito Ângelo Mendes de Moraes.

Em 19 de abril de 1948, a Portaria nº 1.689 recriou a Comissão de Histórico dos Logradouros Públicos e da Propriedade Imobiliária da Cidade do Rio de Janeiro, encarregada da pesquisa histórica sobre a abertura

e a designação das ruas e demais logradouros municipais, cuja composição já fora estabelecida pela Portaria nº 1.583, de 24 de março de 1948.

Em 15 de outubro de 1948, o diretor do DHD, Othon Ferreira de Barros, considerando a necessidade de organizar o registro do patrimônio documental do Arquivo Geral, instituiu um Livro de Tombo do Arquivo Histórico, destinado ao registro dos documentos de valor permanente, recolhidos àquele serviço. E, em dezembro deste ano, Francisco Noronha Santos fez a doação ao Arquivo Geral dos originais dos Índices da obra *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, de Vieira Fazenda, que havia elaborado.

No começo de janeiro de 1949, o chefe do Arquivo Geral, Carlos Alves Pereira, foi designado pelo diretor do DHD para a função de secretário da Comissão de Histórico dos Logradouros Públicos e da Propriedade Imobiliária da Cidade. Neste mesmo mês, foi autorizada, pelo secretário de Educação e Cultura, a publicação da *Resenha Analítica de Livros e Documentos do Arquivo Geral da Prefeitura* e dos *Índices das Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, de Vieira Fazenda, ambos os trabalhos elaborados pelo historiador Noronha Santos.

Em 20 de janeiro de 1949, o prefeito Ângelo Mendes de Moraes visitou as dependências do Arquivo Geral, tendo ficado agradavelmente impressionado com a excelência de sua organização, a boa ordem do arquivamento da documentação, a qualidade do trabalho de preservação dos documentos e a facilidade de consulta aos mesmos. Nesta ocasião, o prefeito doou ao Arquivo Geral um tríptico comemorativo da travessia área do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pioneiros da aviação portuguesa.

Em fevereiro, o prefeito determinou, através de um Ofício ⁴³⁸ ao secretário de Educação e Cultura, Clóvis Monteiro, que fossem transmitidos ao chefe do Arquivo Geral e aos seus servidores as suas congratulações oficiais pela demonstração que davam, no exercício de suas funções, de um elevado senso de responsabilidade e de alto interesse pelo patrimônio público. Estas congratulações foram registradas no *Boletim do DHD* e nas fichas pessoais dos funcionários do serviço.

Em 17 de fevereiro de 1949, o prefeito Mendes de Moraes, através do Decreto nº 9.603, ⁴³⁹ atualizou a estrutura geral dos serviços da Prefeitura, estabelecendo oito secretarias gerais: 1) Administração (na qual foi criado um Serviço de Documentação); 2) Agricultura, Indústria e Comércio; 4) Educação e Cultura; 5) Finanças; 6) Interior e Segurança; 7) Saúde e Assistência; e 8) Viação e Obras. Este Decreto também manteve o Tribunal de Contas e a Procuradoria Geral do Distrito Federal. Conforme o Decreto nº 9.603, o Departamento de História e Documentação permaneceu vinculado à Secretaria de Educação e Cultura e continuou sendo constituído por três serviços a ele subordinados: o Serviço de Museus da Cidade, o Serviço de Arquivo Geral e o Serviço de Correspondência. O Arquivo Geral, por sua vez, continuou dividido em três setores: I) Arquivo Administrativo; II) Arquivo Histórico; e III) Seleção e Pesquisas.

Ainda em fevereiro de 1949, o Arquivo Geral foi autorizado a instalar uma Seção de Encadernação de documentos, na sua estrutura orgânica, recebeu diversas obras bibliográficas importantes por doação, tais como, *A fundação da cidade do Rio de Janeiro*, *Sociedades fundadas no Brasil*, *Memória das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *Governadores-gerais e vice-reis do Brasil*, *Galeria dos brasileiros ilustres*, *Memória sobre a Declaração de Independência do Brasil*, *Salões e damas do Segundo Reinado*, de Luiz Edmundo, *O movimento de Independência do Brasil*, *Cidade do Rio de Janeiro*, de autoria do urbanista francês Alfred Agache, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, e *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*, de Daniel P. Kidder, todas devidamente registradas no Livro de Tombo do setor de Arquivo Histórico. E ainda recebeu a custódia da coleção, que constituía o arquivo particular de Raul Lopes Cardoso, ex-diretor da Diretoria Geral do Patrimônio Municipal e da Diretoria Geral de Patrimônio, Estatística e Arquivo. Esta coleção era composta por livros, jornais, manuscritos, plantas e fotografias, relativos à história e à administração da cidade.

No decorrer de 1949, o Arquivo Geral recebeu ainda inúmeras doações de livros e periódicos, como a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, edição monumental comemorativa do primeiro centenário da

independência do Brasil, dirigida por Carlos Malheiros Dias; *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, de Vieira Fazenda; revista *Ilustração Brasileira* e *Revista do Serviço Público Nacional* publicada pelo DASP, vários volumes da publicação *Documentos históricos*, publicados pela Biblioteca Nacional e a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicados pelo mesmo órgão; *Guia de Ouro Preto*, de Manuel Bandeira, com ilustrações de Luís Jardim; *Anais do Museu Histórico Nacional*, de 1942 e 1943, oito publicações da Diretoria de Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura Municipal de Salvador: *Atas da Câmara*, de 1641-1649 e 1649-1659, *História Política e Administrativa da cidade de Salvador*, de Afonso Ruy, *História da literatura baiana*, de Pedro Calmon, *Catálogos de manuscritos do Arquivo Municipal*, *Situação físico-demográfica da cidade de Salvador*, *Pequeno guia turístico da Bahia* e *Imagem da Bahia*; *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, de 1947; *Mensário estatístico*, de abril de 1949, *Contribuição para a campanha de extinção das favelas*, do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura carioca. Todas as doações foram metodicamente registradas no Livro de Tombo, do Arquivo Histórico.

Ainda no ano de 1949, foram também doados ao Arquivo Geral, pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, uma coleção de filmes educativos, exibidos por aquela Secretaria na Zona Rural da cidade, e 13 programas radiofônicos, *Aproveitando a terra*, irradiados pela rádio oficial Roquete Pinto, mantida pela Prefeitura do Distrito Federal. O Arquivo Geral também recebeu como doação um volume do *Memorial dos oficiais administrativos da Prefeitura do Distrito Federal* e uma ampla coleção de recortes de jornais alusivos à história da cidade, doados pela agência de informações *Lux*.

No fim de 1949, o diretor do DHD, Othon Ferreira de Bastos, determinou que os servidores do Arquivo Geral procedessem à catalogação de toda a documentação arquivada no órgão, trabalho de organização importante para estabelecer o controle intelectual e físico sobre tão importante acervo. Em janeiro de 1950, o secretário de Educação e Cultura, Clóvis Monteiro, autorizou a restauração de várias peças do acervo do Arquivo Geral e a encadernação de vários documentos. Nesse mesmo mês, também foi doado ao Arquivo Geral, pelo prefeito Mendes de Moraes, um exemplar autógrafo da *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* de 1946, e a reprodução fotográfica dos originais da Ata da Sessão do Tribunal Superior Eleitoral da posse do Presidente da República, em 1946, e dos demais textos relativos à promulgação da referida Carta Constitucional.

Em fevereiro de 1950, o diretor do DHD, Othon Ferreira de Bastos, designou, através de Ofício, duas coordenadoras de setores do Arquivo Geral, Margarida Barra e Maria Helena Albuquerque da Silveira para instaurarem os processos de classificação e de catalogação da documentação manuscrita da Seção de Arquivo Histórico. Estas servidoras, juntamente com outros funcionários, também foram incumbidas da elaboração de um Inventário geral da referida documentação.⁴⁴⁰

Neste mês, o Arquivo Geral recolheu livros e documentos do antigo Serviço Federal de Águas e Esgotos da cidade, atual Companhia Estadual de Água e Esgotos (CEDAE) e recebeu como doação diversos documentos e publicações da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que formam um coleção, várias publicações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e de um exemplar do *Diário Oficial do Distrito Federal*, autografado pelo prefeito, com reproduções fotográficas das propostas apresentadas por várias empresas licitadas à Comissão de Desmonte e Reurbanização do Morro de Santo Antônio.

Em maio de 1950, foram recolhidos e tombados ao Arquivo Histórico, diversos documentos, de valor permanente, produzidos por várias repartições da administração municipal. Em junho de 1950, foram adquiridos pelo Arquivo Geral os seguintes livros: *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos, *Rio de Janeiro: notícia histórica e descritiva da capital do Brasil*, de Ferreira da Rosa, e *História Administrativa do Brasil*, de Max Fleiuss. Neste mesmo mês, por ato do diretor do DHD, a servidora Maria Helena Albuquerque da Silveira, coordenadora do setor de Arquivo Histórico, foi designada substituta eventual do professor Carlos Alves Pereira, chefe do Arquivo Geral, respondendo pela repartição na ausência e nos impedimentos do mesmo.

Em julho de 1950, foram recebidos, pelo Arquivo Geral, diversos objetos museológicos, tais como um prato de porcelana comemorativo do Campeonato Mundial de Futebol de 1950, uma xícara e um pires de chá de louça, reproduzindo o estádio do Maracanã. E, no final daquele mês, por determinação do Diretor do DHD, foi organizado o registro da documentação de natureza administrativa e instituído o *Livro de Tombo* do Arquivo Administrativo.

Em outubro de 1950, em uma solenidade oficial, foi descerrado ao público o retrato a óleo de Noronha Santos, na sala do Setor de Arquivo Histórico, do Arquivo Geral, fato que contou com a presença do secretário-geral de Educação e Cultura, Clóvis Monteiro, do diretor-geral do DHD, Othon Ferreira de Barros, de várias personalidades da cultura carioca e do próprio Noronha Santos, que discursou nessa comemoração. Para justificar essa muito justa homenagem, o diretor do DHD enviara Ofício ⁴⁴¹ ao secretário Clóvis Monteiro, relatando a trajetória profissional do ilustre servidor homenageado, os cargos que exerceu na Prefeitura, destacando o de chefe do Arquivo Geral, desde o governo do prefeito Amaro Cavalcanti até a gestão do prefeito Alaor Prata, além de ser membro do IHGB e SGRJ. Em 3 de novembro de 1950, foi instituído, através da Resolução nº 18 ⁴⁴², da Secretaria de Educação e Cultura, um curso intensivo de especialização e de aperfeiçoamento em Arquivologia, ministrado no DHD, para os servidores do Arquivo Geral, com o objetivo de aperfeiçoar seus conhecimentos e competências nessa disciplina.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, defendendo um programa centrado na industrialização do país e na extensão da legislação trabalhista para o campo. Este programa, que atraiu os votos da maioria dos trabalhadores urbanos, possibilitou a eleição de Vargas com 48,7% do total de votos válidos, derrotando o candidato da UDN, Eduardo Gomes, que obteve apenas 29,7% dos votos. A UDN, através do seu principal porta-voz, Carlos Lacerda, apesar de fazer propaganda da defesa da legalidade democrática, tentou contestar o resultado do pleito e enveredou por um caminho golpista, passando a apelar para o impedimento do presidente e para a intervenção das Forças Armadas a cada crise política do novo governo.

Vargas assumiu a Presidência da República em 31 de janeiro de 1951, com o aval das Forças Armadas, comprometendo-se a respeitar a Constituição e os direitos dos militares. Procurou agir como um árbitro, mediando os conflitos entre as forças sociais e políticas que se confrontavam no país. Para tentar ganhar o apoio dos liberais, Vargas montou um ministério conservador, com predomínio de representantes do PSD, mas nomeou para Ministério da Guerra um antigo “tenente” nacionalista, o general Estillac Leal. Esta indicação desagradou à UDN e aos setores mais direitistas das Forças Armadas, provocando a primeira crise política do governo democrático de Vargas.

Na Presidência da República, Vargas defrontou-se com o aprofundamento da divisão dos militares entre as correntes nacionalista e “entreguista”. Esta divisão refletia a que ocorria na sociedade brasileira, porém assumia uma dimensão especial no interior das Forças Armadas. Os “nacionalistas” pregavam o desenvolvimento autônomo do país, com base na industrialização e na implantação de setores industriais estratégicos (petróleo, siderurgia, energia, transportes e comunicação), através da criação de empresas estatais. Os militares nacionalistas se engajaram na grande campanha popular a favor da criação da PETROBRAS, desencadeada por militantes sindicais e estudantis, de esquerda, sob a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE). Esta empresa estatal, de fato, foi criada em 1953, para exercer o monopólio da pesquisa, da lavra, do transporte especializado e da refinação do petróleo no Brasil.

Os “entreguistas” eram favoráveis à abertura da economia para o capital estrangeiro e a uma menor intervenção do Estado na economia, limitada ao controle da inflação, da emissão de moeda e do corte dos gastos públicos. Ou seja, eram defensores do liberalismo econômico, livre cambista, ainda que politicamente fossem bastante conservadores, defendendo o alinhamento automático com os EUA, especialmente, depois

do começo da Guerra da Coréia (1950-1953), que aumentou as tensões entre os países capitalista e os socialistas, acirrando o confronto ideológico durante a Guerra Fria.

Além da divisão das Forças Armadas, Vargas enfrentou uma forte oposição no Congresso Nacional, sobre o qual não detinha influência, pois a maioria dos congressistas era formada por liberais. Seus opositores civis e militares defendiam o alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos e o maior engajamento do país na cruzada anticomunista, decorrente da Guerra Fria.

Em termos econômicos, o segundo governo Vargas estimulou o desenvolvimento da industrialização, porém se deparou com uma taxa de inflação crescente, decorrente do aumento da circulação monetária, da demanda por bens industriais e da elevação geral dos preços. A alta da inflação exigia a adoção de medidas antipopulares para ser controlada, por isso, provocou protestos e greves dos trabalhadores assalariados e das classes médias urbanas, especialmente dos setores sindicalizados, que reclamavam aumentos salariais para se proteger da alta do custo de vida e da perda de poder aquisitivo dos seus salários.

Vargas percebeu que os investimentos públicos em infraestrutura (transportes, energia, sistema portuário) apenas produziram efeitos, nas condições de vida das camadas médias e populares urbanas, a médio e longo prazos, enquanto as reivindicações dessas camadas sociais requeriam respostas imediatas do governo. Assim, o presidente procurou equilibrar-se frente às contradições que o desenvolvimento do capitalismo produzia na sociedade brasileira, mas não obteve muito sucesso, pois os conflitos sociais cresceram e se radicalizaram, colocando em xeque o equilíbrio de forças que Vargas pretendia manter na sociedade brasileira.

No âmbito da administração do Distrito Federal, no final da sua gestão, o prefeito Ângelo Mendes de Moraes, em 27 de fevereiro de 1951, exonerou o secretário de Educação e Cultura, Clóvis Monteiro, e o diretor do Departamento de História e Documentação, Othon Ferreira de Barros. Para secretário de Educação e Cultura nomeou interinamente Alfredo Pessoa, que assumiu o cargo em 14 de março, mas foi exonerado em 17 de maio daquele mesmo ano. Entretanto, mesmo depois da sua exoneração, Othon Ferreira de Barros permaneceu despachando no DHD por vários meses. Ao retornar à Secretaria Geral de Finanças, voltou a exercer o cargo de fiel do Tesouro Municipal, que ocupara antes da sua nomeação para diretor do DHD.

Porém, antes de sua exoneração, Othon Ferreira de Barros designara uma comissão de servidores do DHD para proceder à elaboração de uma Memória Histórica⁴⁴³ sobre a documentação do Arquivo Histórico. Esta comissão foi composta por Francisco de Paula Storino, chefe do serviço de Correspondência, por Pascoalina de Almeida Stilben, chefe do serviço de Museus da Cidade, e por Maria Helena Albuquerque da Silveira, coordenadora do Setor de Arquivo Histórico, do Arquivo Geral.

Em 28 de fevereiro de 1951, o cargo de diretor do Departamento de História e Documentação (DHD) passou a ser exercido por Roberto da Motta Macedo. Em 24 de abril de 1951, o presidente Vargas nomeou o engenheiro gaúcho João Carlos Vital para exercer o cargo de prefeito do Distrito Federal. A gestão de João Carlos Vital na Prefeitura do Distrito Federal durou apenas até dezembro de 1952. A seguir à sua posse, o prefeito nomeou o professor Mario Paulo de Brito como secretário-geral de Educação e Cultura (1951-1952).

O novo prefeito mantinha estreitas relações pessoais e políticas com o presidente Vargas, desde a época em que exercera o cargo de ministro interino do Trabalho, em 1938, quando foi responsável pela criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) que, depois, presidiu até 1946. Como ministro do Trabalho, Vital também criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e implantou o salário mínimo no país. Portanto, era um quadro técnico com experiência política e administrativa, além de gozar de popularidade no meio trabalhista.

Como prefeito do Distrito Federal, João Carlos Vital renovou os métodos da administração municipal e elaborou o Plano Integrado de Desenvolvimento da Cidade, que previa a execução de várias obras viárias, a construção da adutora do rio Guandu, que visava garantir o fornecimento de água tratada à população carioca, a implantação do sistema de trens metropolitanos e dos serviços de *trolley-bus*, a construção de 160

escolas primárias, de vários hospitais-sanatórios, com capacidade de 2.000 leitos, e a reconstrução do Palácio da Municipalidade, que fora derrubado nas obras de abertura da avenida Presidente Vargas.

Em 17 de maio de 1951, Roberto da Motta Macedo, diretor-geral do DHD, ordenou que fossem realizadas reformas nas instalações do laboratório fotográfico do Arquivo Geral, no subsolo do prédio da rua Santa Luzia. Estas obras foram inauguradas com a presença do prefeito do Distrito Federal, João Carlos Vital, e do secretário geral de Educação e Cultura, Mario Paulo de Brito. Ainda em maio de 1951, o diretor do DHD, Roberto da Motta Macedo, através de uma Portaria ⁴⁴⁴, teceu elogios públicos aos diversos servidores que haviam trabalhado com grande zelo e desprendimento nas obras de instalação do laboratório fotográfico do Arquivo Geral, ordenando a publicação dos seus nomes.

Em junho desse mesmo ano, Motta Macedo resolveu proibir o descarte de qualquer documento, em trânsito ou arquivado no DHD e nos seus serviços, sem a sua autorização expressa. Essa medida teve o objetivo de garantir a avaliação da documentação antes do seu descarte. A seguir, nomeou o professor Carlos Alves Pereira, chefe do Arquivo Geral, como seu substituto eventual junto ao secretário-geral de Educação e Cultura, fato que, sem dúvida, representou um reconhecimento oficial da competência e da dedicação com que esse servidor desempenhava suas atividades profissionais.

Em fins de agosto de 1951, o diretor Motta Macedo designou o servidor Luiz Carlos Tavares Moreira para coordenar o setor de Seleção e Pesquisas do Arquivo Geral e, em 3 de outubro de 1951, designou os servidores Carlos Alves Pereira, chefe do Arquivo Geral, Margarida Barrafatto Zican, oficial administrativa e Maria Helena Albuquerque da Silveira, técnica de museus e coordenadora do setor de Arquivo Histórico, para elaborarem um anteprojeto do novo Regimento Interno do DHD. Também, em outubro de 1951, foi constituída a Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro, como órgão consultivo da Prefeitura, com o objetivo de planejar e organizar as comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, que seriam celebradas em 1965, com antecedência. E, ainda em outubro de 1951, foi finalmente recomeçada a publicação da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, conforme o Relatório ⁴⁴⁵ do diretor-geral do DHD sobre as atividades realizadas neste ano. Este Relatório foi redigido em 24 de dezembro de 1952 e assinado por Roberto da Motta Macedo. A finalidade da reedição da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* era divulgar documentos históricos, memórias e artigos de escritores, historiadores, geógrafos e demais cientistas sociais, voltados para os estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, dando continuidade à primeira série do periódico, publicado entre 1893 e 1897. Para a publicação da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, foi destinada uma verba de 80 mil cruzeiros, consignada no orçamento anual do DHD.

Em final de novembro de 1951, o diretor Roberto Macedo, diante da hipótese de nova transferência de sede do DHD e dos seus serviços, expôs ao secretário de Educação e Cultura, Mario Paulo de Brito, através de um Ofício ⁴⁴⁶, os vários problemas que o Arquivo Geral enfrentava devido à falta de recursos materiais e de pessoal suficiente para atender às necessidades do trabalho e para preparar e organizar a mudança da documentação arquivada, que destacou possuir um valor inestimável.

Entre os problemas, apontou a interrupção dos recolhimentos dos seguintes documentos: Licenças para obras, desde 1916; Imposto Predial, desde 1926; Imposto Territorial Urbano, desde 1928; Imposto de Alvarás de Licença, desde 1928; Guias de Transmissão de Propriedade, desde 1929; Processos da Instrução Pública, desde 1930 e de Entrada de Receita, desde 1932. Comunicou que a interrupção dos recolhimentos fora causada pela absoluta falta de espaço nas instalações do Arquivo Geral, que já estavam superlotadas. Outrossim, notificou ao secretário de Educação e Cultura que o pessoal lotado no Arquivo Geral seria insuficiente para enfrentar o volume de trabalho que a mudança de localização do órgão exigiria, solicitando reforços com a cessão de servidores de outras repartições para a preparação e organização da mudança.

Em janeiro de 1952, o diretor Roberto da Motta Macedo, em outro Ofício ⁴⁴⁷ ao secretário de Educação e Cultura, teceu várias considerações sobre uma futura sede do Arquivo Geral. Assim, afirmou que a construção

de uma sede própria para o Arquivo Geral deveria ser feita de forma independente da construção do novo Palácio da Prefeitura, fato que não significaria a abertura de um precedente ou uma quebra de princípio, pois o órgão exigia instalações *sui generis*, isoladas e ampliáveis, de modo que pudesse acomodar adequadamente o fluxo de documentos que recolhia e arquivava e os serviços especiais que executava na estrutura administrativa da Prefeitura. Destacou, portanto, que as instalações do Arquivo Geral deveriam obedecer aos critérios e às convenções adotados internacionalmente para a construção de instalações de arquivos, provenientes de congressos e convenções realizados recentemente. Roberto Macedo reiterou que as instalações em que o DHD e o Arquivo Geral estavam funcionando eram impróprias, insuficientes, sujeitas a incêndios e desabamentos e, além de tudo, foram emprestadas e não transferidas oficialmente ao DHD e aos seus serviços, que nelas funcionavam de forma muito precária. Informou, ainda, que uma parte do terreno, onde aqueles órgãos estavam instalados, fora vendida a um particular, que poderia reivindicar a sua propriedade a qualquer momento.

Além disso, Roberto da Motta Macedo alertou para o fato de que a transferência do Arquivo Geral para outras instalações implicaria vários problemas de engenharia e um grande vulto de embaraços, dado o grande volume e ao valor incomensurável da documentação sob a sua guarda. Afirmou que a mudança exigiria a adoção de procedimentos técnicos especiais na organização, na embalagem, no transporte e no desempacotamento dos documentos arquivados e uma série de investimentos na infraestrutura das instalações que os receberiam, tais como o reforçamento de suas estruturas, a construção de depósitos ventilados ou refrigerados e desinfetados, instalações de estantes metálicas e de um elevador de carga, se ocupasse mais de um andar do prédio onde fosse instalado.

Em maio de 1952, o secretário geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Mario Paulo de Brito demitiu-se do cargo para visitar os EUA por meio de um programa de intercâmbio cultural, como convidado do Instituto de Assuntos Interamericanos, com o objetivo de realizar observações e estudos relativos à educação e às ciências físicas e naturais, nas quais se doutorara. Esta viagem se inseriu no contexto da política de alinhamento do governo brasileiro ao norte-americano, que incluía o incremento do intercâmbio cultural entre os dois países.

Em junho de 1952, o diretor do DHD designou Maria Gisélia Pacheco Ramalho, coordenadora do Setor de Arquivo Administrativo, para substituir eventualmente o chefe do Arquivo Geral, Carlos Alves Pereira. Em 30 de julho do mesmo ano, apesar das precárias instalações nas quais o Arquivo Geral funcionava, foi inaugurada a sua Sala de Consultas. Esta sala foi aberta ao público, em uma cerimônia oficial que contou com a presença do prefeito João Carlos Vital e do novo secretário de Educação e Cultura, o professor Alair Accioli Antunes, proveniente do Instituto de Educação. As consultas aos documentos, livros e publicações arquivados podiam ser realizadas em um horário restrito, de segunda a sexta-feira, das 13 às 15 horas, pois faltavam servidores para atender ao público em um horário mais amplo.

Em agosto de 1952, Carlos Alves Pereira participou, como representante oficial do DHD, no planejamento, na montagem e na realização da Exposição Comemorativa do Sete de Setembro, promovida pela Divisão de Educação Extra-Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, trabalho pelo qual recebeu elogios oficiais do diretor Roberto da Motta Macedo, publicados no *Diário Oficial do Distrito Federal*, daquele mesmo mês.

Em dezembro de 1952, Roberto da Motta Macedo apresentou, ao secretário de Educação e Cultura, Alair Accioli Antunes, o Anteprojeto de Regulamento Geral ⁴⁴⁸ do Departamento de História e Documentação, elaborado pela Comissão designada para prepará-lo. Segundo este Anteprojeto, a finalidade do DHD era recolher, selecionar, conservar, classificar e divulgar documentos de valor probatório e histórico e objetos museológicos, referentes à cidade do Rio de Janeiro, que apresentassem interesses jurídico, administrativo, histórico e artístico e devessem ser preservados de forma permanente.

Esta proposta de Regulamento Geral mantinha a seguinte estrutura administrativa para o DHD: Serviço de Museus da Cidade, Serviço de Arquivo Geral e Serviço de Correspondência. Conforme o Capítulo V deste Anteprojeto, ao Serviço de Arquivo Geral competiria à administração do Arquivo Municipal, que seria dividido em duas seções ou setores: o Arquivo Administrativo e o Arquivo Histórico. O Arquivo Geral seria encarregado recolher, das outras repartições da Prefeitura, os documentos que devessem ser arquivados no interesse da administração e da história da cidade, procedendo à sua classificação, catalogação e arrolamento em inventários, encaminhando-os aos Arquivos Administrativo ou Histórico, de acordo com a sua natureza. Manteria a atribuição de emitir certidões e cópias autenticadas ou fotostáticas dos documentos arquivados e de orientar e supervisionar as demais repartições municipais sobre assuntos relacionados à documentação produzida e seria encarregado de conservar e preservar os documentos administrativos e históricos que fossem recolhidos ao seu acervo, do qual os originais não mais poderiam ser retirados em nenhuma hipótese.

No Arquivo Histórico, portanto, deveriam ser recolhidos os documentos relativos à história da cidade do Rio de Janeiro, tais como: os autos de criação e de demarcação de freguesias e das zonas eleitorais, os autos de demarcação de terrenos e as plantas topográficas de terrenos e imóveis públicos, privados e das corporações religiosas, científicas, literárias e recreativas estabelecidas no território da cidade, as atas ou os termos de fundação de edifícios públicos, monumentos, igrejas, associações e outras instituições.

Ao Arquivo Administrativo caberia recolher os documentos relativos à administração do Distrito Federal, tais como os referentes à abertura de ruas e de outros logradouros públicos, às licenças para obras, às vistorias e infrações das Posturas, às rendas e aos próprios municipais, às desapropriações, aos empréstimos municipais, às receitas e despesas, à viação, à navegação e ao serviço telefônico municipal, às obras públicas, aos impostos, à higiene e à assistência pública, à instrução pública municipal, à polícia municipal. Além dos protocolos das diversas repartições municipais.

O anteprojeto de regulamentação do DHD propunha também a organização dos seguintes setores dentro dos Arquivos Administrativo e Histórico: setor de expediente, setor de seleção e pesquisas, setor de restauração, desenho e encadernação, setor de fotografia, fotocópia e microfilmagem, setor de informação e setor de divulgação. E estabelecia as atribuições do chefe de serviço do Arquivo Geral, entre as quais constam: promover a seleção da documentação arquivada, emitir pareceres sobre o fornecimento de certidões ou cópias autenticadas de documentos arquivados, manter correspondência com autoridades sobre assuntos relacionados à documentação recolhida e preparar os elementos necessários à divulgação da documentação relativa à evolução administrativa da cidade do Rio de Janeiro, feita através da publicação periódica da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*.

No final do mês de novembro de 1952, Roberto da Motta Macedo prestou contas da inspeção que realizou em diversos locais, presumivelmente utilizáveis para a construção da nova sede do DHD e do Arquivo Geral. Entre esses locais, mencionou o terreno onde se situava a antiga sede da Associação de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil, localizada na avenida Presidente Vargas. E também se referiu ao prédio histórico, localizado na rua General Canabarro, nº 731, próximo à Quinta da Boa Vista, pertencente ao Ministério da Guerra, que poderia ser permutado por um próprio municipal, caso houvesse acordo entre a Prefeitura e o governo federal.⁴⁴⁹

No Relatório⁴⁵⁰ das atividades do DHD, de 24 de dezembro de 1952, encaminhado por Roberto da Motta Macedo ao secretário de Educação e Cultura, ele reclamou, mais uma vez, das precárias instalações do Departamento que dirigia e do Arquivo Geral, localizados no prédio cedido pela Secretária de Finanças, no qual o DHD ocupava o quarto andar, o térreo e uma parte do porão, onde os depósitos do Arquivo Histórico do Arquivo Geral estavam funcionando em precárias condições de higiene e de segurança. Afirmou ainda que, diante dos problemas que o prédio apresentava, era desaconselhável a permanência do DHD e dos seus serviços na referida edificação, a menos que fossem feitas reformas estruturais urgentes. E sugeriu,

mais uma vez, a construção de uma sede própria para o DHD e para o Arquivo Geral, que obedecesse aos requisitos técnicos modernos.

Alertou ainda para o fato de que, mesmo se fosse construído um edifício-sede da Prefeitura, para abranger todas as suas secretarias e departamentos, o DHD sempre se constituiria em um caso especial, por que o Arquivo Geral e o Museu da Cidade deveriam situar-se em edifícios separados, isolados, e protegidos do risco de incêndios e de outros acidentes que pudessem prejudicar a documentação que custodiavam. Afirmou que os prédios do Arquivo Geral e do Museu da Cidade deveriam ser planejados para se expandir progressivamente, se a Prefeitura não se subtraísse às responsabilidades legais que lhe cabiam, de promover os recolhimentos metódicos e sistemáticos dos documentos e dos objetos museológicos, de valor probatório e permanente, para a administração e a história da cidade.

Informou que as Comissões de Histórico de Logradouros e de Estudos Históricos continuaram seus trabalhos, a primeira contando com a participação de Noronha Santos, e a segunda elaborou o Anteprojeto das Comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. Também foi informada a criação de uma comissão encarregada de estudar a denominação dos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal. Relatou, ainda, que, como diretor do DHD, com a autorização do prefeito e do secretário de Educação e Cultura, promoveu entendimentos junto ao diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, para que ao DHD fosse dada a preferência na ocupação do prédio do Paço Imperial, localizado na praça Quinze de Novembro, depois que as obras de reformas promovidas por aquela repartição federal, que ocupava o referido Paço, fossem concluídas, arrolando as vantagens que tal cessão apresentaria para os serviços do Departamento que dirigia.

Assinalou a retomada da edição da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, cujos volumes I e II já estavam publicados. Solicitou a aquisição de um arquivo de estereoscopia, pertencente a Guilherme dos Santos, de um arquivo de fotografias, pertencente a Augusto Malta, e a transferência para o Arquivo Geral dos documentos autógrafos de todas as secretarias e repartições do Poder Executivo, através de entendimentos do secretário com quem de direito. Finalmente, apontou, de novo, os problemas estruturais do DHD e dos seus três serviços, já relatados no seu Relatório de 1951: as instalações precárias, a escassez de pessoal qualificado e de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das funções dos serviços que integravam o DHD.⁴⁵¹

Entrementes, o prefeito João Carlos Vital apresentou à Câmara Municipal um projeto de lei tributária que desencadeou uma grande polêmica na sociedade carioca, pois os setores empresariais e a grande imprensa manifestaram-se contrários ao seu conteúdo. O prefeito também incompatibilizou-se com a maioria dos vereadores, que também se opuseram ao referido projeto de lei. Estes fatos resultaram na sua demissão da Prefeitura, em 12 de dezembro de 1952, sem ter conseguido concluir as ações que integravam o Plano de desenvolvimento que projetara para a cidade. Para substituí-lo, Vargas nomeou Nelson Nunes da Costa, como prefeito interino.

A seguir, Vargas nomeou para a Prefeitura do Distrito Federal, o coronel paranaense Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (1952-1954). Ele exercera o cargo de secretário-geral do Interior e Segurança na gestão do prefeito João Carlos Vital e era irmão do novo ministro da Guerra, Ciro do Espírito Santo Cardoso, que substituíra Estillac Leal e também era vice-presidente nacional do PTB, que lançara a candidatura de Vargas à Presidência da República.

Em 6 de janeiro de 1953, Roberto da Motta Macedo, que ainda exercia o cargo de diretor do DHD, considerando a afluência crescente de consulentes e a necessidade de organização dos serviços, determinou que o Arquivo Histórico e o Museu da Cidade realizassem o levantamento das fotografias, telas, estampas, gravuras e desenhos, álbuns, livros e impressos existentes nos seus acervos, visando a organização e a elaboração de fichários, que deveriam ser colocados na Sala de Consultas do Arquivo Geral e franqueados ao público para facilitar o acesso a tais documentos.

No dia seguinte, o prefeito Dulcídio do Espírito Santo Cardoso exonerou Roberto da Motta Macedo do cargo de diretor do DHD e nomeou o professor e ex-prefeito interino Nelson Nunes da Costa para ocupar o referido cargo. Ao deixar o cargo, Roberto da Motta Macedo agradeceu aos chefes de serviço e aos servidores do DHD a cooperação de todos, louvando o zelo, a dedicação, o interesse e o espírito de boa vontade com que cumpriam as determinações superiores.

Em dezembro de 1953, o DHD estava sendo dirigido pelo geógrafo e professor Carlos Delgado de Carvalho.⁴⁵² No seu Relatório Anual ⁴⁵³ ao Secretário de Educação e Cultura, Delgado de Carvalho prestou contas das atividades desenvolvidas pelo órgão, entre as quais se destacaram: a organização e publicação dos *Atos e Provisões*, do governador e capitão-geral Estácio de Sá, as reuniões periódicas da Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro e da Comissão de Histórico dos Logradouros Públicos da Cidade, a publicação do terceiro volume da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*. Endossando a posição dos diretores anteriores, reclamou da precariedade das instalações do prédio onde o DHD e o Arquivo Geral funcionavam, afirmando que não ofereciam segurança para os valiosos acervos arquivísticos e museológicos que ali estavam depositados. Sugeriu que prosseguissem os estudos para dotar o DHD e Arquivo Geral de uma sede condigna, de acordo com as suas finalidades

O chefe de serviço do Arquivo Geral, Carlos Alves Pereira, já havia apresentado o seu Relatório anual ⁴⁵⁴ ao diretor do DHD, no qual expôs as atividades desenvolvidas em 1953, entre as quais ressaltamos: a organização do Registro Geral de Imóveis; a revisão e organização em ordem alfabética das Guias de Transmissão de Propriedades, de 1920, 1922 e 1928; o tombamento de remessas e de doações de livros e publicações oficiais; a organização do álbum fotográfico da coleção Saldanha Marinho. Conforme o relatório de Carlos Alves Pereira, outras atividades realizadas pelo Arquivo Geral, em 1953, foram: a montagem de exposições documentais e fotográficas comemorativas de duas efemérides cariocas: o 388º aniversário de fundação do Rio de Janeiro, em 1º de março e o 99º aniversário de instalação da iluminação a gás na cidade; a realização de várias pesquisas temáticas, sobre logradouros, sobre fontes e chafarizes, sobre o rio Carioca e sobre instituições religiosas, como o Convento do Carmo; a seleção e a preparação dos documentos históricos para a publicação do quarto volume da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*; a reprodução fotográfica de diversos documentos para as exposições e para a consulta dos usuários externos. No seu Relatório, Carlos Alves Pereira também requisitou a encadernação de volumes do *Diário Oficial do Distrito Federal*, de Guias de Transmissão de Propriedades, de manuscritos e folhetos e de atos do diretor do DHD. Reclamou da falta de espaço físico e da carência de funcionários para que o Serviço pudesse desempenhar as suas funções com mais eficiência e rapidez.

Na esfera nacional, em 1953, Vargas enfrentou novas denúncias, provenientes dos seus adversários militares e civis, como o udenista Carlos Lacerda, o prefeito paulistano Jânio Quadros, que o acusaram de ser conivente com o crescimento da corrupção e da subversão no país e de acobertar irregularidades administrativas praticadas por seus subordinados. Jânio Quadros era um jovem líder populista que foi eleito para o cargo de prefeito de São Paulo por um pequeno partido, o Partido Democrata Cristão (PDC). Apesar de não contar com uma forte máquina partidária, Jânio Quadros conseguiu derrotar os candidatos dos partidos mais estruturados, agitando a bandeira da luta contra a corrupção.

No meio militar, os principais opositores de Vargas eram os generais Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes, adversários do populismo e anticomunistas fervorosos. Na grande imprensa, os veículos que mais se opunham ao governo Vargas eram os ligados aos *Diários Associados*, pertencentes ao empresário Assis Chateaubriand, os jornais *O Globo*, da família de Irineu e Roberto Marinho e a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, o maior arauto da oposição a Vargas, que desencadeou uma acirrada campanha contra o seu governo, exigindo a renúncia do presidente e a decretação do estado de emergência no país.

Em 1953, devido à alta do custo de vida e à reorganização do movimento sindical, ocorreram várias greves dos trabalhadores, entre as quais se destacaram a greve geral de São Paulo, que mobilizou 300 mil operários, e a greve dos marítimos, que contou com grande adesão nos portos do Distrito Federal, de Santos e de Belém. Estas greves demonstraram que o governo Vargas tinha perdido o controle sobre o movimento operário, pois os líderes sindicais “pelegos” estavam sendo rapidamente superados pelas novas lideranças comunistas, que voltaram a agir abertamente na vida sindical.

Diante do quadro político desfavorável, Vargas promoveu uma reforma no seu ministério, nomeando Osvaldo Aranha para a Fazenda e o jovem político João Goulart para o Trabalho. Esta última nomeação foi muito mal recebida pela oposição liberal, devido à filiação do ministro ao PTB e à sua ligação com os sindicatos dos trabalhadores. Porém, a nomeação de João Goulart melhorou a interlocução do governo com os trabalhadores, ainda que tenha alimentado as denúncias da oposição, que acusava o ministro e o próprio presidente de estarem fomentando a construção de uma “república sindicalista” no país, unidos aos sindicalistas e aos comunistas, nos moldes do peronismo argentino.

Vargas respondeu às pressões e às denúncias da oposição com medidas ambíguas e contraditórias, algumas vezes cedeu posições no governo aos setores conservadores civis e militares. Em outras, adotou uma política econômica nacionalista, como quando criou a PETROBRAS e a ELETROBRAS, empresa estatal voltada para a produção e a transmissão de energia elétrica. Ou quando buscou se aproximar dos trabalhadores urbanos, atendendo às suas reivindicações salariais, ao conceder, no Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1954, 100% de reajuste do salário mínimo, proposto pelo ministro João Goulart, antes de ser exonerado do cargo por pressões da oposição civil e militar. O reajuste salarial provocou uma grande onda de protestos dos meios empresariais e dos setores conservadores, mas Vargas ainda conseguiu contornar a crise e se manter no poder.

Entretanto, no começo de agosto de 1954, o acirramento da crise política culminou com a deflagração de uma conspiração, que envolveu militares e civis adversários de Vargas, cujo pretexto foi o famoso atentado contra Carlos Lacerda, na rua Tonelero, em Copacabana. Os conspiradores exigiram a deposição do presidente, a quem acusavam de envolvimento com o atentado, que resultou na morte do major da Aeronáutica Rubens Vaz. O Inquérito Policial Militar (IPM), instalado pelo ministro da Aeronáutica, delegou aos oficiais da base área do Galeão o comando das investigações, originando a denominada República do Galeão. Porém, o IPM e as investigações policiais não conseguiram provar o envolvimento do presidente Vargas com o incidente, apesar de terem comprovado a participação de figuras muito próximas a ele, como Gregório de Matos, chefe da sua guarda pessoal. Apesar da falta de provas do seu envolvimento, as pressões da oposição sobre Vargas cresceram. Um manifesto, lançado por 27 generais do Exército, exigiu a renúncia do presidente e demonstrou que Vargas perdera o apoio das Forças Armadas. Na Câmara dos Deputados, o udenista Afonso Arinos de Melo Franco solicitou que o presidente Vargas deixasse o cargo, deflagrando uma ampla campanha da oposição pela sua renúncia imediata.

Isolado e acusado de participar do “mar de lama” que encobria o seu governo, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954, nos seus aposentos no Palácio do Catete, atual Museu da República, deixando uma mensagem aos brasileiros, a denominada Carta-Testamento, na qual refutou os ataques dos seus adversários políticos e fez uma defesa da sua política nacionalista e trabalhista. O suicídio de Vargas provocou grandes manifestações populares de protesto por todo o país, sufocando a conspiração golpista e impedindo que os militares ocupassem o poder. No Rio de Janeiro, caminhões que faziam a entrega dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* e a representação diplomática dos Estados Unidos foram alvos dos ataques dos manifestantes, que protestaram e denunciaram as articulações golpistas dos setores direitistas, acusando a oposição e os norte-americanos pelo suicídio de Vargas. A UDN desmoralizou-se diante da opinião pública e Lacerda exilou-se na Europa.

A solução de consenso, encontrada para debelar a crise política, foi empossar o vice-presidente Café Filho na Presidência da República. O novo presidente, que fora a favor da renúncia de Vargas, formou um ministério com maioria udenista, porém, se comprometeu a realizar as eleições presidenciais e parlamentares, previstas para outubro de 1955. O prefeito Dulcídio do Espírito Santo Cardoso demitiu-se do cargo, logo após o vice-presidente Café Filho tomar posse, em 4 de setembro de 1954.

Ainda em setembro de 1954, foi nomeado o engenheiro Alim Pedro (1954-1955) para ocupar a Prefeitura do Distrito Federal. Ele também participara da gestão de João Carlos Vital, como secretário de Viação e Obras Públicas. Alim Pedro, no curto período em que ocupou a Prefeitura, realizou obras importantes na cidade, como o aterro da Glória, a primeira etapa da construção da adutora do Guandu e melhorias no Serviço de Engenharia de Tráfego, da Secretaria de Obras, Transportes e Viação da Prefeitura do Distrito Federal. Propôs também uma reforma administrativa descentralizadora na Prefeitura, propondo a formação das subprefeituras, mas não conseguiu executá-la. Na gestão do prefeito Alim Pedro, a Secretária Geral de Educação e Cultura passou a ser dirigida pelo professor Haroldo Lisboa da Cunha (1954-1955). O DHD voltou a ser dirigido por Othon Ferreira de Barros. O seu Serviço de Arquivo Geral continuou chefiado pelo professor Carlos Alves Pereira.

Em outubro de 1954, foram designados os servidores encarregados de elaborar o novo Regimento Interno do Arquivo Geral. E foi reinstalada a Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro, como órgão consultivo da Prefeitura, com o objetivo de planejar e organizar, com antecedência, as comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Arquivo Geral, neste período, destacaram-se: a organização do Índice Geral da primeira série da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* e dos volumes publicados entre 1950 e 1951 e a retomada da publicação dos volumes da *Revista*, relativos aos anos de 1953 e 1954. Além disso, foram realizadas atividades rotineiras do órgão, como a organização de álbuns fotográficos, os registros nos Livros de Tombo dos documentos, arquivados entre 29 de maio de 1951 e 30 de setembro de 1954, a etiquetagem de documentos manuscritos, a continuação da elaboração de catálogos do acervo fotográfico e dos documentos manuscritos, a etiquetagem da documentação manuscrita referente à água e aos esgotos, do período entre 1895 a 1934, a organização dos Índices do Imposto Predial e Territorial, de 1808 a 1937, a continuação da organização dos Códices dos Guias de Transmissão, em ordem alfabética dos logradouros, e a reconstituição da organização dos Códices de recortes de jornais e revistas.

Em dezembro de 1954, Othon Ferreira de Barros encaminhou ao Secretário Geral de Educação o Relatório Anual ⁴⁵⁵, expondo as atividades realizadas pelo DHD nesse ano. Neste Relatório, Othon Ferreira de Barros informou que o Arquivo Geral lavrara atas de diversos acontecimentos no Livro de Ocorrências Históricas da Cidade, entre os quais se destacam: as festividades de encerramento do ano letivo do Curso de Educação Física do Instituto de Educação, a inauguração da herma de Thomaz Delfino dos Santos, na praça Saens Peña, a cerimônia de assentamento da imagem de N. S. da Imaculada Conceição, no largo do Machado, e a sessão solene de recepção do ministro da Educação da Espanha, professor Joaquim Ruiz Gominez, na reitoria da Universidade do Brasil, oportunidade em que o prefeito Alim Pedro conferiu o diploma e a medalha Anchieta ao ilustre visitante.

No Relatório anual do chefe do Arquivo Geral foram expostas as suas atividades, desenvolvidas em 1954, entre as quais se destacaram a organização de um álbum fotográfico sobre os monumentos cívicos da cidade, o registro de 886 documentos adquiridos, entre maio de 1951 e setembro de 1954, no Livro de Tombo do Arquivo Histórico, a realização de pesquisas sobre fontes e chafarizes da cidade, a organização das classes documentais das relações de despachantes da cidade, a reconstituição da bandeira e das armas municipais, a feitura de um álbum fotográfico sobre prédios escolares, a catalogação em fichas por assunto das matérias reunidas nos Códices de manuscritos. Além disso, foi feita a etiquetagem dos documentos

manuscritos e o Catálogo Topográfico da documentação manuscrita referente à água e aos esgotos, entre 1895 e 1934. Foram elaboradas normas, fixando critérios para o recolhimento dos documentos do “arquivo morto” do Gabinete da Prefeitura ao Arquivo Geral, por meio da Circular nº 1, ⁴⁵⁶ de 6 de dezembro de 1954.

Em fevereiro de 1955, o diretor-geral Othon Ferreira de Barros viajou à cidade de São Paulo para entregar um Ofício ⁴⁵⁷ de Alim Pedro ao prefeito paulista, William Miguel Salém. Este Ofício solicitava a doação de material sobre os estudos, a organização e os atos comemorativos do 4º Centenário de São Paulo. O objetivo desta doação seria constituir fontes de consulta para o planejamento das comemorações do 4º Centenário de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que seriam realizadas em 1965.

Em março de 1955, foram regularizadas as investidas de diversos membros da Comissão de Estudos Históricos da Cidade, que então puderam tomar posse nos seus cargos e iniciar os seus trabalhos. Em agosto de 1955, o diretor Othon Ferreira de Barros comunicou ao secretário-geral de Educação e Cultura, Haroldo Lisboa da Cunha, que há vários anos o Arquivo Geral não recolhia, com regularidade, a documentação com mais de cinco anos de idade, procedente dos diferentes órgãos da Prefeitura, por causa da total falta de espaço físico de suas instalações, completamente superlotadas. Nesta oportunidade, voltou a denunciar a falta de condições adequadas para que o Arquivo Geral pudesse cumprir com mais produtividade e eficiência as suas finalidades principais: o recolhimento, o arquivamento e o tratamento da documentação probatória produzida na Prefeitura do Distrito Federal. Entretanto, devido à situação do Arquivo Geral, o diretor do DHD permitiu a retirada de processos definitivamente arquivados para atender à requisição de outras repartições, mas tomando todos os cuidados para que a autenticidade dos referidos documentos não fosse alterada e para que fossem devolvidos no menor tempo possível.

No decorrer de 1955, o deputado federal Eurípedes Cardoso de Menezes, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estava investigando a legitimidade dos títulos de propriedade dos morros do Distrito Federal, consultou os documentos relativos ao confisco e à arrematação dos bens dos jesuítas e solicitou cópias autenticadas dos mesmos que, em razão do seu caráter valioso, não podiam sair do cofre do Arquivo Geral.

No Livro de Tombo de ocorrências históricas da cidade do Arquivo Geral foram registrados os acontecimentos relacionados ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, que se realizou no Rio de Janeiro naquele ano. Foram confeccionados diversos Códices sobre o referido Congresso e foi organizado um arquivo iconográfico, reunindo o material fotográfico sobre o evento religioso, bem como foi feita a encadernação de jornais e revistas que abordaram o Congresso Eucarístico em matérias e artigos jornalísticos.

Em agosto de 1955, o advogado da Prefeitura, Albino de Mesquita Pinheiro, encaminhou ao Arquivo Geral dez processos e uma documentação manuscrita da Secretaria do Gabinete do Prefeito para serem arquivados. Em setembro do mesmo ano, foi arquivada uma documentação de valor permanente, compreendendo 372 Livros de Alvarás de Licenças, provenientes do Departamento de Renda de Licenças; mais de 1.400 ofícios, provenientes da Procuradoria Geral do Distrito Federal e 39 pacotes de documentos da Secretaria Geral de Administração.

Ainda em 1955, no Arquivo Geral foram encadernados 232 livros, restaurados 14 e foram feitos diversos álbuns fotográficos. Também foram feitos 268 negativos fotográficos, 57 reproduções, 21 cópias fotostáticas e 824 cópias fotográficas. E foram realizadas inúmeras pesquisas sobre diversos assuntos, tais como a relação de secretários de Educação e Cultura da Prefeitura; a denominação da estação do Rocha; o local da aguada dos Marinheiros, ponte dos Marinheiros, o túnel do Pasmado, a rua Gonçalves Dias, a praça Tiradentes; a escola Deodoro da Fonseca, o Juízo de Paz de Inhaúma; as casas de saúde da cidade; a fazenda da Covanca de Guaratiba; as armas da cidade etc. Foram também elaborados códices sobre diversas ocorrências significativas para a história da cidade. Todos esses números atestam que o Arquivo Geral, apesar de todas

as dificuldades que enfrentava, conseguia cumprir com suas funções em relação à administração municipal e ainda atender ao público externo, através da sala de consultas.

Nas eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955, o médico mineiro Juscelino Kubitschek, candidato do PSD e governador de Minas Gerais, foi eleito, com 3.077.411 votos, perfazendo 36% dos eleitores, enquanto o candidato do Partido Democrata Cristão (PDC), Juarez Chaves, recebeu 2.610.462 votos (30%), e seu vice-presidente, Milton Campos (UDN), que recebeu 3.253.194 votos. João Goulart foi eleito vice-presidente com uma percentagem de votos maior do que o presidente, obtendo 3.413.651 votos. Nesta eleição, Kubitschek, que representava uma das vertentes do getulismo, estabeleceu uma composição com PTB, que apresentou o nome de João Goulart como candidato a vice-presidente. A UDN, depois de muitas hesitações, decidiu apoiar o candidato do Partido Democrata Cristão (PDC), Juarez Távara, que recebeu 2.610.462 votos, perfazendo 30%, enquanto o seu candidato a vice-presidente, Milton Campos (UDN) recebeu 3.253.194 votos.

Entre 11 de novembro e 2 de dezembro de 1955, a Prefeitura do Distrito Federal foi ocupada interinamente pelo ex-secretário-geral de Saúde e Assistência de Alim Pedro, Eitel Pinheiro de Oliveira Lima.

Após as eleições, em novembro de 1955, os oficiais do Exército, ligados ao Clube Militar, deflagraram uma campanha, sob a liderança do coronel Bizarria Mamede contra a posse de Kubitschek e de Goulart, denunciando a pequena margem de votos que deu a vitória ao presidente eleito. O coronel Mamede propôs a articulação de um golpe de Estado para impedir a posse dos eleitos. Carlos Lacerda incentivou os militares a acatarem a proposta de Mamede.

Em 3 de novembro, Café Filho alegou motivos de saúde para se licenciar do cargo de presidente. A Presidência da República passou a ser exercida interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. O ministro da Guerra, Teixeira Lott, puniu o coronel Mamede, pois era contra a “politização das Forças Armadas”, mas foi demitido pelo presidente interino. Em 11 de novembro, Lott fez o que chamou de “golpe preventivo”, liderando as forças legalistas, depôs Carlos Luz. Carlos Lacerda e alguns militares embarcaram para Santos, onde esperavam apoio para resistir ao golpe, mas isso não ocorreu. No mesmo dia, o Congresso Nacional decretou o impedimento de Carlos Luz e indicou o presidente do Senado Federal, Nereu Ramos, para ocupar o cargo de presidente da República até a posse de Juscelino Kubitschek, prevista para 31 de janeiro de 1956. Nereu Ramos, como presidente da República, nomeou o engenheiro civil Francisco de Sá Lessa prefeito interino do Distrito Federal, em 2 de dezembro de 1955. Sua gestão terminou em 22 de março de 1956.

Na gestão de Francisco de Sá Lessa, Mario Paulo de Brito voltou ao cargo de secretário de Educação e Cultura, no qual permaneceu até 1956. O Arquivo Geral continuou a funcionar como um serviço subordinado ao Departamento de História e Documentação, da referida Secretaria, e a sua estrutura permaneceu organizada em três seções: Arquivo Histórico, Arquivo Administrativo e Seleção e Pesquisas. Cada uma dessas seções dispunha dos seguintes setores: 1) Expediente e informações; 2) Catalogação e conservação; e 3) Seleção e pesquisas.

Ao Arquivo Histórico competia a seleção e a preparação dos documentos originais que seriam divulgados na *Revista do Arquivo do Distrito Federal* e a organização de exposições e de outras atividades de divulgação dos acervos que arquivava. Ao Arquivo Administrativo cabia o recolhimento e a guarda da documentação de valor permanente das repartições municipais, depois de decorridos cinco anos do encerramento dos processos a que se referissem. Na sua estrutura existiam 3 setores auxiliares: encadernação; desenho e restauração; e fotografia e microfilmagem.

Apesar das dificuldades de espaço físico das suas instalações e de pessoal para o seu quando técnico, o Arquivo cumpriu com as suas incumbências de recolher e de preservar a documentação proveniente de todas as repartições da Prefeitura.

4.2. O ARQUIVO GERAL NOS “ANOS DOURADOS” DO DISTRITO FEDERAL (1956-1960)

A década de 1950, especialmente a denominada Era JK (1956-1960), ficou na memória coletiva dos cariocas como os “anos dourados” da Capital da República. Nesta época, o país ingressou numa fase de industrialização e de modernização aceleradas, que possibilitaram uma rápida ascensão das classes médias urbanas e uma melhoria relativa nas condições de vida das classes populares. Nos “anos dourados” a propaganda veiculada nas revistas, nos rádios e nas primeiras emissoras de televisão se voltou para oferecer uma nova concepção de liberdade, conforto, independência e eterna juventude para as mulheres. Estimulou o consumo de eletrodomésticos que facilitaram a vida feminina no lar e os cuidados com a aparência e a estética das mulheres, sobretudo as das classes médias, fortemente influenciadas pelo *american way of life*. A cultura norte-americana substituiu a ascendência da cultura europeia na sociedade brasileira, em virtude da proeminência que os Estados Unidos assumiram no período do pós-guerra.

Em 31 de janeiro de 1956, a posse de Juscelino Kubitschek ocorreu sob estado de sítio, mas seu governo foi considerado um período de estabilidade política, de otimismo e de crescimento econômico, com a implantação do Plano de Metas, que permitiu a construção de Brasília, a nova capital federal, no planalto goiano. Além da proposta de construção de Brasília, o Plano de Metas continha diversos outros objetivos, voltados para o desenvolvimento da produção de energia elétrica, dos transportes, da produção de alimento, das indústrias de base e da educação. Estes objetivos visavam concretizar o programa de governo de JK, sintetizado no *slogan* “cinquenta anos em cinco”.

O nacional-desenvolvimentismo do governo JK alcançou grande êxito econômico, ao combinar a ação do Estado com as do empresariado nacional e dos capitalistas internacionais, especialmente no processo de implantação de uma indústria de transformação no país. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, entre 1957 e 1961, a taxas anuais de 7%, numa proporção aproximadamente três vezes maior do que os outros países da América Latina.

Geralmente, o aspecto mais destacado do governo JK é o estabelecimento das grandes empresas automobilísticas internacionais no ABC paulista, região que passou a concentrar uma grande massa de trabalhadores assalariados, fato que possibilitou a unificação e a organização do operariado das indústrias desta região e a sua crescente politização. Deste processo resultou o surgimento de novas lideranças sindicais, que logo perceberam a dificuldade de organizar os trabalhadores nos sindicatos, devido ao atrelamento da sua estrutura ao Estado, através do Ministério do Trabalho, que intervinha e controlava a vida sindical. Outro aspecto muito destacado do governo JK é o acelerado processo de urbanização, que deslocou para as cidades grande parte da população rural. Pela primeira vez o censo demográfico assinalou que a população urbana era maior do que a rural.

A transferência da capital federal para Brasília teve o objetivo de interiorizar o centro de decisões e criar um polo de desenvolvimento no interior do país, que atraísse grandes contingentes de trabalhadores e aumentasse a densidade demográfica das regiões Norte e Centro-Oeste, até então pouco povoadas. Este despovoamento preocupava as Forças Armadas, temerosas do governo brasileiro perder a soberania sobre estas regiões, especialmente a Amazônia, na região Norte, alvo da cobiça internacional.

Em 23 de março de 1956, Juscelino Kubitschek nomeou o diplomata mineiro e seu correligionário do PSD, Francisco Negrão de Lima, prefeito do Distrito Federal (1956-1958). Em sua gestão na Prefeitura, introduziu métodos modernos de planejamento na administração e no planejamento urbano, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da indústria automobilística. Enfrentou violentos protestos populares contra o aumento das tarifas dos bondes, reprimindo-as com a ajuda das Forças Armadas.

Negrão de Lima recebeu o governo em situação crítica, pois 90% do orçamento da Prefeitura era destinado ao pagamento de pessoal. Na sua curta gestão, porém, saneou as contas públicas e fez uma administração

eficiente. Aprovou um Plano de Realizações, que seria custeado por um Fundo Especial de Obras Públicas e formado através da venda de terrenos urbanos e da arrecadação de um imposto adicional sobre vendas, consignações, indústrias, profissões e transmissão de propriedades. Criou a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), diretamente vinculada ao seu Gabinete e presidida pelo engenheiro João Augusto Maia Penido. Prosseguiu com várias obras, como a abertura de túneis, viadutos, radiais, canais e avenidas e o saneamento sanitário. Continuou com as obras da avenida Perimetral, começou a abertura do túnel ligando as ruas Barata Ribeiro e Raul Pompéia, construiu 100 escolas novas, calçou mais de 50 logradouros, terminou a estrada de Furnas e uma variante da estrada das Paineiras. Construiu um viaduto em Madureira, que depois recebeu o seu nome. Concluiu o viaduto de Ramos, construiu as elevatórias do Leblon e da rua Sá Ferreira, ampliou a estação de tratamento de esgotos da Penha, alargou as galerias pluviais das avenidas Vieira Souto e Delfim Moreira e concluiu o túnel do Engenho Novo-Macacos.

Negrão de Lima reconduziu Mario Paulo de Brito para a Secretaria Geral de Educação e Cultura e Othon Ferreira de Barros para a direção do DHD e manteve Carlos Alves Pereira na chefia do Serviço de Arquivo Geral. Assim, em maio de 1956, Othon Ferreira de Barros organizou uma nova reunião da Comissão de Estudos Históricos da Cidade, dando prosseguimento aos estudos para a preparação das comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. Esta reunião foi presidida pelo prefeito Negrão de Lima. Ultimou a publicação dos volumes IV e V da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, no primeiro trimestre de 1956, e procurou estabelecer uma periodicidade anual para esta publicação, com o objetivo de manter uma divulgação regular dos documentos arquivados.

Neste período, o Arquivo Geral realizou a preparação de vários Códices, registrou diversos recolhimentos de documentos provenientes de várias repartições, as doações e as aquisições de documentos, preparou legendas para álbuns fotográficos do DHD, emitiu centenas de certidões, confeccionou índices para os Livros do Imposto Predial, encadernou e etiquetou dezenas de livros, elaborou mais de 3.000 fichas, restaurou documentos, realizou pesquisas, informou processos e reproduziu fotograficamente mais de 100 cópias de negativos arquivados na repartição. Além desses trabalhos rotineiros, realizou a seleção e a organização dos documentos originais que iriam ser publicados no VI volume da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*.

Entretanto, a deficiência do quadro de servidores do Arquivo Geral agravou-se, tanto em termos técnicos, quanto em termos administrativos. A Seção de Arquivo Histórico, por exemplo, dispunha apenas de dois servidores com conhecimentos técnicos adequados às atividades que desenvolviam. E os problemas com a rede elétrica do prédio continuaram a exigir a sua imediata substituição, conforme requisitavam insistentes expedientes do diretor do DHD ao secretário de Educação e Cultura, pois os riscos de incêndio eram iminentes. Apesar destas dificuldades, o Arquivo Geral mantinha um intenso intercâmbio com outras instituições, como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, e foi consultado frequentemente pelo SPHAN sobre diversos assuntos relativos a obras de arte localizadas na cidade.

Em setembro de 1956, o Projeto de Lei que o presidente da República encaminhara ao Congresso Nacional, propondo a construção de Brasília e a transferência da capital federal para o planalto central, foi aprovado pelo Congresso Nacional, apesar da oposição da UDN, que denunciou o Projeto como demagógico e inflacionário, responsabilizando-o pelo isolamento em que ficaria a sede do governo federal em relação ao conjunto da União.

A transferência da capital para Brasília, apesar de constar da primeira Constituição republicana e de estar prevista pela Constituição de 1946, provocou intensos debates nos meios sociais e políticos das sociedades carioca e fluminense. A questão ganhou grande destaque na grande imprensa que promoveu vários debates sobre essa mudança. Estes debates desdobraram-se em polêmicas acirradas sobre o futuro político do Distrito Federal.

Os pontos centrais das acaloradas discussões, que ocorreram entre os setores mais atuantes da política carioca, foram sobre o destino e o formato político-institucional do ente federativo que ocuparia o espaço do até então Distrito Federal. Uns defendiam a sua transformação em uma cidade-estado, outros em município autônomo e já havia alguns que propunham a sua integração ao estado do Rio de Janeiro, como capital. As posições que diversos atores políticos expressaram em torno destes dois aspectos envolveram uma complexa rede de interesses político-partidários, sociais e econômicos opostos, representada, sobretudo, pela oposição entre os partidários da UDN, polarizando as forças liberais e conservadoras, e os seguidores do PTB, herdeiro da política populista de Vargas, que congregava as massas populares da cidade.

A partir da aprovação do Projeto de Lei que propôs a transferência do Distrito Federal para Brasília, o prefeito Negrão de Lima teve como principal tarefa preparar o processo de transição da cidade do Rio de Janeiro de Distrito Federal para outra categoria, ainda indefinida, como unidade federativa.

Em fins de novembro de 1957, o Decreto nº 3.679, do prefeito Francisco Negrão de Lima, abriu um crédito especial de três milhões de cruzeiros para a Secretaria Geral de Educação e Cultura adquirir material, móveis, utensílios e equipamentos e começar as obras de construção dos prédios destinados ao Planetário e ao Museu de Ciências, cumprindo o convênio firmado entre a Prefeitura do Distrito Federal e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). A seguir, a Lei nº 903, de 11 de dezembro de 1957, determinou o orçamento e fixou a despesa da Prefeitura para o exercício de 1958, repassando para a Secretaria Geral de Educação e Cultura uma verba de mais de um milhão e duzentos mil cruzeiros, que poderiam ser aplicados em diferentes despesas.

Apesar das constantes reclamações do diretor do DHD ao secretário de Educação e Cultura, o governo Negrão de Lima não tomou nenhuma providência para melhorar as instalações deste Departamento nem dos serviços a ele subordinados, como o Arquivo Geral. Em 3 de julho de 1958, Negrão de Lima demitiu-se da Prefeitura do Distrito Federal, ao receber o convite presidencial para se tornar ministro das Relações Exteriores do Brasil. Em 4 de julho de 1958, Juscelino Kubitschek nomeou o último prefeito do Distrito Federal, José Joaquim de Sá Freire Alvim, ex-secretário de Administração de Negrão de Lima. Freire Alvim permaneceu no cargo até o emblemático dia 21 de abril de 1960, quando a Capital Federal da República foi oficialmente transferida para Brasília.

Entre as realizações da sua breve gestão, destacaram-se a inauguração do túnel Barata Ribeiro-Raul Pompeia, o alargamento da rua Raul Pompeia, a abertura do túnel Catumbi-Laranjeiras, o corte na rocha da rua Farani, para melhorar o acesso do tráfego ao mencionado túnel, através da rua Pinheiro Machado. Deu continuidade ao desmonte do morro de Santo Antônio e das desapropriações dos imóveis do seu entorno. O entulho retirado do desmonte foi depositado do começo da praia do Flamengo até o morro da Viúva, dando origem à avenida Oswaldo Cruz.

Em abril de 1959, a sucessão presidencial ganhou destaque na opinião pública e nos meios de comunicação, com a apresentação de várias candidaturas, entre as quais logo se destacou a de Jânio Quadros, ex-prefeito paulistano, eleito governador de São Paulo. Sua candidatura foi lançada por um pequeno partido regional, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), prometendo varrer a corrupção e as grandes negociatas que imperavam no cenário político nacional.

Outras candidaturas importantes foram a do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista, e a do general Henrique Teixeira Lott, pela coligação PTB-PSD, compondo a chapa com João Goulart para a vice-Presidência. A chapa Lott-Goulart, devido às suas posições nacionalistas e democráticas, recebeu o apoio do PCB e de Luís Carlos Prestes. A UDN, que acusava a administração de Juscelino Kubitschek de corrupção e de alimentar a especulação financeira e a inflação, estava indecisa entre as opções de lançar um candidato próprio ou apoiar a candidatura de Jânio Quadros. Apenas em novembro, na sua convenção partidária, a UDN decidiu optar pela candidatura de Jânio Quadros, que

contava com o apoio de Carlos Lacerda desde o seu lançamento, ainda que não apresentasse um programa de governo, mas, de certa forma, incorporou o discurso moralista dos udenistas e endossou suas críticas à política econômica de JK.

Durante a campanha sucessória, a candidatura de Jânio Quadros caiu nas graças dos setores dominantes antigetulistas, das classes médias urbanas e até dos trabalhadores organizados, devido à sua figura de líder carismático. O candidato ganhou grande projeção nacional depois do lançamento do Movimento Popular Jânio Quadros, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, sob a liderança de Carlos Lacerda. Assim, nas eleições de 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República. O resultado eleitoral demonstrou a força dos setores conservadores na sociedade brasileira da época, que endossaram a campanha moralista e as críticas de Jânio Quadros ao governo de JK. Porém, também, expressou o crescimento do PTB junto aos meios operários e populares.

O governo Juscelino Kubitschek terminou desgastado pelos elevados índices da inflação, pela crescente dívida externa e pelas denúncias de corrupção, de nepotismo e de ineficiência administrativa.

No âmbito do município do Rio de Janeiro, nos últimos anos em que funcionou como Arquivo Geral do Distrito Federal, o órgão permaneceu vinculado ao DHD da Secretaria de Educação e Cultura, desenvolvendo suas atividades técnicas rotineiras, efetuando pesquisas e informando processos, confeccionando fichas para o prontuário histórico, elaborando códices, revisando fichas dos catálogos por título e por autor dos livros depositados no seu acervo e selecionando obras para inclusão nos seus Livros de Registros de Bens Tombados. Até 1959, foi dirigido por Carlos Alves Pereira. Em fevereiro de 1959, o intercâmbio entre o Arquivo Geral e o Arquivo Nacional se mantinha, possibilitando a transferência e a remessa de documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, relativos ao Distrito Federal, para o órgão municipal.

O último prefeito do Distrito Federal não teve tempo útil para tomar alguma providência para melhorar as instalações do DHD e dos seus serviços. O Arquivo Geral, portanto, continuou funcionando nas péssimas instalações que ocupava no Palácio das Flores, na rua Santa Luzia, nº 11.

NOTAS

⁴²⁶ A Guerra Fria designou o crescente antagonismo que marcou o cenário internacional a partir de 1948, opondo os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, aos países socialistas, sob a liderança da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esta bipolaridade política, que muitas vezes explodiu em conflitos localizados, como a guerra do Vietnã e a tentativa de invasão de Cuba, em 1962, porém, nunca assumiu o caráter de uma guerra mundial, devido ao risco de destruição total causado pelo emprego de armas nucleares.

⁴²⁷ Cf. o Decreto Federal nº 22.454, de 14 de janeiro de 1947, no *Diário Oficial da União*, seção 1, de 16/1/1947, p. 698.

⁴²⁸ Cf. o Decreto Executivo nº 8.796 no *Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal*, de 6/2/1947.

⁴²⁹ Cf. a Lei Federal nº 30, no *Diário Oficial da União*, fev., 1947.

⁴³⁰ Cf. o Decreto Federal nº 22.636, no *Diário Oficial da União*, de 25/2/1947.

⁴³¹ Cf. o Decreto nº 8.813, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 9/3/1947.

⁴³² Cf. o Decreto nº 9.105, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, dez., 1947.

⁴³³ Cf. a aposentadoria de Restier Gonçalves e a nomeação de Carlos Alves Pereira no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, abr./mai. de 1948.

⁴³⁴ Cf. a Portaria nº 1.583 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, mai. 1948.

⁴³⁵ Sobre o governo Dutra cf. FAUSTO, B. 1997, pp. 401-405; NENES, G. P. das; *et alii*; 2002, p.330-336.

⁴³⁶ Cf. a Lei Orgânica do Distrito Federal Nº 217, no *Diário do Distrito Federal*, de 15 de janeiro de 1948.

⁴³⁷ Cf. a Circular nº 52 da SGEN no *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, fev. 1948.

⁴³⁸ Cf. Ofício do prefeito ao secretário de Educação e Cultura no *Diário Oficial do Distrito Federal*, fev. 1949.

⁴³⁹ Cf. o Decreto nº 9.603 no *Diário Oficial do Distrito Federal*, fev. 1949.

⁴⁴⁰ Cf. o Ofício do diretor-geral do DHD no *Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal*, fev. 1950.

⁴⁴¹ Cf. o Ofício do diretor do DHD no *Diário Oficial do Distrito Federal*, out., 1950.

⁴⁴² Cf. a Resolução nº 18, da SGEN, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, nov., 1950.

⁴⁴³ Cf. a composição da comissão designada para elaborar a Memória Histórica, na Caixa 265, pasta DHD, AGCRJ.

⁴⁴⁴ Cf. a Portaria no *Diário Oficial do Distrito Federal*, maio, 1951.

⁴⁴⁵ Cf. o Relatório do diretor do DHD, na Caixa 263, pasta DHD, AGCRJ.

⁴⁴⁶ Cf. o Ofício na Caixa 263, pasta DHD, AGCRJ.

⁴⁴⁷ Cf. o ofício na Caixa 263, pasta do DHD, AGCRJ.

⁴⁴⁸ Cf. o Anteprojeto, no Ofício nº 526, de 24/12/1952, na Caixa 263, pasta do DHD, AGCRJ

⁴⁴⁹ Este prédio é uma construção típica do I Reinado, época em que serviu como residência para o mordomo do Paço imperial, Francisco Gomes da Silva, o famoso Chalaça. Na República, foi transformado em repartição militar e, nos anos 1950, em residência oficial do ministro da Guerra. Em 1953, recebeu a denominação de Palacete Laguna, em homenagem à grande retirada das tropas brasileiras, na guerra contra o Paraguai. Atualmente é o Espaço Cultural Cel. Luiz Paulo Macedo, pertencendo ao Exército.

⁴⁵⁰ Ver o Ofício Nº 526, de 24/12/1952, na Caixa 263, pasta do DHD, AGCRJ.

⁴⁵¹ Cf. o Relatório na Caixa 263, pasta DHD, AGCRJ.

⁴⁵² Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) foi escritor, geógrafo e professor de importantes instituições, como a Escola de Intendentes do Exército, o Colégio Pedro II, do qual foi, por um breve período, diretor-geral, do Instituto de Educação e da Universidade do Distrito Federal e, depois, da Universidade do Brasil. Entre 1954 e 1960 foi professor do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Entre suas obras se destaca a *História Diplomática do Brasil*, republicada em 2004. Foi colaborador assíduo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde a sua fundação em 1935.

⁴⁵³ Cf. o Relatório Anual do diretor do DHD, na Caixa 265, pasta DHD, AGCRJ

⁴⁵⁴ Cf. o Relatório Anual do chefe do Arquivo Geral na Caixa 265, pasta DHD, AGCRJ.

⁴⁵⁵ Cf. o Relatório anual do diretor do DHD, de 1954, na Caixa 230, pasta DHD, ACRJ.

⁴⁵⁶ Cf. a Circular nº 1 no *Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal*, nov. 1954.

⁴⁵⁷ Cf. o Ofício do prefeito no *Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal*, fev., 1955.





CAPÍTULO 5

O ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DA GUANABARA (1960-1975)

5.1. UM HISTÓRICO ARQUIVO DE UM NOVO ESTADO (1960-1964)

Apesar das controvérsias que suscitou, a transferência da capital federal para o planalto central foi feita sem que os problemas atinentes à organização e à implantação do novo ente federativo no Rio de Janeiro fossem considerados com a importância merecida. Este fato, que transformou profundamente a situação da cidade, assinala o fim da terceira fase da história do Arquivo Geral, marcando o início da quarta fase (1960-1975). Nesta fase o Arquivo passou a integrar a estrutura administrativa do estado da Guanabara, mantendo sua subordinação ao Departamento de História e Documentação, depois Departamento Geral de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (1960-1971), durante as gestões de Carlos Lacerda e de Negrão de Lima, e ao Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo (1971-1975), na gestão de Antônio Chagas Freitas.

A formação do estado da Guanabara, que foi estabelecida através da promulgação da Lei nº 3.752, conhecida como Lei San Thiago Dantas, pelo Congresso Nacional, representou uma solução conciliatória para atender aos interesses divergentes em confronto, envolvendo muitas marchas e contramarchas entre os parlamentares e líderes políticos cariocas e fluminenses. A Lei San Thiago Dantas, de 14 de abril de 1960, ditou as normas para a convocação da Assembleia Constituinte do novo ente federativo e instituiu o estado da Guanabara, no dia 21 de abril, quando o Distrito Federal foi oficialmente transferido para Brasília. Determinou que a cidade-estado ocupasse o mesmo território do antigo Distrito Federal, como previa a Constituição Federal de 1946, estabelecendo que a capital e a sede do governo estadual se localizariam na cidade do Rio de Janeiro.

Esta Lei estipulou que, independentemente de qualquer ato legal de transferência, os direitos, encargos e obrigações do até então Distrito Federal passariam para o estado da Guanabara, assim como o domínio e a posse dos bens móveis e imóveis e a prestação de serviços públicos mantidos pela Prefeitura do Distrito Federal seriam transferidos para o governo estadual, especificando que os serviços e o pessoal transferidos haviam passado para a jurisdição do novo estado, subordinados às autoridades estaduais, tanto em relação à sua organização como à sua legislação. Esta Lei também estabeleceu que o Executivo estadual, até a posse do seu primeiro governador, que seria eleito em 3 de outubro de 1960, fosse exercido por um governador provisório, nomeado pelo presidente da República. Estipulou ainda que o Poder Legislativo do estado da Guanabara permaneceria sendo exercido pela Câmara dos Vereadores, que fora eleita em 1958.

Até as eleições e a posse dos deputados estaduais eleitos para integrarem a Assembleia Constituinte do novo Estado, a Câmara Municipal continuaria a exercer os seus poderes reconhecidos legalmente como

órgão legislativo e representativo dos cidadãos cariocas, tais como promulgar leis sobre a organização administrativa e judiciária do Estado da Guanabara e aprovar ou rejeitar os vetos impostos pelo governador provisório às leis que promulgasse, por maioria de dois terços de seus membros.

A Lei San Thiago Dantas determinou que as eleições para os cargos executivos e legislativos do novo ente federativo fossem presididas e apuradas pelo Tribunal Regional Eleitoral do estado da Guanabara. Estipulou que, após a promulgação da Constituição estadual, a Assembleia Constituinte se tornasse a Assembleia Legislativa do estado da Guanabara (ALEG) formada pelos representantes eleitos para a Assembleia Constituinte e pelos vereadores da última vereança da Câmara Municipal, até o final dos seus mandatos, que terminariam em 31 de dezembro de 1963.

Assim, ainda em abril de 1960, após a mudança do Distrito Federal para Brasília, o Poder Executivo do estado da Guanabara passou a ser ocupado provisoriamente pelo embaixador José Rodrigues Sette Câmara Filho, que até então ocupara o cargo de chefe da Casa Civil da Presidência da República e era homem de confiança de Juscelino Kubitschek. O governador provisório permaneceu no cargo até 5 de dezembro de 1960. Durante a gestão do governador Sette Câmara Filho, o Arquivo Geral permaneceu subordinado ao Departamento de História e Documentação, da Secretária de Estado de Educação e Cultura, sendo chefiado por Aída Pereira de Souza, que também foi designada substituta eventual do diretor do DHD, o pesquisador, escritor e jornalista Raimundo Magalhães Júnior, nos casos de seu impedimento.

Apesar de prevista na Lei San Thiago Dantas, na prática, a transferência de atividades, de órgãos e de servidores públicos, até então subordinados ao governo federal, para a jurisdição do estado da Guanabara, foi feita sem qualquer programação prévia e sem a implantação de providências adequadas, foi realizada de forma desordenada, resultando em graves problemas político-administrativos. Os problemas atinentes à instituição do estado da Guanabara, sua organização e sua implantação não foram tratados com o mesmo cuidado e a mesma atenção dispensados aos da nova capital federal.

De fato, em 3 de outubro de 1960, realizou-se a eleição do primeiro governador efetivo do estado da Guanabara. Esta eleição assumiu especial relevância, pois foi muito disputada, confrontando política e ideologicamente Carlos Lacerda, candidato da UDN, e Sérgio Magalhães, cuja candidatura foi lançada pelo PTB e pelo PSB. Os outros candidatos, como o ex-prefeito do Distrito Federal, Ângelo Mendes de Moraes, do Partido Social Democrata (PSD), e o ex-prefeito de Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti, do Partido Social Trabalhista (PST), dividiram o eleitorado antilacerdista, contribuindo para a derrota de Sérgio Magalhães, ainda que a vitória eleitoral de Carlos Lacerda tenha sido obtida por uma pequena margem de votos.

Nesse pleito, também foram eleitos os 30 deputados estaduais que comporiam a Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara (ALEG), cuja principal tarefa foi elaborar a Constituição estadual no prazo de quatro meses após sua instalação. Depois das eleições estaduais, os debates políticos e jurídicos na Assembleia Constituinte e na imprensa voltaram-se para a definição do formato institucional do novo estado. Ao final destes debates, os deputados deliberaram pela convocação de um plebiscito para decidir sobre esse tópico. A Constituição estadual foi promulgada em 27 de março de 1961, quando a Assembleia Constituinte Estadual se transformou em uma Assembleia Legislativa comum. A seguir, o plebiscito deliberou pela forma de cidade-estado, mas não conseguiu resolver a ambiguidade político-institucional que caracterizou o Rio de Janeiro desde 1763, quando se tornou capital do Vice-Reino do Estado do Brasil.

Neste momento, formou-se um novo eixo político na cidade-estado, que ganhou mais autonomia política, financeira e jurídica, apesar da superposição de órgãos estaduais e federais no seu território se manter, mesmo após a transferência da capital federal para Brasília.

No âmbito federal, Jânio Quadros, eleito por maioria dos votos, foi o primeiro presidente da República a tomar posse em Brasília. Sua posse suscitou uma grande expectativa popular de mudanças. Porém, a política externa independente que adotou somada à sua simpatia pela reforma agrária, à falta de uma base

política sólida no Congresso Nacional e à alta do custo de vida, entre outros fatores, provocaram um profundo e rápido desgaste da sua imagem e da sua autoridade diante da opinião pública. Em consequência, surpreendentemente, em 27 de agosto de 1961, sete meses após tomar posse, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, provocando uma das mais graves crises políticas que ocorreram no país. Apesar de a solução constitucional prever a posse do vice-presidente João Goulart, setores conservadores das Forças Armadas tentaram impedi-la, gerando um impasse político.

No começo de setembro, o Congresso Nacional adotou uma solução de compromisso para resolver a crise política, promulgando um Ato Adicional à Constituição Federal, que alterou o regime político do país de presidencialista para parlamentarista. Esta mudança na Constituição garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República, com poderes reduzidos e um mandato previsto para terminar em janeiro de 1966. O Ato Adicional também propôs a realização de um plebiscito, em 1965, que deliberaria definitivamente sobre o regime político adotado no país.

Desta forma, em 7 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse como presidente da República, sob o regime parlamentar. O primeiro gabinete foi dirigido por Tancredo Neves, experiente político mineiro do PSD, ligado ao getulismo, mas sem mandato parlamentar. Tancredo Neves montou um ministério, no qual a maioria dos componentes provinha do PSD, mas reservou duas pastas para representantes da UDN, o nacionalista Gabriel Resende Passos, que assumiu o Ministério de Minas e Energia, e Juarez do Nascimento Távora, general fundador e comandante da Escola Superior de Guerra, no Ministério da Viação e Obras Públicas. Indicou Francisco San Thiago Dantas, o teorizador da política externa independente, como ministro das Relações Exteriores.

De início, Goulart assumiu uma posição moderada, procurando demonstrar seu compromisso com a democracia e amenizando as suas posições nacionalistas e reformistas. Mas, a partir do início de 1962, assumiu explicitamente uma política populista, buscando respaldo nas massas trabalhadoras urbanas. Estas manobras políticas ocorreram em um contexto de acelerada radicalização política e de grandes mobilizações populares, bem mais profundas do que no período de Vargas. O projeto político do governo Goulart baseava-se na colaboração entre o Estado (incluindo os oficiais nacionalistas das Forças Armadas), os intelectuais progressistas, formuladores das políticas do governo, a classe operária organizada, por meio das direções sindicais, e a burguesia industrial nacional.

Portanto, este projeto fundamentava-se no pacto que deu sustentação ao populismo, como política de massas, desde o governo Vargas. A aliança destes setores sociais articular-se-ia em torno do Estado e do nacionalismo e das “reformas de base”, que abrangiam um amplo leque de medidas, como a reforma administrativa, a reforma urbana, a reforma educacional e a reforma agrária. O conjunto de medidas reformistas pretendia modernizar o capitalismo brasileiro e reduzir as desigualdades sociais que perpassavam o país, a partir da intervenção do Estado. As “reformas de base”, todavia foram encaradas como propostas socialistas pelas classes dominantes, pelos setores conservadores das Forças Armadas e da Igreja Católica e por amplos setores das classes médias urbanas, que passaram a resistir à implantação das ditas reformas. A burguesia nacional, temerosa com a radicalização política, rompeu com o pacto populista, logo que as mobilizações populares cresceram, aproximando-se das forças que reagiam às reformas.

Nessa conjuntura polarizada ideologicamente, as tensas relações político-administrativas entre o governo federal e o governo do estado da Guanabara, cujo governador, Carlos Lacerda, era um dos líderes da oposição à Goulart, dificultaram a montagem e o funcionamento administrativo, político e financeiro da administração da nova unidade da federação. Além disso, emperraram a melhoria das condições infraestruturais da economia carioca, por falta de investimentos federais na sua modernização.

A eleição de Carlos Lacerda consolidara uma corrente política carioca, o lacerdismo, que expressava uma determinada cultura política presente e atuante na mentalidade e nas práticas políticas de uma ampla faixa

das classes médias da cidade-estado, constituída pela convivência ambígua e tensa entre dois polos existentes no campo político carioca. O primeiro polo concebia a cidade como a vitrine da nação e como unidade e síntese do país, pois mantinha a sua capitalidade e a função de representante da opinião nacional. Dele emergiram lideranças carismáticas, portadoras de discursos nacionalizadores, voltando-se para a “grande política” nacional. Rejeitava o localismo, o caciquismo e o paroquialismo, dedicando-se à politização das disputas locais com as diferentes esferas de governo federal, generalizando-as e atuando como um espaço de formação de opinião pública em âmbito nacional. Este polo identificou-se com o lacerdismo e lutou para manter e ampliar a capitalidade que a cidade ainda exercia sobre o país.

O segundo polo entendia a cidade como um espaço político disputado por lideranças locais, comprometidas com as relações de dependência pessoal, sustentadas por redes políticas de base local, dedicando-se à “pequena política” praticada na esfera da cidade-estado. Era constituído pelos políticos clientelistas e assistencialistas tradicionais e conservadores que percebiam a cidade apenas como um espaço político restrito, “estadualizado”, disputado por lideranças locais e paroquiais, comprometidas com o atendimento das pequenas demandas políticas, com a “política do favor” e com os “conchavos” com os cabos eleitorais e seus redutos eleitorais.

O lacerdismo, de forte cunho oposicionista em relação ao governo federal, pregava a modernização administrativa do estado, a descentralização das decisões políticas e dos investimentos em infraestrutura, em educação e em saúde pública. Esta corrente política se baseava no personalismo da liderança carismática de Carlos Lacerda, na forte polarização político-ideológica entre a oposição e a situação no plano federal e na nacionalização dos conflitos locais, investindo na radicalização do debate político que ocorria no país. Os lacerdistas identificavam-se por compartilhar sentimentos de pertencimento a grupos definidos por comunhão de valores, representações e atitudes em relação à figura centralizadora e carismática de Lacerda.

O governador Carlos Lacerda (1960-1965), nos dois primeiros anos de sua gestão, promoveu uma reforma administrativa, privilegiando a montagem de uma estrutura político-institucional, que conciliasse o passado do Distrito Federal com o presente do estado da Guanabara. Para isto, buscou um equilíbrio entre as duas esferas em que o novo estado estava inserido, a nacional e a local. Todavia, tentou manter o Rio de Janeiro como centro político do país, pois estava convencido de que a manutenção da capitalidade de fato da cidade-estado era fundamental para lastrear as suas pretensões políticas à Presidência da República, no pleito eleitoral previsto para se realizar em outubro de 1965, desinteressando-se de comandar a criação e a implantação de estruturas político-institucionais estaduais, bem como de atender às reivindicações das lideranças locais, vinculadas ao sistema clientelista-assistencialista tradicional.

De fato, entre 1960 e 1962, as tentativas de reorganização administrativa do Estado da Guanabara não passaram de uma série de mudanças informais e experimentais isoladas, que mantiveram a estrutura orgânico-administrativa do Poder Executivo, herdada da Prefeitura do Distrito Federal e as mesmas condições infraestruturais vigentes naquele tempo, apesar de reconhecer a necessidade de criação de novos organismos administrativos, depois da criação do novo estado.

Entretanto, desde o seu começo, a gestão de Lacerda implantou uma descentralização administrativa por áreas e por setores, através da criação das Regiões Administrativas (RAs). As RAs assumiram funções executivas, ainda que os órgãos centrais do governo tenham mantido autoridade normativa de controle e de fiscalização sobre elas, estabelecendo uma distinção entre planejamento e execução. De fato, os administradores regionais gozaram de ampla autonomia executiva e foram chamados pela população de “prefeitinhos”, como se as regiões administrativas atuassem como verdadeiras prefeituras em cada região da cidade-estado. Essa iniciativa, até então inédita nas metrópoles do mundo contemporâneo, promoveu uma descentralização em ampla escala, mas esbarrou nas resistências dos dirigentes dos órgãos centrais da

administração estadual em perder poderes e na falta de verbas orçamentárias, pois estas tardaram a ser concedidas pela Assembleia Legislativa ao Executivo estadual.

Além disso, o governo Lacerda criou várias autarquias, como a Companhia de Progresso do Estado da Guanabara (COPEG), encarregada de elaborar os planos de desenvolvimento para o governo estadual, a Companhia Central de Abastecimento (COCEA), destinada a garantir o abastecimento urbano, a Companhia Estadual de Telefones, a Companhia Estadual de Transportes Coletivos (CTC) e a Companhia de Habitação Popular (COHAB).

A COHAB implantou um Plano de Habitação Popular e promoveu a remoção das populações das favelas da Zona Sul e da Zona Norte para conjuntos habitacionais localizados na Zona Oeste da cidade-estado, como a Cidade de Deus, em Jacarepaguá, a Vila Aliança, a Vila Kennedy e a Vila Esperança, em Bangu. A maior parte destes conjuntos foi financiada com fundos provenientes da Aliança para o Progresso.⁴⁵⁸ Esta política de habitação popular do governo Lacerda, baseada na remoção das populações faveladas, provocou uma forte oposição dos setores de esquerda, que pretendiam defender os direitos daquelas populações.

Entre outras realizações importantes do governo Lacerda destacam-se a conclusão do túnel Santa Bárbara, ligando os bairros do Catumbi a Laranjeiras, e a abertura do túnel Rebouças, ligando o Rio Comprido ao Cosme Velho, a estação de tratamento da água e a conclusão do sistema de abastecimento do rio Guandu, a construção e a urbanização do Aterro do Flamengo, a construção de mais de 200 estabelecimentos de ensino e a criação da Universidade do Estado da Guanabara (UEG).

As realizações da administração de Lacerda, entretanto, foram ofuscadas, em 1962, pelas denúncias de que os órgãos assistenciais e de segurança pública do governo estadual estariam envolvidos com o assassinato de mendigos no rio da Guarda. Ao final do inquérito que investigou essas denúncias, nada foi provado contra o governador, que demitiu o secretário de Segurança Pública, mas não conseguiu reverter o seu desgaste e de sua administração junto às camadas populares.

Nas eleições de outubro de 1962 para o Congresso Nacional, para as Assembleias Legislativas e os governos estaduais, as forças políticas de centro e de direita venceram o pleito na maior parte do país. Em São Paulo, Adhemar de Barros venceu Jânio Quadros, por uma pequena margem de votos e, em Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, candidato da UDN, foi reeleito. O resultado das eleições aos governos dos estados mais importantes do país levou ao poder os candidatos que se opunham ao presidente João Goulart. As forças nacionalistas e de esquerda foram vitoriosas apenas em Pernambuco, onde elegeram Miguel Arraes de Alencar, governador, pelo Partido Social Trabalhista (PST), com apoio do PCB, de setores do PSD e dos sindicatos e associações de trabalhadores urbanos e rurais e das Ligas Camponesas⁴⁵⁹, lideradas por Francisco Julião.

No âmbito do estado da Guanabara, em 24 de dezembro de 1962, a Lei nº 263⁴⁶⁰ propôs um primeiro esboço de reorganização administrativa do Poder Executivo, com base em um plano de reforma administrativa, elaborado na gestão do prefeito Alim Pedro (1954-1955), que não chegou a ser implantado no Distrito Federal. Esta Lei criou as novas secretarias de estado, autarquias, companhias públicas e fundações, instituindo um sistema de administração descentralizado, integrado por órgãos que estariam sujeitos à supervisão e ao controle das secretarias às quais estavam ligados por sua principal atividade. Delegou ao Poder Executivo a competência para estabelecer novas estruturas ou alterar as já existentes na administração estadual. Esta reforma administrativa teve como objetivos a criação de uma estrutura organizacional básica e de uma máquina administrativa eficiente, capaz de executar o programa de recuperação e de viabilizar institucional e politicamente o novo estado.

Com base na Lei nº 263, portanto, o governador Carlos Lacerda foi baixando, por Decretos Executivos, as novas estruturas administrativas estaduais, alterando a denominação e redefinindo as funções e competências das secretarias de estado. Foram, então, criadas as secretarias de Governo, de Administração, de Justiça, de Serviços Sociais, de Serviços Públicos e Turismo, de Segurança Pública e de Educação e Cultura,

porém não determinou que obedecessem a qualquer uniformização ou padronização, nem mesmo na sua nomenclatura, incluindo os cargos e as funções que lhes competiram.

A Secretaria de Governo assumiu a função de coordenar os programas de governo, preparar a proposta orçamentária anual do Executivo, reestruturar a administração, a estatística e a geografia do estado da Guanabara. À Secretaria de Educação e Cultura coube a gestão e a administração da educação primária, média e superior, a formação técnica-profissional e os programas culturais do governo estadual, determinando que, na sua estrutura, um dos órgãos centrais fosse o Departamento de Cultura, instituído no mesmo nível dos Departamentos de Educação Primária, de Educação Média e Superior e de Serviços Complementares. No âmbito desta Secretaria, criou o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Cultura.

O Conselho Estadual de Cultura, instituído pelo artigo nº 55 da Constituição estadual, detinha as funções de emitir pareceres sobre assuntos de natureza cultural que lhe fossem submetidos pelo secretário de Educação e Cultura, inclusive sobre a concessão de subvenções ou auxílios a entidades culturais particulares; de elaborar seu regimento interno e de manter intercâmbio com o Conselho Nacional e com os Conselhos Estaduais de Cultura, propondo o estabelecimento de convênios com esses órgãos. Foi dotado com um crédito especial de 60.000,00 cruzeiros para atender suas despesas de instalação e de funcionamento.

Na Secretaria de Administração foi instituída uma Divisão de Documentação, à qual o Arquivo Administrativo foi vinculado, depois que deixou de constituir uma seção do Arquivo Geral, que se supõe tenha sido extinto como tal. Porém, como não foram localizados os regulamentos das secretarias estaduais dessa época, esta é apenas uma hipótese a ser comprovada por pesquisas posteriores. Trabalha-se com a hipótese de que a legislação do novo estado da Guanabara estabeleceu ou consagrou a extinção do Serviço de Arquivo Geral, como órgão responsável pelo recolhimento e preservação das três fases (corrente, intermediária e permanente) da documentação produzida no âmbito do Executivo estadual.

O Arquivo Administrativo foi transferido para a referida Divisão de Documentação da Secretaria de Administração, encarregado de tratar e recolher a documentação corrente das repartições estaduais. O Serviço de Arquivo Histórico permaneceu na estrutura do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, com a função de guardar e de preservar a documentação de valor permanente, herdada da Câmara Municipal e das estruturas administrativas do Distrito Federal e da documentação produzida pelas secretarias e repartições do novo estado.

A Lei nº 263, de 1962, também regulamentou os serviços da Secretaria de Segurança Pública, que englobou os serviços de polícia e de segurança, civis e militares, do Corpo de Bombeiros, da Polícia de Vigilância, da Guarda Civil, do Conselho Estadual de Trânsito, do Serviço de Salvamento, do sistema penitenciário e do Corpo Feminino de Defesa Social, inovação introduzida na administração pelo governador Lacerda. A instituição desta Secretaria marca uma inflexão na história da polícia da cidade, pois, pela primeira vez, o titular do Executivo carioca passou a nomear o secretário de Segurança Pública. Desde a época joanina até a transferência da capital federal para Brasília e a criação do estado da Guanabara, o chefe de polícia foi designado pelo governo central, sendo que a partir da República era nomeado pelo presidente da República.

No plano nacional, em consequência da intensa propaganda deflagrada pelo governo federal, o plebiscito de janeiro de 1963 resultou no restabelecimento do regime presidencialista no país. Porém, neste momento, a situação financeira do país se agravou com a alta da inflação, que já alcançara a cifra de 54,8% ao ano, no fim de 1962. O governo Goulart procurou enfrentar a crise inflacionária lançando um Plano Trienal, com o qual pretendeu combater a inflação, desenvolver a industrialização e promover as “reformas de base”, passando pela redução dos gastos públicos, através do corte dos subsídios à importação de determinados produtos e do aumento dos impostos.

O Plano Trienal, entretanto, fracassou. Não conseguiu o apoio da maioria dos empresários nacionais, que se beneficiavam com a inflação alta e resistiam à implantação das “reformas de base” e ao aumento da

carga tributária. Os trabalhadores assalariados urbanos também se opuseram às medidas de contenção propostas, reivindicando reajustes salariais para repor as perdas causadas pela inflação e promoveram diversas manifestações e greves cobrando mudanças das políticas do governo Goulart.

A partir de meados de 1963, a economia brasileira entrou em uma forte recessão, em razão da desaceleração dos investimentos públicos e da elevação da inflação, que alcançou a cifra de 25% no primeiro semestre do ano. Para tentar superar a crise, o presidente Goulart promoveu uma reforma ministerial. Entretanto, a polarização entre as forças políticas em confronto no país continuou a crescer, apesar das medidas conciliadoras adotadas pelo Executivo federal. A esquerda criticou o que denominou de “vacilações” do presidente da República em implantar as “reformas de base”, pretendendo impô-las à força, por meio das mobilizações populares, desconsiderando o jogo parlamentar que ocorria no Congresso Nacional, onde o governo não detinha a maioria e subestimando às correlações de poder, que garantiram o predomínio político das forças mais conservadoras da sociedade brasileira.

Em reação às pressões da esquerda sobre o presidente Goulart, no meio militar, voltaram a se articular conspirações golpistas dos setores direitistas, que conseguiram a crescente adesão dos militares mais liberais ou “apolíticos”. No campo, os proprietários de terra se armaram para impedir a reforma agrária, enquanto que as Ligas Camponesas acirraram a radicalização, invadindo e ocupando terras improdutivas. Diante destes fatos, noticiados pela *mídia* como altamente subversivos, a oposição liberal foi atraída pelos *slogans* direitistas que acusavam o governo Goulart de subverter a ordem vigente, ao apoiar as Ligas Camponesas. A crescente radicalização política levou a maior parte dos atores sociais e políticos, que atuavam no cenário nacional, a desacreditar, cada vez mais, na possibilidade de resolução dos conflitos sociais e políticos por via democrática. O pacto populista esgarçou-se diante do crescimento dos conflitos de interesses que opuseram os diversos setores que lhes deram sustentação. Os trabalhadores urbanos, diante da inflação galopante, reivindicaram aumentos salariais constantes e se politizaram, desenvolvendo a independência dos seus sindicatos e confederações em relação ao aparelho de Estado e se aproximaram dos partidos populistas e de esquerda.

Nesse contexto, a direita conseguiu atrair os setores conservadores liberais e a maior parte da cúpula das Forças Armadas para a sua tese de que somente um golpe de Estado poderia garantir a democracia, detendo a luta de classes e a ameaça dos comunistas chegarem ao poder, impedindo a implantação de uma “república sindicalista” no país, nos moldes do peronismo argentino.

No plano da administração do estado da Guanabara, o governador Carlos Lacerda procurou capitalizar, de forma personalista, as obras públicas que realizou na cidade-estado, mas enfrentou muitas dificuldades junto à Assembleia Legislativa, onde detinha uma maioria precária. Um episódio emblemático dos atritos do governador, no trato com os deputados estaduais, ocorreu na sessão em que a ALEG deveria aprovar as contas do Executivo em 1963 e analisar o seu projeto orçamentário para 1964. Nesta sessão, as disputas entre os deputados governistas e oposicionistas, chegaram às “vias de fato”, degenerando-se em violentos tumultos no interior do plenário do Legislativo. Ao mesmo tempo, o governo Lacerda manteve uma relação tensa de confronto com o governo federal, dificultando as negociações que melhorariam as condições administrativas e infraestruturais do Estado da Guanabara.

Nessa época, uma nova vicissitude vai marcar indelevelmente a trajetória do Arquivo Histórico da cidade-estado, que permanecera como um serviço do Departamento de História e Documentação, da Secretaria de Educação e Cultura. Em fevereiro de 1963, de acordo com as determinações do professor Carlos Otávio Flexa Ribeiro, secretário de Educação e Cultura, a diretora interina do Departamento de História e Documentação (DHD), Paschoalina de Almeida Stilben, anteriormente chefe do serviço de Museus da Cidade, começou a tomar as providências necessárias para a transferência do DHD e do Serviço de Arquivo para outras instalações. Assim, a diretora interina do DHD ordenou, às equipes técnicas e de trabalhadores

dos serviços sob sua direção, que realizassem os trabalhos de empacotamento de livros e de embalagem dos documentos arquivados, para a mudança de localização do DHD e dos seus serviços, inclusive o Arquivo Histórico.

Devido às crônicas deficiências de pessoal do DHD para realizar os trabalhos, esta mudança não pôde receber os mesmos cuidados da anterior, provocando danos irreparáveis na documentação arquivada e nas obras bibliográficas que compunham os acervos do órgão. Nesse momento, apesar de estar se preparando para a mudança de suas instalações, o Arquivo Histórico ainda recolheu diversos volumes de Livros de Termos de Marinha, Acrescidos e Mangues, provenientes de diversas freguesias da cidade, Livros de Lançamentos de Ilhas e Livros de Cartas de Aforamentos de Terrenos de Marinhas, Mangues e Acrescidos de Marinhas e Mangues, que não puderam ser conferidos, em virtude do seu péssimo estado de conservação.

Em março de 1963, o DHD e o Serviço de Arquivo foram transferidos, provisoriamente, para o denominado Solar da Marquesa dos Santos, localizado na avenida D. Pedro II, nº 283, em São Cristóvão, onde, atualmente, funciona o Museu do Segundo Reinado, até que fosse encontrado um prédio mais adequado às necessidades especiais destas repartições. A diretora do DHD solicitou, inúmeras vezes, providências para a instalação de telefones e de fornecimento de gás encanado, antes e depois da mudança. Porém, suas solicitações demoraram um bom tempo para serem atendidas pelas companhias estaduais prestadoras destes serviços, fato que atesta a precariedade das novas instalações do DHD e do Arquivo Histórico.

Em 25 de março de 1963, no contexto das mudanças político-institucionais que estavam sendo promovidas pelo governador, em relação à estruturação da administração do estado da Guanabara, entrou em vigor o Decreto nº 1.594,⁴⁶¹ do Executivo estadual, que reorganizou a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Em decorrência desta reforma, o Departamento de História e Documentação foi extinto, e em seu lugar foi estabelecido o Departamento de Cultura, dirigido por um diretor de departamento, auxiliado por um assessor e um secretário. Este órgão dirigente superior fora estabelecido pela Lei nº 263, de 1962, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura. Ao Departamento de Cultura foram subordinadas uma Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico e uma Divisão de Bibliotecas e Documentação. Cada divisão seria chefiada por um diretor. Na estrutura deste Departamento ainda foi incluída uma Seção de Administração, dirigida por um chefe de seção.

O Decreto nº 1.594 determinou que a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico fosse composta pelo Serviço de Arquivo Histórico e pelo Serviço de Museus. Cada um destes Serviços seria dirigido por um chefe de serviço. Foi criada também uma Seção de Tombamento Histórico e Artístico, dirigida por um chefe de seção. Ainda integrava a sua estrutura, uma Subseção de Administração, dirigida por um chefe de subseção.

No ato de sua implantação, o Departamento de Cultura recebeu uma dotação orçamentária total de CR\$ 24.850.106 para suas despesas de custeio, que incluíam imunização dos documentos do Arquivo Histórico e do Museu da Cidade, assinatura de jornais oficiais e de outros periódicos, encadernação, impressão e divulgação de atos e documentos oficiais, restauração e conservação de documentos, e demais trabalhos técnicos e administrativos.

Em 8 de julho de 1963, o governador Carlos Lacerda baixou o Decreto “N” nº 253⁴⁶² regulamentando o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara e estabelecendo na sua estrutura a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, diretamente subordinada ao referido departamento. Esta Divisão, dirigida por um diretor de divisão, auxiliado por um assessor e por um secretário, foi reorganizada em 3 unidades orgânicas: o Serviço de Arquivo Histórico, o Serviço de Museus e o Serviço de Tombamento e Proteção, cada um deles dirigido por um chefe de serviço. A Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico também foi integrada por um Centro de Estudos e Pesquisas Históricas e Artísticas e por um Conselho Deliberativo, cuja organização e composição foram definidas em ato próprio.

O Serviço de Arquivo Histórico foi estruturado em três seções: 1) Manuscritos e Impressos históricos; 2) Informações técnicas; e 3) Seleção e Documentação Fotográfica. Este formato institucional do Arquivo Histórico dificultou o cumprimento das suas atribuições, pois mesclou atividades arquivísticas diferentes e separou atividades afins em seções distintas e com funções diferenciadas. Esta estrutura interna era muito estanque e compartimentada, dificultando a circulação de informações e o próprio fluxo da documentação.

A posição do Arquivo Histórico na estrutura do governo estadual manteve o seu papel institucional, em relação à documentação oficial, bastante reduzido, confirmando seu caráter de arquivo permanente e a sua vinculação a um órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade, porém, esvaziado das funções de guarda e conservação da documentação corrente e intermediária, produzida no âmbito da administração estadual.

Em setembro de 1963, Paschoalina Stilben, que ainda estava como diretora interina da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, considerando a especialidade de serviços desta Divisão, solicitou ao secretário de Educação e Cultura o aumento do quadro de servidores, incluindo técnicos em pesquisa, técnicos em restauração, paleógrafos, desenhistas, técnicos em museu, arquivistas, guias de museus e bibliotecários. Em outubro de 1963, o Arquivo Histórico já estava sendo dirigido por Nelson Pereira Guimarães. Entretanto, não teve como precisar o período em que este funcionário exerceu a função de chefe deste serviço.

Em outubro, a mencionada diretora interina da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico solicitou ao secretário de Educação e Cultura o pagamento de uma gratificação extraordinária para os seus servidores, em reconhecimento ao eficiente trabalho que desenvolveram para a instalação deste órgão e do serviço de Arquivo Histórico na nova sede, pois foi necessário aumentar o horário de trabalho dos servidores para que a reduzida equipe técnica pudesse dar conta de todas as tarefas decorrentes da mudança e da reinstalação destas repartições e dos seus patrimônios e bens no novo endereço.

Em 2 de dezembro de 1963, o Decreto “N” nº110⁴⁶³ estabeleceu normas gerais sobre comunicações e arquivamento de documentos públicos estaduais, determinando que cada secretaria e região administrativa desenvolvessem séries próprias de números de protocolos e adotassem várias providências para caracterizar a origem dos processos e autenticar suas folhas. Este Decreto estipulou que o Arquivo Administrativo passaria a adotar novos métodos para o arquivamento de processos e de outros papéis, da fase corrente, em função das atividades e da localização dos setores de arquivo de cada secretaria e região administrativa do governo do estado da Guanabara.

O Decreto “N” nº 110 instituiu princípios gerais para o tratamento dos documentos produzidos pela administração pública estadual. Estes princípios foram os seguintes:

1) os documentos sujeitos a consultas ou requisições frequentes deveriam ser mantidos em um arquivo corrente, enquanto os demais deveriam ser encaminhados a um arquivo permanente; 2) o arquivamento ou desarquivamento de processos e papéis somente seria efetuado mediante despacho ou requisição escrita de autoridade de categoria igual ou superior à chefia de serviço, que poderia delegar essa competência à chefia de grau inferior, através de ato expresso e específico; 3) o arquivamento de processos e os seus registros deveriam ser feitos com base nos respectivos números de protocolo; 4) caberia a cada Secretaria e Região Administrativa constituir periodicamente grupos de trabalho para examinar, avaliar e descartar processos e papéis mantidos em arquivos permanentes, usando, em casos especiais, o sistema de microfotografia.

O Decreto “N” nº 110 representa uma primeira formulação de uma política oficial voltada para a documentação e os seus processos de arquivamento, podendo ser encarada como uma precursora das futuras políticas públicas orientadas para a gestão documental, que se desenvolveram no Brasil a partir da promulgação da Lei Nacional de Arquivos, de 8 de janeiro de 1991.

Na década de 1960, portanto, o Arquivo Histórico desempenhava apenas a função de um arquivo permanente, para o qual seriam destinados os documentos de valor probatório e histórico produzidos no

âmbito da administração estadual. A Divisão de Documentação, da Secretaria de Administração, assumiu a função de gerenciar e orientar a produção e a guarda da documentação corrente produzida pela administração do estado da Guanabara. Não há indícios de que tivessem sido instituídos arquivos intermediários na gestão da documentação estadual.

Em dezembro de 1963, a diretora da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico recebeu do diretor da Divisão de Administração, da Secretaria de Administração, a solicitação para que as providências que coubessem à Divisão fossem tomadas de forma a cumprir as determinações do Decreto “N” nº 110, especialmente em relação aos números de protocolos, à caracterização da origem dos processos e à autenticação das folhas de processos. Logo, esta orientação repassada à diretora da DPHA parece confirmar o fato de a Divisão de Documentação da Secretaria de Administração atuar como o órgão normativo da administração estadual em relação à documentação produzida pelas Secretarias e repartições estaduais.

No plano nacional, a radicalização política aprofundou-se, com a extrema polarização entre as forças políticas em confronto, levando o governo Goulart a um impasse. Depois de sucessivas crises políticas, os setores conservadores civis e militares deflagraram, em 31 de março de 1964, o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart e suspendeu o regime democrático implantado no país, desde 1946.

O golpe de 1964 contou com a participação decisiva do governador Carlos Lacerda, que dirigiu as articulações civis e militares na cidade do Rio de Janeiro. E acarretou profundas transformações político-administrativas nas instituições do país, alcançando o processo de reforma administrativa e a consolidação política e institucional do estado da Guanabara, pois afetou o desempenho das funções das suas repartições públicas, nas quais o governador instalou um clima de perseguição aos seus opositores.

O novo regime, dirigido pelos comandantes das Forças Armadas, implantou mudanças nas instituições do país através da edição dos chamados Atos Institucionais (AIs), Decretos editados pelo Executivo federal. Assim, o AI-1 modificou a Constituição de 1946, mas manteve o Congresso Nacional funcionando, ainda que o seu poder, de fato, tivesse se deslocado para a esfera do Executivo federal, cujas competências foram reforçadas, enquanto o Poder Legislativo teve suas prerrogativas reduzidas.

A Presidência da República, ocupada pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco, passou a enviar projetos de lei ao Congresso, que acabaram sendo aprovados por decurso de prazo. A imunidade parlamentar foi suspensa e o Comando Supremo do movimento golpista poderia cassar os mandatos nos três níveis de governo e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos. A vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade dos servidores públicos foram suspensas por seis meses, com o objetivo de possibilitar as demissões de adversários do novo regime.

No dia 15 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, com um mandato até 31 de janeiro de 1966. Com esta eleição os militares pretenderam dar legitimidade ao novo governo e manter a aparência de democracia, apesar das restrições aos direitos políticos dos cidadãos, dos expurgos e demissões nos serviços públicos e das perseguições e das prisões dos acusados ou suspeitos de desenvolverem atividades “subversivas” e daqueles que se opuseram ao golpe de Estado, como os comunistas, os trabalhistas, enfim, os militantes das forças oposicionistas.

5.2. A TENAZ RESISTÊNCIA DO ARQUIVO HISTÓRICO (1964-1979)

Em 1964, uma nova contingência marcou a trajetória do Arquivo Histórico, dando início a um período em que a sua existência institucional, suas funções e o compromisso profissional da sua equipe foram postos a uma difícil prova: o desafio de continuar recolhendo, tratando e preservando a documentação arquivada. A Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico e os seus serviços, inclusive o de Arquivo Histórico, foram transferidos para o prédio número 400, da mesma avenida D. Pedro II, em que já estavam localizados.

Esta mudança causou novos prejuízos aos acervos documentais do Arquivo Histórico, pois no prédio, onde a DPHA e seus serviços foram instalados, já funcionavam a repartição pública estadual encarregada de serviços de marcenaria e a gráfica oficial do estado. Portanto, essas instalações eram totalmente impróprias, inadequadas e precárias para a instalação de um Arquivo permanente nas suas dependências, pois o risco de incêndios, a poluição ambiental e a proliferação de roedores, insetos e microorganismos eram altamente prejudiciais à conservação da documentação arquivada. Entretanto, o Arquivo Histórico permaneceu nesta repartição por 15 anos, até 1979.

Nestas precárias e inseguras instalações, o acervo documental permanente da cidade-estado foi amontoado em três salas, sofrendo um processo acelerado de deterioração, devido às péssimas condições ambientais e físicas às quais foi exposto. Sem dúvida, a conservação e preservação dos documentos arquivados só foi possível devido ao imenso zelo, à pertinaz resistência e ao esforço heróico do pequeno grupo, de abnegados funcionários técnicos, subordinados à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. Estes servidores trabalharam, arduamente, para manter o Serviço de Arquivo Histórico em funcionamento, apesar das precariedades das suas instalações, continuando cotidianamente a executar, com afinco e obstinação, as tarefas rotineiras, que garantiram a preservação do seu valioso acervo documental.⁴⁶⁴

Em 31 de dezembro de 1964, o Decreto “N” nº 346⁴⁶⁵ regulou a proteção ao patrimônio histórico e artístico do Estado da Guanabara, colocando-o sob a proteção do poder público estadual na sua área de jurisdição. Definiu como patrimônio histórico e artístico o conjunto de bens móveis, públicos e privados, existentes no estado, inclusive os monumentos e sítios naturais e as paisagens, que, por sua vinculação a fatos históricos ou por seu valor folclórico ou documental, fossem de interesse público e merecessem ser preservados.

Este Decreto delegou à Secretaria de Educação e Cultura a competência de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e a divulgação do patrimônio histórico e artístico da Guanabara, determinando que as atribuições executivas seriam exercidas pela Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, observando as normas constantes em um anexo do referido decreto, idênticas à que disciplinavam as atividades da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura.

Entre outros aspectos importantes deste Decreto, destacam-se os seguintes artigos: o que especifica que somente são considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico estadual os bens inscritos nos Livros de Tombos, a cargo da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. O artigo que determina que uma vez tombados, os bens são inalienáveis por natureza, apenas podendo ser transferidos à União ou a pessoas jurídicas de direito público, estaduais ou federais. O que estipula que os negociantes de arte, de manuscritos e livros antigos e raros se registrassem na referida Divisão, apresentando anualmente relações completas de suas coleções. O que estabelece que os agentes de leilões, na venda de objetos ou documentos de valor histórico ou artístico apresentassem a relação dos mesmos à referida Divisão, sob pena de multa de 50% do valor dos bens vendidos. E o artigo que garante a preferência do Estado sob a arrematação dos bens de valor histórico ou artístico vendidos em leilões.

Em 24 de março de 1965, o professor Marcello Moreira de Ipanema foi nomeado para dirigir a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA),⁴⁶⁶ cargo que acumulou com o de diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura. Provavelmente, entre 1965 e 1967, o Serviço de Arquivo Histórico foi dirigido pelo escritor Odorico Pires Pinto, mas não foi possível confirmar esta informação.

Em 1965, a DPHA participou ativamente das comemorações oficiais do IV Centenário de fundação da cidade do Rio de Janeiro, realizando uma série de atividades entre as quais se destacaram a organização e a proteção do acervo documental do Arquivo Histórico, o início dos trabalhos do Serviço de Tombamento e Proteção, a reinstalação do laboratório fotográfico e da seção de encadernação do Arquivo Histórico e a realização de um plano de exposições sobre o Rio de Janeiro. A DPHA também patrocinou o crescimento da

rede de museus do estado, com a transformação do Solar da Marquesa dos Santos em Museu do Primeiro Reinado e do Solar de D. João, em Paquetá, em Museu de Artes e Tradições Populares, realizando preliminarmente a restauração de parte das suas instalações, sob a direção do arquiteto Walter de Magalhães Castro.

Durante a gestão de Marcello Moreira de Ipanema na Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, o Arquivo Histórico participou da organização e da montagem da exposição itinerante, denominada *Do Rio Antigo ao Novo Rio*, que percorreu as 21 Regiões Administrativas do estado da Guanabara, entre agosto e dezembro de 1965, e foi coordenada pelo professor e historiador Luís José Werneck da Silva.

Em novembro de 1965, Carlos Lacerda licenciou-se do cargo de governador e Rafael de Almeida Magalhães, que fora eleito indiretamente vice-governador pela ALEG, assumiu o governo da Guanabara e convidou a professora Teresinha Saraiva para substituir o professor Carlos Flexa Ribeiro, que também se descompatibilizara do cargo de secretário de Educação e Cultura.⁴⁶⁷ Lacerda e Flexa Ribeiro afastaram-se do governo estadual para lançarem suas candidaturas, respectivamente, aos cargos de presidente da República e de governador do estado da Guanabara, nas eleições previstas para se realizarem em outubro de 1965.

A nova secretária de Educação e Cultura, Terezinha Saraiva, ao tomar conhecimento das precárias condições das instalações do Arquivo Histórico, buscou encontrar soluções para o problema. Fez, então, uma tentativa frustrada para transferir suas instalações para um local mais adequado. Assim, recebeu com satisfação a proposta de mudar o Arquivo Histórico para o prédio do Jardim de Infância Campos Salles, que funcionava no Campo de Santana, e dispôs-se a fazê-lo. Na reunião promovida pela Secretaria de Educação e Cultura na mencionada escola com os professores, alunos e seus responsáveis, porém, a proposta de ceder o prédio para o Arquivo Histórico não foi aprovada. A própria secretária não ficou convencida da adequação do lugar, que se localizava no centro do jardim daquele logradouro, no meio de densa vegetação. A umidade do local poderia danificar ainda mais a documentação arquivada.

Depois, a secretária visitou o Arquivo Histórico junto com o diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, Marcello Moreira de Ipanema, observando *in loco* a inadequação daquelas instalações para a guarda dos seus acervos documentais. Empenhada em dar uma solução definitiva para o problema, a secretária Teresinha Saraiva prosseguiu na sua busca por um local adequado para abrigar os valiosos documentos arquivados que registram a história da cidade. Porém, ao fim da sua curta gestão na Secretaria de Educação e Cultura, em 5 de dezembro de 1965, apesar dos seus esforços, deixou o cargo de secretária sem conseguir resolver a precária situação das instalações do Arquivo Histórico.⁴⁶⁸ Em 1º de dezembro 1965, o Decreto nº 503⁴⁶⁹ aprovou a Consolidação dos Atos de Organização Administrativa do estado da Guanabara. Este Decreto modificou a estrutura da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, criando mais quatro serviços: Pesquisas, Publicações e Divulgação; Conservação e Restauração; Planejamento e Obras; Cursos e Administração, cada um deles dirigido por um chefe de serviço, mas manteve os serviços de Arquivo Histórico, de Museus e de Tombamento e Proteção vinculados à mencionada Divisão.

O Arquivo Histórico foi reorganizado e passou a ser composto pelas seguintes seções: 1) Histórica; 2) Administrativa; 3) Legislativa; 4) Jurídica; 5) Iconográfica; 6) Arquivos Particulares; e 7) Documentação Sonora. Provavelmente, esta organização obedeceu ao modelo implantado no Arquivo Nacional pelo seu Regimento de 1932. Continuou sendo dirigido por um chefe de serviço, que possivelmente foi Odorico Pires Pinto, cuja gestão pode ter começado em 1964 e terminado em 1967. Esta organização da estrutura do Arquivo entende a natureza da documentação arquivada de um ponto de vista tradicional e estático, desconsiderando o fluxo da documentação, desde a sua produção em cada órgão ou repartição, passando por várias etapas, até a sua guarda definitiva em um arquivo permanente.

Nas eleições de outubro de 1965, a oposição elegeu os governadores dos estados da Guanabara, de Minas Gerais, de Santa Catarina e de Mato Grosso e o prefeito de Brasília, resultados que descontentaram os meios

mais direitistas das Forças Armadas. Estes passaram a pressionar pelo endurecimento do regime, com adoção de medidas mais autoritárias. Na Guanabara, Carlos Lacerda não conseguiu fazer o seu sucessor, apesar de ter tido a sua administração bem avaliada até pelos seus adversários. O seu estilo personalista, autoritário e carismático não contribuiu para a construção de uma estrutura político-partidária que viabilizasse a vitória eleitoral do seu candidato.

O segundo governador do estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima (1966-1970), velho getulista e aliado de Juscelino Kubitschek, foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa estadual. Político de perfil conciliador, o governador era proveniente do Partido Social Democrático (PSD), no qual exercera diversas missões importantes, entre as quais a de prefeito do Distrito Federal e de ministro das Relações Exteriores, na gestão de Juscelino Kubitschek. Entretanto, a sua eleição representou uma séria derrota para o regime militar que apoiara outras candidaturas derrotadas. A reação do regime militar, à sua vitória e à de outros governadores e parlamentares opositores, foi a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 17 de outubro de 1965, dois dias apenas depois das eleições.

Este Ato Institucional estabeleceu a eleição indireta para presidente e vice-presidente da República pelo Congresso Nacional por maioria absoluta, em sessão pública e votação nominal, abolindo o voto secreto. As medidas mais importantes que instituiu foram: a extinção dos partidos políticos e a criação de duas novas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que foi composta por partidários do governo, provenientes da UDN e do PSD, em proporção quase igual; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu os representantes da oposição, oriundos do PTB e, em menor número, do PSD. Em 5 de fevereiro de 1966, o AI nº 3 instituiu as eleições indiretas para os governos estaduais pelas Assembleias Legislativas com o mesmo sistema de votação da eleição presidencial.

Durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971), a cidade-estado mergulhou em uma grave crise social, econômica e política, causada tanto pelo seu esvaziamento político e econômico, ainda decorrente da mudança da capital federal para Brasília, quanto, sobretudo, pelos baixos investimentos feitos pelo governo federal nos seus projetos de desenvolvimento urbano, em represália à vitória de um representante da oposição. Além disso, o novo governador encontrou a Guanabara com uma problemática situação financeira, precisando adotar medidas de contenção das despesas públicas para reequilibrar as finanças estaduais e evitar a paralisação das obras em andamento e a interrupção dos serviços prestados à população.

O governo de Negrão de Lima, considerando que a Guanabara mantinha características de cidade-metrópole, procurou organizar a sua administração com base na experiência das grandes cidades do mundo, implantando uma descentralização administrativa por áreas, com as regiões administrativas, e também reformulou a máquina administrativa estadual, reorganizando a estrutura básica do Poder Executivo estadual.

Ao mesmo tempo, Negrão de Lima procurou enfrentar a crítica situação econômico-financeira do estado da Guanabara, adotando uma política de desenvolvimento que objetivava a aceleração das atividades econômicas, através de financiamentos aos setores privado e público pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Guanabara (BDEEG). Procurou melhorar as condições de vida da população, através da ampliação dos serviços públicos e do desenvolvimento das atividades econômicas, aumentando a oferta de empregos no estado. Na área cultural, o governo Negrão de Lima efetuou a ampliação do equipamento da rádio pública estadual, a rádio Roquete Pinto, construiu bibliotecas públicas nos bairros de Botafogo, Madureira e Copacabana e reformou teatros, como o Teatro Municipal e o João Caetano, ampliou a Sala Cecília Meireles e buscou implantar a televisão educativa estadual.

O ano de 1966 foi marcado pela rearticulação da oposição ao regime militar. Na Guanabara o movimento estudantil, liderado pela União Metropolitana dos Estudantes (UME), pela União dos Estudantes Secundaristas (UES) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE), retornou à cena política com reivindicações específicas (“Mais vagas, mais verbas”), mas logo se politizou, voltando-se contra o governo militar, por

causa da violenta repressão policial-militar às suas manifestações. As classes médias urbanas assalariadas também retomaram suas lutas reivindicativas. E os setores progressistas da Igreja Católica, liderados pelo bispo Dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, entraram em confronto com o regime militar, na defesa dos direitos das classes mais desfavorecidas da população.

Nas eleições legislativas de 1966, o partido governista, a ARENA, obteve a maioria dos votos válidos para a formação do Congresso Nacional, mas a oposição fez uma ampla campanha pelo voto nulo, que alcançou a cifra de quase 7% dos votantes. Em outubro, o Congresso Nacional foi dissolvido por um mês. Em 7 de dezembro de 1966, o presidente Castelo Branco baixou o AI nº 4 para convocar extraordinariamente os congressistas com o objetivo de aprovar a nova Carta Constitucional que vários juristas foram encarregados de redigir.

Em janeiro de 1967, o Congresso Nacional aprovou uma nova Constituição Federal. Esta Constituição incorporou a concentração de poderes conferidos ao Executivo pelos Atos Institucionais, especialmente em matéria de segurança nacional e de projetos de leis, reduziu a autonomia dos estados, enfraquecendo o federalismo e centralizando o processo de tomada de decisões no Executivo federal. Todavia, restabeleceu a inviolabilidade dos deputados e senadores no exercício dos seus mandatos, por suas opiniões, palavras e votos, determinando que os mesmos não poderiam ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, revogando os dispositivos que permitiram a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos. Neste contexto, foram também promulgadas uma draconiana Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, que limitava drasticamente as liberdades civis e políticas e legalizava a ação repressiva dos órgãos de segurança do Estado.

Na sucessão presidencial, controlada pela alta cúpula militar, o grupo ligado a Castelo Branco não conseguiu emplacar o nome do seu candidato à Presidência da República. O general Artur da Costa e Silva e o mineiro Pedro Aleixo, ex-udenista, escolhidos dos pelas Forças Armadas respectivamente para presidente e vice-presidente, foram referendados pelo Congresso Nacional. Ambos tomaram posse dos seus cargos em 15 de março de 1967.

Em termos da organização da administração estadual, durante o governo de Negrão de Lima, foi promulgada a Lei nº 1.193⁴⁷⁰, de 20 de dezembro de 1966, que estabeleceu as diretrizes básicas para a reorganização do Poder Executivo do estado da Guanabara. Esta lei se constituiu no instrumento básico da reforma administrativa estadual, estabelecendo as suas diretrizes básicas. Assim, implantou os organismos estruturais daquela administração, estabelecendo as secretarias de estado como órgãos de execução de planos e programas específicos, definindo as suas estruturas orgânicas e a sua hierarquia estrutural. Além disto, instituiu um sistema de administração, composto por várias atividades, entre as quais as de comunicação e arquivo. Este sistema de administração pretendeu assegurar o contato entre os órgãos de execução e os de programação e planejamento do governo do estado, ligando a base à cúpula administrativa, modernizando a estrutura dos serviços, as normas e os métodos de trabalho do aparelho administrativo estadual.

Ainda em relação à organização da administração estadual, propôs a construção de edifícios-sede para a instalação dos organismos administrativos em próprios estaduais, economizando despesas com aluguéis, transportes e combustíveis, racionalizando o tempo e facilitando as comunicações e o controle dos administradores, além de facilitar o atendimento ao público nas repartições estaduais.

Em 15 de maio de 1967, a Constituição Estadual foi promulgada pela Assembleia Legislativa Constituinte do Estado da Guanabara. A partir das determinações estabelecidas por essa Constituição, foram instituídas as demais leis, consideradas instrumentos legais suplementares para o governo do estado. A Constituição estabeleceu a separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, determinou as finalidades, funções, atribuições e competências de cada um deles, suas estruturas organizacionais e as normas gerais dos seus

funcionamentos. Instituiu os principais órgãos de cada um dos poderes e garantiu os direitos e as liberdades dos cidadãos.⁴⁷¹

Durante o governo de Negrão de Lima, o Arquivo Histórico continuou vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, subordinado à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento Geral de Cultura daquela Secretaria. A DPHA passou a ser dirigida pelo professor Trajano Quinhões. E o Arquivo Histórico, entre 1967 e 1969, passou a ser dirigido pelo professor e historiador Luiz Werneck da Silva. Este dirigente do Arquivo Histórico doou uma importante coleção de documentos, livros e periódicos, que atualmente integram os acervos do AGCRJ.⁴⁷²

Em 1968, os movimentos de oposição ao regime militar ampliaram-se por várias cidades do país. Na Guanabara, o movimento estudantil ganhou às ruas da cidade-estado desde o dia 28 de março, quando o secundarista Edson Luís foi morto, num enfrentamento entre estudantes e a Polícia Militar no restaurante popular do Calabouço. A partir daí, a mobilização da oposição cresceu, com a adesão das classes médias e de setores progressistas da Igreja Católica.

Em maio de 1968, o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura promoveu o I Encontro de Cultura do Estado da Guanabara, de cuja Comissão Executiva participaram o professor Gonzaga da Gama Filho, secretário de Educação e Cultura, o professor Domicio Proença Filho e o professor Trajano Quinhões, diretor da DPHA.⁴⁷³

Neste evento, o professor Cândido Mendes denunciou a venda de documentos históricos a arquivos particulares estrangeiros, principalmente a universidades norte-americanas, fato que, segundo ele, causava prejuízos inestimáveis ao levantamento e à preservação da memória nacional. Na palestra que ministrou sobre Arquivos da Guanabara, o professor José Luís Werneck da Silva, então chefe de serviço do Arquivo Histórico, apontou as precárias condições de instalação, arranjo, classificação e divulgação dos acervos do órgão que chefiava, apesar de ressaltar que a sua documentação era essencial para a reconstituição da história da cidade-estado e para subsidiar a tomada de decisões das autoridades governamentais. Neste período, o Arquivo Histórico continuava resistindo às precárias e perigosas instalações, à falta de funcionários, que continuavam insuficientes para o desenvolvimento das funções do órgão, e à falta de verbas orçamentárias para realizar suas atividades.

Na Guanabara, o auge das manifestações oposicionistas ocorreu com a realização da chamada Passeata dos Cem Mil. Esta passeata reuniu mais de 150 mil pessoas na avenida Rio Branco, em 25 de junho daquele ano memorável. Em represália ao crescimento dos movimentos de oposição, o governo militar decretou o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, cancelando as eleições dos governadores e prefeitos das capitais e fechando temporariamente o Congresso Nacional e a ALEG, cuja maioria de deputados se opunha ao governo dos generais. Este Ato levou ao recrudescimento da repressão política do regime militar, permitindo a intervenção do presidente da República nos estados e municípios, a nomeação de interventores, a cassação de mandatos de parlamentares, a suspensão de direitos políticos, as demissões e as aposentadorias compulsórias de servidores públicos. Institucionalizou a censura prévia aos meios de comunicação e a tortura aos presos políticos.

Em agosto de 1969, o general Costa e Silva foi substituído na Presidência da República por uma Junta Militar, composta pelos ministros militares Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Souza Melo (Aeronáutica), após a decretação do Ato Institucional nº 12, que impediu a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, contrariando as determinações da Constituição de 1967.

Na conjuntura de fechamento político do regime militar, vários grupos de esquerda mais radicais optaram pela luta armada. As ações destes grupos se desenvolveram a partir de 1969, com assaltos a bancos e quartéis e com sequestros de membros do corpo diplomático estrangeiro, como a do embaixador norte-americano realizado no Rio de Janeiro, pela Aliança de Libertação Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de

Outubro (MR-8). Este sequestro resultou na troca de prisioneiros políticos e na instituição da pena de banimento dos presos trocados pelo AI nº 13, baixado pela Junta Militar. Politicamente, o país mergulhava nos anos de chumbo da repressão política, mas a sua economia crescia, em um ritmo acelerado, entre 11,2% a 10,0% do Produto Interno Bruto (PIB), entre 1968 e 1969, marcando o começo do chamado Milagre Econômico Brasileiro.

Em outubro de 1969, o Congresso Nacional aprovou uma emenda à Constituição de 1967, modificando a forma de escolha do presidente da República, ao criar um Colégio Eleitoral. Este organismo, formado por membros do Congresso Nacional e por delegados das Assembleias Legislativas estaduais, referendou, mais uma vez, os nomes indicados pelo alto comando das Forças Armadas para ocuparem respectivamente os cargos de presidente e vice-presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici e o almirante Augusto Rademaker.

Durante o governo Médici (1969-1974) o país viveu o período mais repressivo da sua história, com o extermínio dos grupos da oposição armada, a prisão, a tortura e a execução de seus principais líderes, ao mesmo tempo em que foi montada uma azeitada máquina de propaganda oficial para divulgar os êxitos econômicos do regime militar e promover a ideologia da segurança nacional, do Brasil como grande potência e do lema proposto pelos chefes militares, o “ame-o ou deixe-o”.

O chamado milagre econômico, implantado sob a direção do ministro da Fazenda Delfim Neto, permitiu a expansão do consumo de bens duráveis por várias camadas da população, que tiveram acesso ao crédito pessoal, mas foram neutralizadas politicamente. Entre 1969 e 1973, o PIB cresceu a taxas anuais superiores a 11% em média, enquanto a inflação não ultrapassou a faixa de 18% ao ano, graças à abertura da economia aos investimentos estrangeiros e ao crescimento da dívida externa. A distribuição de renda, entretanto, declinou, pois a acumulação de capitais se concentrou em certos setores da população de renda alta e média e a política salarial, rigidamente controlada pelo governo, impediu o aumento dos salários dos trabalhadores menos qualificados, que constituíam a maioria da população economicamente ativa, aumentando as desigualdades existentes no país.

Em 3 de outubro de 1970, a Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, conforme as determinações do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, elegeu Antônio de Pádua Chagas Freitas (1911-1975), candidato do MDB, como o terceiro governador do estado da Guanabara. Chagas Freitas iniciou sua carreira política ligado ao ademarismo, corrente política populista, liderada pelo governador paulista Ademar de Barros, que lhe confiou a tarefa de expandir sua influência político-eleitoral no Rio de Janeiro, através da difusão dos jornais *O Dia* e *A Noite*, dos quais era proprietário.

Em 1958, porém, Chagas Freitas rompeu com o ademarismo, ingressando, em 1962, no PSD, como opositor do lacerdismo. Em 1964, apoiou ativamente o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart e, após a extinção dos partidos tradicionais, pelo AI-2, ingressou no MDB, seguido por numerosos partidários. Logo, passou a dominar o diretório carioca desta agremiação, devido ao emprego da poderosa máquina de propaganda política que montara nos seus jornais e à ampla rede clientelista, de bases locais, baseada na política “do favor” e no clientelismo. Esta rede foi construída na cidade-estado, ao longo de sua vitoriosa trajetória política, como detentor de três mandatos de deputado federal, sendo o mais votado do país, em 1966.

Portanto, em 1970, a eleição de Chagas Freitas ao Executivo carioca deveu-se, sobretudo, a uma ampla base local de sustentação política que construíra, contrariando o referencial da cultura política da cidade-estado, que apontava para o seu papel de “caixa de ressonância” nacional. Cabe registrar que a sua candidatura também recebeu o apoio de membros do governo federal, mesmo que tenha concorrido pela agremiação que praticava uma oposição consentida ao regime militar, devido às suas relações no meio militar com altos oficiais, como o general Orlando Geisel, ministro do Exército, que era seu amigo pessoal.⁴⁷⁴

Chagas Freitas, durante a sua gestão no governo estadual, consolidou sua hegemonia no Executivo e no Legislativo do estado, que foi assegurada tanto pela grande penetração popular dos jornais *O Dia* e *A Notícia*, que orientaram suas linhas editoriais para repercutir as políticas populistas de Chagas Freitas, divulgar as ações dos seus correligionários, combater a subversão e o chamado terrorismo das organizações armadas de esquerda e promover seus partidários e aliados, quanto pela bem estruturada rede clientelista de base local, que constituía o seu tradicional capital político. ⁴⁷⁵(480)

Chagas Freitas, apesar de eleito pelo “partido de oposição”, adequou-se ao projeto do governo federal de “estadualizar” o Rio de Janeiro, isto é, esvaziar a capitalidade da cidade-estado, que ainda funcionava como centro de articulação da oposição no país, em favor de Brasília, cuja centralidade foi reforçada pelo regime militar, investindo na criação de atributos que qualificaram a cidade como a capital federal de fato. Para isto, o governo militar realizou a construção de marcos simbólicos representativos do poder do Estado, como o Forte Apache, quartel general do Exército, no Distrito Federal. Porém, impediu a politização da sua população, comprando o silêncio dos seus representantes políticos e dos congressistas com inúmeras formas de favorecimento ao seu enriquecimento ilícito.

Chagas Freitas serviu eficazmente aos interesses do regime militar ao se voltar mais para a estruturação da sua hegemonia regional no estado da Guanabara do que para o panorama nacional, aliás, bastante limitado para os políticos na época, devido às grandes restrições às liberdades democráticas, preferindo consolidar a Guanabara como um importante estado da federação, não se interessando em mantê-lo como “caixa de ressonância” da política nacional nem como um centro de oposição.

Investiu na construção de uma estrutura de poder baseada na montagem de uma ampla rede clientelista local. Na montagem e na estruturação desta rede, empregou, como método e estilo políticos, o tipo de clientelismo, que ficou conhecido como chaguismo. Este foi uma forma particular de utilização da máquina pública para vencer eleições e governar, que se baseava tanto no loteamento dos cargos públicos entre os seus cabos eleitorais, criando redes locais de eleitores e seguidores, quanto em uma prática assistencialista em relação às camadas populares, que ficou conhecida como a “política da bica d’água”, levando serviços básicos, como água encanada, para a população pobre, em troca de apoio eleitoral aos seus candidatos.

A articulação das redes de clientela locais fortaleceu a união dos parlamentares do MDB em torno do governador. Este empregou, de forma competente, o poder de que dispunha para transformar essas redes sociais no motor da máquina político-partidária chaguista. As bases eleitorais dos políticos chaguistas foram organizadas através de relações familiares, de trocas de favores políticos com vizinhos, grupos religiosos e associações de bairro que passaram a receber benefícios em troca do seu apoio político ao governador e aos seus correligionários.

Portanto, a forma de oposição que Chagas Freitas praticou, em relação ao governo federal, não ameaçou as bases de sustentação do regime militar, conseguindo até mesmo manter um discreto apoio de alguns setores do meio militar ao seu governo. O chaguismo tornou-se a corrente política dominante da cidade-estado, entre 1970 e 1982. Nas eleições estaduais realizadas em novembro de 1982, a hegemonia chaguista foi quebrada pela vitória de Leonel Brizola, candidato de oposição ao governo do estado do Rio de Janeiro, que fora anistiado, voltara do exílio e organizara o Partido Democrático Trabalhista (PDT), legenda pela qual se elegeu governador.

Ao assumir o governo da Guanabara, em março de 1971, Chagas Freitas procurou deter o esvaziamento econômico em que o estado havia mergulhado, buscando ampliar a receita estadual, atraindo empresas nacionais e estrangeiras para o seu território, desenvolvendo a indústria e aumentando a oferta de empregos. Para alcançar esses objetivos nomeou o economista liberal Otávio Gouvêa de Bulhões para a presidência do BEG e da COPEG.

A gestão de Chagas Freitas, beneficiada pelo denominado milagre econômico, conseguiu expandir a indústria carioca que alcançou o crescimento de 23% ao ano, em 1973. Recuperou a adutora do Guandu, cujo reservatório estava obstruído, investiu em várias obras públicas, como a construção de escolas, hospitais e da universidade estadual. Estes investimentos criaram milhares de empregos para a população e aumentaram a arrecadação tributária do estado. Esta arrecadação alcançou a cifra de 7.300 bilhões de cruzeiros, em 1975.

Em termos administrativos, a gestão de Chagas Freitas procurou sanear as finanças estaduais, impondo um rigoroso controle orçamentário às secretarias de estado e demais organismos administrativos. Para isto, extinguiu autarquias e cargos públicos, enxugando a máquina administrativa. Seu governo deu início à construção do Centro Administrativo São Sebastião, na Cidade Nova, onde pretendeu concentrar todas as secretarias estaduais e suas principais repartições, com os objetivos de economizar recursos financeiros públicos até então gastos com o pagamento de aluguéis de imóveis e de organizar, de forma mais eficiente, as estruturas administrativas estaduais, ao reuni-las em mesmo local.

Na sua gestão, Chagas Freitas criou a Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, separando a Cultura da Secretária de Educação e extinguindo a de Turismo e Esportes, incorporada à nova Secretaria, cuja direção foi entregue ao professor Fernando de Carvalho Barata. Na história administrativa da cidade do Rio de Janeiro, esta foi a primeira iniciativa de separar as secretarias de Educação e de Cultura. Chagas Freitas, como desdobramento da criação da Secretaria de Cultura, ainda promoveu a reorganização do Conselho Estadual de Cultura, redefinindo sua atuação.⁴⁷⁶

Após esta reorganização administrativa, o Arquivo Histórico permaneceu subordinado à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento de Cultura da recém-criada Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, como um mero serviço, funcionando apenas como um arquivo permanente.

Porém, o estado da Guanabara, como estado-membro da federação, da mesma forma que o antigo Distrito Federal, não teve condições de exercer uma plena autonomia político-administrativa e financeira, pois a centralização política em curso no plano federal concentrava as decisões em Brasília. O regime militar encarava a Guanabara como um ente político especial no quadro federativo, porque era um estado não tinha municípios, mas conservava a maioria das funções que mantinham a cidade como principal centro político do país, continuando a funcionar como uma “caixa de ressonância” da política nacional, um autêntico “estado-capital”.⁴⁷⁷ Para tentar mudar essa situação, o governo militar empenhou-se em esvaziar os poderes dos órgãos de governo estaduais e em aumentar o seu controle político sobre essa unidade federativa que mantinha uma peculiar posição simbólica no imaginário político da nação.

Em outubro de 1972, a imprensa carioca noticiou que o governo federal estava examinando a ideia de fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, incumbindo o Ministério do Planejamento de analisar a questão, com base no artigo 164, da Constituição de 1969. Conforme esse artigo, cabia à União, através de uma lei complementar, definir os serviços públicos comuns e estabelecer as regiões metropolitanas, em municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, fizessem parte de uma mesma comunidade socioeconômica, ou seja, funcionassem como regiões metropolitanas, como era o caso da cidade do Rio de Janeiro. Em tese, nesta época, a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro já teria sido decidida tanto pelo ministro do Planejamento, quanto pelos órgãos de segurança do regime militar.

Assim, o estado da Guanabara continuou a sofrer com o esvaziamento político e econômico promovido pelo governo do general Médici que, em 1973, transferiu para Brasília os principais órgãos federais que ainda estavam funcionando no seu território. O objetivo desta medida do governo federal foi despoliticizar e “neutralizar” o campo político⁴⁷⁸ do Rio de Janeiro, deslocando servidores federais que continuavam atuando no estado e desmontando órgãos político-administrativos, cujas decisões e ações contribuíam para manter a capitalidade da cidade-estado no cenário político nacional.

A intervenção do governo federal sobre o estado da Guanabara teve a finalidade de manter o seu controle político sobre o campo e as forças políticas atuantes na cidade-estado, tradicionalmente um reduto de oposição a regimes autoritários implantados no país. Como o governo estadual estava nas mãos da oposição, não investiu recursos federais na construção e na modernização da infra-estrutura e dos serviços públicos do estado.

O governador Chagas Freitas, empenhou-se em viabilizar economicamente a Guanabara, com os recursos existentes na Fazenda estadual, e planejou eleger o seu sucessor dentro do seu círculo pessoal de poder. Porém, em Brasília, um novo projeto político para a cidade-estado ganhou impulso e desencadeou um processo que atropelou as pretensões sucessórias do grupo chaguista.

Assim, em março de 1975, Chagas Freitas terminou o seu mandato de governador, deixando o estado da Guanabara em boas condições financeiras e orçamentárias, com um folgado lastro no tesouro estadual e a maior renda *per capita* do país. Porém, foi alijado das discussões que já ocorriam na esfera federal sobre o futuro da Guanabara. A divisão interna do MDB, entre as correntes lideradas por Chagas Freitas e pelo senador Amaral Peixoto, disputando a hegemonia interna da agremiação, acabou se tornando mais uma razão para o Planalto decidir-se por uma drástica intervenção no cenário político carioca.

NOTAS

⁴⁵⁸ A Aliança para o Progresso foi um programa de apoio econômico dos Estados Unidos aos países americanos aliados, adotado na gestão do presidente John Kennedy (1960-1963).

⁴⁵⁹ As Ligas Camponesas se constituíram em um amplo movimento social, formado predominantemente por camponeses arrendatários de terras e por posseiros, meeiros, parceiros. Conseguiram mobilizar milhares de trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste do país, onde contou com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica e do governador Miguel Arraes de Alencar. Sua principal bandeira era a reforma agrária, com a distribuição de terra para os que nela trabalham.

⁴⁶⁰ Cf. a Lei nº 263 no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 26 de dezembro de 1962.

⁴⁶¹ Cf. o Decreto nº 1.594 no *Diário Oficial do Estado da Guanabara* de 26 de março de 1963.

⁴⁶² Cf. o Decreto “N” nº 253, no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 9/7/1963.

⁴⁶³ Cf. o Decreto “N” nº 110 no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 3/12/1963.

⁴⁶⁴ Cf. estas informações no *Boletim Informativo do AGCRJ*. 1979, p. 9-10.

⁴⁶⁵ Cf. o Decreto “N” nº 346 no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, 2/1/1965.

⁴⁶⁶ Cf. a nomeação de Marcelo Ipanema no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 25/3/1965.

⁴⁶⁷ Cf. as exonerações e nomeações no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, nov. 1965

⁴⁶⁸ Cf. SARAIVA, T. s.d., p. 395-398 Cf. o Decreto nº 503 no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 2/12/1965.

⁴⁶⁹ Cf. o Decreto nº 503 no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 2/12/1965.

⁴⁷⁰ Cf. a Lei estadual nº 1.193 no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 21/12/1966.

⁴⁷¹ Cf. o texto da Constituição do Estado da Guanabara, no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, de 16 /5/1965.

⁴⁷² Cf. as informações sobre a estrutura da SEEC no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, 1968. E sobre a coleção Luiz Werneck da Silva no Termo de Doação, de 1979, AGCRJ.

⁴⁷³ Cf. *Revista Arquivo & Administração*, 6 (1): 13-14, jan./abr. 1978, p. 31-32.

⁴⁷⁴ Cf. MOTTA, M. S. 2002, p. 168.

⁴⁷⁵ O conceito de capital político foi elaborado por Pierre Bourdieu para se referir a uma forma de capital simbólico, controlado por determinados indivíduos, mediante a confiança e o reconhecimento que recebem do grupo. Cf. BOURDIEU, P. 1990, p. 187.

⁴⁷⁶481 Cf. RODRIGUES, José Honório. 1982. p. 20. Cf. MOTTA, M; SARMENTO, C. E, 2001, p. 13-25.

⁴⁷⁷ Cf. MOTTA, M; SARMENTO, C. E, 2001, p. 13-25.

⁴⁷⁸ O conceito de “campo político” foi formulado por Bourdieu para definir “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos...” Cf. BOURDIEU, P. 1990, p. 164.





CAPÍTULO 6

O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1979-2008)

6.1. A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) deu início ao processo de “distensão lenta, gradual e segura”. Esse processo de liberalização política do regime militar, controlado diretamente pelo próprio general-presidente e pelo seu chefe de Gabinete Civil, o general Golbery do Couto Silva, ambos ligados ao grupo castelista, foi marcado por uma série de avanços e recuos, causados tanto pelas pressões da “linha dura” das Forças Armadas, ou seja, pelos seus setores envolvidos diretamente com a repressão às forças da oposição, quanto pelas manifestações oposicionistas, que exigiam o restabelecimento da democracia e obtiveram vitórias eleitorais significativas nesse período.

A “distensão política” teve como objetivos o restabelecimento da hierarquia nas Forças Armadas e o aumento do controle da cúpula do governo sobre as ações da “linha dura”, reduzindo a força dos agentes e aparelhos repressivos, promovendo a volta dos militares aos quartéis e o fim das torturas aos presos políticos. Porém, a abertura política, limitada e instável, sustentada pela dupla de generais, pretendeu manter o processo de redemocratização do país sob o controle da cúpula das Forças Armadas, representadas no Executivo federal pelo presidente Geisel e o seu chefe de Gabinete Civil, que já tinham percebido o grande desgaste do regime militar diante de crescentes setores da população.⁴⁷⁹

O conflito entre o grupo “castelista” e a “linha dura” perpassou todo o período em que Geisel foi presidente da República, mas alcançou o auge entre 1975 e 1976, quando uma onda repressiva resultou nos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, no DOI-CODI, nas dependências do II Exército, em São Paulo. Esses assassinatos desencadearam manifestações de protesto, especialmente das classes médias democráticas e dos setores progressistas da Igreja Católica, como a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do movimento estudantil, que se reorganizava e retomava suas lutas. Estas manifestações fortaleceram a resistência democrática à ditadura militar, posto que Geisel foi obrigado a exonerar o comandante do II Exército, Ednardo D’Avila Melo, substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro, que contava com a confiança do presidente e recebeu a missão de restabelecer a ordem e a hierarquia naquele comando.

Em 1974, após tomar posse na Presidência da República, o general Ernesto Geisel divulgou sua determinação em promover a incorporação do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro. Para isto, encarregou o deputado Célio Borja, da ARENA, de redigir o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional, justificando a proposta de unificação.

A tramitação desse projeto de lei foi feita de forma acelerada, breve e bastante autoritária, sem considerar as manifestações de oposição, feitas tanto pelo governador da Guanabara, Antônio Chagas Freitas, quanto pela Comissão Executiva Nacional do Diretório Nacional do MDB, que denunciou o projeto de reunificação como uma estratégia do governo federal para impedir a eleição de um candidato da oposição ao governo do Estado da Guanabara, nas eleições previstas para outubro daquele ano.

De fato, a vitória da oposição nessa eleição era dada como certa até pelo governo militar. Para impedir essa vitória, segundo o MDB, os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva articularam no Congresso Nacional a promulgação da Lei Complementar nº 20, que promoveu a união dos dois estados. O objetivo da “fusão” seria impedir que os emedebistas, que formavam a bancada majoritária na Assembleia Legislativa carioca, elessem o novo governador do Estado da Guanabara, fato que já acontecia há quase uma década e, até mesmo, conseguissem eleger o governador do novo Estado do Rio de Janeiro, já que o MDB tinha uma bancada numerosa na Assembleia Legislativa fluminense.

Os críticos da “fusão” também apontaram evidências no sentido de que a unificação dos dois estados vizinhos teria o objetivo de impedir uma nova vitória oposicionista, no Estado da Guanabara ou, até mesmo, no novo Estado do Rio de Janeiro, pois os generais Geisel e Couto e Silva temiam que a eleição de um novo governador do MDB em um Estado de tanta importância política ameaçasse o projeto de abertura “lenta, gradual e (in)segura que comandavam.”⁴⁸⁰

Para muitos analistas e políticos que participaram tanto das polêmicas discussões, travadas na imprensa da época, como das negociações palacianas no Planalto, a finalidade da “fusão” era esvaziar o papel de “caixa de ressonância nacional”, de “tambor político” que a cidade-estado ainda exercia no país, ao mesmo tempo em que o governo Geisel intensificava a transferência dos órgãos federais que permaneceram funcionando na cidade-estado, esvaziando-a politicamente.⁴⁸¹

Considerando o papel atribuído pelo regime militar à cidade-estado, o governo Geisel realmente teria motivos para temer uma avassaladora vitória do governador Chagas Freitas, ou do candidato por ele indicado, na eleição para o governo carioca, cuja repercussão encobriria o brilho da vitória da ARENA em outros estados do país. O chaguismo já elegera três senadores e tinha uma bancada numerosa de deputados federais. Assim, mesmo com a “fusão”, o chaguismo poderia alcançar a maioria na Assembleia Legislativa do novo Estado do Rio de Janeiro, reunindo condições políticas para eleger o governador, se este fosse escolhido pelos deputados estaduais.⁴⁸²

Do ponto de vista da oposição consentida, o governo federal, ao promover a “fusão”, retirou do Legislativo estadual a prerrogativa de eleger o sucessor de Chagas Freitas, pois o primeiro governador do novo Estado do Rio de Janeiro seria nomeado diretamente pelo presidente Geisel. Outros objetivos desta reunificação seriam esvaziar politicamente a cidade-estado, entregando o seu governo a um homem de perfil apolítico, e reduzir o relevo de sua posição de liderança na hierarquia da federação, de modo que não pudesse comprometer o projeto palaciano de abertura democrática.

Os defensores da “fusão”, por sua vez, argumentavam que a união entre a cidade e o Estado do Rio de Janeiro era um “um antigo sonho dos legisladores brasileiros”, proposto nas Constituintes de 1891, 1934 e 1946. Afirmavam que este sonho ainda não fora concretizado por falta de condições políticas favoráveis, já que, na época da elaboração daquelas Constituições, os partidos atuantes no Congresso Nacional sempre divergiram em torno desta questão. A falta de um consenso entre os partidos políticos teria inviabilizado a aprovação desta medida, que reuniria o antigo Município Neutro à velha província fluminense. Ponderavam que o novo estado resultaria na criação de um poderoso polo de desenvolvimento econômico na região Sudeste, pois restabeleceria a unidade e a indivisibilidade do Rio de Janeiro, que sairia fortalecido na sua representatividade e na estrutura de poder nacional.⁴⁸³

Os defensores da reunificação dos dois entes federativos reconheceram que, na conjuntura política na qual, finalmente, estava sendo implantada a “fusão”, o Executivo federal dispunha de instrumentos de tomada de decisão muito mais ágeis, fortes, eficazes e rápidos, que se constituiriam em elementos fundamentais para a realização deste antigo projeto, de constituintes anteriores.⁴⁸⁴

Com efeito, em 1º de julho de 1974, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 20, regulando a criação de estados e territórios e fixando as disposições para a “fusão” dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, desconsiderando as manifestações da oposição e as tensões e contradições que tal projeto provocava nas sociedades carioca e fluminense.⁴⁸⁵ A Lei Complementar nº 20 estabeleceu que os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro passariam a constituir um só estado, com o nome de Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975, data em que terminavam os mandatos dos governadores dos extintos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro se transformaria na capital da nova unidade federativa.⁴⁸⁶

A necessidade da criação de um polo de desenvolvimento na região polarizada pela capital, o chamado Grande Rio de Janeiro, foi o principal argumento empregado pelo governo federal para justificar a “fusão”. Este polo de desenvolvimento teria o objetivo de reverter o esvaziamento econômico da cidade-capital e alavancar o desenvolvimento do Estado. De fato, esta região metropolitana foi estabelecida pela mesma Lei Complementar, e se constituiu pelos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo, São João de Meriti e Mangaratiba (este último incluído pelo Congresso Nacional, quando votou a promulgação da referida Lei). A região metropolitana concentrou 80% da população do novo estado e 80% do PIB do Estado do Rio de Janeiro.⁴⁸⁷

A “Lei da Fusão” determinou que a Assembleia Legislativa do novo estado fosse eleita em 15 de novembro de 1974 e se instalasse no dia 15 de março de 1975, mas manteve os vereadores cariocas eleitos, em exercício na Assembleia Legislativa do novo estado, até o final dos seus mandatos. Dispôs que, enquanto a Câmara Municipal da capital do novo estado não fosse eleita, o próprio governador administraria a cidade, por meio de decretos-leis que tratariam sobre qualquer matéria de competência do município, acumulando o exercício dos Poderes Executivo e Legislativo municipais. Entretanto, previu o restabelecimento da separação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, do município do Rio de Janeiro, respectivamente, exercidos pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Vereadores.

A Lei Complementar nº 20 suspendeu temporariamente a atribuição dos deputados estaduais de elegerem o governador do no Estado do Rio de Janeiro. Determinou que a tarefa prioritária dos deputados constituintes estaduais era elaborar a nova Constituição estadual, já que não poderiam eleger o seu primeiro governador. Este seria nomeado pelo presidente da República, em 3 de outubro de 1974, e tomaria posse em 15 de março de 1975. Também estipulou que os prefeitos da cidade-capital do Rio de Janeiro seriam nomeados pelo governador fluminense. Confirmou que os limites geográficos e a extensão do território municipal continuaram a corresponder aos do antigo Distrito Federal. E determinou que os candidatos concorrentes às eleições legislativas estaduais deveriam estar filiados aos partidos políticos existentes, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de publicação da Lei Complementar.

Além disso, conferiu ao governador do novo Estado do Rio de Janeiro o poder de baixar decretos-leis a respeito de qualquer matéria de competência estadual, prescindindo da aprovação da Assembleia Legislativa, até a promulgação da Constituição estadual, com a justificativa de agilizar a resolução rápida dos intrincados problemas jurídicos, decorrentes da união das duas unidades federativas.

Após a promulgação da Lei Complementar pelo Congresso Nacional, o processo de unificação completou-se com a nomeação antecipada do almirante Floriano Peixoto Faria Lima para o cargo de primeiro governador do novo Estado do Rio de Janeiro, em setembro de 1974, antes da data proposta pela própria Lei da “fusão”.

De fato, esta nomeação, decidida diretamente pelo presidente da República, conseguiu impedir a eleição de um governador do MDB pela Assembleia Legislativa estadual, evitando expor o processo de “fusão” às ameaças de rupturas na cadeia de comando, que começava no presidente Geisel, passava pelo governador indicado, se irradiando através dos secretários estaduais até o prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, garantiu que todos os cargos dirigentes foram preenchidos por pessoas de confiança política do presidente da República.

Entretanto, a indicação de Faria Lima também passou por cima das pretensões de vários membros do alto escalão do próprio governo militar e da ARENA, como o deputado federal Célio Borja e os ministros Golbery do Couto e Silva, Armando Falcão, Ney Braga e João Paulo dos Reis Velloso. Todos almejavam controlar o privilegiado espaço político do recém-criado estado, cuja capital mantinha a herança de liderança política do antigo Distrito Federal e do recente Estado da Guanabara sobre os demais entes da Federação.⁴⁸⁸ Do ponto de vista da Presidência da República, a escolha de qualquer um destes nomes “políticos” poderia esquentar ainda mais o clima local, já bastante elevado, devido à acirrada disputa entre os “caciques” políticos Antônio Chagas Freitas e Ernâni do Amaral Peixoto pela hegemonia do MDB estadual e pelas divisões dos arenistas entre os nomes em disputa ao cargo de chefia do Executivo estadual.⁴⁸⁹

O almirante Faria Lima, por sua vez, justificou a sua indicação ao cargo de governador como uma “missão” que lhe fora conferida pelo seu velho amigo Ernesto Geisel, do qual era um interlocutor privilegiado, pois mantinham relações desde que Faria Lima fora nomeado diretor de transportes da PETROBRAS, por convite do próprio general Geisel, então presidente da referida empresa estatal. Quando Ernesto Geisel exonerou-se desse cargo para “concorrer” à Presidência da República, Faria Lima foi nomeado para substituí-lo na Presidência, da qual somente se afastou para assumir o governo do novo Estado do Rio de Janeiro, privilegiado pela interlocução direta que mantinha há tanto tempo com o general-presidente da República.⁴⁹⁰

Segundo Faria Lima, seu papel como governador seria viabilizar a unificação dos dois estados, assegurando a integração e o equilíbrio político entre dois entes federativos tão distintos quanto os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Com esse objetivo, atuou para aparar arestas, produzidas pela “fusão” entre os representantes políticos nos Poderes Legislativos do Estado e da capital, e para debelar a forte resistência que surgiu em amplos setores da opinião pública à reunião dos dois estados.

Conforme Faria Lima, Geisel o “convocou” para ser o governador do novo Estado, em primeiro lugar, porque precisava de alguém com prestígio, mas que não fosse um “político”; alguém que não tivesse compromissos com o passado, nem expectativas para o futuro, mas que cumprisse e fizesse cumprir a legislação que criara o novo Estado, de modo a que os objetivos da “fusão” fossem alcançados. Outra razão que apontou para a sua escolha foi o seu perfil militar, pois teria condições para ser o “comandante da fusão” e realizar a integração dos dois estados de forma técnica, neutra e apolítica, sem se identificar com as lideranças políticas cariocas e fluminenses tradicionais. Assim, poderia atuar como um árbitro para dirimir os conflitos políticos entre as forças políticas em disputa e diminuir a tensão que a unificação provocara.⁴⁹¹

A opção do presidente Geisel por um nome “neutro” e “apolítico” teria pretendido, assim, resguardar os objetivos da unificação dos estados, já que a “politização” da escolha poderia impedir que o governador fizesse um “bom governo”, ainda que dispusesse de amplos poderes para cumprir a “missão” para a qual fora designado. Para realizar um “bom governo”, Faria Lima contava com o apoio de um secretariado e de uma equipe de trabalho cujos critérios de formação também foram técnicos, e não “políticos”. Todos esses motivos teriam justificado a preferência de Geisel por sua indicação, entre tantos pretendentes.

Contudo, nas eleições legislativas de outubro de 1974, o acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação de massa e uma relativa liberdade de propaganda política possibilitaram que o MDB angariasse cerca de 14,5 milhões de votos no país, conquistando dezesseis das 22 cadeiras em disputa no Senado

Federal, 160 cadeiras na Câmara dos Deputados, e uma ampla maioria de deputados nas Assembleias Legislativas dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, enquanto a ARENA elegeu apenas seis senadores, ainda que tenha conseguido eleger 204 deputados federais em todo o país.

Nestas eleições ficou evidente o avanço da oposição em relação ao pleito de 1970, pois o MDB obteve uma expressiva votação nos grandes centros urbanos e nos estados mais desenvolvidos do país, como no Estado da Guanabara, onde alcançou mais de 70% dos votos válidos. Ainda com a vitória expressiva do MDB nas eleições, em 15 de março de 1975, o almirante Floriano Peixoto Faria Lima passou a desempenhar simultaneamente os cargos de governador do Estado e de prefeito do município do Rio de Janeiro, por nomeação do presidente Geisel, através do Decreto-Lei nº1, publicado na mesma data ⁴⁹².

Apesar da forte censura prévia aos meios de comunicação e do autoritarismo vigente, porém, o governo federal não conseguiu abafar a intensa polêmica que a “fusão” provocou nos meios políticos, acadêmicos, empresariais e na imprensa carioca. De fato, mesmo sob censura, os principais jornais cariocas e fluminenses repercutiram a divisão apaixonada e acalorada que se estabeleceu entre os líderes políticos e empresariais e entre os favoráveis ou contrários àquela medida.

O economista e engenheiro Eugênio Gudín foi um dos críticos mais inflamados da “fusão”, escrevendo vários artigos no jornal *O Globo*, nos quais argumentou que não se podia exigir que ao Estado da Guanabara coubesse a imensa tarefa de reerguer o Estado do Rio de Janeiro, que se encontrava em uma das mais precárias condições econômicas da região Sudeste do país. Afirmou que esta não era a tarefa de um estado, e que somente a União poderia tomar para si tal missão, como no caso do Nordeste. Segundo Gudín, a “fusão” baixou arrecadação e a receita da Guanabara, enquanto os repasses federais foram distribuídos por um território ampliado e as despesas de custeio do novo estado cresceram. Este aumento de despesas resultaria não apenas na falência do erário carioca, como implicaria a estagnação do antigo Estado do Rio de Janeiro. ⁴⁹³

É importante destacar, contudo, que certos setores das elites políticas e econômicas, carioca e fluminense, endossaram o projeto de “fusão” e participaram efetivamente de sua implantação. Entre os setores que apoiaram, destacaram-se a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), os parlamentares da ARENA, como o deputado Célio Borja, e os senadores Jessé Pinto Freire e Vasconcelos Torres, e até representantes do MDB fluminense, como o deputado Gilberto Rodriguez, vice-presidente da Assembleia Legislativa fluminense. Estes setores reivindicavam o retorno da cidade do Rio de Janeiro às suas origens na “velha província” fluminense, respaldando o argumento de que o estabelecimento dessa unidade federativa produziria um poderoso polo de desenvolvimento na região metropolitana e fortaleceria a sua influência política na federação. ⁴⁹⁴

Um dos mais importantes problemas provocados pela “fusão” foi o da organização do município do Rio de Janeiro, devido à capitalidade de fato que a cidade continuava a exercer na vida política nacional, mesmo depois de tantos anos da transferência do Distrito Federal para o planalto goiano e de todas as medidas de esvaziamento político e econômico que foram adotadas pelo regime militar em relação à cidade-capital. As críticas à “fusão” se concentraram em torno do destino político e do futuro estatuto institucional da cidade do Rio de Janeiro, deslocando-se do terreno da planificação do Estado para a defesa apaixonada do especial sentido “simbólico” que a capital ocupa no imaginário do país, como representante e síntese da identidade nacional.

As disputas entre as diferentes concepções sobre o estatuto institucional do município do Rio de Janeiro foram o aspecto mais polêmico do processo de unificação dos dois estados. Enquanto os opositores da “fusão” reivindicavam a manutenção da posição especial que o Rio de Janeiro ainda desfrutava na federação. Os seus defensores pretendiam “estadualizar” a cidade-capital, esvaziando o papel simbólico que desempenhava no imaginário nacional e transformando-a em apenas “mais um município” do novo Estado e do país.

De acordo com o ordenamento jurídico e legal que presidiu a “fusão”, para garantir que o formato institucional adotado em relação à cidade do Rio de Janeiro fosse compatível com o seu perfil, as transferências de responsabilidades e de atribuições do estado para o município deveriam ser acompanhadas do repasse de recursos financeiros, materiais e humanos do governo estadual e, até mesmo, do governo federal para a Prefeitura da cidade.

Apesar de o governador Faria Lima determinar a não transferência de dívidas dos órgãos administrativos fluminenses ou federais para a Prefeitura da nova capital do Estado, quando, por exemplo, assumiu o pagamento dos aposentados e pensionistas do Estado da Guanabara, os críticos da “fusão” avaliaram negativamente o seu impacto para a Fazenda municipal, que, de fato, sofreu muitos prejuízos, com um empobrecimento e um endividamento cada vez mais crescentes, pois uma parte de sua receita passou a ser dividida com os demais municípios fluminenses, através do sistema tributário estadual.⁴⁹⁵

Com efeito, ainda que o governo estadual tenha se incumbido de garantir o abastecimento de água e esgoto tratados, a construção do sistema do trem metropolitano, a concessão dos transportes coletivos, a segurança pública e a gestão dos estabelecimentos públicos de educação secundária e superior, a Prefeitura da cidade, no começo da sua existência, enfrentou muitos problemas financeiros e sociais.

Entre esses problemas destacaram-se a redução da sua arrecadação tributária, o aumento dos encargos de custeio da administração municipal, as altas taxas de desemprego e subemprego urbanos, a precariedade das redes de serviços públicos, a expansão demográfica descontrolada e a favelização crescente das encostas dos morros da cidade. Os poucos recursos financeiros que a Prefeitura efetivamente recebeu dos governos estadual e federal para resolver todas essas questões não foram suficientes para atender todas as demandas, já que os problemas da cidade ultrapassavam as competências de uma simples Prefeitura.

Ainda assim, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro ocupou um lugar estratégico no processo de “fusão”. As negociações e tratativas envolveram as indicações de vários nomes para o cargo de prefeito. Inicialmente, o nome do arquiteto curitibano Jaime Lerner foi cogitado, pois tinha grande experiência administrativa adquirida como prefeito de Curitiba, entre 1971 e 1975. Seu nome não foi vetado, nem por Faria Lima, nem pelo governo federal.

Depois de empossado como governador do Estado, o almirante Faria Lima, porém, surpreendendo os articuladores do nome de Lerner, nomeou o engenheiro carioca Marcos Tito Tamoyo da Silva como primeiro prefeito do município do Rio de Janeiro, alegando a adoção de um critério que justificou como “a grande competência técnica” deste engenheiro, comprovada por experiências anteriores na gestão do Estado da Guanabara.⁴⁹⁶

Em seguida, Faria Lima formalizou um acordo com o prefeito Marcos Tamoyo, por meio de um convênio entre as duas entidades federativas, visando garantir que os serviços de competência do município continuassem provisoriamente sendo prestados pela estrutura administrativa do Estado. O objetivo desta medida foi o de evitar que serviços públicos essenciais para a população, como saúde, educação e saneamento, entrassem em colapso, enquanto a máquina administrativa municipal ainda estivesse sendo montada.

Apesar de Faria Lima afirmar que a indicação de Marcos Tamoyo fora uma escolha pessoal sua, segundo outras versões, como a de Ronaldo Costa Couto, secretário estadual de Planejamento na época, a nomeação do primeiro prefeito do novo município escapou da órbita de influência do governador, pois teria sido uma indicação pessoal de Golbery do Couto e Silva, grande amigo do pai do prefeito nomeado. A indicação do nome de Marcos Tamoyo seria uma compensação política pelo fato de o general ter sido preterido para o cargo de governador do novo Estado.⁴⁹⁷

Além disso, Marcos Tamoyo contava com a simpatia e o apoio de muitos empresários cariocas, especialmente os da construção civil, de setores da burocracia do antigo Estado da Guanabara e de setores

da ARENA provenientes do lacerdismo, e era um nome carioca conhecido pela mídia e pela opinião pública carioca, e sem adversários políticos significativos.

Ainda que, a nomeação do engenheiro Marcos Tamoyo tenha sido, de fato, respaldada por uma rede familiar e social, construída pelas relações entre seu pai e o general Golbery do Couto e Silva, o governador Faria Lima a aceitou com simpatia. Reconhecia a sua capacidade de técnico competente e de bom administrador dos empreendimentos que realizou, durante o governo de Carlos Lacerda, como presidente da SURSAN e secretário de Obras Públicas e Viação. Além do mais, Tamoyo contabilizou, a seu favor, o fato de ser um carioca nato, qualidade que o tornava mais aceitável pela população da cidade que administraria.⁴⁹⁸

Possivelmente, sua nomeação também expressa uma posição de conciliação do regime militar com os interesses dos grupos políticos locais, especialmente os egressos do lacerdismo e do chaguismo, que haviam sido contrariados com a “fusão” e com a indicação do almirante Faria Lima para o governo estadual. Apesar de sua indicação para a Prefeitura ter respaldo do governo federal e o aval do governador, durante sua gestão, Marcos Tamoyo (1975-1979), como prefeito do principal centro político do estado, entretanto, não deixou de criticar a “fusão” e a forma autoritária e discriminatória como a cidade do Rio de Janeiro tinha sido tratada pelos governos estadual e federal.

Marcos Tamoyo, formado nos quadros administrativos e políticos do Estado da Guanabara, desenvolveu um perfil de competente executivo e, como prefeito, revelou-se um hábil articulador político, com trânsito livre nos meios políticos e empresariais e com fácil acesso aos meios de comunicação de massa cariocas. De fato, o prefeito obteve uma grande penetração na mídia, onde era bem visto. Assim, atuou como um legítimo defensor dos interesses da corrente política herdeira do lacerdismo, e em várias oportunidades condenou publicamente o processo de “fusão”, sempre obtendo uma grande repercussão nos meios de comunicação cariocas para os seus pronunciamentos críticos.

É nesse contexto, marcado por um complexo conjunto de transformações político-institucionais, administrativas, financeiras e jurídicas na cidade do Rio de Janeiro que começa a sexta e atual fase da história do AGCRJ (1979-2008).

No começo da gestão de Marcos Tamoyo, o Arquivo Histórico permanecia vinculado à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Esta Divisão permanecia dirigida pelo professor Trajano Garcia Quinhões. O Arquivo Histórico funcionava como um dos serviços da referida Divisão e continuava instalado no prédio da avenida D. Pedro II, nº 400, que compartilhava com a gráfica oficial e com a oficina de marcenaria, pertencentes à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Como já foi apontado no capítulo anterior, a instalação do Arquivo Histórico neste local representava uma grave ameaça para a conservação da sua valiosa documentação, pois nas outras dependências do prédio eram estocadas grandes quantidades de materiais altamente incandescentes, como madeiras, vernizes, tinta de impressão e outros produtos químicos, que poderiam causar graves incêndios.

Nesta conjuntura política, na qual o regime militar ainda mostrava uma face bastante autoritária, o exercício das atividades decisórias estava deslocado do espaço tradicional da política (partidos, parlamento, imprensa) e se concentrara em pequenos grupos “técnicos”, como aquele que encaminhou o processo de “fusão” dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Estes grupos mascaravam suas posições políticas com um discurso positivista de “neutralidade” e de “apoliticismo”, negando que suas deliberações implicassem escolhas políticas e ideológicas.

Em consequência, ocorreu o esvaziamento das esferas políticas tradicionais, como os partidos e o parlamento, e o fortalecimento do Poder Executivo tanto em nível estadual, quanto municipal. O governador dirigia-se diretamente aos prefeitos em cada município e os prefeitos diretamente aos cidadãos, negociando sem a intermediação dos “políticos”, os deputados, os vereadores e os cabos eleitorais, desde a aprovação de

obras até a liberação de recursos, pois a “política” como atividade estava colocada em segundo plano, enquanto em primeiro plano destacava-se uma atuação “técnica” e “apolítica” dos governantes.

Em 15 de março de 1975, o Decreto-Lei nº 2 implantou a organização administrativa do município do Rio de Janeiro.⁴⁹⁹ No dia seguinte, o prefeito Marcos Tamoyo tomou posse e constituiu o seu secretariado. Para assumir a direção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura convidou a professora Maria Teresinha Tourinho Saraiva.

Todavia, como previa a Lei Complementar nº 20, até 15 de novembro de 1976, quando os vereadores tomaram posse, a legislação municipal foi constituída por decretos-leis emitidos pelo governador Faria Lima, que os submetia à aprovação da Assembleia Legislativa estadual. Este fato demonstra a reduzida autonomia que possuía o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, como chefe do Poder Executivo, posto que dependia do governador para estabelecer as leis e as regras de funcionamento da administração municipal.

Em 2 de maio de 1975, o Decreto nº 5⁵⁰⁰ dispôs sobre a estrutura orgânica da Secretaria Municipal de Administração, estabelecendo a Superintendência de Documentação, definindo sua organização interna, suas competências e atribuições. Este Decreto manteve a separação entre os processos de arquivamento da documentação “administrativa” e “histórica”, encarregando a Superintendência de Documentação de classificar, arquivar ou eliminar os documentos da fase corrente e o Arquivo Histórico de guardar, classificar e preservar os documentos da fase permanente, produzidos e acumulados pela administração municipal.

Esta separação, estabelecida, provavelmente, durante a administração de Carlos Lacerda no governo do extinto Estado da Guanabara, atribuiu à Superintendência de Documentação o papel de gerir, orientar e supervisionar a produção, a guarda e a preservação dos documentos administrativos da municipalidade, separando as fases do processo de gestão e preservação da documentação corrente e permanente e atribuindo a Superintendência de Documentação o papel de órgão central do Sistema de Municipal de Arquivos.⁵⁰¹

No período inicial do governo de Marcos Tamoyo, a Prefeitura não dispôs de uma sede própria, fato explorado politicamente pelo prefeito, que implantou um governo itinerante pelo município, denunciando a precariedade da situação da administração municipal. Para resolver este problema, o prefeito Tamoyo adquiriu para a municipalidade a antiga sede da embaixada da Inglaterra, na rua São Clemente, em Botafogo, por Cr\$ 39.946.500,00, valor correspondente a cerca de cinco milhões de dólares. Neste prédio, instalou o Palácio da Cidade como sede do governo municipal. Este fato demonstra que o novo município nasceu sem patrimônio imobiliário. Porém, à medida que os serviços públicos foram sendo transferidos para a Prefeitura, os imóveis de escolas, hospitais e repartições públicas estaduais foram sendo repassados para a administração municipal, vindo a reconstituir o patrimônio imobiliário municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Da mesma forma, durante a gestão de Marcos Tamoyo, a Prefeitura foi recebendo, gradualmente, por meio de transferências requisitadas ao governo do Estado, as verbas, os encargos e os servidores do antigo Estado da Guanabara e passou a dispor de recursos financeiros próprios para poder montar sua estrutura administrativa e seus quadros de servidores.

A secretária de Educação e Cultura, Teresinha Saraiva, também era egressa da administração de Carlos Lacerda, e atuou junto com Marcos Tamoyo no secretariado do governo da cidade-estado, como já foi apontado anteriormente. Todavia, ao contrário do prefeito, havia participado do grupo de trabalho técnico que fora encarregado de pensar e implantar a “fusão” dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, desfrutando de grande prestígio junto ao governador e aos políticos da ARENA. Desenvolveu um bom relacionamento com a secretária Estadual de Educação e Cultura, Mirtes Wenzel, acertando com ela os detalhes relativos às transferências na área educacional e cultural, como a municipalização do ensino fundamental.

Depois de assumir o cargo, a professora Teresinha Saraiva dedicou-se a desenvolver seus projetos educacionais, concentrando-se no Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação

e Cultura, da qual foi a formuladora, quando participou das reuniões do grupo de trabalho, encarregado de pensar o formato institucional do governo municipal no processo de “fusão”. Para ocupar o cargo de diretor-geral do Departamento Geral de Cultura nomeou o coronel Martinho de Carvalho, encarregando-o de responder por todos os aspectos culturais da sua pasta, na qual deveria atuar, de fato, como um subsecretário de Cultura.⁵⁰²

Martinho de Carvalho, por sua vez, pretendendo estabelecer uma relação positiva com o meio cultural carioca, convidou o professor e escritor Domício Proença Filho para ocupar o cargo de seu assessor no Departamento Geral de Cultura. Este, um intelectual renomado e reconhecido, elaborou um plano de ação cultural para o Departamento Geral de Cultura (DGC), que denominou de *Uma ação cultural integrada*, envolvendo as duas áreas integrantes do campo de atuação do referido Departamento: a cultura e a comunidade. Este plano buscou transformar as escolas em centros de cultura, nos quais as habilidades artísticas e a criatividade dos educandos fossem estimuladas e desenvolvidas, os valores culturais marcantes do Rio de Janeiro fossem divulgados e a consciência a favor da preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade fosse desenvolvida, tanto no meio educacional, como entre os membros das diversas comunidades cariocas.⁵⁰³

O plano cultural proposto por Domício Proença Filho, *Uma ação cultural integrada*, definiu como objetivo prioritário a preservação da “condição carioca” dos estudantes da rede escolar municipal, dos seus responsáveis e das comunidades cariocas. Para isto, o DGC deveria desenvolver três funções básicas: “o estímulo à produção cultural, o incremento à difusão cultural, e a adoção de uma política voltada para a preservação dos bens culturais, à luz de uma perspectiva cosmopolita, destituída de bairrismos e paroquialismos, incrementando uma consciência da ação ativadora e mobilizadora da cultura, mas sem dirigismo estatal”.⁵⁰⁴

Estas funções fundamentais do Departamento Geral de Cultura seriam desenvolvidas mediante programas culturais centrados nestas ações, descentralizando a atuação governamental por todas as áreas do município, nas quais se realizariam projetos, atividades e eventos culturais que resgatassem suas tradições e valores locais. Para realizar tal plano, foi proposta uma ação conjunta da administração municipal com “as forças econômicas da comunidade”, de modo a que fossem garantidos os subsídios necessários para a realização, a eficácia e a pertinência do programa cultural municipal.⁵⁰⁵

Em 23 de maio de 1975, o prefeito Marcos Tamoyo publicou o Decreto nº 15⁵⁰⁶, que estabeleceu a estrutura orgânica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), as suas competências e finalidades. Conforme este Decreto, foram, então, organizadas diversas unidades orgânicas que constituíram a Secretaria dirigida pela professora Teresinha Saraiva, que contou com a colaboração do subsecretário Martinho de Carvalho, encarregado de substituí-la em seus impedimentos. Entre as unidades que compunham a estrutura da Secretaria destacaram-se o Departamento Geral de Educação e o Departamento Geral de Cultura, ambos dirigidos por diretores-gerais. Conforme o Decreto nº 15/1975, o Departamento Geral de Cultura (DGC) foi incumbido de orientar, supervisionar, coordenar e integrar os órgãos encarregados de formular e executar as atividades, os programas e os projetos culturais assumidos oficialmente pela Secretaria. Este órgão dirigente deveria, também, zelar pelo cumprimento da legislação aplicável a assuntos culturais e pela observância das normas emanadas da referida Secretaria e da Prefeitura, além de exercer, na forma de delegação específica, a supervisão dos órgãos culturais vinculados à SMEC.

A estrutura orgânica do DGC foi constituída por quatro Divisões, dentre as quais se destacaram a Divisão de Documentação, Biblioteca e Arquivo, à qual foram subordinados, respectivamente, o Serviço de Documentação e o Serviço de Aquisição, o Serviço de Arquivo Histórico e o Serviço de Bibliotecas, dirigidos cada um por chefes de serviços.

No começo de sua existência, a SMEC enfrentou vários problemas graves, como a falta de espaço físico para abrigar os seus diversos órgãos, a insuficiência de recursos financeiros disponíveis, o desconhecimento

da realidade existente no âmbito da sua competência e a necessidade de estabelecer e manter uma vasta rede escolar de ensino fundamental, transferida do estado para o município sem aumento de recursos orçamentários.⁵⁰⁷ Nos meses seguintes à sua criação, a SMEC funcionou, com a maior parte das suas unidades dirigentes, instalada na rua do Riachuelo, nº 114; a exceção foi o Departamento Geral de Cultura, instalado no 7º andar do prédio nº 350, da avenida Marechal Câmara.

Em 8 de julho de 1975, o prefeito Marcos Tamoyo, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 57⁵⁰⁸, de 11 de junho de 1975, baixou o Decreto nº 64⁵⁰⁹, que suprimiu a Divisão de Documentação, Biblioteca e Arquivo, incluindo o Serviço de Arquivo Histórico, da estrutura orgânica do Departamento Geral de Cultura (DGC). Por meio deste mesmo Decreto, estabeleceu a Divisão de Documentação e Biblioteca no âmbito daquele Departamento e acrescentou, à estrutura da SMEC, o Arquivo Municipal, como um órgão local, dotado de maior autonomia administrativa nesta estrutura. Esta medida representou o reconhecimento da importância e do valor da documentação municipal arquivada pelo Arquivo Histórico, que se tornou uma unidade autônoma, diretamente vinculada ao Departamento Geral de Cultura, com a denominação de Arquivo Municipal.

Em 29 de setembro de 1975, o Decreto nº 149⁵¹⁰ alterou a estrutura e os cargos da Superintendência de Documentação da SMA, mas manteve suas funções e atribuições. Ou seja, esta Superintendência continuou a funcionar como o órgão central da administração da documentação municipal.

E, em 8 de outubro de 1975, o Decreto nº 161⁵¹¹ reorganizou a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, transformando cargos em comissão e funções gratificadas, sem aumento de despesas. Além disto, o referido Decreto restabeleceu, na estrutura do Departamento Geral de Cultura, a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), à qual se subordinaram as seguintes unidades orgânicas: o Serviço de Tombamento e Proteção e o Serviço de Pesquisas e Exposições. O referido Decreto também voltou a subordinar o Arquivo Municipal à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, como um órgão autônomo. O Arquivo Municipal passou a ser integrado pelas seguintes unidades orgânicas: 1) Seção de Documentação; 2) Seção de Classificação e Catalogação; 3) Seção de Conservação e Restauração; e 4) Seção de Apoio Administrativo.

Em 21 de janeiro de 1976, a Resolução nº 27⁵¹² da SMEC, regulamentou as comissões técnicas de avaliação de documentação e definiu suas atribuições e competências junto ao Arquivo Municipal.

Em 11 de março de 1976, o Decreto nº 334⁵¹³ estabeleceu o Regimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, definindo suas finalidades, suas competências e sua estrutura organizacional. Este Regimento manteve as atribuições do Departamento Geral de Cultura e a sua estrutura orgânica. O Arquivo Municipal permaneceu como um órgão autônomo, subordinado à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) do Departamento Geral de Cultura, mantendo a sua estrutura interna, mas passou a ser dirigido por um diretor, um cargo mais qualificado, prestigiado e melhor remunerado.

O Decreto nº 334 determinou as competências da DPHA, que seriam cumprir as normas e medidas relacionadas à implantação e à execução de projetos, programas e atividades culturais determinados pela direção do DGC. Conforme este Decreto, coube a DPHA formular e coordenar a execução de projetos e atividades inerentes às suas unidades orgânicas; relacionadas à preservação dos bens que constituíam o patrimônio histórico e artístico municipal; e coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo Arquivo Municipal.

Em 1976, o Arquivo Municipal, no desempenho de sua função de preservar a memória da cidade, promoveu uma exposição comemorativa do centenário de nascimento de Noronha Santos, um dos seus mais destacados e empreendedores dirigentes, como já foi comentado nos capítulos anteriores.

Em 22 de setembro de 1976, Faria Lima sancionou a Lei Complementar nº 3⁵¹⁴, que instituiu a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Esta nova Lei Orgânica determinou a organização municipal e

definiu a cidade do Rio de Janeiro como sede do governo local, estabelecendo os limites geográficos municipais como os mesmos do antigo Estado da Guanabara e dividindo o território do novo município em várias Regiões Administrativas. Instituiu, ainda, a bandeira, o brasão e o hino oficiais do município. Reconheceu a autonomia política, financeira e administrativa da municipalidade e as suas competências e obrigações legais. Determinou a conformação do governo municipal e dos Poderes Executivo e Legislativo, estipulando que a Câmara Municipal, exercesse funções legislativas, e Prefeitura da Cidade, funções executivas.

Esta Lei estipulou a composição e as atribuições da Câmara Municipal, sua instalação e seu funcionamento, estabelecendo o processo legislativo e a elaboração de leis e de atos legais no âmbito municipal, e regulamentou as eleições dos vereadores e seus critérios. Determinou que o Poder Executivo municipal fosse exercido por um prefeito, nomeado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro e demissível *ad nutum*, especificando suas atribuições, competências e responsabilidades.

Entre as atribuições e competências delegadas ao prefeito do município do Rio de Janeiro, destacam-se as de exercer, com o auxílio dos secretários municipais, a direção superior da administração municipal; dar início ao processo legislativo, sancionar, promulgar e publicar leis, decretos e regulamentos e vetar projetos de lei emanados da Câmara dos Vereadores que fossem inconstitucionais.

Coube, ainda, ao prefeito dispor sobre estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração direta, autarquias e fundações municipais; nomear e exonerar os secretários municipais; prover e extinguir cargos públicos; remeter projetos de leis orçamentárias anuais, planos de governo e mensagens expositivas à Câmara Municipal; abrir créditos extraordinários em casos de calamidade pública; superintender a arrecadação, a guarda e a aplicação da receita municipal, autorizando despesas e pagamentos, de acordo com a disponibilidade orçamentária; fixar tarifas de serviços públicos e celebrar acordos e convênios com o governo federal e estadual. Além disto, possibilitava que o prefeito contraísse empréstimos internos e externos, mediante autorização prévia da Câmara Municipal; resolvesse sobre requerimentos e representações que lhe fossem dirigidos e representasse o município em juízo, por intermédio dos procuradores municipais.

A referida Lei Orgânica estabeleceu, também, a administração municipal e os seus instrumentos de planejamento, o sistema orçamentário e os atos administrativos municipais. Identificou os bens e rendas que constituem o patrimônio municipal, estipulou a contabilidade e a fiscalização financeira e orçamentária municipais, estabelecendo o controle externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro sobre as contas do Executivo e a auditoria financeira e orçamentária dos órgãos públicos municipais.

No início de sua gestão na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em março de 1975, a professora Teresinha Saraiva visitou as precárias instalações do Arquivo Municipal, em São Cristóvão, com o diretor do DGC, Martinho de Carvalho, e o assessor de comunicação social da SMEC, Walter Cunto.⁵¹⁵ Preocupada com a situação de localização e com as instalações do órgão, retomou as ações oficiais para dotar o Arquivo Municipal de uma sede própria mais adequada ao eficaz cumprimento de suas funções sociais e, principalmente, uma sede que garantisse a integridade física e intelectual do seu acervo documental, dado o seu reconhecido e inestimável valor para a reconstituição da história da cidade e para a comprovação de direitos.

Esse objetivo tornou-se um projeto importante da secretária de Educação e Cultura, que conseguiu comprometer o prefeito Marcos Tamoyo com o plano de construir uma sede adequada para o Arquivo Municipal. Paralelamente, outro projeto importante desenvolvido pela SMEC em relação ao Arquivo Municipal, incluído no seu Plano de Ação Cultural, foi ordenar e viabilizar o trabalho técnico de restauração da documentação arquivada. Este projeto forneceu condições melhores para a preservação, a conservação e a divulgação da documentação que registra a memória pública e histórica da cidade do Rio de Janeiro. O comprometimento do prefeito e da professora Teresinha Saraiva com estes projetos foi uma condição essencial para que o processo de revitalização do Arquivo Municipal se efetivasse.

A Resolução SMEC nº 27, ⁵¹⁶ publicada em 21 de janeiro de 1976, foi um dos passos importantes do processo de tratamento da documentação. Esta Resolução dispôs sobre as comissões e equipes técnicas encarregadas de proceder à avaliação da documentação da administração municipal, estabelecendo suas competências, com vistas ao recolhimento dos documentos de valor permanente ao Arquivo Municipal.

Ainda em 1976, em decorrência do empenho pessoal da secretária Municipal de Educação e Cultura junto ao prefeito Marcos Tamoyo, começou a ser elaborado o plano de construção de um prédio-sede para o Arquivo Municipal. Nesse mesmo ano, foi nomeada para dirigir o Arquivo Municipal a arquivista e bibliotecária Lia Temporal Malcher, técnica que já integrava os quadros da SMEC, como diretora da Divisão de Bibliotecas.

Em agosto de 1977 foi organizado o Grupo de Trabalho, sob a coordenação da diretora do Arquivo Municipal, com o objetivo de desenvolver os estudos preliminares para a construção da nova sede do Arquivo Municipal. Este Grupo de Trabalho, integrado pela equipe técnica da DPHA, elaborou os princípios fundamentais para nortear o projeto de construção e preparou o processo de reestruturação organizacional do Arquivo Municipal. Nessa fase inicial, o GT contou com o assessoramento do professor José Pedro Esposel, do Arquivo Nacional, que emitiu pareceres quanto aos resultados preliminares e participou de algumas das suas reuniões.

Após esta fase inicial, o GT passou a se reunir com os arquitetos Edson e Edmundo Musa, do Escritório Musa de Arquitetura, contratados pela Prefeitura para elaborar o projeto arquitetônico da sede do Arquivo Municipal, discutindo detalhadamente o projeto a ser elaborado, considerando a natureza e as especificidades da construção. Dedicaram especial cuidado aos sistemas de segurança e de prevenção contra incêndios. Paralelamente foram realizadas consultas a diversos especialistas em arquivo, conservação de documentos e prevenção contra fogo, permitindo uma melhor visão do que seria preciso em termos de ambientação climática, de segurança e de adequação do espaço aos serviços e seções a serem instalados na nova sede do órgão.

O projeto arquitetônico final foi desenhado com base em todas as recomendações técnicas reunidas e aprovado pelas repartições competentes da Prefeitura, que autorizou a construção conforme critérios estabelecidos em convenções internacionais de Arquivística. Esta construção dotaria a cidade de uma unidade administrativa altamente especializada para a preservação da sua história e da sua administração. Nesse momento, o diretor-geral do DGC, Martinho de Carvalho, solicitou ao GT que desenvolvesse o planejamento relativo à transferência e à distribuição dos setores e seções do Arquivo Municipal na sua nova sede. O GT também realizou estudos sobre a criação de uma legislação de recolhimento de documentos, sobre a estrutura organizacional do Arquivo Municipal e sobre o seu Regimento Interno.

O valor total da construção foi orçado em Cr\$ 40 milhões e 900 mil, mas, ao final, ultrapassou a cifra dos 77 milhões de cruzeiros. Para viabilizar a construção do prédio-sede do Arquivo Municipal a secretária Teresinha Saraiva obteve do ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, a concessão de uma verba federal no valor do orçamento apresentado pelos arquitetos.

No final de 1977, a Prefeitura carioca permutou com o governo federal um terreno municipal pela área na avenida Presidente Vargas, localizada na esquina da rua Amoroso Lima, na Cidade Nova, onde, depois, foi erguida a sede do Arquivo Municipal. Esta área, localizada ao lado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e do Hospital São Francisco de Assis, fica próxima ao local onde, na época, ainda estava sendo construído o Centro Administrativo São Sebastião (CASS), cuja construção começara no governo de Chagas Freitas. O CASS destinou-se a sediar as secretarias e demais repartições da administração da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Conforme o projeto dos irmãos Musa, o prédio do Arquivo Municipal teria a forma de um prisma retangular e foi planejado para receber adequadamente todo o acervo documental arquivado pelo órgão,

ocupando uma área de aproximadamente 5.500 metros quadrados, com cinco andares, incluindo um estacionamento no subsolo. No primeiro andar do edifício seria instalado o Serviço de Seleção e Triagem da Documentação e a administração. Nos 2º, 3º e 4º andares se localizariam os depósitos de armazenamento e as salas de consulta, e no 5º andar funcionaria uma lanchonete, um refeitório e a casa de máquinas dos dois elevadores que seriam instalados no prédio. O projeto previa a construção de mais um bloco para a expansão do Arquivo Municipal, anexo ao prédio principal, onde seria instalado o setor de Arquivo Intermediário.

Apenas uma empresa participou da concorrência pública lançada para a construção do Arquivo Municipal, a empresa EMAC Ltda. Sua proposta foi avaliada e aceita pelos órgãos responsáveis da Prefeitura da cidade. Assim, no começo de 1978, as obras de construção do novo prédio do Arquivo Municipal começaram, com prazo de duração previsto entre 10 e 11 meses, devendo estarem concluídas no final desse mesmo ano.

Desde o seu início, as obras foram acompanhadas diariamente pelo diretor-geral do Departamento Geral de Cultura, Martinho de Carvalho. As obras foram visitadas, duas vezes por semana, pelo próprio prefeito Marcos Tamoyo, pela secretária de Educação e Cultura, Teresinha Saraiva, e pelo secretário de Obras Públicas, Orlando Feliciano Leão, que as supervisionavam e fiscalizavam diretamente. Além deles, teve um papel importante o arquiteto Valdir Ribeiro⁵¹⁷ encarregado de acompanhar e fiscalizar diariamente as obras do novo prédio do Arquivo Municipal.

Visando à efetiva modernização do Arquivo Municipal, a Prefeitura patrocinou uma viagem de estudos do diretor do DGC e da diretora do Arquivo Municipal à Espanha, devido ao reconhecida expertise acumulada e produzida por este país na área de arquivos. O objetivo destas bolsas de estudos era atualizar os dois dirigentes, com os novos conceitos, métodos e procedimentos da moderna Arquivística.

Sob a direção de Lia Temporal Malcher, paralelamente às obras de edificação do prédio-sede do Arquivo Municipal, o acervo documental da municipalidade foi sendo tratado e restaurado e providências foram sendo tomadas para que a mudança do órgão, desta vez, não resultasse em danos, extravios ou a perda do controle físico e intelectual sobre os documentos, fato que ocorrera nas duas últimas mudanças anteriores. Para evitar que a documentação sofresse novos prejuízos, a transferência dos documentos arquivados para a nova sede foi planejada para se realizar em várias etapas diferentes, à medida que o espaço do prédio-sede estivesse em condições de recebê-los com segurança.

Em dezembro de 1978, foi constituído pela secretária de Educação e Cultura um Grupo de Trabalho para estabelecer critérios para seleção, triagem e descarte da documentação pertencente ao Arquivo Municipal. Este grupo foi integrado pela diretora do Arquivo, Lia Temporal, pelos professores Afonso Carlos Marques dos Santos, José Luís Werneck da Silva, Nei Brandão Magalhães e pela museóloga Júnia Gomes da Costa, servidores do órgão.

Como os recursos federais liberados pelo ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, não foram suficientes para a conclusão das obras de construção do novo edifício-sede do Arquivo Municipal, o prefeito Marcos Tamoyo determinou que recursos suplementares, provenientes do orçamento da Prefeitura da cidade, fossem destinados à sua finalização. As obras prosseguiram e, paralelamente, a documentação arquivada foi identificada, higienizada e acondicionada em caixas, sendo devidamente preparada para a mudança.

Na gestão de Lia Temporal Malcher (1976-1984) passou a ser publicado o *Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Esta publicação, cuja periodicidade foi quadrimestral, teve por objetivo divulgar as atividades de arquivo e culturais promovidas pelo órgão, como os recolhimentos de documentos e os eventos culturais realizados; dinamizar o intercâmbio de informações com o público específico e as instituições afins. Nos *Boletins Informativos* foram divulgados artigos e resenhas sobre pesquisas relativas à cidade realizadas na instituição por pesquisadores externos, além de artigos produzidos pela equipe técnica do órgão. No período entre 1979 e 1983, foram publicados um total de onze volumes desses *Boletins Informativos*.⁵¹⁸

No plano federal, em abril de 1977, o governo Geisel não conseguiu a maioria do Congresso Nacional para aprovar várias alterações que pretendia promover na Constituição Federal. Em represália, impôs o recesso ao Congresso Nacional e baixou, por decretos-leis, um conjunto de medidas que ficou conhecido como o “pacote de abril”. Este “pacote” aumentou o mandato presidencial para seis anos, criou a figura do senador “biônico” – eleito indiretamente por um colégio eleitoral nos estados –, alterou o critério de representação proporcional na Câmara dos Deputados e ampliou as restrições, implantadas pela Lei Falcão, de 1976, à propaganda eleitoral para os legislativos federal, estaduais e municipais, transmitida pelas emissoras de televisão e rádio.

As forças repressivas continuaram a se opor ao projeto de abertura política do presidente Geisel e passaram a praticar, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, vários atos terroristas contra entidades e pessoas que se destacavam na luta contra o regime militar, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), vários órgãos da imprensa alternativa, a estilista Zuzu Angel, morta em um misterioso “acidente” automobilístico, e o bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, sequestrado e torturado. Fatos que comprovam a violência e o poder dos órgãos repressivos que continuaram a agir durante o período de “abertura política”.

Em outubro de 1978, o Congresso Nacional, reaberto pelo presidente Geisel, promulgou a Emenda Constitucional nº 11, revogando o Ato Institucional nº 5. Esta Emenda Constitucional, também, restringiu os poderes do Executivo federal, restabeleceu o *habeas-corpus*, aboliu a censura prévia aos meios de comunicação e extinguiu as penas de morte e de prisão perpétua no país. As medidas estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 11 foram liberalizantes, mas as prerrogativas do presidente da República de decretar o estado de emergência, o estado de sítio e adotar “medidas de emergência”, durante 120 dias, sem licença do Congresso Nacional, foram preservadas, com o objetivo de “garantir a manutenção da ordem pública e da paz social”.

Ainda em outubro de 1978, o Colégio Eleitoral elegeu o substituto do general-presidente da República. Foi eleito o candidato apoiado pelo presidente Ernesto Geisel, general João Batista de Oliveira Figueiredo, que tinha trânsito aberto entre os dois grupos militares mais poderosos, os castelistas e os da “linha dura”, mas se comprometeu a dar continuidade à abertura democrática.

Nas eleições legislativas de 1978, a oposição obteve vitórias expressivas, devidas à participação no processo eleitoral de diferentes grupos da sociedade civil, desde estudantes, sindicalistas, profissionais liberais, até as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas aos setores progressistas da Igreja Católica. O MDB obteve 57% dos votos válidos para o Senado Federal e elegeu 189 deputados federais. Porém, a ARENA conseguiu manter a maioria no Congresso Nacional, graças à figura dos senadores biônicos, criados pelo “pacote de abril” e à eleição de 231 deputados federais.

Este resultado eleitoral expressou, na sociedade civil, o crescimento da oposição e da resistência popular ao regime militar, com o surgimento das “oposições sindicais”, grupos de militantes sindicais que combatiam o sindicalismo “pelego”, cooptado pelos patrões e dependente do atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, com o reaparecimento do movimento estudantil, com a reorganização dos sindicatos rurais e com a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, por meio das CEBs e das Comissões Pastorais, apoiando os movimentos sociais. As greves operárias e de trabalhadores assalariados urbanos voltaram a ocorrer principalmente no ABC paulista. E pipocaram por todo o país, abrindo espaço para o surgimento de novas lideranças sindicais e políticas, como o líder metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, que foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

A abertura política conduzida por Geisel e Golbery do Couto e Silva prosseguiu, enfrentando uma grave crise econômica, produzida por uma alta da inflação, pelo crescente endividamento externo do país e pelo crescimento da dívida interna. A crise econômica decorreu da correção monetária e da política de juros

altos adotadas pelo ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, e pelo ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, monetaristas convictos.

O general João Batista de Figueiredo tomou posse como presidente da República em 15 de março de 1979. Seu governo (1979-1985) prosseguiu com o projeto de abertura política, em meio ao agravamento da crise econômico-social do país. O comando das medidas liberalizantes passou a ser compartilhado entre o general Golbery do Couto Silva, que permaneceu como chefe da Casa Civil da Presidência da República, e o ministro da Justiça, Petrônio Portela, presidente da ARENA e do Senado Federal.

Ainda no mês de março, apesar da violência policial dos governos estaduais e da intransigência de muitos empresários, movimentos grevistas de várias categorias profissionais de trabalhadores se alastraram pelo país, exigindo aumentos salariais compatíveis com a alta da inflação, sob a liderança dos metalúrgicos paulistas, que projetaram nacionalmente a figura de Luiz Inácio da Silva. Esses movimentos ganharam o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica e das classes médias urbanas e foram determinantes no processo de aceleração da redemocratização.

Em agosto de 1979, atendendo às pressões de todas as tendências oposicionistas e da sociedade civil, o presidente Figueiredo promoveu uma anistia política parcial. Esta anistia foi conquistada graças à deflagração de uma grande campanha popular, dirigida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, que reivindicava uma anistia ampla, geral e irrestrita. Desta campanha participaram a OAB, a ABI, a CNBB e as entidades de representação dos estudantes, tais como a UNE, os Diretórios Centrais dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), organismo que reuniu representantes de estudantes, professores, advogados, jornalistas, médicos, engenheiros, arquitetos, familiares de presos e de “desaparecidos políticos”, deputados, vereadores e líderes políticos oposicionistas, organizou seções em diversas cidades do país e promoveu vários Congressos Nacionais, reivindicando a anistia ampla, a punição dos torturadores e o reconhecimento pelo Estado da sua responsabilidade pela morte e pelo “desaparecimento” de centenas de militantes da esquerda durante a fase da “luta armada” contra a ditadura.

Todavia, a anistia, concedida pelo presidente Figueiredo, permitiu a libertação apenas dos presos políticos não envolvidos na luta armada e possibilitou à volta ao país de muitos líderes políticos exilados, como por exemplo, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes. Porém, anistiou também os agentes responsáveis pela prática de torturas e de assassinatos nos órgãos repressivos do regime militar. Em represália, a “linha dura”, ligada aos setores militares descontentes com o encaminhamento da abertura política, passou a promover uma série de atentados terroristas, com explosões de bombas contra vários jornais alternativos de oposição, vereadores cariocas e a OAB. Duas dessas explosões resultaram nos assassinatos do secretário do vereador Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, no interior da Câmara de Vereadores carioca, e da secretária do presidente da OAB, Lyda Monteiro, na sede da entidade, na cidade do Rio de Janeiro. Mas, o auge dos atos criminosos aconteceu em 1º de maio de 1981, quando ocorreu a explosão de uma bomba no RIOCENTRO,⁵¹⁹ em Jacarepaguá, onde se realizava um *show* musical em comemoração ao Dia do Trabalhador. Este atentado terrorista, frustrado, foi promovido diretamente contra as forças de oposição organizadoras do evento, mas, em última instância, tinha como alvo principal a política de abertura democrática promovida pelo governo do general Figueiredo.

Este atentado provocou a demissão do general Golbery do Couto e Silva da chefia da Casa Civil da Presidência da República. O general discordou da forma como foi conduzido o Inquérito Militar instaurado para realizar as investigações sobre o ato terrorista, denunciando que suas conclusões foram manipuladas pela “linha dura” do regime militar, para inocentar os agentes nele envolvidos e tentar responsabilizar às organizações de extrema esquerda, que na época já estavam desmanteladas, pela sua realização.

Em dezembro de 1979, o governo Figueiredo obteve a aprovação de uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos pelo Congresso Nacional. Esta Lei extinguiu a ARENA e o MDB e possibilitou o surgimento de

novas agremiações partidárias no país. Em decorrência do fim do bipartidarismo, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pelos sindicalistas liderados por Luiz Inácio da Silva, por muitos intelectuais de renome como o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o advogado Plínio de Arruda Sampaio, a filósofa Marilena Chauí e o sociólogo Francisco Weffort, por membros de várias tendências de esquerda e pelos setores progressistas da Igreja Católica, ligados as CEBs e às Pastorais. E também o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola, depois de perder no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o registro da legenda do PTB para o grupo político liderado por Ivete Vargas, com o qual disputou a legenda. O MDB alterou sua denominação para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a maioria da ARENA fundou o Partido Democrático Social (PDS), e os liberais moderados criaram o Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves.

No plano municipal, ao final da sua gestão, em 6 de março de 1979, o prefeito Marcos Tamoyo publicou o Decreto nº 2.052⁵²⁰. Este Decreto determinou que o próprio municipal construído na rua Amoroso Lima, nº 15, na Cidade Nova, recebesse a denominação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e fosse destinado à instalação definitiva do Arquivo Municipal, finalidade para a qual fora construído, ainda que as obras não estivessem totalmente concluídas.

Nesta mesma data, o prefeito publicou também o Decreto nº 2.053/1979⁵²¹, que alterou a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, extinguindo a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento Geral de Educação. Este Decreto também estabeleceu a designação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), para o anterior Arquivo Municipal, instituindo-o como uma Divisão, subordinada diretamente ao Departamento de Cultura. Este Decreto é um autêntico Ato de Criação do AGCRJ, podendo ser considerado um marco decisivo na reconstrução da tradicional instituição de arquivo da cidade, pois alterou a sua posição hierárquica na organização administrativa municipal, suas atribuições e funções e estabeleceu a sua nova estrutura orgânica.

O Decreto nº 2.053 restabeleceu as funções do Arquivo Geral da Cidade, como órgão central do Sistema Municipal de Arquivos, recuperando as suas responsabilidades sobre o conjunto da documentação produzida no âmbito da Prefeitura, nas três fases do seu ciclo vital: corrente, intermediária e permanente, fato que pode ser comprovado observando-se a sua estrutura interna. Porém, neste período inicial da sua reestruturação foi responsabilizado apenas pela guarda, organização e preservação dos documentos de valor permanente, produzidos pela administração municipal.

O AGCRJ foi encarregado, também, de gerir, preservar e democratizar o acesso público à documentação de valor permanente sob a sua custódia e gerir o Sistema Municipal de Arquivos. A nova estrutura do AGCRJ foi constituída por: 1) Serviço de Documentação, composto por uma Seção de Documentação Escrita, uma Seção de Documentação Bibliográfica e Hemerográfica e uma Seção de Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual; 2) Serviço de Arquivos Correntes e Intermediários, formado por uma Seção de Arquivos Correntes e uma Seção de Arquivos Intermediários; 3) Serviço de Apoio Cultural, constituído por uma Seção de Estudos e Pesquisas e por uma Seção de Publicações e Exposições; 4) Serviço de Apoio Técnico, integrado por uma Seção de Processamento Técnico, uma Seção de Preservação e Restauração, uma Seção de Reprodução e Microfilmagem; e, 5) Serviço de Apoio Administrativo, composto por uma Seção de Recursos Humanos e Materiais, uma Seção de Protocolo e Expediente e uma Seção de Portaria e Zeladoria.

Em 8 de março de 1979, a secretária de Educação e Cultura instituiu a Resolução nº 78⁵²², implantando uma nova estrutura orgânica na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e alterando o seu Regimento interno. Esta Resolução dispôs sobre as competências regimentais do Arquivo Geral da Cidade, consolidando a posição destacada que o órgão adquiriu nesta estrutura. Estas alterações legais resultaram no fortalecimento

político da instituição na estrutura organizacional da Prefeitura, ampliaram e reforçaram as suas atribuições e competências junto aos demais órgãos e repartições da administração municipal.

Estas determinações legais constituem um marco fundamental na trajetória do Arquivo Geral da Cidade, assinalando o início de uma nova fase na sua história, a sexta fase (1979-2008). Na sexta fase, o Arquivo Geral da Cidade tornou-se o órgão central na gestão da documentação produzida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, encarregado de arquivar, preservar, divulgar e democratizar o acesso público aos seus acervos. Após a sua recriação, o órgão passou a ser dirigido por um diretor de Divisão, auxiliado por um assistente e um secretário. Lia Temporal Malcher foi mantida no cargo de diretora do órgão até fevereiro de 1984. As alterações introduzidas pela nova legislação pretenderam implantar os princípios e as diretrizes do Sistema Municipal de Arquivos, do qual emanariam as políticas de avaliação, de recolhimento, e de tratamento técnico da documentação produzida e acumulada pelas diversas secretarias e repartições municipais.

Ainda desta vez, entretanto, estas pretensões não se concretizaram em políticas voltadas para a gestão documental, pois os próximos prefeitos não deram continuidade às políticas destinadas ao tratamento, à organização e à preservação da documentação produzida pelo Executivo, que colocassem, de fato, o AGCRJ como cabeça do Sistema Municipal de Arquivos, pois foi mantida a dualidade de funções de gestão da documentação existente na estrutura municipal.

A Superintendência de Documentação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, preservou as competências e atribuições que detinha sobre o Sistema Municipal de Documentação, com as funções de guardar, selecionar, avaliar e até descartar a documentação produzida no âmbito municipal nas fases corrente e intermediária.

No último dia da gestão do prefeito Marcos Tamoyo, em 14 de março de 1979, a solenidade de inauguração do prédio-sede do AGCRJ foi realizada nas suas instalações na rua Amoroso Lima, nº 15. Nesta solenidade, foram hasteadas as bandeiras do Brasil e do município do Rio de Janeiro e estiveram presentes o prefeito Marcos Tamoyo e os secretários de Educação e Cultura, Teresinha Saraiva, e de Obras Públicas, Orlando Feliciano Leão, o arquiteto que fiscalizou as obras, Valdir Ribeiro, e o diretor do DGC, Martinho de Carvalho, entre outras autoridades. Nessa ocasião, Marcos Tamoyo doou ao AGCRJ os documentos relativos à sua gestão na administração da Prefeitura, que se encerrava.⁵²³

Considerando o contexto em que ocorreu a solenidade de inauguração do seu prédio-sede, pode-se atribuir a ela vários significados simbólicos. Além de representar a refundação de uma das mais antigas instituições públicas, em funcionamento na cidade desde o século XVI, o Arquivo Municipal voltou a ostentar a designação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e recuperou a atribuição de funcionar como o principal órgão do Sistema Municipal de Arquivos. Logo, a cerimônia de inauguração pode ser vista como um dos aspectos importantes do projeto de Marcos Tamoyo de construir uma cidade mítica no imaginário dos cidadãos cariocas, pois revalorizou a instituição encarregada de gerir e preservar a memória histórica da municipalidade.

Assim, pode-se aventar que a construção do Arquivo Geral da Cidade, como um privilegiado “lugar de memória”, fazia parte do projeto do prefeito Marcos Tamoyo de criar no imaginário coletivo uma identificação entre os novos “anos dourados” da Guanabara, que teriam ocorrido durante o governo de Carlos Lacerda, e os anos da sua gestão à frente da Prefeitura Municipal, nos quais, como prefeito, pretendeu reafirmar a capitalidade, de fato, que a cidade do Rio de Janeiro ainda desempenhava no país, como referência simbólica e síntese da nacionalidade. Portanto, por um lado, a recriação do Arquivo Geral da Cidade, um dos últimos atos públicos da gestão de Marcos Tamoyo, adquiriu um significado político especial, e ocupou um lugar destacado no projeto político do prefeito, que pretendia se candidatar ao governo do Estado.

Por outro, porém, pode-se considerar que, de certa forma, a valorização do AGCRJ funcionou como uma compensação à extinção arbitrária da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do DGC, no momento em que o seu diretor, o professor Trajano Quinhões, e o chefe do Serviço Proteção e Tombamento, o arquiteto e professor Olínio Coelho, se opuseram à decretação do fim do tombamento do Parque Lage. Esta questão envolveu interesses divergentes de setores empresariais importantes da sociedade carioca, entre os quais os da família Marinho, proprietária da rede de meios comunicação, iniciada com a publicação do jornal *O Globo*. Alcançou grande repercussão e destaque na grande imprensa e nas instituições e nos meios profissionais voltados para a preservação do patrimônio cultural e histórico, como o Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ambos sediados na cidade.

Conforme a entrevista de Olínio Coelho, concedida à diretora do AGCRJ, Beatriz Kushnir e à historiadora Sandra Horta, parece que o ponto crucial da extinção do Serviço de Proteção e Tombamento (SPT) e da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), da SMEC, foi uma Licença de Obras concedida pela Prefeitura para a construção de um edifício, ao lado do Parque Lage, em 1 de outubro de 1976. Tal construção feria o artigo nº 7, do Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969. Como a DPHA ratificou o parecer do SPT contrário à obra, pois que a mesma determinaria uma faixa de sombra sobre a vegetação do Parque Lage, o prefeito Tamoyo, inconformado com esse parecer, determinou a extinção do SPT e da DPHA, em 28 de julho de 1977, quando exonerou Trajano Quinhões e Olínio Coelho dos seus cargos, que foram extintos.

Deste modo, é um fato que o prefeito Marcos Tamoyo desenvolveu uma política contraditória em relação ao patrimônio histórico e artístico da cidade, pois, se de um lado preservou certas áreas de valor histórico para a cidade, por outro cedeu às pressões das incorporadoras, das grandes empresas imobiliárias e das grandes empresas de construção civil, permitindo a derrubada de prédios históricos importantes como os Solares do Monjope, do Marquês de Inhambupe e do Marquês de Itanhaém, e o prédio dos Correios e Telégrafos, na Tijuca, além de ter autorizado o “destombamento” do Parque Lage. Este “destombamento” provocou uma grande polêmica política na cidade, envolvendo uma ampla mobilização dos setores que se opunham e que defendiam a medida, na imprensa, no meio empresarial e entre os servidores da própria Prefeitura, impactando as campanhas eleitorais dos próximos governantes do município e do Estado.

Entretanto, as medidas implantadas pelo Decreto nº 2.053/1979, sem dúvida, representaram uma valorização do Arquivo Geral da Cidade como órgão encarregado de gerir e preservar a memória documental carioca. Porém, no momento em que estas medidas foram adotadas, o prefeito Marcos Tamoyo estava sendo questionado e criticado por haver extinto aqueles dois organismos vinculados à proteção do patrimônio cultural e demitido dois servidores que há muito tempo militavam na área.

O Arquivo Geral da Cidade, instalado como uma unidade autônoma, diretamente vinculada ao Departamento Geral de Cultura, passou a gozar de mais autonomia administrativa, mas, evidentemente, detinha atribuições diferentes da DPHA e do Serviço de Proteção e Tombamento extintos, não podendo substituí-los no desempenho de suas funções específicas.

As medidas político-administrativas, adotadas em relação ao AGCRJ, no apagar das luzes da gestão de Marcos Tamoyo na Prefeitura, inseriram-se no seu projeto de construir no imaginário da população a visão de que o seu governo procurou destacar a posição especial que a cidade do Rio de Janeiro ocupava no país, funcionando como “caixa de ressonância” da política nacional e como modelo de cidade civilizada e politizada. Este projeto elaborado pelo prefeito representou uma maneira particular de ocupar um lugar de destaque no espaço político carioca e fluminense, atuando como um ator político especial no cenário nacional, ainda muito limitado pelo autoritarismo do governo militar.

Nesta perspectiva, pode-se perceber a revitalização do Arquivo Geral como um dos aspectos do projeto político-eleitoral de Marcos Tamoyo e da secretária Municipal de Educação e Cultura, Teresinha Saraiva,

que perceberam o papel que o órgão poderia desempenhar na construção de uma imagem mítica do Rio de Janeiro, reafirmando o lugar destacado que a cidade desempenhava no cenário nacional, afirmando a sua identidade peculiar como um município que ainda exercia uma centralidade política, uma capitalidade, de fato, sobre o conjunto da nação, funcionando como um modelo para os demais municípios não só do Estado, mas de todo o país.

Este projeto de Marcos Tamoyo e de Teresinha Saraiva de reforçar a imagem simbólica da cidade do Rio de Janeiro no plano nacional, decorreu da percepção de ambos sobre o papel relevante que a memória histórica desempenha, pois é a partir dos registros documentais dos tempos passados que se pode reconstruir, na atualidade, o lugar especial do município do Rio de Janeiro no desenrolar da história recente do Brasil. O Arquivo Geral da Cidade pode ter sido escolhido, pelo prefeito Tamoyo e pela secretária Teresinha Saraiva, como a instituição responsável pela preservação daquela memória, devido à valiosa natureza da sua documentação, que registra aspectos relevantes da história da cidade, do Estado e do país, desde os seus primórdios, atuando como um privilegiado “lugar de memória”.⁵²⁴

Assim, o fortalecimento do Arquivo Geral da Cidade, como o órgão encarregado da preservação dos registros da evolução histórica do Rio de Janeiro, ocupou uma posição importante neste projeto de revitalização do imaginário mítico da cidade.

O cenário político em que o projeto político-eleitoral do prefeito se desenvolveu era muito restrito para ações e declarações políticas explícitas e abertas, pois a censura e a repressão do governo militar inibiam e controlavam as atividades e manifestações políticas, os partidos políticos e o parlamento permaneciam esvaziados e a própria política, como atividade pública de expressão de interesses e ideias, fora substituída pelas iniciativas palacianas dos generais, que ocupavam o centro das decisões do país, e, geralmente, justificavam suas posições por meio de pareceres técnicos e “apolíticos”.

Este quadro político-institucional do país ainda limitava bastante a exposição de projetos e propostas políticas, especialmente daquelas que expressassem posições divergentes das do grupo dominante, apesar do prosseguimento da política de abertura durante o governo Figueiredo. As políticas, projetos e propostas formulados pelos grupos que não estavam no centro de poder decisório do país, como era o caso do grupo do prefeito Marcos Tamoyo, ainda encontravam muitas barreiras e obstáculos para se expressarem e serem divulgados. Muitas vezes, essas formulações precisavam ser mascaradas e diluídas em ações e projetos técnicos e administrativos secundários, aparentemente “apolíticos”, para não atrair a atenção e a interdição dos generais que decidiam os rumos do país.

Considerando que as lutas entre os diversos grupos políticos e ideológicos que disputavam o poder na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, precisavam passar pela construção de espaços políticos alternativos, como a construção de imaginários e de símbolos que expressassem, de modo implícito, as suas pretensões políticas, a revitalização do Arquivo Geral da Cidade representa um possível desdobramento do projeto político do grupo ligado ao prefeito Marcos Tamoyo. Desta forma, procurou introduzir um elemento alternativo no imaginário popular, no momento disputado por outras correntes de oposição dominantes no Estado e no município, ainda reunidas no MDB.

Assim, pode-se interpretar a recriação do Arquivo Geral da Cidade e a inauguração do seu prédio-sede no contexto em que se inserem, como uma afirmação das pretensões políticas do grupo ligado ao prefeito, atualizando o mito dos “anos dourados” da cidade do Rio de Janeiro, com construção do primeiro prédio projetado para abrigar um Arquivo Municipal em toda a América Latina. Aquelas pretensões se voltaram para as próximas eleições para o Executivo estadual, para as quais Marcos Tamoyo preparava a sua candidatura, como uma alternativa consensual à sucessão de Faria Lima.

É provável que, aproveitando-se da divisão das principais forças oposicionistas locais, Tamoyo, com o apoio do governador Faria Lima, supunha existir espaço político para viabilizar a sua candidatura ao

governo estadual. O projeto político-eleitoral do prefeito era pavimentado pela boa avaliação que a sua administração desfrutava junto à imprensa, à população e ao governo estadual. Tamoyo deixou a Prefeitura com a marca de um bom administrador, de um hábil político, de um executivo empreendedor, de um grande defensor dos interesses cariocas e, por que não, de um grande incentivador das instituições responsáveis pela preservação da memória histórica da cidade, como o AGCRJ.

No período em que terminou o seu mandato de prefeito, a oposição legal ao regime militar ainda estava reunida no MDB estadual e municipal. Esta agremiação partidária, porém, estava dividida entre duas correntes político-partidárias predominantes, que disputavam internamente a hegemonia da máquina partidária: os chaguistas, seguidores de Chagas Freitas, ex-governador do Estado da Guanabara, e os amaralistas, partidários de Amaral Peixoto, ex-governador do antigo Estado Rio de Janeiro. O prefeito Marcos Tamoyo pretendeu aparecer com o candidato de consenso das oposições cariocas, capaz de uni-las em torno de sua candidatura, pois seria um candidato “técnico”, “neutro” e “apartidário” ou até “suprapartidário”, pois defenderia os autênticos interesses dos cidadãos cariocas e fluminenses, possuindo uma grande experiência político-administrativa em cargos executivos.

Entretanto, as aspirações políticas de Marcos Tamoyo e do seu grupo não encontraram condições favoráveis para se realizarem, devido tanto ao desenrolar do processo de abertura política no país, quanto aos acordos que as duas principais forças emedebistas no Estado estabeleceram entre si. As duas correntes dominantes no MDB fluminense, procurando ganhar o apoio do governo federal para suas pretensões de eleger o próximo governador, terminaram a disputa interna, garantindo o apoio da legenda para as candidaturas dos seus principais líderes. Assim, Chagas Freitas obteve a indicação partidária para o cargo de governador e Amaral Peixoto emplacou a de senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

A candidatura de Marcos Tamoyo ao governo do Estado do Rio de Janeiro, apesar de ser endossada pelo governador Faria Lima, não conquistou o apoio do general João Batista de Figueiredo, empossado na Presidência da República em 15 de março de 1979. Figueiredo, aconselhado pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República, preferiu optar pela candidatura de Chagas Freitas, que representava no Estado do Rio de Janeiro uma oposição moderada e conciliatória ao regime militar, além de não ter pretensões de nacionalizar a política estadual, voltando-se muito mais para a estruturação do poder local, indo ao encontro do projeto do governo militar de “estadualizar” o Rio de Janeiro e de esvaziar a “capitalidade” da cidade a favor de Brasília.

Conforme as informações que recebeu, Figueiredo considerou que as ações de Chagas Freitas seriam mais previsíveis e confiáveis e o campo de negociação com ele era maior do que com os outros candidatos ao governo estadual, inclusive o prefeito Marcos Tamoyo, um crítico notório da “fusão” entre a cidade e o Estado do Rio de Janeiro.

De modo que o encaminhamento do projeto de abertura política do regime militar retirou a direção do processo sucessório do governo do Estado do Rio de Janeiro das mãos do governador Faria Lima e a recolocou sob o controle de Chagas Freitas, que dominava a máquina partidária da oposição estadual, legitimado pelas redes sociais locais, pelo voto popular e pelo funcionamento de uma azeitada máquina político-partidária clientelista e empreguista. O articulado líder carioca do MDB conseguira vencer a luta pela hegemonia no MDB, colocando-se como o melhor representante da oposição para dirigir o governo do Estado, na complexa transição política que estava em curso no país.⁵²⁵

Os sucessores de Marcos Tamoyo no Executivo municipal não dispuseram de condições ou não se comprometeram com a continuidade de várias iniciativas tomadas pelo ex-prefeito, inclusive as relativas à revitalização do Arquivo Geral da Cidade, pois não compartilharam o projeto de recriar no imaginário e na memória coletiva o papel destacado que o Rio de Janeiro exercera em relação ao país e, portanto, não estavam voltados para projetos de valorização e de preservação do patrimônio documental carioca.

O Arquivo Geral da Cidade não ocupou uma função importante nos projetos de governo destes prefeitos, mantendo uma posição periférica na estrutura administrativa municipal, não atuando como órgão central do sistema de documentação municipal, que continuou sendo coordenado pela Superintendência de Documentação, da SMA, enquanto o AGCRJ enfrentava graves dificuldades para conseguir se estruturar e funcionar na sua nova sede, que levou ainda alguns anos para ter suas obras concluídas.

Chagas Freitas, já como governador do novo Estado do Rio de Janeiro (1979-1982), nomeou Israel Klabin,⁵²⁶ um intelectual de sólida formação cultural, para ocupar o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro, na sucessão de Marcos Tamoyo. Ainda antes de ser indicado ao cargo de prefeito, Israel Klabin já liderava um grupo de empresários e políticos que elaboravam um programa de reestruturação da cidade do Rio de Janeiro como uma nova unidade federativa, criticando a “fusão”. Klabin considerava que o modelo de município implantado em 1975 trouxera enormes prejuízos para a cidade e sua população, e somente havia beneficiado o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Assim, depois de algumas articulações políticas, que o levaram a ter um encontro reservado com o general-presidente João Batista de Figueiredo, Israel Klabin aceitou o convite para ocupar o cargo de prefeito do Rio de Janeiro, com o projeto de resgatar a identidade própria da cidade no conjunto da federação, tomando posse no dia 16 de março de 1979.

A nomeação de Israel Klabin para o cargo de prefeito foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa estadual, dominada pelos chaguistas. No seu mandato, o seu projeto prioritário era realizar o processo de desmembramento da cidade do estado do Rio de Janeiro. Para levar ao cabo este projeto, Israel Klabin elegeu como seu principal alvo de ataque o autoritário processo que fundira os dois entes federativos. Em sua opinião, esse processo deveria ser integralmente revisto, implicando a revogação da “Lei da Fusão”. Para desfazer o processo da “fusão”, Klabin esperava contar com o apoio do governador Chagas Freitas e até do próprio presidente Figueiredo.⁵²⁷

Na sua curta gestão no governo municipal, Israel Klabin (1979-1980) enfrentou problemas financeiros herdados da administração anterior, greves dos professores públicos por atrasos nos pagamentos e uma herança de empreguismo na máquina pública. Porém, conseguiu montar um secretariado com relativa autonomia política em relação ao governo estadual. Deu início a um processo de urbanização das grandes favelas cariocas, procurando levar até elas os serviços públicos básicos e melhorando seu arruamento e sua pavimentação. Desenvolveu a política de preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade, com a criação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural da cidade e do projeto do Corredor Cultural, localizado no centro histórico da região urbana, com o objetivo de revitalizar e preservar sua arquitetura e ambiência. Este projeto foi desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Augusto Ivan de Freitas Pinheiro ⁵²⁸.

No campo administrativo, entre as ações prioritárias da sua gestão, Israel Klabin buscou realinhar e modernizar a estrutura organizacional municipal, com vistas à “desfusão”. Nomeou a professora Lucy Serrano Ribeiro Vereza para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que, por sua vez, convidou o professor e escritor Domício Proença Filho para o cargo de subsecretário municipal de Educação e Cultura, e o escritor Rubem Fonseca para o cargo de diretor do Departamento Geral de Cultura.

Em 13 de novembro de 1980, o Decreto nº 2.849 ⁵²⁹ alterou a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, criando o Departamento Geral de Patrimônio Cultural para recuperar a tradição da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, extinta pelo prefeito Marcos Tamoyo. O Arquivo Geral da Cidade também teve sua estrutura orgânica modificada, mas permaneceu sendo dirigido pela arquivista e bibliotecária Lia Temporal Malcher e diretamente vinculado ao Departamento Geral de Cultura.

Em 19 de novembro de 1979, a Lei nº 133⁵³⁰ dispôs sobre a forma dos atos da administração direta e autárquica municipal. Em 25 de janeiro de 1980, o Decreto nº 2.477⁵³¹ regulamentou a Lei nº 133,

estabelecendo a forma, a tramitação, a divulgação e a guarda dos atos legais desta administração, e determinando os critérios para a avaliação, a transferência, o recolhimento e o descarte de documentos públicos. Nessa época, o Sistema Municipal de Documentação continuava a ser encabeçado pela Superintendência de Documentação, da SMA, órgão central do sistema. A superintendente era a arquivista Helena Correa Machado, que dirigia o órgão com notória competência e grande conhecimento na área de documentação, desde a gestão do governador Carlos Lacerda (1960-1965).

Apesar da reafirmação do papel do Arquivo Geral da Cidade, como órgão central responsável pela gestão e preservação da documentação produzida e acumulada pela Prefeitura, ter sido legalmente estabelecida no final da gestão de Marcos Tamoyo, a duplicidade de órgãos responsáveis por aquelas funções foi mantida. O AGCRJ permaneceu funcionando como um “arquivo histórico”, um centro de pesquisas e um espaço de debate de questões históricas, sociais, políticas e não como um arquivo do século XX, encarregado da gestão documental em todo o seu ciclo vital.

Durante sua gestão na Prefeitura, Israel Klabin apresentou publicamente o seu projeto de “desfusão”, que obteve excelente repercussão junto à imprensa e aos setores da sociedade carioca favoráveis ao retorno à situação anterior. Porém, este projeto desagradou aos setores militares que dominavam o regime militar e o sistema decisório da época. A alta cúpula das Forças Armadas estava comprometida com a manutenção da unificação da cidade ao Estado do Rio de Janeiro, um projeto geopolítico muito valorizado pelo grupo liderado pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, que mantinham uma grande influência sobre o presidente João Batista de Figueiredo.

Diante desta correlação de forças, o governador Chagas Freitas e o presidente da República retiraram o seu apoio à proposta de “desfusão” de Israel Klabin. O prefeito, quando percebeu que não contava mais com o respaldo político do governador, nem do presidente da República, para o seu projeto prioritário, colocou seu cargo à disposição de Chagas Freitas, demitindo-se da Prefeitura em 3 de junho de 1980.

O sucessor de Israel Klabin na Prefeitura do município do Rio de Janeiro foi o coronel da Aeronáutica, Júlio Alberto de Moraes de Coutinho, nomeado pelo governador Chagas Freitas no mesmo dia da demissão de Israel Klabin. Homem de confiança do governador, Júlio Coutinho já exercera os cargos de secretário de Ciência e Tecnologia, e da Indústria, Comércio e Turismo, durante o governo de Chagas Freitas no Estado da Guanabara. O novo prefeito manteve Lucy Vereza no cargo de secretária municipal de Educação e Cultura, e esta secretária, por sua vez, manteve Lia Temporal Malcher na direção do Arquivo Geral da Cidade.

Na gestão do prefeito Júlio Coutinho (1980-1983), o Decreto nº 2.849⁵³², de 13 de novembro de 1980, alterou, novamente, a estrutura orgânica do Arquivo Geral da Cidade, transformando o Serviço de Arquivos Corrente e Intermediário e o Serviço de Documentação Permanente em um Serviço de Documentação Permanente e Intermediária, suprimindo os referidos Serviços. Esta mudança implicou uma redução da estrutura interna e das funções gratificadas dos quadros técnicos do AGCRJ, mas manteve a subordinação direta do órgão ao Departamento Geral de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura. Este Departamento, em novembro de 1980, passou a ser dirigido pela professora Maria Helena de Araújo Silva Fabião.

Nesse período, as principais finalidades do AGCRJ eram gerir, preservar e divulgar a documentação histórica da cidade do Rio de Janeiro. E com o objetivo de divulgá-la, foi retomada a publicação do *Boletim Informativo do AGCRJ*, foram abertas para o público as suas salas de consulta e o acesso aos seus acervos documentais, bibliográficos e hemerográficos.

Ainda em 1980, vários eventos culturais foram realizados pelo Arquivo Geral da Cidade, entre os quais, várias exposições de artistas plásticos, ciclos de palestras e mesas-redondas sobre temas históricos relevantes para a cidade e sobre questões de Arquivística. Entre as exposições realizadas destacaram-se a do artista plástico Lucílio de Albuquerque, antigo professor da Escola de Belas Artes, da UFRJ, montada entre dezembro

de 1979 e fevereiro de 1980. Outra exposição importante teve como tema a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, uma temática que ganhava cada vez mais destaque na produção historiográfica sobre a cidade.⁵³³ A exposição foi aberta ao público entre maio e junho de 1980, quando também foi promovido um grande ciclo de palestras sobre a escravidão urbana, os papéis sociais dos escravos e forros na cidade e a cultura afro-brasileira.

Em janeiro de 1981, a diretora do AGCRJ, Lia Temporal Malcher, prestou contas à diretora do DGC sobre o tratamento técnico que foi dispensado à documentação proveniente da extinta Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. Esta documentação, recolhida depois da extinção da referida Divisão, no final da gestão de Marcos Tamoyo, enriqueceu o acervo do Serviço de Documentação Permanente e Intermediária do Arquivo Geral com documentos textuais, iconográficos, cartográficos e audiovisuais. O Serviço de Biblioteca e Hemeroteca também incorporou os livros e periódicos da antiga Divisão, que passaram a integrar os acervos do AGCRJ.

Entre março e abril de 1981, o Arquivo Geral da Cidade promoveu uma mostra com os trabalhos do artista plástico Aderson Medeiros, e um ciclo de palestras intitulado Artes no Espaço Urbano, do qual participaram os críticos de arte Frederico de Moraes, Vicente de Percia, Lélia Coelho Frota e Mario Barata. Em maio de 1981, foi inaugurada a exposição de desenhos da artista plástica Ângela Landim Corte, “Evocação da Infância” e a exposição fotográfica “O Rio de Lima Barreto”, em comemoração ao centenário de nascimento do ilustre escritor carioca. Realizou-se, também, o ciclo de debates “Lima Barreto: o autor e a obra em questão”, organizado pelo professor Afonso Carlos Marques dos Santos, que então dirigia a Divisão de Pesquisa do AGCRJ e se tornara um especialista em Lima Barreto.⁵³⁴

No plano nacional, antes das eleições de novembro de 1982, quando 48 milhões de eleitores voltaram a eleger diretamente os governadores dos estados da federação, o PP dissolveu-se e muitos dos seus membros voltaram ao PMDB, como o mineiro Tancredo Neves. Neste pleito, os partidos de oposição venceram em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e no Rio de Janeiro, onde o candidato Leonel Brizola, fundador do PDT, ganhou as eleições.

O regime militar, porém, foi vitorioso na maioria dos estados, nos quais elegeu seus candidatos pelo PDS, herdeiro da ARENA, inclusive em redutos das oposições, como Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nessas eleições, a campanha sucessória ao governo do Estado do Rio de Janeiro, extremamente disputada pelas tendências políticas regionais, resultou na derrota tanto do candidato chaguista do PMDB, o deputado federal Miro Teixeira, quanto da candidata do PDS, Sandra Cavalcanti, que inicialmente polarizaram as intenções de voto dos eleitores. A inesperada vitória de Leonel de Moura Brizola foi um fato que rompeu com os limites propostos pelo projeto de abertura democrática, que continuava em curso no governo de Figueiredo. Por isto, a vitória eleitoral de Brizola foi alvo de uma tentativa de fraude, com a falsificação da contagem de votos processada pelos computadores da empresa PROCONSULT. A fraude, porém, foi desmascarada pelo *Jornal do Brasil* e por militantes do PDT. No final do processo instalado para proceder a uma nova apuração dos resultados das urnas, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) reconheceu a vitória de Brizola, que foi empossado no governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 1983.

Depois de tomar posse, o governador Leonel Brizola, conforme estabelecia a legislação eleitoral em vigor, nomeou o médico Jamil Haddad,⁵³⁵ antigo militante socialista, integrante dos quadros do PDT desde 1979, como prefeito interino da cidade do Rio de Janeiro, cargo que ocupou entre 23 de março e 5 de dezembro de 1983, quando renunciou ao seu mandato por discordar do projeto político do seu partido, que buscava se aproximar do PMDB e do PTB.

No plano nacional, desde o começo de 1983, o PT uniu-se ao PSB, ao PMDB, ao PDT, à CUT e à CONCLAT⁵³⁶ para promover uma ampla campanha popular, propondo que fosse apresentada uma emenda à Constituição Federal, restabelecendo as eleições diretas para os cargos de presidente e vice-presidente da

República. No começo de 1984, a campanha pelas “diretas já” ganhou as ruas das principais cidades do país, apesar do boicote da grande imprensa e da principal rede de televisão do país, a *Globo*, que não realizaram coberturas jornalísticas sobre as primeiras manifestações desta campanha. Apesar disto, grandes comícios populares foram realizados em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com a ativa participação de Luiz Inácio Lula da Silva, Ulisses Guimarães, Leonel Brizola, Mario Covas, Roberto Freire, entre outros líderes políticos, reunindo milhões de pessoas que exigiam a mudança da legislação eleitoral do país.

Todavia, apesar da imensa mobilização e da pressão popular sobre os congressistas, a emenda constitucional proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, restabelecendo as eleições diretas, foi rejeitada pela maioria do Congresso Nacional, ainda controlada pelo PDS, provocando uma grande frustração popular. De fato, a eleição do sucessor de João Batista de Figueiredo continuou a ser feita pelo Colégio Eleitoral, no qual o governo federal esperava controlar a maioria dos votos e eleger os candidatos oficiais para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

O PMDB, capitalizando o descontentamento da população contra o regime militar, lançou o nome do governador mineiro Tancredo Neves, eleito em 1982, para concorrer às eleições presidenciais indiretas, contando com o apoio dos partidos de oposição. A oposição, porém, se dividiu, pois o PT fechou posição, recusando-se a participar das eleições no Colégio Eleitoral, abstendo-se de votar, em protesto contra a manutenção da eleição indireta.

Entretanto, a divisão não ocorreu somente entre as forças opositoristas. A convenção nacional do PDS deliberou, em agosto de 1984, a favor da candidatura de Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, pela ARENA. Um dos pretendentes derrotados na convenção pedessista, o vice-presidente da República, o mineiro Aureliano Chaves, então, formou uma dissidência no partido governista, que deu origem ao Partido da Frente Liberal (PFL). Logo, este partido passou a apoiar a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República, reivindicando, em troca, o direito de indicar o candidato para vice-presidente. Após o acordo ser fechado entre os dois partidos, que indicaram Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, para os cargos de presidente e vice-presidente da República, formou-se, então, a Aliança Democrática⁵³⁷ para enfrentar a candidatura governista de Paulo Maluf.

A Aliança Democrática desencadeou uma ampla campanha eleitoral pela televisão e pelos outros meios de comunicação de massa e promoveu vários comícios nas principais cidades brasileiras, com o objetivo de angariar o apoio popular para os seus candidatos e de pressionar a maioria dos membros do Colégio Eleitoral, por meio da mobilização popular, a votar na chapa apoiada pela maioria das oposições.

No plano municipal, em 5 de dezembro de 1983, o advogado Marcello Nunes de Alencar, que se destacara na defesa de presos políticos antes da anistia, foi indicado, pelo governador Leonel Brizola, candidato do PDT ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Eleito pela Assembleia Legislativa estadual, Marcello de Alencar exerceu seu mandato até 31 de dezembro de 1985.

O prefeito Marcello de Alencar nomeou a professora de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Yedda Linhares, para o cargo de secretária Municipal de Educação e Cultura. Esta professora, que fora cassada pelo regime militar, ao assumir o cargo nomeou o professor Afonso Carlos Marques dos Santos, historiador que já dirigira a Divisão de Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade, para o cargo de diretor do Departamento Geral de Cultura, mantendo a arquivista e bibliotecária Lia Temporal Malcher na direção do Arquivo Geral.

O Arquivo Geral, nesta época, voltava-se para a pesquisa e o registro da história da cidade, mas realizava poucos recolhimentos da documentação de valor permanente, produzida pela administração municipal. Desenvolvia uma vocação mais orientada para a difusão cultural, realizando diversas atividades de divulgação científica e de promoção da produção de artistas plásticos e músicos cariocas, buscando estreitar as suas

relações com a comunidade carioca e suas diversas manifestações culturais, pois não possuía quadros técnicos suficientes, especialmente arquivistas, para tratar a documentação arquivada.

Assim, o órgão organizava e realizava seminários, mesas-redondas, palestras e ciclos de debates sobre diversos aspectos da história carioca e cursos e conferências sobre os novos conceitos, métodos e técnicas da Arquivística, convidando renomados historiadores, cientistas sociais, arquivistas e documentalistas para ministrá-los. Também promovia anualmente a mostra Salão Carioca de Artes Plásticas, e diversos ciclos de mesas-redondas, palestras e cursos sobre temas ligados à história carioca e à gestão e preservação documental. Realizava, também, entrevistas e apresentações musicais de compositores e músicos populares, exposições de filmes e peças teatrais, participando ativamente da efervescência cultural que se desenvolvia na cidade, no bojo da redemocratização, atuando como um verdadeiro centro cultural e um espaço de resistência democrática ao regime militar.

Ainda na gestão de Lia Temporal começou a ser feito um levantamento do acervo documental do AGCRJ, visando à produção de um guia dos fundos arquivados, instrumento que permitiria um melhor controle físico e intelectual sobre a documentação custodiada. Este trabalho também procurou atrair a atenção do mundo acadêmico, especialmente dos historiadores, dos geógrafos, arquivistas e dos cientistas sociais cariocas, brasileiros e até estrangeiros, para o valor e a diversidade da sua documentação, promovendo ciclos de debates, palestras e exposições, com base nos documentos arquivados sobre diversos temas que compõem sua valiosa e pouco conhecida documentação. Em decorrência deste intenso trabalho de divulgação dos seus acervos documentais, várias monografias, dissertações e teses foram elaboradas utilizando sua documentação como fonte primária.

Entretanto, a duplicidade de funções em relação à documentação produzida e acumulada pela Prefeitura da cidade se manteve. A Superintendência de Documentação, da SMA continuou a exercer a atribuição de normatizar e orientar a produção e o tratamento dado à documentação considerada “administrativa”, atuando como cabeça do Sistema Municipal de Documentação.

Assim, em 25 de janeiro de 1984, o Decreto nº 4.421-A ⁵³⁸ estabeleceu as normas e os procedimentos técnicos que deveriam ser adotados para os processos administrativos correntes, submetidos à apreciação do prefeito. Esta medida objetivou uniformizar os procedimentos adotados em relação a esse tipo de documento no âmbito da Prefeitura e, sem dúvida, foi positiva, mas manteve o AGCRJ afastado dos processos decisórios sobre essa documentação.

Em fevereiro de 1984, a direção do Arquivo Geral da Cidade passou a ser exercida pela eminente arquivista Helena Corrêa Machado, egressa da Superintendência de Documentação, da SMA. Ela foi nomeada para o cargo pelo diretor do DGC, Afonso Carlos Marques dos Santos. Sua produtiva e competente gestão na direção do AGCRJ durou até junho de 1990.

Em 23 de julho de 1984, o Decreto nº 4.622 ⁵³⁹ alterou a estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, sem aumento de despesas, mudando a denominação e o *status* do Departamento Geral de Patrimônio Cultural, que se tornou a Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico, diretamente subordinada ao Departamento Geral de Cultura da referida secretaria.

Este Decreto estabeleceu as seguintes competências para a mencionada Diretoria: 1) executar os inventários, a classificação, o cadastramento e a preservação dos bens culturais da cidade; 2) realizar pesquisas necessárias para a instrução de processos de tombamento e de processos encaminhados ao Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural carioca; 3) identificar os bens culturais a serem tombados; 4) vistoriar permanentemente os bens culturais inventariados, cadastrados e tombados, visando à sua preservação e restauração; 5) manter intercâmbio com os órgãos municipais, estaduais e federais da área, com objetivo de estabelecer uma estreita cooperação entre eles, em prol da preservação de todo o patrimônio cultural existente

na cidade, independentemente da esfera de governo a que pertencesse. Além disto, a DPCA passou a exercer as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural da cidade.

O Decreto nº 4.622/1984 voltou a subordinar o Arquivo Geral da Cidade, com sua estrutura orgânica, à Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico. Mais uma vez, a autonomia política e administrativa do órgão de arquivo municipal, bem como os recursos financeiros e humanos a ele destinados, foram consideravelmente reduzidos e o órgão perdeu a relativa autonomia que conquistara em 1979, por meio do Decreto nº 2.053.

Em agosto de 1984, o Arquivo Geral da Cidade promoveu uma série de eventos culturais, denominados “Saraus na Cidade Nova” e editou mais um número do seu *Boletim Informativo*, ganhando espaço na imprensa carioca para divulgar o valor do seu acervo iconográfico, que recebeu um adequado tratamento técnico na época. Nesta ocasião, a diretora do AGCRJ reclamou da carência de títulos e periódicos relativos à cidade na sua biblioteca e hemeroteca, pois não recebia recursos orçamentários para sua aquisição. Em 3 de dezembro de 1984, a Resolução nº 233⁵⁴⁰ da SMEC instituiu uma comissão de avaliação de documentos da Inspeção Setorial de Finanças desta Secretaria, mas o Arquivo Geral não fez parte desta comissão, já que tal atividade foi realizada pela Superintendência de Documentação, da SMA.

No plano federal, em 15 de janeiro de 1985, apesar do sistema eleitoral indireto e dos complicados caminhos da transição democrática brasileira, a chapa composta por Tancredo Neves e José Sarney, da Aliança Democrática, foi vitoriosa nas eleições no Colégio Eleitoral, derrotando o candidato oficial do regime militar, Paulo Maluf. O novo presidente eleito, porém, não chegou a tomar posse do cargo, pois adoeceu gravemente. Em caráter provisório, o vice-presidente José Sarney foi empossado na Presidência da República, no dia 15 de março de 1985. Tancredo Neves faleceu no dia 21 de abril de 1985, em decorrência de complicações das várias cirurgias que sofreu. Sua morte provocou uma grande comoção popular por todo o país, semelhante à que ocorreu na época do suicídio de Getúlio Vargas.

Diante destes fatos, o presidente do PMDB e um dos líderes da campanha “diretas já”, Ulisses Guimarães, propôs que José Sarney fosse empossado definitivamente na Presidência da República, em respeito à decisão da maioria do Colégio Eleitoral e às regras constitucionais em vigor.

O governo Sarney (1985-1990) herdou do regime militar uma grave crise econômica e social, uma taxa de inflação que já alcançava 250%, altas taxas de desemprego, elevação das dívidas externa e interna e o crescimento da violência e da criminalidade nas cidades e no campo, além de ter uma baixa legitimidade para exercer o cargo presidencial,⁵⁴¹ pois até bem pouco antes da formação da Aliança Democrática era extremamente vinculado ao regime militar, como governador do seu estado natal, o Maranhão, e como um dos principais líderes do PSD no Congresso Nacional.

A presidência de José Sarney também foi marcada pela revogação das leis repressivas baixadas pelo regime militar, o chamado “entulho autoritário”, pela eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, cuja finalidade era elaborar uma nova Constituição Federal, pela edição de sucessivos planos econômicos, que visavam a retomada do crescimento econômico e o controle da inflação, que disparava, juntamente com as dívidas externa e interna do país. A economia nacional ingressou em uma profunda recessão econômica, com altos índices de desemprego nas cidades e no campo e índices de inflação cada vez mais altos. O governo Sarney, porém, também foi assinalado pela promulgação de um novo texto constitucional que restabeleceu, de fato e de direito, o regime democrático no país.

O primeiro ministro da Fazenda do governo Sarney, Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo Neves, contava com a existência de um saldo positivo nas reservas do país para obter condições favoráveis às renegociações com os credores externos, adotando uma política econômica liberal ortodoxa, de redução dos gastos públicos, com a qual pretendia ganhar o aval dos organismos internacionais, como o FMI, para renegociar a dívida externa brasileira. Todavia, esta política econômica desagradou o PMDB, interessado

em implantar uma política econômica desenvolvimentista, voltada para grandes investimentos públicos em infraestrutura e no estímulo ao crescimento da indústria, do comércio e da agricultura, com objetivo de gerar empregos e superar a recessão. O ministro Dornelles foi forçado a renunciar, sendo substituído pelo empresário paulista Dílson Funaro, industrial, defensor das políticas desenvolvimentistas.

No plano municipal, em 18 de abril de 1985, a Resolução nº 208⁵⁴², da Secretaria Municipal de Saúde, instituiu uma comissão de avaliação dos documentos da Maternidade Fernando de Magalhães. Há indícios de que, mais uma vez, o AGCRJ foi excluído desta comissão, cujo trabalho foi executado sob a supervisão da Superintendência de Documentação, subordinada à SMA.

Em 8 de outubro de 1985, o Decreto nº 5.378⁵⁴³ dispôs sobre o recolhimento da documentação de valor permanente produzida no âmbito do Executivo, determinando a formação de uma equipe técnica de avaliação, a pedido do órgão interessado em avaliar e destinar o seu acervo documental. O AGCRJ, porém, não participou dos processos de avaliação e de recolhimento daquela documentação, que foram realizados, mais uma vez, sob a supervisão da Superintendência de Documentação, da SMA.

Em 15 de outubro de 1985, nas eleições municipais do Rio de Janeiro, o engenheiro e senador Roberto Saturnino Braga, indicado pelo PDT, com o apoio do governador Leonel Brizola, juntamente com seu correligionário, Jó Antônio Rezende, foram eleitos, respectivamente, para os cargos de prefeito e vice-prefeito da cidade. Esta eleição foi marcante, pois pela primeira vez, na história da cidade, os cidadãos e as cidadãs cariocas foram às urnas, escolher diretamente os dirigentes do Poder Executivo municipal, por meio do voto universal e secreto.

Em 31 de outubro de 1985, o Decreto nº 5.424⁵⁴⁴ promoveu uma nova alteração na estrutura da SMEC, voltando a subordinar diretamente o Arquivo Geral ao Departamento Geral de Cultura, estabelecendo a seguinte estrutura interna para a instituição: 1) Serviço de Documentação Permanente e Intermediária, composto pela Seção de Documentação Escrita, pela Seção de Documentação Bibliográfica e Hemerográfica, pela Seção de Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual, pela Seção de Arquivos Correntes e pela Seção de Arquivos Intermediários; 2) Serviço de Apoio Cultural, formado pelas Seções de Estudos e Pesquisas e Publicações e Exposições; 3) Serviço de Apoio Técnico, constituído pelas Seções de Processamento Técnico, de Preservação e Restauração e de Reprodução e Microfilmagem; e 4) Serviço de Apoio Administrativo, integrado pelas Seções de Recursos Humanos e Materiais, de Protocolo e Expediente e de Portaria e Zeladoria. Neste momento, foi reafirmada a obrigatoriedade de recolhimento ao AGCRJ de toda a documentação de valor permanente produzida pela administração municipal.

No plano federal, em fevereiro de 1986, a equipe econômica do governo, formada pelos ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Dílson Funaro, adotou uma “terapia de choque” para debelar o círculo vicioso que realimentava a alta da inflação, mediante a indexação. Essa “terapia” foi denominada Plano Cruzado. Este Plano extinguiu a correção monetária, substituiu o cruzeiro por uma nova moeda, o cruzado. Congelou os preços dos produtos e serviços, a taxa de câmbio e os aluguéis, por um ano. Reajustou o salário mínimo e implantou um gatilho salarial que seria acionado caso a inflação ultrapassasse 20% ao mês. O presidente Sarney deflagrou uma ampla campanha de propaganda, convocando os brasileiros e as brasileiras para serem os “fiscais” do governo na implantação e na execução do Plano Cruzado. Esta campanha conseguiu mobilizar setores da população que passaram a denunciar aumentos de preços, sonegações de impostos, adulterações nos produtos e serviços, mas não conseguiram respostas eficazes do governo.

Em julho, porém, o Plano Cruzado já mostrava seus limites como política econômica. A equipe econômica do governo federal foi obrigada a promover ajustes fiscais para reduzir o consumo das classes médias e incentivar os investimentos produtivos. As medidas adotadas, todavia, não resolveram os problemas da balança de pagamentos do país, que continuou deficitária, aumentando a dívida externa. Em abril de 1987, Dílson Funaro foi substituído no Ministério da Fazenda pelo economista e professor da UNICAMP

Luís Carlos Bresser Pereira, que promoveu novos ajustes no Plano Cruzado, tentando um novo congelamento de preços que caiu no descrédito da população.

No final de 1987, a inflação alcançou 366% ao ano, e Bresser Pereira demitiu-se da Fazenda. Em janeiro de 1988, foi substituído pelo economista Maílson da Nóbrega, que propôs o Plano Verão, implantando o cruzado novo como moeda nacional e um novo congelamento de preços e serviços que, entretanto, fracassou. A partir de então, o ministro Nóbrega passou a defender a volta à política do “feijão com arroz”, ou seja, o retorno à política monetária ortodoxa, que elevou a inflação a 2.750%, em 1990.

No plano municipal, uma das primeiras medidas tomadas por Saturnino Braga, no mesmo dia em que tomou posse na Prefeitura da cidade, em 1º de janeiro de 1986, foi alterar a estrutura básica da Administração Direta do Poder Executivo, modificando a vinculação de entidades da Administração Indireta e das Fundações Municipais e implantando a Secretaria Municipal de Cultura, por meio do Decreto nº 5.649⁵⁴⁵, de 1º de janeiro de 1986.

Neste aspecto, o prefeito carioca acompanhou a tendência que já ocorrera nos níveis federal e estadual, nos quais já haviam sido criados, respectivamente, o Ministério da Cultura e a Secretaria de Estado de Cultura. Conforme determinou o Decreto nº 5.649, a Secretaria Municipal da Cultura foi desmembrada da Secretaria Municipal de Educação, incorporando os organismos, acervos e os servidores municipais, com os quantitativos de cargos em comissão e funções gratificadas, que estavam vinculados ao Departamento Geral de Cultura da referida Secretaria. Também foram transferidos para a nova Secretaria o Instituto Municipal de Arte e Cultura, o RIOARTE, a FUNDAÇÃO RIO, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro e a Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico. Além disso, este Decreto implantou a estrutura básica da Secretária Municipal de Cultura, que foi formada pelo Gabinete do secretário, pelas Assessorias Geral, Jurídica e de Comunicação Social, pelo Departamento de Administração, pela Inspeção Setorial de Finanças e pelos demais órgãos transferidos do DGC da extinta SMEC.

O Arquivo Geral da Cidade permaneceu diretamente vinculado ao Departamento Geral de Cultura, da nova Secretaria, dotado da seguinte estrutura orgânica: 1) Serviço de Documentação Permanente e Intermediária, integrado pelas Seções de Documentação Escrita; Documentação Cartográfica, Iconográfica e Audiovisual; Documentação Bibliográfica e Hemerográfica; de Arquivos Correntes; e de Arquivo Intermediário; 2) Serviço de Apoio Cultural, integrado pelas Seções de Estudos e Pesquisas; e de Publicações e Exposições; 3) Serviço de Apoio Técnico, composto pelas Seções de Processamento Técnico; de Preservação e Restauração; de Reprodução e Microfilmagem; 4) Serviço de Apoio Administrativo, constituído pelas Seções de Recursos Humanos e Materiais; de Protocolo e Expediente; e de Portaria e Zeladoria.

Em seguida, o prefeito Saturnino Braga nomeou o ator e diretor carioca, Antônio Pedro Borges de Oliveira, seu correligionário no PDT, para o cargo de primeiro secretário Municipal de Cultura. Este, por sua vez, manteve a arquivista Helena Corrêa Machado como diretora do Arquivo Geral da Cidade.

A duplicidade de funções de arquivo existentes na estrutura administrativa municipal, porém, permaneceu, como se pode comprovar com a edição da Portaria nº 4⁵⁴⁶, da Superintendência de Documentação, de 13 de fevereiro de 1986, que disciplinou o fluxo documental a ser microfilmado e atribuiu à própria Superintendência de Documentação a competência de formular uma política municipal de documentação, determinando que somente os documentos avaliados como de valor permanente fossem microfilmados e arquivados no AGCRJ.

Em 11 de junho de 1986, a Lei nº 872⁵⁴⁷, sancionada pelo prefeito Saturnino Braga, dispôs sobre o acesso dos cidadãos às informações em que são nominados e que estivessem arquivadas em bancos de dados municipais. Essa Lei veio atender, na esfera municipal, a uma grande demanda de setores da oposição ao regime militar, que reivindicavam o direito de acesso aos documentos produzidos pelos órgãos públicos que contivessem dados sigilosos sobre os cidadãos.

Em 11 de julho de 1986, a Lei nº 881⁵⁴⁸ reafirmou a transferência do Departamento Geral de Cultura, com seus órgãos, acervos e pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, para o âmbito da recém-criada Secretaria Municipal de Cultura. Em 11 de agosto do mesmo ano, a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Cultura foi modificada, com base no Decreto nº 6.024⁵⁴⁹. Na sua estrutura, foram criados os seguintes departamentos gerais: 1) de Documentação e Informação Cultural; 2) de Ação Cultural; e 3) de Patrimônio Cultural; as assessorias de Planejamento e Orçamento e de Desenvolvimento Institucional e a Diretoria de Administração. O Departamento Geral de Cultura e o Departamento de Administração foram extintos da estrutura básica da referida Secretaria e os cargos em comissão e as funções gratificadas foram transformados para se adequarem à nova estrutura.

O Decreto nº 6.024, assim, determinou que o Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural (DGDI) passasse a desempenhar as competências antes atribuídas ao DGC. Assim, o DGDI passou a deter as seguintes competências: 1) dar cumprimento às normas e medidas relacionadas com a implantação e execução de projetos e atividades, nas áreas de arquivo e biblioteconomia; 2) elaborar programas de documentação e informação cultural; 3) propor projetos e atividades que visassem aperfeiçoar o desempenho das Bibliotecas Regionais, das Bibliotecas Volantes e do Arquivo Geral da Cidade; 4) desenvolver estudos e pesquisas para o estabelecimento de uma política municipal de arquivo; 5) elaborar e desenvolver uma programação integrada com os diferentes órgãos do Departamento e da Secretaria Municipal de Cultura; e 6) estabelecer critérios, padrões e mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de controle das ações desenvolvidas pelo próprio Departamento.

O Decreto nº 6.024 manteve a subordinação direta do Arquivo Geral da Cidade ao recém-criado Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, que substituiu o Departamento Geral de Cultura, e também estabeleceu as novas estruturas orgânicas destes órgãos.

Ainda na gestão do secretário de Cultura, Antônio Pedro (1986-1989), a Resolução nº 11⁵⁵⁰, da SMC, de 23 de setembro de 1986, alterou a estrutura geral da Secretaria Municipal de Cultura e, conseqüentemente, a organização interna do Arquivo Geral da Cidade. A estrutura do Arquivo Geral da Cidade, modificada, passou a ser constituída por: 1) Serviço de Arquivo Permanente, composto pelas Seções de Documentação Escrita; Documentação Especial; e de Biblioteca; 2) Serviço de Arquivo Intermediário, formado pelas seções de Transferência e de Documentação; 3) Serviço de Apoio Técnico, constituído pelas seções de Processamento, de Restauração e de Reprodução; 4) Serviço de Apoio Cultural, integrado pelas seções de Pesquisa e de Programação Cultural; e 5) Serviço de Apoio Administrativo, ao qual se subordinaram as seções de Protocolo e Expediente, de Portaria e Zeladoria e de Apoio Financeiro. Esta Resolução também instituiu as siglas para as unidades orgânicas que compunham a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, com o objetivo de uniformizar suas denominações e de facilitar as comunicações internas entre elas. Em 21 de outubro de 1986, a Lei nº 914⁵⁵¹, sancionada pelo prefeito Saturnino Braga, estabeleceu a criação de um Banco de Memórias da Cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de registrar, guardar e preservar as fontes documentais sobre a história da municipalidade.

No plano nacional, em outubro de 1986, realizaram-se as eleições para o Congresso Nacional, para as Assembleias Legislativas e para os governos estaduais. O PMDB obteve uma grande vitória. Conseguiu eleger os governadores de todos os estados, com exceção de Sergipe, e as maiores bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Devido à maioria que assegurou no Congresso Nacional, o PMDB pôde indicar o deputado Ulysses Guimarães, que fora um dos grandes líderes da luta pela redemocratização do país e um dos deputados mais votados, para presidir os trabalhos congressuais. A principal tarefa desta legislatura foi a elaboração de uma nova Constituição Federal, motivo pelo qual o Congresso Nacional assumiu funções constituintes.

No entanto, depois das eleições, a inflação disparou, com a liberação dos aumentos das tarifas públicas, dos impostos e dos preços das mercadorias e serviços. No começo de 1987, a crise econômica forçou o governo Sarney a declarar uma moratória do pagamento dos juros, da crescente dívida externa do país. A maioria da população decepcionou-se com os rumos da economia e deixou de confiar nas medidas econômicas propostas pelo governo federal, que se desgastou politicamente.

A esperança do povo brasileiro voltou-se para o Congresso Nacional, que iniciou os seus trabalhos em fevereiro de 1987. A expectativa popular almejava que a nova Constituição garantisse os direitos democráticos dos cidadãos, estabelecesse as instituições básicas do país, implantasse uma democracia social e política no Brasil e melhorasse suas condições de vida e de trabalho, assegurando os direitos à educação, à saúde, ao saneamento básico, aos transportes, à moradia e a salários dignos. A longa duração dos trabalhos constituintes expressou as dificuldades e barreiras enfrentadas pelos parlamentares para atender às pressões dos diversos “lobbies” e dos grupos e classes da sociedade brasileira, que se organizaram para reivindicar seus interesses, mediante a apresentação de emendas populares, visando incluir seus direitos e reivindicações na nova Carta Constitucional.

Durante a elaboração da Constituição Federal, um grupo de políticos descontentes com a indefinição do PMDB em relação a temas centrais da Carta Constitucional, rompeu com o partido. Em 25 de junho de 1988, este grupo criou o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), no qual ingressaram os principais políticos paulistas, como o senador Fernando Henrique Cardoso, o governador Franco Montoro e o prefeito da capital paulista Mário Covas, o deputado José Serra, além do mineiro Aécio Neves, do sergipano Teotônio Vilela Filho e do paraense Arthur Virgílio Filho.

No âmbito da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1987, a diretora do Arquivo Geral da Cidade, Helena Corrêa Machado, solicitou, por meio de ofício⁵⁵² ao então diretor do DGDI, o professor José Epitácio Brunet Paes, que fossem promovidas várias alterações na estrutura do órgão, sem aumento de despesas. Uma das alterações que propôs seria implantada no Serviço de Apoio Administrativo, onde sugeriu a substituição da denominação da Seção de Apoio Financeiro pela de Apoio Orçamentário. Solicitou a transferência de subordinação da Seção de Biblioteca, do Serviço de Arquivo Permanente, para o Serviço de Apoio Cultural, e a mudança da Seção de Processamento, do Serviço de Apoio Técnico, para o Serviço de Arquivo Permanente.

No Serviço de Arquivo Intermediário, requereu a alteração da denominação de duas seções, que deixariam de ser designadas de Seção de Transferência e de Seção de Documentação e passariam a ser designadas de Seção de Destinação e de Seção de Guarda e Consulta. Entretanto, não encontrei indícios de que suas propostas tenham sido consideradas pelo DGDI, pois a Assessoria de Desenvolvimento Institucional da SMC, por meio de um Ofício⁵⁵³, de 18 de junho de 1987, enviou à diretora do Arquivo Geral um organograma completo da SMC, no qual a estrutura do órgão foi rerepresentada, sem que as alterações solicitadas tivessem sido incorporadas. Não foi possível localizar documentos que apresentassem uma exposição de motivos das alterações propostas por Helena Machado, tampouco foi encontrada uma resposta oficial do DGDI. Possivelmente, o não atendimento das solicitações da diretora do AGCRJ decorreu dos graves problemas financeiros e políticos que a municipalidade estava enfrentando na época.

Em 29 de setembro de 1987, a Lei nº 1.067⁵⁵⁴, sancionada pelo prefeito, estabeleceu uma definição oficial de documento público municipal, regulamentou a legitimidade de sua posse, atribuindo ao Arquivo Geral da Cidade a competência “privativa” de emitir cópias de documentos públicos municipais, mediante o pagamento de taxas ou emolumentos pelos requerentes das citadas cópias ao órgão. Esta Lei restabeleceu uma das mais antigas funções desempenhadas pelo AGCRJ em relação à documentação produzida pela administração municipal. Esta função foi atribuída ao órgão por todos os seus regimentos internos anteriores e garantiu a idoneidade e a integralidade das cópias de documentos fornecidas aos governantes e aos

munícipes e assegurou o direito de acesso aos documentos públicos para fins de comprovação de direitos, de informação e de fontes para as pesquisas acadêmicas.

Entretanto, a política municipal de documentação implantada era contraditória e ambígua, pois, em 29 de fevereiro de 1988, o prefeito Saturnino Braga, considerando a reestruturação administrativa, o crescente volume de documentos produzidos pela administração municipal, que exigia instrumentos e normas para disciplinar sua avaliação e destinação, e a necessidade de articular e integrar os diversos órgãos que produziam e gerenciavam documentos, baixou o Decreto nº 7.434⁵⁵⁵, que dispôs sobre o Sistema Municipal de Documentação (SMD).

Este Decreto determinou que o SMD atuasse de forma dinâmica, articulada e integrada na coordenação, execução e no controle das atividades inerentes à documentação do Executivo municipal. O SMD implantado pelo Decreto nº 7.434, abrangeu as áreas de Arquivística e de Biblioteconomia e suas orientações se voltaram para o campo de atuação das bibliotecas, mapotecas, filmotecas, dos setores de referências legislativas e jurisprudenciais, de divulgação documental e de arquivos. O SMD continuou sendo dirigido pela Superintendência de Documentação (SDO), da Secretaria Municipal de Administração.

Esta Superintendência foi alçada à posição de órgão central do SMD, formado pelos órgãos e agentes setoriais e por órgãos e agentes seccionais, pelas unidades ou pelos servidores do Gabinete do prefeito, das secretarias municipais e da Procuradoria Geral do Município, que exercessem atividades específicas de documentação. Determinou que os órgãos setoriais e seccionais e seus agentes fossem subordinados técnica e normativamente à Superintendência de Documentação e não ao Arquivo Geral da Cidade, estabelecendo que, administrativamente, aqueles órgãos e agentes continuassem subordinados aos órgãos aos quais estavam integrados.

O Decreto nº 7.434 também estabeleceu as seguintes competências para a Superintendência de Documentação: 1) formular as diretrizes gerais do SMD, observando a política governamental vigente; 2) planejar as atividades desenvolvidas pelo sistema, com a colaboração dos órgãos setoriais e seccionais e dos seus agentes; 3) elaborar atos e instrumentos necessários ao desenvolvimento das suas atividades; 4) responsabilizar-se pela elaboração, distribuição e atualização dos manuais do sistema, com base nos subsídios fornecidos pelos seus agentes; 5) estabelecer e coordenar a articulação com entidades públicas e privadas da área de documentação; 6) orientar tecnicamente os órgãos e agentes subordinados, supervisionando suas atividades e estabelecendo normas para a padronização de procedimentos; 7) promover, junto ao órgão central do Sistema Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SRH), o treinamento e o aperfeiçoamento do pessoal da área de documentação; 8) propor, orientar, controlar e efetuar a implantação e o desenvolvimento da informatização da documentação produzida no âmbito da Prefeitura da cidade.

O Decreto nº 7.434 estipulou, também, as competências dos órgãos e agentes setoriais e seccionais do Sistema Municipal de Documentação, mas nem ao menos mencionou o Arquivo Geral da Cidade como órgão integrante do SMD. Determinou, ainda, que aos dirigentes da estrutura básica da Prefeitura caberia designar os agentes setoriais e seccionais do SMD. Esta designação deveria escolher tais agentes entre os servidores que detivessem conhecimento específico e experiência na área de documentação. Este Decreto estipulou que o SMD mantivesse mecanismos de articulação com os sistemas federal e estadual de documentação, visando o intercâmbio de informações e experiências. Tornou obrigatória a apresentação de diplomas de bacharel nas áreas de Arquivística e Biblioteconomia para o preenchimento de cargos de direção que exigissem conhecimentos técnicos específicos nestas áreas.

Em 28 de março de 1988, a Portaria nº 06⁵⁵⁶, da Superintendência de Documentação, constituiu um grupo de trabalho para promover o funcionamento integrado e harmônico do SMD, sem a participação de representantes do AGCRJ. As tarefas do grupo foram elaborar os princípios, diretrizes, normas e

procedimentos, visando traçar o diagnóstico da situação das unidades orgânicas que desenvolvessem atividades de arquivo e de bibliotecas na estrutura administrativa da Prefeitura.

Neste ano, a Prefeitura passou a enfrentar muitos problemas com os repasses de recursos dos governos estadual e federal para o seu erário. Suas receitas orçamentárias e extraordinárias diminuíram e suas despesas de custeio da máquina administrativa aumentaram, em função da política salarial adotada pelo prefeito, que aumentou os vencimentos dos servidores municipais, em função da disparada da inflação e da alta do custo de vida na cidade e no país. Em maio de 1988, o prefeito Saturnino Braga declarou a falência financeira da Prefeitura da cidade. Em consequência desta situação, no dia 26 de maio, foi baixado o Decreto nº 7.666⁵⁵⁷, que alterou, mais uma vez, a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, com o objetivo de reduzir suas despesas. O objetivo deste Decreto foi cortar os gastos públicos, extinguir cargos em comissão e funções gratificadas dos dirigentes e servidores em todos os órgãos da referida Secretaria, suprimindo alguns e promovendo um amplo enxugamento da sua estrutura organizacional.

No Arquivo Geral da Cidade, mantido subordinado ao DGDI, este Decreto suprimiu as seguintes unidades orgânicas: as seções de Documentação Escrita e de Documentação Especial, do Serviço de Arquivo Permanente; as seções de Transferência e de Documentação, do Serviço de Arquivo Intermediário; as seções de Processamento, de Restauração e de Reprodução, do Serviço de Apoio Técnico; as seções de Pesquisa e de Programação Cultural, do Serviço de Apoio Cultural, e as seções de Portaria e Zeladoria e de Apoio Financeiro, do Serviço de Apoio Administrativo.

O Decreto nº 7.666/1988, portanto, reduziu muito a estrutura orgânica e as funções gratificadas do Arquivo Geral da Cidade. As unidades reorganizadas passaram a ser designadas de: 1) Divisão de Arquivos, composta por três serviços: de Arquivo Permanente, de Arquivo Intermediário e de Apoio Técnico. 2) Divisão de Produção Cultural, constituída pelo Serviço de Apoio Cultural e Pesquisa e o pelo Serviço de Biblioteca; e, 3) Serviço de Apoio Administrativo, ao qual foram subordinadas as Seções de Protocolo e Arquivo Corrente e de Atividades Gerais.

Em 17 de junho de 1988, a Resolução Conjunta nº 1⁵⁵⁸, da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria Municipal de Administração instituiu uma comissão destinada a proceder à avaliação, à seleção e ao recolhimento de documentos de valor permanente existentes nas duas últimas Secretarias ao Arquivo Geral da Cidade.

Em 28 de junho de 1988, a Portaria nº 08⁵⁵⁹, da Superintendência de Documentação, delimitou a abrangência do SMD, com base nos princípios estabelecidos pela Federação Internacional de Documentação (FID) e pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Esta Portaria reafirmou a Superintendência de Documentação como o órgão central do SMD e esclareceu que as características deste sistema seriam identificadas pelas suas competências. Assim, na área documental, o SMD era responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de recepção, preservação e pela garantia de acesso público à documentação produzida e acumulada pelo Poder Executivo municipal.

Em 9 de setembro de 1988, foi estabelecido o novo Regimento Interno do AGCRJ, mediante a Resolução nº 41⁵⁶⁰, da SMC, definindo as suas competências. O órgão foi incumbido de: 1) preservar a memória documental da cidade; 2) dar função social a seu acervo, garantindo pleno acesso público ao patrimônio documental sob a sua custódia; 3) receber por transferência ou por recolhimento a documentação produzida e acumulada pelo Executivo municipal; 4) produzir documentação que registre expressões culturais de fontes não oficiais de interesse para a memória da cidade; 5) promover a aquisição de documentos, fontes primárias ou secundárias, de comprovado interesse sociocultural; 6) incrementar a divulgação das suas atividades institucionais, fortalecendo e dinamizando o vínculo entre o Arquivo Geral da Cidade e a comunidade carioca; 7) manter intercâmbio com instituições estaduais, nacionais e internacionais afins; 8) participar da elaboração da proposta orçamentária relativa à aplicação de recursos financeiros destinados à sua programação

específica. Este Regimento também definiu as competências dos organismos internos que constituíam o Arquivo Geral.

Saturnino Braga, depois de decretar a falência da Prefeitura, passou a ser muito hostilizado pelo vice-prefeito Jó Antônio Rezende e rompeu suas relações políticas com o governador Leonel Brizola, deixando o PDT.⁵⁶¹ Decidiu, então, renunciar ao cargo de prefeito, que passou a ser exercido por Jó Rezende até a posse do próximo prefeito eleito, em 1º de janeiro de 1989. Em 3 de outubro de 1988, nas eleições municipais, o advogado Marcello Nunes de Alencar, candidato do PDT, foi reeleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro, com o apoio do governador Leonel Brizola, desta vez por meio de eleições diretas.

No âmbito nacional, finalmente, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, a chamada Constituição Cidadã, fato culminante do processo de redemocratização do país. A nova Carta Constitucional restabeleceu as eleições diretas para a Presidência e a Vice-Presidência da República, aprovou o direito de voto dos analfabetos, garantiu uma ampla liberdade de organização partidária, que permitiu a legalização, por exemplo, do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil, e restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras das capitais dos estados e territórios. Porém, manteve em funcionamento o Serviço Nacional de Informações (SNI), com recursos orçamentários consideráveis, e não revogou a Lei de Segurança Nacional, que fazia parte do “entulho autoritário” produzido pelo regime militar.

Entre os avanços democráticos que foram incorporados à Constituição, destacam-se a ampliação dos direitos sociais e políticos dos cidadãos e cidadãs brasileiros; o reconhecimento dos direitos e deveres coletivos, além dos individuais; a extensão aos partidos políticos e aos sindicatos do direito de impetrarem mandados de segurança; a criação do *habeas-data*, instrumento jurídico que assegura ao cidadão o direito de ter acesso às informações sobre a sua pessoa, existentes em bancos de dados dos órgãos governamentais federais, estaduais e municipais.

A “Constituição Cidadã”, nos seus artigos nº 29, nº 30 e nº 31 delegou maiores poderes às Câmaras Municipais em todo o país, estabelecendo quatro anos de mandato para os vereadores, eleitos por sufrágio secreto, direto e universal, encarregando-os de elaborar as Leis Orgânicas dos Municípios e toda a legislação ordinária e de fiscalizar e julgar as contas dos Executivos municipais. Garantiu a inviolabilidade de opiniões, palavras e votos dos vereadores no exercício dos seus mandatos e na circunscrição do seu município e lhes atribuiu a função de legislar sobre todos os assuntos de interesse local.

Porém, a instabilidade política, que ainda marcava o regime democrático brasileiro, foi registrada na indefinição da Carta Constitucional sobre o sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista) e até sobre a forma de regime (monarquia ou república) a serem adotados pelo país. Estas questões ficaram dependentes da realização de um plebiscito, marcado para 7 de setembro de 1993. No plebiscito, realizado na data determinada, a maioria dos cidadãos e cidadãs brasileiros decidiu-se pela manutenção do presidencialismo e da república.

No plano municipal, em 1º de janeiro de 1989, quando passou a dirigir a Prefeitura da cidade, Marcello de Alencar foi obrigado a proceder a uma ampla reforma na estrutura organizacional do Executivo municipal, através do Decreto nº 8.327 ⁵⁶². O objetivo desta reforma era reorganizar e sanear as finanças públicas municipais, reorientando os recursos financeiros da Prefeitura para investimentos nos setores da administração municipal considerados prioritários, pois sua gestão começou enfrentando uma greve geral dos servidores municipais, que não recebiam seus salários há três meses, devido à falência da Prefeitura. O prefeito negociou com os servidores uma forma de restabelecer o pagamento dos seus vencimentos e indenizá-los pelas perdas financeiras que tiveram e conseguiu pôr fim à greve que paralisava a administração municipal. Durante o governo de Marcello de Alencar (1989-1992), as finanças públicas da cidade foram saneadas e recuperadas, foram reformados praças, vias públicas, viadutos, túneis, escolas e hospitais. O projeto

urbanístico de recuperação da orla marítima da cidade, o RIO-ORLA, foi implantado e executado, e foram criadas as primeiras ciclovias da cidade.

Em 26 de janeiro de 1989, o Decreto Executivo nº 8.356⁵⁶³, reorganizou a Secretaria Municipal de Cultura, alterando a sua denominação para Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes (SMCT), pois a referida Secretaria incorporou a Secretaria Municipal de Turismo e Esportes, que foi extinta.

Para a nova Secretaria foram transferidas a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR) e a Fundação Municipal de Esportes (RIOESPORTES). Para o cargo de secretário de Cultura, Turismo e Esportes foi nomeado o escritor e jornalista Gerardo Mello Mourão, que exerceu suas funções de 1989 até 1991.

O Decreto nº 8.356/1989 também estabeleceu uma nova estrutura organizacional para o Arquivo Geral da Cidade, que permaneceu subordinado ao Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural (DGDI) da SMCT, extinguindo ou alterando vários serviços ou seções do Arquivo Geral, cuja estrutura orgânica passou a ser formada pelas seguintes unidades: 1) Divisão de Arquivos, composta pelo Serviço de Documentação Escrita e pelo Serviço de Apoio Técnico; 2) Divisão de Produção Cultural, da qual foram suprimidos o Serviço de Apoio Cultural e Pesquisa e o Serviço de Biblioteca; 3) Serviço de Apoio Administrativo, constituído pelas Seções de Protocolo e Arquivo Corrente e de Atividades Gerais.

Helena Corrêa Machado, que ainda exercia o cargo de diretora do Arquivo Geral da Cidade, preocupada com as consequências danosas que as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.356 acarretariam ao funcionamento do órgão, apresentou ao diretor do DGDI, o professor Eptácio José Brunet Paes, por meio do Ofício nº 08/89,⁵⁶⁴ uma proposta de reestruturação do órgão. Esta proposta pretendeu propor alterações tanto na área técnico-arquivística, quanto na de apoio cultural, de modo que o desempenho das funções do órgão não fosse prejudicado. Assim, propôs que na Divisão de Arquivos a denominação do Serviço de Apoio Técnico fosse alterada para Serviço de Documentação Especial e Apoio Técnico, para que este pudesse incorporar o Serviço de Documentação Especial, que fora extinto, apesar de ter a responsabilidade de executar o processamento técnico de um amplo acervo composto por fotografias, gravuras, plantas, mapas, filmes e fitas gravadas de valor documental inestimável. Alegou que a ampliação da denominação do Serviço de Apoio Técnico não acarretaria novas despesas e diminuiria o prejuízo causado pela extinção do Serviço de Documentação Especial, cujas funções foram suprimidas na nova estrutura do Arquivo Geral da Cidade.

Na Divisão de Produção Cultural, propôs o restabelecimento do Serviço de Biblioteca, justificando sua proposta tanto pela especificidade do seu trabalho, quanto pela relevância e qualidade do acervo bibliográfico e hemerográfico custodiado pelo Arquivo Geral da Cidade, cujo valor não pode ser avaliado financeiramente. Argumentou que o Serviço de Biblioteca, além de fornecer importantes subsídios para o trabalho técnico-arquivístico do órgão, funcionava aberto para o público, propiciando à comunidade carioca e aos pesquisadores nacionais e estrangeiros acesso a um dos poucos acervos especializados em assuntos relativos ao Rio de Janeiro, disponíveis nas bibliotecas da cidade.

Desta forma, justificou a preservação do Serviço de Biblioteca como uma unidade orgânica autônoma na estrutura do AGCRJ, com o objetivo de impedir a dispersão dos seus acervos, de garantir o acesso dos usuários e de preservar a cultura carioca. Também propôs a alteração da denominação da Divisão de Produção Cultural para Apoio Cultural, já que não caberia à administração pública produzir cultura, mas, sim, apoiar os produtores culturais cariocas. Helena Corrêa Machado também encaminhou ao diretor do DGDI um organograma, com as alterações que sugeriu para a estrutura orgânica do AGCRJ, especificando as competências de cada uma das suas unidades. Entretanto, a estrutura organizacional implantada no AGCRJ não incorporou suas sugestões.

Em 28 de março de 1989, a Portaria nº 6⁵⁶⁵, da Superintendência de Documentação, constituiu um grupo de trabalho para promover a integração e a articulação entre os órgãos que compõem o Sistema Municipal de Documentação, mais uma vez excluindo o AGCRJ.

Mediante uma Ordem de Serviço ⁵⁶⁶, em julho de 1990, a diretora Helena Corrêa Machado estabeleceu os critérios para o atendimento ao público na recepção do AGCRJ e implantou medidas visando à racionalização da circulação de pessoas estranhas nas suas dependências, com o objetivo de aumentar a segurança sobre os acervos arquivados.

Neste momento, as finalidades do Arquivo Geral da Cidade estabelecidas legalmente eram: 1) a reunião e a preservação da documentação de valor permanente produzida e acumulada pelo Executivo municipal; 2) a garantia do pleno acesso público ao patrimônio documental custodiado; e 3) a realização de pesquisas históricas sobre a cidade do Rio de Janeiro, divulgando a sua memória documental, mediante publicações e programas culturais. As atividades-fim do órgão eram: 1) o recolhimento, a transferência, o processamento técnico e a preservação de documentos de valor permanente; 2) o atendimento às consultas de pesquisadores, administradores, estudantes e munícipes em geral; 3) a promoção de eventos culturais; e 4) a manutenção da biblioteca especializada em obras relativas à cidade do Rio de Janeiro.

Em 25 de julho de 1989, a Portaria nº 10⁵⁶⁷, da Superintendência de Documentação (SDO), estabeleceu o cronograma para a implantação do Sistema Municipal de Documentação e reconheceu a competência dos órgãos setoriais e seccionais, que compunham o SMD, para acompanhar, de forma participativa, as suas atividades, ainda, mais uma vez, sem considerar ou mencionar o AGCRJ.

Em 12 de setembro de 1989, a Portaria nº 11⁵⁶⁸, da SDO, definiu as atividades de competência dos órgãos do Sistema Municipal de Documentação. As unidades do SMD deveriam processar tecnicamente os acervos bibliográficos, arquivísticos, legislativos e jurisprudenciais, resguardando suas especificidades e promovendo a sua divulgação. Estas unidades deveriam arquivar, organizar, preservar e garantir o acesso público aos documentos existentes nas unidades integrantes da estrutura administrativa municipal em que se inseriam.

Cabia às unidades integrantes do SMD elaborar atos e instrumentos necessários para a regularização e padronização dos procedimentos adotados em relação à documentação; elaborar, distribuir e atualizar manuais; estabelecer intercâmbio de informações com órgãos oficiais e privados de atuação correlata; proceder a estudos para implantar a informatização da documentação, visando a formação de uma rede municipal de informações; e orientar os órgãos que desenvolvessem atividades de protocolo, de acordo com as normas estabelecidas pela SDO.

A Portaria nº 12 ⁵⁶⁹, da SDO, de 14 de setembro de 1989, definiu os tipos de documentos que deveriam permanecer sob a guarda dos órgãos de documentação, informando que estabeleceria procedimentos para a destinação e transferência dos documentos selecionados para o arquivo intermediário e listando sua tipologia. Em 3 de outubro do mesmo ano, a Portaria nº 13 ⁵⁷⁰, da SDO, estabeleceu os procedimentos para a destinação dos documentos, determinando que em todos os arquivos do Executivo fossem realizados periodicamente levantamentos e avaliações por equipes técnicas especiais.

A Portaria Nº 14 ⁵⁷¹, de 16 de outubro de 1989, da SDO, definiu os procedimentos para a transferência de documentos. Assim, determinou que a massa documental a ser transferida, de acordo com prazos estipulados por tabelas de temporalidade, deveria ser acondicionada em caixas lacradas, acompanhadas por uma listagem em duas vias, indicando o título, as datas-limites e as quantidades da documentação transferida. Portanto, a edição dessa legislação demonstra que o Sistema Municipal de Documentação era dirigido, de fato e de direito, pela Superintendência de Documentação, da SMA. O AGCRJ estava relegado a um papel periférico, não sendo incluído no interior deste sistema, não formulando nem participando das políticas adotadas pelo governo municipal para a área de documentação, apesar da legislação que restabelecera seu papel de órgão central do sistema de arquivos municipal não ter sido formalmente suprimida.

No plano nacional, em 15 de outubro de 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para a Presidência da República, depois da redemocratização do país. Os candidatos que se destacaram foram Fernando Collor de Melo, ex-governador de Alagoas, pelo minúsculo Partido de Renovação Nacional (PRN), que convidou o

governador de Minas Gerais, Itamar Franco, para compor sua chapa, como vice-presidente, e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT. Outros candidatos importantes foram o deputado federal Ulysses Guimarães, pelo PMDB, o governador de São Paulo, Mario Covas, pelo PSDB, o ex-governador Leonel Brizola, pelo PDT e o deputado federal Roberto Freire, pelo PPS, o ex-ministro Aureliano Chaves pelo PFL e o ex-governado Paulo Maluf, pelo PDS.

Collor de Melo ocupou o primeiro lugar nas intenções de votos, apuradas pelas pesquisas de opinião, desde o começo da campanha eleitoral, devido à sua fama de “caçador de marajás” e ao seu discurso populista voltado para os “descamisados” e “pés descalços”. Defendeu um programa liberal e desestatizante. Desta forma, conseguiu o apoio da maioria do empresariado, dos meios de comunicação e dos latifundiários, além de canalizar para si as esperanças de mudanças das classes médias e populares.

Os dois candidatos vencedores do primeiro turno eleitoral foram Fernando Collor de Melo, com 28,52% dos votos válidos e Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu 16,08% dos votos válidos. No segundo turno das eleições, Lula obteve o apoio de Brizola, de Covas, de Ulysses Guimarães, de Roberto Freire e da maioria dos sindicatos e movimentos sociais, como o MST, mas não conseguiu unir a Igreja Católica em torno da sua candidatura, que representava as forças de esquerda. Ainda que tenha obtido o apoio das forças de centro, sua candidatura foi desfavorecida pela conjuntura internacional, de derrocada do “socialismo real” ou do “comunismo”.

Esta conjuntura, marcada pelo fim da “cortina de ferro” no Leste europeu, pela derrubada do muro de Berlim e pela crise que implodiu a União Soviética, resultou no enfraquecimento das tendências de esquerda do espectro político no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Assim sendo, o candidato do PT ao cargo de presidente da República recebeu 31,07% dos votos válidos, no segundo turno, enquanto Collor de Melo venceu as eleições presidenciais, obtendo 42,75% dos votos válidos.⁵⁷²

Em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Melo e Itamar Franco tomaram posse dos seus cargos. Collor de Melo, sem o apoio de políticos destacados, formou um ministério com pessoas pouco conhecidas. Nomeou sua prima, a economista Zélia Cardoso de Melo para o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Joaquim Roriz para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Ozires Silva para o Ministério da Infraestrutura, José Bernardo Cabral para o Ministério da Justiça, Carlos Chiarelli para o Ministério da Educação, José Rezek para o Ministério das Relações Exteriores, Alceni Guerra para o Ministério da Saúde, Rogério Magri para o Ministério do Trabalho e Previdência Social e militares para os Ministérios do Exército, general Carlos Tinoco Gomes, da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro, e da Marinha, almirante Mário César Flores.

Uma das primeiras medidas da ministra da Economia foi decretar o chamado Plano Collor, que promoveu o confisco das aplicações financeiras, inclusive da poupança e das contas correntes, de todos os que tinham estes produtos na rede bancária nacional, realizando o que Collor de Melo denunciou na campanha eleitoral, como um dos prováveis atos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, se fosse eleito.

O governo Collor de Melo justificou a decretação deste plano radical com o objetivo de combater a hiperinflação e estabilizar a economia do país. O Plano Collor estabeleceu uma nova moeda nacional, o cruzeiro, em substituição ao cruzado novo, e implantou um conjunto de medidas que permitiu a extinção ou privatização de inúmeros órgãos públicos e de diversas empresas estatais. De fato, o governo Collor de Melo, em conformidade com as diretrizes preconizadas pelo chamado Consenso de Washington⁵⁷³, promoveu a abertura do mercado nacional para os investimentos externos e as empresas multinacionais, implantando um radical programa de desestatização e de privatização, que atingiu fortemente a área da cultura, cujos principais órgãos na esfera federal, como o IPHAN, o Pró-Memória, a EMBRAFILME e a FUNARTE, foram sumariamente extintos, por determinação do secretário de Cultura, Ipojuca Pontes.

O confisco das aplicações financeiras promovido pelas autoridades econômicas federais atingiu amplas parcelas da população brasileira e promoveu uma série de graves problemas psico-sociais e financeiros, como falências, concordatas, endividamentos e até suicídios de empresários, de profissionais assalariados, de aposentados e de pensionistas, especialmente nas classes médias urbanas que tinham acesso aos serviços bancários.

No plano municipal, em 27 de março de 1990 o prefeito Marcello de Alencar sancionou a Lei nº 1.566⁵⁷⁴, que autorizou o Poder Executivo a criar a Central de Troca de Documentos (CTD), vinculada à SMA, com o objetivo de centralizar e distribuir documentos, *Diários Oficiais do Município* e demais expedientes entre as Secretarias Municipais, a Procuradoria Geral do Município, a Câmara Municipal, o Tribunal de Contas do Município e os órgãos estaduais e federais.

Em 5 de abril de 1990, foi promulgada pela Câmara Municipal a nova Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, adequando-se às determinações da Constituição Federal de 1988. Esta Lei instituiu os princípios básicos do município, reconheceu os direitos fundamentais dos cidadãos cariocas, estabeleceu a organização administrativa municipal, garantindo sua autonomia política, financeira, administrativa e legislativa. Confirmou seus limites geográficos e sua extensão territorial, estabelecidos pela legislação anterior, e estipulou a sua divisão administrativa, competências e vedações, a organização do governo municipal, exercido conjuntamente pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo e as suas respectivas atribuições, garantias, prerrogativas e responsabilidades. Um dos cinco exemplares autógrafos foi destinado ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A nova Lei Orgânica determinou que são atribuições da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas Municipal (TCM) realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da municipalidade. Definiu a composição e as atribuições destas duas instituições municipais. Estipulou que o Poder Executivo fosse exercido pelo prefeito ou pelo vice-prefeito, nos impedimentos do primeiro, eleitos diretamente pelos cidadãos cariocas, e auxiliados pelos secretários municipais, definindo as suas atribuições, funções e responsabilidades.

No Poder Executivo, instituiu as administrações regionais, descentralizando o poder da Prefeitura. Estabeleceu os conselhos municipais e a Procuradoria Geral do Município, definindo suas atribuições, suas composições e suas respectivas organizações. Definiu os atos administrativos expedidos pelos órgãos da administração municipal, obrigando o seu registro e publicidade, por meio do *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*.

A nova Lei Orgânica municipal, seguindo o modelo da Constituição Federal de 1988, é muito extensa e detalhista, incluindo capítulos sobre os servidores públicos, o patrimônio, a tributação, a receita, a despesa e o orçamento municipais, as políticas em relação à ciência e à tecnologia, ao desenvolvimento econômico, social e cultural, à cidadania e ao bem-estar social, à saúde e à higiene, ao desporto e ao lazer, aos transportes coletivos e aos sistemas viários, à política urbana, ao desenvolvimento urbano, ao meio ambiente e ao saneamento básico, além de incluir diversas disposições transitórias. Ainda assim, o seu texto foi alvo de várias emendas e de representações de inconstitucionalidade por parte de vereadores e de ações populares, mas está em vigor até os dias atuais.

A Lei Orgânica de 1990⁵⁷⁵, nas suas determinações voltadas para a cultura, incluídas na Seção III, estipulou que cabe ao Poder Executivo a gestão da documentação governamental e as providências para franquear ao público a sua consulta, mas não fez nenhuma menção ao Arquivo Geral da Cidade como órgão gestor desta documentação.

Em 15 de maio de 1990, a Superintendência de Documentação baixou a Portaria nº 15⁵⁷⁶ estabelecendo as etapas de elaboração do Código de Assuntos de Protocolo. Este Código teve o objetivo de padronizar os termos usados na autuação dos processos e simplificar e uniformizar os protocolos dos órgãos municipais.

Em junho de 1990, a reconhecida arquivista Helena Corrêa Machado foi convidada (por indicação de Afonso Carlos Marques dos Santos) pelo secretário de Cultura, Turismo e Esportes, Gerardo Mello Mourão, para dirigir o Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural (DGDI), deixando a direção do Arquivo Geral da Cidade, que passou a ser exercida pelo professor Júlio César Machado, no período entre 1990 e 1991.

Em 25 de julho de 1990, o prefeito baixou o Decreto nº 9.490⁵⁷⁷ instituindo o Código de Assuntos de Processos, que foi implantado e acompanhado pela Superintendência de Documentação. Este Código foi adotado por todos os órgãos da administração municipal que exerciam atividades de protocolo, e instituiu, no Sistema de Protocolo Informatizado, a codificação dos órgãos municipais.

Em 25 de março de 1991, o prefeito Marcello de Alencar baixou o Decreto nº 10.169⁵⁷⁸, estabelecendo as normas básicas para a revisão e a consolidação das estruturas dos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo municipal.

Ainda em março de 1991, a historiadora Eliana Rezende Furtado de Mendonça, que já fora funcionária do Arquivo Geral da Cidade, passou a dirigi-lo, por indicação de Helena Corrêa Machado, então já diretora do DGDI, ao novo secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, o jornalista e escritor Carlos Eduardo Novaes, que ocupou a pasta entre 1991 e 1992.

Este secretário dinamizou as atividades culturais promovidas pela SMCT, considerando a diversidade cultural da população carioca, e dando grande ênfase as manifestações e tradições da cultura popular. Organizou o primeiro congresso de Ecomuseus da cidade, em parceria com a Faculdade de Museologia da UNIRIO e propôs a criação de um Ecomuseu no antigo Matadouro de Santa Cruz, buscando integrar o seu patrimônio edificado com a cultura da população local.

Em 24 de abril de 1991, o Decreto nº 10.189⁵⁷⁹ estabeleceu a estrutura orgânica da Secretaria Municipal de Administração. Em 25 de junho de 1991, a Portaria nº 20⁵⁸⁰, da Superintendência de Documentação, criou o Formulário de Atualização do Código de Assuntos de Processos, visando a desburocratização dos procedimentos administrativos e a necessidade de disciplinar e uniformizar os pedidos de inclusão, alteração e exclusão de assuntos no referido Código, estabelecendo um modelo de formulário a ser adotado pelos órgãos responsáveis pela autuação de processos na estrutura administrativa do município. Esta Portaria incumbiu a SDO de elaborar portarias de atualização e enviar periodicamente relatórios atualizados aos referidos órgãos.

Após a publicação do Decreto nº 10.628⁵⁸¹, de 10 de outubro de 1991, que dispôs sobre o funcionamento e a estrutura organizacional da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, o AGCRJ foi reestruturado e suas competências e unidades orgânicas foram redefinidas. Este Decreto adequou a referida Secretaria aos parâmetros de racionalização administrativa que estavam sendo instituídos na Prefeitura pelo governo de Marcello de Alencar e implantou uma nova estrutura organizacional no Arquivo Geral da Cidade, a qual se manteve em vigor até 2006.

A nova estrutura orgânica do AGCRJ, implantada pelo Decreto nº 10.628/1991, foi constituída por três unidades principais: 1) a Divisão de Documentação Escrita e Especial, que subordina a si o Serviço de Documentação Escrita e o Serviço de Documentação Especial; 2) a Divisão de Pesquisa; e 3) a Divisão de Apoio Técnico. À Divisão de Pesquisa foi subordinado o Serviço de Biblioteca, e à Divisão de Apoio Técnico, o Serviço de Restauração e de Reprodução e o Laboratório Fotográfico. O Serviço de Apoio Administrativo foi extinto, substituído por um mero Serviço de Portaria e Zeladoria, as seções de Protocolo e Arquivo Corrente e de Atividades Gerais do Serviço de Apoio Administrativo foram também suprimidas.

Conforme o mencionado Decreto, as competências do AGCRJ passaram a ser: 1) preservar a memória documental da Cidade do Rio de Janeiro; 2) democratizar o acesso público ao patrimônio documental sob sua custódia; 3) promover a aquisição de documentos, fontes primárias e secundárias, de comprovado

interesse sociocultural; 4) manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais afins; 5) receber a documentação produzida e acumulada pelo poder público municipal por transferência ou recolhimento; 6) zelar pela manutenção dos recursos materiais existentes nas suas instalações; 7) coordenar e controlar as operações de recebimento, registro, distribuição e informação de processos e outros documentos; e 8) elaborar a estatística mensal de toda a documentação recebida, expedida e arquivada no órgão.

Na gestão de Eliana Rezende Furtado de Mendonça (1991-1993), apesar das grandes dificuldades financeiras que o Arquivo Geral da Cidade enfrentou, foram promovidos diversos seminários, cursos e palestras, visando a atualização dos seus quadros e a difusão cultural, além de terem sido montadas diversas exposições para divulgar documentos relevantes do acervo institucional. Entre as exposições organizadas pelo órgão destacaram-se: a do artista plástico Lucílio de Albuquerque⁵⁸² e a exposição documental sobre o bairro de Copacabana. Na primeira, os desenhos, estudos e manuscritos que integravam a coleção particular do mencionado artista, foram, então, apresentados ao público carioca. Na segunda, realizada no bojo das comemorações do centenário de criação do turístico e afamado bairro carioca, foram expostas fotos, gravuras, mapas e plantas relativas à criação e à expansão de Copacabana.

Ambas as exposições foram realizadas com a curadoria da historiadora Sandra Horta, que então dirigia a Divisão de Pesquisa do AGCRJ. Também foram realizados vários eventos musicais, gravados em fitas magnéticas, juntamente com as entrevistas dos músicos e compositores convidados, com o objetivo de registrar uma memória da música popular carioca.

Eliana Furtado de Mendonça, como diretora do AGCRJ, também procurou restabelecer as relações institucionais entre o AGCRJ e várias universidades existentes na cidade, buscando estimular os historiadores e os demais cientistas sociais a utilizarem os seus acervos institucionais no desenvolvimento de suas pesquisas e dos seus trabalhos acadêmicos. Na sua gestão, foi planejado um diagnóstico dos acervos institucionais e programado um plano de recolhimento da documentação produzida pela administração municipal. Neste plano, priorizou-se o acervo de plantas da Secretaria Municipal de Obras Públicas, que se encontrava em precárias condições de arquivamento.

Em 30 de setembro de 1992, a Resolução Conjunta nº 1⁵⁸³, da SMCT e da Secretária Municipal de Urbanismo (SMU), criou uma Comissão Técnica para proceder ao recolhimento de séries documentais de valor permanente da SMU. Entre essas séries, destacou-se a de Licenças para Obras e Edificações. Esta série é formada pelos processos com pedidos de autorizações para construção, reformas, regularizações, alvarás de habite-se, de demolições e de alinhamento de imóveis e de nomenclaturas de estabelecimentos comerciais da cidade, sendo utilizada para fins probatórios e também em pesquisas acadêmicas. Os trabalhos desta Comissão permitiram que os processos de Licenças para Obras fossem recolhidos ao Arquivo Geral da Cidade, sob a supervisão do historiador Paulo Elian dos Santos, que na época dirigia a Divisão de Documentação Escrita e Especial.

Entre as ações de tratamento do acervo institucional desenvolvidas na gestão de Eliana Furtado de Mendonça, destacou-se o trabalho de reprodução e acondicionamento do acervo fotográfico de Augusto Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura entre 1906 e 1933. Este trabalho, que somente foi possível graças a um convênio de financiamento firmado com a Fundação *Vitae*, resultou ainda na elaboração de um catálogo, descrevendo esse valioso acervo.

No campo pedagógico e de difusão cultural, a atividade desenvolvida na gestão de Eliana Furtado de Mendonça que mais se destacou foi o projeto “O Arquivo vai à Escola”, coordenado pela museóloga Rita de Cássia de Mattos, que dirigia a Divisão de Apoio Técnico. Este projeto pretendeu estabelecer uma relação entre o AGCRJ e os estudantes e professores da rede municipal de ensino, possibilitando que conhecessem os acervos documentais do órgão, de forma lúdica e prazerosa. Também foram promovidos diversos recolhimentos de acervos particulares ao AGCRJ, entre quais se destacou o do engenheiro José de Oliveira

Reis, ex-integrante do quadro de servidores da Prefeitura da cidade e que se tornou um especialista em sua história.

Em 1991, foi também lançada uma linha de publicações voltada para a divulgação dos documentos especiais que constituíam parte do acervo do AGCRJ. Seu primeiro número intitulou-se *Na sala de espera do cinema Odeon*, projeto e texto de Fernando Ferreira Campos, que então integrava o Serviço de Documentação Especial do AGCRJ.

Eliana Furtado de Mendonça propôs, através de vários ofícios à direção do DGDI, a reorganização da estrutura orgânica do Arquivo Geral, a formação de um novo quadro técnico, mediante concursos públicos, que incorporasse especialmente arquivistas, e várias mudanças administrativas para dinamizar as diversas atividades da instituição. Solicitou, também, a vinculação do órgão diretamente ao gabinete do secretário de Cultura, Turismo e Esportes, com o objetivo de ampliar a sua autonomia financeira e administrativa. Porém, suas solicitações não puderam ser atendidas, devido aos problemas financeiros da Prefeitura.

Em 16 de outubro de 1992, a Lei nº 1.919⁵⁸⁴ criou e extinguiu órgãos, cargos e funções na estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, mas não alterou a estrutura do Arquivo Geral da Cidade. Logo, a posição de subalternidade administrativa do órgão se manteve, impedindo que pudesse cumprir plenamente as atribuições e competências que lhe foram delegadas pela legislação estabelecida em 1979. E, em 17 de dezembro de 1992, o prefeito Marcello de Alencar baixou o Decreto nº 11.833⁵⁸⁵ que dispôs sobre a codificação institucional da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, estabelecendo a unificação da nomenclatura dos seus organismos e reunindo a legislação elaborada por esta Secretaria.

No plano nacional, os dois anos iniciais da década de 1990 foram marcados pelas constantes denúncias de corrupção no governo de Fernando Collor, pelo desmantelamento dos órgãos da esfera federal voltados para a cultura e, principalmente, pelo processo de *impeachment* do presidente da República, que culminou com a renúncia de Fernando Collor ao cargo e com a posse do vice-presidente Itamar Franco, em setembro de 1992.

Em fevereiro de 1994, o governo de Itamar Franco lançou o Plano Real, elaborado pelo Ministério da Fazenda, sob a direção do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que então exercia o cargo de ministro. Este Plano teve como objetivos combater a inflação e estabilizar a economia do país. A criação de uma nova moeda nacional, o real, foi a sua medida mais popular. O sucesso do Plano Real resultou na eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, pelo PSDB, em aliança com o PFL e o PTB, no primeiro turno do pleito que se realizou em 3 de outubro de 1994, no qual obteve 54% dos votos válidos.

No plano municipal, o prefeito Marcello de Alencar não conseguiu indicar o seu secretário municipal de Obras Públicas, o engenheiro Luís Paulo Correia da Rocha, como candidato do PDT para concorrer ao cargo de prefeito nas eleições municipais que se realizaram em 3 de outubro de 1992. Por isto, deixou o partido e rompeu com Leonel Brizola, filiando-se, com o seu grupo político, ao PSDB.

As eleições municipais, realizadas em 15 de outubro de 1992, foram bastante concorridas. O segundo turno do pleito eleitoral foi disputado pelo economista e professor César Epitácio Maia e pela candidata do PT, a assistente social Benedita da Silva. César Maia começou sua carreira política como secretário estadual de Fazenda do governador Leonel Brizola (1983-1986). Porém, em 1992, rompeu com líder do PDT e se transferiu para o PMDB, pelo qual concorreu ao cargo de prefeito, vencendo as eleições. Em 1º de janeiro de 1993, tomou posse na Prefeitura da cidade.

César Maia, nesta primeira gestão como prefeito (1993-1996), implantou dois projetos de reurbanização inovadores, o RIO-CIDADE e o FAVELA-BAIRRO. Estes projetos levaram em consideração o meio ambiente natural e construído, transformado em tema estratégico para a recuperação do seu valor material e imaterial na história carioca. O RIO-CIDADE voltou-se para a reurbanização e melhoramentos nos principais ruas e logradouros de vários bairros, nas diferentes zonas da cidade. O FAVELA-BAIRRO constituiu-se em um

programa habitacional voltado para intervir nas favelas, loteamentos irregulares e moradias em zonas de risco, implantando serviços públicos básicos (escolas, postos de saúde, saneamento, coleta de lixo etc.).

O prefeito César Maia começou a construção da via expressa, popularmente conhecida como Linha Amarela, com a extensão de 25 quilômetros, a qual deu a denominação oficial de via Governador Carlos Lacerda. Esta via estabeleceu a ligação entre a Barra da Tijuca e a ilha do Fundão e faz parte do cinturão de vias expressas propostas pelo plano Doxiadis,⁵⁸⁶ elaborado durante o governo de Carlos Lacerda. Além disso, removeu as favelas Via Parque e Vila Marapendi, e alargou a avenida Ayrton Senna, na Barra da Tijuca; remodelou a praça da Cruz Vermelha e seu entorno, as Praças Saens Pena e Afonso Pena e seus entornos, na Tijuca. Deu início as obras do Mergulhão, uma passagem subterrânea para desafogar o congestionamento de veículos, na praça Quinze de Novembro. Reformou inúmeras escolas e vários hospitais municipais. Promoveu uma reforma político-administrativa descentralizadora, criando as subprefeituras, com maior autonomia do que as extintas regiões administrativas. No campo educacional e cultural, criou a Empresa Municipal de Multimeios - a MULTIRIO, ligada à Secretaria Municipal de Educação, e a Rede Municipal de Teatros, subordinada à Secretaria Municipal de Cultura.

Em janeiro de 1993, depois de tomar posse, o prefeito César Maia convidou a cientista política Helena Severo para ocupar o cargo de secretária Municipal de Cultura. Esta, por sua vez, convidou a historiadora Maria da Graça Salgado – que já trabalhara com ela na direção do Museu da República, e com passagem anterior pelo Arquivo Nacional na gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto – para dirigir o Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da referida Secretaria.

Em 13 de fevereiro de 1993, o prefeito César Maia sancionou a Lei nº 1.949⁵⁸⁷, criando quatro cargos de secretários extraordinários nas áreas de Turismo, de Esportes e Lazer, de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e de Meio Ambiente. Em decorrência da criação destes cargos, no dia 17 do mesmo mês, expediu o Decreto nº 11.951⁵⁸⁸, alterando a denominação de órgãos da estrutura básica do Poder Executivo municipal. Assim, foi modificada a denominação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes para Secretaria Municipal de Cultura, passando a adotar a sigla de SMC, após a criação da Secretaria Extraordinária de Turismo e da Secretaria Extraordinária de Esporte e Lazer.

Ainda em fevereiro de 1993, a secretária Municipal de Cultura, Helena Severo, e a diretora do DGDI, Maria da Graça Salgado, convidaram o professor da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, José Maria Jardim, profissional com ampla experiência no campo de arquivos, para dirigir o Arquivo Geral. Entre 1981 e 1983, Jardim havia participado do processo de modernização do Arquivo Nacional, realizado por Celina Vargas do Amaral Peixoto, no período em que ocupou a sua direção. Jardim conhecia muito bem o projeto de modernização daquele Arquivo, pois foi um dos assessores da diretora que participou de sua elaboração e da implantação.

O programa de gestão do novo diretor do Arquivo Geral da Cidade era modernizá-lo, na mesma linha implantada no Arquivo Nacional, tornando-o capaz de desempenhar um papel central no campo do processamento da documentação produzida e arquivada pela administração municipal. Durante sua curta gestão, Jardim (1983) procurou convencer a SMC e a Prefeitura a assumirem essa perspectiva modernizadora. Para desenvolver este programa, procurou estabelecer um intenso intercâmbio entre o AGCRJ e as universidades do Rio de Janeiro, atraindo os pesquisadores acadêmicos para conhecer os seus valiosos acervos documentais e para ministrar palestras, debates e cursos de atualização e de capacitação dos seus quadros técnicos.

Com esse objetivo, estabeleceu um convênio com o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, visando incorporar a experiência e o conhecimento dos seus pesquisadores para a elaboração e a implantação do projeto de modernização institucional do AGCRJ. Este projeto pretendia transformá-lo no órgão central do Sistema Municipal de Arquivos, reestruturando e atualizando a tradicional instituição de arquivo, resgatando suas funções-fins,

desenvolvendo suas competências técnicas, científicas, culturais e administrativas, tornando-o capaz de assumir a gestão da documentação produzida e acumulada pelos órgãos da Prefeitura, com as funções de gerir, orientar, assistir e supervisionar tecnicamente todo o ciclo vital da documentação, nas suas três fases (corrente, intermediária e permanente), além de recolher, tratar e dar acesso público à documentação de valor permanente que arquivava.

Para isto, pretendia redefinir o papel, as funções e a posição que o Arquivo Geral da Cidade ocupava na estrutura administrativa municipal, mediante elaboração e publicação oficial de uma legislação municipal de arquivos e de acesso à informação. Estas medidas legais, entretanto, extrapolavam as atribuições do diretor do AGCRJ, dependendo do apoio da diretora do DGGI e da secretária de Cultura e do aval do prefeito, que teria que se dispor a enviar os projetos de leis de arquivo e de acesso à informação aos vereadores, para que fossem avaliados, votados e promulgados pela Câmara Municipal, instituindo a referida legislação.

Internamente, José Maria Jardim implantou um planejamento participativo que procurou integrar a equipe técnica do AGCRJ ao projeto de modernização que queria implantar. Deste modo, pretendeu otimizar os recursos humanos e técnicos existentes na instituição, sem interromper o processo de tratamento e de arranjo da documentação que já estava em curso, ao mesmo tempo que desenvolvia sua atualização e capacitação gerencial. Com esse objetivo definido, inicialmente procedeu a um diagnóstico da situação da instituição.

Na avaliação diagnóstica que elaborou, José Maria Jardim afirmou que o AGCRJ ainda funcionava como um arquivo histórico tradicional. A sua estrutura orgânica vigente era mais formal do que real. O funcionamento da instituição considerava mais a divisão por andares e por tipos de suportes documentais, do que pelos fluxos documentais e pelos processos de arquivamento da moderna Arquivística. Constatou que boa parte do acervo documental arquivado não fora ainda identificado, e que não havia um efetivo controle intelectual e físico sobre ele. O tratamento técnico era disperso e segmentado, sem uma padronização dos procedimentos de organização, de descrição, de arranjo e de acesso à documentação. No seu diagnóstico, Jardim constatou que havia uma segmentação e uma autonomia muito grande das atividades desenvolvidas pelos diferentes setores que constituíam o órgão, sem um objetivo comum que dirigisse o trabalho.

Percebeu que faltava uma identidade à equipe técnica e não havia a integração do trabalho de cada setor em um projeto mais amplo, que compreendesse a totalidade da instituição e estabelecesse uma escala de prioridades e de metas a serem cumpridas. As equipes de cada setor trabalhavam de forma dispersa e compartimentada, sem uma direção comum. Jardim previu que a sua proposta de modernização do AGCRJ implicaria uma mudança de cultura e de perfil dos componentes do seu quadro profissional, fato que exigiria um trabalho de gestão organizacional de médio e longo prazo. Na sua concepção, a equipe técnica do órgão deveria ser multidisciplinar e interdisciplinar, composta por profissionais de diversas formações acadêmicas.

Apesar do teor crítico da sua avaliação, as inovações que propôs foram bem recebidas pela maioria dos componentes do quadro técnico do AGCRJ, que perceberam sua validade e atualidade. Porém, provocaram resistências em alguns membros da equipe. Os maiores conflitos ocorreram com a Divisão de Pesquisa, que até então era considerada a área-chave da instituição, contando com quadros profissionais muito qualificados e competentes que elaboravam e executavam os principais trabalhos desenvolvidos pelo órgão, pois a pesquisa histórica era o cerne do trabalho institucional, fato que comprova o diagnóstico elaborado por Jardim: o AGCRJ ainda se pautava no modelo dos arquivos históricos do século XIX, centrado na pesquisa histórica.

Estes conflitos entre o diretor do AGCRJ e alguns membros da Divisão de Pesquisa ocorreram porque, na concepção de Jardim, as novas funções do AGCRJ, como órgão central da gestão da documentação pública municipal, seriam encabeçadas pela Divisão de Gestão de Documentos e pela Divisão de Arquivos Permanentes,

que se tornariam as unidades principais do órgão. Na concepção de Jardim, o papel institucional da Divisão de Pesquisa precisava ser redefinido, pois ele reconhecia a pesquisa histórica como uma atividade necessária e importante para a instituição, mas desenvolvendo um trabalho complementar e subsidiário aos setores mais importantes do Arquivo. Caberia à Divisão de Pesquisa a função de apoiar o tratamento técnico e a organização dos acervos documentais do órgão, dedicando-se a estudar a história e a evolução administrativa da cidade. Desempenharia um papel semelhante ao que o setor de pesquisa do Arquivo Nacional exerceu, durante a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto, quando os historiadores e os cientistas sociais, que constituíam os quadros de pesquisadores da instituição, formaram um grupo de trabalho para realizar uma ampla investigação sobre a organização administrativa colonial. Esta investigação resultou na publicação da obra *Fiscais e Meirinhos*, coordenada por Graça Salgado que, em 1993, era a diretora do DGDI, da SMC.⁵⁸⁹

Entretanto, ao se interpretar estes conflitos por uma abordagem foucaultiana⁵⁹⁰, pode-se considerar que eles expressaram as relações de força, de poder, de prestígio e de *status* que, aliás, se confrontam em todas as instituições sociais, inclusive as que compõem a máquina burocrática do Estado, conformando campos de lutas micropolíticas entre os indivíduos e os seus diversos interesses e concepções. Considerando esta perspectiva, na gestão de Jardim, as relações de força e de poder que existiam no AGCRJ assumiram esta configuração, que opôs alguns membros da Divisão de Pesquisa ao diretor e às suas propostas político-organizacionais.

Para procurar superar a resistência que encontrou à sua proposta, o diretor do AGCRJ promoveu um seminário interno, com o objetivo de ganhar a adesão da equipe técnica para o seu projeto de modernização e para a construção de um consenso que permitisse a formulação de propostas com objetivo de mudar a estrutura, a situação e o funcionamento institucional. Para este seminário, convidou Maria Odila da Fonseca, professora de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-assessora de Celina do Amaral Peixoto, na direção do Arquivo Nacional. Esta professora divulgou e debateu com a equipe da casa as modernas concepções sobre os sistemas de arquivo desenvolvidos em diferentes órgãos e países. Compartilhava com o diretor do AGCRJ as novas concepções da moderna Arquivística, pois também participara diretamente do processo de modernização institucional do Arquivo Nacional.

Este seminário colocou em discussão o papel e a posição do Arquivo Geral da Cidade na estrutura da Prefeitura, as novas funções que deveria assumir e a formação dos seus quadros profissionais, de modo que pudesse funcionar como um arquivo do século XX, gerenciando e orientando todo o ciclo vital da documentação produzida e acumulada pela administração municipal, nas suas três etapas. O objetivo do seminário, de desenhar um projeto consensual para a instituição, que integrasse os diversos serviços e as várias equipes profissionais, foi alcançado. A maioria dos profissionais do órgão apoiou as mudanças a serem implantadas. Este projeto, elaborado de forma consensual, possibilitaria que a equipe técnica do AGCRJ construísse para si mesma uma nova autoimagem, se percebendo como fazendo parte de uma totalidade integrada e articulada, assumindo uma identidade comum e se capacitando para gerenciar, orientar, coordenar e supervisionar o futuro Sistema Municipal de Arquivos (SMA).

Em decorrência deste novo perfil institucional, durante o seminário, Jardim propôs que a formação do quadro técnico institucional fosse consideravelmente ampliado e se tornasse multidisciplinar e interdisciplinar, integrado por arquivistas, documentalistas, gestores de documentação, técnicos em informática, cientistas da informação, historiadores, bibliotecários etc., profissionais especializados, capazes de desenvolver, de forma coordenada, as diversas funções que o AGCRJ passaria a exercer.

José Jardim, no depoimento oral, que prestou ao AGGCRJ em 2009⁵⁹¹, afirmou que apesar dos problemas que enfrentava naquele momento, o AGCRJ desfrutava de uma visibilidade especial no cenário nacional, graças à conquista da sua sede, na época, o primeiro prédio do país e da América do Sul construído com a finalidade de abrigar um arquivo municipal. Porém, devido às atividades culturais que caracterizavam seu

perfil institucional, após sua transferência para a Cidade Nova, era percebido pela opinião pública mais como um centro cultural do que como um arquivo público. Daí, sua maior preocupação era ampliar as suas funções de arquivo, criando condições para que cumprisse plenamente suas competências e atribuições, não apenas de um arquivo permanente, mas para que pudesse vir a assumir o papel de gerir o conjunto da documentação municipal, desde a fase corrente, passando pela intermediária, até a fase permanente. Porém, afirmou não menosprezar as atividades culturais que eram tradicionalmente realizadas pelo órgão, para divulgar seus acervos, produzir novos registros sobre diversos aspectos do cotidiano atual da sociedade carioca e fazer um trabalho de difusão cultural.

Entretanto, os principais problemas estruturais que enfrentou, como diretor do AGCRJ, foram a manutenção da duplicidade e da superposição de funções, na gestão da documentação produzida e acumulada pela estrutura organizacional da Prefeitura. Enquanto o AGCRJ permaneceu funcionado apenas como um arquivo histórico clássico, responsável pela guarda, tratamento, preservação e divulgação dos documentos de valor permanente, sob a sua custódia, a Superintendência de Documentação (SDO), da SMA, que então voltara a ser dirigida pela eminente arquivista Helena Corrêa Machado, continuava a exercer o papel de órgão central do Sistema Municipal de Documentação, gerindo, orientando, assistindo, normatizando e supervisionando tecnicamente os procedimentos adotados em relação à documentação em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal.

Entretanto, não ocorreram conflitos entre José Maria Jardim e a diretora da SDO, pois Helena Corrêa Machado, que já fora diretora do AGCRJ e do DGDI, detém um vasto conhecimento técnico e uma ampla experiência na área de gestão documental, além de ser uma interlocutora aberta ao diálogo e muito atualizada em relação aos novos conceitos e concepções sobre a organização de arquivos. Logo, contribuiu com propostas pertinentes para o projeto de modernização proposto por José Jardim, não estabelecendo uma disputa pela gestão da documentação municipal.

As inevitáveis polarizações que existiam entre o AGCRJ e a SDO, devidas à duplicidade e à superposição de funções entre os dois órgãos, foram superadas, pois o diretor do AGCRJ também teve a habilidade de não propor a extinção drástica daquela Superintendência, procurando construir um projeto de Política Municipal de Documentação que fosse consensual entre o AGCRJ e a SDO.

Jardim evitou transformar seu projeto de modernização em um campo político que permitisse um confronto de papéis e de atribuições entre os dois órgãos. Ao contrário, propôs que os dois órgãos realizassem um trabalho conjunto de mapeamento e cadastramento dos arquivos municipais, que começaria pelos que estavam localizados nos dois prédios do Centro Administrativo, na Cidade Nova. Uma grande reunião chegou a ser realizada, com representantes de todas as secretarias da Prefeitura para esboçar o trabalho de levantamento da documentação produzida e acumulada pelos órgãos e repartições da administração municipal. Este levantamento seria coordenado pelo AGCRJ e pela SDO, mas acabou não se concretizando.

Portanto, em relação à SDO, o diretor José Jardim não encontrou resistências que impedissem o encaminhamento do seu projeto de modernização, que implicava a unificação do Sistema Municipal de Arquivos, sob a direção do AGCRJ. Entretanto, os problemas de duplicidade e de superposição de funções persistiram no Sistema Municipal de Documentação, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, mesmo após a promulgação pelo Congresso Nacional da Lei nº 8.158, que estabeleceu uma Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, em janeiro de 1991. Esta Lei redefiniu o perfil, as funções, as finalidades, as atribuições e as competências das instituições de arquivo, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), responsabilizando-as por todo o ciclo vital de produção, de gestão e de arquivamento da documentação produzida e acumulada pelos poderes públicos, nas suas três fases: corrente, intermediária e permanente.

Durante sua curta gestão na direção do AGCRJ, José Jardim procurou ganhar o apoio da diretora do DGDI, Graça Salgado, para convencer a Secretaria Municipal de Cultura e a própria Prefeitura a se comprometerem com o processo de modernização do AGCRJ e de unificação do Sistema Municipal de Documentação (SMD), mas não encontrou muita receptividade na SMC para a redefinição do papel do AGCRJ no SMD, pois tradicionalmente a SMC desenvolvia políticas públicas pouco voltadas para a área de documentação.

A falta de interlocução direta do diretor do AGCRJ com o prefeito César Maia, e até com a secretária Helena Severo, foi um dos principais entraves enfrentados por José Jardim para encaminhar o projeto de modernização do AGCRJ, devido à posição hierárquica do órgão - uma das várias diretorias subordinadas ao DGDI. Portanto, o diretor do AGCRJ não dispôs de canais de comunicação direta com os escalões superiores do governo municipal.

Esta situação hierárquica dificultou a apresentação e a discussão do projeto de modernização que Jardim defendia às esferas administrativas que detinham poder de decisão para encaminhá-lo e implantá-lo de fato e de direito. Outro obstáculo, que dificultou a discussão e a adoção do projeto de reestruturação organizacional do AGCRJ, foi representado pelas políticas culturais, adotadas tradicionalmente pela SMC, muito centradas na promoção de eventos e programas culturais de curto prazo. Estas políticas embarçaram o encaminhamento do projeto de reorganização do AGCRJ no campo da produção e do gerenciamento documental da Prefeitura, pois era um projeto que necessitava de prazos de média e de longa duração para se desenvolver.

Entretanto, o diretor do AGCRJ, apesar dos entraves que enfrentou, não desistiu de promover discussões sobre as Políticas Municipais de Arquivos e de Acesso à Informação. Seu projeto de política de arquivos pretendia transformar o órgão no principal gestor do Sistema Municipal de Arquivos, reestruturando e atualizando a tradicional instituição de arquivo da cidade, resgatando suas funções-fins e desenvolvendo suas competências técnicas, científicas, culturais e administrativas.

Sua determinação, na defesa do projeto de modernização do AGCRJ, conseguiu que o prefeito César Maia instituísse, por meio do Decreto nº 12.147⁵⁹², de 15 de julho de 1993, uma Comissão, que foi encarregada de elaborar propostas para os projetos de leis municipais de arquivos públicos e privados e de acesso público à informação. Estes projetos de leis, depois seriam apresentados ao prefeito e, se aceitos por ele, seriam encaminhados à Câmara Municipal, onde poderiam se transformar em uma legislação municipal de arquivos e de acesso à informação e à documentação. O primeiro projeto tinha como objetivo estabelecer a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e o segundo propunha a democratização do acesso público à documentação produzida e acumulada pela administração municipal e às coleções documentais particulares custodiadas pelo AGCRJ.

A Comissão foi composta pelo próprio José Maria Jardim, que assumiu a sua coordenação, por Vera Lúcia Múrcio Tinoco, representante da Procuradoria Geral do Município; por Helena Corrêa Machado e Maria Isabel Falcão, da Superintendência de Documentação, da SMA; por Lúcia Lahmeyer Lobo, pelo DGDI, da SMC, e por Célia Costa, pelo CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. A Comissão começou suas atividades no dia 29 de julho de 1993 e as concluiu em 31 de agosto do mesmo ano.

Nas reuniões da Comissão foram debatidas as diferenças teóricas e práticas existentes entre os conceitos de sistema e de rede de arquivos e sobre o posicionamento do AGCRJ na estrutura da administração municipal, pois, com a provável aprovação da lei municipal de arquivos e da lei de acesso à informação, o órgão teria suas funções redimensionadas e sua estrutura precisaria ser reorganizada e ampliada para dar conta de suas novas atribuições. Helena Corrêa Machado e Maria Izabel Falcão, da SDO, chegaram a propor a vinculação direta do AGCRJ ao Gabinete do Prefeito, como forma de o órgão aumentar sua autoridade na estrutura administrativa, ampliar sua agilidade na tomada de decisões sobre a documentação

municipal e desfrutar de uma maior autonomia no desempenho de suas funções. Ao final, destas discussões, a Comissão elegeu o conceito de rede municipal de arquivos e sugeriu a vinculação do AGCRJ diretamente ao Gabinete da SMC.

Durante os seus trabalhos, a Comissão, consensualmente, decidiu elaborar e apresentar uma minuta que incluía, em um mesmo anteprojeto de lei, a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e a Política de Direito de Acesso à Informação e à Documentação. Conforme o teor dessa minuta, a gestão documental, o tratamento técnico, o arranjo e a preservação dos documentos de arquivo, produzidos no âmbito da administração municipal, torna-se-iam funções consideradas como deveres do poder público municipal e passariam a serem encaradas como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à comprovação de direitos dos munícipes e da própria administração da cidade, incluindo a proposta de implantação de uma política de acesso aos documentos públicos e privados municipais.

O anteprojeto, minutado pela Comissão, definiu os arquivos públicos e privados como conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos e instituições públicas e privadas municipais, em decorrência de suas atividades específicas, qualquer que fosse o suporte da informação ou a natureza dos documentos, nas suas três fases. A gestão documental foi definida como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento dos documentos, visando a sua eliminação ou o seu recolhimento permanente. Propôs que a Política Municipal de Arquivos fosse constituída por um conjunto de objetivos, princípios, diretrizes, orientações e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo Municipal, de forma a garantir a gestão, o arquivamento, a preservação e o acesso público aos documentos dos arquivos públicos e privados da cidade.

Atribuiu ao AGCRJ às seguintes competências: gerir, normatizar, coordenar e supervisionar tecnicamente a gestão de documentos correntes e intermediários; recolher, tratar e preservar os documentos de valor permanente, produzidos e acumulados pelo Poder Executivo Municipal; franquear o acesso público aos documentos sob a sua guarda; implantar e executar a Política Municipal de Arquivos e autorizar a eliminação ou o descarte dos documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo municipal que não possuíssem valor permanente, depois de uma prévia avaliação.

Também propôs a instituição do Conselho Municipal de Arquivos (COMARQ), vinculando-o diretamente ao gabinete da Secretaria Municipal de Cultura. As funções do CONARQ, semelhantes as do Conselho Nacional de Arquivos (CONAR), assumiriam um caráter consultivo, de assessoramento e de consultoria, na formulação da Política Municipal de Arquivos e na criação da Rede Municipal de Arquivos - a ARQ-RIO - e no acompanhamento de sua efetiva implantação e de seu desenvolvimento. O objetivo do COMARQ seria assessorar e supervisionar a viabilização da Política e da Rede Municipais de Arquivos, dirigidas pelo Arquivo Geral da Cidade. Ao fim dos seus trabalhos, a Comissão incorporou ao anteprojeto de lei, que apresentou como uma minuta, as propostas consensuais formuladas pelos seus componentes, e encaminhou o mencionado anteprojeto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Em setembro de 1993, a PGM deveria proceder a uma minuciosa análise jurídica sobre sua validade e sua legalidade e a seguir encaminhar de volta o anteprojeto para a SMC. Todavia, a demissão de José Maria Jardim da direção do AGCRJ e a falta de condições políticas favoráveis ao seu encaminhamento na SMC acabaram inviabilizando a tramitação legal do projeto, que permaneceu arquivado, por muitos anos.

Na ocasião em que a Comissão estava trabalhando, o prefeito César Maia, em uma visita ao Hospital Municipal Barata Ribeiro, manifestou grande preocupação com a situação precária de conservação do seu arquivo de Prontuários Médicos. O AGCRJ, então, com o objetivo de começar a solucionar os problemas dos arquivos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e ganhar visibilidade no campo da gestão documental, organizou e realizou um censo dos arquivos e da produção documental dos hospitais municipais. Este

censo promoveu o levantamento da documentação existente, por meio de um questionário padrão que foi aplicado a todos os servidores encarregados de realizar o trabalho com a documentação, em cada unidade da SMS. Porém, não houve condições técnicas e políticas de se proceder ao recolhimento ao AGCRJ da documentação de valor permanente da SMS. Todavia, esta iniciativa mostrou à SMS, a SMC e à Prefeitura a capacidade do AGCRJ desenvolver com sucesso esse tipo de atribuição.

Entre os problemas “domésticos” que José Maria Jardim administrou na direção do AGCRJ destacaram-se os causados por uma inundação das suas instalações e as dificuldades para a manutenção do sistema de ar condicionado central do prédio. A inundação foi provocada por chuvas torrenciais que fizeram o rio Mangue transbordar, alcançando as instalações do órgão. Porém, felizmente não causou maiores problemas à documentação arquivada. O problema do sistema de refrigeração relacionou-se à falta de recursos próprios do AGCRJ para a manutenção e a conservação do equipamento, pois não era uma unidade orçamentária, ou seja, não tinha uma dotação orçamentária própria, administrada diretamente pela sua direção, que estava impedida de ordenar despesas, mesmo àquelas essenciais ao funcionamento e à manutenção dos equipamentos do órgão.

Por isto, os serviços de conservação e manutenção do seu sistema de ar condicionado dependiam da liberação de verbas pelo DGDI. O AGCRJ não controlava o monitoramento, nem o acionamento ou a desativação do seu sistema de refrigeração, tarefas que eram da responsabilidade do Serviço de Engenharia, do Departamento Administrativo, da SMC. Estas intermediações burocráticas retardavam e encareciam a manutenção do sistema de ar condicionado, fundamental para a preservação da documentação arquivada, pois determina a temperatura e a umidade dos depósitos, já que o projeto arquitetônico do prédio impede sua ventilação e areação naturais.

Outros problemas internos da gestão de José Jardim se relacionaram à segurança do prédio e dos seus acervos documentais. O diretor do AGCRJ ordenou, em caráter emergencial, o fechamento de uma cozinha industrial, que funcionava no refeitório, instalado no último andar do prédio, pois percebeu o perigo que ela representava, por causa de incêndios que ela poderia provocar, ameaçando a integridade dos documentos arquivados. Também reafirmou a proibição de circulação, dentro do AGCRJ, de pessoas estranhas aos seus serviços, que já fora ordenada anteriormente por Helena Correa Machado, durante a sua gestão como diretora do órgão. Entretanto, na gestão de Jardim continuava sendo muito grande o fluxo de passantes pelas dependências internas do AGCRJ, transitando sem controle, até pelos andares de depósitos, onde a documentação é arquivada, para alcançarem o restaurante, no último andar do prédio.

Em 1993, a crônica falta de pessoal técnico do órgão continuou a persistir, tornando evidente, estatística e qualitativamente, a carência de profissionais qualificados para dirigir e executar as atividades-fins do AGCRJ, que não contava com nenhum arquivista nos seus quadros. A maioria dos servidores lotados no órgão era formada por professores da Rede Escolar Municipal, transferidos para a SMC, na época de sua criação, no governo Saturnino Braga.

Apesar desta carência de pessoal qualificado, entre as atividades planejadas para serem realizadas na gestão de José Jardim destacaram-se os projetos de reaparelhamento e de modernização do Laboratório Fotográfico; de pesquisa da evolução histórica da administração municipal; e de tratamento das coleções particulares custodiadas pelo órgão, visando à implantação de um banco de dados constituído por imagens e informações, que ampliasse o acesso público à documentação que constituía estas coleções.

Foi também proposta a montagem de três exposições que teriam como objetivo estabelecer a relação entre a memória coletiva e a documentação arquivada. Estas exposições seriam montadas em torno de três eixos temáticos que se destacavam na cultura carioca: a moda, o futebol e o carnaval. Pretendiam divulgar o valor e a diversidade da documentação arquivada e permitir a captação de recursos extraorçamentários pelo AGCRJ que poderiam ser empregados no desenvolvimento dos trabalhos de tratamento técnico da

documentação arquivada, sem implicar novas despesas. Os temas dessas exposições foram selecionados com o objetivo de desenhar um mapa político-cultural da cidade, ainda considerada a síntese e símbolo da nação, colocando a memória social a serviço da formulação de políticas públicas e da participação social.

A falta de controle físico e intelectual sobre os acervos documentais, iconográficos, cartográficos, bibliográficos e hemerográficos da instituição e, por extensão, da própria administração municipal, se tornou a grande preocupação de José Jardim. Procurando superar esta carência, propôs a elaboração de um Guia de Fundos institucionais, que previa o levantamento e a descrição sumária dos diversos fundos documentais do AGCRJ. Propôs também que o Guia de Fundos buscasse qualificar e atualizar os instrumentos de pesquisa já existentes. Todavia, este instrumento fundamental para o controle físico e intelectual sobre a documentação arquivada não chegou a ser elaborado na sua gestão, na qual foi possível apenas proceder ao levantamento da documentação.

Deste trabalho somente o levantamento foi realizado, comprovando que a documentação arquivada, nesta época, era constituída por 1.220 metros lineares de documentos, que tinham como datas-limites 1635 e 1985, contendo uma grande diversidade de espécies documentais, em diversos suportes, formada por documentos manuscritos, impressos, fotografias, gravuras, desenhos, pinturas, mapas, plantas, discos, fitas magnéticas sonoras e filmes.

Em 5 de agosto de 1993, completaram-se 100 anos de criação do AGCRJ na estrutura da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 44/1893. O centenário do órgão foi comemorado com a inauguração da exposição “*A Cidade no Arquivo da Cidade*”, na galeria Augusto Malta, e com a realização do *I Encontro Carioca de Arquivologia e Ciências da Informação*, no auditório Noronha Santos. Também foi realizada uma cerimônia que homenageou os antigos diretores da centenária instituição, que contou com a participação de várias personalidades ligadas às áreas de documentação e história e à cultura cariocas.

Nesta data comemorativa, o diretor José Maria Jardim, em entrevista ao *Jornal do Brasil*,⁵⁹³ reiterou que as celebrações do centenário do AGCRJ estavam sendo realizadas de forma crítica, devido às carências do quadro de funcionários e às precárias condições infraestruturais do órgão, devidas à falta de manutenção dos seus modernos equipamentos e instalações. Ressaltou que o órgão chegou ao seu primeiro centenário com uma trajetória marcada pela resistência institucional e pela grande dedicação de seus servidores, mas muito deficitária em relação à prestação de serviços ao público em geral e aos pesquisadores, pois necessitava ampliá-los e aperfeiçoá-los, condições que somente poderia atingir quando recebesse um maior aporte financeiro e logístico da Prefeitura e ocupasse uma posição mais destacada e autônoma na estrutura administrativa municipal.

Em 4 de outubro de 1993, através do Ofício nº 290/93,⁵⁹⁴ o diretor José Jardim expôs à diretora Graça Salgado, do DGDÍ, o seu diagnóstico sobre a situação do AGCRJ, que consolidou um modelo de instituição de arquivo defasado em termos organizacionais, legais, científicos, técnicos e de recursos humanos. Reapresentou as propostas de reestruturação organizacional que integravam o anteprojeto de lei, elaborado pela Comissão instituída pelo prefeito. Apresentou também a sugestão de um novo Regimento Interno do AGCRJ que definia sua categoria administrativa, suas finalidades, sua organização, suas funções, competências e atribuições como órgão gestor central da Rede Municipal de Arquivos Públicos e Privados.

Expôs as estimativas para a composição do seu quadro de pessoal, compatíveis com as propostas do já mencionado anteprojeto de lei e com os princípios internacionalmente consagrados, no plano científico, técnico e operacional, pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e pela UNESCO, apontando que a perspectiva da Lei Municipal de Arquivos Públicos e Privados e da Lei de Acesso à Informação sinalizava uma nova vocação para o AGCRJ, rompendo com o modelo vigente ultrapassado e ineficiente.

Neste ofício, Jardim incluiu dois organogramas. O primeiro representava a situação, na época, das etapas do fluxo documental da administração municipal, cujas fases corrente e intermediária eram da

responsabilidade da SDO, órgão central do SMD, e no qual o AGCRJ era responsável apenas pelo recolhimento e preservação dos documentos públicos da fase permanente. O segundo organograma expôs a nova estrutura organizacional do AGCRJ, como órgão central da Rede Municipal de Arquivos⁵⁹⁵. Em anexo, remeteu a Lei Federal de Arquivos nº 8.159/1991 e o anteprojeto de Lei Municipal de Arquivos e de Lei de Acesso à Documentação Municipal, elaborado pela Comissão, que fora instituída pelo prefeito César Maia, por meio do Decreto nº 12.197.

A proposta de estrutura orgânica apresentada para o AGCRJ criava uma Divisão de Gestão de Documentos, constituída pelos Serviços de Assistência Técnica; de Cadastro de Arquivos da Administração Pública Municipal; de Transferência e Recolhimento de Documentos; e, de Arquivo Intermediário. Mantinha a Divisão de Arquivos Permanentes, composta pelo Serviço de Documentação Escrita; pelo Serviço de Documentos Especial, pelo Serviço de Documentos Impressos; pelo Serviço de Registro Municipal de Arquivos Privados; e, pelo Serviço de Acesso à Informação.

E instituída uma Divisão de “Programas Públicos”, um conceito, naquela época, muito valorizado pelos especialistas da área de documentação, formada pelos Serviços de Divulgação; de Programas Educativos; de Biblioteca e de Pesquisa. Também incluía uma Divisão de Recursos Tecnológicos, integrada pelos Serviços de Preservação e Restauração; de Informática; o Laboratório de Microfilmagem e o Laboratório de Fotografia. Propunha ainda o estabelecimento de uma Divisão de Administração, apontando para a possibilidade de maior autonomia financeira e administrativa do AGCRJ. Esta última Divisão seria formada pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira; pelo Serviço de Protocolo e Arquivos Correntes; pelo Serviço de Atividades Gerais; e pelo Serviço de Recursos Humanos.

Apesar de estar realizando uma gestão inovadora, em novembro de 1993, José Maria Jardim foi demitido da direção do AGCRJ. Após a sua demissão, seguiram-se as solicitações de exonerações de praxe, do seu assistente, José Mauro Matheus Loureiro, e dos diretores das Divisões de Apoio Técnico, Márcio André Médici Machado, e de Documentação Escrita e Especial, Paulo Elian dos Santos, seu substituto eventual na direção.⁵⁹⁶ Estes fatos, conforme analisa Foucault,⁵⁹⁷ manifestam as relações de forças diferentes e desiguais que disputam entre si micropoderes, confrontando-se no interior das instituições que, no caso do AGCRJ, compõem parte da estrutura administrativa do município carioca.

Ainda em novembro de 1993, por convite de Graça Salgado, diretora do DGDI, o professor e historiador Paulo Roberto Elian dos Santos passou a exercer a direção do AGCRJ, pois, como fora integrante do quadro dirigente no órgão, teve reconhecida sua capacidade e competência para dar continuidade ao trabalho que estava sendo realizado na gestão anterior. Depois de tomar posse, Paulo Elian dos Santos convidou a arquivista e historiadora Francisca Helena Barbosa Lima para dirigir a Divisão de Documentação Escrita e Especial, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho de elaboração de um Guia de Fundos, começado na gestão de José Jardim. E acolheu as indicações da diretora Graça Salgado para o cargo de assistente da direção, ocupado pelo historiador Edgar Pêssego, proveniente do Arquivo Nacional, e para o cargo de diretora da Divisão de Pesquisa, exercido pela historiadora Gláucia Thomas de Aquino Pessoa.

Como diretor do AGCRJ, Paulo Elian dos Santos procurou diminuir o rigor exagerado das equipes dos Serviços de Documentação Escrita e Especial em relação ao acesso do público aos seus documentos. Este acesso era muito dificultado por procedimentos muito rígidos adotados pelas referidas equipes. Como o diretor anterior, constatou que a falta de instrumentos de controle e de descrição da documentação dificultava o acesso e impossibilitava a construção de soluções para tornar a documentação efetivamente acessível ao público, com segurança. Percebeu a contradição que havia entre o excessivo rigor que impedia o acesso público aos documentos arquivados e a falta de instrumentos que viabilizassem o controle físico e intelectual da instituição, e até da própria administração municipal, sobre a documentação custodiada pelo AGCRJ, uma vez que apenas 30% desta documentação já estava controlada por algum descritor. Desta porcentagem,

apenas os Códices, ou seja, a parte da documentação textual, organizada em livros encadernados, se encontrava mais descrita e controlada.

Apontou, também, outras barreiras que dificultavam o estabelecimento do controle intelectual e físico dos acervos documentais arquivados. Entre os obstáculos existentes, destacou a cultura institucional, os vícios dos servidores públicos no trato da documentação, a ocupação de cargos técnicos por meio de nomeações políticas e não por concursos públicos, a resistência da burocracia às mudanças, a compreensão limitada do papel dos arquivos públicos por parte de muitos dirigentes da administração municipal e a falta de continuidade administrativa das atividades programadas e desenvolvidas pelos diversos órgãos integrantes da administração municipal.

Segundo Paulo Elian dos Santos, estas barreiras impediam que o trabalho de arranjo e descrição da documentação arquivada se desenvolvesse, pois era constantemente interrompido e suspenso para atender aos desígnios daqueles que ocupavam o poder e tinham autoridade para determinar a execução ou suspensão das rotinas de trabalhos planejadas pelo AGCRJ.⁵⁹⁸

Entretantes, o anteprojeto de lei, elaborado pela Comissão instituída pela Prefeitura, em agosto de 1993, propondo a modernização do AGCRJ e o fim da superposição de competências entre o AGCRJ e a SDO, da SMA, até então não tramitara pelas instâncias devidas e não chegou a ser apresentado ao prefeito. Diante desta situação, em 14 de maio de 1994, a SMA baixou a Resolução “P” nº 528⁵⁹⁹, atribuindo à Superintendência de Documentação a competência de exercer a supervisão e o gerenciamento de todas as atividades de comunicação administrativa, voltadas para a gestão e a preservação da documentação municipal no âmbito da Prefeitura. O papel do AGCRJ em relação a essas atribuições foi reduzido ao recolhimento, tratamento e preservação dos documentos de valor permanente, que já estavam arquivados. A duplicidade e a superposição de funções de gestão documental na estrutura administrativa da Prefeitura foram mantidas e a Superintendência de Documentação, da SMA, permaneceu como órgão central do Sistema Municipal de Documentação.

Em maio de 1994, foi fundada a Associação de Amigos do AGCRJ, por iniciativa dos professores José Luiz Werneck da Silva, ex-dirigente do Arquivo Histórico, e Afonso Carlos Marques dos Santos, ex-diretor do Departamento Geral de Cultura, do DGDI e membro do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural. A primeira diretoria da Associação de Amigos do AGCRJ eleita foi presidida pelo professor e historiador Werneck da Silva e integrada por destacadas personalidades cariocas, como o economista Carlos Lessa, a ex-primeira dama estadual Zoé Chagas Freitas, a economista e professora Maria da Conceição Tavares e o historiador Afonso Carlos Marques dos Santos, ambos professores titulares da UFRJ.

A posse da diretoria ocorreu em uma cerimônia realizada no auditório Noronha Santos do AGCRJ que mobilizou diversos profissionais do mundo acadêmico e da área de arquivo e documentação da cidade, que prestigiaram o evento com suas presenças. Logo depois de empossada a diretoria, a Associação de Amigos do AGCRJ deflagrou uma ampla campanha de mobilização da sociedade carioca, com o objetivo de angariar recursos junto à iniciativa privada para efetuar a modernização organizacional, técnica e profissional do órgão.

Porém, ainda em maio de 1994, a Subchefia de Desenvolvimento Institucional do Gabinete do prefeito César Maia propôs uma “reengenharia organizacional”⁶⁰⁰ para as secretarias e as repartições municipais. Esta proposta incluiu diversas alterações nas estruturas organizacionais do Executivo municipal, por meio do Ofício-Circular nº 5, de 16 de maio de 1994. O DGDI encaminhou esse Ofício-Circular ao AGCRJ pelo Memorando nº 67, de 19/5/94⁶⁰¹

Em resposta à proposta de reengenharia organizacional da administração municipal, o diretor Paulo Elian dos Santos, por meio do Ofício nº 93⁶⁰², de 27 de maio de 1994, apresentou à diretora do DGDI uma proposição de reestruturação organizacional do AGCRJ, visando atender às orientações propostas pela

Subchefia de Desenvolvimento Institucional. A sua sugestão de reestruturação do AGCRJ incorporou as apresentadas no anteprojeto de lei, elaborado pela Comissão constituída pelo prefeito em 1993. Remeteu, em anexo ao Ofício, um esboço de Regimento interno no qual apresentou a proposta de estrutura orgânica e de funcionamento do AGCRJ, definindo as suas funções e competências e as atribuições das suas unidades orgânicas.

De acordo com esta proposta de Regimento interno, o AGCRJ encarregar-se-ia de: 1) receber por transferência, por recolhimento ou por doação os documentos de valor permanente, produzidos pela administração municipal e por personalidades e instituições cariocas; 2) registrar a documentação recebida; 3) encaminhar a documentação na fase intermediária para um Serviço de Arquivo Intermediário, que a armazenaria em depósitos até que fosse avaliada e destinada ao recolhimento permanente ou descartada; 4) destinar a documentação de valor permanente para a Divisão de Arquivos Permanentes; e, 5) manter atualizado o Cadastro de Arquivos Públicos e Particulares da Administração Pública Municipal.

A Divisão de Gestão de Documentos responsabilizar-se-ia por: 1) propor normas técnicas de gestão documental e da orientação da sua aplicação junto à administração municipal; e, 2) formular programas de gestão de documentos. A Divisão de Arquivos Permanentes exerceria as atribuições de: 1) registrar, arranjar e descrever documentos públicos e privados, de valor permanente, arquivados ou custodiados no órgão; 2) emitir certidões e cópias autênticas de documentos arquivados; 3) promover o controle físico e intelectual da documentação sob a sua guarda, produzindo instrumentos de busca, como inventários, catálogos, guias etc.; 4) prestar informações e garantir o acesso público aos documentos arquivados.

À Divisão de Programas Públicos caberia a realização de eventos de caráter técnico-científico e cultural, com o objetivo de: 1) divulgar ao mundo acadêmico e ao público em geral os documentos arquivados institucionalmente; 2) desenvolver programas educativos de divulgação da documentação arquivada, junto às redes de ensino pública e privada do município; 3) elaborar pesquisas de apoio à organização e à divulgação do acervo institucional; 4) receber, avaliar, catalogar e classificar o acervo bibliográfico sob a sua guarda. 5) elaborar, editar e publicar instrumentos necessários à divulgação das informações, dos conhecimentos e dos documentos arquivados, como o *Boletim Informativo do AGCRJ* ou da revista institucional.

A Divisão de Recursos Tecnológicos assumiria as incumbências de: 1) orientar e promover a conservação dos documentos escritos e especiais do Arquivo Geral; 2) promover a proteção dos acervos em relação às condições ambientais, aos sistemas de guarda e à prevenção de sinistros; 3) coordenar as atividades relativas à informática; e, 4) desenvolver programas de reprodução microfilmática, fotográfica, reprográfica dos documentos arquivados. A Divisão de Administração teria a função de apoiar as atividades-fins do órgão, através da administração dos recursos humanos, materiais e patrimoniais; de executar o orçamento e de administrar as finanças e os serviços gerais.

Em 30 de maio de 1994, a Resolução nº 14⁶⁰³ da SMC instituiu uma equipe técnica para identificar, avaliar e dar uma destinação aos documentos do seu Serviço de Protocolo e Expediente. O AGCRJ participou desta equipe, fato muito significativo, pois demonstrou o reconhecimento oficial do papel e da competência do órgão de arquivo no desenvolvimento destes procedimentos.

Em julho de 1994, o Arquivo Geral realizou o *Seminário 100 Anos de Futebol no Brasil: memória e sociedade*, com a participação do jornalista Sérgio Cabral e do jogador Afonsinho. Também abriu ao público a exposição *Um olhar sobre o futebol*, realizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com o Museu dos Esportes, e exibiu o filme *Garrincha alegria do povo*, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade. Neste mesmo mês, a família do ex-governador Chagas Freitas doou o seu acervo documental particular ao AGCRJ. Este acervo, composto por manuscritos, impressos e por cerca de quatro mil fotografias, enriqueceu o patrimônio documental do órgão.

No mês de agosto de 1994, o AGCRJ promoveu a conferência *Assistência à Cultura contra o modelo de mercado*, proferida por Andreas Wiesand, diretor do Centro de Pesquisa Cultural da ONU, e a *II Jornada de Preservação, Restauração e Conservação de Documentos*, com a realização de várias palestras e mesas-redondas no auditório Noronha Santos.⁶⁰⁴ Ainda neste mesmo mês, também foi firmado um convênio entre a Associação de Amigos do AGCRJ (AAAGCRJ) e a EMBRATEL, visando o tratamento técnico, a preservação e o acesso público a grande parte das fotografias de Augusto Malta e dos seus filhos, custodiada pelo órgão, com a implantação de um banco de imagens digitalizadas. Este convênio resultou na formulação e no desenvolvimento do projeto *Fotomemória*. Na primeira etapa deste projeto, foram digitalizadas cerca de seis mil fotografias de Augusto Malta, processo que deu origem à informatização de todo o acervo fotográfico do órgão, adequando-o às novas tecnologias da informação e melhorando o acesso público aos documentos fotográficos arquivados. A segunda etapa desse projeto franqueou ao público o acesso à reprodução digitalizada das fotografias tratadas na sua primeira etapa.

De fato, o Projeto *Fotomemória* criou um banco de imagens e digitalizou uma parte do acervo fotográfico da família Malta, cuidadosamente guardado no AGCRJ. As fotos originais e os negativos em vidro ou em acetato foram preservados, mas se permitiu a difusão e o acesso público às imagens contidas naquelas fotografias, que retratam aspectos da evolução urbana da cidade e lançam um olhar de amplo espectro sobre o cotidiano de sua população, nas primeiras décadas do século XX.

Em setembro de 1994, o AGCRJ realizou no seu auditório o *Seminário Humor e Censura na Imprensa Alternativa dos anos 60 e 70* e inaugurou a exposição *O Proibido e o Consentido: a Imprensa Alternativa nos anos 70*, na galeria Augusto Malta do AGCRJ.

Em dezembro de 1994, o *Projeto Fotomemória*, foi oficialmente apresentado ao público e aos especialistas, por meio de um evento de caráter multimídia. Este evento, produzido pela equipe técnica da seção de Documentação Especial e coordenado pelo professor Fernando Campos, integrante da referida seção, inaugurou e franqueou ao público o banco de imagens da maior parte das fotografias de Augusto Malta, depositadas no AGCRJ, fazendo parte das comemorações do 130º aniversário de nascimento do célebre fotógrafo da Prefeitura. Nesta ocasião, também foi lançado o *Catálogo de fotografias de Augusto Malta*, da série de fotografias composta por negativos em vidro, editado pela coleção Biblioteca Carioca, da SMC. Este catálogo foi o primeiro do gênero publicado no país e começou a ser preparado e organizado na gestão de Eliana Furtado de Mendonça.

A publicação deste Catálogo foi viabilizada a partir de um convênio firmado entre a Associação de Amigos do AGCRJ e a Fundação *Vitae*, com o objetivo de preservar cerca de 2.300 placas de negativos fotográficos em vidro e possibilitar condições de acesso e de difusão destas imagens junto ao público.

Do lançamento do projeto *Fotomemória* participaram representantes de bibliotecas, arquivos, museus e instituições culturais sediadas na cidade. Entre os participantes do evento se destacaram o presidente da EMBRATEL, Renato Archer, e a secretária Municipal de Cultura, Helena Severo, autoridades governamentais que firmaram o convênio que possibilitou a realização deste projeto.

No plano nacional, o sucesso do Plano Real possibilitou que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso deixasse o Ministério da Fazenda para se candidatar e disputar o cargo de Presidente da República, nas eleições de 3 de outubro de 1994. Sua candidatura foi lançada pela coligação formada pelo seu partido, o PSDB, com o PFL e o PTB. Vitorioso no primeiro turno Henrique Cardoso tomou posse como presidente em 1º de janeiro de 1995.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela implantação das reformas administrativa, previdenciária e tributária e pela manutenção das diretrizes econômicas estabelecidas pelo Plano Real. Contando com ampla maioria no Congresso Nacional, o presidente FHC conseguiu aprovar um conjunto

de emendas na Constituição Federal, que viabilizaram o seu programa de reformas neoliberais nas estruturas política, econômica, e social do país.

Assim, apesar dos protestos da oposição e dos sindicatos e confederações sindicais no Congresso Nacional, na mídia e nas manifestações públicas, o governo de FHC deu continuidade ao programa de privatização de empresas estatais, iniciado no governo de Fernando Collor, colocando em leilão público, nas bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce, a TELEBRAS, a Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG) e o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). Promoveu a terceirização de serviços públicos e a formação de cooperativas que empregavam médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem etc. nos hospitais que formavam a rede do Sistema Unificado de Saúde (SUS).

No AGCRJ, em março de 1995, Paulo Elian dos Santos foi exonerado do cargo de diretor geral, porém foi convidado a permanecer na instituição, no cargo de assistente do novo diretor. Pouco tempo depois, demitiu-se desse cargo e voltou a atuar como membro da equipe da Divisão de Documentação Escrita e Especial, na qual participou da produção de um Inventário analítico da documentação do Gabinete do prefeito, na gestão de Henrique Dodsworth (1937-1945). Após a exoneração de Paulo Elian dos Santos, o cargo de diretor do AGCRJ passou a ser exercido pelo arquiteto e professor de Arquitetura da UFRJ e membro da direção da Escola de Arte do Brasil, Alexandre Mendes de Nazareth (1995-1998).

Em 27 de julho de 1995, a diretora da Divisão de Documentação Escrita e Especial, Francisca Helena Barbosa Lima, atuando como substituta do diretor, por meio do Ofício nº 172/95⁶⁰⁵ apresentou à nova diretora do DGDI, a historiadora Vera Mangas, um diagnóstico detalhado da situação do AGCRJ, que continuava afastado dos processos decisórios governamentais em relação à documentação produzida e acumulada pela administração municipal, sem autonomia administrativa e orçamentária, sem amparo legal para coordenar, normatizar e orientar a Política Municipal de Arquivos, que continuava a ser supervisionada pela Superintendência de Documentação, da SMA. Informou que o AGCRJ permanecia cumprindo apenas funções de um “arquivo histórico”, tratando, organizando e preservando os documentos arquivados e os poucos conjuntos documentais da fase permanente que conseguia recolher esporadicamente.

Francisca Barbosa Lima também relatou que a duplicidade de funções de gestão documental se mantinha na estrutura administrativa municipal. A Superintendência de Documentação, da SMA continuava a ser o órgão central do SMD e o AGCRJ continuava ocupando uma posição periférica neste sistema. Destacou que a documentação arquivada no AGCRJ media 1.500 metros lineares, mas a quantidade de documentos dispersos pelos diversos órgãos da administração municipal era estimada em 35 quilômetros lineares. Assinalou que o recolhimento da documentação de valor permanente ao AGCRJ fora inexpressivo nas últimas décadas, e que um dos últimos recolhimentos importantes, autorizados pela Prefeitura, havia sido feito em outubro de 1985, por meio do Decreto nº 5.378, baixado pelo prefeito Marcello de Alencar.

Conforme o referido Ofício, este recolhimento, constituído pelos documentos da série Licenças para Obras e Edificações, foi realizado pelo AGCRJ por meio de um convênio celebrado entre as Secretarias Municipais de Cultura e de Urbanismo. A seguir a equipe da Divisão de Documentação Escrita e Especial descreveu esta série documental, constituída por dezessete mil processos de Licenças para Obras e Edificações, que com suas plantas e seus projetos arquitetônicos, perfaz 110 metros lineares de documentos de caráter probatório e histórico, abrangendo o período entre 1910 e 1937.

Francisca Barbosa Lima também assinalou que, na ocasião do recolhimento desta documentação da SMU, não foi produzido um instrumento legal que garantisse ao AGCRJ o direito à sua guarda permanente. Então, em nome da direção do AGCRJ, solicitou à diretora do DGDI, a historiadora Vera Mangas, a elaboração e a publicação no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de um Termo de Recolhimento, que deveria ser previamente assinado pelos secretários municipais de Urbanismo e de Cultura, para formalizar e oficializar

o referido recolhimento, e garantir ao AGCRJ o direito de guardar, tratar, preservar e divulgar esta documentação de inestimável valor para o patrimônio cultural carioca.

Em 31 de agosto de 1995, Francisca Helena Barbosa Lima, de novo como substituta do diretor geral, por meio do Ofício nº 210/95⁶⁰⁶, traçou um dramático diagnóstico da situação do AGCRJ, expondo as grandes dificuldades que o órgão enfrentava para cumprir as funções que lhe foram atribuídas, com uma estrutura orgânica muito compartimentada, insuficiente e ineficiente e uma grande carência de profissionais especializados de que dispunha na época. Expôs que era urgente o aumento quantitativo e qualificativo deste quadro, por meio da contratação de profissionais da área de documentação, como arquivistas, documentalistas e bibliotecários, através de concursos públicos e defendeu a ampliação da sua deficitária estrutura organizacional. Embora tenha destacado a relevância da documentação custodiada pelo órgão para a pesquisa acadêmica, para o apoio ao processo decisório governamental e para a comprovação de direitos dos cidadãos e do próprio governo municipal, suas propostas não foram atendidas.

No começo de março de 1996, a diretora Vera Mangas, do DGDI, por ofício,⁶⁰⁷ solicitou a Alexandre Nazareth a atualização das competências do AGCRJ face à necessidade de resgatar as modificações estruturais realizadas nos órgãos que compunham o Executivo municipal, mas também para recolher as informações necessárias à formação de um *portfólio* da estrutura governamental.

Em resposta a esta solicitação, o diretor, Alexandre Nazareth, por meio de ofício,⁶⁰⁸ do mesmo mês, informou que as competências do AGCRJ eram: 1) preservar a memória documental da cidade do Rio de Janeiro. 2) dar função social ao seu acervo documental, garantindo o acesso do público ao patrimônio custodiado. 3) promover a aquisição de documentos, primários ou secundários, de comprovado interesse sociocultural para integrarem seus acervos; 4) manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais afins. 5) receber, por transferência, por recolhimento ou por doação, documentos de valor permanente produzidos e acumulados pelo poder público municipal ou por entidades, instituições e personalidades privadas da sociedade carioca. 5) zelar pela manutenção das instalações, equipamentos e materiais existentes no órgão. 6) coordenar, controlar e protocolar as operações de recebimento, registro, distribuição e informação de processos, requerimentos e correspondência dirigidos ao órgão; 7) elaborar a estatística mensal de toda a documentação recebida, expedida e arquivada. Neste ofício, relacionou também as atribuições das unidades orgânicas do AGCRJ, na época constituídas pela Divisão de Documentação Escrita e Especial; pela Divisão de Pesquisa; pela Divisão de Apoio Técnico e pelo Serviço de Portaria e Zeladoria.

Em abril de 1996, o AGCRJ inaugurou a mostra *Coisas Nossas*, expondo ao público o acervo da coleção Pedro Lima sobre o cinema brasileiro, com curadoria do historiador Marcus Alexandre Motta, na época diretor da Divisão de Pesquisa do órgão. Esta mostra, que foi acompanhada pelo lançamento de um catálogo, é resultado de um trabalho de pesquisa e de difusão cultural da história do cinema nacional, realizado por meio de uma parceria entre o AGCRJ, o RIOFILME e a Coordenação de Cinema da FUNARTE. Este trabalho possibilitou a organização e a preservação de fotos, cartazes, recortes de jornais, programas de cinema, fragmentos de filmes, e outros documentos que constituem a coleção particular de Pedro Lima, custodiada pelo AGCRJ.

Nas eleições, realizadas em 3 de outubro de 1996 para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a candidatura do arquiteto e urbanista Luiz Paulo Fernandez Conde foi apoiada decisivamente pelo prefeito César Maia, do qual fora secretário Municipal de Urbanismo. Em 1995, César Maia e Luiz Paulo Conde saíram do PMDB e filiaram-se ao PFL, legenda pela qual Luiz Paulo Conde se candidatou e venceu as eleições, pois a administração de Cesar Maia, que estava se encerrando, teve uma boa avaliação da população e da mídia e o prefeito conseguiu eleger o seu sucessor.

A gestão de Luiz Paulo Conde (1997-2000), em termos administrativos, foi uma continuidade da anterior, não promovendo alterações significativas na estruturação orgânica das secretarias e repartições municipais.

Conde deu continuidade aos projetos FAVELA-BAIRRO e RIO-CIDADE, mas não concluiu a maioria das obras que começou. Terminou as obras do Mergulhão da praça Quinze e da Linha Amarela, em 1997. Durante a sua gestão, a concessão de inúmeras licenças para a construção de “apart-hotéis” em diversos bairros da cidade, com base em uma lei bastante liberal em relação às regras urbanísticas vigentes de proteção ao meio ambiente e ao patrimônio arquitetônico construído, provocou grande polêmica na imprensa e mobilizou as associações de bairros da sociedade carioca contra a multiplicação desordenada deste tipo de hotéis.

A Secretaria Municipal de Cultura permaneceu sob a direção da cientista política Helena Severo, que manteve na direção do DGDI a historiadora Vera Mangas, e na direção do AGCRJ o arquiteto Alexandre Mendes Nazareth, provenientes da gestão anterior. Sob a direção e a coordenação deste diretor, foi elaborado um novo diagnóstico exaustivo das carências institucionais do AGCRJ e foram relatadas à diretora do DGDI, mediante um Ofício datado de abril de 1977,⁶⁰⁹ as dificuldades enfrentadas para a realização do processamento técnico da documentação sob sua guarda devido a falta de quadros técnicos e das deficiências da estrutura orgânica do órgão.

Em 3 de novembro de 1997, Alexandre de Nazareth, como diretor do AGCRJ, por meio de um ofício ⁶¹⁰, tomou a iniciativa de solicitar ao presidente do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) um parecer técnico sobre a situação dos arquivos da administração municipal do Rio de Janeiro, de acordo com as legislações de arquivo federal e municipal em vigor.

Neste ofício enviado ao CONARQ, o diretor Alexandre Nazareth assinalou o fato de que o órgão central na gestão do Sistema de Arquivos Municipais continuava sendo a Superintendência de Documentação, subordinada à SMA. A SDO permanecia dirigindo, orientando, supervisionando e operacionalizando o Sistema Municipal de Documentação, mantendo uma dualidade e superposição de funções dos órgãos voltados para a gestão, processamento e arquivamento da documentação produzida pela administração municipal. Assinalou que o AGCRJ estava encarregado apenas do recolhimento da documentação da fase permanente, produzida e acumulada pela Prefeitura, suas secretarias e repartições. Solicitou que o CONARQ sugerisse à Prefeitura da cidade que promovesse as alterações necessárias no presente quadro, de modo que a posição, as funções e as atribuições do AGCRJ fossem transformadas, adequando-se às orientações estabelecidas pela Lei Federal nº 8.159/1991, que instituiu a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.

Portanto, neste momento, o AGCRJ mantinha-se funcionando apenas como um arquivo permanente, sem exercer as atribuições de gestão documental, nem as funções de arquivo corrente ou de arquivo intermediário. Enfrentava muitas dificuldades para avaliar, selecionar, recolher, tratar e arranjar a massa documental de valor permanente, produzida no âmbito da administração municipal, devido ao reduzido número de servidores que compunha o seu quadro técnico, à sua falta de autonomia administrativa e financeira e à posição periférica que ocupava no Sistema Municipal de Documentação (SMD).

Durante a sua gestão, Alexandre Nazareth dirigiu a preparação e a publicação de um catálogo sobre os prefeitos da cidade do Rio de Janeiro, entre 1892 e 1996, no qual relacionou os seus nomes, os seus períodos de governo e seus dados biográficos. Em março de 1998, Alexandre Nazareth foi exonerado da direção do AGCRJ. Em seguida, a historiadora da arte e antropóloga Lélia Coelho Frota foi nomeada pelo prefeito Conde para dirigir o AGCRJ, com o objetivo de preparar um produto cultural que marcasse a participação do órgão de arquivo municipal e, por extensão, da Prefeitura da cidade, nas comemorações nacionais dos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil pelos portugueses, que seriam celebrados em 2000. Os eventos comemorativos programados por órgãos governamentais, universidades, entidades públicas e privadas oportunizariam o lançamento de diversos projetos de recuperação da memória histórico-cultural brasileira e a Prefeitura do Rio de Janeiro se inseriu nesta programação, através do AGCRJ.

Na sua curta gestão como diretora do AGCRJ, Lélia Coelho Frota (1998-2000) não promoveu iniciativas visando a alterar a sua estruturação orgânica ou a sua posição na estrutura administrativa municipal. Voltou-se, prioritariamente, para o desenvolvimento do projeto e da coordenação do CD-ROM *Rio 500 - O Rio de Janeiro no século XVI*, com o objetivo de registrar as manifestações populares ligadas às religiões afro-brasileiras, ocorridas na cidade, ainda pouco conhecidas e estudadas, e deflagrou um projeto que pretendia registrar a memória histórica e a situação atual das escolas de samba da cidade.

Na gestão de Lélia Coelho Frota, também foi estabelecida, entre 1999 e 2000, uma parceria entre o AGCRJ e o *Jornal dos Sports*, para a publicação da coluna jornalística *A história do Rio*, que enfocava, a cada dia, uma rua da cidade, traçando um breve histórico do logradouro. Foi encarregada de fazer o levantamento do histórico dos logradouros, das suas imagens e a redação dos textos da referida coluna, enquanto a reprodução fotográfica do logradouro selecionada foi realizada por Marco Antônio Belandi, fotógrafo profissional do AGCRJ.

Em setembro de 1999, a exposição *O Rio em Cartão Postal* foi inaugurada na Galeria Augusto Malta, sob a curadoria de Fernando Ferreira Campos, antigo membro da seção de Iconografia do Arquivo Geral. Esta exposição traçou um amplo painel da evolução histórica da cidade, dos costumes, rituais e festas de sua gente e de visões diversas de sua paisagem natural e construída, através de cartões postais que faziam parte do acervo do AGCRJ⁶¹¹ e de várias coleções particulares, contando com o decisivo apoio da Associação de Cartofilia do Rio de Janeiro que participou da mostra, prestigiando-a.

Em novembro do mesmo ano, foi inaugurada, na mesma galeria, a exposição *A lavagem das escadas da igreja do Bonfim do Rio de Janeiro*, registrando um evento marcante das religiões afro-brasileiras que acontece anualmente na igreja de Bom Jesus do Bonfim, em São Cristóvão, semelhante à famosa cerimônia ritual que ocorre na igreja homônima em Salvador (BA). Esta cerimônia realizada no Rio de Janeiro ainda era pouco conhecida e registrada.

Ainda em novembro, foi lançado em cerimônia oficial no Paço da Prefeitura, em Botafogo, o CD-Rom *Rio 500 - O Rio de Janeiro no século XVI*, como o principal empreendimento cultural realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, então dirigida pela professora Vânia Bonelli, e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para celebrar os quinhentos anos da “descoberta” do Brasil pelos portugueses, momento de reinvenção e reinterpretção da nação. O CD-ROM *Rio 500 – O Rio de Janeiro no século XVI* reuniu, em torno de um texto básico de história, as contribuições de especialistas de diversas formações acadêmicas, como antropólogos, zoólogos, botânico, arqueólogo, lingüista e arquiteto, fornecendo um painel multidisciplinar sobre o processo de transculturação entre europeus, indígenas e africanos, que começou no final do século XV. Este trabalho utilizou e reuniu uma rara iconografia de época e a (re) leitura de artistas plásticos, cineastas e compositores dos séculos XIX e XX sobre esse processo. A produção do CD-ROM foi realizada, sob a coordenação acadêmica do professor-doutor e historiador Ronald Raminelli, da Universidade Federal Fluminense, e direção de audiovisual dos cineastas Jorge Bodanzky e Raquel Couto. Enfoca desde a saga dos descobrimentos portugueses, a chegada dos franceses à baía de Guanabara, a fundação da cidade do Rio de Janeiro, o cotidiano das tripulações nas caravelas, a atuação dos jesuítas e de outras ordens religiosas na catequese e no ensino na América portuguesa e aspectos da vida e da cultura dos ameríndios, especialmente dos tupis, que predominavam no litoral fluminense àquela época.

Ainda na gestão de Lélia Coelho Frota, foi lançado também um CD, marcando o fim do Projeto *Memória das Escolas de Samba*, realizado pelo AGCRJ, que registrou músicas inéditas cantadas pela velha guarda da Escola de Samba da Mangueira, compostas por autores como Pandeirinho e José Ramos, compositores que nunca haviam tido suas músicas gravadas pelas empresas fonográficas que atuam no mercado nacional.

No fim da gestão de Lélia Coelho Frota, o AGCRJ recebeu a coleção de documentos do empresário Samuel Malamud, composta por manuscritos, fotografias, impressos e recortes de jornais, doada pela família

do titular. Esta coleção foi doada já tratada e digitalizada para facilitar o acesso público ao seu conjunto documental. Em seguida, para divulgar essa documentação junto ao público e a mídia, foi montada uma exposição com reproduções dos documentos desta coleção, na galeria Augusto Malta. A exposição teve grande sucesso de público, permanecendo montada até março de 2001.

Na esfera federal, nas eleições presidenciais de outubro de 1998, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito presidente da República, no primeiro turno, com o apoio da mesma coligação partidária que apoiara sua candidatura na eleição anterior. Tomou posse em 1º de janeiro de 1999 e deixou o cargo em 31 de dezembro de 2002.

No seu segundo mandato presidencial, Fernando Henrique Cardoso deu continuidade a seu programa de privatizações de empresas estatais e manteve a política econômica de estabilização da moeda e da inflação, abrindo o mercado brasileiro para a entrada de capitais privados estrangeiros, nos setores bancário e das telecomunicações, no qual privatizou a EMBRATEL. Promoveu uma nova inserção do país no mercado globalizado, com o grande crescimento das exportações de alimentos, matérias-primas e *commodities*. Porém, a política de assentamentos agrários, promovida pelo seu governo, não alcançou a meta prevista, sendo marcada pela permanência dos enfrentamentos violentos entre os trabalhadores rurais sem terra, os latifundiários e as forças repressivas estaduais, como o conflito que resultou no massacre de dezenove lavradores em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996.

Nas eleições municipais de 2000, o prefeito Luiz Paulo Conde, candidato do PFL, liderou o primeiro turno. Porém, no segundo turno, perdeu as eleições, que disputou com o ex-prefeito e seu ex-padrinho político, César Maia, que se candidatou pelo PTB, pois deixara o PFL em 1999, devido ao rompimento de um acordo eleitoral que estabelecera com Conde. Ao final do mandato de Luiz Paulo Conde, Lélia Coelho Frota demitiu-se do cargo de diretora do AGCRJ, em 31 de dezembro de 2000.

6.2. O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XXI

Nesta segunda parte da sexta fase da história do AGCRJ, que ainda está em curso, importantes mudanças legais e organizacionais foram promovidas na centenária instituição, entre elas destacam-se a atribuição de novos papéis e competências e a mudança da sua posição na Rede Municipal de Arquivos (ARQ-RIO).

Em outubro de 2000, César Maia foi reeleito prefeito, devido à aprovação da maioria dos eleitores aos seus principais programas de urbanização, o FAVELA-BAIRRO e o RIO-CIDADE, e ao seu programa de reorganização administrativa e financeira do município. Porém, conforme noticiaram os principais órgãos de imprensa escrita, radiofônica e televisiva da cidade, foi favorecido, no último debate televisionado, do segundo turno das eleições entre os dois candidatos finalistas, conforme noticiaram, no dia seguinte, os principais veículos de imprensa escrita, radiofônica e televisionada da cidade. Neste debate, segundo a mídia, o candidato Luiz Paulo Conde teria empregado categorias e expressões que discriminaram a população dos subúrbios e das comunidades populares da cidade. Esta recepção da opinião pública ao discurso do candidato do PFL, até então o favorito nas intenções de votos, apuradas pelas pesquisas eleitorais, mudou a correlação de forças entre os dois candidatos, que curiosamente reivindicavam, cada um para si, a herança do governador Carlos Lacerda. O resultado das urnas deu a vitória eleitoral ao economista César Maia.

A segunda gestão de César Maia (2001-2004) na Prefeitura da cidade, porém, começou sob intensas críticas da oposição à nomeação do banqueiro Ronaldo César Coelho, filiado ao PSDB, para o cargo de secretário de Saúde, pois não era um especialista da área. As críticas aumentaram diante das dificuldades deste secretário em combater e debelar uma grande epidemia de dengue que atingiu a população do Rio de Janeiro, logo no começo do ano. O alto grau de mortalidade e a ineficiência do atendimento na rede hospitalar municipal provocaram a intervenção federal no Sistema Municipal de Saúde. A intervenção

federal foi suspensa um mês depois, após o controle da epidemia, mas o prefeito saiu muito desgastado do episódio diante da população, que não dispôs de médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem e de postos de atendimento suficientes para debelar com rapidez a expansão da doença.

Nesta gestão, César Maia reformou e modernizou a avenida Brasil, construiu as Vilas Olímpicas, deu início à construção do estádio João Havelange, o “Engenhão”, no bairro do Engenho de Dentro, ergueu a Cidade das Crianças e a Cidade do Samba e começou a edificação da polêmica Cidade da Música, na Barra da Tijuca. Além disto, edificou o Hospital Ronaldo Gazolla⁶¹², em Acari. Prosseguiu com as obras dos projetos FAVELA-BAIRRO E RIO-CIDADE, urbanizando favelas e remodelando logradouros em diversas regiões da cidade. As obras de construção das vilas olímpicas e do estádio do “Engenhão” e a instalação de novos equipamentos desportivos em praças e campos de esportes urbanos foram planejadas e executadas com o objetivo de preparar a cidade para sediar os Jogos Olímpicos Panamericanos, de 2007.

Para a Secretaria Municipal de Cultura nomeou o jornalista e senador pelo PSDB, Paulo Alberto Monteiro de Barros, mais conhecido pelo nome de Artur da Távola, com o qual assinava uma coluna no jornal *O Globo*. Este secretário, pretendendo ampliar a abrangência e o alcance das políticas públicas que seriam desenvolvidas em sua gestão, alterou a denominação da sua pasta para Secretaria Municipal das Culturas.

O secretário de Culturas nomeou para dirigir o AGCRJ o jornalista e diplomata Antônio Carlos Austregésilo de Athayde, seu correligionário no PSDB. Logo depois de assumir o cargo, Antônio de Athayde promoveu uma reunião geral com os servidores lotados no órgão, visando a conhecê-los e se informar sobre a situação da instituição que ia dirigir. A seguir, expôs ao secretário das Culturas a necessidade de promover alterações na posição hierárquica e no perfil do AGCRJ. O secretário Monteiro de Barros visitou as instalações do AGCRJ, para conhecê-las e ter contato com os seus servidores, se comprometendo em atender às necessidades de aumento do quantitativo de especialistas em documentação das suas equipes técnicas, a ampliar a sua visibilidade na estrutura administrativa municipal e a promover alterações na posição e no perfil da instituição e em atender às necessidades de pessoal do AGCRJ.

Com a finalidade de elaborar uma proposta de alteração legal na posição e no perfil do AGCRJ na estrutura administrativa municipal e de preparar um projeto de lei sobre a Política Municipal de Arquivo e de acesso à informação, o secretário Monteiro de Barros autorizou a formação de um grupo de trabalho (GT), constituído por membros da equipe técnica do órgão e por representantes SMC, da SDO, da SMA, da Secretaria Municipal de Fazenda, da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município, da Empresa Municipal de Informática e do Instituto Pereira Passos

Em 18 de maio de 2001, foi criado, por meio da Resolução SMC nº 34, um grupo de trabalho para definir documentos e procedimentos necessários para a sua remessa ao AGCRJ ⁶¹³, da Secretaria Municipal das Culturas. Este grupo de trabalho reuniu representantes das Secretarias de Administração, das Culturas, no caso representada pelo diretor Antônio de Athayde do AGCRJ, da Fazenda, da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município, da Empresa Municipal de Informática e do Instituto Pereira Passos. Esta Resolução expressou um reconhecimento do papel do AGCRJ por parte da Secretaria Municipal das Culturas e foi o primeiro resultado positivo do trabalho desenvolvido pelo diretor e pela equipe técnica do órgão, no sentido de afirmar a sua centralidade na Rede Municipal de Arquivos.

Com o afastamento de Monteiro de Barros da Secretaria Municipal das Culturas, assumiu o cargo de secretário o arquiteto Ricardo Macieira, presidente do Instituto RIOARTE, na época. O novo secretário manteve o apoio ao projeto de reorganização do Arquivo Geral da Cidade e à elaboração do referido projeto de lei que já estavam em curso. O grupo de trabalho, sob a direção de Antônio Carlos Austregésilo de Athayde, conseguiu resgatar as propostas que foram elaboradas durante a gestão de José Maria Jardim e transformá-las no Projeto de Lei nº 334, que foi endossado pelo secretário das Culturas, Ricardo Macieira e encaminhado ao prefeito César Maia, que o apresentou à Câmara Municipal, ainda em 2001.

Em 5 de junho de 2002, a Lei nº 3.403⁶¹⁴, promulgada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito César Maia, dispôs sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e sobre a Política de Acesso aos Documentos Públicos, determinando que o AGCRJ se tornasse o órgão central da gestão da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e do Sistema de Memória da Cidade, orientando, normatizando, coordenando e supervisionando nas secretarias e demais repartições da municipalidade o processamento e o tratamento técnico dos documentos por elas produzidos, conforme propõe a legislação de arquivos de âmbito federal. Assim, os projetos elaborados em 1993, após passarem por ajustes que visavam a sua atualização, finalmente transformaram-se em um instrumento legal que assegura ao AGCRJ as condições para exercer as amplas funções que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.403. Esta Lei responsabilizou o Arquivo Geral da Cidade pela elaboração, implantação e acompanhamento da referida Política Municipal de Arquivos, criando a Rede Municipal de Arquivos, a ARQ-RIO, a Política Municipal de Arquivos, e propôs o estabelecimento do Conselho Municipal de Arquivos – o COMARQ.

Em seguida, o Decreto nº 22.614⁶¹⁵, de 30 de janeiro de 2003, determinou a alteração da subordinação do AGCRJ, que passou da esfera DGDI para o Gabinete do secretário Municipal das Culturas, com o seu acervo, pessoal e estrutura organizacional. Ainda em 30 de janeiro de 2003, o Decreto nº 22.615⁶¹⁶, determinou que o AGCRJ se tornasse o órgão responsável pela elaboração, implantação e acompanhamento da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, na esfera da Prefeitura da cidade.

De acordo com o Decreto nº 22.615, o AGCRJ foi encarregado da gestão e da preservação dos documentos emanados das Secretarias e demais repartições da administração municipal, pondo fim à dualidade e a superposição de funções que havia na estrutura administrativa municipal, extinguindo a Superintendência de Documentação, da SMA, e transferindo suas atribuições para o AGCRJ, que se tornou o órgão central da Rede Municipal de Arquivos (ARQ-RIO).

O Decreto nº 22.615 estabeleceu as competências do AGCRJ, definiu a gestão de documentos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, das fundações, autarquias e institutos da Prefeitura da cidade, e implantou a Rede Municipal de Arquivos, a RIOARQ, definindo suas finalidades. Instituiu as comissões permanentes de avaliação de documentos no âmbito da administração municipal, criou o COMARQ, determinou as formas de ingresso da documentação de valor permanente no AGCRJ e estipulou os critérios de acesso e de sigilo sobre os documentos públicos.

Sem dúvida, a promulgação desta legislação representa um reconhecimento da importância do AGCRJ e uma grande vitória das suas sucessivas direções e das suas equipes técnicas pelos grandes esforços que empreenderam para viabilizar sua elaboração, discussão e promulgação, durante as últimas décadas, especialmente deve-se reconhecer o grande empenho e dedicação do diretor Autregésilo de Athayde e dos componentes do grupo de trabalho, que realizaram a elaboração do Projeto de Lei e acompanharam, passo a passo, a sua tramitação, desde o Gabinete do secretário das Culturas, ao Gabinete do prefeito, até sua apreciação e aprovação pelos vereadores, na Câmara Municipal, por meio de votação plenária.

Na gestão de Antônio Carlos A. de Athayde, com o objetivo de divulgar a instituição, participei da elaboração e da publicação do *Guia do Arquivo Geral da Cidade*, fartamente ilustrado com imagens do seu acervo. Este Guia contém um breve histórico do órgão, uma descrição da sua estrutura orgânica naquela época, das atividades que desenvolve, dos seus acervos documentais, bibliográficos e hemerográficos, dos serviços que presta ao público e das suas instalações.

Na sua gestão, também foram promovidos diversos eventos culturais, voltados para a divulgação e promoção do AGCRJ junto à comunidade acadêmica e à sociedade carioca. Assim, em novembro de 2001, o AGCRJ realizou o Seminário *Cotas da Escravidão* e inaugurou a exposição *Africanos Novos na Gamboa, um Portal Arqueológico*, na galeria Augusto Malta. Neste mesmo evento foi lançado o livro *Quem tem medo de Capoeira?*, de autoria do historiador Luiz Sérgio Dias, constituindo o primeiro volume da coleção Memória

Carioca, que começou a ser editada pelo AGCRJ. Foi realizada, também, em parceria com o Centro Cultural José Bonifácio, a programação da cerimônia Marco da Escravidão. Esta cerimônia compreendeu o descerramento da placa que assinalou a retomada das escavações arqueológicas do Cemitério dos Pretos Novos, na Gamboa, o cortejo do Afoxé Filhos de Ghandi e a apresentação de grupos de capoeira, dos grupos musicais *Afro-Reggae* e *Cidade Negra*, e de grupos de danças afro-brasileiras.

Em dezembro de 2001, foi inaugurada a exposição *Memória da Destruição - Rio uma História que se perdeu*, na galeria Augusto Malta, assinalando as grandes transformações que ocorreram no espaço urbano da cidade ao longo do século XX. O enfoque que dirigiu sua montagem deu grande ênfase à destruição do seu patrimônio histórico e artístico, para a realização das obras do porto, da abertura da avenida Rio Branco, das edificações construídas para as Exposições de 1908 e de 1922, do desmonte do morro do Castelo e da construção da avenida Presidente Vargas.

Esta exposição, pela sua temática, pela sua bela montagem, pelos seus textos informativos e pela divulgação de imagens pouco conhecidas, que integram o acervo iconográfico do AGCRJ, alcançou grande repercussão na imprensa, que a saudou como uma grande iniciativa em prol da defesa do patrimônio cultural carioca. Até então, entre as exposições montadas pelo AGCRJ, foi a que recebeu o mais elevado número de visitantes, que ultrapassaram os oito mil, se considerarmos apenas os que registraram sua presença no Livro de Visitas, durante a sua permanência no AGCRJ. Seu sucesso de público e de crítica na imprensa foi tão grande que resultou na sua remontagem em várias instituições da cidade, inclusive no espaço cultural do Metrô estação carioca.

Na sua inauguração, foi lançado o catálogo *Memória da Destruição – Rio uma história que se perdeu*, reunindo textos, imagens e charges do acervo institucional sobre as grandes intervenções urbanísticas promovidas na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XX, registradas na Exposição. Dando prosseguimento à coleção Memória Carioca, na mesma data, foram lançados os livros *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*, de autoria de Nelson da Nóbrega Fernandes, e *A vitrine e o espelho*. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio, de autoria de Carlos Kessel.

Em julho de 2002, o AGCRJ promoveu o *Simpósio Internacional de Arquivos Municipais em um Mundo em Transformação*, que reuniu representantes de arquivos municipais de várias cidades do Brasil, das Américas e da Europa, em diversas palestras, mesas-redondas e conferências. O objetivo do Simpósio foi ampliar a discussão e a troca de experiências sobre a gestão e preservação de documentação no âmbito municipal.

Entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, o AGCRJ, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e o Museu Histórico Nacional, promoveu a exposição *O Barão do Rio Branco e a Alma Carioca*. Esta exposição integrou às comemorações do centenário do retorno do Barão do Rio Branco à cidade do Rio de Janeiro, após 25 anos de estadia no exterior, para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil, no governo de Rodrigues Alves (1902-1906).

Em 2003, o Arquivo Geral apresentou a exposição *Esses Rossios, Praças do Rio de Janeiro, lugares de convivência, festa e cidadania*, montada com fotografias do seu acervo e organizada em parceria com o Centro Cultural Justiça Federal, participando, junto com o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, da mostra *Encontro Nacional de Fotografia do Rio de Janeiro*, que se realizou nas dependências do referido Centro Cultural.

Ainda em 2003, o Arquivo Geral inaugurou a exposição *Os Novos Maltas*, onde foram apresentadas imagens e depoimentos de repórteres fotográficos cariocas sobre a cidade do Rio de Janeiro, em homenagem ao centenário do ingresso de Augusto Malta no cargo de fotógrafo oficial da Prefeitura, em 1903. Malta ocupou este cargo até 1933, quando se aposentou. Durante o exercício de suas atividades profissionais retratou cenas e personagens do cotidiano da cidade, registrou cerimônias oficiais, como a última missa realizada na igreja de São Sebastião do morro do Castelo, antes da sua derrubada, documentando eventos

e personagens significativos da história da cidade. Essa exposição ensejou a realização de um vídeo, que recebeu o mesmo título da exposição.

Em 5 de março de 2004, foi promulgado o Decreto nº 24.009⁶¹⁷, que extinguiu o antigo Sistema Municipal de Documentação, ao revogar o Decreto nº 7.434, de 29 de fevereiro de 1988, que o havia estabelecido. Este ato legal representou a consolidação das medidas que transformaram o AGCRJ no órgão central da Rede Municipal de Arquivos e do Sistema de Memória da cidade, responsável pela formulação e aplicação da Política Municipal de Arquivos. A duplicidade e superposição de funções, até então existentes no anterior Sistema Municipal de Arquivos, foi finalmente extinta. O embate político-institucional entre o AGCRJ e a Superintendência de Documentação, da SMA, foi resolvido de modo favorável para a centenária instituição de arquivo carioca, que saiu fortalecida para voltar a desempenhar suas funções de órgão central da Rede Municipal de Arquivos e do Sistema de Memória da cidade do Rio de Janeiro.

Em 5 de agosto de 2004, nas comemorações dos 110 anos do AGCRJ, foi lançado o quarto volume da coleção Memória Carioca, intitulado, *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Terras e Fatos*, baseado nas pesquisas, nos manuscritos, na seleção de fotografias e imagens, aos quais Aureliano Restier Gonçalves, antigo dirigente do órgão, dedicou-se por mais de trinta anos, com o objetivo de publicar o livro acima intitulado. Infelizmente, Restier Gonçalves aposentou-se em 1948 e faleceu em 1967, três anos após terminar seu trabalho, sem conseguir realizar esse seu projeto tão almejado.

Ainda em 2004, o AGCRJ, em parceria com o RIOFILME e a empresa ABBAS, patrocinou a realização do vídeo documental *Memória da Lida*, que abordou as relações de trabalho existentes na cidade do Rio de Janeiro, desde o fim da escravidão até os dias atuais, criando um registro audiovisual destas relações. Em dezembro de 2004, o AGCRJ promoveu o Seminário RIOARQ, um encontro de instituições de documentação e de arquivos existentes na cidade, reunindo representantes do Arquivo Nacional, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e dos arquivos do Ministério da Cultura. Este seminário traçou um mapa arquivístico do Rio de Janeiro, realizando um levantamento dos arquivos existentes na cidade e dos seus acervos documentais. Foi realizado no auditório Noronha Santos, sob a coordenação dos professores José Maria Jardim e Maria Odila da Fonseca, da Faculdade de Arquivologia da UFF, e da professora de História da UFRJ, Gracilda Alves, então servidora e pesquisadora do AGCRJ.

Na política nacional, as eleições presidenciais de 2002 resultaram na eleição do candidato do PT, o líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, depois de três tentativas fracassadas nas eleições anteriores. Lula obteve 67% dos votos válidos no segundo turno, elegendo-se presidente da República. Sua candidatura foi apoiada por uma ampla frente política, que incluiu o Partido Liberal (PL), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). O vice-presidente, o empresário mineiro José Alencar, indicado pelo PL, conseguiu canalizar o apoio dos empresários e das camadas médias para as suas candidaturas, contribuindo muito para a vitória da chapa que o uniu a Lula.

O primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi marcado pela constituição de uma ampla base parlamentar, que incluiu, entre outros partidos, o PDT, o PTB e o PMDB, mas foi muito pressionado por denúncias da oposição que tentaram envolver o primeiro escalão do governo e da direção nacional do PT com crimes eleitorais, sem apresentar provas materiais destes crimes.

A política econômica do governo do presidente Luiz Lula da Silva manteve as linhas principais das diretrizes adotadas pelos governos anteriores, conseguindo obter um superávit na balança de comércio externo, que permitiu o pagamento da dívida externa do país. Na área social, implantou e desenvolveu os programas Bolsa Família e Bolsa Escola, transferindo verbas para as Prefeituras de todos os estados brasileiros. Estas Prefeituras devem promover, com condicionalidades, a transferência de renda para as unidades familiares em situação de extrema pobreza. Entre as condicionalidades destes programas de transferência de renda,

para que as famílias recebam as mencionadas bolsas, se destacam a obrigatoriedade do cadastro da família, especialmente das mulheres, nos postos de saúde das municipalidades, e a frequência obrigatória das crianças e dos jovens às escolas e aos colégios das redes públicas. O cumprimento destas condições são fiscalizadas pelo governo federal através de um amplo cadastro nacional informatizado.

Nas eleições municipais realizadas em outubro de 2004, César Maia, que voltara a se filiar ao PFL em 2002, após o reingresso de Luiz Paulo Conde no PMDB, foi reconduzido à Prefeitura da cidade. Em 1º de janeiro de 2005, depois de tomar posse no cargo de prefeito, César Maia manteve o arquiteto Ricardo Macieira como secretário Municipal de Culturas; e este, por sua vez, manteve Antônio Carlos Austregésilo de Athayde como diretor do AGCRJ.

A terceira gestão de César Maia (2005-2009) foi marcada pelo conjunto de obras voltadas para a construção de estádios e equipamentos esportivos para os Jogos Pan-Americanos, que se realizaram na cidade, em 2007. Assim, o prefeito terminou o Parque Aquático Maria Lenk, o Velódromo do Rio e inaugurou o estádio João Havelange, o “Engenhão”.

Iniciou o programa *Saneando Sepetiba*, mas não conseguiu implantar um moderno sistema de trens de alta velocidade sobre trilhos suspensos que anunciara na sua campanha eleitoral, nem desenvolver novas linhas do metrô, para modernizar e ampliar o sistema de transportes coletivos da cidade. No final do seu mandato, César Maia inaugurou a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, um projeto polêmico que dividiu a opinião de especialistas e da população, devido ao seu altíssimo custo financeiro, mas que, para muitos, constitui o principal legado de sua administração.

Em abril de 2005, Antônio Athayde foi exonerado do cargo de diretor e a historiadora Beatriz Kushnir foi nomeada diretora do AGCRJ. A nova diretora apresentou como programa de trabalho a promoção e o incremento das atividades-fim do órgão, sem descuidar do seu papel como difusor da memória e da história da cidade e da democratização do acesso aos seus acervos documentais. Com este objetivo, ampliou os horários de atendimento ao público e incrementou o *site* institucional com novos recursos, com o objetivo de aumentar o acesso público aos documentos arquivados e aos livros e revistas publicados pelo órgão.

Neste mesmo mês, o prefeito César Maia instituiu, por Decreto, a Comissão Preparatória das Comemorações do Bicentenário da Chegada de D. João VI e da Família Real ao Porto do Rio de Janeiro, nomeando o diplomata e historiador Alberto da Costa e Silva para presidir os seus trabalhos. Esta Comissão foi encarregada de elaborar e executar uma ampla agenda de eventos e publicações durante as comemorações da efeméride, que se realizaram ao longo de 2008. O objetivo dessa iniciativa do prefeito era resgatar a centralidade exercida pela cidade do Rio de Janeiro nos destinos do país, destacando o fato de que foi a única cidade do mundo a ser capital de um império europeu, característica que evidencia a sua capitalidade na história do Brasil.

Em setembro de 2005, foi inaugurada a exposição *Avenida Central: contrastes do tempo*, na galeria Augusto Malta. Esta exposição marcou a participação do AGCRJ nas comemorações do centenário da abertura da avenida Central, atual Rio Branco, por meio da reprodução de fotografias, plantas e textos que integram os acervos institucionais.

Ainda em 2005, foi promovida a instalação da Biblioteca Virtual no *site* do AGCRJ, dando acesso público às coleções Biblioteca Carioca e Memória Carioca, integrada por livros publicados pela Secretaria Municipal de Cultura, muitos deles já esgotados. E começou a se realizar um amplo ciclo de palestras denominado *Quartas no Arquivo da Cidade*. Este projeto caracterizou-se pelo convite a especialistas de diversas disciplinas, do campo das Ciências Sociais, da História, da Arquitetura e do Urbanismo, para expor os seus mais recentes trabalhos sobre os aspectos da história da cidade em que se especializaram.

A direção do AGCRJ iniciou, ainda, a elaboração dos Guias de Fundos institucionais, instrumento fundamental para o levantamento e o controle físico e intelectual dos acervos documentais arquivados,

cuja elaboração tantas vezes já fora começada, mas que nunca conseguiu se realizar efetivamente. Acredito que uma das maiores dificuldades para a elaboração deste Guia é a extrema dispersão dos documentos arquivados, pois o princípio básico da Arquivologia, que diz respeito à proveniência dos fundos documentais, tanto os produzidos na esfera pública quanto os que integravam coleções particulares custodiadas pelo AGCRJ, não foi considerado por muitos gestores do órgão como diretriz fundamental na classificação, no arranjo e na descrição da documentação arquivada.

Esta documentação foi dispersa pelos vários setores da instituição, levando em conta o tipo de suporte dos documentos e a sua espécie documental. Ou seja, o AGCRJ, talvez pela permanente escassez de arquivistas e técnicos em arquivo no seu quadro técnico, optou por adotar um critério museológico e não arquivístico na classificação, descrição e arranjo da documentação sob a sua custódia. Este fato, certamente, resulta em grandes dificuldades para a reconstituição dos fundos documentais originais e complexifica, há muito tempo, a elaboração do Guia de Fundos institucionais.

Em julho de 2006, o AGCRJ sofreu um grande furto que espoliou os seus acervos documentais e bibliográficos de numerosos e valiosos documentos fotográficos, cartográficos e bibliográficos, como cartões postais de várias coleções particulares, fotografias de Augusto Malta, pinturas e desenhos de Lucílio de Albuquerque e a coleção completa do *Almanak Laemmert*.

Em 1º de setembro de 2006, o prefeito César Maia baixou o Decreto nº 26.970⁶¹⁸, consolidando a estrutura organizacional da Secretaria Municipal das Culturas. Este Decreto definiu as competências da referida Secretaria e dos seus órgãos e comissões, subordinou o Arquivo Geral da Cidade diretamente ao Gabinete da Secretaria Municipal de Culturas, elevando sua posição na hierarquia administrativa e lhe conferindo mais autonomia. Entretanto, o mencionado Decreto manteve a sua estrutura interna sem alterações, apenas modificando a denominação dos seus serviços e seções. Ou seja, as antigas divisões passaram a ser designadas de gerências e os antigos serviços, de subgerências, mas não promoveu alteração na composição da sua estrutura orgânica, nem com a ampliação nem com a redução de unidades orgânicas. Assim, a estrutura orgânica do AGCRJ passou a ser integrada por três gerências: 1) Documentação Escrita e Especial, composta por uma Subgerência de Documentação Escrita e por uma Subgerência de Documentação Especial; 2) de Pesquisa, a qual se manteve subordinada uma Subgerência de Biblioteca; 3) de Apoio Técnico, a qual permaneceu subordinado o Laboratório de Fotografia; e uma Subgerência de Atividades Gerais.

O Decreto nº 26.970 estipulou, também, as competências do AGCRJ, encarregando-o de elaborar e coordenar a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e a Rede de Arquivos Municipais, obedecendo aos dispositivos constitucionais e legais em vigor e às diretrizes propostas pelo Conselho Municipal de Arquivos (COMARQ).

Ao AGCRJ cabe coordenar a gestão de documentos de arquivos do Poder Executivo Municipal, por meio do Sistema Municipal de Gestão de Arquivos (SIMARQ) e da Rede Municipal de Arquivos (ARQ-RIO), mediante a avaliação e a destinação de documentos da Prefeitura; incentivar técnica e administrativamente a criação de unidades de arquivos em órgãos e entidades do Poder Público Municipal; normatizar e promover a preservação de documentos de valor permanente do Executivo Municipal em seu poder e em poder das unidades integrantes da Rede Municipal de Arquivos (ARQ-RIO); estabelecer mecanismos para preservar o patrimônio documental carioca de atos lesivos; garantir o acesso ao patrimônio documental custodiado, mediante a implantação de programas e projetos voltados para a produção de conhecimento e para a divulgação da história da cidade do Rio de Janeiro.

Conforme este Decreto, as atribuições do AGCRJ são: emitir pareceres para subsidiar órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, no tocante à comprovação de direitos da municipalidade ou de terceiros; promover a aquisição de documentos, fontes primárias ou secundárias, relacionadas à história da cidade e da administração pública municipal; coordenar técnica e administrativamente a implantação da Lei nº

3.261/01, que instituiu o Projeto Memória Fotográfica; planejar e coordenar atividades voltadas para a informatização do acervo documental da municipalidade; gerir o Sistema de Memória da Cidade do Rio de Janeiro; planejar, elaborar e coordenar programas e projetos voltados ao desenvolvimento técnico-científico do tratamento da documentação; manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais relacionadas às finalidades do órgão; e supervisionar o Memorial Getúlio Vargas e o Museu Histórico da Cidade, órgãos que se tornaram subordinados ao AGCRJ. O Decreto nº 3.6.970 também estabeleceu as atribuições de cada uma das unidades orgânicas do órgão.

Ainda em 2006, foi promovido, com o apoio financeiro da Lei do ISS, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o 1º Concurso de Monografias do Arquivo da Cidade, instituindo o prêmio Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos. Esse certame, que pretende ampliar a oferta de literatura especializada sobre a cidade do Rio de Janeiro, resultou de uma parceria entre o AGCRJ e a editora Garamond, garantindo a publicação do trabalho selecionado e aprovado em primeiro lugar pelo referido concurso. Os trabalhos concorrentes devem versar sobre a cidade do Rio de Janeiro e utilizar como fontes os documentos arquivados no AGCRJ.

Este concurso presta uma homenagem a Afonso Carlos Marques dos Santos, precocemente falecido em 2004. Professor-doutor, historiador, administrador público e autor de inúmeros artigos e vários livros, que como já foi mencionado, foi dirigente do DGC e do DGDI e consultor de várias gestões do AGCRJ, no qual começou sua carreira de pesquisador e de dirigente público.

Afonso Carlos Marques dos Santos desenvolveu uma brilhante carreira acadêmica nas universidades nas quais exerceu o magistério ou atuou em unidades de fomento à produção e à divulgação científica, como o Departamento Cultural da UERJ e o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Na Prefeitura da cidade, exerceu diversas funções, entre as quais se destaca a direção do Departamento Geral de Cultura, onde atuou como um subsecretário de Cultura, e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. No desempenho de suas atribuições, sempre incentivou o desenvolvimento de pesquisas que resultassem na produção e na divulgação de conhecimentos sobre a cidade, destacando-se, entre suas iniciativas, a criação das coleções Biblioteca Carioca e Memória Carioca, publicadas pela Secretaria Municipal de Cultura e voltadas para o lançamento de títulos dedicados ao estudo da cidade.⁶¹⁹

No plano nacional, nas eleições de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito para um novo mandato presidencial, tomando posse na Presidência da República em 1º de janeiro de 2007. O segundo governo de Lula da Silva (2007-2010) deu continuidade ao programa da sua primeira gestão, mas conseguiu obter resultados econômicos mais favoráveis, aumentando o poder aquisitivo das camadas mais pobres da população e o consumo de bens primários e de serviços básicos. Neste período, ocorreu o aumento da oferta de postos de trabalho formal, diminuindo o desemprego e o subemprego. O acesso das camadas populares à telefonia móvel, aos serviços públicos de saúde e à rede de ensino oficial também se ampliou, aumentando o tempo de escolaridade obrigatória na educação fundamental.

Na esfera da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 2007, o AGCRJ recebeu a nomeação de Memória do Mundo-Brasil, da UNESCO, obtendo recursos financeiros para proceder à digitalização dos documentos do fundo do Senado da Câmara. Juntamente com o Museu Histórico da Cidade, o AGCRJ também foi escolhido pelo Ministério da Cultura da Espanha para realizar o tratamento, a organização e a microfilmagem da série documental sobre escravidão, que também foi inserida no sistema virtual do órgão, permitindo sua divulgação pela Internet.

Neste ano, um moderno sistema de segurança foi instalado nas dependências do AGCRJ, com o apoio financeiro da PETROBRAS Cultural, modernizando e informatizando as condições de segurança do prédio e dos seus acervos institucionais. Também em 2007, o AGCRJ foi contemplado pelo BNDES com verbas, provenientes das Leis de Incentivo Fiscal, para tratar e higienizar a série documental constituída por mais de 1.500 livros da Décima Urbana, imposto instituído pelo príncipe regente D. João, em 1808, sobre os

terrenos e imóveis urbanos. Este importante acervo documental possibilita a reconstituição da evolução urbana e da ocupação do território da cidade, subsidiando projetos de pesquisa acadêmicos sobre a sua história e informando sobre a formulação e a aplicação de políticas e programas públicos voltados para a urbanização da cidade.

Ainda em 2007 foi lançado o livro vencedor do 1º Concurso de Monografias do Arquivo da Cidade, Prêmio Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos. O livro premiado, intitulado *A Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro* é uma versão revista da dissertação de mestrado de Júlio César Medeiros da Silva Pereira, que foi orientado pelo eminente professor e historiador José Murilo de Carvalho, do IFCS da UFRJ. E também foi lançado o primeiro volume da *Revista do Arquivo da Cidade*, então denominada *Cidade Nova*. Ambos foram publicados em parceria com a editora Garamond.

Em 2007, também foi realizado o tratamento técnico do acervo hemerográfico intitulado *Imprensa Alternativa*. Este acervo, proveniente do RIOARTE, é formado por cerca de 1.300 títulos de periódicos, publicados entre 1950 e 2000. Elaborou-se um catálogo deste acervo, que em seguida foi digitalizado e disponibilizado *on line* no site do AGCRJ. Esse catálogo traça o perfil de cada um dos periódicos que integram a coleção, por meio de verbetes temáticos, organizados em ordem alfabética de títulos. Neste mesmo ano, as equipes técnicas do AGCRJ começaram o levantamento para identificar as fontes documentais que integram os seus acervos, organizando a documentação de acordo com a sua origem, visando a produção dos Guias de Fundos, que também será digitalizado e disponibilizado *on line*, para facilitar o acesso à documentação arquivada. O Guia de Fundos, além de estabelecer um controle físico e intelectual sobre os acervos institucionais, possibilita um melhor acesso aos documentos e às informações neles contidas.

Ainda em 2007, foi realizado o I Censo dos Arquivos Municipais para mapear os documentos produzidos e acumulados pelo conjunto da administração municipal. Este Censo possibilitou a identificação dos documentos de valor permanente arquivados em diversas Secretarias e repartições municipais e viabilizou o seu recolhimento ao AGCRJ. Em 12 de março de 2008, a Resolução da SMC nº 12⁶²⁰ estabeleceu a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, com o objetivo de analisar e selecionar a documentação produzida ou recebida pela SMC, visando a elaboração de uma Tabela de Temporalidade Documental (TTD).

No segundo semestre de 2008, durante as comemorações do aniversário de 115 anos de fundação do AGCRJ na estrutura do Poder Executivo municipal, o órgão foi selecionado pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, para receber uma verba destinada à implantação de um Laboratório de Microfilmagem no AGCRJ. Este Laboratório, antiga reivindicação da instituição, poderá produzir cópias de segurança da documentação primária arquivada, que deixará de ser manuseada de forma direta pelos usuários, podendo ser consultada sob a forma de microfimes.

Como parte das comemorações do seu 115º aniversário, o AGCRJ também lançou o livro premiado pela segunda edição do seu Concurso de Monografias e do prêmio Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos, intitulado *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real*, de autoria da historiadora Mônica de Souza N. Martins. O livro apresenta a pesquisa desenvolvida no doutorado da autora, sendo uma adaptação de sua tese, também orientada pelo historiador José Murilo de Carvalho. Na mesma ocasião, o AGCRJ publicou também o segundo número da *Revista do Arquivo da Cidade*, dedicado ao período da instalação da Corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro. Mais uma vez, as duas publicações foram realizadas em parceria com a editora Garamond.

Em 26 de setembro de 2008, o secretário Municipal das Culturas, Ricardo Macieira, decidiu, por meio da Resolução SMC nº 53⁶²¹, alterar a composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), que passou a ser coordenada pelo AGCRJ. Esta alteração foi instituída, porque a SMC reconheceu como deveres do poder público promover a gestão documental e assegurar a proteção dos documentos de

arquivos, como instrumentos de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e tecnológico e como elementos de prova e informação e de preservação da memória histórica da Prefeitura da Cidade, com base jurídica na legislação federal, estadual e municipal em vigor. A finalidade desta Comissão é orientar, assessorar e supervisionar tecnicamente as atividades de identificação, análise, avaliação e seleção de documentos, de elaboração de Tabelas de Temporalidade Documental e de estabelecer procedimentos voltados para a racionalização dos processos do Sistema Municipal de Gestão de Arquivos (SIMARQ), do qual o AGCRJ é o órgão central. Desta Comissão faz parte um representante do AGCRJ.

Nas eleições municipais, realizadas em outubro de 2008, o candidato eleito para ocupar a Prefeitura da Cidade foi Eduardo Paes, do PMDB, então secretário estadual de Esporte e Turismo, no governo de Sérgio Cabral, que, como governador, lhe deu grande apoio na disputa eleitoral para o cargo de prefeito. Com este apoio, Paes derrotou, no segundo turno, o candidato Fernando Gabeira, do Partido Verde.

No dia 8 de outubro de 2008, o prefeito César Maia baixou o Decreto nº 9.966⁶²², instituindo o Conselho Municipal de Arquivos do Rio de Janeiro (COMARQ). Este Decreto estabeleceu suas competências, organização e funcionamento. O COMARQ foi criado como um órgão colegiado, com funções consultivas e de assessoramento, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, e composto por representantes da administração municipal e por representantes de instituições acadêmicas e arquivísticas, públicas e privadas, sendo presidido pelo diretor do AGCRJ. Entre as suas competências destacam-se: avaliar arquivos privados indicados pelo AGCRJ, emitir pareceres sobre os documentos de arquivos privados indicados e encaminhá-los ao prefeito, que decidirá sobre sua classificação na categoria de interesse público; estabelecer diretrizes para a gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo.

Cabe, ainda, ao COMARQ promover o intercâmbio entre as instituições arquivísticas e sua integração ao Sistema Municipal de Arquivos; estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos no âmbito municipal; subsidiar a elaboração de planos municipais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da Política Municipal de Arquivos, e estimular a integração sistêmica e a modernização dos arquivos públicos e privados.

Este mesmo Decreto instituiu a Rede Municipal de Arquivos (ARQ-RIO), vinculada ao AGCRJ, com o objetivo de desenvolver a Política Municipal de Arquivos na órbita do Poder Executivo. Determinou que é competência do AGCRJ como órgão central da ARQ-RIO, a supervisão e a orientação técnica das unidades de protocolos e arquivos correntes dos órgãos e entidades de toda a administração municipal.

Em novembro de 2008, o AGCRJ abriu para o público um jardim construído na área frontal do seu prédio-sede, na avenida Presidente Vargas, inaugurando no local um painel de azulejos, criado pela artista plástica Laura Taves, reproduzindo uma antiga planta da cidade do Rio de Janeiro, cujo original integra o acervo institucional. Em dezembro de 2008, o AGCRJ, em parceria com o Museu Histórico da Cidade e o Museu da Imagem e do Som, lançou o Portal Augusto Malta, reunindo as fotografias produzidas pelo reconhecido fotógrafo da Prefeitura da cidade e pelos seus filhos Aristógiton e Uriel, que integram os acervos das mencionadas instituições, disponibilizando-os *on-line* na sua página eletrônica.

Em termos de recolhimento, foram transferidos para o AGCRJ os Processos de Licenças de Obras e Edificações, que ainda se encontravam no Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo, e foi recebida, como doação, a coleção de documentos públicos e privados do ex-governador Carlos Lacerda e da empresa TELEPLAN. A coleção Carlos Lacerda é formada por mais de vinte metros lineares de documentos textuais, iconográficos e audiovisuais.

Neste mesmo período, estava sendo encaminhado ao AGCRJ o recolhimento do acervo de filmes do Centro Técnico do Audiovisual, que ainda estava sob a guarda da EMBRAFILME. O acervo particular de Pedro Lima/RIOFILME recebeu tratamento técnico, tendo sido reorganizado, catalogado e arquivado.

Portanto, as alterações legais introduzidas, no começo deste novo século, nas funções e na estrutura organizacional do AGCRJ, abriram perspectivas promissoras para o seu desenvolvimento na estrutura administrativa municipal, permitindo que a instituição mais antiga de arquivo da cidade do Rio de Janeiro desempenhe as funções que lhe foram atribuídas pela legislação municipal em vigor, de forma mais eficiente, competente e permanente.

NOTAS

- ⁴⁷⁹ FAUSTO, B. 1997, p. 488-494; NEVES, G. P. das; et alii. 2002, p. 391-397.
- ⁴⁸⁰ Cf. MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001.
- ⁴⁸¹ Cf. RABHA, N. M. de C. E. Uma cidade e seus planos. In: PINHEIRO, A. I. de F. (org.). 2010, p. 223-224.
- ⁴⁸² Cf. FREIRE, A.; MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001.
- ⁴⁸³ Cf. FREIRE, A.; MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001.
- ⁴⁸⁴ Cf. MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001, p. 21-35.
- ⁴⁸⁵ Cf. Coleção de Leis Federais, jul./1974.
- ⁴⁸⁶ Cf. Coleção de Leis Federais, jul./1974.
- ⁴⁸⁷ Cf. RBHA, N. M. de C. E. In: PINHEIRO, A. I. de F. (Org.). 2010, p. 223.
- ⁴⁸⁸ Cf. MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001, p. 34-35.; FREIRES, A.; MOTTA, M. da S. 2001, p. 20-22.
- ⁴⁸⁹ Cf. FREIRE, A.; MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001, p. 22-23.
- ⁴⁹⁰ Cf. a entrevista de Faria a Lima. In: MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001.
- ⁴⁹¹ Cf. entrevista de Faria Lima na obra de MOTTA, M.; SARMENTO, C. E. (Org.), 2001.
- ⁴⁹² Cf. o Decreto nº 1 no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 16/3/1975.
- ⁴⁹³ Cf. FREIRE, A.; MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001.
- ⁴⁹⁴ Cf. MOTTA, M.; SARMENTO, C. E., 2001, p. 13-25.
- ⁴⁹⁵ Cf. em MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001, p. 25-28.
- ⁴⁹⁶ Cf. FREIRE, A.; MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001, p. 32-35.
- ⁴⁹⁷ Cf. entrevista de Costa Couto in MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001, 30-33.
- ⁴⁹⁸ Cf. entrevista de Ronaldo Costa Couto em MOTTA, M. da Silva.; SARMENTO, C. E. 2001.
- ⁴⁹⁹ Cf. o Decreto nº 2 no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, de 16/3/1975.
- ⁵⁰⁰ Cf. o Decreto nº 5 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*, v. 1., tomo I, abr./jun., 1975, p. 40.
- ⁵⁰¹ Cf. a legislação que criou a Superintendência de Documentação, no *Diário Oficial do Estado da Guanabara*, 1964.
- ⁵⁰² Cf. a nomeação de Martinho de Carvalho na Legislação do Município do Rio de Janeiro, v. 1 , nº 1, abr./jun. 1975.
- ⁵⁰³ Uma cópia do plano cultural desenvolvido por Domício Proença Filho foi doada por ele ao AGCRJ, agora integrando o acervo institucional.
- ⁵⁰⁴ Cf. o plano *Por uma ação cultural integrada*, no AGCRJ.
- ⁵⁰⁵ Cf. as funções do Departamento Geral de Cultura no plano *Uma ação cultural integrada*, AGCRJ
- ⁵⁰⁶ Cf. o Decreto nº 15 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*, v.1, nº. 1, abr./jun.1975, p. 80.
- ⁵⁰⁷ Cf. SARAIVA, T. s.d.
- ⁵⁰⁸ Cf. o Decreto nº 57 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*, v.1, tomo II , abr./jun.,1975, p. 119.
- ⁵⁰⁹ Cf. o Decreto nº 64 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*, v. 1, tomo II, abr./jun., 1975, p.126.
- ⁵¹⁰ Cf. o Decreto nº 149 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*, v.1, tomo II, abr./jun, 1975, p. 450.
- ⁵¹¹ Cf. o Decreto nº 161 no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 8/10/1975, p. 12.
- ⁵¹² Cf. a Resolução nº 27 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*, v. 2, tomo II, 1976.
- ⁵¹³ Cf. o Decreto nº 334 no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Municipalidades*, de 12/3/1976.
- ⁵¹⁴ Cf. o *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Municipalidades*, de 22/9/1976. O texto completo da *Lei Orgânica*, de 22/9/1976 também pode ser consultado na Biblioteca do AGCRJ.
- ⁵¹⁵ Cf. SARAIVA, T., s.d., p. 395-398.
- ⁵¹⁶ Cf. a Resolução nº 27 da SMEC, no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Municipalidades*, de 22/1/1976.
- ⁵¹⁷ Valdir Ribeiro é arquiteto formado pela FNA-UB, atual UFRJ, no ano de 1964. Prestou serviços, a partir de janeiro de 1965, no DER-GB, por treze anos. Após a fusão, foi transferido para a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, onde prestou serviços até recentemente, primeiro na Diretoria de Construção Civil e, após meados de 1990, na RIOURBE. Dentre os diversos cargos que ocupou, destacamos o de superintendente de Obras da Diretoria de Construção Civil; coordenador de Obras Habitacionais; diretor da Diretoria de Obras Prediais; e diretor de Planejamento e Projetos, estes na RIOURBE.
- ⁵¹⁸ Cf. as informações sobre a construção da nova sede do Arquivo Municipal no *Livro de Atas das reuniões do GT*, depositado no AGCRJ e nos artigos publicados pela revista *Arquivo e Administração*, jan./abr. 1978, p. 13-14 ; jan./abr. 1980, p. 26.
- ⁵¹⁹ RIOCENTRO era na época o maior centro de convenções da cidade e um dos maiores locais fechados para realização de grandes eventos, como o *show* que ali se realizou naquela data.
- ⁵²⁰ Cf. o Decreto nº 2.052, no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Municipalidades*, 6/3/1979.
- ⁵²¹ Cf. o Decreto nº 2.053, no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Municipalidades*, 6/3/1979.
- ⁵²² Cf. a Resolução nº 78 no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Municipalidades*. 8/3/1979.
- ⁵²³ Cf. o *Boletim Informativo do AGCRJ*, 1979.
- ⁵²⁴ Conforme o historiador francês Pierre Nora, os “lugares de memória” estão invariavelmente vinculados a condições materiais, funcionais ou simbólicas, que devem coexistir temporalmente. Surgem a partir do sentimento de que não há memória espontânea, por isso é preciso criar arquivos, comemorar aniversários, organizar celebrações. Operações culturais necessárias para permitir reconstruir a representação de um passado coletivo. Cf. NORA, P. 1993, p. 7-28.
- ⁵²⁵ FREIRE, A.; MOTTA, M. da S.; SARMENTO, C. E. 2001.
- ⁵²⁶ Israel Klabim (1926) é engenheiro civil, formado pela UFRJ, mestre em Matemática e Física pela mesma Universidade e doutor em Ciências Sociais pelo Institut National de Sciences Politiques, na França. Foi um dos criadores da SUDENE e membro da Comissão Mista Brasil-EUA. Atualmente é presidente do Conselho de Curadores da

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), da qual foi um dos fundadores e membro do Conselho Administrativo das Indústrias Klabin de Papel e Celulose.

⁵²⁷ Cf. os dados sobre a gestão de Israel Klabin na entrevista que concedeu aos pesquisadores do CPDOC. Esta entrevista está publicada em MOTTA, M. da S; SARMENTO, C. E. 2001.

⁵²⁸ Augusto Ivan de Freitas Pinheiro é mestre pelo IPPUR/UFRJ e pelo IHS de Roterdã (Holanda). Ocupou vários cargos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro entre os quais se destacam: coordenador do Projeto do Corredor Cultural, diretor de urbanismo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, subsecretário e, depois, secretário Municipal de Urbanismo. É professor da Faculdade de Arquitetura na PUC-Rio e autor de inúmeros artigos e livros.

⁵²⁹ Cf. o Decreto nº 2.849 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Nº 225, de 24/11/1980.

⁵³⁰ Cf. a Lei nº 133 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 19/11/1979.

⁵³¹ Cf. o Decreto nº 2.477 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 25/1/1980 e sua retificação no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 22/2/1980.

⁵³² Cf. o Decreto nº 2.849 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 13/11/1980.

⁵³³ A temática de escravidão urbana ganhou destaque na produção historiográfica depois da aprovação da tese *Slave life in Rio de Janeiro (1808-1850)*, da historiadora norte-americana Mary C. Karasch, 1972. Traduzida e publicada no Brasil pela Companhia das Letras, em 2000, com o título *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*.

⁵³⁴ Cf. a obra de sua autoria, intitulada *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1983, 2 v.

⁵³⁵ Jamil Haddad ingressou na política em 1966, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), elegendendo-se deputado estadual, porém nesse mesmo ano foi cassado e teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Na presidência de Itamar Franco foi ministro da Saúde, ampliando o Sistema Único de Saúde (SUS) e criou os medicamentos genéricos.

⁵³⁶ A CUT (Central Única dos Trabalhadores), ligada aos setores mais combativos do novo sindicalismo, que se organizava nas “oposições sindicais” e a CONCLAT (Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras), vinculada aos sindicatos mais tradicionais, constituíram-se nas primeiras entidades nacionais que pretenderam a organização do movimento sindical brasileiro durante o processo de redemocratização.

⁵³⁷ A Aliança Democrática foi apoiada por todos os partidos de oposição, com exceção do PT, sendo controlada política e programaticamente pelo PMDB e pelo PFL.

⁵³⁸ Cf. o Decreto nº 4.421-A, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 25/1/1984.

⁵³⁹ Cf. o Decreto nº 4.622, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 24/7/1984.

⁵⁴⁰ Cf. a Resolução nº 233, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 4/12/1984.

⁵⁴¹ Cf. NEVES, G. P. das; et alii. 2002, p. 407; FAUSTO, B. 1997, p. 519.

⁵⁴² Cf. a Resolução nº 208 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 19/04/1985.

⁵⁴³ Cf. o Decreto nº 5.378, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 10/10/1985.

⁵⁴⁴ Cf. o Decreto nº 5.424 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 31/10/1985.

⁵⁴⁵ Cf. o Decreto nº 5.649, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 2/1/1986.

⁵⁴⁶ Cf. a Portaria nº 4 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 13/2/1986.

⁵⁴⁷ Cf. a Lei nº 872, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 16 /6/1986.

⁵⁴⁸ Cf. a Lei nº 881 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 12/7/1986.

⁵⁴⁹ Cf. o Decreto nº 6.024, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 14/8/1986.

⁵⁵⁰ Cf. a Resolução nº 11 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 24/9/1986.

⁵⁵¹ Cf. a Lei nº 914, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 21/10/1986.

⁵⁵² Cf. o ofício da diretora, na Pasta de Correspondência Expedida, 1987, Gabinete, AGCRJ.

⁵⁵³ Cf. o Ofício, na Pasta nº 45, Gabinete do AGCRJ, Estrutura Organizacional.

⁵⁵⁴ Cf. a Lei nº 1.067, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 1º/10/1987.

⁵⁵⁵ Cf. o Decreto nº 7.434 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 1º/3/1988.

⁵⁵⁶ Cf. a Portaria nº 6 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 29/3/1988.

⁵⁵⁷ Cf. o Decreto nº 7.666 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 27/5/1988.

⁵⁵⁸ Cf. a Resolução Conjunta nº 1, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 21/6/1988.

⁵⁵⁹ Cf. a Portaria nº8, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 29/6/1988.

⁵⁶⁰ Cf. o Regimento Interno do AGCRJ na Resolução nº 41, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, nº 132, de 23/9/1988.

⁵⁶¹ Cf. as informações sobre a gestão de Saturnino Braga no Anexo da Lista de prefeitos da cidade do Rio de Janeiro, no site: pt.wikipedia.org/...Anexo:Lista_de_prefeitos_do_Rio_de_Janeiro.

⁵⁶² Cf. o Decreto nº 8.327 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 2/1/1989.

⁵⁶³ Cf. o Decreto nº 8.356 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, nº 217, de 27/1/1989.

⁵⁶⁴ Cf. o ofício nº 8/89 na Pasta 45, Gabinete – Estrutura Organizacional, AGCRJ.

⁵⁶⁵ Cf. a Portaria nº6 da SDO, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 29/3/1989.

⁵⁶⁶ Cf. a Ordem de Serviço da diretora do AGCRJ, na Pasta de Correspondência Interna, Gabinete, AGCRJ.

⁵⁶⁷ Cf. a Portaria nº 10 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 26/7/1989.

⁵⁶⁸ Cf. a Portaria nº 11 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 13/9/1989.

⁵⁶⁹ Cf. a Portaria nº 12 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 18/9/1989.

⁵⁷⁰ Cf. a Portaria nº 13 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 4/10/1989.

⁵⁷¹ Cf. a Portaria nº 14 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 17/10/1989.

⁵⁷² Cf. NEVES, G. P. das; et alii. 2002, p. 411.

⁵⁷³ O Consenso de Washington foi uma expressão criada pelo economista inglês John Williamson para designar as orientações que o governo norte-americano e os organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, preconizaram para combater a crise econômica dos países da América Latina. Estas orientações reeditaram os princípios liberais clássicos, afirmando que o funcionamento da economia devia ser entregue às leis do mercado, sem intervenção do Estado. Por isto, ficaram conhecidas como neoliberalismo. O neoliberalismo propôs também a abertura da economia e a eliminação de barreiras alfandegárias para os investimentos estrangeiros, a privatização ampla de empresas estatais, a redução dos gastos e investimentos sociais dos governos e a desregulamentação do mercado de trabalho, com a mudança a legislação trabalhista para permitir formas precárias de contratação de mão de obra.

⁵⁷⁴ Cf. a Lei nº 1.566 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*, v. 16, nº 1, jan./mar.,1990, p. 50.

⁵⁷⁵ A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, foi publicada pela Imprensa Oficial da municipalidade e está disponível para consulta na Biblioteca do AGCRJ.

⁵⁷⁶ Cf. a Portaria nº 15 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 18/5/190.

⁵⁷⁷ Cf. o Decreto nº 9.490 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 26/7/1990.

⁵⁷⁸ Cf. o Decreto nº 10.169 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 26/3/1991.

⁵⁷⁹ Cf. o Decreto nº 10.189 no *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, de 25/04/1991.

⁵⁸⁰ Cf. a Portaria nº 20 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 27/6/1991.

⁵⁸¹ Cf. o Decreto nº 10.628 na *Legislação do Município do Rio de Janeiro*. v. 17, n. 4, ou./dez.1991, p.144.

⁵⁸² Lucílio de Albuquerque, nasceu em Barras, PI, em 1877, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1939. Em 1896 ingressou na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Em 1906 recebeu o prêmio concedido pela Escola - uma viagem à Europa, com bolsa de estudos - como prêmio pela tela *Anchieta escrevendo o poema da Virgem*. Neste mesmo ano, casou-se com uma aluna, Georgina de Moura Andrade, que ficou famosa com o nome de Georgina Albuquerque. Juntos foram para a França, onde permaneceram por cinco anos, tendo estudado na École Nationale Supérieure de Beaux-Arts e na Academie Juléan e prosseguindo em suas carreiras de pintores. Foi professor catedrático, a partir de 1916, e diretor da ENBA, por um curto período. O AGCRJ possuía mais de 100 estudos do pintor, sendo que alguns foram furtados em 2006.

⁵⁸³ Cf. a Resolução nº 1 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 5/10/1992.

⁵⁸⁴ Cf. a Lei nº 1.919 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 17/10/1992.

⁵⁸⁵ Cf. o Decreto nº 11.833 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 18/12/1992.

⁵⁸⁶ O Plano Doxiadis foi elaborado pelo escritório deste urbanista grego, o Doxiadis Associates, contratado para realizar o planejamento estratégico da cidade-estado para o ano 2000. Este escritório foi incumbido de formular um plano urbano de longo prazo e um programa de obras urgentes. Após um amplo levantamento de dados, propôs uma significativa ampliação dos serviços e equipamentos públicos que pudessem atender a uma população futura, estimada em quase 8,5 milhões de habitantes. Apresentou a proposta de criação de outras centralidades na cidade,

especialmente na Zona Oeste, onde deveriam ser priorizados o porto de Sepetiba e os usos industriais deste vasto território. Preconizou a alteração da malha viária urbana, com a construção de um conjunto de vias expressas que integrariam as diversas zonas da cidade e facilitariam as comunicações e a circulação entre elas. Esta proposta uma vez realizada resultaria no complexo de linhas coloridas, das quais a Lilás foi imediatamente implantada, ligando os bairros de Laranjeiras e Santo Cristo. Cf. *Plano Doxiadis: um plano para o desenvolvimento urbano* (CEDUG), Doxiadis Associates, Consultores para Desenvolvimento e Equilíbrio, 1967. Apud RABHA, N. M. de C. In PINHEIRO, A. I. de F. 2010, p. 221-222.

⁵⁸⁷ Cf. a Lei nº 1.949 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 3/2/1993.

⁵⁸⁸ Cf. o Decreto nº 11.951 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 17/2/1993.

⁵⁸⁹ As informações que menciono sobre a gestão de José Maria Jardim e sobre suas avaliações, diagnósticos e propostas constam de um conjunto de documentos, composto por relatórios, ofícios, artigos e entrevistas concedidas por ele a jornais e revistas cariocas, cedidos ao AGCRJ, na data de seu depoimento, gravado, à diretora do AGCRJ, Beatriz Kushnir, e da qual participei como entrevistadora. Esta entrevista será editada no livro *Memória do Rio. O Arquivo da Cidade na sua trajetória republicana*, organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta.

⁵⁹⁰ Cf. FOUCAULT, M. 1982. p. 69-78.

⁵⁹¹ Cf. a entrevista prestada por José Maria Jardim ao AGCRJ em 2009, que será editada no livro *Memória do Rio. O Arquivo da Cidade na sua trajetória republicana*, organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta.

⁵⁹² Cf. o Decreto nº 12.147 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 16/7/1993.

⁵⁹³ Cf. o recorte do *Jornal do Brasil*, de 5 de agosto de 1993, com a entrevista dada pelo então diretor do AGCRJ, no conjunto de documentos que José Maria Jardim cedeu ao AGCRJ, na data da entrevista que prestou à diretora Beatriz Kushnir e da qual participei como entrevistadora.

⁵⁹⁴ Cf. o Ofício nº 290, de 4/10/1993, na Pasta nº 45, Estrutura Organizacional, Gabinete, AGCRJ.

⁵⁹⁵ O segundo organograma foi gentilmente cedido ao AGCRJ por José Maria Jardim, no dia de sua entrevista, e está reproduzido nos Anexos deste livro.

⁵⁹⁶ Cf. os Ofícios dos demissionários dos cargos de assessor e de diretores de Divisões do AGCRJ no conjunto de documentos cedidos por José Jardim ao AGCRJ, no dia da sua já mencionada entrevista.

⁵⁹⁷ Cf. Foucault, M., 1982, p. 179-192.

⁵⁹⁸ Cf. esta avaliação de Paulo Elian dos Santos faz parte do depoimento exposto na entrevista que concedeu ao AGCRJ, em 2009. Esta entrevista, da qual participei como uma das entrevistadoras, será editada na obra *Memórias do Rio. O Arquivo da Cidade na sua trajetória republicana*, organizada por Beatriz Kushnir e Sandra Horta.

⁵⁹⁹ Cf. a Resolução “P” nº 528 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 15/3/1994.

⁶⁰⁰ O conceito de “Reengenharia Organizacional” foi desenvolvido no meio empresarial e nos cursos superiores de Administração, em meados da década de 1990. Este conceito promoveu um movimento que levou ao enxugamento da máquina administrativa pública, com a supressão ou extinção de diversos órgãos e com numerosas demissões de servidores. Os objetivos deste movimento de reorganização foram: introduzir mudanças radicais nas culturas das

organizações, cujos dirigentes foram geralmente substituídos; definir novos objetivos, traçar novas estratégias, estabelecer metas a serem atingidas, redirecionar as atividades realizadas, reduzir custos, aumentar receitas e aprimorar a qualidade dos produtos e dos serviços fornecidos aos usuários ou clientes. Seu lema era “ a qualidade total” dos produtos e dos serviços oferecidos ao público.

⁶⁰¹ Cf. o Ofício-Circular nº 5 da SDI, de 16/05/1994 e o Memorando nº 67, na Pasta nº 45, Estrutura Organizacional.. Gabinete, AGCRJ.

⁶⁰² Cf. o Ofício nº 93, na Pasta nº 45, Estrutura Organizacional, Gabinete, AGCRJ.

⁶⁰³ Cf. a Resolução nº 14 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 31/5/1994.

⁶⁰⁴ A maior parte das informações relativas à gestão de Paulo Elian dos Santos foram obtidas de um conjunto de documentos, doados por ele ao AGCRJ, no dia de sua entrevista, da qual participei como uma das entrevistadoras. Esta entrevista será editada no livro *Memórias do Rio. O Arquivo da Cidade na sua trajetória republicana*, já citado anteriormente.

⁶⁰⁵ Cf. o Ofício nº_172/95, na pasta nº 45, Estrutura Organizacional, Gabinete, AGCRJ.

⁶⁰⁶ Cf. o Ofício nº 210/95, na Pasta nº 45, Estrutura Organizacional. Gabinete, AGCRJ.

⁶⁰⁷ Cf. o Ofício da diretora do DGGI na Pasta nº 45, Estrutura Organizacional. Gabinete. AGCRJ

⁶⁰⁸ Cf. o Ofício do diretor do AGCRJ, na Pasta nº 45, Estrutura Organizacional. Gabinete. AGCRJ.

⁶⁰⁹ Cf. o Ofício de abril de 1997, na Pasta nº 45. Estrutura Organizacional. Gabinete. AGCRJ.

⁶¹⁰ Cf. o Ofício de novembro de 1997, na Pasta nº 45. Estrutura Organizacional. Gabinete. AGCRJ.

⁶¹¹ Criminosamente, as coleções de valiosos cartões postais que integravam o acervo iconográfico do AGCRJ foram furtados em 2006, por integrantes de uma quadrilha especializada em roubar e revender documentos das instituições que são responsáveis pela sua guarda e preservação, como aconteceu com o próprio AGCRJ, o Museu

Histórico da Cidade, a Biblioteca Nacional e a Mapoteca do Palácio Itamaraty, do MRE, no Rio de Janeiro, neste mesmo ano. (nota da autora).

⁶¹² A denominação deste hospital presta uma homenagem ao médico Ronaldo Gazolla, recentemente falecido. Gazolla exercera, com competência e dedicação, o cargo de secretário Municipal de Saúde na gestão anterior de César Maia (1993-1996). E foi muito respeitado entre os profissionais que atuavam na rede de saúde do município do Rio de Janeiro.

⁶¹³ Cf. a Resolução nº 34, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 19/5/2001.

⁶¹⁴ Cf. a Lei nº 3.403, ver o *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 6/6/2002.

⁶¹⁵ Cf. o Decreto nº 22.614 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 31/1/2003.

⁶¹⁶ Cf. o Decreto nº 22.615 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 31/1/2003

⁶¹⁷ Cf. o Decreto nº 24.009 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 6/3/2004.

⁶¹⁸ Cf. o Decreto nº 26.970 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 2/9/2006.

⁶¹⁹ Cf o artigo Afonso Carlos Marques dos Santos. Um homem do seu tempo. Por ele mesmo, de autoria da professora-doutora Ismênia de Lima Martins, publicado na *Revista Cidade Nova*. 2007, p. 13-31.

⁶²⁰ Cf. a Resolução nº 12 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, 13/3/2008.

⁶²¹ Cf. a Resolução nº 53, no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 27/9/2008.

⁶²² Cf. o Decreto nº 29.966 no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 9/10/2008.



Palacio del Ayuntamiento

CONCLUSÃO

No momento em que a pesquisa foi encerrada, e concluída a redação deste trabalho, considerou-se que seria importante proceder-se a uma sumária e breve avaliação da investigação realizada sobre a longa travessia da “Arca grande e boa”, uma das instituições mais antigas e importantes da história da municipalidade carioca.

Percebeu-se, ao longo da pesquisa, que o Arquivo Geral da Cidade, na sua evolução na administração municipal, primeiro como Arquivo da Câmara Municipal, e depois na estrutura do Poder Executivo, desempenhou um papel estratégico para a guarda e a preservação das fontes históricas e administrativas da municipalidade e dos munícipes; exerceu o papel de um órgão altamente especializado para a preservação da memória carioca; resistiu bravamente aos inúmeros percalços e vicissitudes que marcaram a sua longa e profícua travessia na história da sociedade carioca; e atualmente se destaca pelas inúmeras iniciativas que está desenvolvendo nas áreas de tratamento, preservação, difusão e democratização do acesso público à sua documentação arquivada.

Apesar dos problemas e infortúnios que enfrentou na sua plurissecular existência institucional, o Arquivo Municipal do Rio de Janeiro sempre forneceu os documentos probatórios e as informações que asseguraram os direitos da municipalidade, informando as tomadas de decisões das autoridades governamentais, no âmbito municipal, e aos cidadãos cariocas na comprovação dos seus direitos e nas suas investigações históricas e científicas.

Neste trabalho, então, foram registrados os momentos marcantes da travessia do Arquivo da Cidade, dentre os quais se destacaram o saque e o incêndio que sofreu no século XVIII; as iniciativas tomadas pelos camaristas, depois do sinistro, para reconstituir os seus documentos; os primeiros trabalhos sistemáticos de organização de seu acervo, realizados sob a direção do vereador e historiador Haddock Lobo, e do seu primeiro diretor-arquivista, Pires de Almeida, em meados do século XIX; a sua transferência para a órbita do Poder Executivo Municipal, após a organização do Distrito Federal, nos primórdios do regime republicano brasileiro; as iniciativas inovadoras introduzidas no tratamento da sua documentação por Noronha Santos e que tiveram continuidade nas gestões de Dias da Cruz, Restier Gonçalves e Carlos Alves Pereira, a partir da década de 1920, quando ainda era denominado de Arquivo do Distrito Federal; as inúmeras mudanças de localização do órgão e os diversos problemas materiais e burocráticos que enfrentou durante o século XX, até a sua definitiva instalação, no final da década de 1970, no prédio que ocupa, atualmente, na Cidade Nova, uma das suas mais importantes conquistas.

Tratou-se dos trabalhos de identificação, de organização e de arranjo da sua documentação, efetuado pelos dedicados e competentes membros das sucessivas equipes técnicas que, levando adiante suas atividades,

mesmo enfrentando muitas dificuldades e entraves, resistiram ao descaso, ao desinteresse e à omissão de muitas autoridades governamentais em dotar o Arquivo Geral da Cidade dos recursos humanos, técnicos e materiais indispensáveis ao seu pleno desenvolvimento funcional e organizacional; e, finalmente, foram apontadas as suas recentes conquistas no século XXI, quando o AGCRJ transformou-se, de direito e de fato, no órgão central da Rede Municipal de Arquivos e no formulador da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados.

Ao analisar os mais de cem anos em que o Arquivo Geral da Cidade funciona na estrutura da Prefeitura, observou-se que esse período da sua história foi marcado por várias mudanças de denominação, de posição na hierarquia municipal e de localização física, assinalando os diferentes níveis de prestígio e importância institucional que lhe foram atribuídos pelos governantes e administradores municipais, e pelos próprios munícipes. Assim, logo após a promulgação da primeira Lei Orgânica do Distrito Federal, por um curto período, o Arquivo Geral passou a ocupar uma posição no primeiro escalão da administração municipal. Porém, já em 1894, foi rebaixado à categoria de mera seção de uma subdiretoria, ainda que mantivesse a denominação de Diretoria de Arquivo. Permaneceu em uma posição periférica na estrutura administrativa municipal até o começo do século XXI, quando foi reconhecido como o órgão central da Rede Municipal de Arquivos. Enfrentou muitas dificuldades com a falta de pessoal qualificado durante todo o século XX e, até agora, não foi dotado de uma equipe técnica mais numerosa, que conte com mais arquivistas, para aprimorar o cumprimento de suas finalidades.

Finalmente, destacou-se que, em 2002 e 2003, o Arquivo Geral da Cidade conquistou a promulgação das leis que criaram a Rede Municipal de Arquivos e a Política Municipal de Arquivos, estabelecendo o seu novo papel na estrutura administrativa da Prefeitura. Estes fatos, sem dúvida, representaram uma vitória das diferentes gerações de dirigentes e de servidores que, desde a época da transferência do órgão para o Executivo, não se cansaram de reivindicar mudanças na sua posição hierárquica, na sua estrutura, no seu funcionamento e nas suas instalações.

Apontou-se que, apesar desta importante conquista institucional, obtida nos primórdios do século XXI, a Prefeitura ainda não dotou o Arquivo Geral da Cidade de todas as condições ideais para que possa exercer, de fato, as suas amplas funções, atuando com mais eficácia e competência, como uma verdadeira instituição arquivística da contemporaneidade, cumprindo suas funções de órgão de informação de apoio à administração municipal, ao cidadão e à pesquisa científica. Sua atual inserção na estrutura organizacional da Prefeitura, como um órgão ligado ao Gabinete do secretário Municipal de Cultura, representa um grande aporte ao seu funcionamento, porém ainda não lhe confere todas as prerrogativas para exercer plenamente suas funções especializadas junto às secretarias, fundações, institutos e demais órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura da cidade.

Outra medida considerada decisiva para a maior eficiência e produtividade do AGCRJ é dotá-lo de um quadro técnico composto por profissionais de várias formações disciplinares, especialmente por arquivistas, bibliotecários, documentalistas, historiadores e outros profissionais especializados, por meio da realização de concursos públicos para preenchimento destes cargos, pois a carência de pessoal, uma marca permanente da história institucional, é um impedimento estrutural ao desenvolvimento de suas funções.

As duas últimas gestões do AGCRJ promoveram iniciativas decisivas em relação ao papel social do AGCRJ, reafirmando a sua centralidade na ARQ-Rio e ampliando suas funções, modernizando o órgão e capacitando-o a atuar como um arquivo do século XXI. Porém, o trabalho de reestruturação do AGCRJ ainda não terminou. Novos passos devem ser dados para que as conquistas presentes do órgão sejam asseguradas e o seu trabalho possa ser desenvolvido de forma sistemática e contínua, seguindo os padrões estabelecidos pelas modernas metodologias e técnicas arquivísticas, adotadas internacionalmente pelo CIA e pela UNESCO.

O debruçar sobre a história do Arquivo Geral da Cidade revelou a existência de lacunas importantes nos registros de sua longa travessia histórica, a persistência de muitos silêncios, muitos não ditos, muitos campos de sombras que dificultaram a análise das suas formas de organização e de funcionamento como instituição pública, da atuação dos seus dirigentes e dos procedimentos adotados pelos membros de suas equipes técnicas.

Como já foi referido ao longo deste trabalho, foram muitas as dificuldades para que se levantasse a legislação relativa ao Poder Executivo Municipal, especialmente a referente ao AGCRJ, pois o órgão não conta com repertórios legislativos que indiquem, de forma sistemática, a relação dos atos legais relativos a ele, e também porque as coleções de leis e de *Diários Oficiais* disponíveis na sua Biblioteca ainda estavam incompletas. Em 2010, graças ao trabalho persistente da historiadora e gerente de pesquisa Sandra Horta, que encontrou na Biblioteca do Ministério da Fazenda a coleção impressa completa dos Diários Oficiais da cidade, o AGCRJ agora já dispõe da coleção completa, em cópias microfilmadas dos referidos Diários Oficiais.

Em muitos momentos da história do Arquivo, não foi possível recuperar informações básicas sobre sua história, como a nomeação e a exoneração de todos os seus dirigentes, por não se conseguir localizar os documentos relativos a estes atos. A pesquisa legislativa realizada está incompleta e apresenta lacunas que precisam ser preenchidas. As dificuldades enfrentadas são próprias do trabalho dos historiadores, indicando os limites históricos e o caráter provisório e inconcluso das investigações historiográficas. Entretanto, os esforços empregados nesta pesquisa produziram uma contribuição importante para a história da tradicional instituição de arquivos da municipalidade. Espera-se, ansiosamente, que novos trabalhos de organização e descrição dos acervos do AGCRJ recuperem as informações que permitam reconstituir melhor os processos pelos quais o órgão passou no período mais recente da sua existência. Almeja-se que outros trabalhos historiográficos possam trazer à luz novos fatos e processos que ampliem e problematizem, com novas abordagens teóricas e metodológicas, a história desta tradicional instituição carioca.

Ressalta-se, porém, que uma das características mais sedutoras da história do AGCRJ, assim como da História em geral, é a tensão dialética que existe entre a memória e o esquecimento. É o mistério guardado na memória dos múltiplos agentes sociais que atuaram e atuam na sua estrutura, aliando-se ou confrontando-se em lutas micropolíticas que ocorrem no seu interior; nos muitos documentos que foram perdidos ou corroídos pela inexorável passagem do tempo e pelas frequentes mudanças de localização do órgão; e nos muitos fatos esquecidos ou subtraídos da memória institucional, que nos desafiam a continuar a investigá-los, procurando resgatá-los no curso do “tempo perdido”.

Todos esses mistérios aguçam a curiosidade dos historiadores que se empenham a desvelá-los e a trazê-los à tona, quando interrogam as fontes documentais com as suas questões básicas: O quê? Como? Por que? Quando? Onde? Para quê? Questões que remetem à historicidade dos atos, dos textos e discursos, das verdades e conclusões provisórias e históricas que são produzidas pelo trabalho dos historiadores, sempre referenciados num tempo e num espaço determinados historicamente, nos limites da sua experiência subjetiva, pois, assim como, os atores e instituições sociais que estudam e destacam, os historiadores são homens e mulheres do seu próprio tempo que vivem em um dado espaço demarcado.

Aqui, portanto, fica o desafio. Que novos trabalhos se realizem e que o AGCRJ tenha condições de viabilizá-los e divulgá-los!

Maria Celia Fernandes

Rio de Janeiro - 2011

Agradecimentos

Aos meus pais, Luiz e Alice, *In memoriam*. Ao Mario Orlando, com amor. Agradecimento, *in memoriam*, à poetisa, antropóloga, historiadora da arte e editora Lélia Coelho Frota (1938-2010), cujo falecimento inesperado e prematuro me deixou cheia de pesar e tristeza, por ter me oportunizado trabalhar como pesquisadora no Arquivo Geral da Cidade, durante a sua gestão como diretora.

Expresso também meus especiais agradecimentos à atual diretora do órgão, a historiadora Beatriz Kushnir e à gerente de Pesquisa, Sandra Horta Marques da Costa, por terem me incumbido de realizar as pesquisas e redigir o livro sobre a história da tradicional instituição na qual atuamos, possibilitando que eu conhecesse aspectos inusitados da sua trajetória.

Não poderia deixar de agradecer à historiadora Ana Lúcia Eppinghaus Bulcão e à museóloga Júnia Guimarães e Silva. Ambas foram fundamentais para o sucesso deste trabalho, pois orientaram os meus passos iniciais na pesquisa. Cabe destacar a contribuição de Júnia Guimarães e Silva na elaboração de muitos organogramas que ilustram este livro e a sua extrema gentileza em cedê-los para a publicação.

Registro também meus agradecimentos ao pesquisador Fernando Campos, por ter me oferecido suas anotações pessoais sobre a história do Arquivo da Cidade.

Agradeço às colegas Aline Ramos Brandão, Cátia da Costa Louzada, Geórgia da Costa Tavares, Ivana Mascarenhas, Marco Antônio Belandi, Rosa Maria Dias da Silva, Ruth Pontes de Oliveira e Valéria Alves de Freitas, pela colaboração e apoio durante todas as fases do trabalho.

Não poderia deixar de registrar a valiosa contribuição dos pesquisadores-auxiliares Tatiana Lomba e de João Bernardo Müller de Mesquita, que procederam ao levantamento e à digitação das fontes documentais.

Ressalto que, apesar da colaboração e da participação indireta de todas as colegas e colegas citados, os erros, equívocos, omissões e lacunas que eventualmente persistem neste trabalho são da minha inteira responsabilidade.

Bibliografia

- ABREU, Alzira; BELOCH, Israel. *Dicionário histórico biográfico brasileiro. 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV/Forense/FINEP, 1984.
- ABREU, Marta; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Raquel (org.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FAPERJ, 2007.
- ABREU, Sergio. O direito à cultura como política de ação afirmativa. [http://www.achegas.net/numero/vinte e oito/sergioabreu_28 htm](http://www.achegas.net/numero/vinte_e_oito/sergioabreu_28.htm).
- A EXPERIÊNCIA da Guanabara. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- ALENCASTRO, LUIZ FELIPE de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE e Silva, J. J. de (org.). *Coleção cronológica da legislação portuguesa*. Lisboa: Imprensa do organizador, 1854-59, v. 6, p. 461-464. Ed. copilada e anotada desde 1603.
- ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skira, 1964.
- _____. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARQUIVO E ADMINISTRAÇÃO. *O Arquivo Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 6, n. 1 abr. 1978, p. 20.
- _____. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 8, n. 1, jan./abr. 1980, p. 26.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 45-75.
- BARRETO, Vicente et alii. *Situação da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Instituto de Estudos Políticos e Sociais, 1985.
- BECHARA, Evanildo. *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- _____. *O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro*. *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 125-158.
- BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. Paris, (35), juil.-sept. 1992.
- BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. S.; SOIHET, R. (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973.
- BULCÃO, Ana Lúcia. E. *O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro]: [Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro], s.d. (mimeo.).
- Bruno, Artur. O que é o Consenso de Washington? *Atualidades. Mundo*. www.arturbruno.com.br/atualidades, 23/3/2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, v. 8, p. 15-50.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1975.

- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *A construção da ordem; Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume-Dumará, 1996.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia as Letras, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- CONNIE, Michael. L. *Política urbana no Brasil. A ascensão do populismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- COSTA, Célia Maria Leite. *Memória e Administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado Brasileiro*. 242 p. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Da Senzala à Colônia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1990. Coleção Biblioteca Carioca.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. 1808-1853. MOTA, Carlos Guilherme. (org). *Dimensões*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- DÓRIA, Luís Gastão d'Escragnoille. O Arquivo Municipal. Recortes de artigos da *Revista da Semana*. Rio de Janeiro: AGCRJ, 1946-1954, p.101.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1997.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, t. 86-89, v. 141-144, 1920-1927.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA DA ROSA. Memorial do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Arquivo do Distrito Federal, 1951. v. 2.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FREIRE, Américo. A fusão: notas bibliográficas e comentários críticos sobre uma nova intervenção na cidade do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 171-180.
- FREIRE, Américo; MOTTA, Marly da Silva; SARMENTO, Carlos Eduardo. *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, 380 p.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio e da sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.
- GONÇALVES, Aureliano. Restier. O Paço Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Arquivo do Distrito Federal, 1953, v. IV, p. 27-69.
- _____. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.
- GOVERNANTES da cidade do Rio de Janeiro. 1892-1996. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1996.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 3-114.
- GUIMARÃES E SILVA, Júnia. *Rio de Janeiro: o arraial que nasce cidade*. [Rio de Janeiro]: [Arquivo Geral da Cidade], s.d. (mimeo.).
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terense. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORTA, Sandra. A Revista do Arquivo do Distrito Federal. *Revista Cidade Nova* Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2007, p. 97-112.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromisso*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção Tudo é História.
- LAMARÃO, S. T de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Difusão e Informação Cultural, 1991. Coleção Biblioteca Carioca.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Memória-História. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1997, v. 1, p. 95-106.
- LESSA, Renato. O Pacto dos Estados. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, nov. 2005, nº 5, p. 38-41.
- LIMA, Evelyn F. Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990. Coleção Biblioteca Carioca.
- LIMA, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos. Evolução urbanística da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Museus da Cidade, 1941, 7 v.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOBO, Roberto Jorge Haddock. *O tombo das terras municipais que constituem parte do patrimônio da Ilustríssima Câmara Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1883.
- MACIEL, Inocêncio da Rocha. *Relatório do encarregado das terras da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1857-1872.
- MARTINS Fº, Ives Gandra da Silva. Evolução Histórica da Estrutura Judiciária Brasileira. *Revista Jurídica Virtual*. Brasília, v.1 nº 5, set. 1999 www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_05/evol_historica.htm
- MARTINS, Ismênia de Lima. Afonso Carlos Marques dos Santos. Um homem do seu tempo. Por ele mesmo... *Revista Cidade Nova*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. SMC. AGCRJ. 2007, p. 13-31.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1990.
- _____ ; ALBUQUERQUE, Luis Afonso S. de. *Independência ou Morte. A emancipação política do Brasil*. São Paulo: Atual, 1991.
- _____ ; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da boa sociedade. A consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.
- MELEMIS, Steven. Donat-Alfred Agache e o processo de "remodelação". *Le Corbusier – Rio de Janeiro. 1929-1936*. Paris: Yannis Tsiomis, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1998.
- MORAES FILHO, Alexandre Mello de. *Festas e tradições populares no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção Biblioteca Brasileira.
- MOREIRA, José C. de Araújo. Supremo Tribunal Federal: histórico e atribuições contemporâneas. www.ambientejuridico.com.br/site/index.php%3F
- MENDES JÚNIOR, Antônio; MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil História: texto e consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 4 v.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. A História do Rio Janeiro como espelho da monarquia portuguesa. 1660-1763. *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 65-75.
- MOTTA, Marly da Silva; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A construção de um estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 268 p.
- MOTTA, Marly da Silva. O Rio de Janeiro continua sendo? *Rio de Janeiro. Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 159-170.
- MOTTA, M. da S. *Frente e Verso da Política Carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo*. Rio de Janeiro: [CPDOC]. Recebido para publicação em julho de 1999. (mimeo.).
- NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. Eleições municipais e os primórdios da administração da Justiça no Brasil. O caso do juizado de paz nas Minas (1827-1841). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 2, nº 4, dez./2010, p. 159-167. [www.rbhcs.com/index-arquivos/Artigo.Juizado de paz.pdf](http://www.rbhcs.com/index-arquivos/Artigo.Juizado%20de%20paz.pdf)
- NEVES, Guilherme Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes; GONÇALVES, William da Silva e SANTOS, Ana Maria dos. *História do Brasil: de terra ignota ao Brasil atual*. Rio de Janeiro: Log On, 2002.
- NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A Ordem é o Progresso. O Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, nº 10, dez./1993, p. 7-28.
- PRADO, Maria Emília. Rio de Janeiro: capital de um império escravista. *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 103-119.
- PECHMAN, Robert; LIMA JÚNIOR Walcler de. *Firts no footing da Avenida Central*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, nov. 2005. nº 5, p. 34-37.

- OLIVEIRA, Sonia M. Queiroz de. Retrospectiva histórica da Justiça no Brasil sob os auspícios da Casa de Suplicação até a criação do Supremo Tribunal de Justiça (1808/1828). www.fadivate.com.br/site%20Revista%20Oficial/Sonia.pdf.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.) *Rio de Janeiro. Cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. O Arquivo Municipal. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1-2 e p. 1. 23 e 25/02/1896.
- PREFEITOS do Rio. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2008. 6 v., il.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- Rio de Janeiro: uma cidade no tempo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 160 p.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A Era das Demolições: a cidade do Rio de Janeiro 1870-1920; Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro: 1866-1906*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. 1995. Coleção Biblioteca Carioca.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro: Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 11-43.
- RODRIGUES, José Honório. *Chagas Freitas e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Danúbio, 1982.
- ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. Prefácio. BARRETO, Tobias. *Escritos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.
- SALGADO, Graça. (coord.) *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.
- SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, 1996, v. 1.
- _____. *Esboço histórico acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Gráfica O Globo, 1945.
- SARAIVA, Teresinha. O Arquivo da Cidade. *Caminhos trilhados: reflexões e fazeres*. Rio de Janeiro: Espaço do Saber, s.d., p. 395-398.
- SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História. Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: DIFEL, 1975.
- SERRÃO, Joel. (org.) *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. 8 v. il.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, 259 p.
- _____. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. rev.e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 420 p. il.
- _____. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Coleção Tudo é História.
- SILVA, José Luiz Werneck da. *A deformação da História ou para não esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negrada instituição. Os capoeiras na corte imperial. 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- TODOROV, Teveztan. *Nós e outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: DIFEL, 1978.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil colonial. 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- _____. (dir.) *Dicionário do Brasil imperial. 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VENTURA, Zuenir. *A cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Industrial, 1938.

Fontes Documentais

Boletins da Câmara Municipal, 1852-1890.

Boletins da Intendência Municipal, 1890-1910.

Boletins da Prefeitura do Distrito Federal, 1910-1938.

Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do

Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1979. v. 1.

_____. Rio de Janeiro. 1980. v. 2.

_____. Rio de Janeiro. 1981. v. 3.

_____. Rio de Janeiro. 1982. v. 4.

Código 6-1-19 – Livro de Ouro da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte, 1884.

Código 6-3-6 – Documentos sobre funcionários da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, 1907-1909.

Código 6-3-12 – Documentos sobre pessoal do Arquivo do Distrito Federal, 1894.

Código 6-3-13 – Registro de pessoal do Arquivo do Distrito Federal, 1894.

Código 6-3-14 – Documentos sobre funcionários do Arquivo do Distrito Federal, 1894-1900.

Código 6-4-20 – Documentos sobre funcionários do Arquivo do Distrito Federal, 1914-1915.

Código 6-4-23 – Documentos sobre funcionários do Arquivo do Distrito Federal, 1927.

Código 7-2-17 - Documento de pessoal do Arquivo do Distrito Federal, 1903.

Código 7-2-18 – Documentos sobre funcionários do Arquivo do Distrito Federal, 1905-1906.

Código 7-2-16 – Documentos sobre funcionários do Arquivo do Distrito Federal, 1902-1913.

Código 16-4-10 – Correição dos ouvidores gerais, 1638, 1641, 1646, 1647, 1653, 1655, 1656, 1661, 1676, 1687, 1710, 1712.

Código 18-1- 60 - Auto de Inauguração do Paço Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1882.

Código 7-2-17 - Documentos sobre pessoal do Arquivo do Distrito Federal.

Código 7-2-18 - Registros de pessoal do Arquivo do Distrito Federal.

Código 7-2-16 - Registros de dispensa e exoneração de cargos.

Código 6-4-23 – Livro de ponto diário dos funcionários da 2ª seção da Diretoria de Estatística e Arquivo (Arquivo do Distrito Federal).

Código 51-1-83. Exposição do chefe do Arquivo do Distrito Federal (Noronha Santos).

Código 18-1-8 - Títulos de Senhoria e Ilustríssima da Câmara Municipal da Corte, 1841.

Código 80-5-11 - Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, 1875-1876.

Código 36-4-12 – Correspondência do chefe do Arquivo Geral da Prefeitura, 1934.

Código 36-4-16 - Registro de funcionários do Arquivo do Distrito Federal.

Código 37-4-43 - Relatórios do diretor do Arquivo da Câmara Municipal, José Ricardo Pires de Almeida, 1885-1887.

Código 18-3-9 - Decreto Nº 843, de 29/12/1901.

Código 18-3-10 - Decreto Nº 304, de 14/08/1902.

Código 18-4-12 - Decreto Nº 1.641, de 13/10/1914.

Código 38-1-29 - Decreto Nº 988, de 21/10/1914.

Código 38-1-48 - Relatório do subdiretor da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, 1903.

Código 38-1-50 - Relatórios diversos.

Código 36-4-12 - Correspondência entre o chefe do AGCRJ e o diretor geral de Patrimônio e Estatística e Arquivo, 1934.

Código 36-4-11 - Relatório do presidente da Câmara Municipal, 1873.

Código 36-4-14 - Correspondência do chefe do Arquivo Geral do Distrito Federal, 1936.

Código 38-1-52 - Relatórios do chefe do Arquivo do Distrito Federal ao diretor-geral de Arquivo e Estatística, 1906.

Código 36-4-15 A - Portarias sobre instruções, funções e competências do DHD e do Serviço de Arquivo Geral, 1940-1943.

Código 38-1-56 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1909.

Código 38-1-58 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1909-1910.

Código 38-1-59 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1911.

Código 38-1-63 – Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1912.

Código 37-4-50 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1928.

Código 37-4-91 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1914-1915.

Código 37-4-49 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1922.

Código 37-4-47 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1917.

Código 37-4-46 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1916.

Código 37-4-45 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1899-1900.

Código 38-1-68 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1914.

Código 38-1-67 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1915.

Código 38-1-65 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1913.

Código 38-1-63 - Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1912.

Código 38-1-6 – Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1924.

Código 38-1-9 – Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1927.

Código 38-1-4 – Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1918.

Código 38-1-1 – Relatório do chefe do Arquivo do Distrito Federal, 1916.

Código 43-2-91 – Documentos da Câmara Municipal, 1831.

Código 58-3-53 – Documentos da Câmara Municipal, 1941.

Código 61-1-20 – Exposição do procurador do Senado da Câmara, 1820.

Código 83-1-20. Coleção Pires de Almeida [11]

Coleção cronológica da legislação portuguesa. Andrade e Silva, J. J. de. (org.). Lisboa: Imprensa de J. J. Andrade e Silva, 1854-1859, v. 6, pp. 461-464.

Coleção das Leis Municipais do Distrito Federal, 1955-1958.

Coleção das Leis do Brasil, Decretos do Governo Provisório, 1889-1891.

Coleção das Leis Federais do Distrito Federal, 1892-1960.

Coleção de Leis Municipais e Vetos, Conselho Municipal, 1892-1921.

Coleção das Leis Municipais Vigentes no Distrito Federal, 1893-1921, 2 v.

Coletânea das Leis Vigentes no Distrito Federal, 1930-1937.

Coletânea da Legislação Vigente no Distrito Federal, 1930-1949.

Constituição do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1930.

Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal, 1937-1960.

Diário Oficial do Estado da Guanabara, 1960-1975.

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Municipalidades: Rio de Janeiro. 1975-1979.

Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 1979-2008.

Leis Federais, 1927-1931, 1942-1944, 1948-1950, 1964.

Leis Orgânicas dos Municípios do Rio de Janeiro. 1828 a 1990.

Legislação do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1975-1988.

SITES CONSULTADOS

biografias.net.saber.com.br/html

www.cpdoc.fgv.br

www.memoriapolitica.rj.gov.br

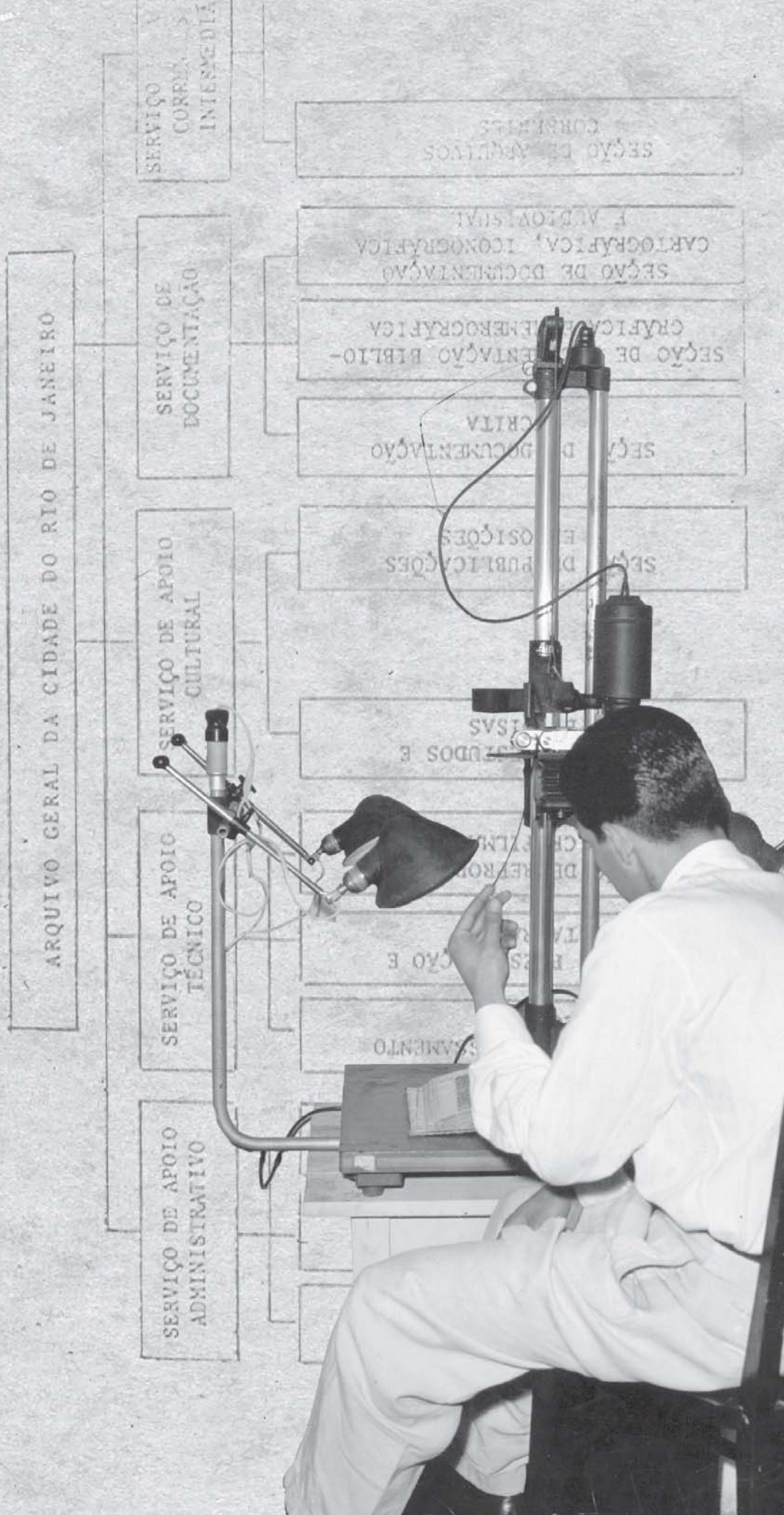
www.wikipedia.com

www.camara.rj.gov.br

www.arquivo.nacional.gov.br

2.2 - ORGANOGRAMA

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO GERAL DE CULTURA



1– PERÍODOS, DENOMINAÇÕES, VINCULAÇÕES ADMINISTRATIVAS E ENDEREÇOS INSTITUCIONAIS

1. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL

- 1567-1636 • Arquivo da Câmara Municipal - Casa da Câmara Municipal - Morro do Castelo.
- 1636-1759 • Arquivo da Câmara Municipal - Prédio da Câmara Municipal - Rua da Misericórdia, atual rua Primeiro de Março.
- 1759-1790 • Arquivo da Câmara Municipal - Sobrado dos Teles de Meneses, sob o Arco dos Teles, no Largo do Carmo, atual Praça Quinze de Novembro.
- 1790-1794 • Arquivo da Câmara Municipal - Peregrinação por diversos endereços: a casa do ouvidor, na rua do Ouvidor, um sobrado na rua Direita, atual Primeiro de Março, o consistório da igreja de Nossa Senhora do Rosário, na rua do Rosário.
- 1794-1808 • Arquivo da Câmara Municipal - Prédio da Câmara Municipal na rua da Misericórdia, atual rua Primeiro de Março.
- 1808-1809 • Arquivo da Câmara Municipal - Prédio na rua Direita, atual rua Primeiro de Março, entre o largo do Paço e a rua do Ouvidor.
- 1809-1825 • Arquivo da Câmara Municipal - Consistório da igreja de Nossa Senhora do Rosário, na rua do Rosário.
- 1825-1828 • Arquivo da Câmara Municipal - Paço Municipal - Campo de Santana, entre as ruas do Sabão e de São Pedro.
- 1828-1873 • Arquivo da Secretaria da Câmara Municipal - Paço Municipal - Campo de Santana, entre as ruas do Sabão e de São Pedro.
- 1873-1882 • Arquivo da Secretaria da Câmara Municipal - Paço Municipal – Dois sobrados na rua do Conde, atual rua Frei Caneca.
- 1882-1889 • Arquivo da Secretaria da Câmara Municipal - Paço Municipal - Campo de Santana, entre as ruas do Sabão e de São Pedro.
- 1889-1893 • Arquivo da Intendência de Instrução e Estatística do Conselho Municipal de Intendência - Palácio Municipal. Praça da República, antigo campo de Santana.

2. ARQUIVO GERAL DO DISTRITO FEDERAL

- 1893-1894 • Diretoria de Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1894 -1900 • Diretoria de Arquivo Geral da Diretoria Geral do Interior e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1901-1914 • Seção de Arquivo Geral da 1ª Sub-Diretoria da Diretoria de Arquivo e Estatística, da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1914 -1919 • Seção de Arquivo Geral da Diretoria Geral de Estatística e Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1919 - • Diretoria de Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1919 -1934 • Seção de Arquivo Geral da Diretoria Geral de Estatística e Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1934 -1935 • Seção de Arquivo Geral da Sub-Diretoria de Arquivo e Estatística da Diretoria Geral de Patrimônio da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1935-1937 • Seção de Arquivo Geral da Sub-Diretoria de Estatística e Arquivo da Secretaria Geral do Interior e Segurança da Prefeitura do Distrito Federal – Palácio Municipal Praça da República.
- 1937-1938 • Seção de Arquivo Geral da Sub-Diretoria do Interior da Secretaria Geral do Interior e Segurança da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1938-1940 • Seção de Arquivo Geral da Sub-Diretoria do Interior e Estatística da Secretaria Geral de Segurança e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1940 • Serviço de Arquivo Geral do Departamento de Biblioteca e Documentação da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1940-1944 • Serviço de Arquivo Geral do Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação e Cultura - Palácio Municipal - Praça da República.
- 1944-1960 • Serviço de Arquivo Geral do Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal - Palácio das Festas - Rua Santa Luzia, nº 11 - Castelo.

3. ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DA GUANABARA

- 1960-1963 • Serviço de Arquivo Geral do Departamento de História e Documentação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara - Palácio das Festas - Rua Santa Luzia, nº 11 - Castelo.

- 1963-1964 • Serviço de Arquivo Histórico da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara.
Solar da Marquesa dos Santos, atual Museu do II Reinado - Avenida D. Pedro II, nº 283. São Cristóvão.
- 1964-1975 • Serviço de Arquivo Histórico da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Avenida D. Pedro II, nº 400 - São Cristóvão.

4. ARQUIVO MUNICIPAL DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

- 1975 -1976 • Arquivo Municipal do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Avenida D. Pedro II, nº 400 São Cristóvão.
- 1976-1979 • Arquivo Municipal da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Avenida D. Pedro II, nº 400 - São Cristóvão.

5. ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

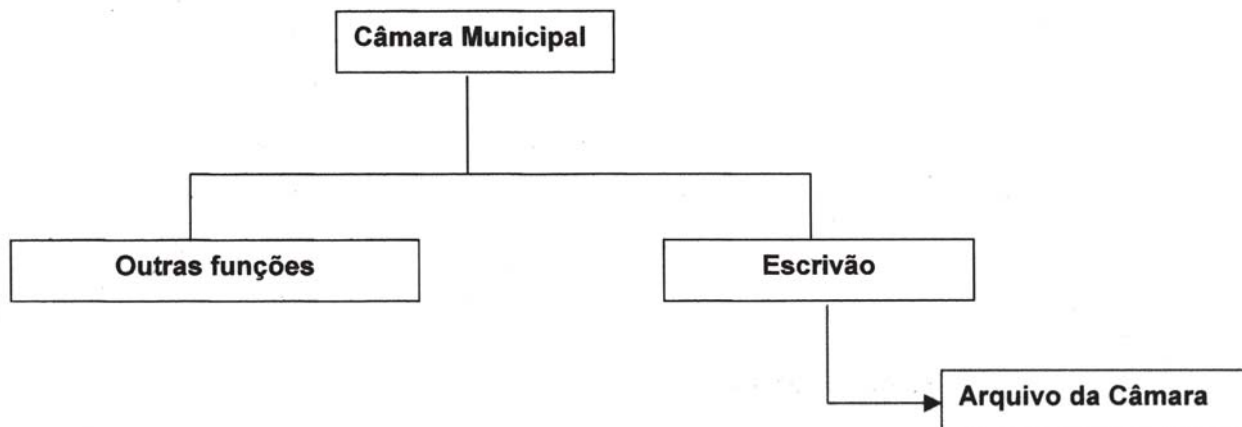
- 1979-1986 • Diretoria de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro do Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Rua Amoroso Lima, nº 15 Cidade Nova.
- 1986-1989 • Diretoria de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Rua Amoroso Lima, nº 15 - Cidade Nova.
- 1989-1993 • Diretoria de Arquivo Geral do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Rua Amoroso Lima, nº 15 Cidade Nova.
- 1993-2001 • Diretoria de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Rua Amoroso Lima, nº 15 - Cidade Nova.
- 2001-2003 • Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Rua Amoroso Lima, nº 15 Cidade Nova.
- 2003-2008 • Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro da Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Rua Amoroso Lima, nº 15 - Cidade Nova.

2 – RELAÇÃO DE DIRIGENTES DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

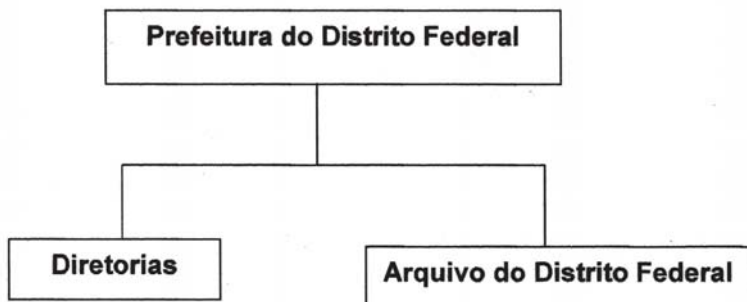
José Ricardo Pires de Almeida (1855-1890)	Nelson Pereira Guimarães (1963 -?)
Damázio de Albuquerque Diniz (1890-1893)	Odorico Pires Pinto (1964?-1967?)
Alexandre José de Mello de Moraes Filho (1893-1900 - diretor-arquivista)	José Luiz Werneck da Silva (1967-1976?)
Alexandre José de Melo de Moraes Filho (1901-1918 – diretor-adido)	Lia Temporal Malcher (1976-1984)
Francisco Salles de Macedo (1901-1902)	Helena Corrêa Machado (1984-1990)
José de Paiva Legey (1902-1914)	Júlio César Machado da Silva (1990-1991)
Manoel Marcondes Homem de Melo (1914-1916)	Eliana Rezende Furtado de Mendonça (1991-1993)
José de Paiva Legey (1916-1917)	José Maria Jardim (1993)
Francisco Agenor de Noronha Santos (1917-1926)	Paulo Roberto Elian dos Santos (1993-1995)
Oscar Rodrigues Dias da Cruz (1926-1937)	Alexandre Mendes Nazareth (1995-1998)
Aureliano Restier Gonçalves (1937-1948)	Lélia Coelho Frota (1998-2001)
Carlos Alves Pereira (1948-1959?)	Antonio Carlos Austregésilode Athayde (2001-2005)
Aída Pereira de Souza (1960-?)	Beatriz Kushnir (2005-)

3 – LISTAGEM DOS ORGANOGRAMAS EM ORDEM CRONOLÓGICA

1 – PRIMÓRDIOS – SITUAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MUNICIPAL – 1565

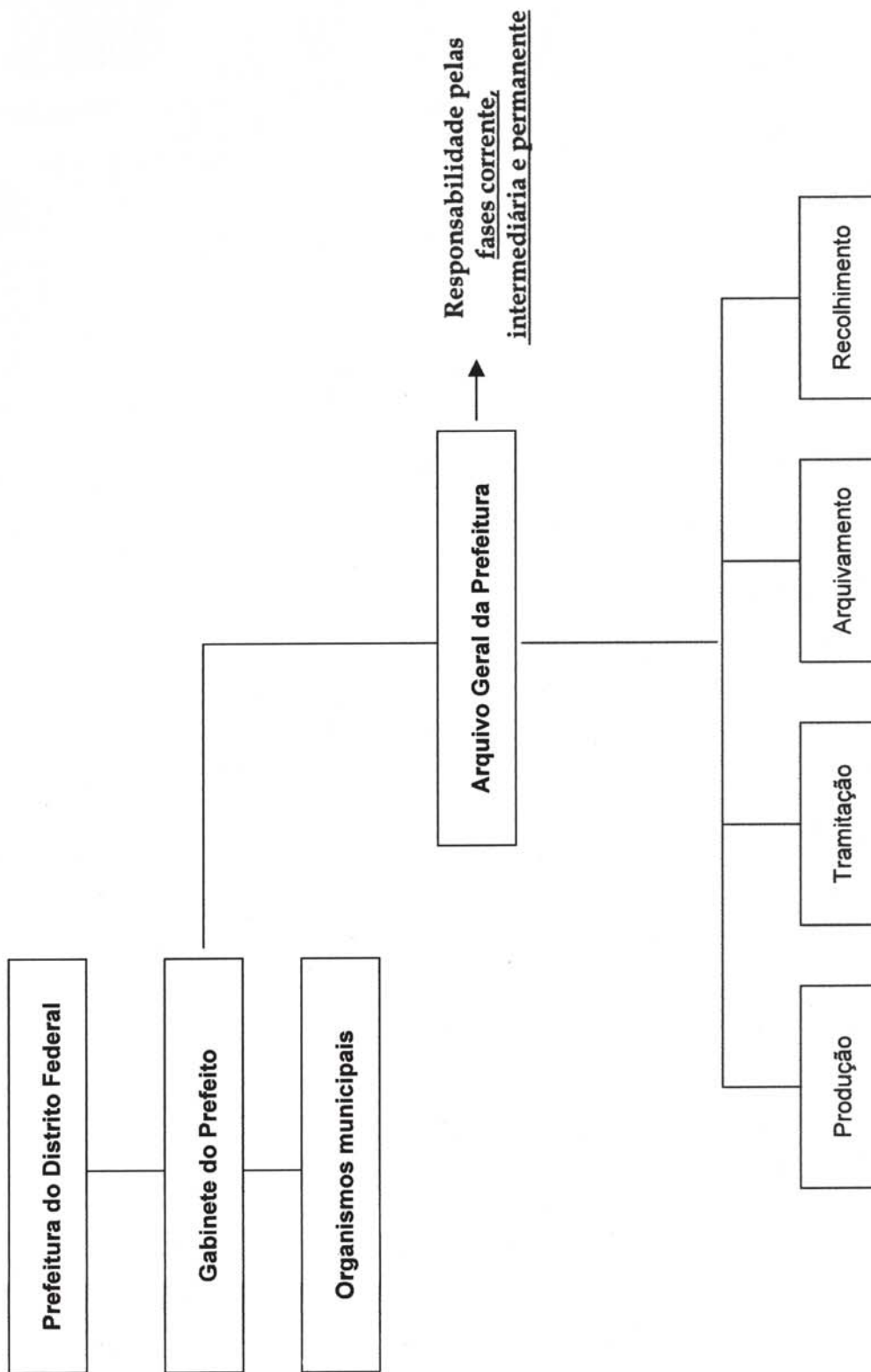


2 – PRIMÓRDIOS – SITUAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MUNICIPAL – 1893

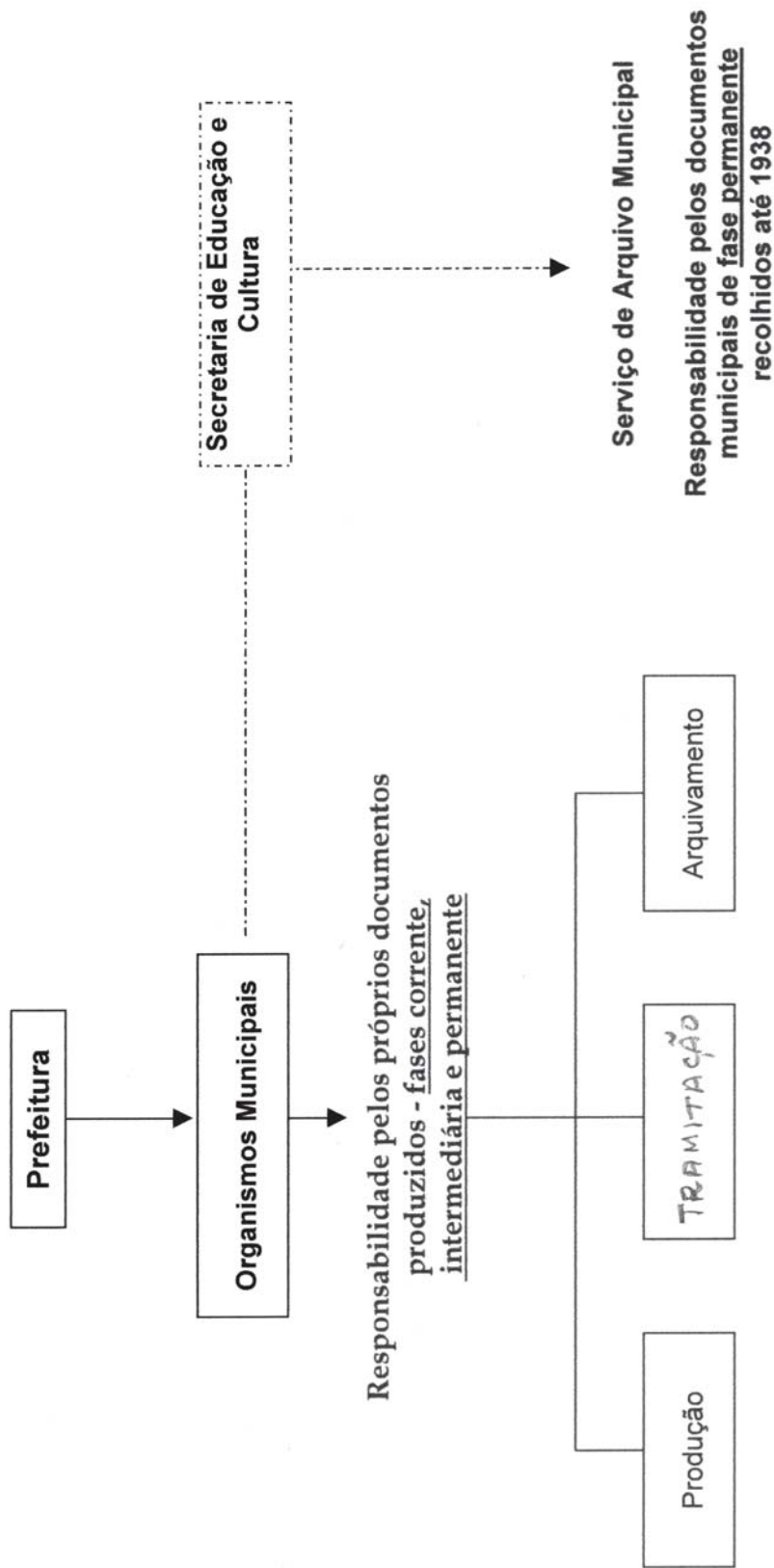


***1893 - Ano de criação do Arquivo do Distrito Federal**

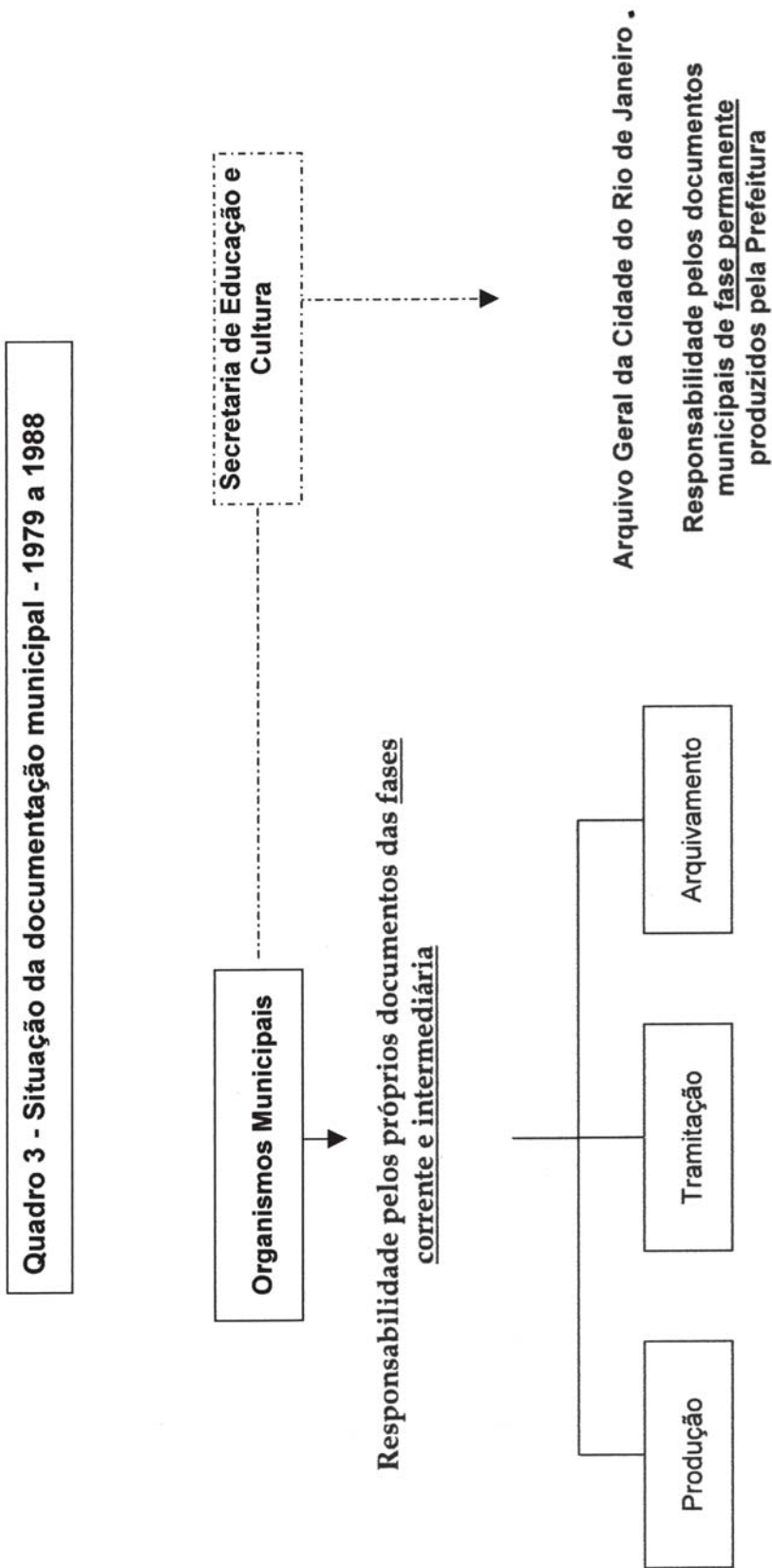
3 – QUADRO 1 - SITUAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MUNICIPAL DE 1902-A 1938



4 – QUADRO 2 – SITUAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MUNICIPAL DE 1938 A 1978

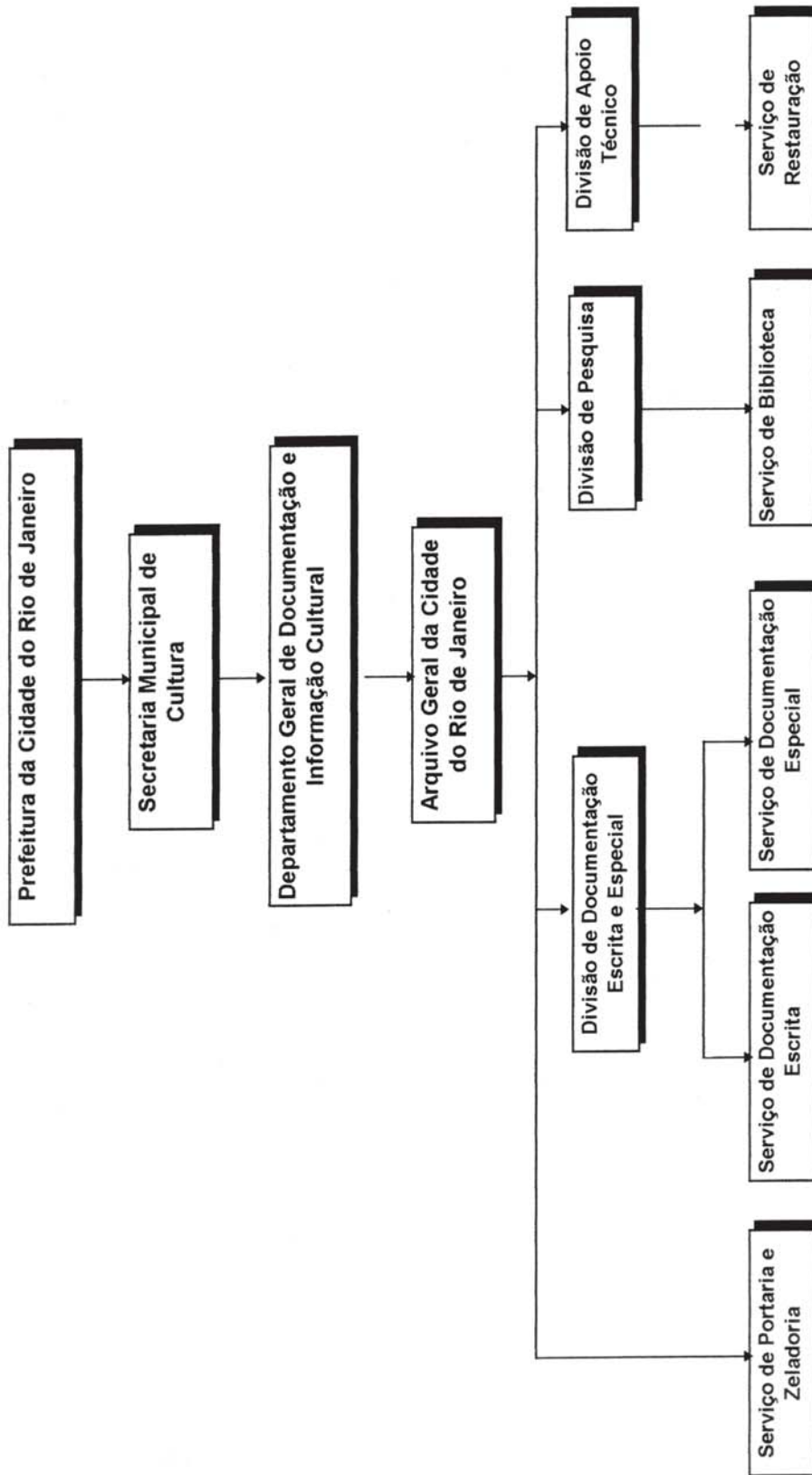


5 – ORGANOGRAMA DO AGCRJ EM 1979 (LTM AGCRJ (14) 1ª IMAGEM DO CD DAS FOTOS)



6 – QUADRO 3 – SITUAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MUNICIPAL DE 1979 A 1988.

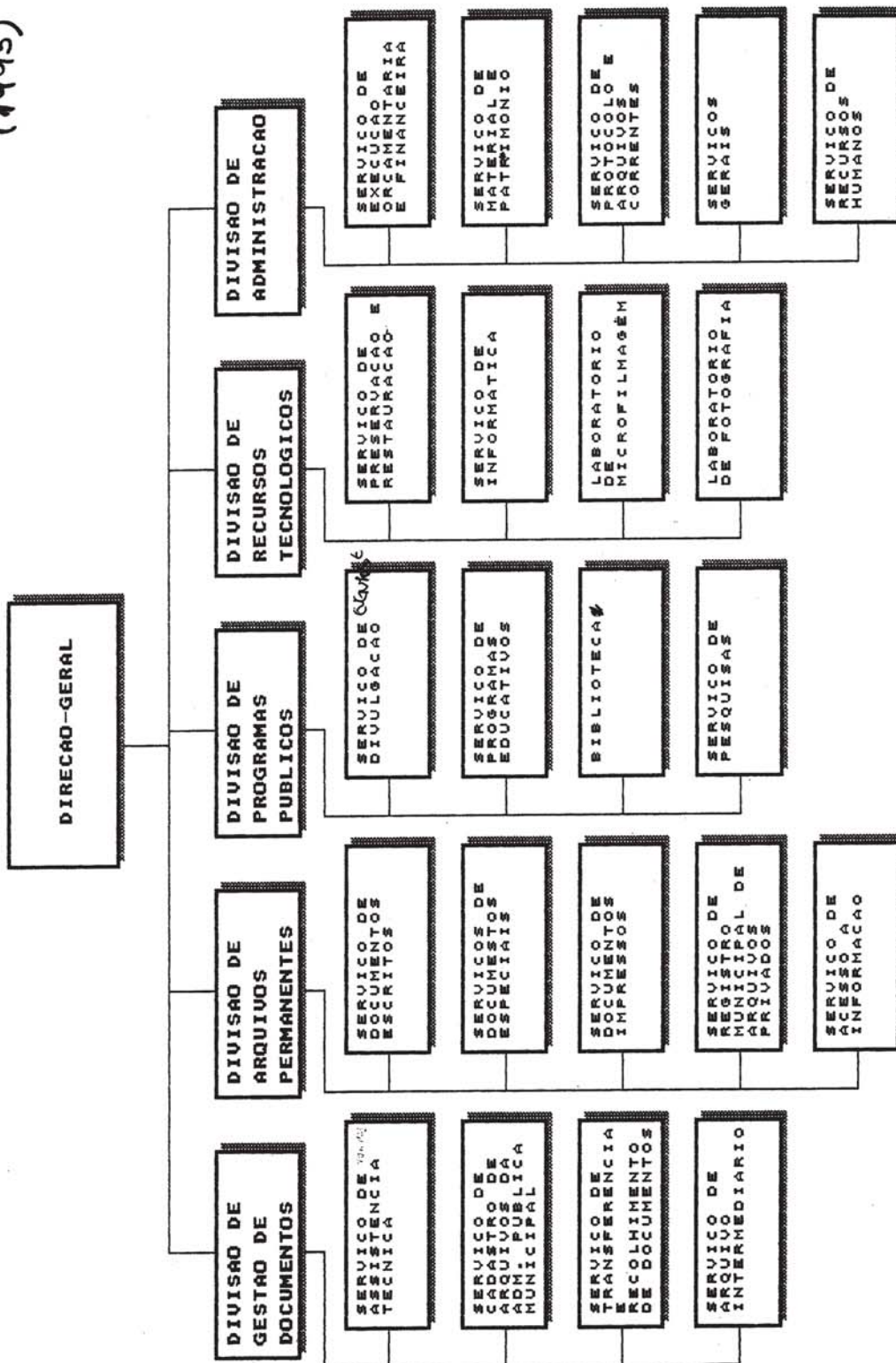
Organograma do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



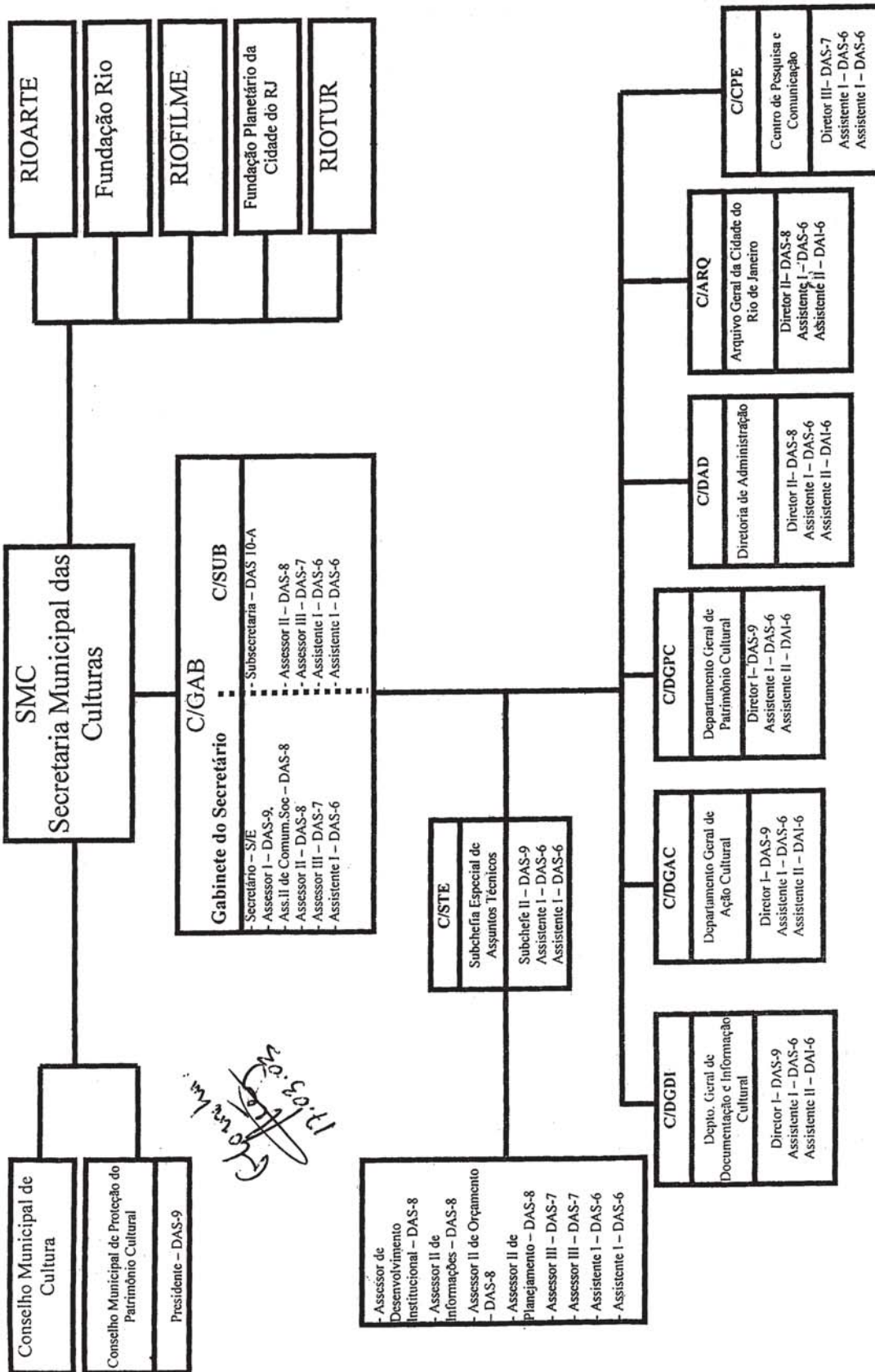
Fonte: Diário Oficial n. 148 - 14/10/1991

7 - ORGANOGAMA DO AGCRI - 1991

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 ORGANOGAMA (1a. VERSÃO) * Proposta de José Maria Jardim (1993)



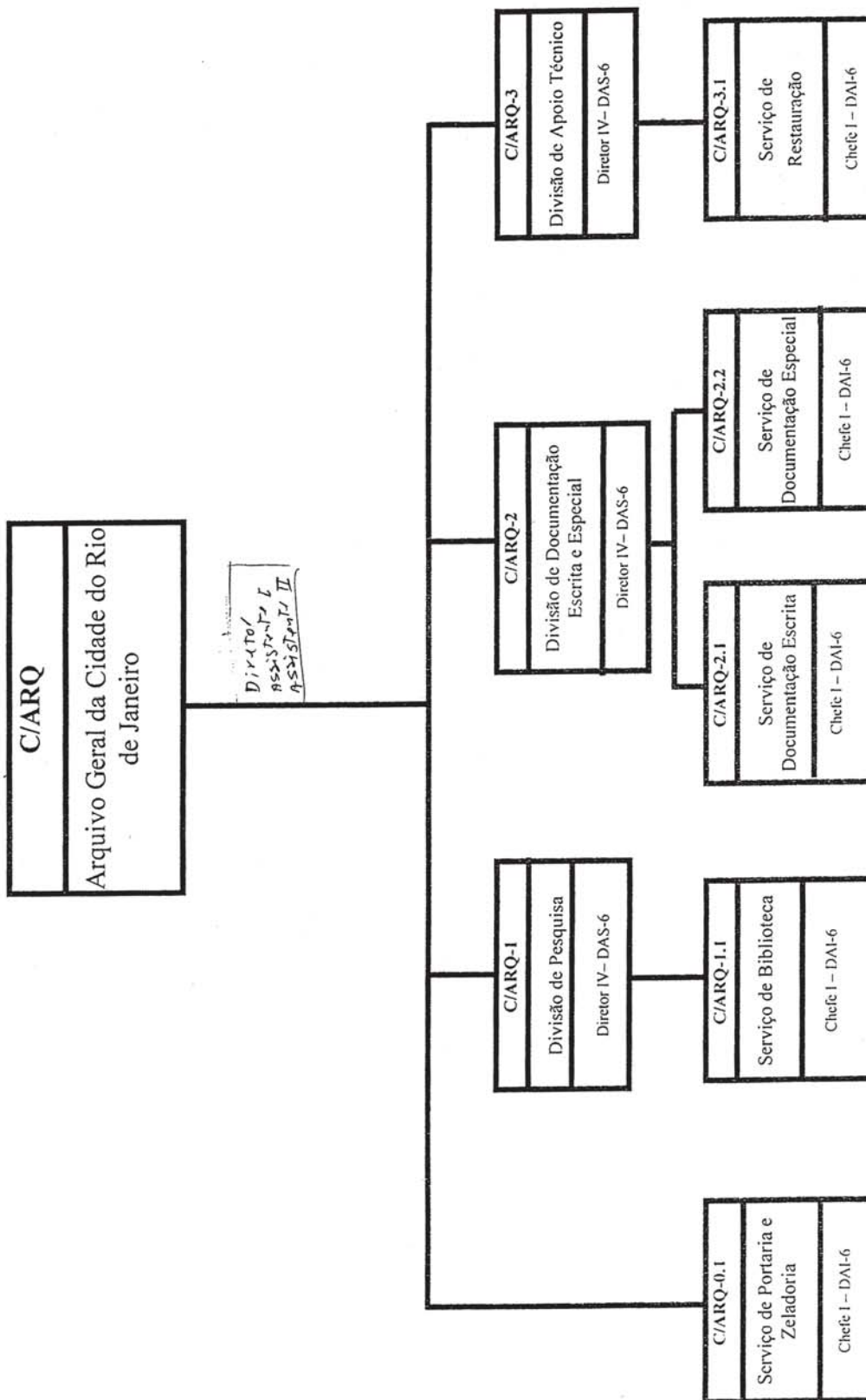
8 - PROPOSTA DE ORGANOGAMA PARA O AGCRJ - 1993



Flora M. de S. Silva
17.03.93

C/STE/Assessoria de Informática

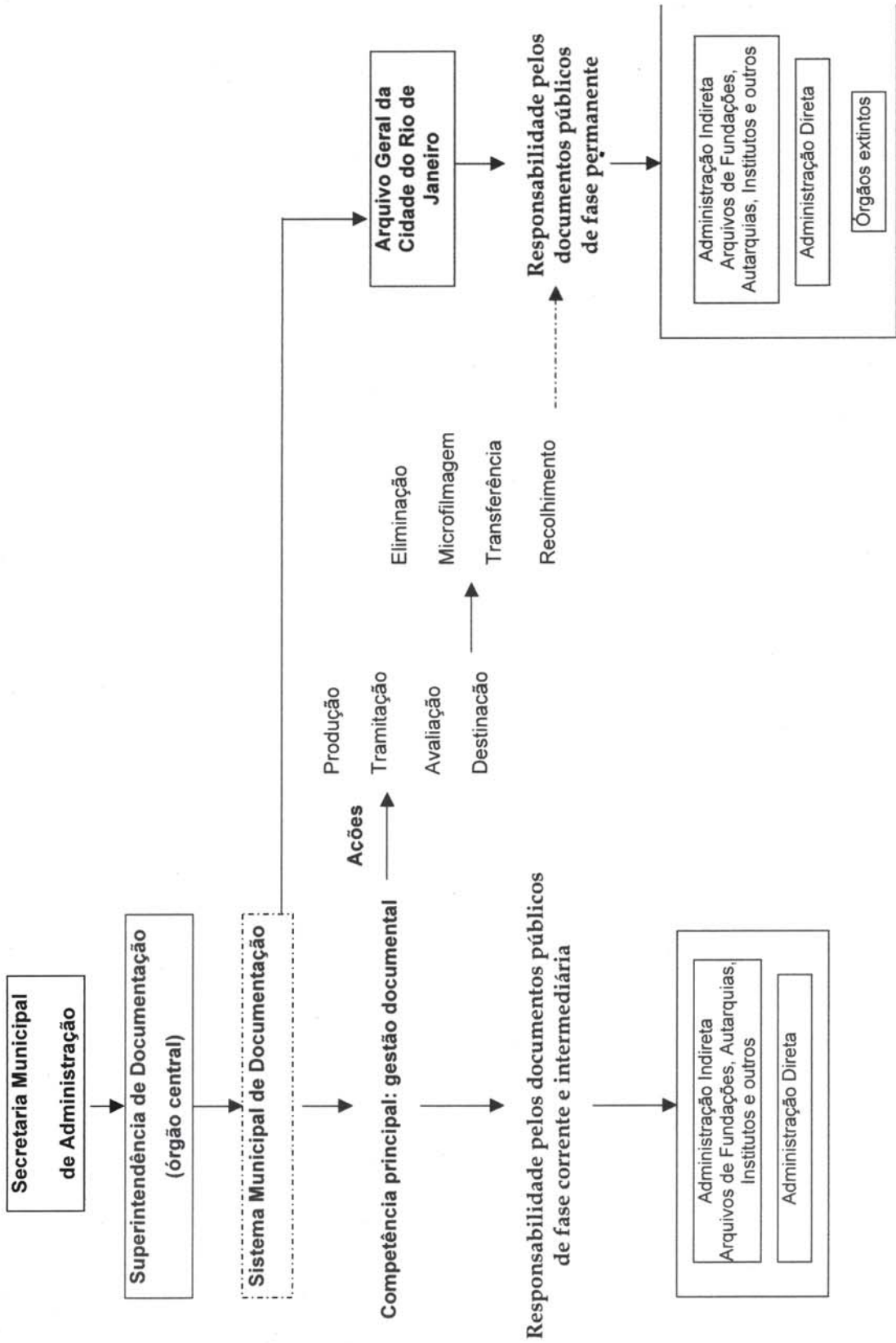
9 - ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURA - 2003 (FOI GRAVADO INVERTIDO)



C/STE/Assessoria de Informática

Quadro 4 - Situação da documentação municipal - 1988 a 2002

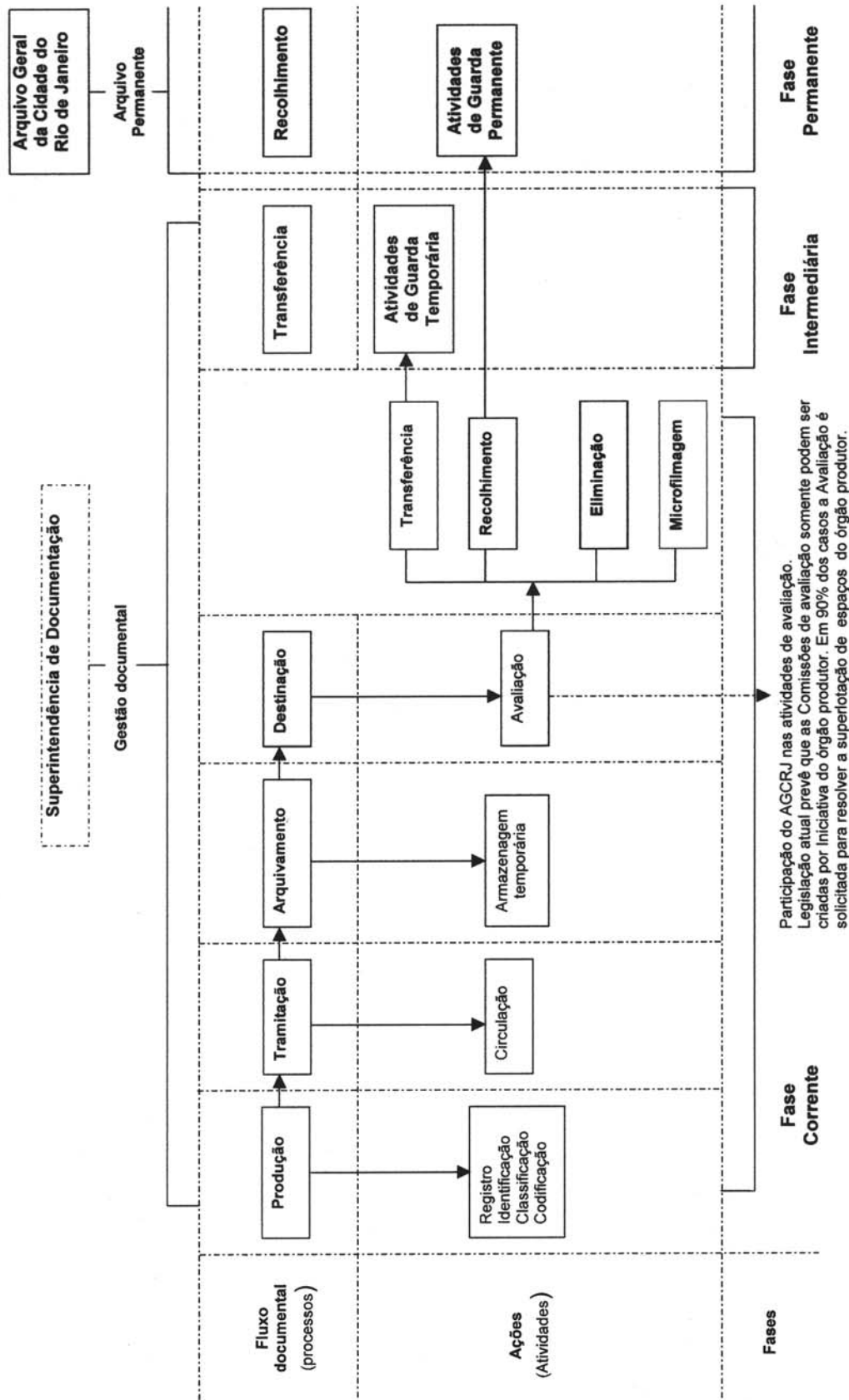
10



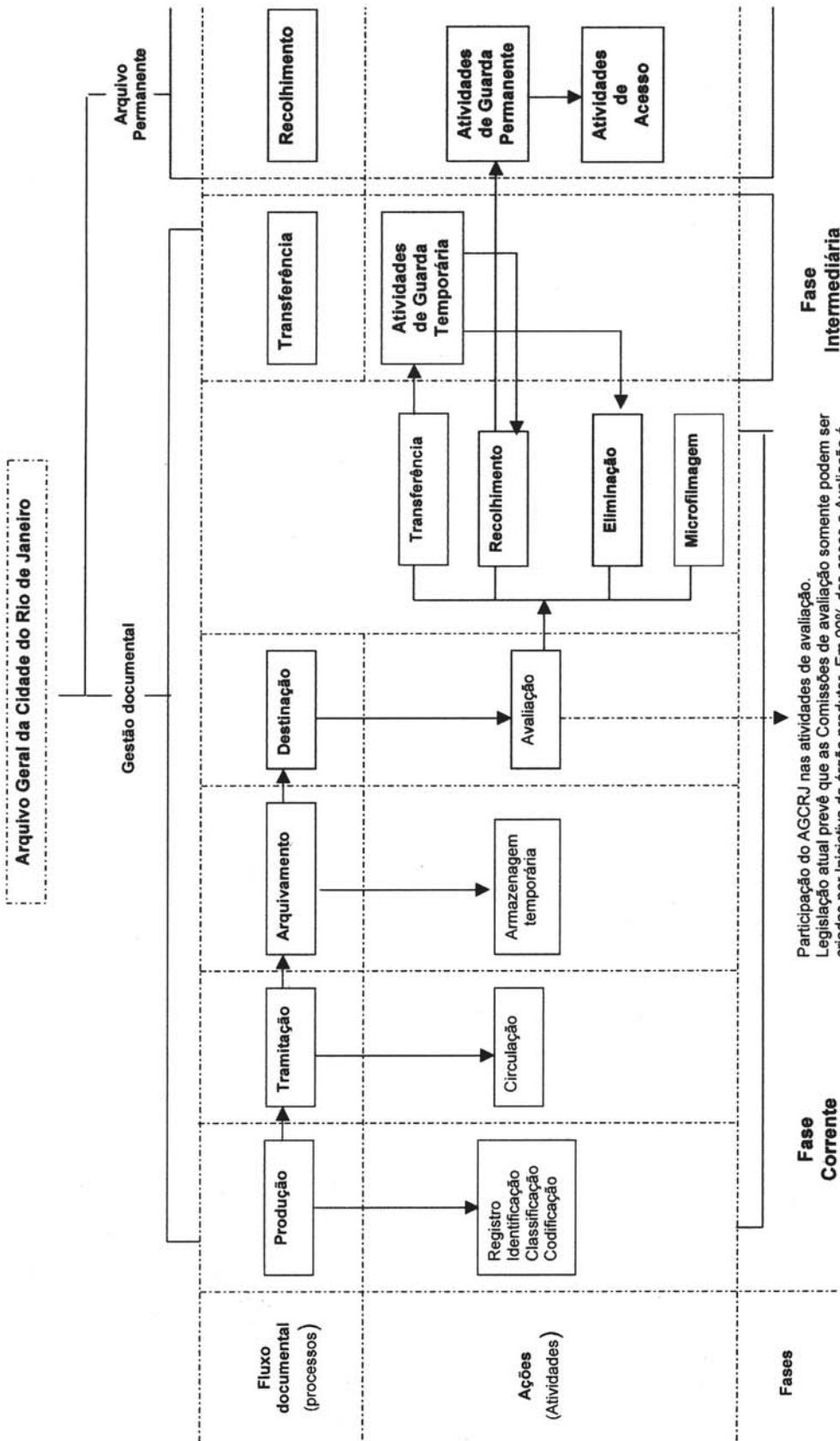
11 – QUADRO 4- SITUAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DOCUMENTAÇÃO – 1988-2002

11

Quadro 5 - Sistema Municipal de Documentação - 1988 - 2002



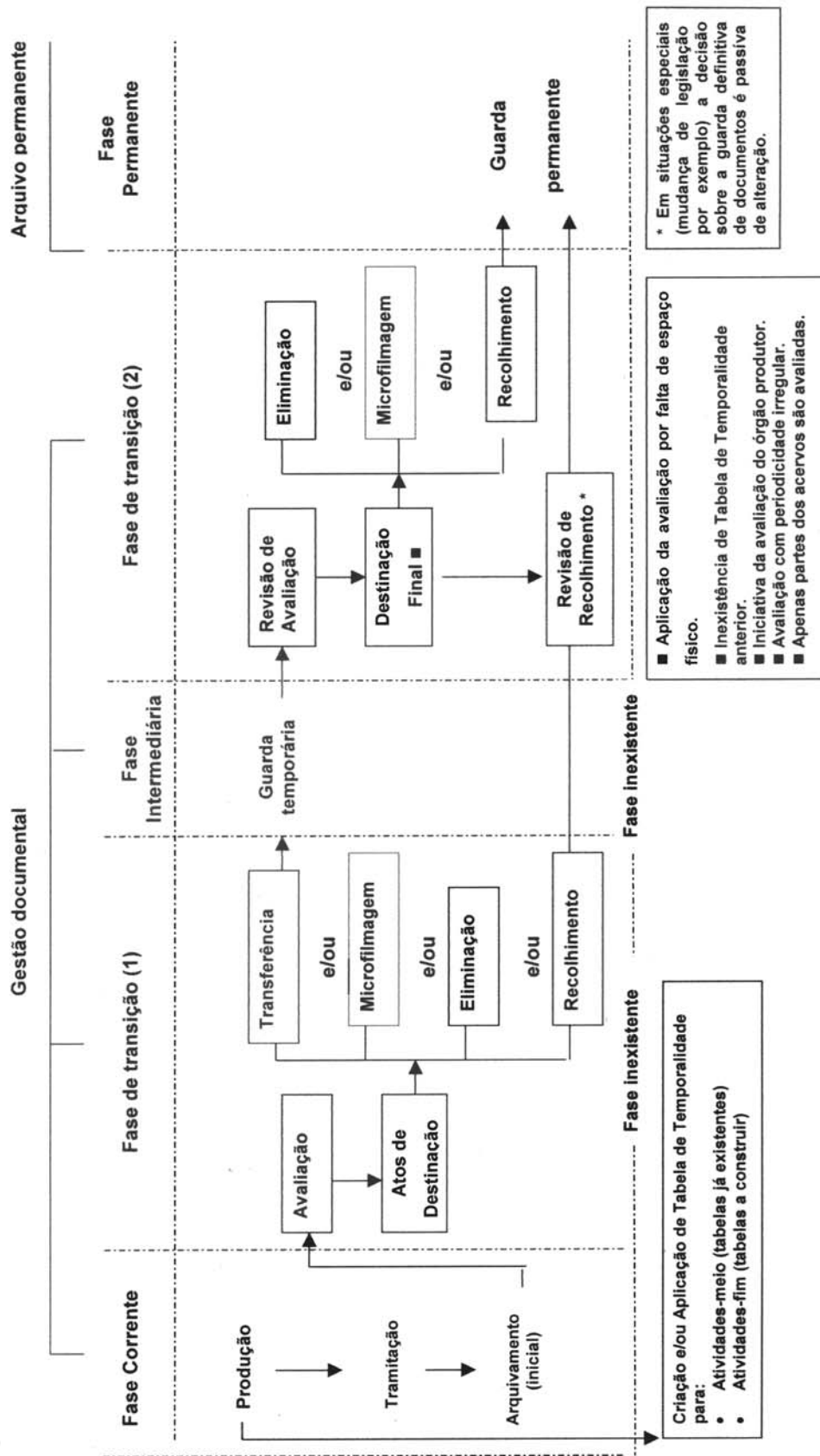
Quadro 6 - Sistema Municipal de Documentação - 2003 em diante



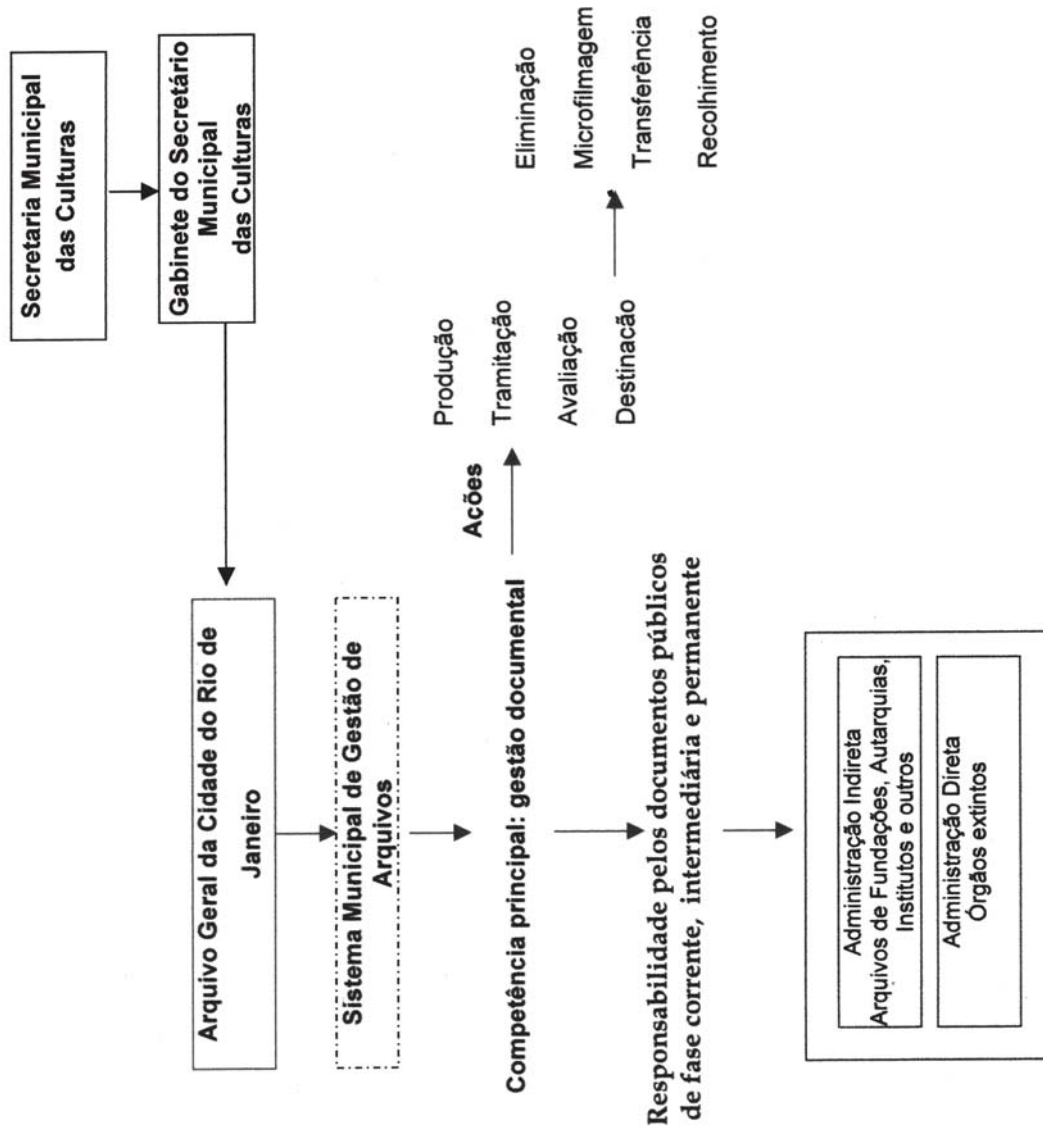
Participação do AGCRJ nas atividades de avaliação. Legislação atual prevê que as Comissões de avaliação somente podem ser criadas por iniciativa do órgão produtor. Em 90% dos casos a Avaliação é solicitada para resolver a superlotação de espaços do órgão produtor.

13 – QUADRO 6 – SISTEMA MUNICIPAL DE DOCUMENTAÇÃO DE 2000 EM DIANTE

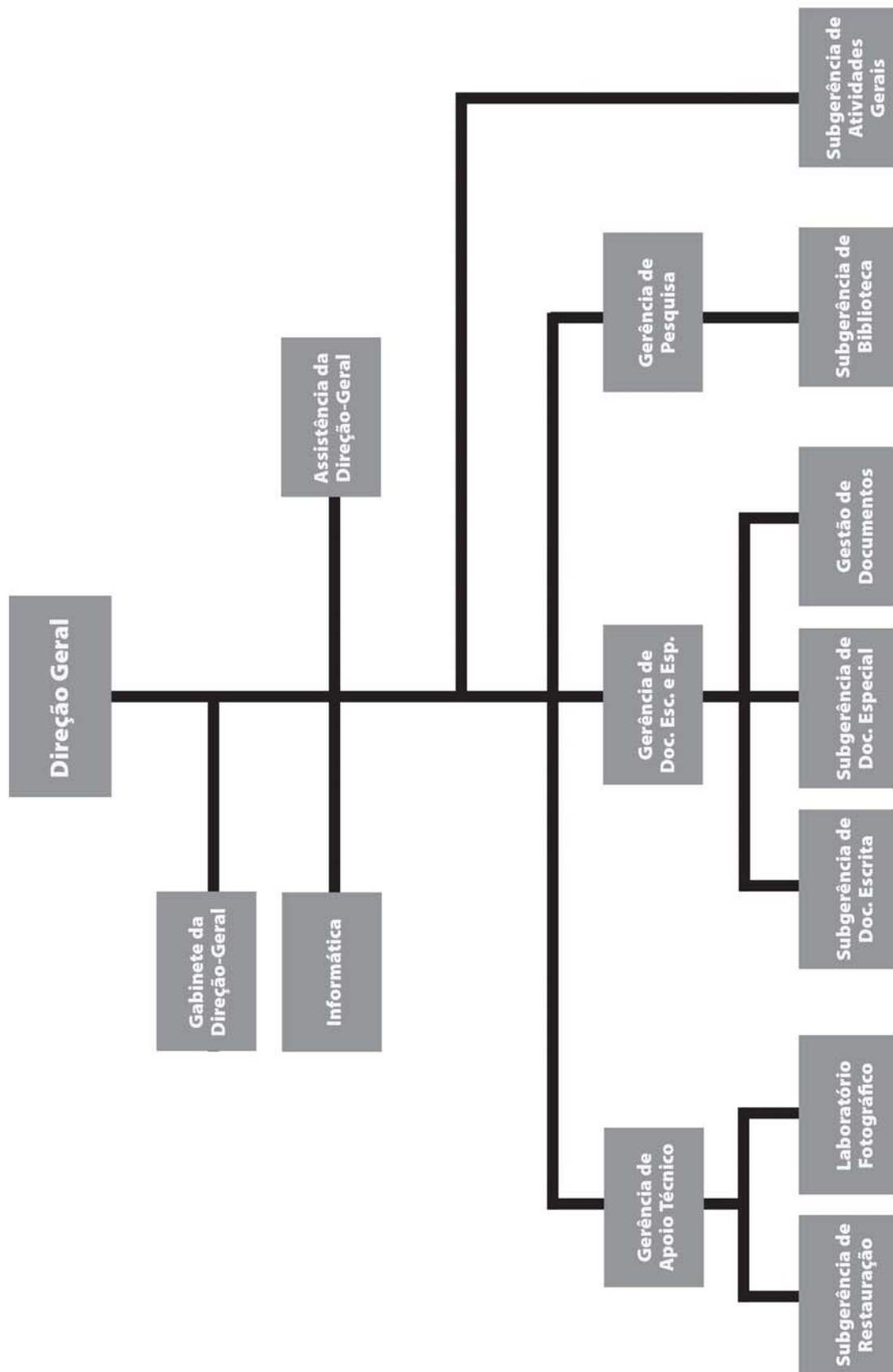
Quadro 7 -- Modelo do Fluxo documental ideal da Prefeitura da Cidade



Quadro 8 - Posicionamento atual do Arquivo da Cidade

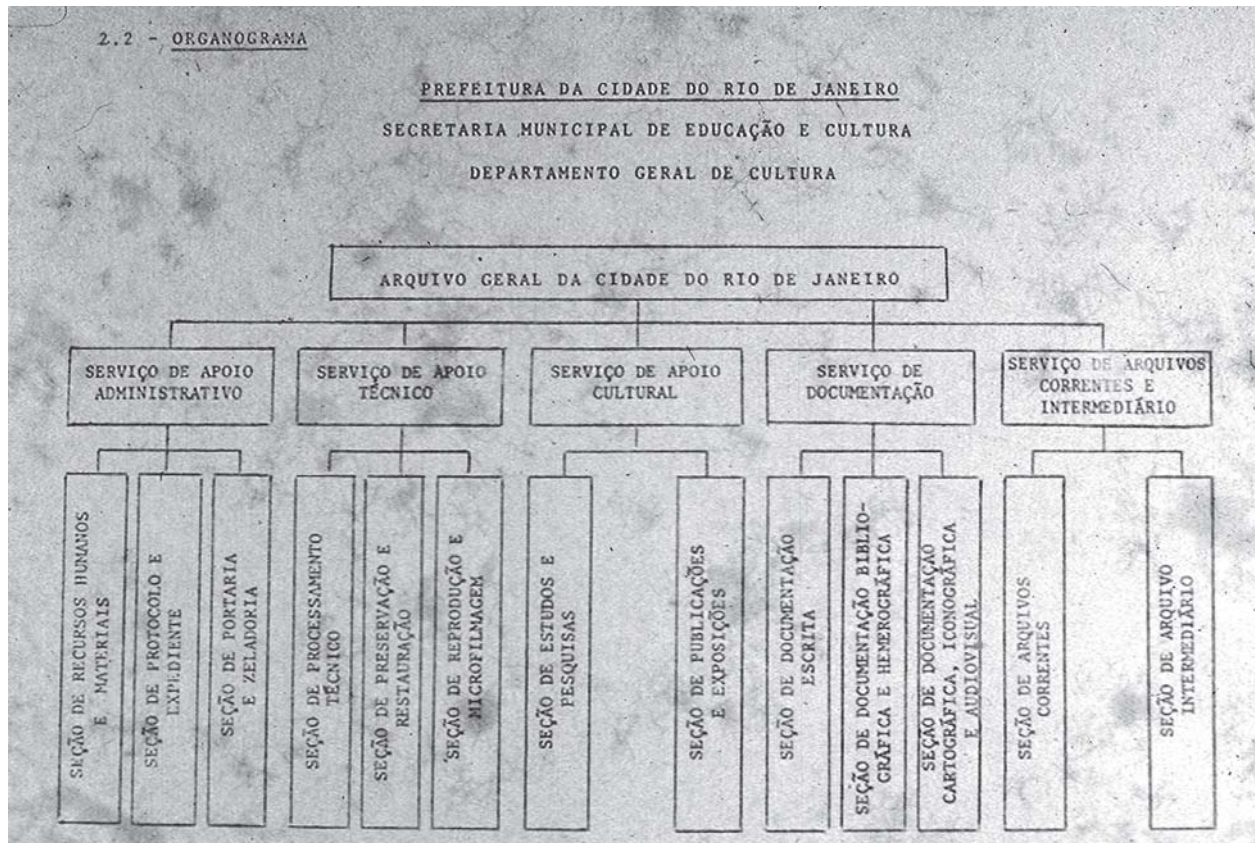


15 – QUADRO 8 – POSICIONAMENTO ATUAL DO AGCRJ



Fotografias





Paço Municipal.
Foto de Augusto Malta, circa 1906/1936 - AGCRJ



DHD – Setor Administrativo com o novo mobiliário de aço em substituição ao antigo mobiliário de madeira - as/circa 1961 - AGCRJ



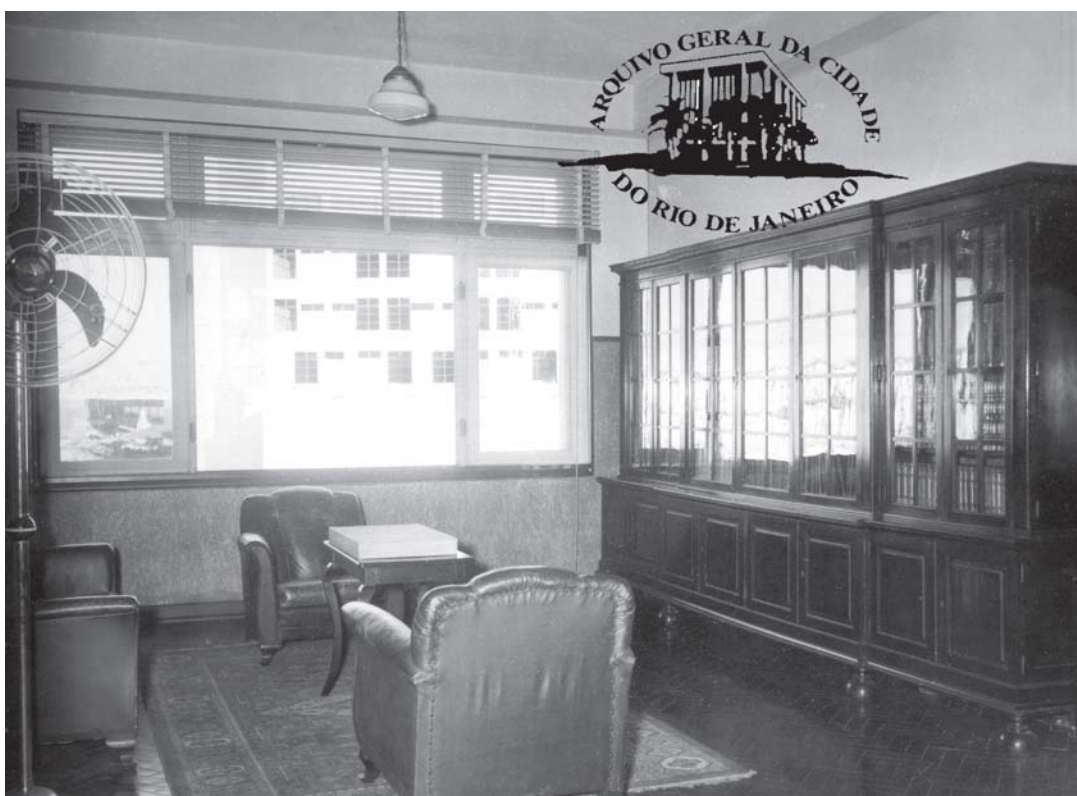
Comemoração da passagem do ano – Diretor Othon Ferreira de Barros falando aos funcionários – sa/1954 - AGCRJ



Grupo de Funcionários do DHD – Diretor Thiago de Mello ao centro – sa/1958 - AGCRJ



DHD – Inauguração do retrato do ex-presidente Getúlio Vargas – Secretário geral de Educação e Cultura, Prof Cel. Arthur Rodrigues Tito, diretor do Departamento, Alfredo Pessoa, chefe do Serviço de Correspondência, Dr. Francisco de Paula Storino e funcionários – sa/1951 - AGCRJ



DHD – Mobiliário – Sala de Estar do gabinete do diretor – sa/circa 1944-1960 – AGCRJ Palácio das Festas - Rua Santa Luzia, nº 11 - Castelo.



DHD – Reunião da Comissão de Logradouros Públicos – Gabinete do Diretor – sa/ circa 1959 - AGCRJ



DHD – Sala de Consulta – sa/ circa 1958 - AGCRJ



DHD – Sala de
Consulta -
Diretor Roberto
Macedo – sa/
1952 - AGCRJ



DHD – Setor
de Encadernação
– sa/circa 1950 -
AGCRJ



Inauguração do Setor de Iconografia – Prefeito Sá Freire Alvim, secretário geral de Educação e diretor do DHD veem o álbum de fotografias das escolas municipais – sa/ 1958 - AGCRJ



Setor de Microfilmagem – Funcionário Iglesias Bisandro Guimarães – sa/1958 - AGCRJ



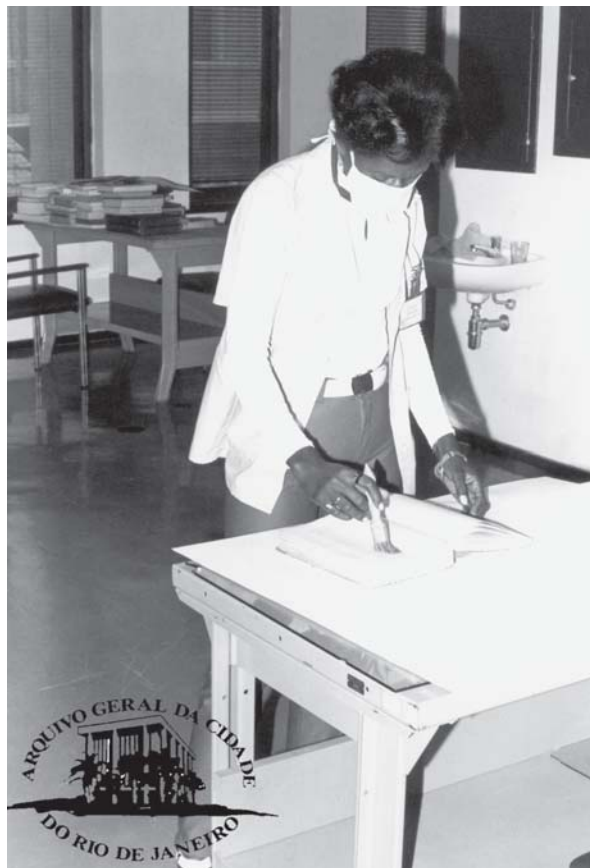
DHD – Prédio que o Arquivo da Cidade ocupou junto à gráfica e à marcenaria em São Cristóvão. Sedia atualmente a Imprensa Oficial do município - sa /circa 1960/ 1970 - AGCRJ



DHD –
Comemoração –
sa/ circa 1960/
1970 - AGCRJ



DHD –
Almoxarifado –
Av. D. Pedro II,
São Cristóvão, nº
400 – as/ circa
1975/1979 -
AGCRJ



DHD –
Encaixotamento
dos livros para
mudança de
endereço – sa/
circa 1979

Restauração – sa/
1979/1985 –
AGCRJ



Serviço de
Documentação
Escrita, Depósito –
sa/1983 – AGCRJ

Restauração – sa/
circa 1979/1985 –
AGCRJ



Diretora Lia Malcher com a equipe – sa/ 1983 – AGCRJ
 Célia Figueiredo, Rosa Maria Rinaldi, Maria Aparecida Silvestre, Ana Maria Bandeira, Vera Lúcia Tinoco, Maria Helena Fonseca, Maria da Glória Borsoi, Raquel Hosmani, Elca Araújo, Lea de La Ferrez Pereira, Lúcia Maria de Souza, Therezinha Pereira, Regina Klier, Júnia Guimarães, Nely Brandão, Lia Malcher, Letícia Cândido, Lucia Maria de Oliveira, Maria Aparecida Motta, Vera Villas Boas.



Seção de Processamento – sa/ circa 1979/ 1985 – AGCRJ



Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Marco Belandi – circa 2000/2005 - AGCRJ

